Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

2003

GUIA

DE

ESTUDOS

Ministro das Relações Exteriores
Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Osmar Vladimir Chohfi

Diretor do Instituto Rio Branco
Embaixador João Almino

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2003, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam do **Guia**:
- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em dezembro de 2002.

EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

EM 13 DE NOVEMBRO DE 2002

(publicado no Diário Oficial da União em 18/11/2002)

O **DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO** torna público que estarão abertas, de 06 de janeiro a 21 de fevereiro de 2003, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Fundação Universidade de Brasília (CESPE-FUB), com o qual o IRBr mantém contrato de prestação de serviços técnicos especializados. O texto deste Edital e informações adicionais sobre o Concurso estarão disponíveis nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (http://www.cespe.unb.br/diplomacia).

3. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr), de que é parte integrante aquele programa, regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

4. A remuneração inicial do cargo de Terceiro Secretário é de R$ 4.130,22.

5. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano, que estabelece as condições de habilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso, respeitados os artigos 7º, XXI e 37, VIII da Constituição Federal, as Leis 7.853/89 e 8.112/90, e o Decreto nº 3.298/99.

1. DAS VAGAS

1.1. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1.2. Do total de vagas, 3 (três) serão reservadas a portadores de deficiência e providas na forma do § 2º, do artigo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999.

1.3. Para concorrer às vagas mencionadas no item anterior, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

1.4. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão submeter-se, na Quarta Fase do Concurso, à perícia médica pela Junta de Avaliação, que terá decisão terminativa sobre sua qualificação como portador de deficiência, sobre o grau da deficiência e sobre a capacidade física para o exercício do cargo.

1.5. Esses candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

1.6 As vagas definidas no subitem 1.2 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no Concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem da classificação final.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições poderão ser feitas pela Internet (www.cespe.unb.br/diplomacia) ou pessoalmente, na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais. Para tanto, o candidato deverá preencher requerimento de inscrição e recolher a taxa de inscrição no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), que em nenhuma hipótese será restituída ao candidato.

2.1.1. Inscrições pela Internet: Será admitida inscrição pela Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, a partir das 10:00 horas do dia 6 de janeiro de 2003 e até às 20:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2003 (horário de Brasília).

2.1.1.1 O Instituto Rio Branco e o CESPE não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.1.2 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:
a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;
b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica; ou
c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

2.1.1.3 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *on-line*.

2.1.1.4 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia 24 de fevereiro, primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições.

2.1.1.5 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

2.1.1.6 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, que será feita das seguintes formas:
a) para pagamentos efetuados por meio de débito em conta-corrente, comprovação de pagamento pelo Banco do Brasil;
b) para pagamentos efetuados por meio de documento de arrecadação, comprovação de pagamento pela Caixa Econômica Federal; e
c) para pagamentos efetuados na rede bancária, por meio de boleto bancário, comprovação de pagamento pelos bancos.

2.1.1.7 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.1.1.8 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

2.1.2. Inscrições na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais: os candidatos poderão também inscrever-se nos seguintes endereços:

a) **Em Brasília:**

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61)325-7000/5/6; fax:(61)322-8355; *e-mail:* irbr@mre.gov.br; *Home-page:* www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm.

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

- **Belém (PA)**: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043, fax: (91) 223-5506;
- **Belo Horizonte (MG)**: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2º andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;
- **Curitiba (PR)**: Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400/360-7445, fax: (41) 362-2117;
- **Florianópolis (SC)**: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-9953/331-9200, fax: (48) 234-2324;
- **Fortaleza (CE)**: Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 288-7612/288-7613, fax (85) 281-7036/223-1642;
- **Porto Alegre (RS)**: COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, R. Ramiro Barcelos, 2574, Bairro Santa Cecília, CEP 90035-003, tel: (51) 3316-5906/5907, fax: (51) 3316-5908;

- **Recife (PE)**: Pós Graduação em Direito – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Pernambuco, Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;
- **Rio de Janeiro (RJ)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, CEP 20080-002, tel: (21) 2263-5562, fax (21) 2263-1462;
- **Salvador (BA)**: Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;
- **São Paulo (SP)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo – ERESP – Memorial da América Latina (Portão nº 12 – Metrô Barra Funda), Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01156-001, tel: (11) 3823-4698, fax: (11) 3823-4699, e-mail: eresp@memorial.org.br.

2.1.2.1 No caso das inscrições feitas no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, a taxa de inscrição deverá ser depositada na **conta nº 33.448.112-0, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de CESPE-UnB**.

2.1.2.2 Ao solicitar a inscrição no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade;

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

2.1.2.3 Será permitida a inscrição por procuração, junto ao Instituto Rio Branco ou aos Centros Regionais, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

2.2. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

2.3. **Candidatos casados com estrangeiros**: O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

2.4. **Local das provas**: no ato da inscrição, o candidato deverá declarar a cidade onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 2.1.2 acima. Cabe notar que, embora na mesma cidade, o local de realização de provas poderá não ser o mesmo das inscrições. Cada Centro Regional orientará especificamente os candidatos a respeito. As provas da Segunda Fase serão realizadas na mesma cidade onde o candidato tiver prestado o Teste de Pré-Seleção (TPS).

2.4.1. Os endereços dos locais de realização da prova da Primeira Fase serão publicados no Diário Oficial da União, por meio de edital, até o dia 7 de março de 2003, divulgados nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia e afixados na sede do Instituto Rio Branco e nos Centros Regionais.

2.5. Os candidatos que tencionem concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência e as candidatas que necessitem dispor de local reservado à amamentação durante as provas deverão indicar tais circunstâncias nos campos específicos do formulário de inserição.

2.6. O Guia de Estudos, que contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas, estará disponível nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia. Os candidatos que assim desejarem poderão recolher 1(um) exemplar do Guia de Estudos na sede do IRBr ou nos Centros Regionais.

2.7. **Normas gerais**:

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta de tinta preta ou azul;

d) no TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta;

e) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova, assegurados os direitos das mães lactantes, como previsto no item 11.3;

f) será eliminado o candidato que: (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

g) será eliminado, ainda, o candidato cuja prova apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

h) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;

i) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

3. DAS FASES DO CONCURSO

3.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 4 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 5 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 7 (sete) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Português Oral, Inglês Oral, Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 6 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 2.2 deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 8 abaixo.

3.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

4. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

4.1. **Data, horário e local**: dia 22 de março de 2003, às 14 horas (horário de Brasília), realizado simultaneamente em Brasília e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 2.1.2. acima. Terá a duração de 5 (cinco) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se pelo menos 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova, munidos do comprovante de inscrição e de cédula de identidade.

No TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta.

4.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório, composta de cem questões de múltipla escolha. Cada questão conterá cinco itens, dos quais apenas um constituirá a resposta correta. O candidato deverá marcar, para cada questão, um e apenas um item na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

As questões versarão, em sua maior parte, sobre as disciplinas cobradas nas fases subseqüentes do Concurso, sem necessariamente se limitarem aos programas estabelecidos para as provas da Segunda e da Terceira Fases. Nas questões de Português e Inglês, avaliar-se-á, além do conhecimento dos idiomas e do uso da norma culta, a capacidade de intelecção e interpretação de textos. Também poderão constar do TPS questões de cultura geral e brasileira.

4.3. **Gabarito**: o gabarito do TPS estará disponível no dia 24 de março de 2003.

4.4. **Avaliação**: as folhas de respostas preenchidas pelos candidatos serão corrigidas por meio de processamento eletrônico. O candidato obterá um ponto para cada questão respondida acertadamente. Não pontuará nos casos de marcar a resposta incorreta, de marcar mais de um item em uma questão (ainda que um deles seja a resposta correta) ou de não marcar nenhum item.

Serão considerados aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores à do 180º colocado. Serão, portanto, convocados seis candidatos para cada vaga aberta pelo Concurso, respeitados os empates na última colocação.

4.5. **Resultados**: a nota de corte – equivalente à obtida pelo 180º classificado – será anunciada até às 18 h do dia 25 de março de 2003, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não caberá recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

4.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeito de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

5. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

5.1. Português

5.1.1. **Data, horário e local**: dia 5 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 2.4. acima. Terá a duração de 5 horas.

5.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

5.2. Inglês

5.2.1. **Data, horário e local**: dia 6 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

5.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e exercícios textuais (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

5.3. **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em

branco, ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

5.4. **Resultados**: os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 5 de maio de 2003, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia. A vista de provas em Brasília e nos Centros Regionais será permitida a partir das 9 horas de 7 de maio de 2003.

5.5. **Recursos**: os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 h do dia 9 de maio, em Brasília e nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até às 18 h do dia 14 de maio de 2003, na sede do IRBr, em Brasília, e mandado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as fases seguintes do Concurso.

6. DA TERCEIRA FASE

6.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 4 de junho de 2003, data em que se deverão apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

6.2. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 5 e 22 de junho de 2003, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês, no período de 5 a 9 de junho, em grupos alternados;

b) Geografia, em 14 de junho;

c) História, em 15 de junho;

d) Noções de Direito, em 21 de junho;

e) Noções de Economia, em 22 de junho.

6.3. **Das provas orais**: nesta fase, as provas de Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês serão orais.

6.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas**:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

6.3.2 **Português**:

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Questões Internacionais Contemporâneas. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e argüição do candidato pela Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas.

6.3.3. **Inglês:**

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados ao texto preparado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto selecionado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

6.3.4. **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas.

6.3.5. **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados até as 10 h do dia 10 de junho.

6.3.6. **Recursos:**

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não poderá reproduzi-la em fita, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13 h do dia 11 de junho, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18 h do dia 12 de junho e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

6.3.7. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.4. **Das provas escritas:** nesta fase, as provas de Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

6.4.1. Nas provas de Geografia e História, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

6.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a

textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

6.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

6.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

6.4.5. Os resultados das provas de Geografia e História serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 16 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 18 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 20 de junho.

6.4.6. Apenas os candidatos aprovados nas provas de Geografia e História estarão habilitados a realizar as provas de Noções de Direito e Noções de Economia.

6.4.7. Os resultados das provas de Noções de Direito e Noções de Economia serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 23 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 25 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 26 de junho.

7. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

7.1. **Data, local e horário:** os exames serão realizados a partir do dia 23 de junho de 2003, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº. 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano.

7.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do

Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado".

7.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 27 de junho de 2003.

7.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, até as 13 horas do dia 30 de junho, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo final, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível.

7.6. **Resultados finais:** O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 13 h do dia 1° de julho de 2003.

8. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

8.1. **Data, horário e local:** dia 1° de julho de 2003, às 15 h, na sede do IRBr, em Brasília.

8.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv), comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 20 de junho de 2003, de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pela instituição brasileira competente conforme previsto pela Lei de Diretrizes de Base de 1996 (Lei n° 9.394).

8.3. Os candidatos casados deverão apresentar, adicionalmente, certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3x4 do cônjuge. Se o cônjuge for estrangeiro, deverá ser cumprida a exigência de que trata o item 2.3 deste Edital.

8.4 O não cumprimento de qualquer dos requisitos acima acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

9. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

9.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

9.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

9.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14 h do dia 04 de julho de 2003, na sede do IRBr.

10. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

10.1. **Da nomeação:** Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.° 83.940, de 14 de agosto de 1979, publicado no Diário Oficial da União.

10.2. **Da posse:** Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

10.3. **Do exercício:** O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 2.6 acima.

11.2 É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

11.3 É assegurado à mãe lactante, durante a realização das provas, local reservado para amamentação, caso manifeste tal necessidade no campo específico do formulário de inscrição. A candidata deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela criança durante o horário de realização de cada prova.

11.4. **Identificação e Divulgação dos Resultados**:
Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.
Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

11.5. **Aceitação das Normas do Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
Geografia
História
Noções de Direito
Noções de Economia

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2002, por exemplo, inscreveram-se 3113 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país.

As questões do TPS versarão majoritariamente sobre as disciplinas que serão objeto de exame nas fases subseqüentes do Concurso, sem se limitar aos programas descritos neste Guia de Estudos. Tenderão a explorar aspectos fundamentais e conhecimentos relevantes de cada matéria, privilegiando a capacidade de raciocínio do candidato, e não apenas o conhecimento memorizado. Dentre as disciplinas avaliadas, o Português e o Inglês terão destaque especial. Além do conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa, se buscará aferir as habilidades de compreensão e interpretação de textos.

Uma parcela das questões, entretanto, abrangerá noções de cultura geral e de cultura brasileira, que não se restringem às disciplinas que constituem o restante das provas do Concurso. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de o TPS conter questões menos previsíveis do que as das fases seguintes não é casual: esse teste procura avaliar também a sedimentação de conhecimentos direta ou indiretamente relevantes para o exercício da profissão de diplomata. Embora finita, essa gama de conhecimentos possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo.

Para compreender com clareza a finalidade da avaliação desse tipo de conhecimento no TPS, deve-se levar em conta sua utilidade para o exercício proficiente da função diplomática. Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é também valioso do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente às disciplinas objeto das fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência pessoal e intelectual, não programável ou controlável.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana.* 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português.* 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.* 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de inteligir, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação aos textos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade - esta última com significativo relevo - são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Exemplo de prova

Questão 1:

A partir das citações abaixo transcritas, discuta o tema da identidade nacional e analise seus possíveis desdobramentos no processo de inserção internacional do Brasil.

Extensão: de 450 a 600 palavras. Valor: 70 pontos.

O mito de uma América Latina não-ocidental, em particular, mais parece obra de uma estratégia de recusa alimentada por ressentimento – recusa de algo que nos esforçamos para obter e, contudo, sempre fracassamos em alcançar, a saber, um lugar e uma parcela do mundo moderno, liberal e democrático. Em suma, um universo identificado com o Ocidente. Parece que perdemos o trem da história e, em conseqüência, reagimos desprezando a modernidade. Ame-a ou deixe-a...

Todavia, a América Latina é obviamente parte do Ocidente. Nós não somos a antítese do Ocidente e muito menos uma alternativa à sua cultura. Como Jorge Luis Borges uma vez me disse – e que somente em parte era piada – nós, latino-americanos, somos os únicos verdadeiramente europeus, já que os próprios são, primeiramente e sobretudo, franceses ou ingleses, alemães ou italianos, espanhóis ou russos... Para falar com seriedade: nossa maneira pertinaz e específica de desejar a modernidade simplesmente reflete nossa filiação ao Ocidente. De fato, somos uma modificação e uma modulação original e vasta da cultura ocidental. Mas isto a Ibéria sempre foi: um caso muito peculiar do Ocidente, porém de forma alguma uma aberração. A Ibéria sempre foi uma faceta especial da Hespéria – e assim somos nós, criaturas da Ibéria e gênios da mistura étnica e cultural.

Nascida da ambição desmesurada da Europa, a América tem sido também a encarnação, não importa se parcialmente, de várias de suas utopias, humanas e sociais. Quando o jovem Bolívar, de cima de um monte em Roma, jurou libertar a América Latina, ele expressou a esperança de que a liberdade, muitas vezes vencida na Europa, fosse vitoriosa no Novo Mundo e desse curso à civilização, cuja marcha está sempre direcionada para o oeste. Como Hegel, Bolívar abraçava o mito heliodrômico: a crença na idéia de que a civilização, como o sol, caminha para o Ocidente.

O ensaísta espanhol Luis Diez del Corral recordou de maneira admirável outro mito, o rapto de Europa. Em seu livro, que leva este título, Diez del Corral pondera sobre como povos não ocidentais atravessaram nosso século "roubando" a cultura moderna do Ocidente. Um certo grupo de países em desenvolvimento, porém, não precisa "roubar" o Ocidente pelo simples fato de já pertencer ao Oci-

dente. Eles formam a América Latina, o outro Ocidente: mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades. Sociedades que não estão muito distantes, no que se refere aos diversos níveis de desenvolvimento, daquelas da Europa do Sul, a quem ninguém ousaria considerar menos ocidentais.

José Guilherme Merquior, "O Outro Ocidente"

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

Foi a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe.

Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pireneus a Gilbraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

Em entrevista a um jornal carioca, *A Noite*, publicada em dezembro de 1925, o autor de *Macunaíma* [Mário de Andrade] constata, repondo o "lá" e o "cá" nos seus devidos lugares: "O modernista brasileiro matou a saudade pela Europa, a saudade pelos gênios, pelos ideais, pelo passado, pelo futuro, e só sente saudade da amada, do amigo..." Para Mário, a melancolia da separação só é passível de ser cultivada no cipoal das relações pessoais. Fora disso, traduz o "desacomodamento" do brasileiro com a realidade ambiente. Daí, segundo Mário, a necessidade que o jovem brasileiro tem de "sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica também." Mário estava dando os primeiros passos na longa caminhada de "abrasileiramento do Brasil".

Silviano Santiago, *Introdução a Intérpretes do Brasil.*

Exemplo de redação

Andrei dos Santos Cunha (63/70)

Igualmente louvado pelo tom profético e ridicularizado pela falta de rigor metodológico, o Choque das Civilizações, de Samuel Huntington, propõe o desmembramento do globo em culturas estanques e, em última análise, antagônicas e irreconciliáveis. Em seu modelo de mundo dividido, os Estados Unidos e o oeste da Europa figuram como o Ocidente, indivisível e único; a América Latina, deixada de fora, ganha a posição ambígua de unidade civilizacional à parte.

Já se argumentou que a classificação de Huntington tem objetivos extra-acadêmicos: agrupar estadunidenses e europeus (à exclusão de latino-americanos) em uma região serviria de mote para um conservador norte-americano defender certa concepção da OTAN e encontrar-lhe uma raison d'être. O postulado, no entanto, é útil, porque põe a nu duas questões importantes: não seria o Ocidente uma construção, que pode ser utilizada ora para justificar esta, ora aquela agenda política? E de onde vem o mal-estar sentido por muitos latino-americanos, quando chamados a definir nossa ocidentalidade, de que duvidamos tanto quanto o fazem aqueles de nos observam de fora?

Esta constante necessidade de justificar nosso parentesco cultural com um continente-matriz tem raízes históricas no processo de formação do Estado-nação durante o século XIX. Ao renunciar à centralidade do conceito de sucessão dinástica como pólo unificador de uma sociedade sob governo temporal, as nações européias tiveram de substituí-lo por uma idéia que desse igual gravidade ao exercício do poder: daí a proliferação de tentativas de definir raça, povo, pátria. O historicismo da época encarregou-se de criar uma ilusão de profundidade cronológica para a experiência nacional que, ao ser transplantada para a América Latina, revelou-se mais difícil de ser encenada. Por contraste, parecíamos exemplos menos acabados de nação, heterogêneos étnica e culturalmente.

Ora, toda nação européia é tão heteróclita, lingüística, cultural e socialmente, quanto a mais heterogênea das sociedades latino-americanas – apenas o discurso de justificação do Estado-nação europeu teve maior sucesso em dar a impressão de homogeneidade. Nesse sentido, a França é o resultado de uma determinada vontade política e engenharia social, não menos do que a União Européia, ou o Brasil.

A essa náusea do latino-americano com relação ao passado vem somar-se uma sensação de exclusão com relação ao futuro. Desde a Revolução Industrial, aqueles que escrevem a história parecem insistir em que o sistema capitalista e a modernização dos meios de produção só poderiam ter surgido em uma determinada sociedade, o Ocidente, de que a América Latina, atrasada tecnológica e economicamente, não poderia fazer parte.

O Ocidente, no entanto, não existe. Não no mesmo sentido em que dizemos que uma pedra existe. Ele só pode ser definido a partir daquilo que ele não é, e os critérios admitem infinitas variações. Com relação a método, língua, percepção do mundo, é inevitável afirmar que o mais próximo que temos é o "Ocidente" de Huntington; ou, como o definia Charles de Gaulle, por

exemplo, as nações cristãs agrupadas em torno do Atlântico (mas onde pomos a Austrália?).

Resta saber se é útil definir identidade nacional em termos de parentesco cultural, étnico, histórico. A busca de semelhantes parece ter por subtexto uma vontade de aproximar-se mais de uns do que de outros e de justificar alianças com "afinidades" que, no final das contas, são tão artificiais quanto o mais comercial dos tratados.

Parentesco civilizacional não pode ser utilizado para fundamentar política externa. Ao menos, não se deve deixar que identidade nacional dê legitimidade ao concerto de interesses, a não ser em casos extremos, como em guerras étnicas ou de religião, ou no campo da mera retórica, como no texto de Huntington.

Questão 2:

Elabore um resumo do texto abaixo, de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos). A passagem reproduz o trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", de Roberto Schwartz:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão.

Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: "Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!". Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. "Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz".

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada

uma comédia ideológica, diferente da européia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: "Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra". Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Freqüentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada.

A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão, e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

(...)

Exemplo de resumo

Marcos Henrique Sperandio (30/30)

No trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", Roberto Schwartz sublinha as diferenças entre princípios e realidade na interpretação do Brasil.

De início, o autor descreve o embate entre duas correntes ideológicas que procuraram analisar a sociedade brasileira. A primeira corrente, a liberal, excluía o país do sistema da ciência. A presença da escravidão, por exemplo, contrariava um dos princípios da Economia Política, o do trabalho livre. A segunda corrente, porém, privilegiava a realidade sobre os princípios. A conjuntura brasileira não poderia ser analisada por princípios liberais, já que os mesmos não se referiam à realidade do país.

Em seguida, Schwartz sublinha que ambas as correntes expressavam as diferenças entre a realidade brasileira escravista e o liberalismo europeu. O autor ressalta que, mesmo na Europa, valores tidos como universais – liberdade do trabalho, por exemplo – não refletiam a realidade. Schwartz cita Sérgio Buarque de Holanda ao apontar a recepção de valores e instituições estrangeiras pela sociedade brasileira.

Por fim, o autor adverte para a ausência de estudos sobre a dicotomia existente entre a sociedade agrária brasileira e o mercado externo. Schwartz aponta, também, o antagonismo entre o ideário liberal que motivou a Independência e a realidade expressa pela escravidão.

Orientação para o exame de expressão oral em língua portuguesa

Juntamente com a prova de Questões Internacionais Contemporâneas, a ser realizada na Terceira Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a exame de expressão oral em língua portuguesa.

Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de *Questões Internacionais Contemporâneas*, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará de forma ativa no processo de argüição dos candidatos.

Os critérios de avaliação são:

1. Elocução: grupos de força (sentido), entonação (inflexão, modulação), mímica (gesticulação e expressões faciais e corporais) – 10 pontos
2. Características vocais: articulação dos sons, velocidade da fala, volume da voz – 10 pontos
3. Correção gramatical: uso da modalidade falada da norma culta da língua portuguesa – 15 pontos
4. Qualidade da linguagem: riqueza vocabular, precisão, contemporaneidade, ausência de vícios de linguagem – 15 pontos

5. Registro lingüístico: adequação da linguagem ao contexto comunicativo – 10 pontos
6. Organização lógica do pensamento: planejamento, coerência interna, clareza – 20 pontos
7. Coesão do texto falado: conectividade e outros mecanismos de construção da exposição – 10 pontos
8. Capacidade de síntese: adequação ao tempo, economia lingüística (concisão) – 10 pontos

INGLÊS

The English exam consists of three sections: composition on a non-specialist topic, 350 to 450 words in length (50 marks); translation into English of one or more texts (30 marks); and text based exercises, which may include a summary, alteration of register and blank-filling and for coplacement of words or phraces (20 marks).

Bibliography:

The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times, The Washington Post, The Financial Times, The Economist* and *Time*. Many such publications are also available in printed form in Brazil.

Basic reference works:

English dictionaries:
THE LONGMAN *Dictionary of Contemporary English*. London: Longman.
THE OXFORD *Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press.
WEBSTER'S *Collegiate Dictionary*. New York: BD&L.
THE RANDOM HOUSE *College Dictionary*. New York: Random House.
LANGUAGE *Activator*. London: Longman.
ROGET'S *Thesaurus*. London: Longman.
COLLINS *Cobuild English Language Dictionary*. London: Collins.

Bilingual dictionaries:
CAMBRIDGE Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DICIONÁRIO *Português-Inglês*. Porto: Porto Editora.
NOVO MICHAELIS: *Inglês-Português, Português-Inglês*. São Paulo: Melhoramentos.
TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Grammar, Usage, etc.:

BENSON, M. *et alii*.. *The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins.
COLLINS *Cobuild English Usage*. London: Harper Collins.
CUTTS, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman.
HILL, J.; LEWIS, M. (eds.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.
SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.
SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.
THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Larger reference works:

COMPREHENSIVE *Grammar of the English Language*. London: Longman.
OXFORD *English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE *Dictionary of the English Language*. New York: Random House.
WEBSTER'S *Third International Dictionary*. New York: BD&L.

Other resources:
WALKER, Sara Burkitt. *Candidate's Handbook*: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Electronic sources

There is a wealth of dictionaries, glossaries and thesauruses available in electronic format on the Internet. A useful starting point is:

http://www.yourdictionary.com

Guidelines for study:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:
(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Compositions set in recent years

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil *in*: W.H. Auden, *A Certain World.* 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment**

critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

Sample composition

Lilian Cristina Burlamaqui Duarte

The word in print has been with us but a few centuries, and already many claim it is doomed. Digital technologies, with their dazzling imagery and time-saving promises, are likely to produce a revolution in the concept and role of language and communication, affecting different levels of everyday life. For those who regard this transition with concern there is, however, the comfort of witnessing the renewal of interest in books and other forms of written language. We may simply be on the verge of a breakthrough that will combine traditional and modern technologies into new forms of social practices.

Modern technologies have brought not the end of history, but the end of geography. Personal stories can be told, filmed, transmitted and finally woven into history as popular discourse and as a unifying experience. The teenager in India has more in common with his counterpart in Britain or in Brazil than with the inhabitants of his own village. Nowadays, not only do we see world crises in real time, but also it is possible to mobilize activists all over the planet in the subsequent moments.

Doomsayers regard all this with disgust. They criticize the progressive crumbling of the traditional pillars of clear thinking – logic, imagination and memory. These abilities, they state, have supported Western achievements in science, literature and the arts. In a few years, they affirm,

even the educated man will have lost his powers of expression: the imagination will have been crushed by an astounding amount of unprocessed information and images received on a daily basis; language will be reduced to fragments, probably of psychobabble or of clichés. Does this negative forecast withstand the examination of everyday facts?

Printed materials are not another endangered species, and those who believed computer technology would nearly eliminate the need for printing have been proved wrong. Naturally, the quality of what is being printed may be questioned, but not the demand for it. Statistics reveal there are more books being published today than ever before, and bookstores are proliferating everywhere. Indeed, they maybe an update version of the old, dusty and musty bookshop, but, cappuccinos not withstanding, the aisles are always crowded. The new stores offer traditional and new technologies and have wide consumer appeal.

If Proust was right and, in order to find new landscapes we must find new eyes, the controversy surrounding language and modern technologies can help us appreciate the complexity of the present moment and help us seek alternative paths in education, quality of life and in dealing with the emergence of oral cultures that encompass not a village, but large parts of the globe.

Sample translations.

Translation (Value: 15 marks each)

Translate the following passages into English:

Text A

As representações de animais na Idade da Pedra constituem uma das mais antigas manifestações artísticas de que se tem notícia e, sem dúvida, o fenômeno mais extraordinário de toda a história da arte. Datando de muitos milhares de anos antes da era cristã, esta arte, que tem seus focos principais em cavernas da Espanha e da França, caracteriza-se: a) por uma fidelidade linear à natureza, conseguida por técnica impressionista; b) pelo virtuosismo na captura dos gestos, atitudes e movimentos do homem e do animal; c) enfim, por uma extrema maestria em fornecer a impressão ótica final. Toda a atenção do artista se concentra nos elementos essenciais, desprezando detalhes desnecessários, e as figuras são admiravelmente realizadas em perspectiva. A técnica é mais a da pintura, uma vez que o artista trabalha com espaços e não com linhas, utilizando-se da cor: preto, vermelho e castanho. A espantosa perícia destas obras demonstra a existência, já neste período, de especialistas da arte figurativa.

Adaptado de *O Baile das Quatro Artes*, de Gilda de Mello e Souza.

Diogenes Borges da Silva Neto (14,5/15)

The representation of animals in the Stone Age constitutes one of the most ancient artistic manifestations ever heard of and, undoubtedly, the most amazing phenomenon in the whole history of art. Dating back to thousands of years before the Christian era, this art, whose main spots are in caves in Spain and in France, is characterized: a) by a linear fidelity to nature, achieved by means of impressionist technique; b) by the highly developed ability to capture the gestures, actions and movements of man and animal; c) by the extreme mastery in giving the final optycal impression. All the attention of the artist concentrates on the essential elements, leaving aside unnecessary details, and the figures are magnificently drawn in perspective. The technique is closer to painting, since the artist works with space and not with lines, using colours: black, red and brown. The amazing skill of these works demonstrates the existence, already in this period, of specialists in figurative art.

Text B

Lembro-me de uma história — história que inventei, mas que nem por isso deixa de ser verdadeira. Era um marinheiro dinamarquês, no porto do Rio de Janeiro por uma noite apenas. Saíra pela cidade desconhecida, de bar em bar, e vinha voltando solitário e bêbado pela madrugada, quando se deu o milagre: nas águas sujas do canal, viu refletida uma claridade difusa — ergueu os olhos e viu que as nuvens se haviam rasgado no céu, e o Cristo surgira para ele, braços abertos, em todo o seu divino esplendor. Fulminado pela visão, caiu de joelhos e chorou de arrependimento pela vida de pecado que levara até então. De volta à sua terra, converteu-se, tornou-se místico, acabou num convento. E anos mais tarde, depois de uma vida inteira dedicada a Deus, o monge recebe a visita de um brasileiro. Aquele homem era da cidade em que se dera o milagre da sua conversão.

O que o senhor viu foi a estátua do Corcovado — explicou o carioca.

Não diz a história se o religioso deixou de sê-lo, por causa da prosaica revelação. Não diz, porque me eximo de acrescentar que, na realidade, depois de viver tanto tempo uma crença construída sobre o equívoco, este equívoco passava a ser mesmo um milagre, como tudo mais nesta vida.

Adaptado de "A Lua Quadrada de Londres", de Fernando Sabino

Paulo José Chiarelli V. de Azevedo (13,5/15)

I remember a story – one I made up, but which is nonetheless true – about a Danish sailor in port for only one night in Rio de Janeiro. After a night out in the unknown city going from bar

to bar, he was returning, drunk and lonesome, in the wee hours of the morning, when a miracle befell him. A diffuse light reflected off the canal's dirty waters. Raising his eyes to the sky, he saw Christ, arms open, in all His divine splendor, through the breaking clouds. Stricken by the vision, he fell to his knees and wept in repentance for the sinful life he had led until then. Back to his country, he decided he'd become a man of God and ended up joining a monastery. After many years and a lifetime devoted to God, the work received a visitor from Brazil. That man came from the city where his conversion had taken place.

'What you saw was the Corcovado Statue," clarified the "carioca".

The story does not tell whether or not the monk kept to his religious lifestyle after that prosaic revelation. It doesn't tell because I refuse to add that, in truth, after living for such a long time a belief built on a mistake, this mistake actually became a miracle, as everything else in life.

Sample text-base exercises

1 - Text-Based Exercises (Value: 20 marks)

Read the text by **Aidan Mathews** and complete the exercises on the attached sheet:

Writing the Light: Ten thoughts about literature and photography

It's late now, almost dark outside in the midsummer garden, and I'm sitting (1) __________ the sound of birdsong at this hour, imagine, with a friend (2) __________ husband died the day before on a respirator in the ICU of a general hospital. We're looking at scrapbook photographs of the man, seated together on the sofa, closer than convention ordinarily allows, poring at greater length than custom requires (3) __________ this picture and that, some of them formal, some fussy, some suddenly legible for the first time, but all of them altered irreversibly now by the presence of his absence, the compelling finality of this disappearance in these shuffled apparitions. It will all end up in a book, they say. Actually, it all ends up in a photo-album. The (4) __________ chime. Watches tick. Ice (5) __________ in a glass from the heat of the hand holding it. This is the silence of vigil, the speechless small hours.

Yet images are borne; images are bearable. This black and white procession is an orderly retreat from the confusion of life. The same man at different ages and stages, the same smile, the same tooth, the same tendency to blink at the flash whether in the serrated hand-coloured display cards of his infancy or in the open-mouthed Polaroids of a later partytime. It is all peculiarly comforting and consoling.

When the phone rings on the low table across the room, neither of us thinks in time to get up, to go over, to intercept the atrocity of what must happen next, happen now, as the second ring stops short and the automatic message-minder trips into action. 'This is Jack speaking. I'm afraid I'm not able to talk to you now. Leave your name and number and I shall return your call.'

'Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt.' If, as Virgil tells us, there are things in this world which lie beyond heartbreak, beyond the wound of the mouth and the seepage of the eye, one of them must surely be the voice of a dead man calling us, his breath in the bronchitic syllables, the hydraulic lungs. And here, on the borderlands of being, where a foetus flinches sooner at sound than at shadow, there is no uncertainty: human presence is more powerful as audition than as spectacle, more visible as language than as image. It is the Hebraic love of orality and not the Hellenic delight in the retina which triumphs.

Thomaz Diniz Guedes

a) Fill in the blanks in paragraph one with a single word.

(1) *To* (2) *Whose* (3) *Over*
(4) *Bells* (5) *Melts*

(Value: 5 marks)

b) Replace the underlined words and phrases in paragraph three with suitable substitutes (words or phrases) in the context.

In Time - Fast Brought
Atrocity - Cruelty
Stops Short - Is Interrupted
Trips Into Action - Starts To Function
Return Your Call - Call You Back

(Value: 5 marks)

c) Summarise the text in your own words in the space below (maximum 200 words).

(Value 10 marks)

It is almost dark, and the author is sitting outside, in the summer garden, with a friend who has just lost her husband. They are looking at old photographs, reminiscing about the deceased and reflecting upon the finality of death. The man is shown in the pictures at different times of his life there is a stillness in the air.

Suddenly, the phone rings, and both of them are unable to prevent the answering machine from clicking on – with the recording of the dead man's voice. He declares he will call back – which only brings more grief. The author concludes on a philosophical and spiritual note, asserting that the man's voice had a more powerful effect on them than the images they had just been contemplating.

Guidelines for the Oral Exam

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be **allocated as follows:**

I - FLUENCY	Pronunciation, Intonation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

a) o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
b) a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
c) a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
d) a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item "Discursos").

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.

4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. Os temas da agenda global: os direitos humanos
7. Os temas da agenda global: o terrorismo e o narcotráfico.
8. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
9. O entorno regional. Mercosul.
10. O entorno regional. A integração hemisférica.
11. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
12. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
13. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
14. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
15. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
16. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
17. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
18. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
20. Relações Brasil-África e países específicos da região.
21. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
22. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.
23. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
24. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
25. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
26. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
27. A diplomacia presidencial.
28. A diplomacia consular.
29. A relação entre a política interna e a política externa.
30. A diplomacia federativa.
31. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
32. A diplomacia pública e parlamentar.

33. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
34. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
35. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. 2. ed. Brasília: EdUnB/FUNAG, 1986.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: Memórias*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CASTAÑEDA, Jorge. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CERVO, Amado Luiz (organizador). *O Desafio Internacional*. Brasília: EdUnB, 1994.

CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.

EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (editors). *Double Edged Diplomacy*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1993.

FLORÊNCIO, Sergio A. L.; ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

FONSECA Jr, Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONSECA Jr, Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra; Brasília: FUNAG, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Collindale, Delaware: Diane, 1998.

LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).

MCGREW, Antony; HELD, David. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2000.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The struggle for power and peace*. 6. ed. New York: Mc-Graw-Hill,1985.
PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).
QUEIRÓS MATOSSO, Kátia de; MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette; ROLLAND, Denis. *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbone, 1999.
RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
WEISS, Th. G.; FORSYTHE, D.P. ; COATE, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*. 3. ed. San Francisco: Westview, 2000.

b) Artigos

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol 3. nº 3. 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:
- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
CORRÊA JUNIOR, Manoel Pio. *O Mundo em que Vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: Palavras, Contexto e Razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos: 10 anos de Agenda Internacional (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);
- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign*

Affairs (www.foreign.affairs.org/) e *Política Externa* (Paz e Terra: São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional, consta nos sites:* www.relnet.com.br e www.usp.br/relint/ (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional (IRI/PUC-Rio), Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)* e a revista *Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.
2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.
3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.
3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.
4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.
4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.
4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.
4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia.* 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.
BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
CASTRO, Iná Elias *et alli. Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
GREGORY, Derek *et alli. Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira.* 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estado da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alli. Geografia e Meio Ambiente no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995
CAVALCANTI, Clóvis *et alli. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica.* São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada.* 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social.* São Paulo: Paz e Terra, 1999
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LAVINAS, Lena *et alli. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil.* São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
________. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

As chamadas "macrorregiões" do IBGE expressam, inegavelmente, um conceito de região afinado à ideologia nacional-desenvolvimentista. A "reestruturação produtiva" da última década afetou seriamente aquele modelo. Qual é o conceito que tenta dar conta dessa "nova regionalização" e como ele pode ser justificado?

Cláudia Angélica Vasques Silva (20/20)

A "nova regionalização" surge em função do conceito de eixos de desenvolvimento, que, a fim de implantar a reestruturação produtiva necessária em face da revolução técno-científica e da aceleração contemporânea característica do processo de globalização, trata de dividir o território em unidades menores para organizar melhor o processo produtivo levando em consideração especialmente o tripé estrutural: energia, transportes e comunicações.

A configuração macrorregional, estabelecida em 1941, durante o Estado Novo (regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste) foi modificada em 1969 em pleno regime de exceção. Já essa modificação — a criação da Região Sudeste — indicava uma tentativa de organizar o território em relação à produção, uma vez que o Sudeste agrupava e ainda agrupa as unidades da federação de maior desenvolvimento industrial.

As macrorregiões do IBGE, tanto em sua configuração atual, como na prévia, faziam (e

fazem) coincidir os limites das regiões com os das unidades da federação. No passado, a criação de organismos governamentais como SUDENE, SUDAM e PÓLONORDESTE procurou desenvolver as regiões sob jurisdição mediante projetos de desenvolvimento localizados e não interrelacionados. O fracasso dessas iniciativas bem como o esgotamento do modelo desenvolvimentista, adicionados à necessidade premente de inserção na economia-mundo, fez surgir o conceito de eixos de desenvolvimento, pelos quais as subdivisões do território passam a obedecer a variáveis como o desenvolvimento sustentável e a possibilidade de viabilização de uma malha de transportes multimodal (para otimização dos custos, diminuição do impacto ambiental e escoamento da produção), de investimentos em telecomunicações e produção de energia.

O conceito de eixos de desenvolvimento deriva do conceito de pólos de desenvolvimento de Perroux . Os eixos, ao contrário dos pólos, são definidos tendo em vista a conectividade entre os mesmos.

No Brasil, o PPA (Plano Plurianual) prevê a articulação dos seguintes eixos: Região Norte: Arco-Norte e Madeira-Amazonas; Região Nordeste: Transnordestino e São Francisco; Região Sudeste: Rede Sudeste; Região Centro-Oeste: Araguaia-Tocantins e Oeste; e Região Sul: eixo Sul. Tal iniciativa de planejamento espacial prevê a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias, além da de linhas de transmissão, usinas hidrelétricas e termelétricas (até 2020 pretende-se que o gás natural perfaça 20% da matriz energética brasileira), além da extensão e melhoria da rede de telecomunicações.

Desse modo, a "reestruturação produtiva" por intermédio dos eixos privilegia o estabelecimento de conexões entre os mesmos, no âmbito nacional, bem como entre outras áreas do globo. Vale mencionar ainda que os países da América do Sul já estabeleceram plano semelhante de desenvolver eixos e que a fase de viabilização de corredores de transporte já está em curso.

Questão 2

A expansão da sojicultura pelo Centro-Oeste brasileiro deveu-se à combinação de dois fatores: um de natureza tecnológica e outro de natureza geopolítica. Mencione-os, procurando estabelecer a correlação entre ambos.

Giorgio Erick Sinedino de Araújo (20/20)

Introdução: A soja chega ao Brasil por meio de imigrantes japoneses, sendo seu cultivo então restrito ao sul do país, sobretudo no Paraná. Sendo um produto muito rentável, pela diversidade de suas formas de beneficiamento (farelo, leite, carne; e formas industriais como tintas, vernizes, fibras, lecitina), a soja deixa de ser uma cultura de "descanso" para se tornar base. As décadas de 1970 e 1980 correspondem ao início de um ciclo de expansão constante, que levaria a cultura ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Sul do Maranhão, Norte da Bahia, sem falar nos agricultores brasileiros que cruzaram os limites do país, ocupando e produzindo no Paraguai e Bolívia.

Omiti propositadamente o tema da expansão do cultivo de soja no cerrado, porque é exatamente disso que trata a questão.

O cerrado é um domínio morfoclimático em que predomina vegetação baixa e rasteira, arbustiva. O clima é tropical típico, com duas estações definidas – inverno seco e verão chuvoso. Devido ao clima, os solos são ácidos e geralmente inférteis. Ácidos porque no inverno (isto é, exceto pelos meses chuvosos) a evaporação é maior que a precipitação, o que influencia na concentração de metais como alumínio. Inférteis porque, na época das chuvas, ao invés de haver renovação dos solos, há "lavagem" dos nutrientes – tamanho o volume da precipitação.

Portanto, o cerrado era ambiente inóspito para a cultura de soja.

Este problema somente foi solucionado pelo desenvolvimento de técnicas de tratamento do solo, desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), consistindo, essencialmente, na correção do pH do solo através da adição de cálcio (calcário).

Devido à possibilidade de ocupação do Cerrado, associada a incentivos e financiamentos, o Centro-Oeste tornou-se a região maior produtora de soja nos anos 1990.

O projeto de viabilização do cerrado pode ser apontado como caso clássico de indução econômica pelo Estado. Subjacente a ela está um projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios", derivado das teorias e técnicas de gestão da ESG, normalmente transplantes de idéias norte-americanas análogas (só que aplicadas segundo um princípio nacionalista). Este princípio deve ser revisto num contexto mais amplo que abrange não apenas as gestões militares, mas também todo o período pós-II Guerra Mundial até a redemocratização. Exemplos desse princípio, cobrindo o espectro temporal assinalado, são a campanha de nacionalização do petróleo, em 1953 (no caso, em "espaço vazio" econômico), a construção de Brasília em 1960 (a "meta-síntese", que, ainda no jargão do plano de metas, se pretendia "ponto de germinação" de novas iniciativas econômicas e territoriais – o uso do termo "território" é aqui claramente geopolítico, no sentido de espaço apropriado politicamente). Mas os exemplos deste projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios" não para por aí. Além da construção de Brasília, a quase obsessão de Juscelino pelas estradas, que culminaria no Plano Rodoviário Nacional do Regime Militar, somente poderia resultar em ocupação efetiva se fosse possível que os migrantes desenvolvessem atividades econômicas fora do núcleo urbano constituído por Brasília. É aqui que o cultivo da soja entra como parte do projeto geopolítico. Ele faz parte de um grupo de iniciativas que complementariam os grandes projetos de infra-estrutura (ITAIPU, Carajás, rodovias em geral) com a viabilização da ocupação. Exemplo análogo que poderíamos mencionar é o PIN – Plano de Integração Nacional, de 1970, em que se desenhavam 15 enclaves industriais-mineradores na Amazônia, ou o Projeto Calha Norte, em que o exército realizou obras de cunho assistencial, para viabilizar as ocupações da fronteira setentrional brasileira.

Gostaria de complementar o tema "fatores geopolíticos da exploração do Cerrado" lembrando a importância do Japão. Segundo texto sobre relações Brasil-Japão, incluído no volume II da coletânea "Temas de política externa II", o Japão foi de grande importância no projeto e financiamento da viabilização do Cerrado, na medida em que sua rivalidade com os EUA os levou a criar um concorrente internacional, no caso o Brasil. A intenção japonesa, de acordo com o texto, era retaliar os EUA por medidas protecionistas aplicadas contra a indústria japonesa (isso nos anos 1970). O resultado deste projeto é que hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial, num volume de 50%, aproximadamente, do total americano – sem os subsídios e vantagens que o hegemona garante aos seus agricultores.

Embora já tenha deixado clara a relação, sintetizo-a concisamente: os fatores tecnológico e geopolítico são complementares, visto que têm como pressuposto a ação indutora do Estado, segundo um projeto de "ocupação dos espaços vazios".

Questão 3

A expectativa em relação à formação da primeira "megalópolis" brasileira não se confirmou. Esclareça os motivos que teriam levado à frustração das previsões feitas no início da década de 70.

Fábio Rocha Frederico (20/20)

O processo de urbanização no Brasil está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e ao caráter da industrialização nacional. Assim, as décadas de 60 e 70, que assistiram ao desenvolvimento mais intenso desta economia industrial, também testemunharam a urbanização do país.

Como grande parte dos países subdesenvolvidos, o Brasil não possuía tradição urbana significativa. Desta forma, o êxodo rural concentrou-se em um número pequeno de cidades, dando origem ao fenômeno característico da urbanização brasileira: a metropolização.

Além disso, a concentração espacial da indústria no Brasil, decorrente de processos históricos ligados ao café e à imigração, também contribuiu para a formação de imensos núcleos urbanos na região Sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

Exatamente ao longo do eixo Rio-São Paulo é que, no início da década de 70, esperava-se a formação da primeira megalópole brasileira. A não concretização desta previsão deve-se a motivações várias e complexas. Cabe ressaltar, no entanto, que o motivo estrutural é o esgotamento do modelo de desenvolvimento do qual a ampliação daqueles núcleos urbanos era tributária.

Assim, a crise econômica que atingiu o país na década de 80 refletiu intensamente sobre as grandes cidades. O custo progressivo dos impostos, o aumento do preço da terra e da violência urbana, a poluição e a falência do sistema de transporte coletivo, entre outros fatores, contribuíram para diminuir a atração que as grandes cidades exerciam sobre os migrantes. No setor industrial estes fatores causaram o fenômeno conhecido como "deseconomias de aglomeração". Os estabeleci-

mentos industriais migraram para os subúrbios e para as pequenas e médias cidades, acentuando a hipertrofia do setor terciário.

A crise econômica também atingiu setores da indústria brasileira que se concentravam no Vale do Paraíba, em especial, o setor bélico. Empresas como a Avibrás e a Engesa, em torno do pólo de São José dos Campos, reduziram suas atividades a níveis mínimos.

Alguns analistas argumentaram que os bolsões de mão-de-obra especializada, em grande parte formado na indústria bélica (como Itajubá – MG), seriam aproveitados pela indústria eletroeletrônica e de informática. No entanto, a natureza mesma do setor é altamente poupadora de mão-de-obra e, além disso, a indústria de alta tecnologia ainda não se desenvolveu de forma significativa no país.

Alterações nas características do crescimento populacional brasileiro também contribuíram para frustrar o surgimento da primeira megalópole nacional. A diminuição das taxas de natalidade, em grande parte fruto da urbanização, reduziram os níveis de crescimento dos aproximadamente 3% na década de 60 para os atuais 1,6%.

Finalmente, cabe ressaltar o redirecionamento dos fluxos migratórios, como observado pelo geógrafo Milton Santos, para as metrópoles regionais e as cidades médias do interior conectadas com a agroindústria.

Questão 4

Das três grandes "províncias demográficas" do planeta – China, Índia e Europa, segundo a definição de Vidal de la Blanche – uma caracterizou-se, ao longo dos séculos, pela mobilidade, e as duas outras mantiveram-se, por assim dizer, "atadas ao solo". Justifique essa proposição, buscando relacionar fatores ambientais e históricos.

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

De acordo com a proposição do geógrafo francês Vidal de la Blanche, baseada na repartição do planeta em três grandes "províncias demográficas" (China, Índia e Europa), apenas uma delas – a Europa, mais especificamente sua parte Ocidental – pautou-se no decorrer dos séculos pela mobilidade e dinamismo, ao passo que as duas outras conservaram-se estagnadas, "presas ao solo".

Trata-se de uma constatação que precisa ser justificada, à luz da Geografia e da História. Por que as vastas áreas orientais da China e da Índia, principais centros irradiadores de civilização e cultura até o fim da Idade Média, são progressivamente ultrapassadas por uma Europa fragmentada politicamente e muitos degraus abaixo na escada da civilização durante vários séculos?

A primeira provável explicação é de natureza geográfica, ou melhor, ambiental. A existência de vastas extensões de terras férteis, assim como rios caudalosos como o Ganges, o Indo e o Yang-Tsé – em claro contraste com o caráter fracionado e disperso do relevo e da hidrografia européia – certamente deve ter influído decisivamente na tendência histórica ao isolamento das regiões chinesa e indiana do globo, reforçando o aspecto auto-centrado dessas civilizações, baseado na noção de auto-suficiência econômica. Sendo verdadeiros "mundos à parte", auto-suficientes, os subcontinentes chinês e indiano prescindiram, durante séculos, de qualquer intercâmbio comercial com o mundo exterior, em especial a Europa, optando, assim, pelo isolamento, tendência reforçada também pelas grandes distâncias a ser percorridas entre Oriente e Ocidente.

A outra explicação para esse descompasso é de origem histórica, e está intimamente relacionada à primeira. Segundo o historiador Paul Kennedy, a tendência isolacionista – decorrente, como vimos, de fatores ambientais – dos impérios chinês e indiano se conjugou ao processo dinâmico de crise do sistema feudal e renascimento comercial e urbano ocorrido na Europa a partir do século XI para lançar as bases do processo de expansão mercantil e ultramarina européia, que levaria, nos séculos seguintes, ao alastramento da dominação ocidental sobre todas as partes do planeta. Nesse contexto, segundo Kennedy, a própria fragmentação política do continente europeu em vários estados nacionais – contrariamente à China, por exemplo, dominada por um grande império absolutista – também teria contribuído para a expansão ocidental européia, visto que engendrou a concorrência entre as potências marítimas da Europa pelo domínio dos mercados mundiais.

Assim, os fatores geográficos e históricos se combinam perfeitamente para justificar a afirmação de La Blanche, a qual também vai plenamente ao encontro da assertiva de Samuel Huntington, o qual classifica a história mundial das civilizações do século XV ao século XX como um processo constante e progressivo de imposição dos valores e instituições ocidentais sobre os povos da Ásia, África e América Latina.

Questão 5

Para alguns, a ALCA e o MERCOSUL são projetos antagônicos. Para outros, complementares. Avalie as perspectivas de cada Associação, a partir dos referenciais teóricos do "realismo" e do "idealismo".

Marcos Henrique Sperandio (20/20)

A relação Alca-Mercosul pode ser analisada por meio dos referenciais teóricos do idealismo e realismo. O primeiro referencial sugere a idéia de complementaridade entre os dois processos de integração, enquanto que o realismo privilegia a noção de antagonismo ou, mesmo havendo integração, sugere posturas "realistas" na relação Alca-Mercosul.

A perspectiva idealista tem como principal referencial teórico a leitura grociana das relações internacionais (bem como Kant – "Paz Perpétua"). A visão idealista, no caso em tela, defende a

complementaridade entre Alca e Mercosul. A soldagem entre os dois projetos possibilitaria ganho de maturidade no trato das questões internacionais. Mais importante do que selar acordos, defende essa corrente, é vivenciar o processo de negociação para extrair instrumental que goze de funcionalidade em outras frentes diplomáticas.

O processo em si já agraciaria seus participantes com modalidades negociadoras. Os idealistas afirmam que a relação Alca-Mercosul não seria excludente, que a Alca não diluiria o Mercosul. Pelo contrário, os países do Mercado Comum do Sul, pelo fato de negociarem em bloco, poderiam contribuir para o equilíbrio das negociações. Ambos os projetos, conforme essa corrente, esposam princípios comuns: a consolidação da democracia e a livre concorrência. A exclusão de Cuba das negociações da Alca prova a afirmação. O Mercosul já apresenta "cláusula democrática", presente no protocolo de Ushuaia (1998). Em junho de 2001 foi aprovada a Cláusula Democrática Pan-americana, que seria mais um elemento de identificação entre os dois projetos, sublinham os idealistas.

O equilíbrio de poder, caro a essa corrente, pode ser mantido no interior dos dois projetos por meio de mecanismos de consulta permanente, no prosseguimento da tradição de solução pacífica de controvérsias. Em termos práticos, países do Mercosul teriam acesso a tecnologia e serviços. Poderiam obter maior poder de barganha frente a outros blocos, principalmente em agricultura perante a União Européia (PAC). Além disso, o antagonismo entre os projetos poderia excluir o acesso a considerável parcela de mercado, representado pelos demais mercados consumidores. Basta lembrar que 70% das manufaturas brasileiras são dirigidas para países negociadores da Alca. Quanto às críticas, os idealistas se defendem com o argumento de que relações multilaterais, quanto maior o grau de pluralidade, maior estabilidade oferecem.

A perspectiva realista, na qual se destacam Hans P. Morgenthau ("Politics among Nations") e o australiano Hedley Bull ("Anarchical Society"), pode ser expressa pela noção de que as relações internacionais são "jogo de soma zero": se uns ganham, outros inexoravelmente irão perder. Polin relembra o exemplo de Hobbes sobre a balança de poder: os realistas também procuram estabilidade, obtida quando há desnível completo entre os dois pratos. O nivelamento entre os pratos, defendem os realistas, gera instabilidade ou iminência da mesma. Para esta corrente, os projetos Alca-Mercosul são antagônicos. Fundamentam o argumento na divergência de interesses e práticas dos dois maiores pólos de negociação: EUA e Brasil.

As diferenças em política externa são exemplos: a não adesão ao Protocolo de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional. Críticos dos realistas afirmam que Alca e Mercosul são projetos comerciais, ou seja, que tais divergências não comprometem maior entendimento.Os realistas contra-argumentam com dois casos específicos: aço e agricultura. Restrições tarifárias e não-tarifárias desgastam a relação entre Brasil e EUA, o que contamina o processo negociador entre Alca e Mercosul. As tarifas protecionistas norte-americanas giram em torno de 14% , o que supostamente seria prova de liberalismo comercial. Os 15 produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira para os EUA, porém, sofrem gravação tarifária da ordem de 43 a 48% (suco de laranja, aço, etc). Além do aspecto comercial, os realistas afirmam que, na negociação entre os dois projetos, não há como conter a hegemonia norte-americana. O fluxo de valores culturais norte-

americanos, que já é significativo, poderia sufocar a difusão cultural do Mercosul.

Exemplo do "realismo" praticado pelos EUA pode ser encontrado na Trade Promotion Authority (TPA) que, ao fugir do objetivo inicial, apresenta lista com 300 produtos cujas negociações tarifárias devem ser analisadas por comitês do Senado norte-americano. Parece que os "Hawks" prevalecem sobre os "Doves" na política externa dos EUA em relação à Alca, afirmam os realistas. Essa corrente postula, também, que caso haja compatibilidade entre os dois projetos, em situação forçosa, seria lícito a adoção de políticas realistas no processo. O jogo continuaria de soma zero, argumentam os seguidores de Morgenthau.

Independentemente da corrente a ser seguida, o debate entre antagonismo e complementaridade entre Alca-Mercosul produziu resultado de expressão: no Brasil, por exemplo, observa-se significativa participação da sociedade civil na discussão de temas de política externa. Exemplo marcante desse fenômeno é a SENALCA, com mais de 30 reuniões realizadas. É inegável, portanto, o papel indutor ao debate que o processo vem desempenhando.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de carta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

   a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.
8. O Brasil Republicano - Economia:

   a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.
9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:

    a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

    b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

    a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

    b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

    c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.

________. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.

________. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

________. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

________; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
________. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.
________. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
________. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.
BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.
FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.
PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.
THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
________. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Incapaz de deter o exército de Napoleão, que avançava rapidamente em direção às fronteiras de Portugal, o Príncipe Regente recorreu à tradicional aliança luso-inglesa. Garantia, assim, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. No plano diplomático, a proteção da Inglaterra trouxe conseqüências históricas de grande importância para Portugal e para o Brasil.

Com base no parágrafo acima responda:

a) Quais os benefícios obtidos pela Inglaterra, tanto na Europa quanto na América portuguesa, decorrentes da aliança luso-inglesa?

b) Quais as conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia diplomática para Portugal e Brasil, a curto e a longo prazos?

Márcio Blois Gasparri (20/20)

a) A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807, sob a proteção inglesa, em decorrência do expansionismo napoleônico no continente europeu, marca um período de aprofundamento nas relações entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Britânica. A urgência da situação na Europa obrigou a Coroa Portuguesa a aceitar e acatar a imposição de medidas relacionadas ao comércio que claramente beneficiavam os ingleses. O tratado de 1810, que se deu dois anos após a abertura dos portos, é um exemplo claro disso. Por meio dele, produtos ingleses tinham mais facilidade para entrar na América Portuguesa, devido à redução tarifária. O estreitamento das relações luso-inglesas era, assim, vantajoso para os ingleses em seus interesses econômico-comerciais, pois permitia-lhes expandir suas relações comerciais em um período bastante delicado, em que seus produtos encontravam dificuldades para entrar no Velho Continente devido ao cerco napoleônico. Na Europa, os benefícios da aliança com Portugal eram também consideráveis para a Inglaterra. Por meio dela, os ingleses poderiam encontrar uma "brecha", um canal de acesso a um continente sob o jugo das tropas napoleônicas. Mesmo depois da derrota das tropas de Napoleão, percebe-se que a influência inglesa no país permaneceu intensa, algo que só foi enfraquecido após a Revolução do Porto de 1820.

b) As conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia foram significativas tanto para o Brasil quanto para Portugal. O Brasil herdaria uma relação econômico-política desvantajosa para os seus interesses. Essa situação, no plano comercial, só iria assumir novos rumos a partir de 1844, com a tarifa Alves Branco. A autonomia tarifária buscada pelos brasileiros, no entanto, desgostava a principal potência hegemônica da época e tinha repercussões em outros planos. Parece, por isso, ser razoável entender que a maior repressão ao tráfico negreiro – algo, é verdade, já demandado há tempos pelos ingleses – institucionalizada pela Bill Aberdeen, seja, até certo ponto, reflexo do impulso autonomista brasileiro.

Para Portugal, a estratégia referida trazia sérias conseqüências. No curto prazo, a principal delas talvez tenha sido a perda de sua hegemonia comercial na então colônia. Era algo que, sem dúvida, piorava a sua já complicada situação, pois via sua economia bastante prejudicada pela invasão e guerra promovidas pelos franceses. No longo prazo, percebe-se que a aliança com a Inglaterra teve como conseqüência, entre outras coisas, o aprofundamento de seus laços de dependência com a potência britânica. Portugal entraria, assim, na órbita econômica da grande potência de forma submissa, incapaz de articular uma política internacional plenamente autônoma.

Questão 2

"O decênio que vai de 1868 a 1878, escrevia Sílvio Romero, foi 'o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual'. Um *bando de idéias novas* agitou o país nesse período, dando-lhe novas diretrizes. (...) Com a abolição do tráfico deu-se uma 'transformação maravilhosa', abrindo novas perspectivas materiais e intelectuais ao país." (João Cruz Costa, in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico.* Tomo II, Volume V, São Paulo, DIFEL, 1969, p. 330).

a) A que "idéias novas" se referia Sílvio Romero?

b) De que forma essas "idéias novas" penetraram no pensamento das elites brasileiras?

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

A segunda metade do século XIX foi marcada por um conjunto de transformações profundas na estrutura sócio-econômica e intelectual do Brasil, que desaguariam, mais tarde, na queda do regime monárquico. Em termos sócio-econômicos, o fim do tráfico negreiro (1850) e o crescimento da imigração européia assinalaram o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Política e intelectualmente, a Guerra do Paraguai (1864 –1870) e a influência de doutrinas científicas como o Darwinismo e o Positivismo Comteano ocasionaram o aparecimento de novos padrões estéticos e idéias políticas.

a) Nesse contexto, surgem as "idéias novas" a que se refere o crítico sergipano Sílvio Romero. Na literatura, assiste-se à substituição do Romantismo pelo ideal do Realismo-Naturalismo, com sua proposta de percepção mais fiel do real, lançada na França por autores como Flaubert e Zola, e que terá seus maiores representantes brasileiros em Machado de Assis, Raul Pompéia e Aluízio Azevedo. Sofrendo o impacto do evolucionismo e do cientificismo da época, surgirão estudos sociológicos e antropológicos que buscarão contrapor-se à idealização romântica do indianismo, com a incorporação, pela primeira vez, do elemento negro e mestiço na formação da identidade nacional, embora com um viés marcadamente racista e eurocêntrico, nas obras de Nina Rodrigues, Araripe Júnior e Sílvio Romero. De modo geral, tais idéias literárias, sociológicas e antropológicas estão relacionadas com o advento dos ideais do Republicanismo e do Abolicionismo, este último tendo como grande tribuno o pernambucano Joaquim Nabuco.

b) O modo como as idéias de República, Abolição e Naturalismo penetraram nas elites pensantes brasileiras ao longo do século XIX seguiu uma linha de continuidade em relação a outras idéias "importadas", como o Liberalismo no início do Império. Como aponta Roberto Schwartz, as idéias "trazidas de fora" sempre estiveram "fora do lugar" no Brasil, adaptando-se ao gosto e aos interesses das elites locais. Assim, os ideais republicano e abolicionista foram incorporados aos anseios políticos e econômicos das elites oligárquicas cafeeiras do Oeste paulista, desejosas de maior

descentralização política e de maior autonomia federativa, bem como de mudanças na organização do trabalho. Ao mesmo tempo, a visão antropológica fornecida pelo Naturalismo e pelas teorias evolucionistas de Darwin e Spencer enxergava a questão racial com lentes acentuadamente deterministas e etnocêntricas, encarando a miscigenação como fator de "degenerescência das raças" e preconizando, em lugar desta, o "embranquecimento" da população brasileira, mediante o estímulo à imigração européia. Tal racismo antropológico ajustou-se, assim, perfeitamente à visão "européia" das elites, sintonizando-se com seus interesses políticos e econômicos.

Questão 3

A Primeira Guerra e a depressão dos anos 30 prejudicaram o comércio exterior da América Latina, reduzindo, no primeiro caso, o fornecimento externo de manufaturas e, no segundo, suas exportações primárias de alimentos. Essas perturbações tiveram impacto sobre o sistema produtivo, que se voltou para a industrialização substitutiva de importações, e sobre o controle do poder local, que passou das oligarquias agroexportadoras para as novas elites urbanas, num processo que fortaleceu o Estado e seu papel econômico.

Discuta a assertiva acima, indicando os impactos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 sobre o Brasil.

Frank Almeida de Sousa (19/20)

Os efeitos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 no Brasil podem ser interpretados de pelo menos duas maneiras. Considerando, primeiramente, a teoria dos choques adversos, que afirma que esses eventos, ao prejudicarem o tradicional comércio exterior brasileiro, forçou o País a uma incipiente substituição de importações utilizando capacidade industrial previamente instalada a fim de prover as necessidades domésticas de produtos industriais. Assim, por ocasião da I Guerra e a conseqüente interrupção do intercâmbio comercial que direcionava manufaturas ao Brasil, foi necessário utilizar máquinas e fábricas existentes, muitas das quais tinham capacidade ociosa, para substituir as importações.

A crise dos anos 30, por seu turno, prejudicou o comércio de forma geral, o que reduziu a demanda mundial pelos produtos primários brasileiros e, por conseguinte, restringiu a capacidade importadora do País desprovido de divisas. Foi necessário, novamente utilizar a indústria interna, reaparelhada nos anos anteriores, para novamente substituir importações.

Outra interpretação relativa aos impactos dos eventos em apreço sobre a industrialização brasileira ressalta a importância da economia agro-exportadora, como geradora de divisas que

teriam possibilitado a importação de equipamentos industriais e investimentos externos por conta da economia cafeeira. A primeira Guerra e a depressão dos anos 30 teriam sido, dessa forma, negativas ao dificultarem a importação de novas máquinas.

É possível, contudo, conciliar as duas interpretações. Se, por um lado, as crises externas dificultaram o reaparelhamento da indústria local, por outro lado, existia capacidade ociosa que foi utilizada. Ademais, no período que se seguiu entre a I Guerra e a crise de 29, foi possível importar novos equipamentos, de forma que nos anos 30 a substituição de importações logrou avançar.

O fato é que, no início da década de 30, a indústria começava a desempenhar importante papel, contrastada ao declínio da economia da agro-exportação. Novos interesses da sociedade forçaram a queda do modelo da República Velha no qual as oligarquias dos Estados eram preponderantes.

Portanto, a Primeira Guerra e a depressão dos anos 30, ao mesmo tempo em que estimularam o desenvolvimento industrial, forçaram a desarticulação da economia agro-exportadora e de seu corolário político: a República Velha. A partir do início da queda de 30, novo modelo econômico começava a ser gestado, no qual o País buscará seu desenvolvimento, utilizando, para tanto, a industrialização.

Questão 4

"Uma das coações aos pensadores cristãos que tentaram entender o Islã era analógica: posto que Cristo é a base da fé cristã, presumia-se – de modo totalmente errôneo – que Maomé era para o Islã o mesmo que Cristo para o cristianismo. (...) Dessas e de muitas outras concepções equivocadas 'formou-se um círculo que nunca foi rompido pela exteriorização imaginativa', [segundo Norman Daniel]." (Edward W. Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 70).

Analise de forma crítica o parágrafo acima, considerando a persistência histórica no século XIX dos estereótipos construídos pelo Ocidente com relação ao Oriente e, em particular, com relação aos povos árabes.

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

Uma das considerações subjacentes ao neocolonialismo do século XIX é a idéia de que a supremacia econômica das potências imperialistas européias se traduziria necessariamente numa supremacia cultural da Europa civilizada sobre os povos bárbaros do Oriente e da África. A suposta superioridade funcionava como uma justificativa à dominação dos povos colonizados.

Essa supremacia cultural obviamente teria repercussão na religião. A espiritualidade e a moral dos povos "não civilizados" seria entendida a partir de uma ótica "civilizada". Os valores de

sociedades ditas bárbaras seriam apreendidos a partir das ponderações da própria construção ético-filosófica dos povos colonialistas cristãos.

Com o Islã, a apreensão cristã seria particularmente conflitiva, uma vez que seriam religiões fundamentalmente rivais quanto a diversos aspectos de suas crenças: o monoteísmo, a sacralização da cidade de Jerusalém, o caráter textual de seus códigos de conduta moral: o Novo Testamento e o Corão.

Na figura de Cristo, residiria outro aspecto que daria margem a equívocos. A divinização de Cristo não encontra paralelo no islamismo, para quem Maomé é o profeta, entre outros – Cristo, inclusive. Não se confundem as figuras de Alá e Maomé como se faz no mistério trinitário cristão. As considerações da fé maometana em particular, e do rol de valores dos povos árabes em geral, foi muito influenciada pelos preconceitos estabelecidos por séculos de doutrinamento cristão.

O julgamento equivocado de uma religião por outra não é um aspecto datado historicamente, mas processo inerente ao conflito de duas superestruturas culturais, sempre que suas bases econômicas entram em um processo de dominação. Assim foi a apreensão dos primórdios do Cristianismo pelos romanos, para os quais o ideário cristão era uma moral de escravos. Para os europeus colonialistas do século XIX, o Islamismo seria uma moral de beduínos.

Questão 5

O sistema internacional da bipolaridade não foi bipolar durante todo o transcurso histórico a ele atribuído. Analise a evolução da sua condição de um sistema condominial típico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial para o arranjo mais flexível entre as duas superpotências nos anos 60 e 70 em torno dos seguintes elementos de transformação do sistema:

a) a revitalização internacional da Europa e sua contribuição ao deslocamento da competição do terreno do liberalismo universal e ilimitado proposto pelos Estados Unidos para o dos mercados organizados e, até certo ponto, protegidos; e

b) o peso gradual das armas nucleares nas contendas da balança de poder mundial.

Leonardo de Almeida Carneiro Enge (18/20)

O sistema internacional de distribuição bipolar do poder emerge como conseqüência da Segunda Guerra Mundial: destruída a infra-estrutura econômica e militar de Europa e Japão, resta aos EUA e URSS a divisão do poder, o que os joga, instantaneamente, do campo de aliados ao de oponentes.

Yalta, e principalmente Potsdam, sinalizam claramente aos EUA a ascensão de seu futuro contendor. A bipolaridade se expressa claramente em vários campos: no das idéias, opõe liberalismo a socialismo, e nesse sentido atualiza o debate ideológico que se arrastava, sem solução, desde meados do século XIX. No campo político, opõe um regime democrático a um totalitarismo crescente. Na economia, confronta o ideário do capitalismo de mercado ao da economia centralizada e estatizante, de inspiração marxista. Finalmente, no campo militar, opõe os dois exércitos mais poderosos do mundo e, a partir de 1949, as duas primeiras potências nucleares.

a) É neste contexto, e como efeito desta disputa, que devemos analisar a reconstrução e conseqüente revitalização da Europa. O descomunal afluxo de capitais americanos originado pelo plano Marshall nada mais é que a expressão econômica da política de containement da URSS cristalizada na Doutrina Truman. O bipolarismo se expressa nas disputas entre Plano Marshall e COMECON, OTAN e Pacto de Varsóvia, Gagárin e Armstrong e tantas outras.

Nos anos 60 e 70, os efeitos do Plano Marshall sobre a Europa Ocidental já podem ser notados em sua totalidade: o continente foi reconstruído e passa por intensa reemergência no plano econômico. Alemanha Ocidental, Inglaterra, França e Itália voltam a pertencer ao time das grandes economias.

Entretanto, a conformação político-econômica da Europa que novamente despontava no horizonte das grandes potências não era cópia exata da organização americana. Desde o início, a Europa se pauta por políticas protecionistas (especialmente, mas nem de longe exclusivamente, do setor agrícola) como forma de conquistar competitividade internacional. O planejamento das economias européias se dá em escala muito maior que nos EUA, processo que não arrefeceu e foi incentivado pela gestação da União Européia. A social-democracia constituiu, e ainda constitui, força política de peso freqüentemente majoritário no continente, e teve papel preponderante na constituição e manutenção dos Welfare States que ocorreram a partir dos anos 60. Nesse sentido, a revitalização da Europa atua como um contraponto ao bipolarismo, situando-se entre o liberalismo "total" proposto pelos EUA e o estatismo soviético. A Europa torna-se zona "cinzenta", um "degradê" entre os matizes radicais de EUA e URSS, atuando de certa forma como amortecedor dos conflitos bipolares ao adotar posições intermediárias entre as superpotências.

b) No campo nuclear, a expansão dos membros do "clube nuclear" iniciada com a Inglaterra nos anos 50 e terminada com Índia e Paquistão na década de 70 apontou claramente para uma multipolaridade, na qual potências regionais como a China se afirmam claramente em termos militares. O Tratado de Não-Proliferação aproxima as superpotências na tentativa de restrição de acesso ao "clube", e portanto de criação de novos pólos de poder.

O TNP, em que pese o fato de que muitas das adesões foram realizadas visando à segurança em subsistemas regionais (países que escolhem abrir mão do acesso a tecnologias sensíveis em troca de maior segurança regional), obteve grande sucesso, com medidas diplomáticas das duas superpo-

tências no mesmo sentido.

Dessa forma, a expansão da nuclearização age de dois modos na flexibilização do sistema bipolar:

1) Num primeiro momento, criando pólos alternativos, ainda que regionais, de poder militar.

2) A partir de iniciativas visando a não-proliferação, aproximando as superpotências em torno da consecução de um objetivo comum: a manutenção, tanto quanto possível, do equilíbrio de poder bipolarizado em termos militares.

Noções de Direito

A prova consistirá de cinco questões dissertativas. O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Direito interno

01. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
02. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
03. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
04. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
05. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista). Estado democrático de direito.
06. Organização dos poderes no direito brasileiro.
07. Processo legislativo brasileiro.
08. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
09. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
10. Atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Controle de legalidade dos atos da Administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional

01. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP). Fundamento de validade da norma jurídica internacional. DIP e direito interno. DIP e direito internacional privado.
02. Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões de organizações internacionais. Normas imperativas ("jus cogens").
03. Sujeitos do DIP: Estados {Conceito. Requisitos [Território, população (Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação, expulsão e extradição), governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados]. Surgimento. Reconhecimento (de Estado e de governo). Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade de jurisdição. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades}. Organizações internacionais [Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. Organização das Nações Unidas (ONU)]. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano. Indivíduo.
04 Solução pacífica de controvérsias internacionais. Artigo 33 da Carta da ONU. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
05. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional). Tribunais internacionais (San José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).
06. Direito da integração: noções gerais. Mercosul e União Européia (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).
07. Direito internacional econômico: conhecimentos elementares. Organização Mundial do Comércio (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

Bibliografia:

I – Documentos

Constituição Federal (1988)
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961);
Relações Consulares (1963); e
Direito dos Tratados (1969).
Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991)
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994)
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994)
Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994)

II – Livros

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato – Noções de direito*. Brasília: FUNAG, 1995.
BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
________________. *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.
BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
ENGISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima e Ernesto Henrique Fraga Araújo. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.
REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
SILVA, José Affonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 19ª ed. São Paulo:

Malheiros, 2001.
SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 40 linhas

Questão 1

O Sr. Irnério Ahnolob, brasileiro nato, é suspeito de envolvimento em um dos crimes previstos no art. 5º (crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão) do tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma). Um grupo de estudantes de Direito discute a possibilidade de que ele seja levado à cidade da Haia, sede do Tribunal, para ser julgado.

Balduína pondera que o Sr. Ahnolob pode ser enviado à Haia, já que o Brasil ratificou o texto de Roma e porque se trata de "entrega", tal como previsto no art. 102-a do Estatuto [*"Por 'entrega', entende-se a entrega de uma pessoa por um Estado ao Tribunal nos termos do presente Estatuto"*]. Heitor contesta a colega. Afirma cuidar-se de "extradição disfarçada". Indica o dispositivo constitucional que proíbe a extradição de brasileiros natos (art. 5º-LI), para afirmar a inconstitucionalidade, no ponto, do tratado. Alberto, por sua vez, endossa a tese de Heitor. Destaca, ainda, que o inciso LI do art. 5º da Constituição é cláusula pétrea, não podendo ser abolido sequer por emenda à Constituição.

Posicione-se, de modo fundamentado, no debate, assumindo que: (i) o Brasil ratificou o Estatuto de Roma; (ii) o referido tratado não admite reserva (art. 120); (iii) o Estatuto já entrou em vigor no plano internacional; e (iv) o suposto crime cometido por Irnério é posterior à data de entrada em vigor do tratado.

Marcos Henrique Sperandio (20/20)

O debate entre Balduína, Heitor e Alberto está permeado pelo tratamento dispensado pela Constituição de 1988 aos direitos humanos. O diploma constitu-cional, já em seu preâmbulo, assegura o exercício dos direitos e garantias individuais. Em seguida, estabelece a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Construir uma sociedade justa, livre e solidária, bem como promover o bem-estar de todos, independentemente da origem, raça, cor, credo e qualquer outra forma de preconceito são objetivos de Estado, arrolados na Lei Maior. No plano externo, o artigo 4º da Constituição Federal apresenta os princípios pelos quais o país é regido em suas relações internacionais, entre os quais se destaca a prevalência dos direitos humanos. O posicionamento no debate deve, portanto, levar em consideração esses preceitos constitucionais.

Foram três as maiores objeções levantadas quando da assinatura do Estatuto de Roma, em 1998, pelo Brasil: a questão da nacionalidade, da pena perpétua (defendida pelo Estatuto) e a questão da coisa julgada. O diploma constitucional brasileiro não permite extradição de brasileiro nato e condena o caráter de perpetuidade de julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de casos já contemplados por sentença condenatória, em âmbito nacional.

Tais objeções, porém, não impediram a ratificação do Estatuto de Roma pelo Brasil. A questão crucial que viabilizou o feito foi a diferenciação entre extradição e entrega (surrender). A extradição se apresenta como ato de cooperação entre Estados soberanos. Essa modalidade jurídica tem como fundamentos: tratados e, em sua ausência, promessa de reciprocidade e interesse da justiça. Já a "entrega", o surrender, revela-se ato de obediência à decisão de organização internacional, in casu, o Tribunal Penal Internacional. São nítidas, portanto, as diferenças quanto à natureza jurídica de ambas as modalidades. O surrender tem em um de seu pólos organização internacional e, no outro, Estado membro da entidade (no caso, o Brasil). A relação jurídica existente difere dos pólos observados na extradição.

A aparente inconstitucionalidade, argüida por Heitor, é, portanto, infundada. O surrender está longe de ser "extradição disfarçada". Qualquer brasileiro nato, tendo cometido os crimes previstos no artigo 5º do Estatuto, pode ser entregue ao TPI, sempre levando em conta o caráter subsidiário de sua jurisdição.

Já o argumento de Alberto não se aplica a esse caso em concreto. É certo que o artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal coloca os direitos e garantias individuais como cláusula pétrea. É fundamental, porém, aplicar a hermenêutica constitucional lato sensu. O ethos do diploma legal em tela privilegia a proteção internacional dos direitos humanos. Crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, de guerra e de agressão não encontram guarida constitucional. A maior prova da motivação do constituinte quanto à proteção internacional dos direitos humanos é o artigo 7º dos ADCT, que prevê o apoio brasileiro à criação de Tribunal Internacional em matéria de direitos humanos.

É lícito, portanto, posicionar-se em favor de Balduína, segundo a qual o Sr. Arnoldo pode ser enviado à Corte da Haia.

Questão 2

Certo líder de grupo terrorista, conhecido pela contundência de sua atuação, entra em prédio de Embaixada brasileira no Exterior e, invocando o art. 4º - X da Constituição Federal ["*A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios (...) X – concessão de asilo político*"], pede asilo.

Proponha resposta — devidamente fundamentada — à solicitação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A questão trata dos fundamentos que legitimam o instituto do asilo político perante o Direito Internacional Público, assim como sua condição (aceitação) no plano internacional.

O instituto do asilo, latu sensu, não é novo. C. Albuquerque Mello relata que já na Grécia antiga podem-se observar ações que a ele se assemelham. O asilo foi amplamente utilizado na época medieval, seja em Igrejas, seja em outros Estados. Entretanto, no decorrer da época moderna, foi objeto de abusos por parte de embaixadores pouco escrupulosos, que chegavam a "alugar" residências oficiais a criminosos comuns, com base no princípio da extraterritorialidade. Desde então, tem sofrido diversas críticas.

O asilo político divide-se em asilo territorial e asilo diplomático. O primeiro é conferido no próprio Estado Territorial, e é geralmente mais aceito internacionalmente. O segundo é conferido em legações do Estado asilante no exterior. É importante salientar a diferença, pois, afastado o princípio da extraterritorialidade das legações, pelo qual a Embaixada, por exemplo, era vista como uma extensão do território do Estado, o indivíduo que requer asilo numa legação permanece sob a jurisdição do Estado de que foge ; entretanto, essa jurisdição não é exercida, em vista da imunidade de jurisdição da legação internacional, que se baseia, modernamente, no princípio do interesse da função e na reciprocidade. O asilo diplomático é controverso no plano internacional, mesmo que países que o questionem não se importem em conferi-lo quando conveniente.

O direito de asilo baseia-se em um princípio humanitário e é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Não obstante, a jurisprudência tem entendido que não se trata de um direito oponível aos Estados; estes têm a discricionariedade em decidir sobre a oportunidade e conveniência de sua concessão, mesmo que presentes os requisitos legais. O asilo diplomático, como no caso em questão, conheceu ampla aceitação na América Latina, chegando, para muitos, a configurar um costume internacional de âmbito regional. O caso Haya de La Torre, em particular, entre o Peru e a Colômbia, teve ampla repercussão internacional, chegando a ser decidido pela Corte Internacional de Justiça, na década de 1950. A decisão, contraditória e inexeqüível, demonstrou a necessidade de codificar tal costume internacional, o que se deu na Convenção de Caracas, na mesma década.

Por essa convenção, ratificada pelo Brasil, cabe ao país asilante decidir acerca da qualidade

do crime imputado ao indivíduo. Essa previsão é de suma importância, pois não mais se aceita asilo por crime comum, sendo restrito a crimes de natureza eminentemente política. A diferenciação, entretanto, é por vezes difícil, o que não raro leva a divergências. A concessão do asilo político é ato soberano e discricionário do Estado da legação; uma vez conferido, o Estado territorial é obrigado a conferir o salvo conduto para que o asilado se retire de seu território. A Convenção de Caracas é clara quanto à obrigatoriedade do salvo conduto. Entretanto, tem ela um número limitado de membros, e pode haver dificuldades em relação a países que questionam a legalidade do asilo diplomático.

O Brasil, em específico, é não apenas parte dessa convenção, como também reconheceu, na Constituição, a concessão do asilo político como um dos princípios de suas Relações Internacionais. Assim, no caso em questão, cabe ao Estado brasileiro, discricionariamente, decidir se concede ou não o asilo requerido. Em particular, cumpre decidir se os crimes imputados ao requerente são de natureza política. Em se tratando de atividade terrorista, inclina-se pela negativa, mesmo porque o repúdio ao terrorismo configura-se como outro princípio das Relações Internacionais do Brasil, conforme previsto no artigo 4º da C.F. Entretanto, cumpre observar as circunstâncias do caso para se decidir com fundamentação imparcial. Em se negando a natureza política do crime imputado, deve o Brasil entregar o acusado às autoridades jurisdicionais do Estado territorial.

Questão 3

Comente — argumentando a favor ou contra — o seguinte trecho:

"Por sua própria construção, o sistema jurídico mundial é incapaz de um papel político. Ele multiplica sem cessar os textos e se ramifica cada vez mais. Existem hoje muitas dezenas de convenções internacionais e muitos milhares de textos jurídicos especializados, aos quais se somam aqueles gerados pelos organismos multilaterais, cujo número e quantidade de membros não param de crescer. A isso se juntam ainda as dezenas de entidades regionais, que têm, cada qual em seu nível, as mesmas ambições e as mesmas produções. Mas esta construção é uma Torre de Babel, complexa e impotente". (*In* DELMAS, Philippe. *O belo futuro da guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1996, pp. 147-148, com adaptações).

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

A crescente complexidade do sistema jurídico mundial reflete o dinamismo da sociedade das nações nos dois últimos séculos, dado pela multiplicação de Estados, pela emergência de novos atores internacionais – organizações inter e supraestatais – e pelo esforço de positivação do relacionamento político entre as nações e das normas consuetudinárias internacionais.

No contexto estatal interno, o ordenamento jurídico visa estabelecer normas de conduta e solucionar os conflitos existentes entre os indivíduos. O esforço de normatização pelo Direito Interno acaba necessariamente por estabelecer parâmetros à ação política. Similarmente, o Direito Internacional condiciona a ação política dos Estados, seus sujeitos por excelência, tanto negativamente, impondo limites a suas ações, quanto positivamente, imputando-lhes responsabilidades de agir. O fato de o Direito Internacional ser um direito de coordenação entre entidades soberanas, e não de subordinação, não diminui o papel político do ordenamento jurídico mundial; pelo contrário, implica grande efeito político porque representa a adesão e vinculação voluntária de Estados numa sociedade internacional paritária.

Exemplificando como a ordem jurídica mundial exerce uma função política nas sociedades contemporâneas, cabe lembrar como as resoluções das Nações Unidas, em seus objetivos de promover a paz e a segurança mundial, têm impactado a ação política dos Estados-membros; como painéis e decisões da Organização Mundial do Comércio têm redefinido a diplomacia econômica entre os países; como a institucionalização e positivação jurídica de acordos econômicos no âmbito dos blocos regionais têm aprofundado o relacionamento político entre os participantes; e como as convenções e tratados internacionais têm condicionado o equilíbrio de forças e os limites de ações políticas de seus signatários.

Assim sendo, advogar a incapacidade de o sistema jurídico mundial de exercer um papel político na comunidade das nações seria tão improcedente como esvaziar o conteúdo político do ordenamento jurídico de um país em particular.

Questão 4

Em visita oficial ao Brasil, o Presidente de determinado país foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo cometimento de crime contra a humanidade. Pesam sobre ele acusações de haver perpetrado graves atrocidades contra minorias étnicas da população de seu país. Dadas as circunstâncias, discorra sobre a admissibilidade da ação.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

A persecução penal no Brasil condiciona-se à observância do "princípio da territorialidade". Necessário, então, que o crime tenha sido praticado em território brasileiro. Crimes praticados no exterior só podem ser submetidos à jurisdição da justiça brasileira quando o agente que os perpetrou também seja brasileiro, ou em hipóteses restritas elencadas no Código Penal.

A ação proposta pelo Ministério Público Federal enfrenta diversos óbices, que impedem sua admissão. O primeiro empecilho decorre do fato de o crime ter sido praticado por estrangeiro em

outro país, conflitando, à evidência, com o referido princípio da territorialidade, consagrado na legislação penal brasileira. Fosse o agente brasileiro, a ação poderia ter curso, o que, todavia, não é o caso.

De outra parte, cumpre atentar para o fato de que o acusado é chefe de Estado em pleno exercício do cargo, gozando, assim, de imunidade penal, por se tratar, inclusive, de visita oficial. Sua presença no Brasil se deve a razões diplomáticas, atuando como máximo representante de seu Estado, o que bastaria para atrair, por exemplo, as garantias e prerrogativas constantes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Se os membros da representação diplomática fazem jus à imunidade penal, o Chefe de Estado, a fortiori, também o fará.

A denominada "jurisdição universal", propugnada por aqueles que defendem a competência de qualquer nação para julgar crimes contra a humanidade, não encontra respaldo no Direito brasileiro, que se apóia fundamentalmente, como visto, no princípio da territorialidade.

Em face do exposto, a ação proposta pelo Ministério Público deve ser inadmitida, uma vez que a Justiça brasileira carece de competência para examinar e julgar o caso.

Questão 5

Invocando o princípio da autodeterminação dos povos, Ponoukele, colônia de Drelchkaff, proclama sua independência. O novo governo adota, sem maiores explicações, medidas restritivas de direitos da minoria étnica residente no Norte do país. Determina, em seqüência, o envio daquela população para região inóspita no Sul de seu território, onde as perspectivas de sobrevivência são escassas. Por conta da prática de tais atos, poucos países reconhecem o novo Estado, bem como seu governo.

Dentro do governo de Ponoukele surge a preocupação de que, não tendo sido reconhecido nem o novo Estado nem o seu governo, a antiga metrópole estará legitimada a reassumir o controle sobre Ponoukele. O novo Chanceler lembra a seus pares, no entanto, que "o reconhecimento por parte de outros sujeitos de Direito Internacional é irrelevante". Alega que a existência do Estado Ponoukelense independe do reconhecimento pela comunidade internacional.

Considerando o tema do reconhecimento de Estado e de governo no momento presente, aprecie a situação.

Claúdia AngélicaVasques Silva (20/20)

A apreciação da situação em tela é bastante complexa. Envolve questões como reconhecimento de Estado e de governo, além de problemas relativos ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, de um lado, invocar o direito de autodeterminação dos povos no caso de uma colônia é perfeitamente legítimo e está em conformidade com a jurisprudência internacional. Por outro lado, a ação arbitrária contra a minoria étnica e seu deslocamento para região inóspita pode suscitar medidas de ingerência por parte da comunidade internacional em Ponoukele.

Para que um Estado seja reconhecido como tal deve contar com povo, território e governo. A legitimidade do governo de Ponoukele, no entanto, torna-se bastante questionável em vista do arbítrio e da ação contrária aos direitos humanos. Não obstante, a observação do chanceler ponoukelense está de acordo com diretivas da O.N.U., embora o chanceler tenha deixado de considerar que a crise humanitária promovida pelo governo pode vir a causar pedidos de direito de ingerência por parte de terceiros Estados e não apenas da antiga metrópole.

Quanto à situação da antiga metrópole, o não reconhecimento do governo e do Estado de Ponoukele pela comunidade internacional, por si só, não legitimaria a recolonização da parte de Drelchkaff. A situação humanitária e o arbítrio, contudo, poderiam servir de base à tentativa de recolonização do território, vez que Drelchkaff poderia alegar que o <u>*statu quo ante*</u> *estava de acordo com o respeito aos direito humanos. A tendência em casos semelhantes, contudo, não tem sido privilegiar as metrópoles.*

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - <u>Conceitos básicos</u>

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - <u>Formação da Economia Brasileira</u>

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o <u>Manual de</u>

Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Publifolha, 2000.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia.* Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia.* São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON, P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia.* Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 30 linhas

Questão 1

Explique por que a indexação das faixas de renda, que elevou os valores mínimos para incidência de imposto na tabela do imposto de renda para as pessoas físicas (IRPF), aprovada recentemente no Brasil, contribui para expandir o consumo da economia.

Eduardo Cançado Oliveira (20/20)

O imposto de renda é um importante instrumento de atuação econômica. Através desse imposto, que é um mecanismo da política fiscal do Estado, o governo arrecada fundos para financiar suas atividades, distribui renda através do fornecimento de serviços públicos pagos com essa arrecadação e interfere na demanda agregada do país. Esse último efeito nem sempre é diretamente visado pelo governo, tratando-se de uma conseqüência extra-fiscal, que, entretanto, não deixa de ser relevante.

A recente indexação das faixas de renda do IRPF aumentou os valores mínimos de renda para a incidência do referido tributo. Isto quer dizer que para surgir a obrigação de pagamento do imposto, a renda auferida deve ser maior que no passado. Assim, maior parcela da população (parcela essa de menor renda) está isenta do tributo e, portanto, possui maior disponibilidade de recursos para consumir. A parcela da renda que seria destinada ao fisco fica liberada para uso, incentivando o consumo.

Poder-se-ia argüir que essa maior disponibilidade de renda não seria usada em consumo, mas aplicada em poupança. No entanto, isso levaria, indiretamente, a uma situação de crédito mais fácil e barato, o que, por sua vez, levaria à expansão do consumo.

O produto interno, sob a ótica da renda, pode ser expresso pela seguinte equação: $Y = Sd + C + T$, *onde* Y *é a renda total,* Sd *a poupança doméstica,* C *o consumo e* T *os tributos. Dessa equação se tira que* $C = Y - Sd - T$, *o que deixa claro que uma diminuição dos tributos leva a um aumento do consumo.*

Isso explica como as recentes alterações nas faixas de renda mínima para a incidência do IRPF levam à expansão do consumo da economia.

Questão 2

"O diagnóstico estruturalista, para explicar o processo inflacionário em países em desenvolvimento, pressupõe que a inflação está associada à estrutura do comércio internacional, caracterizada pela rigidez das importações e pelo baixo dinamismo das exportações." Comente.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

O diagnóstico estruturalista das causas da inflação, espelhado, por exemplo, nas concepções da CEPAL, assenta que a dependência que têm os países latino- americanos do setor exportador é uma das raízes do processo inflacionário que atinge o continente. As exportações dos países em desenvolvimento lastreiam-se sobretudo em produtos primários, de baixo valor agregado. Tais produtos têm baixa elasticidade-renda, sujeitando-se, ademais , às oscilações de preço que freqüentemente

atingem o mercado de commodities. Daí se falar no baixo dinamismo do setor exportador, já que sua capacidade de gerar divisas encontra-se restringida pela estrutura do comércio internacional, em que aos países em desenvolvimento é atribuído o papel de exportar produtos primários e importar produtos de maior valor agregado (industrializados).

Referida assimetria provoca desequilíbrios na balança de pagamentos, agravando a dependência externa do país. A deterioração dos meios de troca estimula o processo inflacionário, em razão, por exemplo, da política cambial adotada. Ao almejar tornar o setor exportador mais competitivo (por meio, a título de ilustração, de desvalorização da moeda), tal política acaba por levar ao encarecimento das importações, elevando o nível geral de preços. Mesmo a ação estatal no sentido de suprir essa deficiência, através de investimentos destinados a criar uma infra- estrutura indispensável à industrialização do país, apresenta um inegável potencial inflacionário.

O viés estruturalista acentua, logo, que uma das causa da inflação é a dependência dos países em desenvolvimento com relação ao setor externo. De um lado, exportações – segundo os estruturalistas – com baixo potencial gerador de divisas. De outro, importações de produtos industrializados capazes de acarretar uma "sangria" das reservas existentes. Trata-se de uma assimetria "estrutural" – a inflação não advéria, assim, de um "excesso" de moeda na economia, como preconizam os monetaristas, mas de causas mais profundas, dentre as quais se inclui, como visto, a estrutura do comércio internacional.

Questão 3

Um dos instrumentos de que as autoridades monetárias dispõem para controlar a oferta monetária da economia consiste em determinar o encaixe mínimo compulsório sobre os depósitos em conta corrente administrados pelo sistema bancário. Descreva esse instrumento de política monetária e explique por que o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto, utilizando o conceito de multiplicador monetário.

Simone Meira Dias (20/20)

De acordo com a meta econômica a ser atingida, a política monetária dispõe de diversos mecanismos de controle da oferta monetária, como emissões, taxa de juros, open market (compra e venda de títulos públicos), reservas compulsórias depositadas no Banco Central e o encaixe técnico compulsório dos Bancos Comerciais.

Na realidade, sendo uma autoridade monetária, o Banco Central pode controlar a oferta de moeda ao determinar a quantidade de reservas que os bancos comerciais precisam enviar ao próprio Banco Central como garantia, e ao estipular o encaixe mínimo compulsório, isto é, a quantia mínima que os Bancos Comerciais precisam separar para compensar os depósitos em conta corrente.

Se o objetivo da política econômica é expandir a economia, elevando a demanda agregada, o governo procura aumentar a oferta de moeda. Nesse caso, o Banco Central diminui o encaixe mínimo compulsório, garantindo maior liberdade ao setor bancário para multiplicar a moeda. Se a meta é reduzir o ritmo da economia, o Banco Central aumenta o encaixe mínimo compulsório, diminuindo a oferta de moeda e "enxugando" o sistema.

Entretanto, o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto. A moeda que as pessoas detêm e os depósitos em conta corrente (M1) são constantemente multiplicados pelos Bancos Comerciais. Tal capacidade multiplicadora se verifica a cada novo empréstimo que os bancos efetuam. Assim, se todos resolvessem retirar seus depósitos bancários ao mesmo tempo, essas instituições não poderiam atender à solicitação. Para controlar a oferta monetária de forma mais efetiva, as autoridades teriam de recorrer aos depósitos compulsórios junto ao Banco Central, ao controle sobre emissões e juros, bem como às atividades de open market.

Questão 4

Argumenta-se, freqüentemente, que é preciso manter o preço da energia elétrica baixo para que o consumidor, particularmente aquele mais desfavorecido, não comprometa parte significativa de sua renda com o consumo desse produto. Explique por que a teoria econômica pode rejeitar esse tipo de argumentação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A energia elétrica é um bem econômico de características próprias. Além de poder ser entendido como bem final (uso residencial, por exemplo),apresenta forte caracterização como bem intermediário, ao ser insumo imprescindível para a produção industrial e para o comércio. Assim, observar apenas uma de suas características pode levar a políticas econômicas equivocadas.

O governo brasileiro tem, recorrentemente em sua história, aplicado política de tarifas compulsórias para determinados bens considerados essenciais, em vista tanto de pressões políticas como de considerações sociais. Essa intervenção do Estado na economia, apesar de parecer louvável a curto prazo, tem-se demonstrado de difícil sustentação. Para muitos, a instituição de tarifas compulsórias em meados do século passado gerou fortes dificuldades financeiras de empresas privadas prestadoras de serviço elétrico, como a Light, e, conseqüentemente, problemas no abastecimento. A incorporação, pelo Estado, dessas empresas pareceu o caminho natural. Entretanto, o crescimento da oferta por amplos projetos de investimento na infra-estrutura energética, conjugado a preços subsidiados ao consumidor, só foi possível com um forte endividamento público. As dificuldades financeiras no setor chegaram a tal monta que, na década de 1990, o Estado não mais tinha capacidade de investir na produção, necessária em vista do aumento crescente no consumo. A solução foi a privatização do setor elétrico, ainda em andamento, pois apenas a iniciativa privada teria os recursos necessários ao investimento.

A instituição de um preço máximo cobrado ao consumidor, aquém do preço de mercado, recai necessariamente sobre o produtor. No curto prazo, leva mesmo à expansão no consumo. Entretanto, o aumento na demanda, não acompanhado por um aumento na oferta (mesmo porque os investimentos no setor são de longa maturação), gera uma tendência a um aumento nos preços. Uma vez que este está proibido, os custos recaem sobre o produtor, que não terá quaisquer incentivos para investir em novas unidades produtivas. Assim, leva, a médio-longo prazo, a uma estagnação da oferta. Tendo em vista a demanda crescente por energia elétrica, e sua característica como insumo produtivo, a deficiência na oferta acarreta forte desaceleração econômica, o que resulta em desemprego e na própria diminuição da renda do consumidor final, em benefício de quem as tarifas compulsórias teriam sido instituídas.

Questão 5

Discuta os principais mecanismos de proteção à indústria nacional que foram utilizados ao longo do processo de substituição de importações, no Brasil.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

O Processo de Substituição de Importação (PSI), adotado pelo Brasil, em diferentes medidas, da Revolução de 30 à década de 1990, levou à industrialização nacional voltada ao mercado interno e à superação da estrutura histórica agrário-exportadora. Sua causa primeira foi o estrangulamento externo, pela queda das receitas de exportação em virtude da crise de 1929, e a conseqüente crise cambial. A desvalorização da moeda doméstica favoreceu o fornecimento interno de bens antes importados, levando a um aumento do investimento e da produção interna. Esse crescimento acarretou novo aumento nas importações (insumos e bens de capital), levando a nova crise cambial e nova desvalorização monetária, e assim sucessivamente.

O primeiro mecanismo de proteção foi, portanto, cambial. Esse, entretanto, onerava o conjunto da sociedade, sendo, já em Dutra, substituído por um sistema de licenciamento de importações e, em seguida, por um sistema de câmbios diferenciados, de acordo com o produto importado. O protecionismo tarifário foi gradualmente consolidando-se como mecanismo de proteção à indústria doméstica, sendo formalmente instituído pela Lei do Similar Nacional, sob o governo JK. O grande crescimento industrial desse período deveu-se a uma série de medidas correlacionadas, como uma maior facilidade de investimentos externos e importação de bens de capital (instrução 113 da SUMOC) e investimentos estatais na criação da infra-estrutura para a produção e para o próprio desenvolvimento de mercado (como a construção de rodovias). O componente governamental passa progressivamente a ter maior relevância na formação da demanda agregada.

Sob o regime militar, a atuação do Estado no PSI assume papel fundamental. Além de fornecer incentivos (fiscais e creditícios, pelo BNDE) à produção privada, aumenta a participação direta do Estado na economia, principalmente no fornecimento de insumos à produção, como

energia e minérios. Além disso, as dificuldades recorrentes de equilibrar o Balanço de Pagamentos no período, causado pelo crescente endividamento externo, leva o governo a criar incentivos diretos à exportação, favorecendo o produtor nacional.

O sucesso do PSI deu-se com um crescimento exagerado da dívida pública (tanto externa como interna), o que causaria graves conseqüências na década de 1980 com o aumento elevado na taxa de juros internacional. Além disso, favoreceu a ineficiência econômica de uma estrutura industrial oligopolizada e pouco competitiva, com produtos de baixa qualidade e preços relativamente altos, recaindo os maiores custos no consumidor final.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

2003

GUIA

DE

ESTUDOS

Ministro das Relações Exteriores
Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Osmar Vladimir Chohfi

Diretor do Instituto Rio Branco
Embaixador João Almino

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2003, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam do **Guia**:
- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em dezembro de 2002.

EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

EM 13 DE NOVEMBRO DE 2002

(publicado no Diário Oficial da União em 18/11/2002)

O **DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO** torna público que estarão abertas, de 06 de janeiro a 21 de fevereiro de 2003, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Fundação Universidade de Brasília (CESPE-FUB), com o qual o IRBr mantém contrato de prestação de serviços técnicos especializados. O texto deste Edital e informações adicionais sobre o Concurso estarão disponíveis nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (http://www.cespe.unb.br/diplomacia).

3. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr), de que é parte integrante aquele programa, regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

4. A remuneração inicial do cargo de Terceiro Secretário é de R$ 4.130,22.

5. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano, que estabelece as condições de habilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso, respeitados os artigos 7º, XXI e 37, VIII da Constituição Federal, as Leis 7.853/89 e 8.112/90, e o Decreto nº 3.298/99.

1. DAS VAGAS

1.1. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1.2. Do total de vagas, 3 (três) serão reservadas a portadores de deficiência e providas na forma do § 2º, do artigo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999.

1.3. Para concorrer às vagas mencionadas no item anterior, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

1.4. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão submeter-se, na Quarta Fase do Concurso, à perícia médica pela Junta de Avaliação, que terá decisão terminativa sobre sua qualificação como portador de deficiência, sobre o grau da deficiência e sobre a capacidade física para o exercício do cargo.

1.5. Esses candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

1.6 As vagas definidas no subitem 1.2 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no Concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem da classificação final.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições poderão ser feitas pela Internet (www.cespe.unb.br/diplomacia) ou pessoalmente, na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais. Para tanto, o candidato deverá preencher requerimento de inscrição e recolher a taxa de inscrição no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), que em nenhuma hipótese será restituída ao candidato.

2.1.1. Inscrições pela Internet: Será admitida inscrição pela Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, a partir das 10:00 horas do dia 6 de janeiro de 2003 e até as 20:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2003 (horário de Brasília).

2.1.1.1 O Instituto Rio Branco e o CESPE não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.1.2 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica; ou

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

2.1.1.3 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *on-line*.

2.1.1.4 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia 24 de fevereiro, primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições.

2.1.1.5 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

2.1.1.6 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, que será feita das seguintes formas:

a) para pagamentos efetuados por meio de débito em conta-corrente, comprovação de pagamento pelo Banco do Brasil;

b) para pagamentos efetuados por meio de documento de arrecadação, comprovação de pagamento pela Caixa Econômica Federal; e

c) para pagamentos efetuados na rede bancária, por meio de boleto bancário, comprovação de pagamento pelos bancos.

2.1.1.7 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.1.1.8 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

2.1.2. Inscrições na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais: os candidatos poderão também inscrever-se nos seguintes endereços:

a) **Em Brasília:**

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61)325-7000/5/6; fax:(61)322-8355; *e-mail:* irbr@mre.gov.br; *Home-page:* www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm.

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

- **Belém (PA)**: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043, fax: (91) 223-5506;
- **Belo Horizonte (MG)**: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2° andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;
- **Curitiba (PR)**: Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400/360-7445, fax: (41) 362-2117;
- **Florianópolis (SC)**: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-9953/331-9200, fax: (48) 234-2324;
- **Fortaleza (CE)**: Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 288-7612/288-7613, fax (85) 281-7036/223-1642;
- **Porto Alegre (RS)**: COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, R. Ramiro Barcelos, 2574, Bairro Santa Cecília, CEP 90035-003, tel: (51) 3316-5906/5907, fax: (51) 3316-5908;

- **Recife (PE)**: Pós Graduação em Direito – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Pernambuco, Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2° andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;
- **Rio de Janeiro (RJ)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, CEP 20080-002, tel: (21) 2263-5562, fax (21) 2263-1462;
- **Salvador (BA)**: Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;
- **São Paulo (SP)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo – ERESP – Memorial da América Latina (Portão n° 12 – Metrô Barra Funda), Av. Auro Soares de Moura Andrade, n° 664, CEP 01156-001, tel: (11) 3823-4698, fax: (11) 3823-4699, e-mail: eresp@memorial.org.br.

2.1.2.1 No caso das inscrições feitas no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, a taxa de inscrição deverá ser depositada na **conta n° 33.448.112-0, Agência n° 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de CESPE-UnB.**

2.1.2.2 Ao solicitar a inscrição no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade;

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

2.1.2.3 Será permitida a inscrição por procuração, junto ao Instituto Rio Branco ou aos Centros Regionais, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

2.2. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.°, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

2.3. **Candidatos casados com estrangeiros**: O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

2.4. **Local das provas**: no ato da inscrição, o candidato deverá declarar a cidade onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 2.1.2 acima. Cabe notar que, embora na mesma cidade, o local de realização de provas poderá não ser o mesmo das inscrições. Cada Centro Regional orientará especificamente os candidatos a respeito. As provas da Segunda Fase serão realizadas na mesma cidade onde o candidato tiver prestado o Teste de Pré-Seleção (TPS).

2.4.1. Os endereços dos locais de realização da prova da Primeira Fase serão publicados no Diário Oficial da União, por meio de edital, até o dia 7 de março de 2003, divulgados nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia e afixados na sede do Instituto Rio Branco e nos Centros Regionais.

2.5. Os candidatos que tencionem concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência e as candidatas que necessitem dispor de local reservado à amamentação durante as provas deverão indicar tais circunstâncias nos campos específicos do formulário de inscrição.

2.6. O Guia de Estudos, que contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas, estará disponível nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia. Os candidatos que assim desejarem poderão recolher 1(um) exemplar do Guia de Estudos na sede do IRBr ou nos Centros Regionais.

2.7. **Normas gerais**:
a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
c) as provas escritas serão feitas com caneta de tinta preta ou azul;
d) no TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta;
e) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova, assegurados os direitos das mães lactantes, como previsto no item 11.3;
f) será eliminado o candidato que: (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
g) será eliminado, ainda, o candidato cuja prova apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
h) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;
i) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

3. DAS FASES DO CONCURSO

3.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 4 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 5 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 7 (sete) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Português Oral, Inglês Oral, Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 6 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 2.2 deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 8 abaixo.

3.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

4. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

4.1. **Data, horário e local**: dia 22 de março de 2003, às 14 horas (horário de Brasília), realizado simultaneamente em Brasília e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 2.1.2. acima. Terá a duração de 5 (cinco) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se pelo menos 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova, munidos do comprovante de inscrição e de cédula de identidade.

No TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta.

4.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório, composta de cem questões de múltipla escolha. Cada questão conterá cinco itens, dos quais apenas um constituirá a resposta correta. O candidato deverá marcar, para cada questão, um e apenas um item na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

As questões versarão, em sua maior parte, sobre as disciplinas cobradas nas fases subseqüentes do Concurso, sem necessariamente se limitarem aos programas estabelecidos para as provas da Segunda e da Terceira Fases. Nas questões de Português e Inglês, avaliar-se-á, além do conhecimento dos idiomas e do uso da norma culta, a capacidade de intelecção e interpretação de textos. Também poderão constar do TPS questões de cultura geral e brasileira.

4.3. **Gabarito**: o gabarito do TPS estará disponível no dia 24 de março de 2003.

4.4. **Avaliação**: as folhas de respostas preenchidas pelos candidatos serão corrigidas por meio de processamento eletrônico. O candidato obterá um ponto para cada questão respondida acertadamente. Não pontuará nos casos de marcar a resposta incorreta, de marcar mais de um item em uma questão (ainda que um deles seja a resposta correta) ou de não marcar nenhum item.

Serão considerados aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores à do 180º colocado. Serão, portanto, convocados seis candidatos para cada vaga aberta pelo Concurso, respeitados os empates na última colocação.

4.5. **Resultados**: a nota de corte – equivalente à obtida pelo 180º classificado – será anunciada até às 18 h do dia 25 de março de 2003, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não caberá recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

4.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeito de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

5. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

5.1. Português

5.1.1. **Data, horário e local**: dia 5 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 2.4. acima. Terá a duração de 5 horas.

5.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

5.2. Inglês

5.2.1. **Data, horário e local**: dia 6 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

5.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e exercícios textuais (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

5.3. **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em

branco, ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

5.4. **Resultados**: os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 5 de maio de 2003, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia. A vista de provas em Brasília e nos Centros Regionais será permitida a partir das 9 horas de 7 de maio de 2003.

5.5. **Recursos**: os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 h do dia 9 de maio, em Brasília e nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 h do dia 14 de maio de 2003, na sede do IRBr, em Brasília, e mandado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as fases seguintes do Concurso.

6. DA TERCEIRA FASE

6.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 4 de junho de 2003, data em que se deverão apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

6.2. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 5 e 22 de junho de 2003, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês, no período de 5 a 9 de junho, em grupos alternados;

b) Geografia, em 14 de junho;

c) História, em 15 de junho;

d) Noções de Direito, em 21 de junho;

e) Noções de Economia, em 22 de junho.

6.3. **Das provas orais**: nesta fase, as provas de Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês serão orais.

6.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas**:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

6.3.2 **Português**:

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Questões Internacionais Contemporâneas. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e argüição do candidato pela Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas.

6.3.3. **Inglês**:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados ao texto preparado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto selecionado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

6.3.4. **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas.

6.3.5. **Resultados**: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10 h do dia 10 de junho.

6.3.6. **Recursos**:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não poderá reproduzi-la em fita, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13 h do dia 11 de junho, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18 h do dia 12 de junho e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

6.3.7. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.4. **Das provas escritas**: nesta fase, as provas de Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

6.4.1. Nas provas de Geografia e História, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

6.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

6.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

6.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

6.4.5. Os resultados das provas de Geografia e História serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 16 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 18 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 20 de junho.

6.4.6. Apenas os candidatos aprovados nas provas de Geografia e História estarão habilitados a realizar as provas de Noções de Direito e Noções de Economia.

6.4.7. Os resultados das provas de Noções de Direito e Noções de Economia serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 23 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 25 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 26 de junho.

7. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

7.1. **Data, local e horário**: os exames serão realizados a partir do dia 23 de junho de 2003, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.° da Lei n.° 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n°. 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano.

7.3. **Junta de Avaliação**: conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do

Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado".

7.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 27 de junho de 2003.

7.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, até as 13 horas do dia 30 de junho, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo final, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível.

7.6. **Resultados finais:** O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 13 h do dia 1° de julho de 2003.

8. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

8.1. **Data, horário e local:** dia 1° de julho de 2003, às 15 h, na sede do IRBr, em Brasília.

8.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv), comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 20 de junho de 2003, de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pela instituição brasileira competente conforme previsto pela Lei de Diretrizes de Base de 1996 (Lei n° 9.394).

8.3. Os candidatos casados deverão apresentar, adicionalmente, certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3x4 do cônjuge. Se o cônjuge for estrangeiro, deverá ser cumprida a exigência de que trata o item 2.3 deste Edital.

8.4 O não cumprimento de qualquer dos requisitos acima acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

9. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

9.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

9.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

9.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14 h do dia 04 de julho de 2003, na sede do IRBr.

10. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

10.1. **Da nomeação:** Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.° 83.940, de 14 de agosto de 1979, publicado no Diário Oficial da União.

10.2. **Da posse:** Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

10.3. **Do exercício:** O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 2.6 acima.

11.2 É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

11.3 É assegurado à mãe lactante, durante a realização das provas, local reservado para amamentação, caso manifeste tal necessidade no campo específico do formulário de inscrição. A candidata deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela criança durante o horário de realização de cada prova.

11.4. **Identificação e Divulgação dos Resultados**:
Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.
Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

11.5. **Aceitação das Normas do Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
Geografia
História
Noções de Direito
Noções de Economia

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2002, por exemplo, inscreveram-se 3113 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país.

As questões do TPS versarão majoritariamente sobre as disciplinas que serão objeto de exame nas fases subseqüentes do Concurso, sem se limitar aos programas descritos neste Guia de Estudos. Tenderão a explorar aspectos fundamentais e conhecimentos relevantes de cada matéria, privilegiando a capacidade de raciocínio do candidato, e não apenas o conhecimento memorizado. Dentre as disciplinas avaliadas, o Português e o Inglês terão destaque especial. Além do conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa, se buscará aferir as habilidades de compreensão e interpretação de textos.

Uma parcela das questões, entretanto, abrangerá noções de cultura geral e de cultura brasileira, que não se restringem às disciplinas que constituem o restante das provas do Concurso. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de o TPS conter questões menos previsíveis do que as das fases seguintes não é casual: esse teste procura avaliar também a sedimentação de conhecimentos direta ou indiretamente relevantes para o exercício da profissão de diplomata. Embora finita, essa gama de conhecimentos possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo.

Para compreender com clareza a finalidade da avaliação desse tipo de conhecimento no TPS, deve-se levar em conta sua utilidade para o exercício proficiente da função diplomática. Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é também valioso do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente às disciplinas objeto das fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência pessoal e intelectual, não programável ou controlável.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de inteligir, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação aos textos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade - esta última com significativo relevo - são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Exemplo de prova

Questão 1:

A partir das citações abaixo transcritas, discuta o tema da identidade nacional e analise seus possíveis desdobramentos no processo de inserção internacional do Brasil.

Extensão: de 450 a 600 palavras. Valor: 70 pontos.

O mito de uma América Latina não-ocidental, em particular, mais parece obra de uma estratégia de recusa alimentada por ressentimento – recusa de algo que nos esforçamos para obter e, contudo, sempre fracassamos em alcançar, a saber, um lugar e uma parcela do mundo moderno, liberal e democrático. Em suma, um universo identificado com o Ocidente. Parece que perdemos o trem da história e, em conseqüência, reagimos desprezando a modernidade. Ame-a ou deixe-a...

Todavia, a América Latina é obviamente parte do Ocidente. Nós não somos a antítese do Ocidente e muito menos uma alternativa à sua cultura. Como Jorge Luis Borges uma vez me disse – e que somente em parte era piada – nós, latino-americanos, somos os únicos verdadeiramente europeus, já que os próprios são, primeiramente e sobretudo, franceses ou ingleses, alemães ou italianos, espanhóis ou russos... Para falar com seriedade: nossa maneira pertinaz e específica de desejar a modernidade simplesmente reflete nossa filiação ao Ocidente. De fato, somos uma modificação e uma modulação original e vasta da cultura ocidental. Mas isto a Ibéria sempre foi: um caso muito peculiar do Ocidente, porém de forma alguma uma aberração. A Ibéria sempre foi uma faceta especial da Hespéria – e assim somos nós, criaturas da Ibéria e gênios da mistura étnica e cultural.

Nascida da ambição desmesurada da Europa, a América tem sido também a encarnação, não importa se parcialmente, de várias de suas utopias, humanas e sociais. Quando o jovem Bolívar, de cima de um monte em Roma, jurou libertar a América Latina, ele expressou a esperança de que a liberdade, muitas vezes vencida na Europa, fosse vitoriosa no Novo Mundo e desse curso à civilização, cuja marcha está sempre direcionada para o oeste. Como Hegel, Bolívar abraçava o mito heliodrômico: a crença na idéia de que a civilização, como o sol, caminha para o Ocidente.

O ensaísta espanhol Luis Diez del Corral recordou de maneira admirável outro mito, o rapto de Europa. Em seu livro, que leva este título, Diez del Corral pondera sobre como povos não ocidentais atravessaram nosso século "roubando" a cultura moderna do Ocidente. Um certo grupo de países em desenvolvimento, porém, não precisa "roubar" o Ocidente pelo simples fato de já pertencer ao Oci-

dente. Eles formam a América Latina, o outro Ocidente: mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades. Sociedades que não estão muito distantes, no que se refere aos diversos níveis de desenvolvimento, daquelas da Europa do Sul, a quem ninguém ousaria considerar menos ocidentais.

José Guilherme Merquior, "O Outro Ocidente"

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

Foi a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe.

Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pireneus a Gilbraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

Em entrevista a um jornal carioca, *A Noite*, publicada em dezembro de 1925, o autor de *Macunaíma* [Mário de Andrade] constata, repondo o "lá" e o "cá" nos seus devidos lugares: "O modernista brasileiro matou a saudade pela Europa, a saudade pelos gênios, pelos ideais, pelo passado, pelo futuro, e só sente saudade da amada, do amigo..." Para Mário, a melancolia da separação só é passível de ser cultivada no cipoal das relações pessoais. Fora disso, traduz o "desacomodamento" do brasileiro com a realidade ambiente. Daí, segundo Mário, a necessidade que o jovem brasileiro tem de "sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica também." Mário estava dando os primeiros passos na longa caminhada de "abrasileiramento do Brasil".

Silviano Santiago, *Introdução a Intérpretes do Brasil.*

Exemplo de redação

Andrei dos Santos Cunha (63/70)

Igualmente louvado pelo tom profético e ridicularizado pela falta de rigor metodológico, o Choque das Civilizações, de Samuel Huntington, propõe o desmembramento do globo em culturas estanques e, em última análise, antagônicas e irreconciliáveis. Em seu modelo de mundo dividido, os Estados Unidos e o oeste da Europa figuram como o Ocidente, indivisível e único; a América Latina, deixada de fora, ganha a posição ambígua de unidade civilizacional à parte.

Já se argumentou que a classificação de Huntington tem objetivos extra-acadêmicos: agrupar estadunidenses e europeus (à exclusão de latino-americanos) em uma região serviria de mote para um conservador norte-americano defender certa concepção da OTAN e encontrar-lhe uma raison d'être. O postulado, no entanto, é útil, porque põe a nu duas questões importantes: não seria o Ocidente uma construção, que pode ser utilizada ora para justificar esta, ora aquela agenda política? E de onde vem o mal-estar sentido por muitos latino-americanos, quando chamados a definir nossa ocidentalidade, de que duvidamos tanto quanto o fazem aqueles de nos observam de fora?

Esta constante necessidade de justificar nosso parentesco cultural com um continente-matriz tem raízes históricas no processo de formação do Estado-nação durante o século XIX. Ao renunciar à centralidade do conceito de sucessão dinástica como pólo unificador de uma sociedade sob governo temporal, as nações européias tiveram de substituí-lo por uma idéia que desse igual gravidade ao exercício do poder: daí a proliferação de tentativas de definir raça, povo, pátria. O historicismo da época encarregou-se de criar uma ilusão de profundidade cronológica para a experiência nacional que, ao ser transplantada para a América Latina, revelou-se mais difícil de ser encenada. Por contraste, parecíamos exemplos menos acabados de nação, heterogêneos étnica e culturalmente.

Ora, toda nação européia é tão heteróclita, lingüística, cultural e socialmente, quanto a mais heterogênea das sociedades latino-americanas – apenas o discurso de justificação do Estado-nação europeu teve maior sucesso em dar a impressão de homogeneidade. Nesse sentido, a França é o resultado de uma determinada vontade política e engenharia social, não menos do que a União Européia, ou o Brasil.

A essa náusea do latino-americano com relação ao passado vem somar-se uma sensação de exclusão com relação ao futuro. Desde a Revolução Industrial, aqueles que escrevem a história parecem insistir em que o sistema capitalista e a modernização dos meios de produção só poderiam ter surgido em uma determinada sociedade, o Ocidente, de que a América Latina, atrasada tecnológica e economicamente, não poderia fazer parte.

O Ocidente, no entanto, não existe. Não no mesmo sentido em que dizemos que uma pedra existe. Ele só pode ser definido a partir daquilo que ele não é, e os critérios admitem infinitas variações. Com relação a método, língua, percepção do mundo, é inevitável afirmar que o mais próximo que temos é o "Ocidente" de Huntington; ou, como o definia Charles de Gaulle, por

exemplo, as nações cristãs agrupadas em torno do Atlântico (mas onde pomos a Austrália?).

Resta saber se é útil definir identidade nacional em termos de parentesco cultural, étnico, histórico. A busca de semelhantes parece ter por subtexto uma vontade de aproximar-se mais de uns do que de outros e de justificar alianças com "afinidades" que, no final das contas, são tão artificiais quanto o mais comercial dos tratados.

Parentesco civilizacional não pode ser utilizado para fundamentar política externa. Ao menos, não se deve deixar que identidade nacional dê legitimidade ao concerto de interesses, a não ser em casos extremos, como em guerras étnicas ou de religião, ou no campo da mera retórica, como no texto de Huntington.

Questão 2:

Elabore um resumo do texto abaixo, de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos). A passagem reproduz o trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", de Roberto Schwartz:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão.

Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: "Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!". Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. "Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz".

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada

uma comédia ideológica, diferente da européia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: "Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra". Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Freqüentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada.

A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão, e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

(...)

Exemplo de resumo

Marcos Henrique Sperandio (30/30)

No trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", Roberto Schwartz sublinha as diferenças entre princípios e realidade na interpretação do Brasil.

De início, o autor descreve o embate entre duas correntes ideológicas que procuraram analisar a sociedade brasileira. A primeira corrente, a liberal, excluía o país do sistema da ciência. A presença da escravidão, por exemplo, contrariava um dos princípios da Economia Política, o do trabalho livre. A segunda corrente, porém, privilegiava a realidade sobre os princípios. A conjuntura brasileira não poderia ser analisada por princípios liberais, já que os mesmos não se referiam à realidade do país.

Em seguida, Schwartz sublinha que ambas as correntes expressavam as diferenças entre a realidade brasileira escravista e o liberalismo europeu. O autor ressalta que, mesmo na Europa, valores tidos como universais – liberdade do trabalho, por exemplo – não refletiam a realidade. Schwartz cita Sérgio Buarque de Holanda ao apontar a recepção de valores e instituições estrangeiras pela sociedade brasileira.

Por fim, o autor adverte para a ausência de estudos sobre a dicotomia existente entre a sociedade agrária brasileira e o mercado externo. Schwartz aponta, também, o antagonismo entre o ideário liberal que motivou a Independência e a realidade expressa pela escravidão.

Orientação para o exame de expressão oral em língua portuguesa

Juntamente com a prova de Questões Internacionais Contemporâneas, a ser realizada na Terceira Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a exame de expressão oral em língua portuguesa.

Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de *Questões Internacionais Contemporâneas*, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará de forma ativa no processo de argüição dos candidatos.

Os critérios de avaliação são:

1. Elocução: grupos de força (sentido), entonação (inflexão, modulação), mímica (gesticulação e expressões faciais e corporais) – 10 pontos
2. Características vocais: articulação dos sons, velocidade da fala, volume da voz – 10 pontos
3. Correção gramatical: uso da modalidade falada da norma culta da língua portuguesa – 15 pontos
4. Qualidade da linguagem: riqueza vocabular, precisão, contemporaneidade, ausência de vícios de linguagem – 15 pontos

5. Registro lingüístico: adequação da linguagem ao contexto comunicativo – 10 pontos
6. Organização lógica do pensamento: planejamento, coerência interna, clareza – 20 pontos
7. Coesão do texto falado: conectividade e outros mecanismos de construção da exposição – 10 pontos
8. Capacidade de síntese: adequação ao tempo, economia lingüística (concisão) – 10 pontos

INGLÊS

The English exam consists of three sections: composition on a non-specialist topic, 350 to 450 words in length (50 marks); translation into English of one or more texts (30 marks); and text based exercises, which may include a summary, alteration of register and blank-filling and for coplacement of words or phraces (20 marks).

Bibliography:

The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times, The Washington Post, The Financial Times, The Economist* and *Time*. Many such publications are also available in printed form in Brazil.

Basic reference works:

English dictionaries:

THE LONGMAN Dictionary of Contemporary English. London: Longman.
THE OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: Oxford University Press.
WEBSTER'S Collegiate Dictionary. New York: BD&L.
THE RANDOM HOUSE College Dictionary. New York: Random House.
LANGUAGE Activator. London: Longman.
ROGET'S Thesaurus. London: Longman.
COLLINS Cobuild English Language Dictionary. London: Collins.

Bilingual dictionaries:

CAMBRIDGE Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DICIONÁRIO Português-Inglês. Porto: Porto Editora.
NOVO MICHAELIS: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Melhoramentos.
TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Grammar, Usage, etc.:

BENSON, M. *et alii*. *The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins.
COLLINS Cobuild English Usage. London: Harper Collins.
CUTTS, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman.
HILL, J.; LEWIS, M. (eds.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.
SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.
SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.
THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Larger reference works:

COMPREHENSIVE Grammar of the English Language. London: Longman.
OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE Dictionary of the English Language. New York: Random House.
WEBSTER'S Third International Dictionary. New York: BD&L.

Other resources:

WALKER, Sara Burkitt. *Candidate's Handbook*: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Electronic sources

There is a wealth of dictionaries, glossaries and thesauruses available in electronic format on the Internet. A useful starting point is:

http://www.yourdictionary.com

Guidelines for study:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:
(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Compositions set in recent years

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialized nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil *in*: W.H. Auden, *A Certain World*. 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment**

critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

Sample composition

Lilian Cristina Burlamaqui Duarte

The word in print has been with us but a few centuries, and already many claim it is doomed. Digital technologies, with their dazzling imagery and time-saving promises, are likely to produce a revolution in the concept and role of language and communication, affecting different levels of everyday life. For those who regard this transition with concern there is, however, the comfort of witnessing the renewal of interest in books and other forms of written language. We may simply be on the verge of a breakthrough that will combine traditional and modern technologies into new forms of social practices.

Modern technologies have brought not the end of history, but the end of geography. Personal stories can be told, filmed, transmitted and finally woven into history as popular discourse and as a unifying experience. The teenager in India has more in common with his counterpart in Britain or in Brazil than with the inhabitants of his own village. Nowadays, not only do we see world crises in real time, but also it is possible to mobilize activists all over the planet in the subsequent moments.

Doomsayers regard all this with disgust. They criticize the progressive crumbling of the traditional pillars of clear thinking – logic, imagination and memory. These abilities, they state, have supported Western achievements in science, literature and the arts. In a few years, they affirm,

even the educated man will have lost his powers of expression: the imagination will have been crushed by an astounding amount of unprocessed information and images received on a daily basis; language will be reduced to fragments, probably of psychobabble or of clichés. Does this negative forecast withstand the examination of everyday facts?

Printed materials are not another endangered species, and those who believed computer technology would nearly eliminate the need for printing have been proved wrong. Naturally, the quality of what is being printed may be questioned, but not the demand for it. Statistics reveal there are more books being published today than ever before, and bookstores are proliferating everywhere. Indeed, they maybe an update version of the old, dusty and musty bookshop, but, cappuccinos not withstanding, the aisles are always crowded. The new stores offer traditional and new technologies and have wide consumer appeal.

If Proust was right and, in order to find new landscapes we must find new eyes, the controversy surrounding language and modern technologies can help us appreciate the complexity of the present moment and help us seek alternative paths in education, quality of life and in dealing with the emergence of oral cultures that encompass not a village, but large parts of the globe.

Sample translations.

Translation (Value: 15 marks each)

Translate the following passages into English:

Text A

As representações de animais na Idade da Pedra constituem uma das mais antigas manifestações artísticas de que se tem notícia e, sem dúvida, o fenômeno mais extraordinário de toda a história da arte. Datando de muitos milhares de anos antes da era cristã, esta arte, que tem seus focos principais em cavernas da Espanha e da França, caracteriza-se: a) por uma fidelidade linear à natureza, conseguida por técnica impressionista; b) pelo virtuosismo na captura dos gestos, atitudes e movimentos do homem e do animal; c) enfim, por uma extrema maestria em fornecer a impressão ótica final. Toda a atenção do artista se concentra nos elementos essenciais, desprezando detalhes desnecessários, e as figuras são admiravelmente realizadas em perspectiva. A técnica é mais a da pintura, uma vez que o artista trabalha com espaços e não com linhas, utilizando-se da cor: preto, vermelho e castanho. A espantosa perícia destas obras demonstra a existência, já neste período, de especialistas da arte figurativa.

Adaptado de *O Baile das Quatro Artes*, de Gilda de Mello e Souza.

Diogenes Borges da Silva Neto (14,5/15)

The representation of animals in the Stone Age constitutes one of the most ancient artistic manifestations ever heard of and, undoubtedly, the most amazing phenomenon in the whole history of art. Dating back to thousands of years before the Christian era, this art, whose main spots are in caves in Spain and in France, is characterized: a) by a linear fidelity to nature, achieved by means of impressionist technique; b) by the highly developed ability to capture the gestures, actions and movements of man and animal; c) by the extreme mastery in giving the final optycal impression. All the attention of the artist concentrates on the essential elements, leaving aside unnecessary details, and the figures are magnificently drawn in perspective. The technique is closer to painting, since the artist works with space and not with lines, using colours: black, red and brown. The amazing skill of these works demonstrates the existence, already in this period, of specialists in figurative art.

Text B

Lembro-me de uma história — história que inventei, mas que nem por isso deixa de ser verdadeira. Era um marinheiro dinamarquês, no porto do Rio de Janeiro por uma noite apenas. Saíra pela cidade desconhecida, de bar em bar, e vinha voltando solitário e bêbado pela madrugada, quando se deu o milagre: nas águas sujas do canal, viu refletida uma claridade difusa — ergueu os olhos e viu que as nuvens se haviam rasgado no céu, e o Cristo surgira para ele, braços abertos, em todo o seu divino esplendor. Fulminado pela visão, caiu de joelhos e chorou de arrependimento pela vida de pecado que levara até então. De volta à sua terra, converteu-se, tornou-se místico, acabou num convento. E anos mais tarde, depois de uma vida inteira dedicada a Deus, o monge recebe a visita de um brasileiro. Aquele homem era da cidade em que se dera o milagre da sua conversão.

— O que o senhor viu foi a estátua do Corcovado — explicou o carioca.

Não diz a história se o religioso deixou de sê-lo, por causa da prosaica revelação. Não diz, porque me eximo de acrescentar que, na realidade, depois de viver tanto tempo uma crença construída sobre o equívoco, este equívoco passava a ser mesmo um milagre, como tudo mais nesta vida.

Adaptado de "A Lua Quadrada de Londres", de Fernando Sabino

Paulo José Chiarelli V. de Azevedo (13,5/15)

I remember a story – one I made up, but which is nonetheless true – about a Danish sailor in port for only one night in Rio de Janeiro. After a night out in the unknown city going from bar

to bar, he was returning, drunk and lonesome, in the wee hours of the morning, when a miracle befell him. A diffuse light reflected off the canal's dirty waters. Raising his eyes to the sky, he saw Christ, arms open, in all His divine splendor, through the breaking clouds. Stricken by the vision, he fell to his knees and wept in repentance for the sinful life he had led until then. Back to his country, he decided he'd become a man of God and ended up joining a monastery. After many years and a lifetime devoted to God, the monk received a visitor from Brazil. That man came from the city where his conversion had taken place.

"What you saw was the Corcovado Statue," clarified the "carioca".

The story does not tell whether or not the monk kept to his religious lifestyle after that prosaic revelation. It doesn't tell because I refuse to add that, in truth, after living for such a long time a belief built on a mistake, this mistake actually became a miracle, as everything else in life.

Sample text-base exercises

1 - Text-Based Exercises (Value: 20 marks)

Read the text by **Aidan Mathews** and complete the exercises on the attached sheet:

Writing the Light: Ten thoughts about literature and photography

It's late now, almost dark outside in the midsummer garden, and I'm sitting (1) __________ the sound of birdsong at this hour, imagine, with a friend (2) __________ husband died the day before on a respirator in the ICU of a general hospital. We're looking at scrapbook photographs of the man, seated together on the sofa, closer than convention ordinarily allows, poring at greater length than custom requires (3) __________ this picture and that, some of them formal, some fussy, some suddenly legible for the first time, but all of them altered irreversibly now by the presence of his absence, the compelling finality of this disappearance in these shuffled apparitions. It will all end up in a book, they say. Actually, it all ends up in a photo-album. The (4) __________ chime. Watches tick. Ice (5) __________ in a glass from the heat of the hand holding it. This is the silence of vigil, the speechless small hours.

Yet images are borne; images are bearable. This black and white procession is an orderly retreat from the confusion of life. The same man at different ages and stages, the same smile, the same tooth, the same tendency to blink at the flash whether in the serrated hand-coloured display cards of his infancy or in the open-mouthed Polaroids of a later partytime. It is all peculiarly comforting and consoling.

When the phone rings on the low table across the room, neither of us thinks in time to get up, to go over, to intercept the atrocity of what must happen next, happen now, as the second ring stops short and the automatic message-minder trips into action. 'This is Jack speaking. I'm afraid I'm not able to talk to you now. Leave your name and number and I shall return your call.'

'Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt.' If, as Virgil tells us, there are things in this world which lie beyond heartbreak, beyond the wound of the mouth and the seepage of the eye, one of them must surely be the voice of a dead man calling us, his breath in the bronchitic syllables, the hydraulic lungs. And here, on the borderlands of being, where a foetus flinches sooner at sound than at shadow, there is no uncertainty: human presence is more powerful as audition than as spectacle, more visible as language than as image. It is the Hebraic love of orality and not the Hellenic delight in the retina which triumphs.

Thomaz Diniz Guedes

a) Fill in the blanks in paragraph one with a single word.

(1) *To* (2) *Whose* (3) *Over*
(4) *Bells* (5) *Melts*

(Value: 5 marks)

b) Replace the underlined words and phrases in paragraph three with suitable substitutes (words or phrases) in the context.

In Time - Fast Brought
Atrocity - Cruelty
Stops Short - Is Interrupted
Trips Into Action - Starts To Function
Return Your Call - Call You Back

(Value: 5 marks)

c) Summarise the text in your own words in the space below (maximum 200 words).

(Value 10 marks)

It is almost dark, and the author is sitting outside, in the summer garden, with a friend who has just lost her husband. They are looking at old photographs, reminiscing about the deceased and reflecting upon the finality of death. The man is shown in the pictures at different times of his life there is a stillness in the air.

Suddenly, the phone rings, and both of them are unable to prevent the answering machine from clicking on – with the recording of the dead man's voice. He declares he will call back – which only brings more grief. The author concludes on a philosophical and spiritual note, asserting that the man's voice had a more powerful effect on them than the images they had just been contemplating.

Guidelines for the Oral Exam

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be **allocated as follows:**

I - FLUENCY	Pronunciation, Intonation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

a) o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
b) a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
c) a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
d) a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item "Discursos").

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.

4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. Os temas da agenda global: os direitos humanos
7. Os temas da agenda global: o terrorismo e o narcotráfico.
8. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
9. O entorno regional. Mercosul.
10. O entorno regional. A integração hemisférica.
11. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
12. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
13. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
14. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
15. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
16. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
17. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
18. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
20. Relações Brasil-África e países específicos da região.
21. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
22. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.
23. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
24. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
25. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
26. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
27. A diplomacia presidencial.
28. A diplomacia consular.
29. A relação entre a política interna e a política externa.
30. A diplomacia federativa.
31. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
32. A diplomacia pública e parlamentar.

33. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
34. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
35. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. 2. ed. Brasília: EdUnB/FUNAG, 1986.
CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: Memórias*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
CASTAÑEDA, Jorge. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
CERVO, Amado Luiz (organizador). *O Desafio Internacional*. Brasília: EdUnB, 1994.
CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.
EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (editors). *Double Edged Diplomacy*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1993.
FLORÊNCIO, Sergio A. L.; ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.
FONSECA Jr, Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
FONSECA Jr, Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra; Brasília: FUNAG, 1999.
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Collindale, Delaware: Diane, 1998.
LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).
MCGREW, Antony; HELD, David. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2000.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The struggle for power and peace.* 6. ed. New York: Mc-Graw-Hill,1985.
PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva.* Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).
QUEIRÓS MATOSSO, Kátia de; MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette; ROLLAND, Denis. *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux.* Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbone, 1999.
RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil.* Rio de Janeiro: Record, 1995.
WEISS, Th. G.; FORSYTHE, D.P. ; COATE, R. A. *The United Nations and Changing World Politics.* 3. ed. San Francisco: Westview, 2000.

b) Artigos

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol 3. nº 3. 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:
- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida.* 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
CORRÊA JUNIOR, Manoel Pio. *O Mundo em que Vivi.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano, 1992.
LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: Palavras, Contexto e Razões.* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos: 10 anos de Agenda Internacional (1985-1995).* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);
- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign

Affairs (www.foreign.affairs.org/)* e *Política Externa* (Paz e Terra: São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional, consta nos sites:* www.relnet.com.br e www.usp.br/relint/ (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional (IRI/PUC-Rio), Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)* e a revista *Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.
2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.
3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.
3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.
4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.
4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.
4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.
4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia*. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.
BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
CASTRO, Iná Elias *et alli*. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
GREGORY, Derek *et alli*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estado da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alli*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995
CAVALCANTI, Clóvis *et alli*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LAVINAS, Lena *et alli*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
________. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

As chamadas "macrorregiões" do IBGE expressam, inegavelmente, um conceito de região afinado à ideologia nacional-desenvolvimentista. A "reestruturação produtiva" da última década afetou seriamente aquele modelo. Qual é o conceito que tenta dar conta dessa "nova regionalização" e como ele pode ser justificado?

Cláudia Angélica Vasques Silva (20/20)

A "nova regionalização" surge em função do conceito de eixos de desenvolvimento, que, a fim de implantar a reestruturação produtiva necessária em face da revolução técno-científica e da aceleração contemporânea característica do processo de globalização, trata de dividir o território em unidades menores para organizar melhor o processo produtivo levando em consideração especialmente o tripé estrutural: energia, transportes e comunicações.

A configuração macrorregional, estabelecida em 1941, durante o Estado Novo (regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste) foi modificada em 1969 em pleno regime de exceção. Já essa modificação — a criação da Região Sudeste — indicava uma tentativa de organizar o território em relação à produção, uma vez que o Sudeste agrupava e ainda agrupa as unidades da federação de maior desenvolvimento industrial.

As macrorregiões do IBGE, tanto em sua configuração atual, como na prévia, faziam (e

fazem) coincidir os limites das regiões com os das unidades da federação. No passado, a criação de organismos governamentais como SUDENE, SUDAM e PÓLONORDESTE procurou desenvolver as regiões sob jurisdição mediante projetos de desenvolvimento localizados e não interrelacionados. O fracasso dessas iniciativas bem como o esgotamento do modelo desenvolvimentista, adicionados à necessidade premente de inserção na economia-mundo, fez surgir o conceito de eixos de desenvolvimento, pelos quais as subdivisões do território passam a obedecer a variáveis como o desenvolvimento sustentável e a possibilidade de viabilização de uma malha de transportes multimodal (para otimização dos custos, diminuição do impacto ambiental e escoamento da produção), de investimentos em telecomunicações e produção de energia.

O conceito de eixos de desenvolvimento deriva do conceito de pólos de desenvolvimento de Perroux . Os eixos, ao contrário dos pólos, são definidos tendo em vista a conectividade entre os mesmos.

No Brasil, o PPA (Plano Plurianual) prevê a articulação dos seguintes eixos: Região Norte: Arco-Norte e Madeira-Amazonas; Região Nordeste: Transnordestino e São Francisco; Região Sudeste: Rede Sudeste; Região Centro-Oeste: Araguaia-Tocantins e Oeste; e Região Sul: eixo Sul. Tal iniciativa de planejamento espacial prevê a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias, além da de linhas de transmissão, usinas hidrelétricas e termelétricas (até 2020 pretende-se que o gás natural perfaça 20% da matriz energética brasileira), além da extensão e melhoria da rede de telecomunicações.

Desse modo, a "reestruturação produtiva" por intermédio dos eixos privilegia o estabelecimento de conexões entre os mesmos, no âmbito nacional, bem como entre outras áreas do globo. Vale mencionar ainda que os países da América do Sul já estabeleceram plano semelhante de desenvolver eixos e que a fase de viabilização de corredores de transporte já está em curso.

Questão 2

A expansão da sojicultura pelo Centro-Oeste brasileiro deveu-se à combinação de dois fatores: um de natureza tecnológica e outro de natureza geopolítica. Mencione-os, procurando estabelecer a correlação entre ambos.

Giorgio Erick Sinedino de Araújo (20/20)

Introdução: A soja chega ao Brasil por meio de imigrantes japoneses, sendo seu cultivo então restrito ao sul do país, sobretudo no Paraná. Sendo um produto muito rentável, pela diversidade de suas formas de beneficiamento (farelo, leite, carne; e formas industriais como tintas, vernizes, fibras, lecitina), a soja deixa de ser uma cultura de "descanso" para se tornar base. As décadas de 1970 e 1980 correspondem ao início de um ciclo de expansão constante, que levaria a cultura ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Sul do Maranhão, Norte da Bahia, sem falar nos agricultores brasileiros que cruzaram os limites do país, ocupando e produzindo no Paraguai e Bolívia.

Omiti propositadamente o tema da expansão do cultivo de soja no cerrado, porque é exatamente disso que trata a questão.

O cerrado é um domínio morfoclimático em que predomina vegetação baixa e rasteira, arbustiva. O clima é tropical típico, com duas estações definidas – inverno seco e verão chuvoso. Devido ao clima, os solos são ácidos e geralmente inférteis. Ácidos porque no inverno (isto é, exceto pelos meses chuvosos) a evaporação é maior que a precipitação, o que influencia na concentração de metais como alumínio. Inférteis porque, na época das chuvas, ao invés de haver renovação dos solos, há "lavagem" dos nutrientes – tamanho o volume da precipitação.

Portanto, o cerrado era ambiente inóspito para a cultura de soja.

Este problema somente foi solucionado pelo desenvolvimento de técnicas de tratamento do solo, desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), consistindo, essencialmente, na correção do pH do solo através da adição de cálcio (calcário).

Devido à possibilidade de ocupação do Cerrado, associada a incentivos e financiamentos, o Centro-Oeste tornou-se a região maior produtora de soja nos anos 1990.

O projeto de viabilização do cerrado pode ser apontado como caso clássico de indução econômica pelo Estado. Subjacente a ela está um projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios", derivado das teorias e técnicas de gestão da ESG, normalmente transplantes de idéias norte-americanas análogas (só que aplicadas segundo um princípio nacionalista). Este princípio deve ser revisto num contexto mais amplo que abrange não apenas as gestões militares, mas também todo o período pós-II Guerra Mundial até a redemocratização. Exemplos desse princípio, cobrindo o espectro temporal assinalado, são a campanha de nacionalização do petróleo, em 1953 (no caso, em "espaço vazio" econômico), a construção de Brasília em 1960 (a "meta-síntese", que, ainda no jargão do plano de metas, se pretendia "ponto de germinação" de novas iniciativas econômicas e territoriais – o uso do termo "território" é aqui claramente geopolítico, no sentido de espaço apropriado politicamente). Mas os exemplos deste projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios" não pára por aí. Além da construção de Brasília, a quase obsessão de Juscelino pelas estradas, que culminaria no Plano Rodoviário Nacional do Regime Militar, somente poderia resultar em ocupação efetiva se fosse possível que os migrantes desenvolvessem atividades econômicas fora do núcleo urbano constituído por Brasília. É aqui que o cultivo da soja entra como parte do projeto geopolítico. Ele faz parte de um grupo de iniciativas que complementariam os grandes projetos de infra-estrutura (ITAIPU, Carajás, rodovias em geral) com a viabilização da ocupação. Exemplo análogo que poderíamos mencionar é o PIN – Plano de Integração Nacional, de 1970, em que se desenharam 15 enclaves industriais-mineradores na Amazônia, ou o Projeto Calha Norte, em que o exército realizou obras de cunho assistencial, para viabilizar as ocupações da fronteira setentrional brasileira.

Gostaria de complementar o tema "fatores geopolíticos da exploração do Cerrado" lembrando a importância do Japão. Segundo texto sobre relações Brasil-Japão, incluído no volume II da coletânea "Temas de política externa II", o Japão foi de grande importância no projeto e financiamento da viabilização do Cerrado, na medida em que sua rivalidade com os EUA os levou a criar um concorrente internacional, no caso o Brasil. A intenção japonesa, de acordo com o texto, era retaliar os EUA por medidas protecionistas aplicadas contra a indústria japonesa (isso nos anos 1970). O resultado deste projeto é que hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial, num volume de 50%, aproximadamente, do total americano – sem os subsídios e vantagens que o hegemona garante aos seus agricultores.

Embora já tenha deixado clara a relação, sintetizo-a concisamente: os fatores tecnológico e geopolítico são complementares, visto que têm como pressuposto a ação indutora do Estado, segundo um projeto de "ocupação dos espaços vazios".

Questão 3

A expectativa em relação à formação da primeira "megalópolis" brasileira não se confirmou. Esclareça os motivos que teriam levado à frustração das previsões feitas no início da década de 70.

Fábio Rocha Frederico (20/20)

O processo de urbanização no Brasil está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e ao caráter da industrialização nacional. Assim, as décadas de 60 e 70, que assistiram ao desenvolvimento mais intenso desta economia industrial, também testemunharam a urbanização do país.

Como grande parte dos países subdesenvolvidos, o Brasil não possuía tradição urbana significativa. Desta forma, o êxodo rural concentrou-se em um número pequeno de cidades, dando origem ao fenômeno característico da urbanização brasileira: a metropolização.

Além disso, a concentração espacial da indústria no Brasil, decorrente de processos históricos ligados ao café e à imigração, também contribuiu para a formação de imensos núcleos urbanos na região Sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

Exatamente ao longo do eixo Rio-São Paulo é que, no início da década de 70, esperava-se a formação da primeira megalópole brasileira. A não concretização desta previsão deve-se a motivações várias e complexas. Cabe ressaltar, no entanto, que o motivo estrutural é o esgotamento do modelo de desenvolvimento do qual a ampliação daqueles núcleos urbanos era tributária.

Assim, a crise econômica que atingiu o país na década de 80 refletiu intensamente sobre as grandes cidades. O custo progressivo dos impostos, o aumento do preço da terra e da violência urbana, a poluição e a falência do sistema de transporte coletivo, entre outros fatores, contribuíram para diminuir a atração que as grandes cidades exerciam sobre os migrantes. No setor industrial estes fatores causaram o fenômeno conhecido como "deseconomias de aglomeração". Os estabeleci-

mentos industriais migraram para os subúrbios e para as pequenas e médias cidades, acentuando a hipertrofia do setor terciário.

A crise econômica também atingiu setores da indústria brasileira que se concentravam no Vale do Paraíba, em especial, o setor bélico. Empresas como a Avibrás e a Engesa, em torno do pólo de São José dos Campos, reduziram suas atividades a níveis mínimos.

Alguns analistas argumentaram que os bolsões de mão-de-obra especializada, em grande parte formado na indústria bélica (como Itajubá – MG), seriam aproveitados pela indústria eletroeletrônica e de informática. No entanto, a natureza mesma do setor é altamente poupadora de mão-de-obra e, além disso, a indústria de alta tecnologia ainda não se desenvolveu de forma significativa no país.

Alterações nas características do crescimento populacional brasileiro também contribuíram para frustrar o surgimento da primeira megalópole nacional. A diminuição das taxas de natalidade, em grande parte fruto da urbanização, reduziram os níveis de crescimento dos aproximadamente 3% na década de 60 para os atuais 1,6%.

Finalmente, cabe ressaltar o redirecionamento dos fluxos migratórios, como observado pelo geógrafo Milton Santos, para as metrópoles regionais e as cidades médias do interior conectadas com a agroindústria.

Questão 4

Das três grandes "províncias demográficas" do planeta – China, Índia e Europa, segundo a definição de Vidal de la Blanche – uma caracterizou-se, ao longo dos séculos, pela mobilidade, e as duas outras mantiveram-se, por assim dizer, "atadas ao solo". Justifique essa proposição, buscando relacionar fatores ambientais e históricos.

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

De acordo com a proposição do geógrafo francês Vidal de la Blanche, baseada na repartição do planeta em três grandes "províncias demográficas" (China, Índia e Europa), apenas uma delas – a Europa, mais especificamente sua parte Ocidental – pautou-se no decorrer dos séculos pela mobilidade e dinamismo, ao passo que as duas outras conservaram-se estagnadas, "presas ao solo".

Trata-se de uma constatação que precisa ser justificada, à luz da Geografia e da História. Por que as vastas áreas orientais da China e da Índia, principais centros irradiadores de civilização e cultura até o fim da Idade Média, são progressivamente ultrapassadas por uma Europa fragmentada politicamente e muitos degraus abaixo na escada da civilização durante vários séculos?

A primeira provável explicação é de natureza geográfica, ou melhor, ambiental. A existência de vastas extensões de terras férteis, assim como rios caudalosos como o Ganges, o Indo e o Yang-Tsé – em claro contraste com o caráter fracionado e disperso do relevo e da hidrografia européia – certamente deve ter influído decisivamente na tendência histórica ao isolamento das regiões chinesa e indiana do globo, reforçando o aspecto auto-centrado dessas civilizações, baseado na noção de auto-suficiência econômica. Sendo verdadeiros "mundos à parte", auto-suficientes, os subcontinentes chinês e indiano prescindiram, durante séculos, de qualquer intercâmbio comercial com o mundo exterior, em especial a Europa, optando, assim, pelo isolamento, tendência reforçada também pelas grandes distâncias a ser percorridas entre Oriente e Ocidente.

A outra explicação para esse descompasso é de origem histórica, e está intimamente relacionada à primeira. Segundo o historiador Paul Kennedy, a tendência isolacionista – decorrente, como vimos, de fatores ambientais – dos impérios chinês e indiano se conjugou ao processo dinâmico de crise do sistema feudal e renascimento comercial e urbano ocorrido na Europa a partir do século XI para lançar as bases do processo de expansão mercantil e ultramarina européia, que levaria, nos séculos seguintes, ao alastramento da dominação ocidental sobre todas as partes do planeta. Nesse contexto, segundo Kennedy, a própria fragmentação política do continente europeu em vários estados nacionais – contrariamente à China, por exemplo, dominada por um grande império absolutista – também teria contribuído para a expansão ocidental européia, visto que engendrou a concorrência entre as potências marítimas da Europa pelo domínio dos mercados mundiais.

Assim, os fatores geográficos e históricos se combinam perfeitamente para justificar a afirmação de La Blanche, a qual também vai plenamente ao encontro da assertiva de Samuel Huntington, o qual classifica a história mundial das civilizações do século XV ao século XX como um processo constante e progressivo de imposição dos valores e instituições ocidentais sobre os povos da Ásia, África e América Latina.

Questão 5

Para alguns, a ALCA e o MERCOSUL são projetos antagônicos. Para outros, complementares. Avalie as perspectivas de cada Associação, a partir dos referenciais teóricos do "realismo" e do "idealismo".

Marcos Henrique Sperandio (20/20)

A relação Alca-Mercosul pode ser analisada por meio dos referenciais teóricos do idealismo e realismo. O primeiro referencial sugere a idéia de complementaridade entre os dois processos de integração, enquanto que o realismo privilegia a noção de antagonismo ou, mesmo havendo integração, sugere posturas "realistas" na relação Alca-Mercosul.

A perspectiva idealista tem como principal referencial teórico a leitura grociana das relações internacionais (bem como Kant – "Paz Perpétua"). A visão idealista, no caso em tela, defende a

complementaridade entre Alca e Mercosul. A soldagem entre os dois projetos possibilitaria ganho de maturidade no trato das questões internacionais. Mais importante do que selar acordos, defende essa corrente, é vivenciar o processo de negociação para extrair instrumental que goze de funcionalidade em outras frentes diplomáticas.

O processo em si já agraciaria seus participantes com modalidades negociadoras. Os idealistas afirmam que a relação Alca-Mercosul não seria excludente, que a Alca não diluiria o Mercosul. Pelo contrário, os países do Mercado Comum do Sul, pelo fato de negociarem em bloco, poderiam contribuir para o equilíbrio das negociações. Ambos os projetos, conforme essa corrente, esposam princípios comuns: a consolidação da democracia e a livre concorrência. A exclusão de Cuba das negociações da Alca prova a afirmação. O Mercosul já apresenta "cláusula democrática", presente no protocolo de Ushuaia (1998). Em junho de 2001 foi aprovada a Cláusula Democrática Pan-americana, que seria mais um elemento de identificação entre os dois projetos, sublinham os idealistas.

O equilíbrio de poder, caro a essa corrente, pode ser mantido no interior dos dois projetos por meio de mecanismos de consulta permanente, no prosseguimento da tradição de solução pacífica de controvérsias. Em termos práticos, países do Mercosul teriam acesso a tecnologia e serviços. Poderiam obter maior poder de barganha frente a outros blocos, principalmente em agricultura perante a União Européia (PAC). Além disso, o antagonismo entre os projetos poderia excluir o acesso a considerável parcela de mercado, representado pelos demais mercados consumidores. Basta lembrar que 70% das manufaturas brasileiras são dirigidas para países negociadores da Alca. Quanto às críticas, os idealistas se defendem com o argumento de que relações multilaterais, quanto maior o grau de pluralidade, maior estabilidade oferecem.

A perspectiva realista, na qual se destacam Hans P. Morgenthau ("Politics among Nations") e o australiano Hedley Bull ("Anarchical Society"), pode ser expressa pela noção de que as relações internacionais são "jogo de soma zero": se uns ganham, outros inexoravelmente irão perder. Polin relembra o exemplo de Hobbes sobre a balança de poder: os realistas também procuram estabilidade, obtida quando há desnível completo entre os dois pratos. O nivelamento entre os pratos, defendem os realistas, gera instabilidade ou iminência da mesma. Para essa corrente, os projetos Alca-Mercosul são antagônicos. Fundamentam o argumento na divergência de interesses e práticas dos dois maiores pólos de negociação: EUA e Brasil.

As diferenças em política externa são exemplos: a não adesão ao Protocolo de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional. Críticos dos realistas afirmam que Alca e Mercosul são projetos comerciais, ou seja, que tais divergências não comprometem maior entendimento.Os realistas contra-argumentam com dois casos específicos: aço e agricultura. Restrições tarifárias e não-tarifárias desgastam a relação entre Brasil e EUA, o que contamina o processo negociador entre Alca e Mercosul. As tarifas protecionistas norte-americanas giram em torno de 14% , o que supostamente seria prova de liberalismo comercial. Os 15 produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira para os EUA, porém, sofrem gravação tarifária da ordem de 43 a 48% (suco de laranja, aço, etc). Além do aspecto comercial, os realistas afirmam que, na negociação entre os dois projetos, não há como conter a hegemonia norte-americana. O fluxo de valores culturais norte-

americanos, que já é significativo, poderia sufocar a difusão cultural do Mercosul.

Exemplo do "realismo" praticado pelos EUA pode ser encontrado na Trade Promotion Authority (TPA) que, ao fugir do objetivo inicial, apresenta lista com 300 produtos cujas negociações tarifárias devem ser analisadas por comitês do Senado norte-americano. Parece que os "Hawks" prevalecem sobre os "Doves" na política externa dos EUA em relação à Alca, afirmam os realistas. Essa corrente postula, também, que caso haja compatibilidade entre os dois projetos, em situação forçosa, seria lícito a adoção de políticas realistas no processo. O jogo continuaria de soma zero, argumentam os seguidores de Morgenthau.

Independentemente da corrente a ser seguida, o debate entre antagonismo e complementaridade entre Alca-Mercosul produziu resultado de expressão: no Brasil, por exemplo, observa-se significativa participação da sociedade civil na discussão de temas de política externa. Exemplo marcante desse fenômeno é a SENALCA, com mais de 30 reuniões realizadas. É inegável, portanto, o papel indutor ao debate que o processo vem desempenhando.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
   a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
   b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.
8. O Brasil Republicano - Economia:
   a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.
9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:
   a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
   b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
   a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.
   b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.
   c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil.* 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CARONE, Edgar. *A República Velha.* São Paulo: DIFEL.

________. *A Segunda República.* São Paulo: DIFEL.

________. *A Terceira República (1930-1937).* São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras.* 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

________. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil.* São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.* São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República.* São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

________ ; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Bertrand Brasil.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. *A Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos.* 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
________. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.
________. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
________. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.
BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.
FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.
PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.
THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
________. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Incapaz de deter o exército de Napoleão, que avançava rapidamente em direção às fronteiras de Portugal, o Príncipe Regente recorreu à tradicional aliança luso-inglesa. Garantia, assim, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. No plano diplomático, a proteção da Inglaterra trouxe conseqüências históricas de grande importância para Portugal e para o Brasil.

Com base no parágrafo acima responda:

a) Quais os benefícios obtidos pela Inglaterra, tanto na Europa quanto na América portuguesa, decorrentes da aliança luso-inglesa?
b) Quais as conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia diplomática para Portugal e Brasil, a curto e a longo prazos?

Márcio Blois Gasparri (20/20)

a) A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807, sob a proteção inglesa, em decorrência do expansionismo napoleônico no continente europeu, marca um período de aprofundamento nas relações entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Britânica. A urgência da situação na Europa obrigou a Coroa Portuguesa a aceitar e acatar a imposição de medidas relacionadas ao comércio que claramente beneficiavam os ingleses. O tratado de 1810, que se deu dois anos após a abertura dos portos, é um exemplo claro disso. Por meio dele, produtos ingleses tinham mais facilidade para entrar na América Portuguesa, devido à redução tarifária. O estreitamento das relações luso-inglesas era, assim, vantajoso para os ingleses em seus interesses econômico-comerciais, pois permitia-lhes expandir suas relações comerciais em um período bastante delicado, em que seus produtos encontravam dificuldades para entrar no Velho Continente devido ao cerco napoleônico. Na Europa, os benefícios da aliança com Portugal eram também consideráveis para a Inglaterra. Por meio dela, os ingleses poderiam encontrar uma "brecha", um canal de acesso a um continente sob o jugo das tropas napoleônicas. Mesmo depois da derrota das tropas de Napoleão, percebe-se que a influência inglesa no país permaneceu intensa, algo que só foi enfraquecido após a Revolução do Porto de 1820.

b) As conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia foram significativas tanto para o Brasil quanto para Portugal. O Brasil herdaria uma relação econômico-política desvantajosa para os seus interesses. Essa situação, no plano comercial, só iria assumir novos rumos a partir de 1844, com a tarifa Alves Branco. A autonomia tarifária buscada pelos brasileiros, no entanto, desgostava a principal potência hegemônica da época e tinha repercussões em outros planos. Parece, por isso, ser razoável entender que a maior repressão ao tráfico negreiro – algo, é verdade, já demandado há tempos pelos ingleses – institucionalizada pela Bill Aberdeen, seja, até certo ponto, reflexo do impulso autonomista brasileiro.

Para Portugal, a estratégia referida trazia sérias conseqüências. No curto prazo, a principal delas talvez tenha sido a perda de sua hegemonia comercial na então colônia. Era algo que, sem dúvida, piorava a sua já complicada situação, pois via sua economia bastante prejudicada pela invasão e guerra promovidas pelos franceses. No longo prazo, percebe-se que a aliança com a Inglaterra teve como conseqüência, entre outras coisas, o aprofundamento de seus laços de dependência com a potência britânica. Portugal entraria, assim, na órbita econômica da grande potência de forma submissa, incapaz de articular uma política internacional plenamente autônoma.

Questão 2

"O decênio que vai de 1868 a 1878, escrevia Sílvio Romero, foi 'o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual'. Um *bando de idéias*

novas agitou o país nesse período, dando-lhe novas diretrizes. (...) Com a abolição do tráfico deu-se uma 'transformação maravilhosa', abrindo novas perspectivas materiais e intelectuais ao país." (João Cruz Costa, in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico.* Tomo II, Volume V, São Paulo, DIFEL, 1969, p. 330).

a) A que "idéias novas" se referia Sílvio Romero?

b) De que forma essas "idéias novas" penetraram no pensamento das elites brasileiras?

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

A segunda metade do século XIX foi marcada por um conjunto de transformações profundas na estrutura sócio-econômica e intelectual do Brasil, que desaguariam, mais tarde, na queda do regime monárquico. Em termos sócio-econômicos, o fim do tráfico negreiro (1850) e o crescimento da imigração européia assinalaram o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Política e intelectualmente, a Guerra do Paraguai (1864 –1870) e a influência de doutrinas científicas como o Darwinismo e o Positivismo Comteano ocasionaram o aparecimento de novos padrões estéticos e idéias políticas.

a) Nesse contexto, surgem as "idéias novas" a que se refere o crítico sergipano Sílvio Romero. Na literatura, assiste-se à substituição do Romantismo pelo ideal do Realismo-Naturalismo, com sua proposta de percepção mais fiel do real, lançada na França por autores como Flaubert e Zola, e que terá seus maiores representantes brasileiros em Machado de Assis, Raul Pompéia e Aluízio Azevedo. Sofrendo o impacto do evolucionismo e do cientificismo da época, surgirão estudos sociológicos e antropológicos que buscarão contrapor-se à idealização romântica do indianismo, com a incorporação, pela primeira vez, do elemento negro e mestiço na formação da identidade nacional, embora com um viés marcadamente racista e eurocêntrico, nas obras de Nina Rodrigues, Araripe Júnior e Sílvio Romero. De modo geral, tais idéias literárias, sociológicas e antropológicas estão relacionadas com o advento dos ideais do Republicanismo e do Abolicionismo, este último tendo como grande tribuno o pernambucano Joaquim Nabuco.

b) O modo como as idéias de República, Abolição e Naturalismo penetraram nas elites pensantes brasileiras ao longo do século XIX seguiu uma linha de continuidade em relação a outras idéias "importadas", como o Liberalismo no início do Império. Como aponta Roberto Schwartz, as idéias "trazidas de fora" sempre estiveram "fora do lugar" no Brasil, adaptando-se ao gosto e aos interesses das elites locais. Assim, os ideais republicano e abolicionista foram incorporados aos anseios políticos e econômicos das elites oligárquicas cafeeiras do Oeste paulista, desejosas de maior

descentralização política e de maior autonomia federativa, bem como de mudanças na organização do trabalho. Ao mesmo tempo, a visão antropológica fornecida pelo Naturalismo e pelas teorias evolucionistas de Darwin e Spencer enxergava a questão racial com lentes acentuadamente deterministas e etnocêntricas, encarando a miscigenação como fator de "degenerescência das raças" e preconizando, em lugar desta, o "embranquecimento" da população brasileira, mediante o estímulo à imigração européia. Tal racismo antropológico ajustou-se, assim, perfeitamente à visão "européia" das elites, sintonizando-se com seus interesses políticos e econômicos.

Questão 3

A Primeira Guerra e a depressão dos anos 30 prejudicaram o comércio exterior da América Latina, reduzindo, no primeiro caso, o fornecimento externo de manufaturas e, no segundo, suas exportações primárias de alimentos. Essas perturbações tiveram impacto sobre o sistema produtivo, que se voltou para a industrialização substitutiva de importações, e sobre o controle do poder local, que passou das oligarquias agroexportadoras para as novas elites urbanas, num processo que fortaleceu o Estado e seu papel econômico.

Discuta a assertiva acima, indicando os impactos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 sobre o Brasil.

Frank Almeida de Sousa (19/20)

Os efeitos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 no Brasil podem ser interpretados de pelo menos duas maneiras. Considerando, primeiramente, a teoria dos choques adversos, que afirma que esses eventos, ao prejudicarem o tradicional comércio exterior brasileiro, forçou o País a uma incipiente substituição de importações utilizando capacidade industrial previamente instalada a fim de prover as necessidades domésticas de produtos industriais. Assim, por ocasião da I Guerra e a conseqüente interrupção de intercâmbio comercial que direcionava manufaturas ao Brasil, foi necessário utilizar máquinas e fábricas existentes, muitas das quais tinham capacidade ociosa, para substituir as importações.

A crise dos anos 30, por seu turno, prejudicou o comércio de forma geral, o que reduziu a demanda mundial pelos produtos primários brasileiros e, por conseguinte, restringiu a capacidade importadora do País desprovido de divisas. Foi necessário, novamente utilizar a indústria interna, reaparelhada nos anos anteriores, para novamente substituir importações.

Outra interpretação relativa aos impactos dos eventos em apreço sobre a industrialização brasileira ressalta a importância da economia agro-exportadora, como geradora de divisas que teriam possibilitado a importação de equipamentos industriais e investimentos externos por conta da economia cafeeira. A primeira Guerra e a depressão dos anos 30 teriam sido, dessa forma, negativas ao dificultarem a importação de novas máquinas.

É possível, contudo, conciliar as duas interpretações. Se, por um lado, as crises externas dificultaram o reaparelhamento da indústria local, por outro lado, existia capacidade ociosa que foi utilizada. Ademais, no período que se seguiu entre a I Guerra e a crise de 29, foi possível importar novos equipamentos, de forma que nos anos 30 a substituição de importações logrou avançar.

O fato é que, no início da década de 30, a indústria começava a desempenhar importante papel, contrastada ao declínio da economia da agro-exportação. Novos interesses da sociedade forçaram a queda do modelo da República Velha no qual as oligarquias dos Estados eram preponderantes.

Portanto, a Primeira Guerra e a depressão dos anos 30, ao mesmo tempo em que estimularam o desenvolvimento industrial, forçaram a desarticulação da economia agro-exportadora e de seu corolário político: a República Velha. A partir do início da queda de 30, novo modelo econômico começava a ser gestado, no qual o País buscará seu desenvolvimento, utilizando, para tanto, a industrialização.

Questão 4

"Uma das coações aos pensadores cristãos que tentaram entender o Islã era analógica: posto que Cristo é a base da fé cristã, presumia-se – de modo totalmente errôneo – que Maomé era para o Islã o mesmo que Cristo para o cristianismo. (...) Dessas e de muitas outras concepções equivocadas 'formou-se um círculo que nunca foi rompido pela exteriorização imaginativa', [segundo Norman Daniel]." (Edward W. Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 70).

Analise de forma crítica o parágrafo acima, considerando a persistência histórica no século XIX dos estereótipos construídos pelo Ocidente com relação ao Oriente e, em particular, com relação aos povos árabes.

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

Uma das considerações subjacentes ao neocolonialismo do século XIX é a idéia de que a supremacia econômica das potências imperialistas européias se traduziria necessariamente numa supremacia cultural da Europa civilizada sobre os povos bárbaros do Oriente e da África. A suposta superioridade funcionava como uma justificativa à dominação dos povos colonizados.

Essa supremacia cultural obviamente teria repercussão na religião. A espiritualidade e a moral dos povos "não civilizados" seria entendida a partir de uma ótica "civilizada". Os valores de

sociedades ditas bárbaras seriam apreendidos a partir das ponderações da própria construção ético-filosófica dos povos colonialistas cristãos.

Com o Islã, a apreensão cristã seria particularmente conflitiva, uma vez que seriam religiões fundamentalmente rivais quanto a diversos aspectos de suas crenças: o monoteísmo, a sacralização da cidade de Jerusalém, o caráter textual de seus códigos de conduta moral: o Novo Testamento e o Corão.

Na figura de Cristo, residiria outro aspecto que daria margem a equívocos. A divinização de Cristo não encontra paralelo no islamismo, para quem Maomé é o profeta, entre outros — Cristo, inclusive. Não se confundem as figuras de Alá e Maomé como se faz no mistério trinitário cristão. As considerações da fé maometana em particular, e do rol de valores dos povos árabes em geral, foi muito influenciada pelos preconceitos estabelecidos por séculos de doutrinamento cristão.

O julgamento equivocado de uma religião por outra não é um aspecto datado historicamente, mas processo inerente ao conflito de duas superestruturas culturais, sempre que suas bases econômicas entram em um processo de dominação. Assim foi a apreensão dos primórdios do Cristianismo pelos romanos, para os quais o ideário cristão era uma moral de escravos. Para os europeus colonialistas do século XIX, o Islamismo seria uma moral de beduínos.

Questão 5

O sistema internacional da bipolaridade não foi bipolar durante todo o transcurso histórico a ele atribuído. Analise a evolução da sua condição de um sistema condominial típico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial para o arranjo mais flexível entre as duas superpotências nos anos 60 e 70 em torno dos seguintes elementos de transformação do sistema:

a) a revitalização internacional da Europa e sua contribuição ao deslocamento da competição do terreno do liberalismo universal e ilimitado proposto pelos Estados Unidos para o dos mercados organizados e, até certo ponto, protegidos; e

b) o peso gradual das armas nucleares nas contendas da balança de poder mundial.

Leonardo de Almeida Carneiro Enge (18/20)

O sistema internacional de distribuição bipolar do poder emerge como conseqüência da Segunda Guerra Mundial: destruída a infra-estrutura econômica e militar de Europa e Japão, resta aos EUA e URSS a divisão do poder, o que os joga, instantaneamente, do campo de aliados ao de oponentes.

Yalta, e principalmente Potsdam, sinalizam claramente aos EUA a ascensão de seu futuro contendor. A bipolaridade se expressa claramente em vários campos: no das idéias, opõe liberalismo a socialismo, e nesse sentido atualiza o debate ideológico que se arrastava, sem solução, desde meados do século XIX. No campo político, opõe um regime democrático a um totalitarismo crescente. Na economia, confronta o ideário do capitalismo de mercado ao da economia centralizada e estatizante, de inspiração marxista. Finalmente, no campo militar, opõe os dois exércitos mais poderosos do mundo e, a partir de 1949, as duas primeiras potências nucleares.

a) É neste contexto, e como efeito desta disputa, que devemos analisar a reconstrução e conseqüente revitalização da Europa. O descomunal afluxo de capitais americanos originado pelo plano Marshall nada mais é que a expressão econômica da política de containement da URSS cristalizada na Doutrina Truman. O bipolarismo se expressa nas disputas entre Plano Marshall e COMECON, OTAN e Pacto de Varsóvia, Gagárin e Armstrong e tantas outras.

Nos anos 60 e 70, os efeitos do Plano Marshall sobre a Europa Ocidental já podem ser notados em sua totalidade: o continente foi reconstruído e passa por intensa reemergência no plano econômico. Alemanha Ocidental, Inglaterra, França e Itália voltam a pertencer ao time das grandes economias.

Entretanto, a conformação político-econômica da Europa que novamente despontava no horizonte das grandes potências não era cópia exata da organização americana. Desde o início, a Europa se pauta por políticas protecionistas (especialmente, mas nem de longe exclusivamente, do setor agrícola) como forma de conquistar competitividade internacional. O planejamento das economias européias se dá em escala muito maior que nos EUA, processo que não arrefeceu e foi incentivado pela gestação da União Européia. A social-democracia constituiu, e ainda constitui, força política de peso freqüentemente majoritário no continente, e teve papel preponderante na constituição e manutenção dos Welfare States que ocorreram a partir dos anos 60. Nesse sentido, a revitalização da Europa atua como um contraponto ao bipolarismo, situando-se entre o liberalismo "total" proposto pelos EUA e o estatismo soviético. A Europa torna-se zona "cinzenta", um "degradê" entre os matizes radicais de EUA e URSS, atuando de certa forma como amortecedor dos conflitos bipolares ao adotar posições intermediárias entre as superpotências.

b) No campo nuclear, a expansão dos membros do "clube nuclear" iniciada com a Inglaterra nos anos 50 e terminada com Índia e Paquistão na década de 70 apontou claramente para uma multipolaridade, na qual potências regionais como a China se afirmam claramente em termos militares. O Tratado de Não-Proliferação aproxima as superpotências na tentativa de restrição de acesso ao "clube", e portanto de criação de novos pólos de poder.

O TNP, em que pese o fato de que muitas das adesões foram realizadas visando à segurança em subsistemas regionais (países que escolhem abrir mão do acesso a tecnologias sensíveis em troca de maior segurança regional), obteve grande sucesso, com medidas diplomáticas das duas superpo-

tências no mesmo sentido.

Dessa forma, a expansão da nuclearização age de dois modos na flexibilização do sistema bipolar:

1) Num primeiro momento, criando pólos alternativos, ainda que regionais, de poder militar.

2) A partir de iniciativas visando a não-proliferação, aproximando as superpotências em torno da consecução de um objetivo comum: a manutenção, tanto quanto possível, do equilíbrio de poder bipolarizado em termos militares.

Noções de Direito

A prova consistirá de cinco questões dissertativas. O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Direito interno

01. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
02. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
03. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
04. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
05. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista). Estado democrático de direito.
06. Organização dos poderes no direito brasileiro.
07. Processo legislativo brasileiro.
08. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
09. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
10. Atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Controle de legalidade dos atos da Administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional

01. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP). Fundamento de validade da norma jurídica internacional. DIP e direito interno. DIP e direito internacional privado.
02. Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões de organizações internacionais. Normas imperativas ("jus cogens").
03. Sujeitos do DIP: Estados {Conceito. Requisitos [Território, população (Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação, expulsão e extradição), governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados]. Surgimento. Reconhecimento (de Estado e de governo). Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade de jurisdição. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades}. Organizações internacionais [Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. Organização das Nações Unidas (ONU)]. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano. Indivíduo.
04 Solução pacífica de controvérsias internacionais. Artigo 33 da Carta da ONU. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
05. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional). Tribunais internacionais (San José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).
06. Direito da integração: noções gerais. Mercosul e União Européia (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).
07. Direito internacional econômico: conhecimentos elementares. Organização Mundial do Comércio (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

Bibliografia:

I – Documentos

Constituição Federal (1988)
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961);
Relações Consulares (1963); e
Direito dos Tratados (1969).
Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991)
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do

Mercosul (Ouro Preto, 1994)
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994)
Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994)

II – Livros

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato – Noções de direito*. Brasília: FUNAG, 1995.
BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
_______________. *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.
BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
ENGISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima e Ernesto Henrique Fraga Araújo. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.
REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 19ª ed. São Paulo:

Malheiros, 2001.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 40 linhas

Questão 1

O Sr. Irnério Ahnolob, brasileiro nato, é suspeito de envolvimento em um dos crimes previstos no art. 5º (crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão) do tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma). Um grupo de estudantes de Direito discute a possibilidade de que ele seja levado à cidade da Haia, sede do Tribunal, para ser julgado.

Balduína pondera que o Sr. Ahnolob pode ser enviado à Haia, já que o Brasil ratificou o texto de Roma e porque se trata de "entrega", tal como previsto no art. 102-a do Estatuto [*"Por 'entrega', entende-se a entrega de uma pessoa por um Estado ao Tribunal nos termos do presente Estatuto"*]. Heitor contesta a colega. Afirma cuidar-se de "extradição disfarçada". Indica o dispositivo constitucional que proíbe a extradição de brasileiros natos (art. 5º-LI), para afirmar a inconstitucionalidade, no ponto, do tratado. Alberto, por sua vez, endossa a tese de Heitor. Destaca, ainda, que o inciso LI do art. 5º da Constituição é cláusula pétrea, não podendo ser abolido sequer por emenda à Constituição.

Posicione-se, de modo fundamentado, no debate, assumindo que: (i) o Brasil ratificou o Estatuto de Roma; (ii) o referido tratado não admite reserva (art. 120); (iii) o Estatuto já entrou em vigor no plano internacional; e (iv) o suposto crime cometido por Irnério é posterior à data de entrada em vigor do tratado.

Marcos Henrique Sperandio (20/20)

O debate entre Balduína, Heitor e Alberto está permeado pelo tratamento dispensado pela Constituição de 1988 aos direitos humanos. O diploma constitu-cional, já em seu preâmbulo, assegura o exercício dos direitos e garantias individuais. Em seguida, estabelece a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Construir uma sociedade justa, livre e solidária, bem como promover o bem-estar de todos, independentemente da origem, raça, cor, credo e qualquer outra forma de preconceito são objetivos de Estado, arrolados na Lei Maior. No plano externo, o artigo 4º da Constituição Federal apresenta os princípios pelos quais o país é regido em suas relações internacionais, entre os quais se destaca a prevalência dos direitos humanos. O posicionamento no debate deve, portanto, levar em consideração esses preceitos constitucionais.

Foram três as maiores objeções levantadas quando da assinatura do Estatuto de Roma, em 1998, pelo Brasil: a questão da nacionalidade, da pena perpétua (defendida pelo Estatuto) e a questão da coisa julgada. O diploma constitucional brasileiro não permite extradição de brasileiro nato e condena o caráter de perpetuidade de julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de casos já contemplados por sentença condenatória, em âmbito nacional.

Tais objeções, porém, não impediram a ratificação do Estatuto de Roma pelo Brasil. A questão crucial que viabilizou o feito foi a diferenciação entre extradição e entrega (surrender). A extradição se apresenta como ato de cooperação entre Estados soberanos. Essa modalidade jurídica tem como fundamentos: tratados e, em sua ausência, promessa de reciprocidade e interesse da justiça. Já a "entrega", o surrender, revela-se ato de obediência à decisão de organização internacional, in casu, o Tribunal Penal Internacional. São nítidas, portanto, as diferenças quanto à natureza jurídica de ambas as modalidades. O surrender tem em um de seu pólos organização internacional e, no outro, Estado membro da entidade (no caso, o Brasil). A relação jurídica existente difere dos pólos observados na extradição.

A aparente inconstitucionalidade, argüida por Heitor, é, portanto, infundada. O surrender está longe de ser "extradição disfarçada". Qualquer brasileiro nato, tendo cometido os crimes previstos no artigo 5º do Estatuto, pode ser entregue ao TPI, sempre levando em conta o caráter subsidiário de sua jurisdição.

Já o argumento de Alberto não se aplica a esse caso em concreto. É certo que o artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal coloca os direitos e garantias individuais como cláusula pétrea. É fundamental, porém, aplicar a hermenêutica constitucional lato sensu. O ethos do diploma legal em tela privilegia a proteção internacional dos direitos humanos. Crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, de guerra e de agressão não encontram guarida constitucional. A maior prova da motivação do constituinte quanto à proteção internacional dos direitos humanos é o artigo 7º dos ADCT, que prevê o apoio brasileiro à criação de Tribunal Internacional em matéria de direitos humanos.

É lícito, portanto, posicionar-se em favor de Balduína, segundo a qual o Sr. Arnoldo pode ser enviado à Corte da Haia.

Questão 2

Certo líder de grupo terrorista, conhecido pela contundência de sua atuação, entra em prédio de Embaixada brasileira no Exterior e, invocando o art. 4º - X da Constituição Federal ["*A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios (...) X – concessão de asilo político*"], pede asilo.

Proponha resposta — devidamente fundamentada — à solicitação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A questão trata dos fundamentos que legitimam o instituto do asilo político perante o Direito Internacional Público, assim como sua condição (aceitação) no plano internacional.

O instituto do asilo, latu sensu, não é novo. C. Albuquerque Mello relata que já na Grécia antiga podem-se observar ações que a ele se assemelham. O asilo foi amplamente utilizado na época medieval, seja em Igrejas, seja em outros Estados. Entretanto, no decorrer da época moderna, foi objeto de abusos por parte de embaixadores pouco escrupulosos, que chegavam a "abrigar" residências oficiais a criminosos comuns, com base no princípio da extraterritorialidade. Desde então, tem sofrido diversas críticas.

O asilo político divide-se em asilo territorial e asilo diplomático. O primeiro é conferido no próprio Estado Territorial, e é geralmente mais aceito internacionalmente. O segundo é conferido em legações do Estado asilante no exterior. É importante salientar a diferença, pois, afastado o princípio da extraterritorialidade das legações, pelo qual a Embaixada, por exemplo, era vista como uma extensão do território do Estado, o indivíduo que requer asilo numa legação permanece sob a jurisdição do Estado de que foge ; entretanto, essa jurisdição não é exercida, em vista da imunidade de jurisdição da legação internacional, que se baseia, modernamente, no princípio do interesse da função e na reciprocidade. O asilo diplomático é controverso no plano internacional, mesmo que países que o questionem não se importem em conferi-lo quando conveniente.

O direito de asilo baseia-se em um princípio humanitário e é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Não obstante, a jurisprudência tem entendido que não se trata de um direito oponível aos Estados; estes têm a discricionariedade em decidir sobre a oportunidade e conveniência de sua concessão, mesmo que presentes os requisitos legais. O asilo diplomático, como no caso em questão, conheceu ampla aceitação na América Latina, chegando, para muitos, a configurar um costume internacional de âmbito regional. O caso Haya de La Torre, em particular, entre o Peru e a Colômbia, teve ampla repercussão internacional, chegando a ser decidido pela Corte Internacional de Justiça, na década de 1950. A decisão, contraditória e inexeqüível, demonstrou a necessidade de codificar tal costume internacional, o que se deu na Convenção de Caracas, na mesma década.

Por essa convenção, ratificada pelo Brasil, cabe ao país asilante decidir acerca da qualidade

do crime imputado ao indivíduo. Essa previsão é de suma importância, pois não mais se aceita asilo por crime comum, sendo restrito a crimes de natureza eminentemente política. A diferenciação, entretanto, é por vezes difícil, o que não raro leva a divergências. A concessão do asilo político é ato soberano e discricionário do Estado da legação; uma vez conferido, o Estado territorial é obrigado a conferir o salvo conduto para que o asilado se retire de seu território. A Convenção de Caracas é clara quanto à obrigatoriedade do salvo conduto. Entretanto, tem ela um número limitado de membros, e pode haver dificuldades em relação a países que questionam a legalidade do asilo diplomático.

O Brasil, em específico, é não apenas parte dessa convenção, como também reconheceu, na Constituição, a concessão do asilo político como um dos princípios de suas Relações Internacionais. Assim, no caso em questão, cabe ao Estado brasileiro, discricionariamente, decidir se concede ou não o asilo requerido. Em particular, cumpre decidir se os crimes imputados ao requerente são de natureza política. Em se tratando de atividade terrorista, inclina-se pela negativa, mesmo porque o repúdio ao terrorismo configura-se como outro princípio das Relações Internacionais do Brasil, conforme previsto no artigo 4º da C.F. Entretanto, cumpre observar as circunstâncias do caso para se decidir com fundamentação imparcial. Em se negando a natureza política do crime imputado, deve o Brasil entregar o acusado às autoridades jurisdicionais do Estado territorial.

Questão 3

Comente — argumentando a favor ou contra —o seguinte trecho:

"Por sua própria construção, o sistema jurídico mundial é incapaz de um papel político. Ele multiplica sem cessar os textos e se ramifica cada vez mais. Existem hoje muitas dezenas de convenções internacionais e muitos milhares de textos jurídicos especializados, aos quais se somam aqueles gerados pelos organismos multilaterais, cujo número e quantidade de membros não param de crescer. A isso se juntam ainda as dezenas de entidades regionais, que têm, cada qual em seu nível, as mesmas ambições e as mesmas produções. Mas esta construção é uma Torre de Babel, complexa e impotente". (*In* DELMAS, Philippe. *O belo futuro da guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1996, pp. 147-148, com adaptações).

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

A crescente complexidade do sistema jurídico mundial reflete o dinamismo da sociedade das nações nos dois últimos séculos, dado pela multiplicação de Estados, pela emergência de novos atores internacionais – organizações inter e supraestatais – e pelo esforço de positivação do relacionamento político entre as nações e das normas consuetudinárias internacionais.

No contexto estatal interno, o ordenamento jurídico visa estabelecer normas de conduta e solucionar os conflitos existentes entre os indivíduos. O esforço de normatização pelo Direito Interno acaba necessariamente por estabelecer parâmetros à ação política. Similarmente, o Direito Internacional condiciona a ação política dos Estados, seus sujeitos por excelência, tanto negativamente, impondo limites a suas ações, quanto positivamente, imputando-lhes responsabilidades de agir. O fato de o Direito Internacional ser um direito de coordenação entre entidades soberanas, e não de subordinação, não diminui o papel político do ordenamento jurídico mundial; pelo contrário, implica grande efeito político porque representa a adesão e vinculação voluntária de Estados numa sociedade internacional paritária.

Exemplificando como a ordem jurídica mundial exerce uma função política nas sociedades contemporâneas, cabe lembrar como as resoluções das Nações Unidas, em seus objetivos de promover a paz e a segurança mundial, têm impactado a ação política dos Estados-membros; como painéis e decisões da Organização Mundial do Comércio têm redefinido a diplomacia econômica entre os países; como a institucionalização e positivação jurídica de acordos econômicos no âmbito dos blocos regionais têm aprofundado o relacionamento político entre os participantes; e como as convenções e tratados internacionais têm condicionado o equilíbrio de forças e os limites de ações políticas de seus signatários.

Assim sendo, advogar a incapacidade de o sistema jurídico mundial de exercer um papel político na comunidade das nações seria tão improcedente como esvaziar o conteúdo político do ordenamento jurídico de um país em particular.

Questão 4

Em visita oficial ao Brasil, o Presidente de determinado país foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo cometimento de crime contra a humanidade. Pesam sobre ele acusações de haver perpetrado graves atrocidades contra minorias étnicas da população de seu país. Dadas as circunstâncias, discorra sobre a admissibilidade da ação.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

A persecução penal no Brasil condiciona-se à observância do "princípio da territorialidade". Necessário, então, que o crime tenha sido praticado em território brasileiro. Crimes praticados no exterior só podem ser submetidos à jurisdição da justiça brasileira quando o agente que os perpetrou também seja brasileiro, ou em hipóteses restritas elencadas no Código Penal.

A ação proposta pelo Ministério Público Federal enfrenta diversos óbices, que impedem sua admissão. O primeiro empecilho decorre do fato de o crime ter sido praticado por estrangeiro em

outro país, conflitando, à evidência, com o referido princípio da territorialidade, consagrado na legislação penal brasileira. Fosse o agente brasileiro, a ação poderia ter curso, o que, todavia, não é o caso.

De outra parte, cumpre atentar para o fato de que o acusado é chefe de Estado em pleno exercício do cargo, gozando, assim, de imunidade penal, por se tratar, inclusive, de visita oficial. Sua presença no Brasil se deve a razões diplomáticas, atuando como máximo representante de seu Estado, o que bastaria para atrair, por exemplo, as garantias e prerrogativas constantes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Se os membros da representação diplomática fazem jus à imunidade penal, o Chefe de Estado, a fortiori, também o fará.

A denominada "jurisdição universal", propugnada por aqueles que defendem a competência de qualquer nação para julgar crimes contra a humanidade, não encontra respaldo no Direito brasileiro, que se apóia fundamentalmente, como visto, no princípio da territorialidade.

Em face do exposto, a ação proposta pelo Ministério Público deve ser inadmitida, uma vez que a Justiça brasileira carece de competência para examinar e julgar o caso.

Questão 5

Invocando o princípio da autodeterminação dos povos, Ponoukele, colônia de Drelchkaff, proclama sua independência. O novo governo adota, sem maiores explicações, medidas restritivas de direitos da minoria étnica residente no Norte do país. Determina, em seqüência, o envio daquela população para região inóspita no Sul de seu território, onde as perspectivas de sobrevivência são escassas. Por conta da prática de tais atos, poucos países reconhecem o novo Estado, bem como seu governo.

Dentro do governo de Ponoukele surge a preocupação de que, não tendo sido reconhecido nem o novo Estado nem o seu governo, a antiga metrópole estará legitimada a reassumir o controle sobre Ponoukele. O novo Chanceler lembra a seus pares, no entanto, que "o reconhecimento por parte de outros sujeitos de Direito Internacional é irrelevante". Alega que a existência do Estado Ponoukelense independe do reconhecimento pela comunidade internacional.

Considerando o tema do reconhecimento de Estado e de governo no momento presente, aprecie a situação.

Claúdia AngélicaVasques Silva (20/20)

A apreciação da situação em tela é bastante complexa. Envolve questões como reconhecimento de Estado e de governo, além de problemas relativos ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, de um lado, invocar o direito de autodeterminação dos povos no caso de uma colônia é perfeitamente legítimo e está em conformidade com a jurisprudência internacional. Por outro lado, a ação arbitrária contra a minoria étnica e seu deslocamento para região inóspita pode suscitar medidas de ingerência por parte da comunidade internacional em Pononkele.

Para que um Estado seja reconhecido como tal deve contar com povo, território e governo. A legitimidade do governo de Pononkele, no entanto, torna-se bastante questionável em vista do arbítrio e da ação contrária aos direitos humanos. Não obstante, a observação do chanceler pononkelense está de acordo com diretivas da O.N.U., embora o chanceler tenha deixado de considerar que a crise humanitária promovida pelo governo pode vir a causar pedidos de direito de ingerência por parte de terceiros Estados e não apenas da antiga metrópole.

Quanto à situação da antiga metrópole, o não reconhecimento do governo e do Estado de Pononkele pela comunidade internacional, por si só, não legitimaria a recolonização da parte de Drelchkaff. A situação humanitária e o arbítrio, contudo, poderiam servir de base à tentativa de recolonização do território, vez que Drelchkaff poderia alegar que o statu quo ante estava de acordo com o respeito aos direito humanos. A tendência em casos semelhantes, contudo, não tem sido privilegiar as metrópoles.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de

Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Publifolha, 2000.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia.* Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia.* São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON, P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia.* Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 30 linhas

Questão 1

Explique por que a indexação das faixas de renda, que elevou os valores mínimos para incidência de imposto na tabela do imposto de renda para as pessoas físicas (IRPF), aprovada recentemente no Brasil, contribui para expandir o consumo da economia.

Eduardo Cançado Oliveira (20/20)

O imposto de renda é um importante instrumento de atuação econômica. Através deste imposto, que é um mecanismo da política fiscal do Estado, o governo arrecada fundos para financiar suas atividades, distribui renda através do fornecimento de serviços públicos pagos com essa arrecadação e interfere na demanda agregada do país. Esse último efeito nem sempre é diretamente visado pelo governo, tratando-se de uma conseqüência extra-fiscal, que, entretanto, não deixa de ser relevante.

A recente indexação das faixas de renda do IRPF aumentou os valores mínimos de renda para a incidência do referido tributo. Isto quer dizer que para surgir a obrigação de pagamento do imposto, a renda auferida deve ser maior que no passado. Assim, maior parcela da população (parcela essa de menor renda) está isenta do tributo e, portanto, possui maior disponibilidade de recursos para consumir. A parcela da renda que seria destinada ao fisco fica liberada para uso, incentivando o consumo.

Poder-se-ia argüir que essa maior disponibilidade de renda não seria usada em consumo, mas aplicada em poupança. No entanto, isso levaria, indiretamente, a uma situação de crédito mais fácil e barato, o que, por sua vez, levaria à expansão do consumo.

O produto interno, sob a ótica da renda, pode ser expresso pela seguinte equação: $Y = Sd + C + T$, *onde Y é a renda total, Sd a poupança doméstica, C o consumo e T os tributos. Dessa equação se tira que* $C = Y - Sd - T$, *o que deixa claro que uma diminuição dos tributos leva a um aumento do consumo.*

Isso explica como as recentes alterações nas faixas de renda mínima para a incidência do IRPF levam à expansão do consumo da economia.

Questão 2

"O diagnóstico estruturalista, para explicar o processo inflacionário em países em desenvolvimento, pressupõe que a inflação está associada à estrutura do comércio internacional, caracterizada pela rigidez das importações e pelo baixo dinamismo das exportações." Comente.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

O diagnóstico estruturalista das causas da inflação, espelhado, por exemplo, nas concepções da CEPAL, assenta que a dependência que têm os países latino- americanos do setor exportador é uma das raízes do processo inflacionário que atinge o continente. As exportações dos países em desenvolvimento lastreiam-se sobretudo em produtos primários, de baixo valor agregado. Tais produtos têm baixa elasticidade-renda, sujeitando-se, ademais , às oscilações de preço que freqüentemente

atingem o mercado de commodities. Daí se falar no baixo dinamismo do setor exportador, já que sua capacidade de gerar divisas encontra-se restringida pela estrutura do comércio internacional, em que aos países em desenvolvimento é atribuído o papel de exportar produtos primários e importar produtos de maior valor agregado (industrializados).

Referida assimetria provoca desequilíbrios na balança de pagamentos, agravando a dependência externa do país. A deterioração dos meios de troca estimula o processo inflacionário, em razão, por exemplo, da política cambial adotada. Ao almejar tornar o setor exportador mais competitivo (por meio, a título de ilustração, de desvalorização da moeda), tal política acaba por levar ao encarecimento das importações, elevando o nível geral de preços. Mesmo a ação estatal no sentido de suprir essa deficiência, através de investimentos destinados a criar uma infra- estrutura indispensável à industrialização do país, apresenta um inegável potencial inflacionário.

O viés estruturalista acentua, logo, que uma das causa da inflação é a dependência dos países em desenvolvimento com relação ao setor externo. De um lado, exportações – segundo os estruturalistas – com baixo potencial gerador de divisas. De outro, importações de produtos industrializados capazes de acarretar uma "sangria" das reservas existentes. Trata-se de uma assimetria "estrutural" – a inflação não adviria, assim, de um "excesso" de moeda na economia, como preconizam os monetaristas, mas de causas mais profundas, dentre as quais se inclui, como visto, a estrutura do comércio internacional.

Questão 3

Um dos instrumentos de que as autoridades monetárias dispõem para controlar a oferta monetária da economia consiste em determinar o encaixe mínimo compulsório sobre os depósitos em conta corrente administrados pelo sistema bancário. Descreva esse instrumento de política monetária e explique por que o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto, utilizando o conceito de multiplicador monetário.

Simone Meira Dias (20/20)

De acordo com a meta econômica a ser atingida, a política monetária dispõe de diversos mecanismos de controle da oferta monetária, como emissões, taxa de juros, open market (compra e venda de títulos públicos), reservas compulsórias depositadas no Banco Central e o encaixe técnico compulsório dos Bancos Comerciais.

Na realidade, sendo uma autoridade monetária, o Banco Central pode controlar a oferta de moeda ao determinar a quantidade de reservas que os bancos comerciais precisam enviar ao próprio Banco Central como garantia, e ao estipular o encaixe mínimo compulsório, isto é, a quantia mínima que os Bancos Comerciais precisam separar para compensar os depósitos em conta corrente.

Se o objetivo da política econômica é expandir a economia, elevando a demanda agregada, o governo procura aumentar a oferta de moeda. Nesse caso, o Banco Central diminui o encaixe mínimo compulsório, garantindo maior liberdade ao setor bancário para multiplicar a moeda. Se a meta é reduzir o ritmo da economia, o Banco Central aumenta o encaixe mínimo compulsório, diminuindo a oferta de moeda e "enxugando" o sistema.

Entretanto, o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto. A moeda que as pessoas detêm e os depósitos em conta corrente (M1) são constantemente multiplicados pelos Bancos Comerciais. Tal capacidade multiplicadora se verifica a cada novo empréstimo que os bancos efetuam. Assim, se todos resolvessem retirar seus depósitos bancários ao mesmo tempo, essas instituições não poderiam atender à solicitação. Para controlar a oferta monetária de forma mais efetiva, as autoridades teriam de recorrer aos depósitos compulsórios junto ao Banco Central, ao controle sobre emissões e juros, bem como às atividades de open market.

Questão 4

Argumenta-se, freqüentemente, que é preciso manter o preço da energia elétrica baixo para que o consumidor, particularmente aquele mais desfavorecido, não comprometa parte significativa de sua renda com o consumo desse produto. Explique por que a teoria econômica pode rejeitar esse tipo de argumentação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A energia elétrica é um bem econômico de características próprias. Além de poder ser entendido como bem final (uso residencial, por exemplo),apresenta forte caracterização como bem intermediário, ao ser insumo imprescindível para a produção industrial e para o comércio. Assim, observar apenas uma de suas características pode levar a políticas econômicas equivocadas.

O governo brasileiro tem, recorrentemente em sua história, aplicado política de tarifas compulsórias para determinados bens considerados essenciais, em vista tanto de pressões políticas como de considerações sociais. Essa intervenção do Estado na economia, apesar de parecer louvável a curto prazo, tem-se demonstrado de difícil sustentação. Para muitos, a instituição de tarifas compulsórias em meados do século passado gerou fortes dificuldades financeiras de empresas privadas prestadoras de serviço elétrico, como a Light, e, conseqüentemente, problemas no abastecimento. A incorporação, pelo Estado, dessas empresas pareceu o caminho natural. Entretanto, o crescimento da oferta por amplos projetos de investimento na infra-estrutura energética, conjugado a preços subsidiados ao consumidor, só foi possível com um forte endividamento público. As dificuldades financeiras no setor chegaram a tal monta que, na década de 1990, o Estado não mais tinha capacidade de investir na produção, necessária em vista do aumento crescente no consumo. A solução foi a privatização do setor elétrico, ainda em andamento, pois apenas a iniciativa privada teria os recursos necessários ao investimento.

A instituição de um preço máximo cobrado ao consumidor, aquém do preço de mercado, recai necessariamente sobre o produtor. No curto prazo, leva mesmo à expansão no consumo. Entretanto, o aumento na demanda, não acompanhado por um aumento na oferta (mesmo porque os investimentos no setor são de longa maturação), gera uma tendência a um aumento nos preços. Uma vez que este está proibido, os custos recaem sobre o produtor, que não terá quaisquer incentivos para investir em novas unidades produtivas. Assim, leva, a médio-longo prazo, a uma estagnação da oferta. Tendo em vista a demanda crescente por energia elétrica, e sua característica como insumo produtivo, a deficiência na oferta acarreta forte desaceleração econômica, o que resulta em desemprego e na própria diminuição da renda do consumidor final, em benefício de quem as tarifas compulsórias teriam sido instituídas.

Questão 5

Discuta os principais mecanismos de proteção à indústria nacional que foram utilizados ao longo do processo de substituição de importações, no Brasil.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

O Processo de Substituição de Importação (PSI), adotado pelo Brasil, em diferentes medidas, da Revolução de 30 à década de 1990, levou à industrialização nacional voltada ao mercado interno e à superação da estrutura histórica agrário-exportadora. Sua causa primeira foi o estrangulamento externo, pela queda das receitas de exportação em virtude da crise de 1929, e a conseqüente crise cambial. A desvalorização da moeda doméstica favoreceu o fornecimento interno de bens antes importados, levando a um aumento do investimento e da produção interna. Esse crescimento acarretou novo aumento nas importações (insumos e bens de capital), levando a nova crise cambial e nova desvalorização monetária, e assim sucessivamente.

O primeiro mecanismo de proteção foi, portanto, cambial. Esse, entretanto, onerava o conjunto da sociedade, sendo, já em Dutra, substituído por um sistema de licenciamento de importações e, em seguida, por um sistema de câmbios diferenciados, de acordo com o produto importado. O protecionismo tarifário foi gradualmente consolidando-se como mecanismo de proteção à industria doméstica, sendo formalmente instituído pela Lei do Similar Nacional, sob o governo JK. O grande crescimento industrial desse período deveu-se a uma série de medidas correlacionadas, como uma maior facilidade de investimentos externos e importação de bens de capital (instrução 113 da SUMOC) e investimentos estatais na criação da infra-estrutura para a produção e para o próprio desenvolvimento de mercado (como a construção de rodovias). O componente governamental passa progressivamente a ter maior relevância na formação da demanda agregada.

Sob o regime militar, a atuação do Estado no PSI assume papel fundamental. Além de fornecer incentivos (fiscais e creditícios, pelo BNDE) à produção privada, aumenta a participação direta do Estado na economia, principalmente no fornecimento de insumos à produção, como

energia e minérios. Além disso, as dificuldades recorrentes de equilibrar o Balanço de Pagamentos no período, causado pelo crescente endividamento externo, leva o governo a criar incentivos diretos à exportação, favorecendo o produtor nacional.

O sucesso do PSI deu-se com um crescimento exagerado da dívida pública (tanto externa como interna), o que causaria graves conseqüências na década de 1980 com o aumento elevado na taxa de juros internacional. Além disso, favoreceu a ineficiência econômica de uma estrutura industrial oligopolizada e pouco competitiva, com produtos de baixa qualidade e preços relativamente altos, recaindo os maiores custos no consumidor final.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

GUIA DE ESTUDOS

ÍNDICE

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o inciso 16 do Edital.

Constam do **Guia**:

– o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e

– os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília (DF), em novembro de 2001.

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2000)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 02 de janeiro a 09 de fevereiro de 2001, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) **Em Brasília:**

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61) 325-7000/5/6; fax: (61) 322-8355; *e-mail:* irbr@mre.gov.br; *Home-page:* www.mre.gov.br/irbr

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

- **Belém (PA)**: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043; fax: (91) 223-5506;

- **Belo Horizonte (MG)**: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2º andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;

- **Curitiba (PR)**: Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400; fax: (41) 362-2117;

- **Florianópolis (SC)**: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-8205/9200;

- **Fortaleza (CE)**: Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 281-7036, fax (85) 223-1642;

- **Porto Alegre (RS)**: COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria da UFRGS, 1º andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060, tel: (51) 316-3114, fax: (51) 227-1666;

- **Recife (PE)**: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;

- **Rio de Janeiro (RJ)**: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, tel: (21) 516-1744, fax (21) 516-0939;

- **Salvador (BA)**: Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;

- **São Paulo (SP)**: Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01154-060, tels: (11) 3823-9826/9668, fax: (11) 3823-9685.

c) **no exterior**: nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou repartições consulares.

1.2. **Taxa de inscrição**: a taxa de inscrição é de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e deverá ser depositada na conta nº *33.448.112-0*, Agência nº *3603-X*, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;
b) estar em dia com o serviço militar;
c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido,

1.4. **Candidatos casados**: o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3 x 4 do cônjuge. Se o cônjuge for de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto n.º 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas**: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1.1 acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação**: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade;

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais**:

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;

d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7 abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 17 de março de 2001, às 9 h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se até 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova.

3.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **Critérios de avaliação** - O TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

- a nota de referência é 60 sobre 100;

- o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (30).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 150F$$
$$F = D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, se D for igual a 0,6, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150º candidato for igual a 60. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 150º superior ou inferior a 60, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150º for 70, F valerá 1,1, e serão aprovados 165 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 150º for 40, F valerá 0,80, e somente serão aprovados 120 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o 150º candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 19 de março de 2001.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150° classificado, será anunciado até às 18 h do dia 20 de março de 2001, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 31 de março de 2001, às 9 h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de

produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 1° de abril de 2001, às 9 h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 30 de abril de 2001, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 h do dia 3 de maio, em Brasília, e até as 18 h, hora de Brasília, do dia 4 de maio, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 h do dia 9 de maio de 2001, na sede do IRBr, em Brasília, e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em Edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 23 de maio de 2001, data em que deverão se apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 24 de maio e 23 de junho de 2001, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 24 a 27 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 02 de junho;

c) Geografia, em 09 de junho;

d) Noções de Direito, em 16 de junho;

e) Noções de Economia, em 23 de junho.

5.3. **Das provas orais**: as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas**:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. **Inglês**:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

d) a argüição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas;

5.3.4. **Resultados**: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10 h do dia 28 de maio;

5.3.5. **Recursos**:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13 h do dia 29 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18 h do dia 30 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas**: as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13 h)	Apresentação de recursos (até as 18 h)	Resultado final (até as 18 h)
História	04/06/01	06/06/01	08/06/01
Geografia	11/06/01	13/06/01	15/06/01
N. Direito	18/06/01	20/06/01	22/06/01
N. Economia	25/06/01	27/06/01	29/06/01

6. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário**: os exames terão início no dia 29 de junho de 2001, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação**: conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência

em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado".

6.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 5 de julho de 2001.

6.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais:** O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 18 h do dia 6 de julho de 2001.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local:** dia 09 de julho de 2001, às 9 h e 30m, na sede do IRBr, em Brasília.

7.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) uma foto 3x4 do cônjuge;

c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv) comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 29 de junho de 2001, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (vi), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14 h do dia 11 de julho de 2001, na sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação:** Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, e publicado no Diário Oficial da União.

9.2. **Da posse**: Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício**: O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

10.3. **Identificação e Divulgação dos Resultados**:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. **Aceitação das Normas do Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
História
Geografia
Noções de Direito
Noções de Economia
Francês

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 2000, por exemplo, inscreveram-se 2.410 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer

que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É conseqüência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia,

as armas de combate; a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como "acacianos" ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: "Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona". Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais "mensagens" subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente "amena" é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar

uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exibições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

———— *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.
CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
———— *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1985.
KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
———— *Ortografia, Pontuação e Crase*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora,

por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova

Leia os textos que se seguem:

Texto 1

Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito Lingüístico

"Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do ensino de língua portuguesa" passa pela questão do preconceito lingüístico. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhado o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não estão simplesmente "nocauteando a concordância", "tropeçando" ou cometendo "gafes", mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer de "estudar português", dando vez à pluralidade de normas (...)

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas

"Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito lingüístico, muitas vezes, cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

"Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

"A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo."

Maria Marta Pereira Scherre.
Pesquisa & Ensino da Língua: Contribuições da Sociolingüística.
UFRJ/CNPQ. Rio de Janeiro. 1996.

Texto 2

Outrossins...

Já escrevi sobre isso. Na ocasião, fui ácido na crítica – no que, aliás, acho que fiz muito bem. Do que estou falando? Estou falando é de certos indivíduos que passam a vida entre o cinza e o marrom: a hedionda raça dos burocratas. Todos engajados, com afinco, em lidar com papéis, encaminhá-los, despachá-los e sobre eles deitar falação, geralmente num estilo de bula de remédio. São montanhas, cordilheiras de cartas, ofícios, avisos, pareceres e todo tipo de correspondência que vai daqui para ali numa penosa melopéia canina: "Ao Sr. Assessor, Ao Sr. Chefe, Ao Sr. Diretor". Isso desde o simples bilhete que só atravessa a Esplanada dos Ministérios nas mãos do contínuo até o pesado processo que cruza a nação inteira e se destina a seu mais longíquo igarapé.

Não me refiro ao conteúdo dessa papelada. Ela, obviamente, traduz a própria razão de ser do serviço público. Reclamo é da lamentável forma como são escritos esses documentos oficiais e oficiosos.

É mais do que tempo de tornar inteligível e fluida a redação na administração pública. De falar português claro. Sim, porque causa espanto e náusea o blablablá rococó e gongórico que escorre, espesso e obscuro, pelas mal traçadas linhas da maioria dos processos escritos nestes brasis.

Há, em vigor, recomendação explícita no sentido de simplificar os textos. Mas, como outras, essa também não pegou. É olimpicamente ignorada por cidadãos pressurosos em bajular o chefe com palavras empoladas e ocas, numa verborragia que não conhece começo, meio nem fim.

Coisas como destarte, inobstante, máxime, outrossim, e assim por diante. Outrossim! Você já ouviu alguém pronunciar essa palavra? Uma vezinha só na vida? Pois bem, meu amigo, e no entanto as cartas e os ofícios estão cheios dela, dela que não altera ou acrescenta coisíssima alguma.

E que dizer do fim dos textos, quando surge aquele grotesco parágrafo que ninguém, rigorosamente ninguém lê – e se lesse não acreditaria um pingo no que ele declara: "Renovo meus protestos de estima", ou, pior ainda: "Colho o ensejo para reiterar meu apreço".

Colho o ensejo! Protestos de estima! Mais uma vez, paciente leitor, você já escutou isso da boca de alguém? Duvido. Pois há quem escreva, e lá se vai uma fortuna em tempo e dinheiro com tamanha baboseira!

A redação oficial não deve cultivar pretensões literárias. Estas são terreno dos literatos, que diabo. Há sujeitos, porém, que se dão ao desplante de escrever com o dicionário do lado só para escolher as palavras mais difíceis. Conheço um que adora trocar o tão comum verbo ligar pela raridade que é o verbo jungir, só para provocar efeito na quadrada cabeça do seu chefe.

Existem pérolas nesse campo fértil. No Banco do Brasil, certa vez, circulou uma carta que começava assim: "Assunto: Cobra", e prosseguia: "O Sr. Fulano de Tal dirigiu-se a esta seção informando ter sido picado pela epigrafada". Blearghhh!

Há, ainda, o reino da nebulosidade. Nele, nada supera este trecho de uma instrução do então recém-criado Banco Central, pelos idos de 1965: "Faz-se notar que os parentes consangüíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes de outro cônjuge. São, também, parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consagüíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consagüíneos". Tente decifrar e você cumprirá um delirante exercício de piruetas mentais.

Mera coincidência: enquanto reflito sobre tanta sandice, vejo, na televisão, um político de prestígio dizer simplesmente o seguinte: "Nada vejo de grave nas objugatórias de Sua Excelência". Sinto justa perplexidade, pois não estou defendendo o pobre e monossilábico vocabulário usado pela garotada, infelizmente formado a partir dos roncos primitivos do rock. Mas, tenha paciência, objurgatória!

E por aí afora. Até hoje os ofícios das repartições militares começam como no tempo do Barão de Paranapiacaba: "Solicitação (faz)", maneira bicentenária e anacrônica de pedir alguma coisa a alguém.

Repito: ninguém que regule bem diz coisas assim: "Meu amor, apraz-me comunicar que vou à sua casa amanhã. Outrossim, informo que chegarei para o jantar.", ou "Você está uma gracinha, querida.

Destarte, podíamos fazer um programa, se lhe aprouver." – e lá se vai o programa por água abaixo...

Falando sério: você já calculou quanto o Brasil gasta com tamanha besteira? Milhões de linhas diariamente datilografadas ou digitadas, um custo altíssimo em fitas de máquinas, papel e tempo completamente perdido. Sim, porque, suprimidas tais palavras e frases, o sentido da mensagem em nada se altera – e, sobretudo, não há um só destinatário neste planeta que se comova com reiteradas manifestações de subida consideração. Muito menos a mulher que, na cama, escuta o marido formal sussurrar-lhe ao ouvido: "Boa noite, meu bem. Renovo minhas expressões de distinta consideração, com o que me despeço. Até amanhã".

Tudo isso é absurdo, mas continuam as pobres secretárias datilografando o dia inteiro encômios, alvedrios e alvitres – além de zelarem com a máxima atenção pela ridícula margem direita, que atraso!

Saudades de Hélio Beltrão, que fez ventilar ar puro no seu tempo à frente do Ministério da Desburocratização. Foi bom enquanto durou. Depois, retrocedemos e agora só nos restam o tédio e o bocejo.

Márcio Cotrim.

Texto 3

GiLuminoso

Deus anda bom demais comigo. Não sei se mereço tantas gentilezas dEle. Na última terça-feira, a dádiva veio de um inesperado convite para ver Gilberto Gil, que participava, em São Paulo, do lançamento do livro "GiLuminoso – A po.Ética do Ser", trabalho do poeta Bené Fonteles, baseado na fecunda obra do mestre baiano

Gilberto Gil é dessas almas iluminadas, alma de poeta, que o criador envia ao planeta com a missão de traduzir o sentimento de seu

povo. E Gil o faz com textos que primam pela criatividade, pelo bom gosto e – por que não? – pela correção. Além de bálsamo para corações e mentes, a poesia de Gil é verdadeira aula de português.

Vejamos alguns casos, pinçados desse encontro. Em "Super-Homem, a Canção" – belíssima letra que até hoje incomoda muita gente –, Gil usa com mestria um tempo verbal dos mais interessantes: o mais-que-perfeito.

Verdadeira tortura em certas aulas de português, esse tempo – de nome enigmático ("Por que 'mais-que-perfeito'?", pergunta-se a garotada, cuja expectativa nem sempre o professor satisfaz) – surge na letra com dois valores distintos. Na primeira ocorrência ("Minha porção mulher, que até então se resguardara"), o mais-que-perfeito, em sua forma simples (que equivale à composta "tinha resguardado"), é usado com seu valor específico. E que valor é esse? Basta ver por que o mais-que-perfeito tem esse nome. Na verdade, antes é preciso saber por que o pretérito perfeito se chama perfeito. A palavra vem do latim "perfectu", que, ao pé da letra, significa "feito completamente". Não é à toa que se diz, por exemplo, que uma obra de arte é perfeita. Se é perfeita, não lhe falta nada; está completamente feita.

Na letra de "Super-Homem", Gil começa dizendo: "Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria...". A forma verbal "vivi" é do pretérito perfeito, portanto indica algo passado e acabado, feito completamente. Quando o poeta diz "Minha porção mulher, que até então se resguardara", emprega o mais-que-perfeito ("resguardara") até o momento em que deixou de existir a ilusão de que ser homem bastaria.

Pois bem, se "vivi" (que, por extensão contextual, implica a idéia de que "deixei de viver") é pretérito perfeito, "resguardara", que indica fato mais velho, anterior, só pode ser "mais-que-perfeito", ou seja, "mais velho que o perfeito".

Como outros tempos verbais, o mais-que-perfeito tem valores paralelos, periféricos. Um deles aparece na mesma letra: "Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe!, quem dera...". Como ocorre com "Tomara!" (que vem da primeira pessoa do singular do pretérito

mais-que-perfeito do verbo "tomar"), "dera" é do mais-que-perfeito do verbo "dar", mas não se emprega com o valor específico desse tempo. "Dera", no caso, expressa desejo e funciona tal qual se vê em algumas formas do futuro do pretérito, como "gostaria", "desejaria" etc.

Outro belo exemplo de Gil, presente no livro, está em "Tempo Rei", letra em que o imperativo é usado com leveza e adequação: "Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei / transformai as velhas formas do viver / Ensinai-me, ó pai, o que eu ainda não sei / Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei". A segunda pessoa do plural, empregada nas formas do imperativo afirmativo ("transformai", ensinai e "socorrei"), confere ao texto tom de oração – oração ao deus tempo.

E pensar que alguns deuses (menos nobres, é claro) do ensino lingüístico pregam a sumária eliminação das segundas pessoas ("tu" e "vós") dos livros de português. Para esses nobres senhores, o verbo seria conjugado só nas primeiras pessoas (eu e nós) e nas terceiras (ele, eles, você vocês). E se dizem modernos, democratas e libertários. Para eles, liberdade é omitir, é negar o futuro cidadão o direito de conhecer todas as formas da língua. Em última análise, é fazê-lo imaginar que Gil, Machado de Assis, Fernando Pessoa e Vieira escrevem na língua de outro planeta.

Em Porto Alegre, onde estive recentemente para proferir palestra durante a importante Feira do Livro que lá se realiza, o professor Paulo Ledur, presidente da Câmara do Livro, disse-me que em muitas escolas (algumas delas públicas) do Rio Grande do Sul são adotados esses livros de português que omitem a segunda pessoa. Logo lá, terra em que o delicioso "tu", muitas vezes com o verbo com o "s" da segunda pessoa ("tu podes", "tu viras"), é ouvido em cada esquina. Sem comentários.

Pasquale Cipro Neto, **O Globo**, 28/11/1999, p.34.

Elabore um resumo do texto 1.

- Extensão: de 200 a 250 palavras
- Valor: 40 pontos

Exemplo de resumo

Márcia Nazaré Souza Chaves (38/40)

Maria Marta Pereira Scherre, no texto "Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito lingüístico" (Pesquisa e Ensino da Língua: contribuições da Sociolingüística, UFRJ/CNPQ, Rio de Janeiro, 1996), faz uma reflexão acerca do que entende como "preconceito lingüístico": a imposição, nas escolas, da chamada norma culta como forma de manutenção do "status quo", um dos mais aviltantes meios de preconceito social, vez que expressões lingüísticas consideradas inaceitáveis – e quem as produz – são relegadas a uma casta inferior.

Essa imposição é feita de forma sutil no intuito de esconder sua ferocidade: a "boa língua" vai sendo instalada lenta, mas constantemente, sufocando "desvios", até que dois blocos sejam compostos: o primeiro, formado por aqueles que aprenderam as minúcias da regra, usando-as a seu favor; o segundo, pelos que não se enquadraram, cujo destino é servir ao primeiro.

Segundo a visão sociolingüística, está-se perdendo a perspectiva da finalidade da língua, a comunicação, em primazia da forma como essa comunicação é feita, como se fazer a concordância fosse mais importante do que saber com o que se está concordando.

A autora conclui não pelo fim das regras, mas que elas sejam feitas considerando-se a riqueza, a pluralidade dos falares, tornando o seu estudo interessante justamente por refletir essa gama de variações lingüísticas. De outra forma, a língua nada mais será senão um instrumento (letal) de dominação, deixando a comunicação num plano insignificante.

Desenvolva o tema: O bom usuário do idioma é quem sabe infrigi-lo no momento certo.

- extensão: de 450 a 600 palavras
- valor: 60 pontos

Exemplo de redação

Márcia Nazaré Souza Chaves (55/60)

Li, já há algum tempo, uma crônica muito interessante de Luís Fernando Veríssimo acerca de sua falta de apego, por assim dizer, à norma culta da Língua Portuguesa. Contava a estória de uma entrevista da qual teria sido vítima: uma estudante o teria procurado, como "expert" no uso da língua, para dele colher algumas lições. Veríssimo retratou-se, então, como um enganador, alguém que absolutamente não conhece as regras gramaticais e nem tem muito interesse em com elas ter intimidade, pois: "dizer que algo está claro, pode até não estar certo, mas está claro, certo?"

Estou com o Veríssimo. Acredito, aliás, que a companhia não poderia ser melhor.

O bom uso da língua ultrapassa o conhecimento da regra. A norma nada mais é senão um acessório. Valioso, é verdade, mas, ainda assim, acessório. Mais importante que a forma é a mensagem. Conhecer a língua é – no meu entender – usar a regra como aliada, como forma de esclarecimento, de aproximação do meu alvo, como maneira de chegar mais rápido e mais fácil ao meu destino final: a plena compreensão da mensagem pelo ouvinte.

Quando se fala, ou se escreve, há que se pensar não em si mesmo, mas em quem ouve, em quem lê. Se este não conseguiu compreender a mensagem, de que valeram as regras do meu bom português? Sempre comunguei da idéia de que o nível da fala deve se adequar ao ouvinte, não ao falante. E você não precisa, obrigatoriamente, falar "errado" para isso, basta falar claro, certo? (Ah, Veríssimo...)

Talvez, a maioria esmagadora dos políticos – e não me refiro só aos brasileiros – não concorde comigo. Afinal, clareza não é um bem perseguido por

essa classe, principalmente junto ao eleitorado mais pobre, que, ainda, confunde "gramatiquês" com bom português, persistindo aquela velha idéia de que quanto mais rebuscado o discurso, melhor preparado está o candidato.

Rodrigues Hapa, na sua "Estilística da Língua Portuguesa" possui opinião um tanto extrema sobre o assunto, que poderia ser resumida mais ou menos assim: " se é para acabar com a espontaneidade, com a riqueza da língua em nome da regra, morra a regra!"

Nem tanto ao mar, caro mestre! Vamos aplicar o princípio da coerência, do aceitável. Não desprezemos o vocabulário de nosso estudante somente porque ele não sabe usar o pretérito mais-que-perfeito, cuja prática exige uma sutileza, um certo "jogo de cintura" que ele não consegue alcançar. Paciência! Sempre restará o pretérito perfeito, cuja objetividade, talvez, esteja mais próxima de sua realidade.

Assim, se o seu filho, ainda no processo de formação da fala, emite um "eu fazi", não o culpe, corrigindo-o de pronto, como se ele fosse um "burrinho". O seu processo mental foi perfeito. Como poderia ele imaginar que o pretérito perfeito do indicativo desse verbo sofre uma variação de radical, esbanjando irregularidade? Ele pode até não ter falado certo, mas – parafraseando nosso bom e velho Veríssimo – foi claro, certo?

INGLÊS

A prova escrita de Inglês consta de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor de 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor de 30 pontos); e exercícios sobre um ou mais textos que poderão incluir, entre outros, resumo, alteração de registro e substituição de elementos textuais (valor: 20 pontos).

1. Bibliography:

1.1 The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times, The Washington Post, The Financial Times, The Economist and Time.* Many such publications are also available in printed form in Brazil.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English. London, Longman.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford, Oxford University Press.
Webster's Collegiate Dictionary. New York, BD&L.
The Random House College Dictionary. New York, Random House.
Language Activator. London, Longman.
Roget's Thesaurus. London, Longman.
Collins Cobuild English Language Dictionary. London, Collins.

2.2. Bilingual dictionaries:

Houaiss, A. *Dicionário Inglês-Português.* Rio de Janeiro, Record.
Taylor, J.L. *Portuguese-English Dictionary.* Rio de Janeiro, Record.
Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo, Melhoramentos.

2.3. Grammar, Usage, etc.:

Collins Cobuild English Usage. London, HarperCollins.

Cutts, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.

Frank, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)

Leech, G. & Svartvik, J. *A Communicative Grammar of English*. London, Longman.

Santos, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo, Cultrix.

Swan, M. *A Practical English Usage*. Oxford, Oxford University Press.

Thompson, A.J. & Martinet, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford, Oxford University Press.

3. Larger reference works:

Comprehensive Grammar of the English Language. London, Longman.

Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press.

The Random House Dictionary of the English Language. New York, Random House.

Webster's Third International Dictionary. New York, BD&L.

Orientação para estudo:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and

(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summatise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Temas de redação de concursos anteriores

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent". (Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace." (John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures." (Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth." (Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies. (*José Goldenberg*, in Guardian Weekly, *November 1999*)

Exemplo de redação

João Paulo Cursino Pinto dos Santos (47/50)

In a recent statement, José Goldenberg poses a choice for developing countries: they can either take the costly road already followed by industrialised nations, or take advantage of modern technologies as shortcuts to catch up with them.

The simplicity conveyed by such words can be deceiving. One feels tempted to the seemingly obvious choice of doing away with the effort and jumping into a world of technological marvels ready for use. But would such move be a wise one? Moreover, would it really be an available option?

Since the dawn of the industrial revolution, the demands of capitalism have pressed on science, which has amassed knowledge at unprecedented rates. This has given rise to yet more knowledge and innovation, in a self-feeding process. Mistakes were made along this way, helping engineers chart a tortuous path into the unknown. Improvement has been gradual, though steady.

So progress has been built the hard way by a selected number of countries, all conscious of their heritage. Such industrialised nations take utmost care not to allow their hard-won technology to fall into the hands of others – which is understandable, given the price they have had to pay for it and the strategic asset it represents for them. Then along comes a developing country on its quest to becoming economically independent but without a technological history. It can either develop its own repository, or it can acquire off-the-shelf solutions to its local problems. In the latter case, this country will never master its evolution, because it lacks the fundamentals for that; its fate is forever doomed to dependence. The providers of those solutions will never help out in this respect, because this disparity is their source of revenue: Should the wanting country take on the means to devise its own technological pathway, the economic outflow patterns die out.

The answer must come in careful, initially slow steps. Admittedly, older technologies could be copied so as to shorten the gap – reverse engineering has proved to be an acceptable alternative, as demonstrated by Japan and South Korea. However, newer achievements cannot be "incorporated", assimilated that easily; they have got to be brought about internally, providing a true competitive edge.

As Goldenberg points out, a developing nation does not necessarily have to bear all of the burden of past trials and errors; we can learn from others' histories and leave aside undesirable birth pangs. Nevertheless, if we intend to truly walk on our own feet, major investments need to be made to ensure indigenous ingenuity – instead of merely getting on the bandwagon of a tantalizing fairground that will always elude us.

Exemplos de tradução

. Translate the following texts into English:
Value: 15 marks each.

Text one

A porta de vidro do chuveiro não estava funcionando bem. Fechar, fechava, mas à simples deslocação de ar provocada pela água,

ela se abria mansamente. Só os nova-iorquinos excêntricos, que tomam banho no inverno, sabem o que significa uma repentina lufada de ar frio a assinar com a água quente do chuveiro um contrato de pneumonia dupla que nem a penicilina rescindirá. A ela, uma senhora brasileira residente em Nova Iorque, só restava mandar chamar o zelador do edifício.

O zelador compareceu ao fim de três semanas e cinco gorjetas, munido do competente alicate. Depois de verificar a procedência da reclamação, concluiu que o conserto fugia à sua alçada. A um zelador cabe receber os aluguéis no fim do mês, zangar com as crianças que brincam no saguão de entrada e, eventualmente, chamar à ordem os inquilinos que dependuram roupas do lado de fora do prédio. No capítulo dos consertos, cabe-lhes apenas munir-se de um alicate e percorrer regularmente os apartamentos, recolhendo gorjetas.

Fernando Sabino, *A vingança da porta*. In: *Elenco de cronistas modernos*. Rio: Sabiá, 1971.

Eduardo Uziel (12,5/15)

The glass door of the shower cabine was not working well. It could be closed, but it would slowly open in face of the mere dislocation of air caused by the water. Only excentric New-Yorkers, who take showers during the winter, know what is the meaning of a sudden puff of cold air signing with the hot water of the shower a contract of pneumonia in both lungs that not even penniciline will be able to annul. To her, a Brazilian lady living in New York, no option was left except for calling the building janitor.

The janitor appeared three weeks and five tips later, wielding a useful tool. After verifying the procedence of the complaint, he concluded that fixing the shower was not part of his duties. It behoves the janitor to collect the rents by the end of the month, to scold the children who play in the entrance hall and, contingently to reproach the tenants who hang their clothes outside the building. As for fixing things, it behoves him only to wield a tool and attend regularly to the apartments collecting tips.

Text two

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brazil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26a. edição.

Eduardo Uziel (13,5/15)

There is an ethic of work, as well as there is and ethic of adventure. Hence, the individual of the working kind will attribute positive moral value only to the action he has disposition to practice. Conversely, he will consider immoral and hateful the qualities appropriate to the man of adventure – boldness, improvidence, irresponsibility, instability, proneness to loiter- everything, thus, that is related with a spacious conception of the world, which characterizes that kind of man.

On the other hand, the energy and efforts which are directed at an immediate reward are extolled by those who like adventures. Conversely, the work that aims at stability, peace, personal security and the efforts with no perspective of an immediate material profit are seen as vicious and despicable by them. Nothing seems more stupid and mean to them than the ideal of the worker.

Orientação para exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words.** The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na argüição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no "site" do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item "discursos").

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.

2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.
21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.

23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros[1] :

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações.* Brasília: Editora da UNB, 1983.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na popa: memórias.* 2.ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

FLORÊNCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje.* São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o século XXI.* Rio de Janeiro: Campus, 1995.

[1] As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Anexo 2 – Térreo
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 411-6847/6857 – Fax:(61) 322-2931

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. London-New York: Simon & Schuster, 1994.

LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Brasília: FUNAG, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred Knopf.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: FUNAG, 1998.

RICUPERO, Rubens: *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, Brasília: FUNAG, 1995.

WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigo

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:

- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações

Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira: palavras. Contexto e Razões*. Rio de janeiro: Lacerda Editores, 1999.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais):

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* (www.foreignaffairs.org/) e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional* (www.usp.br/relint/) (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a *Revista Parcerias Estratégicas, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

   a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constituciona-

lismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flávio e Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1995.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.

———. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.

———. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

———. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

———. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972.

——— e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
LESSA, Renato. *A Invenção Republicana.* Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense.
——— *A Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense.
SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX.* São Paulo: EDUNESP, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo: Cia das Letras, 1986.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.
GAY, Peter. *A cultura de Weimar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century.* Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West.* London: Penguin, 1992.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina.* São Paulo: Paz e Terra, 1975.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções.* São Paulo: Paz e Terra, 1975.
——— *A Era do Capital.* São Paulo: Paz e Terra, 1977.
——— *A Era dos Impérios.* São Paulo: Paz e Terra, 1988.
——— *Nações e nacionalismo desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

——— *A Era dos Extremos.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América.* São Paulo: UDENESP, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
RAMA, Angel. *A Cidade das Letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
SAID, Edward W. *Orientalismo.* São Paulo: Cia das Letras, 1990.
SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização.* Brasília: Paralelo 15, 1997.
VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales depuis 1945.* Paris: A. Collin, 1990.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BELY, Lucien. *L'invention de la diplomatie.* Paris: PUF, 1998.
BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
BERG, Eugene. *La Politique Internationale depuis 1955.* Paris: Economica.
FERRO, Marc. História das Civilizações – das conquistas às independências, séc. XVII ao XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
JOLL, James. *Europe since 1870.* London: Penguin Books, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito.* São Paulo: UNESP, 1991.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero.* São Paulo: Cia das Letras, 1988.
ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition. London: Penguin, 1990.
PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

———— *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

01. "O modelo parlamentar adotado pelo país inclui a prática de submeter obrigatoriamente ao parlamento a aprovação da lei de meios, como era chamado o orçamento. O governo não podia funcionar legalmente sem que tal lei fosse aprovada. Em caso de impossibilidade de aprovação havendo dissolução, por exemplo, da Câmara, votava-se a prorrogação do orçamento do ano anterior para o ano seguinte. O ritual de discussão do orçamento era seguido com rigor e constituía arma poderosa na mão do legislativo, que podia negar ao executivo os meios de governar." José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras: A política imperial*, p23.

Analise o parágrafo acima considerando:

a) A concorrência entre o Legislativo e o Executivo no Império Brasileiro.
b) Os interesses dos vários grupos de grandes proprietários.

Modelo fornecido pela banca examinadora

A análise do orçamento permite verificar o jogo de forças próprio do Império. A aprovação da lei de meios ultrapassava a conhecida concorrência entre o legislativo , onde se encontravam os diversos grupos dos grandes proprietários, e o executivo. O conflito tinha na realidade, raízes mais profundas: em termos políticos evidenciava a luta entre o Estado, na sua crescente necessidade de recursos, e os grandes proprietários, de quem poderiam vir estes recursos. Internamente, a elite política debatia-se entre a necessidade do governo e os interesses divergentes dos proprietários com relação ao Estado. Considerando este contexto, a análise da receita e da despesa reflete a capacidade do governo de extrair recursos, de quem os extraía e a quem beneficiava. Estabelecia-se aí, as tensões e os conflitos entre o legislativo e o executivo.

Os críticos da monarquia afirmavam que o Império representava o déficit. As causas deste déficit provinham dos gastos com as revoltas internas, as guerras externas, as secas e as epidemias que obrigavam o governo a contrair empréstimos internos e externos. No Império a composição da receita dependia em parte dos impostos sobre o setor externo da economia. A taxação das exportações atingia diretamente os grandes proprietários agrícolas que reagiam na Câmara e no Conselho de Estado contra o imposto. A reação maior vinha do Nordeste. No sul, a reação era menor. No final o direito de exportação foi mantido, enquanto o imposto territorial rural foi eliminado na votação do Senado. Todas as demais tentativas para o implantar fracassaram.

Os impostos de importação tinham quase sempre natureza fiscal. A indústria não tinha meios de se defender exigindo do governo proteção tarifária. A pressão externa da Inglaterra era forte, uma vez que a mesma não aceitava perder os privilégios adquiridos em 1826. No Conselho de Estado discutia-se sobre a aplicabilidade da teoria liberal no Brasil. Geralmente, os conselheiros eram favoráveis ao livre comércio, adiando-se as propostas de redução dos direitos de importação. Após a guerra do Paraguai apareceram quatro tipos de impostos: indústria e profissões, transmissão de propriedade, empresas estatais e selos. Mas, a capacidade de arrecadação do Estado, continuava pequena. O Estado contraditoriamente constituía a sua própria fonte geradora de receita, proveniente principalmente, do imposto sobre as empresas estatais o que significava sobretudo as Estradas de Ferro.

A análise das despesas demonstra a preocupação do governo central em atender os interesses agrários, seja construindo estradas de ferro ou beneficiando os engenhos centrais. A política de crédito rural foi também razão de conflito entre o governo, os proprietários e os banqueiros. Na despesa social, educação, saúde e assistência pública, os investimentos foram bastante reduzidos. Em síntese, o orçamento da despesa permite verificar que à medida em que ocorreu uma maior preocupação legislativa com o desenvolvimento econômico decrescia a preocupação com a administração, a segurança e a justiça. Embora, o poder legislativo não possa ser considerado de forma absoluta com relação a política econômica, é certo que encontra-se aí, a ambigüidade que caracterizava as relações da elite e da burocracia com os proprietários rurais.

02. "A mudança de estilo caracterizada no século XIX veio duplamente servir à independência do país. O neoclassicismo indicava a vigência de uma nova organização do mundo, decorrente dos ideais democráticos da Revolução Francesa e ao mesmo tempo configurava-se como a imagem de um novo Brasil politicamente em vias de separar-se ou já destacado da antiga Metrópole". Mário Barata, in Sérgio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira, vol. V, p. 411.

Tomando como referência a reflexão acima, caracterize o neoclassicismo que, aos poucos, se tornou a arte oficial do Império.

Mário Gustavo Mottin (20/20)

Da mesma forma que a Revolução Francesa opôs-se ao arbítrio dos regimes absolutistas, inaugurando uma nova fase da política ("ex-parte populi" , como sugere Celso Lafer) em que os indivíduos gozam de liberdades em face do Estado, o neoclassicismo – estética gestada nas revoluções burguesas – se contrapõe ao barroco e à sua exacerbação, o rococó, característicos do absolutismo. Essas últimas estéticas coadunavam-se perfeitamente com os regimes absolutistas, trazendo pompa e suntuosidade para os governos fundados no direito divino através de suas formas rebuscadas. O neoclassicismo, ao contrário, tinha como característica a clareza e a retidão das formas definidas por linhas precisas.

A inspiração era a antigüidade clássica greco-romana e o suporte ideológico era o iluminismo do século XVIII. O neoclassicismo, como estética das revoluções burguesas e do iluminismo, tinha como missão assinalar uma nova arte, nova forma de expressão, baseada na razão e capaz de "tirar o homem da menoridade" que vivera até então. Da mesma forma que o neoclassicismo marca essa ruptura entre o Antigo Regime e a nova ordem decorrente das revoluções burguesas, no Brasil, essa estética veio a assinalar a transição da Colônia para o status de centro do Império, tornando-se a própria metrópole, e, subseqüentemente para a condição de Estado independente. Esse processo iniciou-se em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Naquele momento, a colônia tornou-se o centro do Império Colonial Português, ou seja, a própria metrópole, havendo a quebra do

"pacto colonial" que consubstanciou-se na Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808. Como centro do Império Português, o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, deveria corresponder a tal importância em termos de infra-estrutura. Assim, D.João VI vai iniciar um processo de construção da "nova metrópole": implementa projetos de saneamento, constrói prédios públicos para comportar a estrutura administrativa do reino, funda a Biblioteca Nacional, o Real Horto Florestal (Jardim Botânico). A cidade do Rio de Janeiro floresce. Esse florescimento é justamente revestido da estética neoclassicista. Para marcar a mudança de status, D. João VI traz da Europa intelectuais e artistas que deveriam dinamizar o cenário cultural brasileiro.

Em 1816, vem ao Brasil a missão cultural francesa liderada por J. Lebretan, e composta por artistas plásticos como os irmãos Taunay e o arquiteto Grandjean de Montigny. Este último é encarregado de projetar os novos prédios públicos da cidade, revestindo-os da imponência e clareza das linhas características do neoclassicismo.

No período pós-independência, a influência do neoclassicismo francês vai gerar no Brasil uma arte academicista, limitada pelo rigor formal e "recheada" majoritariamente por temas ligados a fatos históricos, o que vinha ao encontro da necessidade de legitimação do novo Estado Nacional. No entanto, é forçoso reconhecer, que, como a metrópole foi "transmigrada" para o Brasil, o neoclassicismo foi também transplantado para nosso país. Outrossim, a produção artística resultante desse "transplante" consiste, verdadeiramente, em arte européia, feita pelos próprios europeus ou feita por "gente da terra", mas seguindo sempre os padrões e parâmetros da estética originada no velho mundo.

03. Foi Getúlio Vargas quem declarou, no dia do golpe que instaurou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937: "Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-lhe às influências desagregadoras internas e externas, - na sua liberdade, abrindo o plenário ao julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo..." Cf. Lourdes Sola, in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em Perspectivas*, p.256.

Com base nesse discurso, discuta sobre os principais componentes do discurso ideológico dominante no centro político do Estado brasileiro entre 1937 e 1945.

Carlos Fernando Gallinal Cuenca (17/20)

O discurso ideológico dominante durante o Estado Novo é fruto do conturbado processo político pós-Revolução de 1930, marcado por crescente polarização interna num contexto de radicalização ideológica internacional. Os valores do anticomunismo, do autoritarismo, da centralização, da industrialização e do trabalhismo são a tônica do regime, sintetizadas pela noção de "autoridade" mencionada por Vargas no dia do golpe que instaurou o Estado Novo. No entanto, a menção ao valor "liberdade" indica a necessidade de satisfazer os grupos políticos "liberais" vinculados ao regime, e nunca excluídos do mesmo.

A Revolução Constitucionalista de 1932, mesmo derrotada, representou importante impulso para a constitucionalização do regime de 30, o que finalmente ocorreria em 1934. O período que vai de 1934 (promulgação da constituição) até 1937 seria marcado por três fatores. Internacionalmente, pelo recrudescimento do radicalismo político e da oposição entre fascismo, à direita, e comunismo, à esquerda. Nacionalmente, esse processo se manifestaria na atuação de grupos políticos à margem do sistema político formal. A crescente importância da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, especialmente, o surgimento da Aliança Libertadora Nacional (ALN), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), foram percebidas pelo governo constitucional de Vargas como grave ameaça à ordem. No plano político formal, a aproximação de José Américo, candidato oficial do regime à presidência, a posições sindicalistas foi vista como um perigoso "flerte" com o comunismo. Usando como pretexto a radicalização comunista, simbolizada pela Intentona Comunista de 1935 e o suposto Plano Cohen (de tomada revolucionária do poder pelos comunistas), Getúlio Vargas interrompe o processo democrático e instaura o Estado Novo, em 1937.

Institucionalizada por meio da Constituição de 1937 (a "Polaca"), a ordem política tem como características básicas centralização extrema de poderes na União – unitarismo de fato, apesar do federalismo nominal – e a concentração de poderes nas mãos do presidente, que fica autorizado a editar decretos-lei

independentemente de autorização do legislativo (não convocado durante o período) e pode remover juízes. Não há separação de fato entre os poderes.

O discurso proferido por Getúlio Vargas é ilustrativo das características centrais da ideologia do Estado Novo. Mas também revela a existência de segmentos relativamente divergentes no interior do regime.

Amparado pela aliança com segmentos que viam num regime autoritário o caminho para a estabilização política e a modernização econômica do país, Getúlio instaura um regime baseado na ordem. A ideologia dominante é claramente anticomunista. O autoritarismo do regime é uma resposta às "forças desagregadoras" representadas pelo inimigo interno – a ideologia comunista revolucionária. Mas representa também um último golpe sobre segmentos oligárquicos. Daí a ênfase na centralização, eliminando-se, com a nomeação de interventores, qualquer resquício de autonomia dos Estados. O trabalhismo, com a concessão de direitos sociais, tendo como marco a CLT (1943), é também um elemento de ordem, tutelando a cidadania dos trabalhadores e desmobilizando elementos mais radicais. Finalmente, o industrialismo aponta para o Estado como promotor – com ordem – do progresso econômico.

Convém notar que o regime conviveu também com setores chamados de "liberais". Embora participassem do regime, representavam importante contraposição às radicais concepções autoritárias. Esses setores são prestigiados no discurso de Vargas, que valoriza a noção de "liberdade". Embora minoritários, esses segmentos, dos quais um dos mais destacados representantes foi Oswaldo Aranha, ajuda a explicar, no plano da política externa, a opção do Brasil, após a política pendular entre Estados Unidos e Alemanha, pela aliança com o primeiro na Segunda Guerra Mundial.

04. Uma das marcas do período que antecede a Grande Guerra (1914-1918) é a deteriorização das relações entre os Estados europeus. As crises internacionais no Marrocos e nos Balcãs tornam evidente a concorrência européia por territórios, mercados e prestígio internacional. Essas questões puseram em xeque o equilíbrio de poder herdado da convivência européia do século XIX.

Considerando essa afirmativa, responda:
a) Qual o peso das crises entre os Estados europeus no período em questão para a deflagração da Grande Guerra?
b) Quais as mudanças fundamentais verificadas, ao longo da Grande Guerra e ao final dela, na convivência européia herdada do século XIX?

Jandyr Ferreira dos Santos Júnior (19/20)

A segunda metade do século XIX na Europa é marcada, no plano internacional, por um crescente atrito entre os Estados a partir da unificação da Alemanha. O surgimento de um Estado forte no coração da Europa contribui para o desequilíbrio do poder continental, fortalecido pela chama do nacionalismo que impulsionava ações imperialistas das grandes potências. Nesse contexto, coexistem os germes da futura Grande Guerra.

Ao promover a unificação alemã sob a liderança da Prússia, O. V. Bismarck tinha por objetivo manter o equilíbrio europeu e promover o isolamento da França, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870. A conferência dos 3 imperadores (Império Austro-Húngaro, Alemanha e Rússia), promovida por Bismarck em Berlim, buscava uma união das monarquias européias. Bismarck, porém, veria o quão difícil seria manter unidas Rússia e Austro-Hungria.

Ademais, a "Weltpolitik" do novo Kaiser Guilherme II opunha-se à visão da Alemanha como uma "potência saciada" de Bismarck. Nesse contexto, a construção de uma poderosa armada pelo kaiser, somada aos incidentes das crises do Marrocos que envolveram França e Inglaterra, iriam contribuir para a formação de um sistema de alianças contrárias à Alemanha. A competição por territórios e mercados nos marcos da expansão imperialista européia transferia as rivalidades continentais para novos cenários.

A eclosão de uma guerra civil na Sérvia em 1903 marcaria o início do fim do concerto europeu pré I Guerra Mundial. Ao opor o Império Russo dotado de um espírito pan-eslavista e interessado nos estreitos de Bósforo e Dardanelos (pertencentes ao Império Turco Otomano), enfraquece-se a aliança do Império Austro-Húngaro com a Rússia e possibilita-se uma aliança franco-russa.

O cenário favorável permite também a "entente cordiale" de Eduardo VII com a França e a posterior aliança russo-britânica, apesar das rivalidades mútuas acerca dos estreitos citados. Formava-se então um sistema de alianças rivais à chamada Tríplice Aliança da Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Turco Otomano. A Guerra era apenas uma questão de momento.

Ao longo dos anos 1914-18, uma Guerra marcada pelo seu caráter sanguinário e de mobilização total dos aparates industriais nacionais marcou a Europa. Apesar da saída da Rússia em virtude da Revolução de Outubro de 1917, o conflito acabou por marcar o esfacelamento dos Impérios Austro-Húngaro e Turco Otomano. À Alemanha arrasada, apesar de advertências proféticas como as de Keynes em seu "the Economic Consequences of the Peace", impuseram-se pesadas medidas (indenização e devolução da Alsácia-Lorena à França) que mantiveram vivos os germes do revanchismo.

A Conferência de Paris de 1919 representa, assim, o fim do concerto europeu de poder que manteve os Estados continentais em paz por longos anos. A esse esfacelamento devem-se atribuir parcelas de responsabilidade aos nacionalismos europeus que estimulavam rivalidades e atritos. O período entre guerras demonstraria o desequilíbrio da ordem de poder herdada da I Guerra Mundial.

05. Uma das características marcantes do fim do século XX é o desenvolvimento de novas formas de organização da economia e da vida social, especialmente associadas à globalização e à internacionalização de padrões de produção e consumo, com grande impacto sobre o papel do Estado e das relações internacionais.

Com base nessa assertiva, responda:

a) Quais os impactos dessa nova realidade sobre as políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados?

c) Quais os grandes agentes da modernização econômica em curso e seu diferentes papéis na conformação dos novos ordenamentos globais?

Camile Nemitz Filippozzi (20/20)

A discussão teórico-acadêmica acerca da globalização divide-se, segundo David Held e Anthony McGrew, em três correntes fundamentais: céticos, hiperglobalistas e transformacionistas.

Conforme a visão empregada, ter-se-á uma resposta diferenciada para os impactos da globalização-internacionalização sobre as políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados.

Para os céticos, a internacionalização da economia está longe de ser uma prerrogativa do fim do século XX: trata-se de processo em curso já há muitos anos, sendo que o final do século XIX apresentava igualmente alto grau de internacionalização econômica. Não haveria, portanto, uma nova realidade frente a qual os grandes e pequenos Estados devam se posicionar.

Já os hiperglobalistas ocupam o outro extremo da questão: tudo mudou! A compressão tempo-espaço e os avanços tecnológicos são de tal ordem que estaríamos vivendo um momento de ruptura, o que seria, segundo o tempo histórico de F. Braudel, um momento de longa duração. Diante dessa nova realidade, o Estado-Nação soberano sofre golpes de todos os lados. Tem, em suma, sua importância relativizada.

Por último, há os transformacionistas – aparentemente a visão mais coerente – os quais consideram ser esse um momento de transformações, de adaptações. Confrontado com as novas formas de organização da economia e da vida, os Estados mantêm-se soberanos, mas devem aprender a lidar com os novos atores, tanto interna quanto externamente. A idéia do Estado coeso e unitário é posta em xeque dada essa nova realidade.

Da perspectiva das políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados, deve-se ter claro que a globalização cria riscos e oportunidades, sendo que a inserção de cada Estado no sistema internacional depende das suas credenciais internas e externas e das suas condições de competitividade global. Como exemplo disso, teríamos um grande número de países africanos, cada vez mais excluídos do processo de globalização, por faltarem-lhes as condições para uma inserção competitiva no sistema internacional.

Do ponto de vista dos grandes Estados, não há dúvida das vantagens que esses têm auferido com a nova realidade globalizante, em termos de crescimento econômico-financeiro. Nos pontos onde a globalização os deixaria mais vulneráveis – como segurança internacional, meio ambiente, terrorismo – dada a interdependência do sistema, eles têm incentivado a construção de macro-estruturas reguladoras, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), com o intuito de trazer maior estabilidade ao sistema internacional, o que seria também um desejo dos pequenos e médios Estados.

Em relação aos grandes agentes da modernização econômica em curso, encontramos as macro-estruturas reguladoras, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional); os blocos regionais, como MERCOSUL, NAFTA e APEC, que aumentam a economia de escala dos países-membros, a tecnologia de ponta (nova divisão internacional do trabalho entre os que detêm essa tecnologia e os que dela dependem) e o capital financeiro. Por último, temos os Estados como agentes fundamentais da modernização econômica, afinal são eles que regulamentam a desregulamentação econômico-financeira ora em curso.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.

1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.

1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.

1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.

1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.

1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.

2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).

2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.

2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.

2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, Iná Elias et alli. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo:Hucitec,1996.

GREGORY, Derek et alli. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis et alli. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil.* São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.

——— *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. Processos de ocupação e povoamento distintos terminaram por produzir, no Brasil meridional, quatro modelos de aproveitamento agrário bem demarcados. Quais são eles e onde se localizam genericamente?

Mário Gustavo Mottin (20/20)

O processo de ocupação e povoamento do Brasil meridional teve como "mola propulsora" o interesse português em garantir presença em uma região de importância estratégica: a Bacia do Prata, escoadouro do ouro e prata peruano e boliviano e possível comunicação do Brasil litorâneo com o seu interior. Segundo essa lógica, deu-se a fundação da Colônia do Sacramento e a ocupação da "Província de São Pedro". A região que hoje corresponde à "metade sul" do Rio Grande do Sul foi ocupada com fins de assegurar a posse do território. Os responsáveis por essa tarefa, dispersos pelo pampa gaúcho, acabaram por desenvolver como atividade econômica a pecuária extensiva, o que determinou um primeiro modelo de aproveitamento agrário no Brasil meridional. Assim, os estancieiros gaúchos ocuparam grandes extensões de terra.

A adequação dos campos gaúchos para a criação do gado (o "pampa" gaúcho constituído de, campos limpos, consistia em pastagem natural) fizeram com que essa economia agrária regional se desenvolvesse sempre com pouco investimento. A pecuária extensiva gaúcha direcionou-se majoritariamente para a produção de charque, primeiramente, para a economia mineradora do Brasil central e, mais tarde, para cafeicultura fluminense e paulista.

Uma segunda forma de aproveitamento agrário foi determinada pela imigração açoriana para regiões como as atuais cidades de Rio Grande e Porto Alegre. Esses imigrantes ocuparam, a partir do litoral gaúcho, as áreas de mais fácil acesso, ou seja, o entorno do estuário do Guaíba e as faixas adjacentes ao rio

Jacuí. A atividade econômica agrícola se desenvolveu baseada na policultura, visando majoritariamente ao abastecimento da província e ocupava médias propriedades, tendo como base a tradição das ilhas Atlânticas. Um terceiro tipo de aproveitamento vai-se conformar a partir das imigrações européias do século XIX. É especialmente característica a ocupação das encostas do Planalto Meridional no atual estado do Rio Grande do Sul, a "Serra Gaúcha", por imigrantes italianos e alemães.

A ocupação por italianos nas áreas que hoje são as cidades de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves deu-se com base na pequena propriedade sustentada por trabalho familiar. É marcante traço a policultura, para subsistência, mas principalmente para gerar excedentes que deveriam abastecer, inicialmente, a província e, mais tarde, todo o Centro-Sul. A região acabou se destacando pela produção de vinhos, tendo como base a tradição dos imigrantes. O parcelamento da pequena propriedade foi capaz de, por um bom tempo, fixar o homem no meio rural, mas, com o passar do tempo, a situação tornou-se insustentável, ocasionando o êxodo rural. Um quarto modelo de aproveitamento agrário na região meridional, finalmente, consiste no extravasamento da economia cafeicultora de São Paulo em direção ao noroeste do Paraná, área hoje polarizada por Londrina. Caracterizam esse modelo a grande propriedade monocultora com base no trabalho assalariado.

A fertilidade dos solos paranaenses ("terra-roxa", resultante da decomposição de rochas basálticas) foi elemento determinante no sucesso do empreendimento. É necessário dizer, à guisa de conclusão, que esses quatros modelos de aproveitamento agrário clássicos da região meridional foram se modificando com a emergência de novas realidades, como a mecanização da agricultura, o crescimento da indústria na região, etc. Ilustra a assertiva o fato de que áreas policutoras do norte do RS (Ijuí, Santa Rosa, etc) e do Vale do Jacuí sofreram recentemente processo de concentração fundiária e abrigam hoje enormes extensões monocultoras (de soja, no primeiro caso, e de arroz, no segundo).

2. Os "eixos de desenvolvimento" substituíram nos últimos anos os antigos "pólos", como fatores de indução do crescimento econômico regional. Para o caso da Amazônia, cite dois destes "eixos", esclarecendo em que medida se articulam e ao mesmo tempo se diferenciam dos referidos "pólos".

Rodrigo Estrela de Carvalho (20/20)

Num país de dimensões continentais e disparidades regionais gritantes como o Brasil, não surpreende que se tenham desenvolvido, pelo Estado, ao longo da história, mecanismos de intervenção essencialmente política – dado que vão além da crença nas "forças do mercado" – no sentido de, por um lado, diminuir as disparidades e, por outro, garantir a expansão do espaço da Nação (que neste caso difere da noção de território), dotando-o de uma funcionalidade garantidora da possibilidade de reprodução do capital. Um marco desta intervenção é a criação da SUDENE, no fim da década de 50. Mas é nos governos militares que este processo se acelera, com a divisão do Brasil em macrorregiões (o IBGE já o fazia desde a década de 40, mas é com criação das agências, como a SUDAM, SUDECO e SUDESUL, que as macrorregiões assumem importância decisiva planejamento) e, mais tarde, a partir da década de 70, com a adoção na concepção perrouxiana de "pólos de crescimento".

De acordo com Perroux, o espaço da economia nacional é aquele delimitado pelas decisões dos agentes econômicos. Neste contexto, existem áreas que funcionam como pontos de convergência e/ou irradicação destes fluxos – os "pólos". A tarefa do Estado seria intervir na criação destes pólos, necessários ao desenvolvimento de certas regiões (seu efeito seria o mesmo, segundo Claúdio Egler, de uma inovação Schumpeteriana na economia). Exemplos desta política são o pólo petroquímico de Camaçari (BA) e a zona franca de Manaus (AM). Não há dúvidas de que iniciativas como estas transformaram suas respectivas regiões, mas hoje a estratégia dos pólos enfrenta resistências por um série de razões:

1) eram empreendimentos onde o Estado participava ativamente como "empresário", diretamente ou mediante suas empresas estatais, com fortes incentivos fiscais, o que na atual crise fiscal do Estado torna-se improvável;

2) os pólos acabavam produzindo um processo de "concentração na desconcentração"; ou seja, sua capacidade de irradiação era superestimada (um exemplo é a "metropolização" da área dos pólos, com efeitos pouco significativos sobre o resto da economia da região, Salvador é um exemplo).

Os "eixos de desenvolvimento" procuram superar estes problemas, a partir da articulação ou rearticulação de áreas já consideradas atraentes pela iniciativa privada. Não se trata mais de "criar" um pólo, mas de articular um eixo onde os fluxos de mercadorias e capitais possam se dar, superando as rugosidades do espaço. O Estado atua como indutor dos investimentos e, mesmo nas obras da infra-estrutura, conta com a participação da iniciativa privada. A ênfase, portanto, é na circulação, e não na produção (esta fica a cargo da iniciativa empresarial) – como era nos pólos. Daí a importância das obras de transporte e energia.

Na região Norte podemos citar o "eixo norte" e o "eixo Araguaia-Tocantins". O primeiro articula-se basicamente através da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, e daí segue até a fronteira (marco BV-8) com Santa Elena do Uiaren na Venezuela. Trata-se, portanto, de uma saída para o Caribe que facilitará o escoamento da produção agrícola da região de RR. Por outro lado, dá-se também a integração energética com a Venezuela, a partir dos cabos de transmissão de Guri, com o objetivo de levar energia à Roraima. A integração com a Venezuela é, também, parte do projeto de formação da ALCSA.

Já o "eixo Araguaia-Tocantins" articula regiões produtoras de CO, NE, e N. A hidrovia do Araguaia-Tocantins, interligada com a ferrovia Norte-Sul e com a Estrada de Ferro Carajás, além da malha ferroviária do NE (transnordestina, transversal nordestina), garantirá transporte multimodal para a produção de grãos da Amazônia Legal (região de MT e TO), e do NE (oeste da Bahia, sul do Maranhão), até o Porto do Itaqui. Trata-se de um eixo que se articula com um antigo pólo: o Projeto Grande Carajás, a partir da utilização de sua ferrovia. Outro eixo na Amazônia se articula-se pela hidrovia Madeira-Amazonas até o porto de Itacoatiara (que pode receber graneleiros transoceânicos) – escoando a produção de grãos de RO.

Percebe-se, portanto, que os eixos de desenvolvimento se configuram como a consolidação da infra-estrutura necessária à inserção de suas regiões ao mercado mundial. Geógrafos como Tania Bacelar ("rumo à desintegração competitiva". In:

Redescobrindo o Brasil 500 anos depois) sustentam que tal ênfase na inserção direta das regiões no mercado internacional, como regiões apenas de exportação de produtos primários, pode ser negativa do ponto de vista da integração do mercado nacional. Outro problema refere-se à capacidade de os eixos promoverem transformações econômicas reais ou reproduzirem a concentração dos pólos: há indicações de que tais experiências tendem a concentrar seus efeitos nas "extremidades" dos eixos. Outra questão, não resolvida, refere-se ao financiamento dos projetos. Ainda é cedo para saber se a participação da iniciativa privada será realmente efetiva. Trata-se, contudo, de uma inovação no planejamento brasileiro, cujos resultados só saberemos nos próximos anos.

3. Vários autores consideram que já se encontra em processo de estruturação a primeira megalópole ou macro-metrópole brasileira. Indique sua abrangência espacial e aponte o sentido prioritário de sua expansão, explicando as razões de seu dinamismo.

Eduardo Pereira e Ferreira (20/20)

As megalópoles – como a Boston-Nova York-Washington ou a Tóquio-Osaka-Kitakyushu – se caracterizam por um processo de intensa urbanização e industrialização ao longo de um eixo rodoviário e ferroviário. Formam-se grandes áreas de conurbação em torno das cidades-pólos, além de uma grande "coleção de subúrbios" nas vizinhanças destas.

No Brasil, alguns autores, como William Vesentini, apontam a formação de uma megalópole ao longo do eixo que liga Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, a "megalópole" brasileira possui algumas características que a distinguem das suas congêneres americana e japonesa. Ela não tem, por exemplo, uma ligação ferroviária eficiente entre as cidades-pólos (não há um "trem-bala" como o que interliga os centros urbanos da megalópole japonesa). Além disso, os "subúrbios" que cercam as cidades-pólos da megalópole brasileira são bolsões de pobreza, e não centros residenciais de classe média e média-alta como nos Estados Unidos. Apesar disso, é impossível negar a pujança do eixo brasileiro.

A megalópole brasileira tem as suas origens na expansão cafeeira que se iniciou já nas primeiras décadas do século XIX. O avanço do café pelo Vale do Paraíba e, depois, para o oeste de São Paulo, transformou a cidade de São Paulo em um grande pólo urbano. O Rio de Janeiro – além das prerrogativas de capital nacional – passou também a contar com a riqueza do café.

O processo de industrialização começou já nos últimos anos do século XIX, beneficiado pelo dinheiro gerado pela economia cafeeira. Nas décadas de 1940 e 1950, a implantação de grandes siderúrgicas (a CSN, em Volta Redonda, e a Cosipa, em Cubatão) deram forte impulso à indústria de base. Na década de 1950, a instalação da indústria automobilística em São Paulo (no ABCD) acentuou ainda mais o processo de urbanização, atraindo grandes contingentes de migrantes (especialmente nordestinos). A exploração da farta mão-de-obra barata acentuava o desnível social e alimentava os bolsões de pobreza.

A instalação da indústria petroquímica, a partir da década de 1950 (tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo), também funcionou como mola propulsora do binômio urbanização-industrialização – que trouxe consigo outro binômio: proletarização-poluição.

O processo de formação da megalópole avançou rápido ao longo das décadas de 60, 70, e 80. Ao longo dos eixos rodoviários – Via Dutra, entre São Paulo e Rio, e o sistema Anhangüera-Bandeirantes, entre São Paulo e Campinas – foram crescendo grandes centros urbanos e industriais, como Jundiaí, São José dos Campos, Guaratinguetá, Resende.

A partir do final da década de 80, e principalmente ao longo da década de 90, surge um fator de desconcentração das cidades-pólos, no sentido de uma maior dispersão do binômio urbanização-industrialização ao longo do eixo. A chamada "deseconomia de escala" (excessiva aglomeração, estrangulamento do sistema de transporte, elevação acentuada do preço dos terrenos, aumento da poluição) impôs um crescimento relativamente menor das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio. É o que o geógrafo Milton Santos denominou de "involução metropolitana".

Simultaneamente, a expansão maior passou a se dar em torno dos "pólos tecnológicos", propiciando a instalação de empresas de alta tecnologia em centros como Campinas e São José dos Campos. Para Campinas se dirigiram empresas das áreas de microeletrônica e biotecnologia, atraídas pelos centros de pesquisa da

Unicamp. Em torno de São José dos Campos, formou-se um pólo voltado para a indústria aeroespacial, propiciado por instituições como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

4. O mapa político da Europa tem-se modificado com velocidade maior do que a de outros continentes. Para alguns, isso poderia sugerir que, ao contrário do que se costumava dizer, as nações ali não representam uma realidade inteiramente consolidada. A partir dessa idéia, procure relacionar os movimentos recentes de coesão e fragmentação a que tem assistido o "Velho Mundo".

Luís Alexandre Iansen de Sant'Ana (20/20)

Na Europa os fenômenos de regionalização e mundialização sugerem que ali as nações não representam uma realidade inteiramente consolidada. Por um lado, a União Européia procura criar uma pátria para os europeus. Avançou-se na criação de uma moeda comum, um passaporte comum, foi garantido o "direito de ir e vir" para os seus membros e, por fim, foram criadas estruturas políticas como o parlamento europeu, que vai além do tradicional estado-nação. Por outro lado, o fim do comunismo soviético na URSS e no leste europeu permitiu que velhos ódios raciais e religiosos viessem à tona. Esse fenômeno fica patente na instabilidade crônica dos Balcãs, que se manifesta hoje na ex-Iugoslávia.

Os conceitos de verticalidade e horizontalidade desenvolvidos pelo professor Milton Santos são bastante úteis para entender o fenômeno de coesão e fragmentação. Na União Européia, regiões de estados-nação já consolidados reclamam por maior autonomia e mais independência. Poder-se-ia dizer que a Catalunha na Espanha tem mais relações verticais com o mercado europeu do que horizontais com as regiões vizinhas. Com efeito, a União Européia faz com que estados como a Espanha percam coesão. O mesmo ocorre com a França em relação à Córsega. Na Itália tem-se algo semelhante com a chamada liga norte, que quer construir uma fronteira entre italianos ricos do norte e italianos pobres do sul. Nesse caso, a falta de coesão ocorre devido a fatores econômicos.

Na ex-Iugoslávia, contudo, o fenômeno de fragmentação está ligado ao que Huntington chamaria de "choque entre civilizações". Com o esfacelamento da ideologia, croatas (católicos), sérvios (ortodoxos) e bósnios muçulmanos começaram uma guerra genocida, não obstante em termos étnicos e lingüísticos sejam praticamente o mesmo povo.

Na URSS, alguns autores dizem que a sua fragmentação foi o último suspiro do Império Russo. De fato, foi o momento em que o "near abroad" da Rússia conquistou a independência junto à Moscou. Segundo esses autores a ideologia comunista teria sido usada para mascarar as ambições imperiais russas.

Por fim, mesmo a Alemanha unificada tem dificuldades em integrar os antigos habitantes da Alemanha Oriental. Com efeito, até o país de Ratzel tem dificuldades em implementar o conceito de "ein Land, ein Volk".

5. Embora considerada por muitos como "fora da nova ordem mundial", a África estaria, segundo alguns analistas, sendo fonte de perturbação de um dos pilares ideológicos do "mundo globalizado e sem fronteiras", ao ver-se colocado em xeque o "direito de ir e vir". Desenvolva as possibilidades de aumento ou diminuição dos movimentos migratórios intra e extra-africanos nos próximos anos.

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

O considerável fluxo de pessoas que caracteriza as migrações – espontâneas ou forçadas – no continente africano vem colocando em risco a estabilidade de várias nações do continente. Em alguns países, um afluxo excepcional de fugitivos da guerra, da pobreza e da fome chega a pôr em risco a composição demográfica de Estados que se mantêm em equilíbrio precário entre etnias rivais. A carência de meios com que atender às mais mínimas necessidades de imigrantes e refugiados, ademais, lança consideráveis dúvidas sobre a possibilidade econômica da concessão de abrigo a grandes contingentes humanos.

Diante de dificuldades de tal monta, as fronteiras se fecham aos vizinhos, e populações vitimadas pela guerra e pela penúria são relegadas à própria sorte.

A tendência revela-se tanto mais grave quanto mais se levar em conta que a maioria dos movimentos migratórios se dá entre nações periféricas, e não no sentido Terceiro-Mundo – Primeiro Mundo. No entanto, a alternativa que se apresenta aos imigrantes potenciais – ser acolhidos por uma próspera nação do Primeiro Mundo – é igualmente desalentadora. Após uma época em que populações envelhecidas precisavam do aporte de imigrante para manter em funcionamento suas fábricas, para realizar os serviços mal remunerados, a revolução do meio técnico-científico criou um modelo econômico que prescinde cada vez mais de mão-de-obra. Receosos do desemprego, os povos das nações mais prósperas pressionam por legislações cada vez mais restritivas à imigração. Em ambientes carregados de xenofobia, fortalece-se a retórica racista de partidos como o Front National francês ou o Freiheitliche Partei Österreichs austríaco.

Talvez as restrições ao imigrante europeu se tornassem menos rígidas se a perspectiva fosse de um afluxo moderado de pessoas. Todavia, as guerras que sobejam no continente – no antigo Zaire, em Serra Leoa, em Ruanda e Burundi, entre a Etiópia e a Eritréia – desautorizam qualquer previsão nesse sentido. A contigüidade entre as nações africanas talvez continue permitindo que o movimento transfronteiriço dos refugiados se faça – como tem sido feito – a despeito das restrições e da inexistência de meios materiais para recebê-los. Todavia, o ingresso de números significativos de africanos em países de outros continentes é possibilidade remota.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito consistirá de cinco questões dissertativas. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta, o examinado deverá responder de forma objetiva. A citação de tal ou qual autor deve, pois, ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele/ela deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram apontar livros atualizados e de fácil acesso. Evitou-se a indicação de autores estrangeiros não traduzidos para o português. Trata-se de prova de noções de Direito. Assim, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato, por óbvio, poderá lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem determinado ponto do programa.

Programa:

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
4. Personalidade jurídica no Direito brasileiro.
5. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
6. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados.
7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação. Expulsão. Extradição.
8. A organização dos Poderes no Direito brasileiro.

9. Processo legislativo brasileiro.
10. Princípios fundamentais da Constituição de 1988.
11. Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.
12. Noções de organização do Estado na Constituição de 1988: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
13. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública e dos servidores públicos. O controle da legalidade dos atos da Administração.
14. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
15. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional).
16. Caráter jurídico do direito internacional público. Fundamento de validade da norma jurídica internacional. Direito internacional público e direito interno.
17. Fontes do direito internacional público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões das organizações internacionais. Normas imperativas (*jus cogens*).
18. Sujeitos do direito internacional. Estados (Conceito. Constituição. Reconhecimento do Estado e do Governo. Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade à jurisdição internacional. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades). Organizações internacionais (Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. ONU). Santa Sé.
19. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais.

Bibliografia:

(i) documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961)
Convenção de Viena sobre relações consulares (1963)
Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969)

(ii) livros:

ACCIOLY, Hildebrando & Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de Direito Internacional Público*, 14.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.
BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis: Vozes, 1995.
BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.
BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
________________. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
BROWMLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
JO, Hee Moon. *Introdução ao direito internacional*. São Paulo: LTr, 2000.
MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 12.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
________________. *Direito constitucional internacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo.*12.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional.* 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

____________________. *Direitos humanos fundamentais.* 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler & Alain Pellet. Direito internacional público. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e Relações Internacionais.* 6ª ed. São Paulo: RT, 2000.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 25.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo.* 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Exemplo de prova

A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 (quarenta) linhas. Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Imagine que a República Democrática de Alobônia e o Reino de Songa concluam tratado bilateral em que Songa se compromete a importar determinados produtos manufaturados da mencionada República. Referida convenção é aprovada pelo parlamento do Reino. Após, ela é ratificada e incorporada ao ordenamento jurídico do país. Ocorre que a opinião pública local tem notícia de que as manufaturas importadas são fabricadas por crianças em campos de trabalho forçado. A indignação é geral.

O governo de Songa diz não conhecer os fatos. No entanto, à vista da gravidade das acusações, as autoridades locais decidem desvincular o Reino do tratado. Alobônia reprova, de modo contundente, a decisão. Argumenta que a forma de fabricação é irrelevante. Pondera que o texto pactuado é silente quanto à origem do produto. Diz, em síntese, que o pactuado deve ser obedecido (*pacta sunt servanda*). Pede-se ao candidato que redija, na condição de consultor jurídico da chancelaria do Reino de Songa, parecer sobre a questão para orientar decisão final de seu governo.

Cristiano Franco Bebert (20/20)

É regra consagrada de direito internacional público que um país não pode eximir-se das obrigações assumidas, na esfera internacional, alegando norma de direito interno.

No caso em tela, porém, trata-se da violação dos direitos humanos, do desrespeito às normas internacionais que proíbem o trabalho desumano ou degradante.

Em sua defesa, a República Democrática de Alobônia alega o princípio do "pacta sunt servanda". Ora, se é verdade que os tratados devem ser cumpridos, também é certo que a ocorrência ou o desconhecimento de determinadas circunstâncias – diferentes daquelas, sob as quais se quis pactuar – desobrigam as partes ("rebus sic stantibus").

Diante do exposto, percebe-se que o Reino de Songa pode decidir pela denúncia do tratado, sob o argumento de que a sua execução implicará violação das normas internacionais que protegem os direitos humanos.

2. Considere o seguinte texto:

"É fundamental a redução a escrito do costume internacional. Na realidade, se é difícil apercebermo-nos, com clareza, de quais as práticas seguidas pelos Estados, ainda mais onerosa é a tarefa de descoberta da intenção de juridicidade de tais práticas. Entretanto, podemos hoje dizer que muito foi feito no sentido da clarificação do costume internacional".

Comente, argumentando a favor ou contra, o que é afirmado.

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

Embora sem deixar de reconhecer a conveniência de, sempre que possível, os costumes internacionais serem reduzidos a escrito, ganhando em densidade jurídica, é forçoso concluir que a tarefa propugnada pelo autor da declaração se afigura impossível, se levada a extremos. Costumes internacionais juridicamente relevantes não são apenas aqueles observados unanimemente pela comunidade internacional, consciente de sua obrigatoriedade. Costumes há que vigem apenas em região determinada, ou somente entre alguns Estados, e nem por isso sua observância se torna menos obrigatória. As dimensões assombrosas que assume o direito consuetudinário internacional, a infinidade de normas que ele abrange tornam esforço inútil tentar reduzi-lo a termo em sua totalidade.

É óbvio que, onde as regras costumeiras se revelem unânimes, ou onde a transcendência de alguns princípios o justifique, o esforço de codificação do costume internacional é tarefa de inegável valia, por dissipar as dúvidas porventura existentes acerca da obrigatoriedade das normas em questão, por esclarecer tratar-se de regras juridicamente vinculantes, e não de usos observados por mero protocolo. É o que vem sendo feito desde meados do presente século, com a proliferação de organizações internacionais voltadas para os mais distintos temas. Exemplos emblemáticos desse esforço constituem as convenções sobre o Direitos dos Tratados e sobre as Imunidades Diplomáticas.

É importante que se ressalte, todavia, que a mera redução a termo dos costumes internacionais não garante às normas por eles consagradas visos de perenidade. Uma vez que não há hierarquia entre as fontes de direito internacional – é esta a inteligência do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça –, nada obsta a que novo costume se desenvolva em sentido contrário ao do antigo, agora tornado tratado, e, portanto, o revogue. Ou seja, nada impede que o texto legal caia em desuso por contrário a novo costume, tão vinculante como o primeiro o fora a seu tempo.

3. Suponha que, em determinado Estado da Federação brasileira, esteja para ser aprovada emenda à Constituição estadual, instituindo chefia dual do Poder Executivo local. Ela seria composta do governador do Estado e do chefe do governo. A este incumbiria delinear e executar a política do governo do Estado; ao governador, caberia apenas sancionar as leis votadas e exercer funções de representação. De acordo com a emenda, o chefe do Governo poderia ser afastado do cargo, se contra ele viesse a ser aprovada, por maioria qualificada, moção de desconfiança na Assembléia Legislativa. A emenda preveria, ainda, a possibilidade de o chefe do governo, em certas circunstâncias, dissolver a Assembléia Legislativa e convocar eleições gerais. Analise a legitimidade constitucional de tal proposta.

Eduardo Uziel (19/20)

A proposta de emenda parece padecer de ilegitimidade frente à Constituição Federal por diversos motivos. Cabe somente à Constituição Federal, que tem poder soberano, determinar a forma de governo adotada pelo país (se parlamentarista ou presidencialista) e o número de titulares do poder executivo. Os Estados, entidades autônomas mas não soberanas, podem apenas organizar-se nos moldes previstos pela Carta Magna. Esta decidiu pelo presidencialismo, no qual a chefia do executivo cabe só ao presidente, e os Estados devem buscar uma organização que reproduza a federal, sem competência para instituir o executivo dual. Como ressalta José Afonso da Silva, as características acima foram confirmadas pela vontade popular expressa em plebiscito segundo o ADCT, art. 2º, realizado em 21/IV/1993.

Além do princípio lógico e interpretativo enunciado acima, a Constituição Federal faz referências textuais diversas aos governadores como chefes do poder executivo estadual. Não menciona nem mesmo a possibilidade de que seja instituído algum outro cargo que partilhe com o governador a titularidade do poder executivo estadual. Não é possível, logo, ao Estado criar tal cargo, uma vez que a Constituição Federal deixa clara a titularidade do poder executivo estadual e não menciona a possibilidade de seu desdobramento.

A idéia de "moção de desconfiança" e de dissolução de Assembléia Legislativa também podem ser vistas como inconstitucionais pois atentam contra a separação

dos poderes prevista no art. 1° da Constituição Federal e considerada "cláusula pétrea" em face do previsto no artigo 60, § 4° da CF/88. A emenda, então, prevê relação entre o executivo e legislativo que não é aceita na esfera federal e atenta contra a independência e harmonia dos poderes. Soma-se a isso o fato de que as unidades da federação não são soberanas e que seria sem sentido um governador simbólico pois não há soberania a representar, como fazem presidentes e monarcas nos países parlamentaristas.

Dados esses fatores de inconstitucionalidade presentes na emenda analisada, cabe aos legitimados constitucionalmente propor Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para que este declare a incompatibilidade da emenda proposta em vista da Constituição Federal.

3. No *Mercador de Veneza* (Shakespeare), o personagem Antônio obtém empréstimo do agiota Shylock sem juros, mas tendo como garantia uma libra da carne do devedor, que o credor poderia arrancar, a faca, de qualquer parte de seu corpo. Intérpretes da peça afirmam que Antônio teria assinado tal contrato tomando como mera brincadeira a garantia estabelecida. Como se sabe, no momento do vencimento da dívida, Antônio não logra saldá-la, e Shylock se prepara para cortar o devedor inadimplente. Portia, entretanto, intervém no drama e lembra que o contrato previa a retirada de tão somente uma libra de carne. A execução deveria ser feita, portanto, sem perda de sangue do devedor, que não fora objeto do pacto; do contrário, Shylock haveria de sofrer a pena de morte. O argumento inviabiliza a execução do cruento propósito de Shylock. À vista da disciplina dos atos e negócios jurídicos no direito brasileiro, e supondo que o episódio ocorresse no Brasil, que outra linha de argumentação jurídica você poderia desenvolver para impedir a execução pretendida por Shylock?

Cristiano Franco Bebert (20/20)

Na Veneza do século XV, até que se poderia admitir o corpo do devedor como garantia de cumprimento da obrigação, mas, no Brasil do século XX, "o patrimônio é a garantia dos credores".

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio. Ademais, em seu art. 5°, a Constituição de 1988 proíbe a pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

À luz do Código Civil, pode-se afirmar que a cláusula que estabelece como garantia uma libra de carne do corpo de Antônio é nula de pleno direito. A referida cláusula incide sobre objeto ilícito (pois contraria o direito, a moral e os bons costume) e impossível quer juridicamente, quer fisicamente (como se alguém pudesse extrair uma libra de carne de outrem sem derramar sangue).

Além disso, a cláusula em questão padece de vício de consentimento, pois, se se confirmar a tese de que Antônio teria tomado "como mera brincadeira" a garantia estabelecida, fica evidente que o devedor incidiu em erro. Há uma discrepância entre a vontade declarada e a vontade real, que era apenas a de brincar.

Trata-se de erro essencial (pois incide sobre a natureza do objeto em garantia) e escusável (em razão do absurdo da cláusula) que torna a aludida estipulação anulável.

Shylock, se fosse brasileiro, deveria, pois, procurar outro modo para efetuar a execução.

5. Imagine que você, já diplomata, seja abordado no exterior por determinada pessoa indignada com a leitura que fez no art. 5°, *caput*, da nossa Constituição. Tal dispositivo, abrindo o título dos Direitos Fundamentais, informa que todos são iguais perante a lei, "*garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes (...)*". O indivíduo interpela-o, querendo sabe como podem os estrangeiros não-residentes no país não serem titulares de direitos fundamentais no Brasil. Como você responderia à indagação?

Pablo Duarte Cardoso (20/20)

O fato de o caput do artigo 5° de nossa Constituição não incluir os estrangeiros não-residentes entre os beneficiários de suas disposições não significa que eles não gozem de direitos e garantias fundamentais no Brasil. Significa que

os direitos de que são titulares são regidos por normas outras, distintas das que se aplicam aos nacionais e estrangeiros residentes. Significa, também, que, no que concerne a eles, ao Poder Público é lícito estabelecer certas restrições, ou limitar o alcance de certos direitos – possibilidade, aliás, de que lançam mão todos os Estados soberanos do mundo.

Vigora, no Brasil, um Estatuto do Estrangeiro, que garante aos alienígenas, residentes ou não, todos os direitos elementares que lhes reconhecem as demais nações civilizadas. Nunca é inócuo ressaltar, ademais, que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que ampliam esse rol de direitos mínimos dos estrangeiros, estando, portanto, obrigado a garantir sua observância, sob pena de sofrer as sanções decorrentes da prática de ilícito internacional.

Uma vez estabelecida tal proteção, é perfeitamente admissível e justo que se permita ao Estado soberano vedar ao estrangeiro não-residente a prática de certos atos que pudessem pôr em risco a soberania nacional. Assim é que ao Brasil é possível impedir a entrada de estrangeiro indesejado em solo pátrio, ou expulsar, a seu juízo discricionário, o que aqui se encontre (possibilidade que lhe assiste mesmo em relação ao estrangeiro residente). O reconhecimento de tais prerrogativas não permite ao Brasil, todavia, exercê-las de maneira arbitrária, draconiana. Convém ressaltar que há outros preceitos constitucionais basilares – como os que obrigam o Brasil a pautar sua conduta tendo em vista a "dignidade da pessoa humana" ou a prevalência dos direito humanos – que se aplicam indistintamente a nacionais e estrangeiros, a residentes e não-residentes, estabelecendo limites à maneira como o Poder Público lança mão de suas prerrogativas.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas

guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Compainha Editora Nacional.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia.* Editora Campus, 1999.

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia.* São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de

Substituição de Importações no Brasil" *in*: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia.* Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

1- Argumenta-se que o investimento privado, tanto doméstico como estrangeiro, é crucial para o crescimento econômico. Utilizando a identidade fundamental das contas nacionais, explique a relação existente entre um aumento das despesas do governo e a acumulação do estoque de capital da economia.

Marcelo Ramos Araújo (20/20)

Pela identidade fundamental das contas nacionais, numa economia aberta, temos que a renda agregada é determinada pela soma de consumo, investimento, despesas do governo e saldo na conta corrente do balanço de pagamento ($Y = C + I + G + X - M$). Sabemos ainda que renda disponível é igual à soma do consumo e da poupança privada doméstica e que, portanto, renda agregada equivale à soma de consumo, poupança privada doméstica e impostos ($Y = C + Sd + T$).

Substituindo esta segunda igualdade na primeira, temos: $I = Sd + (T - G) + (M - X)$. Isto significa que, em uma economia aberta, os recursos disponíveis para investimento, i.e., para aumento do estoque de capital, compõem-se da soma de três poupanças: doméstica (Sd), do governo ($T - G$) e externa ($M - X$). Esta última, constituída pelo fluxo líquido de entrada de bens e serviços no país (déficit em conta corrente), equivale a uma transferência de poupança do resto do mundo para a economia nacional.

Ora, se o excesso de arrecadação fiscal sobre gastos do governo ($T - G$) é um dos componentes do nível de investimento, é imediato que um aumento das despesas públicas implica, coeteris paribus, uma redução dos recursos disponíveis para investimento.

O nível de investimento só não irá cair se, para compensar a diminuição da poupança do governo, aumentar a poupança privada doméstica ou o déficit em transações correntes.

Em países como o Brasil, com graves persistentes problemas de déficit público ($T - G < 0$) é imprescindível para que se mantenha um nível satisfatório de acumulação do estoque de capital da economia, que os investimentos privados, possibilitados por recursos domésticos ou externos, compensem e superem a despoupança do governo.

2 – O ano de 1968 é considerado como o início do processo de abertura da economia brasileira que tentava buscar novas formas de crescimento por meio de alterações na política cambial e da criação do sistema de incentivos às exportações. Nesse contexto, e bascando-se na teoria da paridade de poder de compra, analise a política de minidesvalorizações cambiais, implementada no Brasil, a partir de agosto de 1968.

Carlos Frederico Bastos Peres da Silva (20/20)

A abertura da economia a partir do ano de 1968 partiu da constatação de que o processo de substituição de importações, que havia caracterizado o desenvolvimento industrial do país até então, dava já sinais claros de esgotamento. Assim, diversificação da estrutura produtiva do país (especialmente no setor de duráveis) e aprofundamento dos esforços de exportação eram prioridades para a recuperação do dinamismo econômico do país.

A política cambial adotada anteriormente ao ano de 1968 não favorecia o setor de exportações do país. As correções do câmbio nominal fixo ocorriam entre longos intervalos de tempo e sem padrão de freqüência definidos, o que, associado ao diferencial de inflação entre Brasil e Estados Unidos (a inflação brasileira era superior) tinha pelo menos duas conseqüências sobre o setor externo.

Por um lado, ocorria a valorização da taxa de câmbio real brasileira, dificultando as exportações. Isto pode ser visto a partir da equação fundamental da paridade do poder de compra, onde a taxa de câmbio real (e) é função positiva

da taxa de câmbio nominal (E) e do nível de preços no exterior (P) e função negativa do nível de preços interno (P), ou seja* ($e = E.\frac{P^*}{P}$).

O diferencial de inflação a favor do Brasil levava a uma queda da relação $\frac{P^*}{P}$, *acarretando a sobrevalorização do câmbio real. As desvalorizações do câmbio nominal, quando ocorriam, eram bruscas.*

Por outro lado, a ausência de uma política cambial previsível também desestimulava as exportações, principalmente por meio do recurso às bruscas desvalorizações do câmbio nominal. A expectativa de desvalorização do câmbio levava exportadores a adiar suas exportações e a comprar especulativas de dólar, além de aceleração das importações. Logo após a desvalorização eram realizadas as exportações e venda de dólares, criando um clima de especulação em torno do câmbio.

As minidesvalorizações após 1968 visavam reverter tal situação. As freqüentes e previsíveis desvalorizações do câmbio nominal proporcionalmente à inflação interna (superior à dos Estado Unidos) tinham dois efeitos principais.

Em primeiro lugar visavam impedir a valorização do câmbio real ao reverter os efeitos da inflação interna sobre este, garantindo a estabilidade da relação $\frac{P^*}{P}$, *e até mesmo,permitindo seu aumento, o que configurava uma desvalorização do câmbio real, permitindo maior competitividade externa aos produtos nacionais.*

Em segundo lugar (mas nem por isto menos importante), as freqüentes e previsíveis desvalorizações reduziram a instabilidade cambial no país, o que representou forte incentivo ao planejamento empresarial de longo prazo no setor exportador, fator fundamental para sua competitividade.

A política cambial pós-1968 contribuiu, assim, tanto qualitativamente (diversificação de pauta de exportações) quanto quantitativamente (aumento do volume de exportações), ao lado da criação de um sistema de incentivos à exportação, para seu fortalecimento.

3- "O desequilíbrio do setor público, no Brasil, contribui para deteriorar o Balanço Comercial, em virtude do seu impacto sobre as taxas de juros da economia e a conseqüente apreciação do real". Explique a lógica econômica que embasa essa afirmação.

Cesar Augusto Vermiglio Bonamigo (20/20)

No caso em questão, três relações devem ser explicadas: 1) desequilíbrio no setor público gera aumento dos juros, 2) aumento dos juros causa apreciação do real e 3) apreciação do real afeta a balança comercial.

Inicialmente, deve-se notar que um desajuste nas contas do governo necessita ser financiado ou por aumento de tributos ou por captação de empréstimo no mercado interno ou externo (tendo em vista que, com as privatizações, o lucro das estatais perde importância como financiador do Estado). Dada a baixa credibilidade do Estado, tais empréstimos só podem ser obtidos a juros relativamente elevados.

A elevação dos juros atrai investidores externos, o que eleva a oferta de moeda estrangeira e, consequentemente, deprecia o câmbio, o que significa que o real torna-se mais forte.

Um real forte, por sua vez, encarece as exportações e torna as importações mais atrativas, decorrendo disso um aumento das importações e diminuição das exportações, o que configura um quadro de deterioração da balança comercial.

Dessa forma, se explica como o desequilíbrio do setor público contribui para deteriorar a Balança Comercial.

4- "A existência de estruturas de mercado monopolistas é mais provável quando as condições tecnológicas implicam custos médios decrescentes para níveis de produção capazes de atender, parcial ou totalmente, a demanda de mercado." Avalie.

Marcelo Ramos Araújo (20/20)

O custo médio ou unitário é o custo total dividido pelo número de unidades produzidas. Sabemos que o custo total divide-se em uma parte fixa e outra que cresce em função da quantidade produzida. Então podemos escrever:

$$CMe = \frac{Custo\ Fixo}{q} + \frac{Custo\ Variável}{q}$$

A primeira parcela desta soma irá decrescer com o aumento da produção; já a segunda decrescerá até uma certa quantidade e a partir de então crescerá

e tornará o custo médio crescente. Isto decorre da lei dos rendimentos decrescentes: à medida que se cresce a produção é preciso usar cada vez mais fatores produtivos por unidade produzida, e o custo variável nada mais é que o gasto com fatores de produção (capital, terra, trabalho).

Se o custo médio é decrescente para quantidades altas o bastante para atender, ainda que parcialmente, a demanda, isto quer dizer que o custo fixo é muito alto e o custo variável relativamente irrelevante, ainda para as quantidades em questão.

Esta situação é conhecida em teoria econômica como monopólio natural: a produção que exige custo fixo muito elevado acaba por constituir uma barreira à entrada no mercado. É o caso, por exemplo, de uma grande usina hidrelétrica: o custo fixo é muito alto (construção da represa, compra de turbinas); o custo variável cresce muito pouco, mesmo para quantidades relativamente grandes de energia produzida.

Portanto, a afirmativa é certa ao dizer que custos médios decrescentes para quantidades suficientes para atender a demanda representam probabilidade mais alta de formação de monopólios. Neste caso, usualmente, para corrigir esta que é uma falha de mercado, o setor público toma para si a produção, evitando que um monopolista pudesse maximizar seu lucro racionando a oferta e cobrando preços altos.

5- "Embora as preferências sejam perfeitamente subjetivas, a maximização da utilidade requer que os bens sejam consumidos até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade consumida é idêntica para os diferentes consumidores." Discuta.

Carlos Frederico Bastos Peres da Silva (20/20)

A maximização da utilidade do consumidor espelha o problema fundamental da escassez de bens econômicos: o consumidor procura, dentro de sua restrição orçamentária, maximizar seu nível de satisfação de consumo a partir da escolha de um conjunto de bens específico e limitado, diante do desejo de satisfazer necessidades num nível que seria, na ausência de tal restrição, em muito superior àquele representado por referido conjunto de bens.

Teoricamente, o consumidor racional procuraria, assim, maximizar o valor de uma função matemática, a função utilidade (U), que representa os gostos e as prioridades do indivíduo. Tal função tem como argumentos (variáveis) as quantidades dos bens ofertados no mercado (X) e em função destes argumentos deve ser maximizada, sujeitando-se à restrição orçamentária representada por seu nível de renda (R). Matematicamente, o problema poderia ser expresso através do seguinte esquema:

- *Maximize-se a função* $U = U(X1,...,Xn)$; $X1,...Xn$: = *consumo de bem* Xn.

- *Sujeitando-se tal maximização à restrição orçamentária* $R = \sum_{n=1}^{n} Pn \,.\, Xn$, *onde*

Pn *é o preço do bem n, e* $\sum_{n=1}^{n} Pn \,.\, Xn$ *representa o gasto total com bens.*

O solução deste problema de maximização é o tradicional resultado da teoria do consumidor que diz que o consumidor maximiza sua satisfação (utilidade) quando a relação entre a utilidade marginal do bem e seu preço é igual para todos os bens, ou seja,

$\frac{UMgX1}{P1} = \frac{UMgX2}{P2} = ... = \frac{UMgXn}{P3}$. *Tal resultado é, na verdade, intuitivo, e significa que o gasto de cada unidade monetária deverá sempre trazer um mesmo nível de satisfação ao consumidor. Se a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com determinado bem for superior àquela obtida com o consumo dos outros bens, o consumidor não se encontrará numa situação de maximização de sua utilidade, devendo aumentar na margem o consumo daquele bem específico até que a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com seu consumo caia até o nível daquela dos demais bens (em virtude da hipótese de utilidade marginal decrescente). Caso a utilidade marginal oriunda do gasto de uma unidade monetária com determinado bem seja inferior à dos outros, dá-se o processo inverso, ou seja, redução do consumo deste bem.*

Indivíduos com gostos e preferências diferentes (funções U diferentes) terão relações $\frac{UMg}{P}$ *diferentes, ao contrário do enunciado do problema.*

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

2000

GUIA DE ESTUDOS

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador André Mattoso Maia Amado

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o inciso 1.7. do Edital.

Constam do **Guia**:

– o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
– os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, *mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.*

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília (DF), em dezembro de 1999.

ÍNDICE

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1999)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 03 de janeiro a 11 de fevereiro de 2000, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1.º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 24 (vinte e quatro) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) **Em Brasília:**
– Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels.: (61) 325-7000/5/6; fax: (61) 322-8355; *Home-page*: www.mre.gov.br; *e-mail*: irbr@mre.gov.br.

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**
– **Belém (PA):** Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66100-150, tels.: (91) 242-5932/1043; fax: (91) 223-5506;
– **Belo Horizonte (MG):** Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 6° andar, sala 605, CEP 30130-180, tel/fax: (31) 226-5892/273-2017;
– **Curitiba (PR):** Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel.: (41) 264-8586; fax: (41) 362-2117;
– **Florianópolis (SC):** Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel.: (48) 331-8205/9200;
– **Fortaleza (CE):** Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 281-7036; fax: (85) 223-1642;

– **Porto Alegre (RS):** COPERSE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria da UFRGS, 1° andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060, tel.: (51) 316-3114; fax: (51) 227-1666;
– **Recife (PE):** Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2° andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 423-6056;
– **Rio de Janeiro (RJ):** Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio do Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, tel.: (21) 516-1744, fax: (21) 263-9571;
– **Salvador (BA):** Pró-Reitoria de Extensão - Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels.: (71) 328-7044/0124; fax: (71) 328-0127, e
– **São Paulo (SP):** Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, n° 664, CEP 01154-060, tel.: (11) 3823-9826/9668; fax: (11) 3823-9685.

c) **no exterior**: nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou repartições consulares.

1.2. **Taxa de inscrição**: a taxa de inscrição é de R$ 60,00 (sessenta reais) e deverá ser depositada na conta n° *33.448.112-0*, Agência n° *3603-X*, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3°, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor; e

d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido, conforme estabelece o item 7.2. deste Edital.

1.4. **Candidatos casados**: o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se o cônjuge for de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas**: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1.1. acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação**: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade; e

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais**.

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;

d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso; e

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7 abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 18 de março de 2000, às 9h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se até 30 min. antes do horário previsto para o início da prova.

3.2. **Características:** o TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa; e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **Critérios de avaliação:** o TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

– a nota de referência é 60 sobre 100;

– o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 120, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (24).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 120F$$
$$F = D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 120º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 120º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, se D for igual a 0,6, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 120º candidato for igual a 60. Neste caso, os 120 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 120º superior ou inferior a 60, o fator F será superior ou inferior a 120. Se, por exemplo, a nota do 120º for 70, F valerá 1,1, e serão aprovados 132 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 120º for 40, F valerá 0,80, e somente serão aprovados 96 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o 120º candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 20 de março de 2000.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 120º classificado, será anunciado até as 18h do dia 21 de março de 2000, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 1º de abril de 2000, às 9h (horário de Brasília) no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características:** a prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 2 de abril de 2000, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características:** a prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília (DF), às 13h do dia 2 de maio de 2000, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18h do dia 4 de maio, em Brasília, e até as 18h, horário de Brasília, do dia 5 de maio, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva; e

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase será anunciado até as 18h do dia 10 de maio de 2000, na sede do IRBr, em Brasília (DF), e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília (DF) e auxílio em dinheiro a partir do dia 24 de maio de 2000, data em que deverão se apresentar à sede do Instituto Rio Branco e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília (DF), entre os dias 25 de maio e 24 de junho de 2000, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 25 a 28 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 03 de junho;

c) Geografia, em 10 de junho;

d) Noções de Direito, em 17 de junho; e

e) Noções de Economia, em 24 de junho.

5.3. **Das provas orais:** as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas:**

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles; e

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. **Inglês**:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr; e

d) a argüição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas.

5.3.4. **Resultados**: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10h do dia 29 de maio.

5.3.5. **Recursos**:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13h do dia 30 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr; e

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18h do dia 31 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas**: as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9h e término às 14h; e

b) serão compostas de cinco dissertações no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13h)	Apresentação de recursos (até as 18h)	Resultado final (até as 18h)
História	05/06/00	07/06/00	09/06/00
Geografia	12/06/00	14/06/00	16/06/00
N. Direito	19/06/00	21/06/00	23/06/00
N. Economia	26/06/00	28/06/00	30/06/00

6. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário:** os exames terão início no dia 30 de junho de 2000, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características:** a Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o 'habilitado' ou 'inabilitado'.

6.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília (DF), no dia 6 de julho de 2000.

6.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta de quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o

candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais:** o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até às 18h do dia 8 de julho de 2000.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local:** dia 10 de julho de 2000, às 9h30min, na sede do IRBr, em Brasília.

7.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) uma foto 3x4 do cônjuge; e

c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor, (iv) comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 30 de junho de 2000, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (vi), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato do Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até às 14h do dia 12 de julho de 2000, na Sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação**: os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, e publicado no Diário Oficial da União.

9.2. **Da posse**: uma vez nomeados, os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício**: o Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) nas provas da Terceira a Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

10.3. **Identificação e Divulgação dos Resultados:**

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. **Aceitação das Normas do Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1998, por exemplo, inscreveram-se 1.798 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visaria a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso, cujo acesso é permitido apenas aos candidatos aprovados no TPS. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames

ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É conseqüência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia,

as armas de combate; a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como "acacianos" ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: "Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona". Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais "mensagens" subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente "amena" é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas

primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro ...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exibições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

———— *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.

CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.

———— *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.

———— *Ortografia, Pontuação e Crase*, MEC, Rio de Janeiro, 1988.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que

constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e as demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova

Leia os textos que se seguem:

Texto 1

A ditadura do PC

Os americanos absolvem Clinton nas pesquisas mas deixam-se asfixiar pelos códigos do politicamente correto

O escritor Norman Mailer e outros intelectuais revolucionários, tanto na arte quanto na política, em seu tempo diagnosticaram que a paranóia sexual nos Estados Unidos é apenas uma variante de um outro retrocesso: o movimento politicamente correto. "Ambos começaram como movimentos em favor da decência da sociedade e protetores dos mais fracos. Ambos degeneraram em fascismo", diz Mailer. Uma pessoa politicamente correta, PC, não faz piadas racistas ou de conteúdo sexual e evita palavras que contenham insinuações culturais negativas. Há todo um dicionário de termos que são considerados corretos e devem ser rigidamente obedecidos pelos que não querem ser vistos como aberrações (*veja quadro*). Os negros americanos fizeram-se chamar de afro-americanos. Os índios, de nativos. E os gays preferem ser chamados de homossexuais – mas já foi o contrário, e é preciso ficar atento para não parecer politicamente incorreto.

Fosse apenas o pecado da palavra e estava tudo muito bem. O problema é que o PC, no afã de justiça cega que caracteriza o movimento, colocou nas universidades legiões de alunos despreparados e incapazes de aprender. Preteriram-se alunos brilhantes em favor de outros pouco dotados intelectualmente. Os escolhidos tinham como virtude acadêmica apenas o fato de ser negros, latinos, ou ser mulheres e estar grávidas. Também as empresas foram obrigadas a contratar levas de candidatos piores apenas porque eles se encaixavam no figurino politicamente correto.

Nos últimos dois anos, tanto as universidades quanto as empresas conseguiram na Justiça retomar um pouco do poder de admitir alunos e funcionários não com base em cotas étnicas, mas na boa e velha competência. "Para isso, quem não sabe, uma dica: os PCs são tão fanáticos quanto a juventude hitlerista", lembra Camille Paglia. A origem filosófica do movimento pode ser encontrada, na verdade, em outra freguesia tão totalitária e dirigista quanto a de Hitler, a China de Mao Tsé-Tung. A idéia de carimbar um adversário político ou qualquer pessoa indesejável ao regime com o selo de politicamente incorreto foi um poderoso instrumento de dominação ideológica utilizado por Mao. A idéia foi apropriada pelos militantes das minorias étnicas dos Estados Unidos, em seguida caiu no gosto das feministas radicais e dos estudantes politizados. O escritor David Horowitz, autor de *Radical Son* (Filho Radical), livro lançado em abril nos Estados Unidos e que faz uma das melhores análises dos descaminhos da esquerda americana, levanta um ponto interessante. Horowitz espanta-se com o fato de que o politicamente correto, embora seja na raiz um movimento de esquerda radical, se viabilizou no país com a ajuda de algumas das mais conservadoras instituições americanas, as grandes empresas e as fundações de apoio ao ensino e pesquisa.

Euripedes Alcântara, *Veja*, 26 de agosto, 1998.

Novilíngua

Analfabeto – marginalizado em relação à cultura eurocêntrica
Animal selvagem – não humano que vagueia livremente
Antiaborto – pró-vida
Branco – pobre em melanina
Corrupto – eticamente diferente
Feio – cosmeticamente diferente
Fome – déficit nutricional
Gastador – poupador negativo
Gordo – generosamente modelado
Pobre – economicamente marginalizado
Politicamente correto – a própria expressão deixou a ser "politicamente correta". Melhor usar culturalmente sensível
Prisioneiro – cliente do sistema correcional
Saqueador – consumidor não tradicional
Viciado em drogas – privado de sobriedade

Texto 2

Exclusão semântica

Quando o primeiro foguete espacial Ariane 5 explodiu no lançamento, a comunicação ao público foi a seguinte pérola, que porta-voz algum faria melhor: "O vôo do Ariane 5 não resultou na validação do novo vetor europeu". E de um coronel da Força Aérea americana temos a seguinte, a respeito dos aceleradores dos foguetes, mimosos objetos pesando 135 toneladas: "Eles exercem uma força explosiva no impacto sobre uma superfície que é suficiente para exceder o limiar aceito de sobrepressão dos danos fisiológicos ao pessoal exposto". Eu, mato-grossense simplório, imaginaria que, se caísse sobre a cabeça de alguém, causaria um belo galo...

Exemplos divertidos não faltam por aí, e muitos estudiosos sérios descobrem o humor involuntário desses convolutos exercícios de expressão. Mas o assunto da semântica vai muito além da brincadeira. Não sem motivo, um dos grandes lingüistas deste século, D. Bolinger, deu a um de seus livros este extraordinário título: "Linguagem, uma Arma Carregada", que foi naturalmente muito aperfeiçoada pelos totalitarismos e autoritarismos de todos os sexos imagináveis, desenvolvidos, subdesenvolvidos ou neutros. E ninguém se especializou mais na criação de slogans do que as esquerdas, de Lênin ao "Grande Pai" Stalin. As esquerdas brasileiras não ficaram atrás, a ponto de o presidente Castello Branco lhes reconhecer três capacidades especiais: de organizar manifestações de rua, desorganizar a economia e fabricar slogans.

E, para ninguém dizer que só se distinguiram aquelas grandes figuras de esquerda, a CNN acaba de informar que o presidente Clinton e os líderes da maioria republicana no Congresso americano, Trent Lott e Newt Gringrich, receberam do Conselho Nacional dos Professores de Inglês o "Prêmio Nacional da Dupla Fala" ("Doublespeak"), pela linguagem escorregadia e ambígua com que descreveram o acordo deste ano sobre o orçamento equilibrado (que se vai traduzir no aumento do endividamento federal).

Como se sabe, quem primeiro usou o termo "dupla fala", em conexão com os crimes de pensamento, foi George Orwell, o grande escritor inglês, cuja firme integridade o levou, primeiro, a lutar de armas na mão pela causa da esquerda nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola, e, depois, a denunciar as traições e intrigas das facções a serviço soviético. Isso lhe custou ser vítima de um dos mais canalhas "patrulhamentos" da intelectualidade socialista do tempo. (...)

Roberto Campos. **Folha de S. Paulo**. 29 de novembro de 1998.

Texto 3

Cegueira brasileira
O politicamente correto não ridiculariza os EUA, como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado, freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a

sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, ao exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ter-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em "os americanos", não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em "os americanos", desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um "ato falho"

que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor,

negra, ao crescimento da participação das mulheres na sociedade, ao progresso sócio-econômico dos hispânicos e negros.

Os Estados Unidos têm o mérito de estarem discutindo há décadas a questão da integração racial. Não há dúvidas: para judeus, negros, hispânicos, mulheres e católicos romanos, nunca foi tão bom viver nos EUA. É fato, comprova-se, e representa até certo grau uma vitória do movimento.

Mas há armadilhas. Quando o movimento "politicamente correto" ou, antes, uma de suas vertentes, assume uma postura agressiva de patrulha; quando professores de literatura são tachados de preconceituosos por ensinarem escritores "mortos, brancos, europeus e homens"; quando qualquer imprudência verbal pode levar a um processo judicial; quando se abre mão da objetividade em prol de um relativismo total, em que "todas as culturas se equivalem"; então a sociedade, privada de qualquer ponto de referência, se desintegra, e os maiores prejudicados são aqueles que originariamente se pretendia ajudar.

O programa de ação positiva sofre também por seus excessos, a tal ponto que não são poucos os negros que hoje defendem a sua extinção. Pela sua própria natureza, o programa suscitou inúmeros ressentimentos e, o que é pior, lançou sobre os beneficiados a pecha de "incapazes de vencer sem ajuda".
Toda sociedade, por mais diversificada que seja – como a dos EUA – precisa se sustentar em valores comuns. Que haja, portanto, um movimento em prol da elevação da linguagem. Que se defenda a igualdade de oportunidades com base na educação de alto padrão para todos. Mas, se o movimento "politicamente correto" ultrapassar as barreiras do razoável, o risco será alto: não haverá mais linguagem comum, e nem consenso sobre o conteúdo – e o significado – da educação. O oposto do totalitarismo, como descrito no início desta dissertação, mostrar-se-á um mal tão grande quanto ele.

INGLÊS

A prova escrita de Inglês consta de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor de 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor de 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor de 20 pontos).

Bibliografia:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns: *Time*, *Newsweek* and *The Economist*.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian weeklies and dailies such as *Gazeta Mercantil*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

Candidates with access to the Internet are advised to consult major English language newspapers such as *The Times*, *The Independent*, *The Guardian*, *The New York Times* and *The Washington Post*, as well as the financial dailies *The Financial Times* and the *Wall Street Journal*.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:
The Longman Dictionary of Contemporary English. London, Longman.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford, Oxford University Press.
Webster's Collegiate Dictionary. New York, BD&L.
The Random House College Dictionary. New York, Random House.
Language Activator. London, Longman.
Roget's Thesaurus. London, Longman.

2.2. Bilingual dictionaries:

Houaiss, A. *Dicionário Inglês-Português*. Rio de Janeiro, Record.
Taylor, J.L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro, Record.
Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo, Melhoramentos.

2.3. Grammar, Usage, etc.:

Collins Cobuild English Usage. London, HarperCollins.
Cutts, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
Frank, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
Leech, G. & Svartvik, J. *A Communicative Grammar of English*. London, Longman.
Santos, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo, Cultrix.
Swan, M. *A Practical English Usage*. Oxford, Oxford University Press.
Thompson, A.J. & Martinet, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford, Oxford University Press.

3. Larger reference works:

Comprehensive Grammar of the English Language. London, Longman.
Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press.
The Random House Dictionary of the English Language. New York, Random House.
Webster's Third International Dictionary. New York, BD&L.

Orientação para estudo:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and

(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Reading assessment (20 marks)

The examiners assess ability to comprehend general gist and detailed aspects of one or more texts. They are also interested in observing powers of logical reasoning, grasp of summary, ability to perceive subtle distinctions, as well as command of grammar, usage, vocabulary, register and appropriacy. A variety of question types may be used for this purpose.

Temas de redação de concursos anteriores

1995

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

Exemplo de redação

Daniel Roberto Pinto (53,50/60)

"Propaganda" is originally a Latin word meaning "(things) to propagate, to divulge". It implies, thereby, action, doing something. How are we, then, to understand Aldous Huxley's statement that "the greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing"? As a starting point, let us suppose Huxley meant that, in certain contexts, governments should refrain from doing things the way they have announced they would.

Consider Operation Bodyguard, perhaps the greatest propaganda triumph of the 20th century. The British managed to persuade the Germans that the allied invasion of France would take place in Calais not in Normandy. To this end, inflatable tanks, cardboard aircraft and a sizeable number of troops led by none less than General Patton were concentrated in Southeastern England, facing Calais.

Also, radio transmissions, intended to be overheard by the enemy, mentioned that city. And even British spys were told that the actual invasion would take place there, in order to confess accordingly if captured.

The operation borrowed its name from Churchill's famous statement: "In times of war, truth is so precious that it should be surrounded by a bodyguard of lies." Now, this seems to complement – and, to some extent, clarify the second part of Huxley's statement: "Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth." No word about Normandy ever leaked to the enemy. As for the press, it was kept under strict military censorship anyway.

Wartime is one of those very few "certain contexts" where this might be justifiable. Regrettably, the control of the press, for the same reason of "silence about the truth" has been a distinctive mark of authoritarian regimes everywhere. Everything falls into the "state secret" category, truth is deemed dangerous, and a bowdlerized version of reality is substituted for it. A strong case in point is Albania, where television was banned during Enver Hoxha's dictatorship. After its introduction, in the mid 1980's, access to foreign programs helped create a critical state of mind, thus accelerating the fall of communism.

True, state secrets do exist, and every democratic country has norms to protect them. To muzzle the press under the excuse of protecting state secrets is something no country - indeed no government can afford. After a decade or so of an arguably competent administration, Mussolini began himself to believe that "Mussolini is always right", as the slogan had it. He soon got his country involved in a succession of disastrous wars, with dreadful consequences.

Yes, Lord Acton is right: "...that power tends to corrupt, and absolute power corrupts absolutely". The only antidote to absolute power is an educated population, with full access to reliable information, something only a free press can provide. Over time, this is best for the country and also for its government. Maybe this is the hidden, truer meaning of the first part of Huxley's statement.

Exemplos de versão

Text one:

(Oswaldo Aranha,) como Vargas, embora por razões opostas, não cultivava mágoas. Getúlio, por visão estratégica, por pragmatismo e fleuma. Oswaldo, pelo desprendimento e por um certo desligamento diante das leis da política, que considerava, e de fato para ele o foi, mais uma missão do que uma profissão. Contra algumas de suas regras e contra sua tirania parece ter inutilmente batalhado a vida inteira. Ao longo de quatro décadas, ele manteve uma surpreendente e tormentosa relação de lealdade com Getúlio Vargas, um misto de chefe político, "de pai e de irmão mais velho", ligado às suas raízes gaúchas. Ambos eram bacharéis intelectualmente bem formados, de tradição jurídica, literária e humanística. Seus temperamentos políticos eram, no entanto, opostos. A parceria política de ambos, que sobreviveu às grandes intempéries das décadas de 30 e 40, refez-se uma vez mais na tormentosa década de 50, e parece ter se retroalimentado da atração de contrários, isto é, da complementaridade na diferença.

Aranha, afeiçoador, comunicativo, brilhante nos improvisos, era capaz de atos ousados e impetuosos que o levavam a correr grandes riscos, talvez porque fosse constitutivamente um otimista. Vargas, mais frio, desconfiado e cético quanto à natureza humana, era movido pela perseverante vontade de poder, que exercia em seus mínimos detalhes, ocupando sempre as zonas cinzentas das sutilezas.

(Aspásia Camargo et al, Oswaldo Aranha, A Estrela da Revolução)

Daniel Roberto Pinto (19/20)

(Oswaldo Aranha,) like Getúlio Vargas though for opposite reasons, did not bear grudges. Vargas, for strategic vision, for pragmatism and selfcontrol. Aranha, for his lack of self-ambition as well as for a certain disregard for the laws

of politics. He viewed the latter — and so it was indeed for him — more as a mission than as a career. All of his life, he seems to have waged an intimate battle against some of its rules, and against its tyranny. For four decades, he held a surprising, stormy but loyal relationship with Getúlio Vargas, a kind of political "old father and elder brother", who, like himself, had its roots in the border state of Rio Grande do Sul. Both were lawyers of solid intellectual background and a legal, literary and humanistic tradition. Nevertheless, their political personalities were thoroughly dissimilar. Apparently, their political partnership, which survived the great turmoils of the 1930's and 1940's and was re-established once again in the tumultuous 1950's, fed on the attraction of opposites, that is, on complementarity in difference.

Aranha, warm, talkative, a brilliant improviser, was a man of daring, impulsive acts, which led him to take great risks, maybe because he was in essence an optimist. Vargas, cooler, by nature more suspicious, and a cynic, was led by a perseverant will for power. Thus he always examined to the slightest details, unifying the blurred zone of subtleties.

Text two

Não se faça a descrição de uma casa de maneira desordenada; ponha-se o autor na posição de quem dela se aproxima pela primeira vez; comece de fora para dentro, à medida que vai caminhando em sua direção e percebendo pouco a pouco os seus traços mais característicos com um simples correr d'olhos: primeiro, a visão do conjunto, depois, a fachada, a cor das paredes, as janelas e portas, anotando alguma singularidade expressiva, algo que dê ao leitor uma idéia do seu estilo, da época da construção. Mas não se esqueça de que percebemos ou observamos com *todos* os sentidos, e não apenas com os olhos. Haverá sons, ruídos, cheiros, sensações de calor, vultos que passam, mil acidentes, enfim, que evitarão se torne a descrição uma fotografia pálida daquela riqueza de impressões que os sentidos atentos podem colher. Continue o observador: entre na casa, examine a primeira peça, a posição dos móveis, a claridade ou obscuridade do ambiente, destaque o que chame de pronto a atenção (um móvel antigo, uma goteira, um vão de parede, uma mossa no reboco, um cão sonolento...). Continue assim gradativamente. Seria absurdo começar pela fachada, passar à cozinha, voltar à sala de visitas, sair para o quintal, regressar a um dos quartos, olhar depois para o telhado, ou notar que as paredes de fora estão descaiadas. Quase sempre a direção em que se caminha, ou se poderia normalmente caminhar rumo ao objeto, serve de roteiro, impõe uma ordem natural para a indicação dos seus pormenores.

(Othon Garcia, Comunicação em prosa Moderna)

Daniel Roberto Pinto (15/20)

A house should not be described in a disorderly fashion; the writer must act as though he were approaching it for the first time, start from outside inwards, as you walk in its direction and notice, little by little, its most distinctive traits, as your eyes run over it first, a view of the whole, then the façade, the color of the walls, the windows and doors, marking some expressive singularity, something that gives your reader an idea of the construction style, of when it was built. But bear in mind that we notice or observe with all our senses, not only with the eyes. Sounds, noises, smells, heat sensations, passing shadows; in short, a profusion of incidents that will prevent your description from being just a pale photograph of that wealth of impressions which only attentive senses can grasp. The observer walks on: get into the house, examine the first room, the position of furniture, notice how clear or dark is the ambiance, single out whatever details caught your eye first (an antique piece of furniture, a leak in the ceiling, an opening in the wall, a dent in the plaster, a sleepy dog...). Keep on, little by little. It would be absurd to start with the façade, from there go to the kitchen, return to the living room, get out to the garden, back inside to one of the sleeping rooms, then look at the roof, or notice that the outer walls need whitewashing. Almost always, the direction one is taking, or could be expected to take, when walking towards the object serves as a guide, and imposes a natural order for pointing out its characteristics.

Orientação para exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words.** The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na arguição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados a seguir são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no *site* da Assessoria de Comunicação Social – ACS, do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas realidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.

21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros[1] :

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*, Editora da UnB, Brasília, 1985.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. 2.ª ed. rev., Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.

FLORÊNCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.

FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.

[1] As publicações do IPRI/FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Anexo 2 – Térreo
70170-900 Brasília, DF
Telefones (61) 211-6847/6857 – Fax (61) 322-2931

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na Bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editoras) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa; problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). As causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a fixação da bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A

"détente". A "Segunda Guerra Fria" (Reagan–Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. **Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação**

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. **A evolução política e econômica nas Américas**

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A construção das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. **Idéias e regimes políticos**

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

7. **A vida cultural**

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flavio e Dolhnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*, FUNAG, Brasília, 1995.

CARONE, Edgar. *A República Velha*, DIFEL, São Paulo.

———— *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo.

———— *A Terceira República (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*, Campus, Rio de Janeiro, 1980.

———— *Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, Ática, São Paulo, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Globo, Porto Alegre, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro*, Ed. da UFRJ/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*, Campus, Rio de Janeiro, 1979.

———— *A invenção do Trabalhismo*, Relume Dumará, RJ, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo, 1972.

———— e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*, Papirus, Campinas, 1986.
LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*, Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, Hucitec/INL, São Paulo, 1987.
PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo.
———. *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo.
SCHWARTZ, Lilian Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, EDUNESP, São Paulo, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4.ª ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, São Paulo, 1986.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*, Cia das Letras, São Paulo, 1993.
GAY, Peter. *A cultura de Weimar*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*, Penguin, London, 1992.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.

———. *A Era do Capital*, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
———. *A Era dos Impérios*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
———. *Nações e nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
———. *A Era dos Extremos*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
MAYER, Arno. *A Força da Tradição*, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*, UDENESP, São Paulo, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
VAISSE, Maurice. *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas anteriormente e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
FERRO, Marc. História das Civilizações – das conquistas às independências, séc. XVII ao XX. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*, UNESP, São Paulo, 1991.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.

ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12), Cambridge University Press, Cambridge.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, EDUFRGS, Porto Alegre, 1992.

———— *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) Alberto Torres, um dos expoentes do pensamento conservador no Brasil, assim se expressava em junho de 1914, na introdução de sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*:

"Nossa história é toda feita dessas sucessivas peregrinações em prol de idéias arbitrariamente concebidas para as quais caminhamos às cegas, pensando realizá-las de improviso e objetivando-as com o mesmo olhar ingênuo do homem rústico que fosse colocado diante da tela, onde tivesse de pintar uma paisagem... Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e de vastos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de idéias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência de nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social."

Comente o trecho acima citado, considerando especialmente:

a) a crítica do autor a uma certa tradição intelectual da vida social brasileira;

b) a conjuntura em que aquele diagnóstico está sendo formulado e suas implicações; e

c) os possíveis desdobramentos que a crítica de Alberto Torres veio a ter para a formulação de uma política de teor nacionalista pelo regime varguista, particularmente a partir do Estado Novo.

Renato de Ávila Viana (20/20)

"Somos uns desterrados em nossa própria terra". A afirmação de Sérgio Buarque de Hollanda é expressão emblemática da perplexidade que assaltava a elite brasileira durante todo o Século XIX e as primeiras décadas do Século XX. A uma visão etnocêntrica do povo associava-se uma perspectiva etnocêntrica em relação ao meio-ambiente social, num fenômeno que Roberto Ventura denominou "auto-exotismo". A formação da identidade nacional foi marcada pela idéia de civilização européia transplantada para os trópicos. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 com o fito de "escrever" a História do Brasil, não disfarçava o tom civilizatório e laudatório da visão de seus integrantes. Tal visão lançou profundas raízes no pensamento brasileiro: Sílvio Romero e sua teoria segundo a qual o "sangue branco" haveria de prevalecer, e Nina Rodrigues (<u>As Coletividades Anormais</u>), apregoando ser o mestiço inadaptado para a vida no litoral, são exemplos dessa tendência.

A passagem do Século testemunhará o ápice do mundo machadiano: a sociedade carioca e sua miríade de futilidades eram o retrato fiel da pretensão europeizante da elite brasileira. Algumas vozes, todavia, começavam a apontar a necessidade da valorização do elemento nacional. Lima Barreto, com seu Policarpo Quaresma a falar em tupi-guarani no Parlamento, simboliza a preocupação crescente de certos pensadores em afirmar o particularismo da nação brasileira, dando razão a idéias como as do Bispo Azeredo Coutinho, que já no Século XIX criticava a teoria climática de Montesquieu, ou as de Santiago Nunes Ribeiro, que relativizava

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.

1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.

1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.

1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.

1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.

1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.

2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).

2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.

2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.

2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia na América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*, Hucitec, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iná Elias *et alii*. *Geografia: Conceitos e Temas*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Hucitec, São Paulo, 1996.

GREGORY, Derek *et alii*. *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1993.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, Hucitec, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis *et alii*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, Cortez, São Paulo, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*, Contexto, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Hucitec, São Paulo, 1988.

________ *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton *et alii*. *Fim de Século e Globalização*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) Diferencie "Amazônia", "Região Norte" e "Amazônia legal", e comente a principal característica observável no padrão contemporâneo de ocupação dessa região.

Renato de Ávila Viana (20/20)

A Amazônia é o espaço geográfico da América do Sul conformado, preponderantemente, por uma vasta planície drenada pelos rios integrantes da bacia amazônica e caracterizado pela presença de exuberante floresta equatorial e pelo alto índice pluviométrico. Estende-se não só pelo Brasil Setentrional, mas também abrange Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, parcela do Equador e partes do Planalto das Guianas. Trata-se, pois, de conceito físico.

Região Norte é a macrorregião brasileira que compreende os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Amapá e Roraima. As macrorregiões foram implantadas pelo governo com o fito de melhor lidar com as chamadas "questões regionais". Seus limites correspondem aos limites dos estados integrantes.

Já a Amazônia legal abrange não só a Região Norte mas também o norte de Mato Grosso e o oeste do Maranhão. A norma jurídica criadora desse conceito considerou a homogeneidade espacial da região para fins de extensão, ao oeste do Maranhão e ao norte do Mato Grosso, das políticas de desenvolvimento da região bem como do campo de atuação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O padrão contemporâneo de ocupação da Amazônia deve ser entendido como herança do modelo adotado pelo regime militar, instalado no Brasil após 1964. Segundo Bertha Becker, a integração da Amazônia ao território nacional obedeceu a critérios geoestratégicos, sob a perspectiva da doutrina da Segurança Nacional. Não só se procurava afirmar a soberania brasileira na região, como também se objetivava a redução das tensões sociais oriundas da concentração fundiária no restante do espaço nacional, com o fomento às migrações rumo à Amazônia.

A principal herança desse modelo foi, contudo, a reprodução do latifúndio. O latifúndio é a principal característica da ocupação hodierna da região, qualificado pela manutenção da terra como reserva de valor. A apropriação do território

amazônico, seja através da grilagem, da fraude, da ocupação ilícita de áreas públicas ou da violência física, estabelece-se pela baixíssima produtividade econômica da terra. A pecuária extensiva é a principal atividade desempenhada, mas seu verdadeiro escopo é incrementar a especulação com a terra.

Os processos de acumulação de matriz extrativista, seja vegetal (verifica-se, e.g., intensa atividade de empresas asiáticas na exploração de madeira), seja mineral (Projeto Grande Carajás, Projeto Jari, e.g.), também têm como base territorial o latifúndio. Em síntese, o capitalismo na Amazônia se territorializa no latifúndio.

A principal externalidade desse padrão de ocupação é a acelerada degradação ambiental, com a expansão desenfreada e predatória das pastagens. Paralelamente, a invasão de áreas indígenas e a expropriação dos pequenos proprietários e de pequenas comunidades extrativistas intensifica a devastação, na medida em que essa população atua como bastião da preservação em razão de sua dependência econômica da floresta, como demonstra a atuação da União dos Povos da Floresta.

Por fim, a concentração fundiária acelera a urbanização da região, que se dá de forma caótica em razão das carências estruturais das cidades, conforme evidencia a expansão da miséria em Manaus e Belém.

2) A articulação da malha viária brasileira com algum porto no oceano Pacífico é um projeto antigo que ainda não se pôde concretizar. Comente os argumentos favoráveis e contrários a esse projeto, apontando os interesses subjacentes a cada argumentação.

Gabriel Boff Moreira (20/20)

A ligação do Brasil, por meio da expansão de sua rede viária, a algum porto do Pacífico iria permitir ao país exportar, a custos menores, ao Japão e aos países do restante da Ásia. O sudeste asiático é uma região que vem crescendo muito desde a década de 70 e hoje representa um importante mercado. A facilidade de o Brasil exportar seus produtos a esses países, através de um porto no Pacífico, iria incrementar significativamente o comércio brasileiro, tornando-o mais competitivo, devido à diminuição dos custos.

Há duas possibilidades plausíveis de se conseguir integrar a malha viária brasileira a algum porto do Pacífico. A primeira seria a construção de uma rodovia ligando algum ponto da Amazônia brasileira a um porto no Pacífico. Durante o regime militar (1964-85), houve um projeto de construção de uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao, no Peru. Essa BR seria financiada conjuntamente pelo Estado brasileiro e pelo japonês. O Japão já estava envolvido em diversos projetos no Centro-Oeste, e era, junto com o Brasil, o financiador do Prodecer (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), visando a adaptar a soja ao cerrado, tornando o Brasil um grande produtor e, com isso, diminuindo a dependência japonesa em relação aos Estados Unidos. Na Amazônia, o Japão era (e ainda o é) o principal comprador de minério de ferro do Brasil. Seus interesses na região eram, portanto, significativos. Uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao no Peru transportaria minério de ferro e soja a menores custos do Brasil ao Japão.

O projeto foi, no entanto, arquivado. Várias ONGs ligadas à proteção ao meio-ambiente e os Estados Unidos condenaram-no, preocupados com o impacto ambiental causado pela abertura de uma rodovia em plena selva. Na realidade, os Estados Unidos tinham um grande interesse subjacente no arquivamento do projeto: o temor de uma eventual hegemonia econômica do Japão na Amazônia. Isso feria interesses econômicos norte-americanos na região. Vemos, portanto, um argumento ambiental servindo de justificativa para a defesa de interesses econômicos internacionais.

A outra possibilidade de o Brasil chegar ao Pacífico é por meio da integração do Chile no Mercosul. O Chile ingressou no Mercosul como membro associado recentemente e, dada a intenção dos atuais membros plenos do bloco de que o Chile faça parte o mais rápido possível, como membro pleno, da associação, abre-se a possibilidade plausível da construção de uma via de acesso a algum porto no Pacífico. Essa possibilidade traria as mesmas vantagens da construção de uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao, mas sem a polêmica sobre o impacto ambiental. Além disso, iria proporcionar uma maior integração entre o Mercosul e a Ásia.

3) A expressão "polígono das secas" é de uso corrente na geografia regional brasileira. Localize com precisão tal área no território nacional e descreva os mecanismos atmosféricos que determinam, estrutural e sazonalmente, sua situação climática.

Renata de Ávila Viana (20/20)

O "polígono das secas" compreende o sertão nordestino, mas a ele não se limita. Seus extremos são: ao sul, o norte de Minas Gerais, na região de Janaúba; a leste, o agreste nordestino, do sul da Bahia até aproximadamente o nordeste da Paraíba; ao norte, o centro-sul do Ceará e do Piauí; a noroeste, o leste do Maranhão e a oeste, o oeste da Bahia.

Vários fatores estruturais podem ser apontados como determinantes da situação climática da região.

Em primeiro lugar, as formações serranas do leste nordestino atuam como barreira às correntes de ar úmidas que sopram a partir do litoral, contribuindo para a manutenção da umidade relativa do ar em níveis baixos. No Ceará, as formações serranas têm fundamental importância na determinação climática do Sertão de Canre, área de rigorosos períodos de seca.

Em segundo lugar, é sabido que uma das causas das precipitações é o encontro entre massas de ar frio e de ar quente. As massas de ar polar que se deslocam a partir do Sul do continente não conseguem alcançar a região, exceto no inverno, quando tais massas avançam sobre o continente e se refletem no Nordeste. Com a ausência de massas de ar frio, as massas equatoriais de ar quente predominam na região, vindas sobretudo da Amazônia. Inexistindo barreiras naturais acentuadas entre o Nordeste e a Amazônia, as massas de ar equatoriais não encontram obstáculo à sua penetração na região e reduzem os índices pluviométricos.

Na ausência de encontros entre massas de ar quentes e frias, e com a barreira natural à umidade a leste, a escassa formação de nuvens aumenta a exposição do solo à ação solar, causando acentuado índice de evaporação que, todavia, não se traduz em posteriores precipitações. Ao contrário, a água em suspensão na atmosfera evapora antes mesmo de chegar ao solo.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertições ou problemas, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois enfocar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato sobre a fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição de 1988. O último tópico do programa – direitos e garantias fundamentais – marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis para quem se prepara para o exercício das funções diplomáticas.

Programa:

1. Característica da norma jurídica. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica e negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica (no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público).
4. O Estado. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A confederação e a federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
5. O Estado brasileiro. Nacionalidade da pessoa física. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
6. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.
7. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.

8. Competências da União, do Distrito Federal e das unidades federadas.

9. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração pública. O controle da legalidade dos atos da administração.

10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.

11. Fontes do Direito Internacional Público.

12. O tratado internacional. Conceituação. Processo de elaboração (competências dos Poderes Executivo e Legislativo). Entrada em vigor. Vigência e extinção.

13. Teoria geral das organizações internacionais.

14. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional.

Bibliografia:

A bibliografia é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras de maior interesse e conveniência. Os candidatos que desejarem poderão recorrer à leitura de outros autores, já que a Banca Examinadora não se vincula, necessariamente, ao conteúdo da bibliografia aqui indicada.

ACCIOLY, H. e SILVA, G. E. N. *Manual de Direito Internacional Público*, 12.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1996.

ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como Tema Global*, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.

AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*. FUNAG, Brasília, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, Malheiros, São Paulo, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 19.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 22.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 11.ª ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1997.

MELLO, Celso A. B. *Curso de Direito Administrativo*, 9.ª ed., Malheiros, São Paulo, 1997.

RANGEL, V. M. *Direito e Relações Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 22.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 6.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1996.

RODAS, João Grandino. *Tratados Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1991.

SEITENFUS, R. A. S. *Manual das Organizações Internacionais*, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.

SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, São Paulo, 1997.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, Escopo Editora, Brasília, 1990.

________ *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, S.A. Fabris Ed., Porto Alegre, 1997.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

1) O país Arcádia é um Estado Federal e é parte de certo tratado regional em vigor, que limita a emissão de gases poluentes. Arcádia, porém, nunca conseguiu cumprir os compromissos assumidos. Para justificar sua falta, argumenta que o tema da limitação dos poluentes, na sua ordem constitucional interna, é entregue à competência de seus Estados-membros e que a União, entidade competente para celebrar tratados internacionais, nada pode fazer, constitucionalmente, para que se

implemente a política determinada no pacto. Com essa justificativa, Arcádia pretende eximir-se de toda responsabilidade internacional pelo descumprimento da convenção de que é parte. Avalie, juridicamente, a argumentação de Arcádia.

Roberto Doring Pinho da Silva (19/20)

Arcádia, uma vez tendo ratificado tratado que limita a emissão de gases poluentes, está obrigada, no plano internacional, a cumpri-lo. A argumentação oferecida para afastar sua responsabilidade civil não se sustenta, porque, independentemente de como seja feita a divisão de competências de seus entes federados no plano interno (entes que são autônomos, mas não soberanos), foi o Estado Arcádia, uno, que goza de personalidade jurídica internacional, que celebrou o referido tratado.

Ademais, encontram-se presentes, na hipótese, os três pressupostos da responsabilidade civil do Estado no plano internacional: o ato ilícito, pois houve descumprimento de tratado em vigor; imputabilidade, pois Arcádia é um Estado soberano, sujeito, portanto, de Direito Internacional Público; e dano, que se materializa na agressão ao meio ambiente que decorre da emissão de gases poluentes.

Assim, Arcádia não pode eximir-se de qualquer responsabilidade internacional no caso em tela.

2) Remota obteve, recentemente, sua independência. Na hora atual, os representantes do povo remotiano estão empenhados na redação da Constituição. Uma alta autoridade local pede a você que prepare minuta de artigo da futura Carta Magna, em que se defina, entre outros, o relacionamento hierárquico do direito interno com o direito internacional. Redija sua proposta do dispositivo e justifique-a.

Tania Alexandra Malinski (19/20)

A constituição de Remota deverá inserir-se nas tendências contemporâneas de transnacionalização do Direito (Philip Jessup) e de constitucionalização do Direito Internacional (Afonso Arinos). O reconhecimento da influência crescente das fontes cogentes de Direito Internacional sobre o Direito Interno demanda um dispositivo constitucional que facilite, ao máximo, a incorporação e aplicação de tratados. Far-se-á, portanto, uma opção pela integração automática (oposta à legislativa) dos tratados, independentemente de versarem sobre direitos humanos ou não. Ao se adotar um monismo internacionalista, os conflitos aparentes de normas serão resolvidos com base no <u>*Status*</u> *superior dos instrumentos convencionais internacionais em face do Direito nacional. Trata-se do mecanismo análogo ao decorrente da supremacia da constituição sobre atos normativos infraconstitucionais. Afasta-se, destarte, o uso do princípio* <u>*lex posteriori derrogat priori*</u>*, em favor da supremacia do Direito Internacional, como critério para solução de conflitos intertemporais de normas. Esta é a linha constitucionalista recente: o Direito Comunitário europeu tem prevalecido sobre os direitos nacionais, provocando revisões constitucionais na Europa.* <u>*Dispositivo*</u>*: Art. X. Os instrumentos convencionais internacionais aos quais Remota esteja obrigada por meio de ratificação ou adesão, bem como os costumes internacionais, prevalecerão sobre esta Constituição e sobre as normas dela decorrentes, no que forem conflitantes.*

3) Em 1995, Tito, à época cidadão italiano, cometeu crime de roubo na Alemanha. Em 1996, veio para o Brasil e aqui chegou a receber a nacionalidade brasileira, em 1998. Em março último, o Brasil recebeu pedido de extradição de Tito, formulado pela Alemanha. Examine, do ponto de vista das limitações à extradição relacionadas com a nacionalidade do extraditado, se existe obstáculo intransponível para a concessão da extradição requerida.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

Para melhor responder à questão, faz-se mister analisar em separado dois aspectos formais do presente. Em primeiro lugar, é preciso notar que o Brasil não extradita brasileiro, seja nato ou naturalizado. No caso do naturalizado, entretanto, há duas exceções: crime cometido antes da naturalização e tráfico de drogas (este último independentemente da cronologia). Ora, Tito cometeu o crime em 1995 e recebeu nacionalidade brasileira três anos depois. Desse ponto de vista, não há obstáculo para sua extradição. Em segundo lugar, o deferimento de um pedido de extradição requer que o órgão requerente da extradição tenha competência para julgar o extraditado. É fato que Tito, embora cidadão italiano à época do crime, cometeu o mesmo em território alemão. É necessário indagar, a partir das normas de direito penal interno da Alemanha, se ali tem vigência o princípio da territorialidade, isto é, se o judiciário alemão tem competência para julgar crimes praticados por estrangeiros em seu território – como o faz o Brasil. Caso afirmativo, mais uma vez observar-se-ia a possibilidade formal de concessão da extradição de Tito.

Do ponto de vista das limitações à extradição relacionada com a nacionalidade do extraditando, portanto, não existe, em princípio, obstáculo intransponível para a sua concessão no caso em questão.

4) Escreva sobre a importância, se houver, das resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas no processo de criação/evolução da norma costumeira no direito internacional

Roberto Doring Pinho da Silva (20/20)

Cumpre esclarecer, de início, que as resoluções da Assembléia Geral da ONU, atos unilaterais de organização internacional, não constituem, em si, fonte de Direito Internacional Público (DIP), já que não encontram menção explícita no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Todavia, a importância que tais resoluções vêm adquirindo no cenário internacional transforma-as em instrumento

particularmente adequado para fazer evoluírem, ou mesmo para criar, costumes internacionais, estes, sim, fonte de DIP, com assento no art. 38 do referido Estatuto. Tal fato decorre, principalmente, da efetiva legitimidade da Assembléia Geral da ONU para interpretar os anseios da comunidade internacional, devido a seu caráter abrangente e, essencialmente, democrático e igualitário. Assim, em um mundo de transformações cada vez mais velozes, em que o elemento "repetição no tempo" parece menos importante do que o elemento "convicção dos Estados soberanos" para a formação de costumes internacionais, as resoluções da AGNU desempenham papel central na criação/ evolução da norma costumeira internacional.

5) Considerando o disposto no art. 5º, § 2º, da Constituição Brasileira de 1988 ("Os direitos e garantias expressas nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"), analise a possibilidade de se conceder estatura constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.

Gabriel Boff Moreira (18/20)

No sistema jurídico brasileiro, todo o tratado ratificado e promulgado passa a integrar o ordenamento jurídico nacional, na mesma condição de lei ordinária. Não é norma constitucional e não se equipara, para efeitos jurídicos, a ela. Decorre disso que, se, em um tratado qualquer, houver alguma cláusula que se repute ofensiva a algum dispositivo constitucional, essa cláusula é inconstitucional. Nesse sentido, o direito brasileiro não permite a concessão de estatura constitucional a tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.

A Constituição, quando afirma que os direitos e garantias constitucionais não excluem outras regras de direitos humanos, advindas de tratados internacionais, não está dizendo que os tratados recepcionados pelo direito brasileiro terão status constitucional, mas tão somente que as normas constitucionais sobre direitos humanos podem conviver com outras normas infra-constitucionais, desde que em consonância com a Carta Magna.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*, Saraiva, São Paulo, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, McGraw-Hill, Lisboa, São Paulo, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*, FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*, 2.ª ed., trad. da 4.ª ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alii*. Makron, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova

Responda a 5 (cinco) das questões que se seguem, indicando claramente o número das questões selecionadas (tendo sido oferecida a opção de oito questões, reproduzem-se, a seguir, para a orientação dos futuros candidatos, as melhores respostas dadas a todas as perguntas formuladas, embora de provas diferentes):

1. "As exportações, assim como os investimentos e os gastos públicos, contribuem para a expansão da renda por meio dos efeitos multiplicadores. Já as importações, a exemplo dos impostos e da poupança, subtraem recursos do circuito produtivo. Considerando que níveis de renda elevados são preferíveis a níveis mais baixos, segue-se, então, que as exportações devem ser maiores que as importações". Explique e discuta essa afirmação.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

É verdade que, observando um certo período de tempo, o superávit do Balanço Comercial (ou seja, o valor das exportações descontado do valor das importações) contribui para a elevação da renda agregada. Também é verdade ser difícil a sustentação de elevados déficits comerciais ao longo do tempo. Entretanto, daí não decorre que a apresentação de superávits comerciais seja sempre benéfica e necessária para uma economia nacional. Quem primeiro sistematizou tal crítica ao pensamento mercantilista, o qual buscava o superávit comercial a todo custo, foi Adam Smith. Para Smith, o essencial é o incremento da produtividade de uma economia nacional – ou, em suas palavras, uma elevação da "divisão do trabalho". O resultado das contas externas de um país seria mera conseqüência desta maior produtividade, não devendo, pois, ser um objetivo de política econômica em si.

Pode-se ilustrar tal argumento com duas situações em que o déficit comercial se mostra útil para uma economia nacional — ao menos por certo período de tempo. Em primeiro lugar, o déficit comercial pode estar apenas externalizando uma situação de grandes oportunidades de investimento num país. O caso dos Estados Unidos, no século XIX, é bem ilustrativo. Os reiterados déficits comerciais ali apresentados eram financiados por investimentos em infra-estrutura e atividades industriais, principalmente britânicos. Em termos dinâmicos, significava perspectivas de elevado crescimento para a economia norte-americana. Em segundo lugar, o déficit comercial pode estar representando uma efetiva modernização do parque produtivo nacional. Nesse sentido, torna-se necessário especificar os itens que compõem as pautas de importação e exportação. Pode-se imaginar o caso em que as importações se constituem de bens de capital e intermediários principalmente, enquanto que a base das exportações é representada por bens primários. Ora, nessa situação parece evidente que o déficit comercial, embora existente, vem a contribuir para uma essencial industrialização do país. Esse era, aliás, o caso brasileiro da segunda metade da década de 1950.

2. Explique porque os ganhos potenciais do comércio externo dependem dos custos relativos e não dos custos absolutos associados à produção de bens e serviços. Ilustre sua resposta discutindo a questão das vendas de calçados brasileiros para os consumidores americanos.

Hilton Catanzaro Guimarães (20/20)

Os ganhos potenciais do comércio externo podem ser explicados pela teoria das vantagens comparativas, que remonta ao economista David Ricardo. Conforme essa teoria, cada país deve se especializar na produção do bem cujo custo relativo lhe é menor. A distinção entre custo absoluto e custo relativo merece toda ênfase, pois não raro um dos parceiros comerciais produz ambos os bens do intercâmbio a um custo absoluto menor que o outro parceiro, sem que isso invalide a teoria em questão.

É a noção de custo de oportunidade que define o custo relativo de um bem. Quanto maior o sacrifício implicado pela decisão de produzir um determinado bem, maior seu custo relativo, e maior também a desvantagem em ater-se à sua produção.

A teoria das vantagens comparativas aplica-se perfeitamente ao comércio de calçados brasileiros com os consumidores americanos. A indústria de calçados apresenta maior concentração de mão-de-obra, fator de produção de que o Brasil é fartamente dotado, do que de capital. Portanto, é vantajoso ao Brasil ater-se à produção de calçados, em vez de buscar a produção de bens que exigem capital intensivo. A teoria que distingue entre os fatores de produção na determinação do comércio internacional deve-se aos economistas nórdicos Heckscher e Ohlin.

3. Até recentemente, no Brasil, as autoridades econômicas confrontavam-se com déficits importantes, tanto no setor externo (déficit do Balanço Comercial) como nas contas do setor público (déficit público). Utilizando a identidade fundamental de uma economia aberta, explique a relação existente entre esses déficits.

Paula Aguiar Barboza Hees (20/20)

Os anos noventa representaram um ponto de inflexão na evolução recente da economia brasileira. O País, principalmente a partir do final de 1991 (papel do Anexo IV), tem novamente acesso ao mercado internacional de capitais. Em uma economia aberta, a demanda agregada é determinada pelos gastos de consumo, de investimento, do governo e pelo saldo exgundo da balança comercial (Y° =C+I+G+X-M), assim como os investimentos podem ser financiados pela poupança privada (S), pela poupança do governo (receita orçamentária menos gastos) e pelo déficit em transações correntes (em grande medida determinados pelo déficit comercial).

Devido à crise da dívida externa, o Brasil, durante grande parte da década de oitenta, tornou-se exportador líquido de capitais para o resto do mundo, tendo de gerar megasuperávits comerciais para equilibrar o Balanço de Pagamentos. Recentemente essa situação claramente reverteu-se, e o País passa a utilizar-se de poupança externa (déficit em transações correntes conjugado com superávit na conta capital) para fins de modernização do parque industrial e de estabilização. O aumento do déficit em transações correntes obriga o Governo a manter altas taxas de juros nacionais (por meio da colocação de títulos no mercado e esterilização de divisas) para que o capital externo continue entrando na economia e, conseqüentemente,

"forçando" o Balanço de Pagamentos. Estabelece-se um ciclo vicioso entre elevação de juros — atração de capitais (especialmente os especuladores, que buscam o alto diferencial entre a taxa de juros nacional e internacional) — venda de títulos públicos — elevação de juros, difícil de ser contornado. Há, portanto, uma relação intrínseca entre aumento do déficit externo e o recrudescimento do déficit público (explosão do déficit operacional, que considera o pagamento de juros), ambos agravados pela apreciação cambial (de controversa magnitude).

4. "A incorporação dos fenômenos monetários na análise macroeconômica reduz os efeitos expansionistas dos gastos públicos. Isto equivale a afirmar que a inclusão do mercado monetário torna as políticas fiscais menos efetivas." Comente e desenvolva essa proposição.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

A fim de comentar a proposição enunciada, convém separar as duas sentenças ali encontradas. A primeira sentença é, como regra geral, correta. A expansão dos gastos públicos — em si e por seus efeitos multiplicadores — tende a elevar consideravelmente a renda agregada. Entretanto, tal elevação da renda deve aumentar a demanda por moeda para fins de transações. Se a oferta monetária é rígida — ou seja, não "acomoda" aquela expansão fiscal —, então haverá um desequilíbrio momentâneo no mercado monetário: a demanda por moeda tende a superar sua oferta. A fim de reduzir a demanda por moeda, trazendo o sistema de volta ao equilíbrio, a taxa de juros se eleva. A explicação reside no argumento de que a elevação dos juros contribui de duas formas para a diminuição da demanda por moeda: diretamente, pois os juros maiores incentivam as aplicações financeiras em detrimento do consumo; e indiretamente, pois os juros maiores ocasionam a queda dos investimentos privados, portanto da renda agregada, portanto da demanda por moeda para fins de transações. É através desse efeito indireto que se pode perceber que o efeito final da expansão dos gastos públicos sobre a renda agregada foi menor do que o seria na ausência do mercado monetário. Portanto, o enunciado da primeira sentença é correto. (Alguns monetaristas mais radicais afirmariam que os efeitos indiretos são os únicos relevantes e, portanto, a elevação dos juros é tamanha que, no final das contas, o efeito líquido da expansão fiscal sobre a renda agregada é nulo).

A segunda sentença, entretanto, não é precisa. É verdade, como visto acima, que a inclusão do mercado monetário torna as políticas fiscais menos efetivas no que tange à elevação da renda agregada. Porém, observe que houve uma substituição (ainda que parcial) do investimento privado pelo público. Em princípio, tal fato poderia mesmo aumentar a efetividade das políticas fiscais, devido a economias de escala, externalidades etc. Isto depende de outros fatores, mais qualitativos, que não estão explicitados no enunciado em questão.

5. "Políticas públicas que objetivam melhorar a qualidade de vida da sociedade deveriam visar o aprimoramento do sistema educativo, ampliar o estoque de capital disponível na economia, expandir o acesso à tecnologias mais eficientes e consolidar as instituições do país. Neste contexto, o déficit público não é desejável, uma vez que ele reduz o montante da poupança nacional disponível para financiar a implementação de tais políticas." Comente.

Hilton Catanzaro Guimarães (20/20)

As políticas públicas que aspiram a elevar o padrão de vida de uma sociedade pressupõem a disponibilidade dos recursos necessários à sua implementação. Esses recursos disponíveis resultam da contenção do consumo, que à medida que cresce reduz a capacidade de investimentos. Os recursos subtraídos ao consumo formam o que se denomina poupança nacional.

Nem sempre, contudo, os recursos da poupança são canalizados para os investimentos produtivos, pois o déficit público é um sorvedouro insaciável da poupança nacional. Há déficit público quando o Estado despende mais do que arrecada. Esse dispêndio superior à receita precisa ser coberto, e o Estado não hesita em recorrer à poupança nacional através da emissão de títulos públicos.

Os fundos captados pelo Estado para saldar seus débitos poderiam ser utilizados na expansão da infra-estrutura necessária à elevação da qualidade de vida da sociedade. Em vez disso, são empregados na rolagem da dívida do Estado, que não raro deriva da péssima administração dos recursos que lhe são confiados.

Daí a profunda incompatibilidade entre déficit público elevado e uma alta taxa de investimento público.

6. "Uma firma, que maximiza lucros, fixa o seu nível de produção no ponto em que a receita marginal iguala o custo marginal e não, necessariamente, no ponto em que os seus custos médios de produção são os mais baixos, o que equivale a afirmar que os agentes econômicos racionais tomam suas decisões comparando custos e benefícios na margem. Isto, porém, contradiz a hipótese de maximização de lucros, que exige que os custos sejam minimizados." Avalie e comente essa assertiva.

Roberto Doring Pinho da Silva (20/20)

A contradição apontada na assertiva não procede. Senão, vejamos. Enquanto a receita marginal (receita por unidade a mais produzida) for maior do que o custo marginal (custo por unidade a mais produzida), será economicamente eficiente aumentar a produção; quando o custo marginal tornar-se maior do que a receita marginal (e os rendimentos se tornarem, então, decrescentes), o produtor estará incorrendo em perdas. Assim, o ponto ótimo (de lucro máximo) para o produtor é aquele em que a receita marginal é igual ao custo marginal, conforme sugerido na primeira parte da assertiva de que se trata.

Portanto, embora os custos totais para a produção de um maior número de bens possam exceder os custos totais para a produção de um menor número de bens, a quantidade produzida, desde que respeitada a lógica da igualdade acima exposta ("receita marginal = receita marginal"), garantirá maiores lucros para o produtor.

Dessa forma, não há qualquer contradição entre tal igualdade e a maximização dos lucros; antes, a igualdade "receita marginal = custo marginal" é a condição para que os lucros sejam máximos.

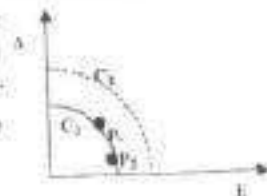
7. Países pobres, como vários países da África, enfrentam o chamado "dilema do desenvolvimento." A redução do consumo presente para aumentar os investimentos, que permitam expandir a capacidade

produtiva futura dessas economias, não é factível porque o consumo presente atinge níveis próximos ou inferiores aos de subsistência. Em outras palavras, para essas economias, o custo de oportunidade do investimento é extremamente elevado, comprometendo, assim, sua viabilidade. Utilizando o conceito de curva de possibilidades de produção, descreva o dilema acima mencionado e indique o mecanismo por meio do qual esses países poderiam superá-lo.

George de Oliveira Marques (20/20)

A economia lida com a escassez de bens que podem suprir as necessidades humanas. O problema básico é que os recursos são limitados e as demandas humanas são potencialmente ilimitadas. As curvas de possibilidades de produção ilustram bem a questão. As exigências de bens são diversificadas. Se todos os recursos disponíveis (mão-de-obra, capital, tecnologia) forem utilizados para a produção de um só tipo de bem, as necessidades não são razoavelmente satisfeitas. Ao canalizar parte dos recursos para produção de outros tipos de bens, entretanto, os níveis de produção do tipo de bem anterior cão cair.

Supondo C1 a curva de possibilidades de produção em países pobres, temos que sua capacidade é bastante reduzida, possivelmente, por vários fatores (pouco capital, atraso tecnológico, etc). O eixo A indica quantidade de bens de capital (máquinas, insumos, etc) e o eixo B indica alimentos, por exemplo. Se a produção está em P1 quase todos os esforços estão no sentido de produção de alimentos. Qualquer tentativa de aumentar A para gerar desenvolvimento (P2, por exemplo) seria proibitiva, pois a produção de alimentos cairia abaixo dos níveis de subsistência.

A disputa entre consumo e investimento adquire particularidade; aqui, o consumo não pode ser reduzido. Deve haver uma expansão nas possibilidades de produção, passando da curva C1 para C2. O "dilema do desenvolvimento" coloca dificuldades para a expansão endógena da curva. Fatores externos, entretanto, podem agir neste sentido, tais como os investimentos de capital, a introdução de técnicas científicas modernas, a educação da mão-de-obra. Estes fatores podem expandir as possibilidades de produção, tornando aceitável o custo de oportunidade do investimento.

8. De acordo com Celso Furtado, o ritmo de crescimento da economia brasileira, na segunda metade do século XIX, não se estendeu a todo o território nacional, contribuindo, assim, para a ampliação das desigualdades regionais que iriam, subseqüentemente, caracterizar o país. Discorra sobre essa questão, analisando as características distintivas dos principais setores da economia brasileira e o comportamento diferenciado da renda real durante o período considerado.

Gustavo de Sá Duarte Barboza (20/20)

A retomada do crescimento econômico a partir de 1850, depois de um hiato prolongado desde o declínio da atividade mineradora no século XVIII, deveu-se à ascensão do café como principal produto nacional. O Brasil, desde os tempos da colônia, tinha sua economia baseada no modelo primário-exportador, e a expansão da atividade cafeeira, após o encerramento do ciclo do ouro e encontrando a atividade açucareira em permanente decadência, veio a recolocar o Brasil nos rumos do crescimento.

Entretanto, o crescimento restringiu-se quase exclusivamente ao Sudeste do país, primeiro no Vale do Paraíba e depois, de forma mais impressionante, no Oeste Paulista, onde inovações tecnológicas e a independência do trabalho escravo permitiram maior crescimento e circulação da renda (introdução do trabalho assalariado, gradualmente). A acumulação de capitais decorrente da atividade cafeeira permitiu um desenvolvimento da região, que acentuou as desigualdades em relação a áreas estanques ou decadentes do resto do país. O Sul do país aparecia ainda de forma muito tímida como um espaço de possível expansão da produção, em grande parte devido à mão-de-obra imigrante que ali se instalou a partir de 1870, mas sua importância econômica de fato limitava-se à pecuária, representando uma parte muito pequena da produção nacional. O Nordeste açucareiro encontrava-se em decadência desde o século XVIII, tendo perdido a importância capital para a economia brasileira, tornando-se uma região pouco atraente e desfavorecida. No fim do século XIX, o efêmero ciclo da borracha na Amazônia não chegou a se constituir em uma atividade capaz de deslocar grandes somas de capital e desconcentrar a renda nacional, que continuou acumulada no Sudeste.

FRANCÊS (Recomendação)

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à Carreira de Diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

GUIA DE ESTUDOS

PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

GUIA DE ESTUDOS

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o item 1.7. do Edital do concurso, transcrito neste Guia.

Constam do **Guia**:

– o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
– os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, *mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.*

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não são exaustivas.

Brasília (DF), em 1.º de dezembro de 1998.

ÍNDICE

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 1998)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 4 de janeiro a 12 de fevereiro de 1999, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 20 (vinte) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a

inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) na sede do IRBr, em Brasília (DF):

– Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, CEP 70170-900; tel.: (061) 211-6184, 211-6193 e 211-6194; fax: (061) 322-8355; ***Home-page***: www.mre.gov.br/irbr/Irbr.htm; ***e-mail***: irbr@mre.gov.br.

b) nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:

– Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66100-150; tel.: (091) 242-5932/1043; fax: (091) 223-5506.

– Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 6.º andar, sala 605, CEP 30130-180; tel. e fax: (031) 226-5892/273-2017.

– Curitiba: Escritório de Relações Externas UFPR/FUNPAR, Av. Marechal Deodoro, 950, Ed. Patriarca, cj. 901-B, CEP 80060-010; tel.: (041) 232-3170; fax:(041) 232-5233.

– Florianópolis: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900; tel.: (048) 331-8205/9200

– Fortaleza: Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180; tel. e fax: (085) 281-7036; fax: (085) 223-1642.

– Porto Alegre: COPERSE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo 1 da Reitoria da UFRGS, 1.º andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060; tel.: (051) 316-3114; fax: (051) 227-1666.

– Recife: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2.º andar, CEP 50060-080; tel. e fax: (081) 423-6056.

– Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio do Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196; tel.: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571.

– Salvador: Pró-Reitoria de Extensão - Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170; tel.: (071) 336-9106 e 237-7044; fax: (071) 336-9299.

– São Paulo: Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, n.º 664, CEP 01154-060; tel.: (011) 3823-9826 e 3823-9668; fax: (011) 3823-9685.

c) **no exterior**: nas Embaixadas, Missões diplomáticas ou Repartições consulares brasileiras.

1.2. **Taxa de inscrição**: a taxa de inscrição é de R$ 50,00 (cinqüenta reais) e deverá ser depositada na conta n.º *55.568.041-X*, Agência n.º *3603-X*, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido, conforme estabelece o item 7. deste Edital.

1.4. **Candidatos casados**: o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se o cônjuge for

de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto n.º 93.325, de 1.º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1.1 acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade;

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais:**

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;

d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7 abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 6 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

3.2. **Características:** o TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **Critérios de avaliação:** o TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

– a nota de referência é 50 sobre 100;

– o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 100, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (20).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 100F$$
$$F = 1{,}2D + 0{,}4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 100º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 100º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, sendo D igual a 0,5, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 100º candidato for igual a 50. Neste caso, os 100 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 100º superior ou inferior a 50, o fator F será superior ou inferior a 1. Se, por exemplo, a nota do 100º for 60, F valerá 1,12, e serão aprovados 112 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 100º for 40, F valerá 0,88, e somente serão aprovados 88 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que tiverem a mesma nota que o enésimo candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 8 de março de 1999.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota

obtida pelo 100° classificado, será anunciado até as 18h do dia 10 de março de 1999, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1 Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 20 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características:** a prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 21 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características:** a prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília (DF), às 14h do dia 20 de abril de 1999, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18h do dia

23 de abril, em Brasília (DF), e até as 18h, horário de Brasília, do dia 24 de abril, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase será anunciado até as 18h do dia 28 de abril de 1999, na sede do IRBr, em Brasília (DF), e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem feito as provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília (DF) e auxílio em dinheiro, a partir do dia 13 de maio de 1999, até quando se justificar sua presença na Capital Federal, em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), entre os dias 13 de maio e 12 de junho de 1999, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 13 a 17 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 22 de maio;

c) Geografia, em 29 de maio;

d) Noções de Direito, em 5 de junho;

e) Noções de Economia, em 12 de junho.

5.3. **Das provas orais**: as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas**:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. **Inglês**:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

d) a argüição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas;

5.3.4. **Resultados**: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10h do dia 19 de maio.

5.3.5. **Recursos**:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até às 13h do dia 20 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18h do dia 21 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas:** as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9h e término às 14h;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações de no máximo 2 páginas cada, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (14h)	Apresentação de recursos (até as 18h)	Resultado final (até as 18h)
História	24/5/99	26/5/99	28/5/99
Geografia	31/5/99	2/6/99	4/6/99
N. Direito	7/6/99	9/6/99	11/6/99
N. Economia	14/6/99	16/6/99	18/6/99

6. DA QUARTA FASE: EXAMES FÍSICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário**: os exames terão início no dia 21 de junho de 1999, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características**: a Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre

cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado". Os resultados serão publicados no Diário Oficial da União, e o IRBr informará a cada candidato inabilitado, em particular, o fundamento da sua inabilitação.

6.4. **Resultados**: os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília (DF), no dia 24 de junho de 1999.

6.5. **Recursos**: o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta de quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais**: os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 18h do dia 28 de junho de 1999.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local**: dia 29 de junho de 1999, às 9h30min, na sede do IRBr, em Brasília (DF).

7.2. **Matrícula**: a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos

aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) uma foto 3x4 do cônjuge;

c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) diploma ou certificado de conclusão, até 28 de junho de 1999, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (v), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato do Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14h do dia 1.º de julho de 1999, na Sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação**: os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979.

9.2. **Da posse**: uma vez nomeados, os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício**: o Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Quarta e Quinta Fases do Concurso. Exige-se, igualmente, traje apropriado para a Primeira Fase.

10.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. Aceitação das Normas do Edital: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
História
Geografia
Noções de Direito
Noções de Economia
Francês

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1998, por exemplo, inscreveram-se 1.798 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles

explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É conseqüência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do

negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia, as armas de combate; a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se alguém qualificar seus argumentos como "acacianos" ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: "Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona". Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais "mensagens" subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente "amena" é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade da competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar

o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor – e única – forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro, etc.); estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exibições musicais em geral ...); pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo; cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares; procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

———— *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.

CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.

———— *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.

———— *Ortografia, Pontuação e Crase*, MEC, Rio de Janeiro, 1988.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que

constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e as demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova (Concurso de 1998)

Leia os textos que se seguem:

Texto 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estio franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores

pelos cortantes *dgi* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caiçaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes traços, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juízes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, e

as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios úteis da terra, sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhes as paisagens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terrenos desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira

do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantonness of power*, com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as.

Euclides da Cunha. *O Estado de São Paulo*, 21/10/1901.

Texto 2 – O alerta da história
Como se acabou com mais de 90% da grande floresta do litoral brasileiro

Estréia neste verão, no sul da Bahia, uma ponte entre o passado e o futuro da Mata Atlântica. Tem 110 metros, a distância de um gol a outro no Maracanã. Programa para dez segundos, em campo aberto e velocidade olímpica. Mas ali a travessia, a passos regulados pelo balanço de uma ponte pênsil rangendo a 20 metros de altura, entre copas centenárias que meio século atrás atapetavam inteiramente o município de Una, o tempo tem outra medida. É contado em angelins, jequitibás, oitis, copaíbas, ipês, baraúnas, jucranas, louros, canelas e maçarandubas, cada árvore que, durante o trajeto, o olho leigo aprende a distinguir na barafunda verde da floresta. Naquele litoral, os naturalistas registraram há poucos anos o recorde planetário de 450 espécies vegetais por hectare. E, perto de lá, num inventário de 500 anos atrás, o escrivão Pero Vaz de Caminha atestou: "O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular."

Debruçada sobre essa amostra da eternidade, a passarela foi construída com doações internacionais e tecnologia canadense para que os visitantes contemplem por que aquela paisagem, pronta há 12 000

anos, está ameaçada de acabar em 2010, pela avaliação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, uma ONG de Ilhéus. Diante do prognóstico, ela salvou da motosserra um pedaço de terra já destinado pelo Ibama à extração de madeira e o abriu ao turismo, tentando ensinar aos vizinhos que também por esperteza se pode conservar a Mata Atlântica. Salvaram-se 84 hectares. Uma área vinte vezes maior que a derrubada todo ano no município, onde paradoxalmente a floresta nativa brasileira começou a desaparecer depois que o Artigo 225 da Constituição estendeu sobre ela o título de "patrimônio nacional". Até hoje o Congresso ainda não regulamentou o dispositivo de 1988. Se passar outra década discutindo a lei, em Una ela chegará tarde. (...)

Que ela [a Mata Atlântica] está quase acabando já se sabe, graças sobretudo ao aviso de outro americano, o historiador Warren Dean. Antes de morrer, em 1994, ele legou ao Brasil *A Ferro e Fogo*, um livro belo, intrincado e sombrio como a floresta úmida. Nele se aprende a História do Brasil como meio milênio de desertificação, num processo que vara todos os ciclos econômicos, desde que, em 1500, "os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e vaidade, sem se deixar levar por compaixão ou mesmo por curiosidade". O Brasil que eles avistaram pela primeira vez era um litoral coberto por 3 500 quilômetros de mata exuberante, em uma faixa quase contínua com 1 milhão de quilômetros quadrados em que hoje cabem as fronteiras de dezessete Estados. Numa terra cujo cenário começou a amadurecer quando o resto do planeta ainda era triturado por glaciações e turbulências geológicas, a tripulação de Pedro Álvares Cabral inaugurou o machado na semana do descobrimento, cortando palmito para variar a dieta de bordo. A colonização começou com a coleta do pau-brasil. Depois, vieram cinco séculos de queimadas. A cana, o pasto, o café, tudo foi plantado nas cinzas da Mata Atlântica. Dela saiu a lenha para os fornos dos engenhos de açúcar, locomotivas termelétricas e siderúrgicas. Até o século passado, punha-se fogo em madeira de lei nativa e importava-se mogno das Antilhas. Sobrou menos de 8 % da paisagem avistada por Cabral há 500 anos.

Marcos Sá Corrêa. *Veja (Especial Amazônia)*, 24/12/97.

Texto 3 – **O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente**

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 216, considera constituintes do patrimônio cultural brasileiro "os bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse artigo inclui como integrante desse patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A mesma Constituição define como regiões prioritárias de conservação ambiental a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros ecossistemas importantes, espaços territoriais onde existem subculturas importantes, como a dos caiçaras do litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado implantou nessas áreas uma série de parques nacionais e reservas naturais que, pela legislação em vigor, levam à exclusão e mesmo reassentamento das comunidades e culturas tradicionais em outras áreas. Essa política tem criado inúmeros conflitos entre a administração de parques e reservas e as comunidades tradicionais que, ainda presentes nessas áreas protegidas, são proibidas de exercer suas práticas econômicas e sociais. A prática de pequenas roças, o uso de tecnologias patrimoniais na pesca, no fabrico de farinha, na construção de canoas têm sofrido severas restrições, colocando em risco a própria reprodução social e simbólica dessas comunidades tradicionais cujos membros freqüentemente são forçados a migrar para as periferias pobres das cidades da região. Aí sofrem um processo de perda de sua identidade cultural, com o abandono de práticas simbólicas essenciais à sobrevivência do grupo. Essas práticas preservacionistas oficiais, impulsionadas por grupos ecológicos urbanos, desconhecedores das relações e práticas históricas destes grupos com o mundo natural, em grande parte responsáveis pela conservação das florestas e áreas costeiras, têm ocasionado a redução da diversidade cultural brasileira e contribuído para o aumento da degradação de matas e mares.

Na década de 80, a figura do *tombamento*, proposta pelo Serviço (Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi também

proposta, seja para preservar o patrimônio natural (o tombamento da Serra do Mar, das Ilhas do Litoral Paulista), seja para preservar o patrimônio cultural (tombamento das vilas caiçaras como as de Picinguaba e Icapara, nos municípios litorâneos paulistas de Ubatuba e Iguape, respectivamente).(...)

A idéia de patrimônio natural já figurava no Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, visando a proteger valores paisagísticos, "como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana." (Fonseca, 1996). Nesse sentido, o patrimônio natural tinha seu equivalente no primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, criado nesse mesmo ano. Já em 1934, o Código Florestal definia parques nacionais como *monumentos naturais* destinados a proteger áreas de grande beleza cênica, com composição florística primitiva. (...)

A conservação do patrimônio natural e a do cultural não podem mais ser consideradas dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos socioambientais que são dinâmicos e históricos. As culturas tradicionais não são peças de museus como sugerem alguns folcloristas, mas se encontram profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras, sobretudo em ecossistemas tidos até agora como marginais, como florestas, mangues e estuários.

Antônio Carlos Diegues. *Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.*

1) Elabore um resumo do Texto 1, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Exemplo de resumo (Concurso de 1998):

Luiz Claudio Themudo (38/40)

No artigo intitulado "Fazedores de desertos", que foi publicado na edição de 21/10/1901 do jornal O Estado de São Paulo, o escritor Euclides da Cunha critica a forma nefasta e inconseqüente de o Homem agir, ao tratar do próprio ambiente em que vive.

De início, o articulista aponta o fogo, e seu uso sistemático na agricultura do aborígene, como o primeiro elemento responsável pela esterilidade da terra. O quadro é agravado quando o colonizador, em conjunto com o sertanista, parte em busca de ouro e índios. O autor salienta que, após os períodos das bandeiras e da exploração mineral, os resultados foram o desmatamento florestal e a dilapidação de áreas extensas.

Em seguida, o escritor afirma que os regimes pastoris, em prática no Norte do Brasil, muito contribuíram para a ocorrência de secas e para o processo de desertificação dos solos. Ressalta, ainda, Cunha os malefícios advindos da introdução das queimadas que, embora transitórias, alteram de forma significativa o processo de resfriamento natural dos solos.

Euclides da Cunha conclui, então, que fenômenos como mudanças climáticas, seja a alteração da temperatura, a mudança do curso regular dos ventos ou a diminuição da umidade relativa, são conseqüências naturais das diversas práticas que, apesar de bárbaras, são persistentemente adotadas pelo Homem com vistas a controlar a natureza.

2) Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):
"Meio ambiente e patrimônio natural: os propósitos da preservação na construção do patrimônio nacional"

Exemplo de redação (Concurso de 1998):

César Augusto de Oliveira Sauer (51/60)

Há muito vem o Brasil a explorar, sem recorrer ao planejamento de longo prazo, os imensos recursos naturais disponíveis. O resultado de séculos de devastação

ambiental pode ser percebido na mudança climática ora em curso em diversas regiões do País. A preservação do patrimônio natural, no entanto, não implica a renúncia ao aproveitamento econômico — tão caro ao patrimônio e à economia nacionais. Saliente-se, ainda, que a estratégia governamental de proteger o meio ambiente e as culturas tradicionais não deve prescindir da educação e da fiscalização ambientais.

Os ciclos da economia brasileira ao longo da História revelam a maneira com que se tem tratado a questão ecológica. A extração do pau-brasil quase o levou à extinção, a economia açucareira devastou imensos tratos de Mata Atlântica no Nordeste, a mineração provocou voçorocas em regiões de Minas Gerais, a cultura do café tornou estéreis terras do Vale do Paraíba. Por último, durante o regime militar de exceção, a política governamental de ocupação da Amazônia estimulou a criação extensiva de gado na região, acarretando o desmatamento de imensas áreas.

A solução para o impasse entre preservação ecológica e desenvolvimento econômico passa pelo aproveitamento racional dos recursos naturais. A pesca esportiva, tão difundida nos países ricos do Hemisfério Norte, não somente gera riquezas, como também não prejudica o ecossistema. A mesma lógica comercial e conservacionista aplica-se ao turismo. As florestas brasileiras são atrações turísticas em potencial à espera de encaminhamento adequado. O conseqüente aumento da renda da população local seria alcançado sem danos para o meio ambiente. O papel do Governo nessa questão é fundamental.

Para fins de preservação ambiental, além da exploração planejada dos recursos naturais, mister se faz a educação do caboclo da Amazônia no que tange aos métodos de cultivo. Formas arcaicas de preparo do solo para o plantio devem ser abandonadas. Da mesma forma, a fiscalização por parte de órgãos governamentais desempenha relevante missão ao reprimir atividades como o garimpo, a pecuária, a caça, a pesca e a extração de madeira que não obedeçam às normas vigentes de proteção ambiental.

Por fim, o patrimônio cultural, representado pelas comunidades tradicionais, merece todos os esforços para ser resguardado das investidas da civilização. Os irmãos Villas-Boas, ainda no governo de Getúlio Vargas, já se preocupavam com a questão indígena. Havia, então, a necessidade de amenizar o contato entre civilizados e aculturados. A criação de parques e reservas para as culturas tradicionais tem representado atitude louvável por parte do Governo. Deve-se ressaltar, porém, a urgência

de providências mais abrangentes, tais como: a garantia de liberdade para as práticas culturais dessas comunidades e, sobretudo, a proteção contra a influência externa do homem civilizado.

Por meio de uma estratégia criteriosa de preservação ambiental, o Brasil estará a caminho de reverter a ***tendência histórica de desenvolver*** *-se às custas do meio ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento — chamado desenvolvimento sustentável — possibilitará não só a preservação dos patrimônios natural e cultural da Nação, mas também a provisão dos meios necessários para a prosperidade econômica.*

INGLÊS

A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor de 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor de 40 pontos).

Bibliografia:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

Time Magazine;
Newsweek;
The Economist.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É/Senhor*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English, Longman, London.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, Oxford University Press, Oxford.
The Concise Oxford Dictionary, Oxford University Press, Oxford.
Webster's Collegiate Dictionary.
The Random House College Dictionary, Random House, New York.
Language Activator, Longman, London.
Roget's Thesaurus, Longman, London.

2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*, Record, Rio de Janeiro.
TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*, Record, Rio de Janeiro.
Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês, Melhoramentos, São Paulo.

2.3. Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall, Plus the useful accompanying exercise books.

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.

SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.

THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.

3. Larger reference works:

Comprehensive Grammar of the English Language, Longman, London.

Oxford English Dictionary, Oxford University Press, Oxford.

The Random House Dictionary of the English Language, Random House Inc., New York.

Webster's Third International Dictionary.

Orientação para estudo

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks): Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidats scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): There are three main considerations here:

1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

2) the relevance of ideas to the subject of the composition; and

3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks): Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

Temas de redação de concursos anteriores

1993

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

1995

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."
(John F. Kennedy)

<u>Exemplo de redação (Concurso de 1998):</u>

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization. (from 400 to 500 words):

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

Roberto Parente (52,5/60)

Although the modern nation-state is still the centre of international politics, it is nowadays clear that it is loosing its strength. A fantastic revolution in computers and communications made the state incapable of controlling the flow of information as well as the huge number of volatile investments which can destroy economic policies in a matter of days. When Eric Hobsbawm stated that we are, at the dawn of a new century, seeing the triumph of the individual over society, he emphasized that the technological revolution is, in fact, undermining the concept of sovereignty. The current process of globalization enhances economic and political interdependence and general openness. Hence, individuals are, from this point of view, free from the shackles that once tied them to their states, changing the very concept of citizenship.

Throughout History mankind has discussed the role and the power of the state .

In the late fifteenth century, Nicolò Machiavelli, in his famous work 'The Prince', stressed the difference between politics and morals, which could allow a monarch to act as a supreme Lord, on the basis of National Security. Further on, Thommas Hobbes created the idea of a Absolute Monarchy and the Social Contract, which brought the vision of the security of living within organized states, however repressive they were.

Since the end of the Trirty Years' War and the Peace of Westphalia, in 1648 - the rise of the european nation-state - governments had particularly stressed the importance of their borders and exerted an effective control over their population. The ideas of the French Revolution, however, traveled faster and established a new model of relationship between monarchs and the emerging burgeoisie. From independence movements in the Americas to the peasants of Central and Eastern Europe, no corner of the Western World was untouched by the ideas of liberty, equality and fraternity.

Political changes paved the way for economic liberalism based on Adam Smith's concept of the 'invisible hand' of the market fostering social justice and peace. Not only did capitalist ideas seek liberty and spread worldwide but also Karl Marx's concept of the conflict of classes and state collectivism. Both systems survived the destruction of the multipolar balance of power, after two bloody wars, in 1945, and

coexisted in an environment of mutual distrust during the frozen peace of the cold war years. However, after the crumble of the Soviet Empire in 1989, the battle of ideologies disappeared from the international arena.

No sooner had the Berlin Wall fallen than countries had to face the challenging process of globalization and economic liberalization. Although economic integration is stronger in Europe (with an attempt to create a single currency, the euro), countries all over the world are promoting deregulation and economic reforms to match the standards of the WTO (World Trade Organization). Economic blocks - such as Mercosur, Nafta and APEC - are emerging characters interested in compromise and barter.

In spite of the fact that economic integration is growing, it is not clear yet whether the sensitive issues - such as ethnic conflicts, religious fundamentalism and human rights - will be discussed in international organizations or decided in terms of the deterrent arsenal of the world leading economies.

<u>Exemplo de versão (Concurso de 1998):</u>

Translate the following texts into English:

1. Um passo de conseqüências incalculáveis foi dado quando o homem, na tarefa de fixar e de transmitir o pensamento, percebeu que lhe era possível substituir a imagem visual pela sonora, colocar o som onde até então tinha obstinadamente colocado a figura. Dessa forma, o sinal se libertaria completamente do objeto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza, que é oral. "Decompondo" o som das palavras, o homem percebeu que ele se reduzia a unidades justapostas, mais ou menos independentes umas das outras (enquanto som) e nitidamente diferenciáveis. Daí surgiram os dois tipos de escrita que marcam essa grande revolução decisiva: a *escrita silábica*, na qual o sistema se funda em "grupos de sons", representados por um sinal, e a *escrita alfabética*, em que cada sinal corresponde a uma letra. A segunda representa, por conseqüência, um progresso com relação à primeira, porque atinge o limite da análise

que ela tinha iniciado. Assim, pois, pode-se dizer que a escrita alfabética representa, com relação à silábica, uma complexidade maior de ordem ideológica, mas uma inestimável simplificação técnica.

(Wilson Martins, *A Palavra Escrita*)

2. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas. E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias.
Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente.

(Josué de Castro, *Geografia da Fome*)

João Marcos Senise Paes Leme (31/40)

1. *It was a step of immeasurable consequences. Man, while perfoming the task of registering and conveying thought, perceived the possibility of replacing visual image with sound image, of placing sound where he had so far insistently placed drawings. Hence, the signal would be completely released from the object and language would reaquire its true nature, which is oral. After 'decomposing'the sound of words,*

man noticed that it was composed by a gathering of units, which were somewhat independent from one another (as far as sound is concerned) and easily distinguishable. From this event stem the two types of writing characterising that remarkable and decisive revolution: the syllabic writing, whose system is grounded in 'groups of sounds' represented by a signal, and the alphabetic writing, in which each signal corresponds to a letter. The latter consequently represents progress before the former, since it reaches the limits of the analysis the alphabetic writing initiated. Therefore, one may assert that the alphabetic writing contains more ideological complexity before the syllabic writing, but also immeasurably simplified features.
(Wilson Martins, The written word)

2. *To every group of one thousand publishings concerning the problems of war one finds one piece of writing related to famine. Yet the aftermath of the latter calamity is worse than that of wars and epidemics combined. And in favour of such a regrettable triumph of famine over the other calamities lies the universally proven fact that famine is the most constant and effective cause of wars and a nearly obligatory stage of ground work for the explosion of huge epidemics.*

What are the concealed reasons for that silent conspiracy surrounding famine? Would it be sheer coincidence that the issue has not duly called the attention of the speculative and creative minds of our time? I do not share this view. The phenomenon is so visible and occurs so regularly that, instead of meaning a sheer coincidence, it seems submitted to the same general rules regulating other forms of social expression in our culture. It is a silent behaviour which has been premeditated by the very soul of culture: moral, political and economic interests and prejudice of our so-called Western civilisation are the ones responsible for making famine a forbidden issue or, at least, not advisable for public debate.
(Josué de Castro, Geography of Famine)

Orientação para o exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words.** The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them.

At the oral examination, candidats are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na argüição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados a seguir são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no *site* da Assessoria de Comunicação Social – ACS, do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto:

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.

21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros[1] :

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*, Editora da UnB, Brasília, 1983.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. 2.ª ed. rev., Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.

FLORÊNCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.

FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.) *Temas de Política Externa Brasileira*, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.

[1] As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Anexo 2 – Térreo
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (061) 211-6847/6857 – Fax:(061) 322-2931

FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II* (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.

FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. Paz e Terra, São Paulo, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*, Cia das Letras, São Paulo, 1995.

KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o século XXI*, Campus, Rio de Janeiro, 1995.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*, Simon & Schuster, London-New York, 1994.

LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: a Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Alfred Knopf, New York.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*. Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*, Record, Rio de Janeiro, 1995.

SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, FUNAG, Brasília, 1995.

WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigo:

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada anteriormente, sugere-se a leitura de:

– livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*, Record, RJ, 1992.

CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*, Expressão e Cultura, RJ, 1996.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*, Siciliano, SP, 1992.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*, Francisco Alves, RJ, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs*(www.foreignaffaris.org) e *Política Externa* (Ed. Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique*(www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional* (www.usp.br/relint, USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a *Revista Parcerias Estratégicas, publicada pela Secretaria de Assuntos*

Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

   a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

   a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

   b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização: A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:

    a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

    b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

    a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

    b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). As causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente.. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "Segunda Guerra Fria" (Reagan–Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

CAMPOS, Flávio e Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*, FUNAG, Brasília, 1995.

CARONE, Edgar. *A República Velha*, DIFEL, São Paulo.

———— *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo.
———— *A Terceira República (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo.
CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*, Campus, Rio de Janeiro, 1980.
———— *Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, Ática, São Paulo, 1992.
COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Globo, Porto Alegre, 1979.
FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.
FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro*, Ed. da UFRJ/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.
FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.
FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo.
GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho; política e legislação social no Brasil 1917-1937*, Campus, Rio de Janeiro, 1979.
———— *A invenção do Trabalhismo*, Relume Dumará, RJ, 1994.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo, 1972.
———— e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo.
IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*, Papirus, Campinas, 1986.
LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, Hucitec/INL, São Paulo, 1987.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo.
———— *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo.
RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, EDUNESP, São Paulo, 1993.

B) História Mundial Contemporânea:

ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.
ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, EDUNESP, São Paulo, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*. 4.ª ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, São Paulo, 1986.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*, Cia das Letras, São Paulo, 1993.
GAY, Peter. *A cultura de Weimar*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*, Penguin, London, 1992.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
———— *A Era do Capital*, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
———— *A Era dos Impérios*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
———— *Nações e nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
———— *A Era dos Extremos*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

MAYER, Arno. *A Força da Tradição*, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*, UDENESP, São Paulo, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas anteriormente e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*, UNESP, São Paulo, 1991.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.
ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.
PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12), Cambridge University Press, Cambridge.
THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, EDUFRGS, Porto Alegre, 1992.
———— *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de Prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) "A obra da Revolução irá para a História como a era da reconstrução moral e material do Brasil". (Discurso proferido por Oswaldo Aranha ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça a Maurício Cardoso, em 21/12/31. *In: A Revolução de 30. Textos e documentos*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 45).

Comente a afirmação de Oswaldo Aranha sobre a Revolução de 1930, considerando especialmente o projeto dos revolucionários de "reconstrução do Brasil".

Nilo Dytz Filho (20/20)

O século XIX, na afirmação de Alfredo Bosi, legou ao Brasil três ideologias fundamentais, cujo enfrentamento, digamos, cabal dar-se-á durante a Revolução de 30. São elas: o conservadorismo, assentado na estrutura para a produção de cana (Nordeste) e café vale-paraibano; o novo liberalismo, representado pela figura de Joaquim Nabuco, associado à expansão da produção cafeeira no Oeste paulista; e o positivismo, nas suas vertentes jacobina (Floriano Peixoto) e castilhista-borgista. Embora a primeira tivesse perdido muita intensidade, ainda havia resquícios a suscitar algum distúrbio nas primeiras décadas do século XX.

Com a Revolução e o posterior domínio varguista, como dito, travar-se-á o confronto mais importante entre elas, definidor, em larga medida, de muitas opções e soluções a que se viu adstrito o Brasil. Há quem diga, como Sandra Jatahy Pesavento, que o primeiro período de Vargas representou um transplante do modelo castilhista-borgista, do âmbito regional para o nacional.

A Revolução, de início, propõe uma "limpeza" dos padrões eleitorais prevalecentes na República Velha, embora a condução do movimento tenha-se dado pelas mãos de experimentados oligarcas (lembremos a Aliança Liberal e as eleições

presidenciais de 1929). O voto a cabresto, os "currais eleitorais", o voto fantasma serviram de êmulo ao movimento, devendo-se ressaltar que os tenentes da conturbada década de 20, desde cedo, bateram-se por um sistema eleitoral mais "limpo".

Mas a "reconstrução" não se afirmaria apenas pelo viés eleitoral, o qual, com o passar do tempo — até a Revolução de 32 e, após, com o Estado Novo —, ficou um tanto relegado a segundo plano. Devem ser consideradas igualmente a recomposição do pacto federativo, no sentido de maior centralização, as alterações na educação formal e, claro, a reordenação da esfera econômica.

A crise de 29 antecipou algumas mudanças na estrutura socioeconômica brasileira, estrangulando a sustentação da exportação do café a qualquer custo. A industrialização, ainda que constatemos algumas iniciativas anteriores, tem início de fato com a Revolução de 30, quando a cultura do café se viu fundamentalmente atingida pela crise mundial.

E, para o projeto político dos revolucionários, a reforma do pacto federativo, tal qual normatizado pela Constituição de 1891, era de vital importância. Recuperou-se a centralização — tão marcante em nosso Império e federalismo pós 30 —, chegando-se ao extremo do Estado Novo (p.e., queima das bandeiras dos estados).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que a Revolução de 30 contrastou e sintetizou, numa época de crise mundial, as principais opções ideológicas legadas pelo século que passara, propondo-se uma reconstrução, de amplo escopo, da alma e patrimônio nacionais, reconstrução que se projeta até os presentes dias.

2) A partir dos anos 50 e até as décadas 60/70, a intelectualidade brasileira está envolvida em intenso debate acerca do tema da "cultura nacional", seus impasses e possíveis saídas. Desenvolva sua resposta, assinalando pelo menos dois movimentos significativos em que este debate toma corpo, contextualizando-o e apresentando suas principais linhas de orientação.

Roberto Parente (20/20)

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial e, em especial, a partir dos anos 50, o Brasil vivia o desenvolvimentismo, que procurava, com o apoio do Estado, mudar a realidade brasileira — até então um país agrário-exportador — e transformar

o país num pólo industrial com grande desenvolvimento econômico e superação das desigualdades sociais. Durante o governo Vargas (51 a 54) havia uma forte discussão entre aquilo que denominavam "entreguismo" e seu oposto, o nacionalismo. O nacionalismo foi, de fato, um componente importante na sociedade brasileira, especialmente nos anos de Juscelino Kubitschek, na tentativa de tornar o país menos dependente da hegemonia norte-americana da Guerra Fria.

Na cultura, portanto, sempre houve acalorada discussão acerca dos tradicionais elementos da cultura brasileira em oposição às influências externas. Nos anos 50, um importante grupo de escritores procurou realçar as especificidades regionais brasileiras. Autores como Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto procuraram mostrar a realidade do homem do interior do Brasil. "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa, e "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto, são grandes exemplos da literatura regional que surgiu nos anos 50. Na poesia, autores como Haroldo de Campos e Décio Pignatari foram os pilares do movimento concretista, que procurava romper com os padrões poéticos formais.

No final dos anos 50, surgiu na Zona Sul do Rio de Janeiro um movimento musical com intenções puramente artísticas, que mesclava o jazz com o samba. A bossa nova tomou conta do cenário nacional, trazendo o conceito de MPB (Música Popular Brasileira). Músicos como João Gilberto e Tom Jobim ganharam fama internacional, levando ao exterior algo substancialmente diferente da caricatura brasileira representada nos anos 40 por Carmem Miranda.

Nos anos 60, e em especial no período entre 64 e 68, o Brasil vivia, como boa parte do mundo ocidental, a participação contestadora da juventude e dos movimentos estudantis. A discussão, sempre acalorada, entre arte engajada e arte pela arte dominava o meio artístico. Os festivais dominavam o espaço urbano, como se uma revolução estivesse em andamento (e, de fato, estava). Neste período surge outro movimento que busca, assim como o Modernismo o fez nos anos 20, apropriar-se de instrumentos modernos — neste caso a guitarra elétrica e a contestação — para retratar a realidade cotidiana. Chamado de tropicalismo, trouxe à cena cultural nomes como Caetano Veloso e Gilberto Gil.

No teatro, o engajamento era quase total. O Teatro Oficina e o Teatro de Arena (ambos em São Paulo), além dos CPC (Centro Popular de Cultura) ligados à UNE, trazem nomes como Gianfrancesco Guarnieri e José Celso Martinez Corrêa. Temas modernistas voltam à cena, como "Macunaíma".

Toda a agitação cultural do final dos anos 60, porém, será eclipsada por acontecimentos políticos que, em 1968, conseguirão calar por pelo menos uma década os movimentos culturais mais contestadores.

3) Com base no parágrafo abaixo, caracterize a política externa do Império brasileiro no Prata, identificando o contexto em que se desenvolveu.

"Em agosto de 1851, de ordem do seu governo e a fim de 'estreitar e fortificar quanto possível' a aliança da República com o Império, insistia Lamas, oficialmente, na necessidade da celebração de ajustes que colocassem "as relações dos dois países sobre bases claras, bem definidas e de recíprocas vantagens". (J. A. Soares de Souza. *In*: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 5, 1969).

Exemplo de Prova (redigida pela Banca de Examinadores)

A diplomacia brasileira no segundo reinado relativa ao Rio da Prata herdou uma situação das mais complexas. O período compreendido entre 1839 e 1851 foi marcado por conflitos internos nas repúblicas vizinhas, que se caracterizaram por tendências hegemônicas partidárias. As conseqüências de tais conflitos foram, na Argentina, a derrota dos unitários e a ascensão de Rosas. No Uruguai, Rivera (colorado) é pressionado a opor-se a Rosas. Em 1843, instalam-se dois governos: o de Cerrito (Oribe, Blanco) e o da "Defensa" (colorado). A política de Rosas direcionava-se no sentido de anexar a República uruguaia, restabelecendo o antigo vice-reinado espanhol das províncias do Rio da Prata. No plano internacional, as principais potências da época, a Inglaterra e a França, buscavam defender os seus interesses comerciais.

A situação era de extrema tensão. Em 1847, o governo de Montevidéu resolveu, secretamente, tentar uma aproximação com os países limítrofes e formar uma aliança, deixando de lado a intervenção européia. Tornava-se cada vez mais difícil resistir à Argentina. Neste contexto, a intervenção brasileira começou a parecer necessária ao Governo da "Defensa", que pretendia não só o apoio da monarquia brasileira à sua causa, mas também negociar a questão de limites. A resposta do Brasil não foi imediata. A política diplomática brasileira só se modificou em 1849, quando assumiu a pasta dos negócios estrangeiros Paulino José Soares de Souza. O governo imperial

assumiu, então, o compromisso de fornecer à República uruguaia uma determinada contribuição mensal. Em setembro de 1850, Irineu Evangelista de Souza firmou com o Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres, o compromisso de fornecer o que, sigilosamente, o Império havia ajustado.

A nova orientação dada a nossa diplomacia nos assuntos platinos resultou ainda na convenção que o Brasil assinou com o Uruguai e Entre-Rios, em maio de 1851. Objetivou-se a formação de uma aliança ofensiva para garantir a independência e pacificação do Uruguai e combater as forças de Rosas e Oribe. Em outubro de 1851, o governo da "Defensa", por meio de seu enviado especial, Andrés Lamas, assinou com o Império cinco tratados: Limites, Comércio e Navegação, Extradição, Aliança e Subsídios. A opinião dos historiadores é bastante divergente com respeito à avaliação dos referidos tratados. Os historiadores uruguaios, em particular, consideram-nos desfavoráveis ao Uruguai. Seja como for, os cinco tratados constituem o coroamento da diplomacia imperial no Rio da Prata. Fixamos com eles as nossas fronteiras, derrubando o tratado de Santo Ildefonso, de 1777, asseguramos o uso exclusivo da Lagoa Mirim e do rio Yaguarón, obtivemos comercialmente a cláusula de nação mais favorecida e, uma vez derrotado Rosas, constituímos uma sólida Aliança que ajudaria mais tarde a enfrentar o Paraguai.

4) Comente, justificando, a seguinte assertiva:

"Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliamos, 1830 determina um ponto crítico: de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável." Eric Hobsbawn. *A Era das Revoluções*. 1981. p. 29).

Tatiana Gomes Bustamante (20/20)

A Revolução Francesa de 1789 resultou no desmantelamento da estrutura do Antigo Regime (absolutismo monárquico, mercantilismo, sociedade estamental, etc.) e no fortalecimento das posições e dos interesses burgueses segundo ideais iluministas de liberalismo econômico (não-intervenção do Estado na economia, livre-cambismo) e do liberalismo político (direitos e garantias individuais, direito à propriedade, cidadania, isonomia). Com o fim da era napoleônica e o estabelecimento do Concerto Europeu, no Congresso de Viena, em 1815, as monarquias européias visavam a um projeto de

Restauração do status quo ante: a formação da Santa Aliança, depois Quádrupla e Quíntupla (Áustria, Prússia, Rússia + Grã-Bretanha + França de Luís XVIII). O projeto do concerto europeu objetivava a supressão de movimentos de cunho liberal e nacional (vide as diversas nacionalidades reunidas tanto em território russo quanto em território austríaco). Em 1830 eclodiram revoluções justamente objetivando liberdade e autonomia nacional. O absolutismo restaurado de Carlos X, na França, é substituído pela monarquia constitucional do chamado "rei burguês", Luís Felipe. A Bélgica consegue sua independência do Reino dos Países Baixos (Holanda), a Grécia já havia obtido o mesmo em relação ao Império Turco-Otomano. Regiões da península italiana se rebelam contra a dominação dos Habsburgos austríacos, sofrendo repressão, mas já cultivando o sentimento liberal e nacional. Estados da Confederação Germânica reclamaram mais liberdade, seu movimento logrou êxito com a formação, em 1834, do Zollverein, uma união aduaneira na região que excluía a Áustria. Essa onda revolucionária liberal e nacional foi bem sucedida ao confrontar o absolutismo restaurador, supressor de liberdades econômicas e políticas, e ao resgatar o ímpeto da revolução de 1789 para reivindicar a superação de novas questões surgidas ao longo das primeiras décadas de industrialização e urbanização aceleradas.

A 1ª Revolução Industrial – com força na Grã-Bretanha, França e Bélgica – suscitou questionamentos sobre a condição social. Operários, pequena burguesia, defrontavam-se com a ampliação da exploração do trabalho (questão da mais-valia, teorias de David Ricardo em 1817), a expansão da pobreza (crescimento demográfico acelerado, urbanização não planejada em termos de infra-estrutura), a falta de liberdade política, a pressão das nacionalidades em algumas áreas multiétnicas, multinacionais. Já o ano de 1848 representou uma outra onda revolucionária liberal e nacional, mas também com a participação do socialismo. Foi numa conjuntura de crise do capitalismo (de produção, de preços, agrícola) e falta de habilidade governamental para lidar com o problema, que se deram revoluções como a da França, que implementou uma república cujos componentes almejavam projetos díspares, conduzindo o regime ao conservadorismo (eleição de Luís Napoleão para a presidência em 1848, para em 1851 ocorrer o Golpe que instalou o Império de Napoleão III). Os projetos das revoluções de 1848, a "Primavera dos Povos", de liberdade e autodeterminação obtiveram implementações fugazes.

5) "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos." (Massimo d'Azeglio *1792-1866. apud.* Eric Hobsbawn. *A Era do Capital. 1848-1875.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 108).

"Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual... A Nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamento. O culto dos ancestrais é dentre outros o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram ser o que somos." (Ernest Renan. *Qu'est-ce qu'une nation?*, conferência pronunciada na Sorbonne, em 11/03/1882. *In:* Ernest Renan. *Qu'est-ce qu'une nation?* Presses Pocket, 1992).

As duas passagens têm como tema as vicissitudes da constituição das Nações no século XIX. Comente as passagens, relacionando-as com o importante processo de constituição de uma "Europa das Nações", a partir da Revolução Francesa.

João Marcos Senise Paes Leme (20/20)

Em seu O Século XIX, René Rémond aponta uma dupla origem para o nacionalismo: a Revolução Francesa e a tradição. A matriz da Revolução Francesa teria ainda um aspecto múltiplo: sua contribuição ao nacionalismo se deu (i) pela consagração do princípio de autodeterminação através do autogoverno; (ii) pela difusão desse princípio; e (iii) por ter despertado o sentimento nacional nos povos ocupados por Napoleão. A tradição alia-se a essa matriz revolucionária para dar forma ao Estado-Nação.

De fato, a História européia do século XIX confirma a natureza complexa do nacionalismo. Enquanto Itália e Alemanha conseguiram unificar-se – aliando, portanto, tradições comuns sob um só governo –, os impérios multiétnicos (Turco-Otomano e Austro-Húngaro) acabaram por se esfacelar.

A primeira passagem transcrita no enunciado é particularmente reveladora do duplo aspecto do nacionalismo: a unidade italiana, construída tendo como vértice o Reino Sardo-Piemontês, criou um Estado, a partir, é verdade, da comunhão mais ou menos sólida de determinados aspectos culturais. O Estado, porém, estava constituído;

a nação, embora composta por povos e culturas afins, precisaria ainda solidificar-se.

A segunda passagem trata mais especificamente do aspecto "tradição". Italianos e alemães só tiveram meios de manter seus respectivos Estados em função das afinidades existentes entre os numerosos povos que os constituíram.

A inexistência de mínimas identidades ou tradições comuns é capaz de desestabilizar a estrutura de qualquer Estado. Tivemos exemplos no século XIX e ainda temos no século XX.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo da reflexão da Geografia.

1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.

1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.

1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.

1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.

1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.

2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).

2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.

2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.

2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*, Hucitec, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iná Elias *et alli*. *Geografia: Conceitos e Temas*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Hucitec, São Paulo, 1996.

GREGORY, Derek *et alli*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alli*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, Hucitec, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Clovis *et alli*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, Cortez, São Paulo, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

LAVINAS, Lena *et alli*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*, Contexto, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Hucitec, São Paulo, 1988.

———— *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton *et alli*. *Fim de Século e Globalização*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. A soja aparece como um dos principais produtos agrícolas na pauta das exportações brasileiras nas últimas décadas. Analise a trajetória de difusão, pelo território brasileiro, das plantações desse produto e os sistemas de produção predominantes em cada área produtora, e indique seus portos de escoamento para o exterior.

Marcelo de Oliveira Ramalho (20/20)

A expansão do cultivo da soja no Brasil, nas últimas três décadas, reflete mudanças marcantes na divisão territorial da agricultura brasileira, bem como na configuração de suas forças produtivas.

Sobretudo a partir dos anos sessenta, assiste-se à expansão da soja nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Esse avanço, baseado na grande propriedade e na mecanização da produção, determina a expulsão de pequenos proprietários, meeiros, parceiros e outras categorias que, por seu turno, constituirão a maioria dos envolvidos com o avanço da soja numa nova frente pioneira, a partir dos anos setenta: o cerrado.

Portanto, com o apoio dos governos militares, interessados em expandir suas exportações para o Mercado Comum Europeu e para o Japão, o cultivo da soja avança pelos estados do Mato Grosso (e também Mato Grosso do Sul, criado em 1977), Goiás, Minas Gerais e oeste da Bahia. Nesse sentido, por exemplo, é assinado em 1974 o Prodecer, programa nipo-brasileiro de apoio à expansão da soja pelo cerrado.

A produção baseou-se na grande propriedade, com elevado índice de mecanização e uso intensivo de insumos agrícolas, o que permitiu elevados ganhos de produtividade – auxiliados pelo fato de o clima do cerrado permitir o cultivo durante o ano inteiro – ao contrário, por exemplo, das áreas produtoras nos Estados Unidos. Destarte, há uma brutal capitalização da produção, já que esta só se torna viável a partir de altos investimentos e concentração fundiária, o que afasta pequenos e médios produtores.

O escoamento da produção de soja representa um grave problema. Aproveitando-se da extensa malha viária aberta no país, sobretudo a partir dos anos cinqüenta, grande parte da produção é transportada em caminhões até, principalmente, o Porto de Paranaguá, no Paraná – além do Porto de Santos. O transporte ferroviário não é muito significativo, embora venha crescendo a importância do porto de Itaqui, no Maranhão, onde a soja chega através de trilhos construídos, primordialmente, para transportar minérios. Outra iniciativa importante está ocorrendo no norte do Mato Grosso, na frente pioneira de Alta Floresta, onde se constrói uma hidrovia até o Porto de Itacoatiara, no Amazonas, de onde a soja poderá atingir a foz do Rio Amazonas e, então, ser diretamente encaminhada aos mercados consumidores no exterior.

2. A existência de frentes pioneiras tem sido uma constante no decorrer da história brasileira. Os fundos territoriais sob soberania do país são, porém, finitos. Comente essa relação, tentando fornecer prognósticos e delinear cenários sobre a matéria nas próximas décadas.

José Roberto de Andrade Filho (20/20)

A questão das frentes pioneiras remete, em bom grau, à própria questão histórica da estruturação da posse da terra no Brasil. A abertura das frentes tem-se dado tanto por projetos geopolíticos de fixação da população, nos vastos interiores vazios do país, como também pela ocupação de terras devolutas, matas virgens por contingentes camponeses excluídos de quaisquer possibilidades de inserção econômica no mercado. O primeiro caso pode ser exemplificado pelos projetos governamentais de fixação do homem na Amazônia, sobretudo nos anos 70. Tais projetos, quando não fracassados, acabaram por lograr resultados diferentes dos inicialmente propostos. O segundo caso de expansão de frentes pioneiras vincula-se intimamente às exacerbadas distorções sociais, econômicas e fundiárias do campo. É caracterizado por um processo seqüencial de ocupação fragmentada e, após, concentrada, das novas terras. Inicia-se com a chegada de trabalhadores rurais repelidos de áreas agrícolas que, em geral, sofreram o impacto da inserção ao circuito capitalista de produção global, com forte mecanização (liberando/descartando mão-de-obra), elevação dos preços das terras e capitalização da própria agricultura (uso de insumos agrícolas, técnicas mais sofisticadas, operações financeiras de proteção – mercados futuros – etc.). Em um país historicamente marcado pelos latifúndios, que nem sempre cumprem sua função social, as frentes pioneiras se apresentam como refúgio e esperança de um campesinato de excluídos. Ocupando terras situadas na periferia do sistema produtivo rural, essa massa pauperizada vai, aos poucos, criando novos espaços e possibilidades no campo. Não raro, após algum tempo, tornam-se estes espaços objeto de interesse de grupos econômicos, provocando-se, assim, concentração de terras e pressão pela "regularização" e/ou aquisição destas terras. Este é o quadro típico que configura a guerra aberta no campo deste país. De um lado, posseiros e desprovidos; de outro, fazendeiros e grileiros. Estados como o Amazonas, Pará (lembremo-nos de Eldorado dos Carajás), Acre e Rondônia, por exemplo, são o palco típico deste cenário. A ocupação realizada pelas

frentes, entretanto, se dá através da penetração e desmatamento dos vazios da floresta destas regiões. Sendo as reservas florestais um patrimônio nacional finito, é claro se ver que o processo, além de danoso ao país, não pode perdurar. Desde meados dos anos 80 é crescente a pressão internacional pela preservação de nossas florestas. Esta demanda só tende a se intensificar no futuro. O país vem articulando esquemas de cooperação internacional para este fim, e espera receber mais ajuda financeira e tecnológica para isto. Também é significativa a força de mobilização e organização do campesinato pelo atendimento das demandas sociais do Brasil rural. Este é um elemento que, somado às pressões externas, influi na definição de políticas governamentais que tenham impacto na dinâmica de frentes pioneiras e desmatamento nas próximas décadas. Estes são os principais fatores que apontam para o esforço de criação de um modelo de desenvolvimento sustentado, no campo, que atenda e balanceie as demandas sociais e da própria preservação da natureza.

3. Analise os mecanismos dos processos de circulação que explicam por que a crise na economia dos chamados "tigres asiáticos" tem repercussões internacionais, apontando seus principais possíveis desdobramentos na economia brasileira.

Marcelo de Oliveira Ramalho (20/20)

O geógrafo Milton Santos afirma que, atualmente, a configuração do espaço baseia-se em horizontalidades e verticalidades. No primeiro caso, tem-se o "espaço banal", o estabelecimento de influências recíprocas entre espaços contíguos. Já no segundo caso, temos o "espaço dos fluxos", engendrado com a revolução tecno-científica e que possibilita a virtual subordinação de todos os espaços à lógica mundial de acumulação de capitais.

Um dos reflexos dessa subordinação é a desregulamentação e a mundialização dos mercados financeiros a partir de fins da década de setenta, baseadas no avanço da telemática. Nesse ponto, cabe citar outra categorização, proposta por Oliver Dollfuss, que remete a um "espaço internacional", regulado pelas relações e acordos entre Estados, e um "espaço transnacional", regulado pelos fluxos de capital, que fogem ao controle direto da regulamentação estatal.

É nesse quadro que deve ser entendida a recente crise dos chamados "tigres asiáticos". Embora haja desacordos entre os economistas sobre as causas da crise (especulação do capital imobiliário, excessiva valorização das moedas, aumento exponencial da dívida das empresas), o fato é que, dados esses diferentes fluxos na "economia-mundo", a crise pode atingir diretamente a economia brasileira.

Em primeiro lugar, a perda de confiança por parte dos investidores internacionais (tanto de capital especulativo quanto de investimento externo direto) nos chamados "emerging markets" pode conduzir a uma reavaliação dos fluxos de investimento. Com isso, os "países emergentes" se vêem na necessidade de aumentarem as taxas de juros para manter condições de atrair, ao menos, os capitais especulativos. No caso do Brasil, este processo significou o aumento do déficit da balança de pagamentos devido ao aumento dos juros da dívida interna.

Nesse quadro, não é possível recorrer a uma desvalorização cambial para fomentar as exportações – e assim aliviar o déficit – porque a moeda brasileira, através do processo de "âncora cambial", baseado em "bandas" que estabelecem limites para a taxa de câmbio, está atrelada ao dólar.

Temos aí outro problema potencial: como ocorreu uma forte desvalorização de moedas dos "tigres asiáticos", suas exportações ficaram bem mais baratas. Como o Brasil não pode recorrer ao mesmo princípio, é provável que aumente o déficit comercial do país, pressionando ainda mais a balança de pagamentos.

Em suma, as crises atuais são chamadas por certos autores de "crises do século XXI": dada a elevada interdependência da economia, crises regionais podem ter efeitos globais.

4. Setores da imprensa norte-americana consideraram que o périplo africano recentemente concluído pelo Presidente Bill Clinton teria "recolocado a África no mapa do mundo". Fosse você convidado a identificar os possíveis interesses econômicos e geopolíticos envolvidos na iniciativa dos Estados Unidos, quais apontaria?

Alessandra Cláudio Vinhas (20/20)

Palco de disputas imperialistas européias, a África permaneceu atrelada às suas metrópoles, durante muito tempo, como fonte de matérias-primas. O processo de

descolonização, ocorrido neste século, não foi capaz de desatar os laços das antigas colônias com a Europa, e a relação de dependência continuou.

Durante a Guerra Fria, a África foi, também, cenário da disputa pela hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética. Com o fim do conflito, o continente, progressivamente, perdeu sua importância geopolítica e econômica. A segunda devido ao subdesenvolvimento e à incapacidade de inserção dos seus países no novo cenário econômico mundial. A África teria, portanto, praticamente "caído do mapa do mundo".

O périplo do Presidente Bill Clinton, deste modo, teria chamado a atenção de todo o mundo para o Continente.

Quanto aos interesses norte-americanos na região, para compreendê-los é preciso ter em mente a busca de uma posição hegemônica mundial dos Estados Unidos. Com o fim da Guerra Fria, questionou-se a possibilidade do surgimento de um sistema multipolar no mundo, o governo norte-americano, entretanto, não parece interessado na perda de sua hegemonia política.

Os interesses econômicos dos Estados Unidos na África podem não ser considerados tão prementes em algumas áreas: 1) em relação a matérias-primas, a África não oferece vantagens substanciais, na medida em que a Revolução Verde nos Estados Unidos proporcionou a quase auto-suficiência quanto a gêneros agrícolas; e 2) a África também não pode ser identificada como um mercado de consumo atraente, devido à sua grave situação de pobreza (exceção feita à África do Sul).

É interessante para os Estados Unidos, entretanto, evitar a deflagração de guerras e conflitos armados na região que, além de representarem gastos, por meio das forças de paz da ONU, podem afetar a livre circulação de mercadorias pelo mundo.

Para incentivar o livre comércio, do qual é um dos maiores beneficiários, os Estados Unidos também procuram promover a democracia no continente e esperam poder evitar movimentos fundamentalistas e protecionistas, além do terrorismo.

O governo americano pode, também, incentivar o desenvolvimento da África, criando, deste modo, as bases para um mercado consumidor no futuro e evitando a imigração de africanos para o mundo desenvolvido e, em especial, os próprios Estados Unidos.

Por fim, é possível destacar o interesse norte-americano em consolidar sua presença nas áreas de mercado comum já existentes (no Sul da África, por exemplo), nas que estão em processo de criação e nas possíveis futuras. Este é mais um passo importante para tentar construir uma hegemonia tanto política quanto econômica.

5. A percepção internacional acerca da "questão ambiental" foi-se fortalecendo ao longo das últimas décadas, num percurso em que se vêm registrando significativas mudanças de concepção quanto ao equacionamento do tema. Tais mudanças ficam bem mais evidentes nos documentos gerados por comissões e conferências internacionais. Aponte os principais documentos elaborados sobre a matéria a partir da década de 1970 e comente as modificações observadas nos seus enfoques sobre a "questão ambiental".

Claudio Garon (20/20)

A emergência do meio ambiente como preocupação geral e como tema global se consolidou nas últimas décadas. Com efeito, a preservação e o uso sustentável deixaram de ser apenas problemas locais para se tornarem temas de conferências das Nações Unidas. Neste percurso, a percepção sobre o meio ambiente sofreu profundas alterações, cujos marcos temporais mais evidentes são as conferências de Estocolmo (1972) e do Rio (1992) e os documentos que as apoiaram ou foram por elas geradas.

A reunião de Estocolmo marcou a consagração da ótica do mundo desenvolvido sobre a questão do meio ambiente. O documento mais importante ligado a ela (Uma Só Terra) pode ser identificado como eco-malthusiano. Ele ignora a dimensão social do desenvolvimento e joga sobre os países em desenvolvimento a responsabilidade pela degradação ambiental. Segundo ele, o crescimento populacional e econômico dos países pobres produziria pressões insustentáveis sobre o meio ambiente do planeta. Ele advoga, ainda que indiretamente, o congelamento do então estádio de desenvolvimento.

Ao longo dos anos 70 e, principalmente, 80, a ação política e diplomática dos países em desenvolvimento, bem como importantes avanços técnicos alteraram profundamente essa concepção. O conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado à discussão sobre o meio ambiente, a ponto de a reunião que consagrou essa nova concepção, a Rio 92, ter-se chamado Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Já delineada nas conclusões da comissão Brundtland (1987), essa nova concepção foi consagrada no documento Agenda 21. Nele, admitem-se as responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos vários países sobre a degradação do

meio ambiente. Segundo o documento, os países industrializados, que tiveram 150 anos para se desenvolver às custas do meio ambiente e mantêm padrões de consumo incompatíveis com ele, têm uma responsabilidade maior, devendo, portanto, assegurar às demais nações acesso a financiamento e tecnologias que permitam um desenvolvimento sustentável. Em suma, nos 20 anos que separam as conferências de Estocolmo e do Rio, as concepções sobre meio ambiente variaram do eco-malthusianismo, que encarava a expansão populacional e econômica como a principal ameaça à natureza, a uma nova visão, que agrega o conceito de desenvolvimento sustentável ao debate. Essa evolução foi, também, uma vitória dos países em desenvolvimento, para os quais as teses eco-malthusianas implicariam estagnação econômica e social. As decisões tomadas na Rio 92, no entanto, ainda não surtiram efeito mais abrangente, já que há grande resistência dos países desenvolvidos em transferir fundos (caso da incipiência do Global Environment Fund) e tecnologias. Tal resistência pode ser comprovada pelo fato de apenas na reunião sobre o clima de Kioto, no ano passado, ter sido aprovado um mecanismo legal que possibilitará o controle das emissões globais, de acordo com o que fora discutido na Rio 92.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações ou problemas, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois enfocar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato sobre a fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição de 1988. O último tópico do programa – direitos e garantias fundamentais - marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis para quem se prepara para o exercício das funções diplomáticas.

Programa:

1. Característica da norma jurídica. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica e negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica (no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público).
4. O Estado. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A confederação e a federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
5. O Estado brasileiro. Nacionalidade da pessoa física. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
6. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.
7. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.

8. Competências da União, do Distrito Federal e das unidades federadas.
9. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
11. Fontes do Direito Internacional Público.
12. O tratado internacional. Conceituação. Processo de elaboração (competências dos Poderes Executivo e Legislativo). Entrada em vigor. Vigência e extinção.
13. Teoria geral das organizações internacionais.
14. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional.

Bibliografia:

A bibliografia é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras de maior interesse e conveniência. Os candidatos que desejarem poderão recorrer à leitura de outros autores, já que a Banca Examinadora não se vincula, necessariamente, ao conteúdo da bibliografia aqui indicada.

ACCIOLY, H. e SILVA, G. E. N. *Manual de Direito Internacional Público*, 12.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1996.

ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como Tema Global*, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.

AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, Malheiros, São Paulo, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 19.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 22.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 11.ª ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1997.

MELLO, Celso A. B. *Curso de Direito Administrativo*, 9.ª ed., Malheiros, São Paulo, 1997.

RANGEL, V. M. *Direito e Relações Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 22.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 6.ª ed., Saraiva, São Paulo, 1996.

RODAS, João Grandino. *Tratados Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1991.

SEITENFUS, R. A. S. *Manual das Organizações Internacionais*, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.

SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, São Paulo, 1997.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, Escopo Editora, Brasília, 1990.

——— *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, S.A. Fabris Ed., Porto Alegre, 1997.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

1. Suponha que tenha sido celebrado um tratado entre o Brasil e a Tartária, pelo qual os diplomados em Psicologia, em qualquer desses Estados, poderiam desempenhar, livremente, a profissão no outro país. Sigmund, nacional da Tartária e ali formado, logo em seguida à entrada em vigor do tratado, veio para o Brasil e aqui se estabeleceu como psicólogo de renome. Dez anos depois, sem que o tratado houvesse sido denunciado, entrou em vigor, no Brasil, lei exigindo de todo psicólogo com diploma

emitido no exterior a revalidação do documento em alguma universidade brasileira como condição para o exercício da profissão. Sigmund não providenciou a revalidação e foi comunicado, oficialmente, que não mais estava habilitado a trabalhar como psicólogo no Brasil. Inconformado, buscou apoio em sua embaixada, que entrou em contato com você para indagar-lhe sobre a situação do nacional da Tartária, prevista e protegida pelo tratado ainda em vigor, em face da nova lei brasileira. Indagou, ainda, se não haveria direito adquirido ao exercício da profissão. Responda fundamentadamente.

Marcello Paranhos de Oliveira Miller (18/20)

A controvérsia relativa ao conflito entre lei e tratado é uma das mais antigas de Direito Internacional Público. A doutrina apresenta múltiplas clivagens: uma clivagem entre monistas e dualistas sobre a possibilidade fenomênica de conflito e outra, entre os monistas, sobre a solução do conflito.

O conflito entre monistas e dualistas, para o celebrado internacionalista Nguyen Quoc Dinh, encontra sua premissa na idéia da unidade do direito; para os dualistas, o direito não é uno — haveria, entre o direito interno e o direito internacional, diferença de natureza, e não apenas de grau, visto que o primeiro obrigaria o Estado perante seus súditos e o segundo o obrigaria perante seus pares. Como se destinassem a âmbitos diversos de realidade, direito interno e direito internacional jamais entrariam em conflito. Já os monistas, para os quais o direito é uno, consideram que entre direito interno e direito internacional haveria diferença apenas de grau. Hoje se verifica o predomínio das correntes monistas, estando ultrapassadas as idéias dualistas de Triepel e Anzilotti.

Os monistas divergem quanto ao direito a prevalecer em caso de conflito. Há, de um lado, os monistas kelsenianos, que dão prevalência ao direito internacional, e, de outro lado, os monistas hegelianos, que dão prevalência ao direito interno (era a linha dos doutrinadores soviéticos). Há, ainda, os chamados monistas temperados, para os quais não haveria diferença de natureza nem de grau: haveria de observar-se, antes, a "última vontade do legislador", sem prejuízo da eventual responsabilidade internacional do Estado por negar vigência a acordo internacional em razão de vicissitudes

internas (para o direito internacional, o direito interno é meramente um fato).

Se nossa doutrina tende a posicionar-se em favor do monismo kelseniano, com a notável exceção de Francisco Rezek, nossos textos de lei pouco têm a oferecer: a própria Constituição nada diz a respeito (o Art. 98 do Código Tributário Nacional, já em sua origem limitado ao âmbito tributário, tem tido sua orientação kelseniana ainda mais limitada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analisada em perspectiva histórico-jurídica com brilhantismo por Jacob Dolinger, tem seguido firme orientação monista temperada, isto é, de observância à "última vontade do legislador". Dado que nossa Carta Magna, ao contrário de várias outras, como a da França, nada dispõe e que o Supremo Tribunal é seu guarda e derradeiro intérprete, há que se entender que, malgrado não tenha o Brasil procedido à denúncia do tratado, o que pode acarretar sua responsabilidade em face dos Estados co-pactuantes, Sigmund está, com efeito, inabilitado para o exercício da profissão de psicólogo no País.

Quanto à questão do direito adquirido, é preciso notar que não o fere a regulamentação que dispõe sobre o modo de seu exercício. Resulta ferido o direito adquirido quando lei posterior atinge inconformemente sua autorização fundamental; ora, in casu, bastaria que Sigmund atendesse à nova exigência — que não era de fundo, mas dizia respeito tão-somente ao modus faciendi — para que continuasse exercendo sua profissão.

2. Comemora-se, em 1998, o cinqüentenário da aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sob a forma de resolução, sem nenhum voto contrário. Dessa Declaração diz-se que adquiriu "grande autoridade moral e política e que o seu impacto na teoria prática do direito tanto internacional como nacional tem sido profundo" (John Humphrey). A Declaração tem sido invocada por inúmeros governos para justificar posições adotadas no âmbito internacional. Tem servido, também, de fundamento para decisões proferidas por tribunais nacionais. Tem sido, ainda, incorporada, total ou parcialmente, às constituições de diversos Estados. Além disso, não se registra manifestação oficial de Estado algum, recusando qualquer de seus enunciados. Analise, a partir do conhecimento das fontes do direito

internacional, se a Declaração é juridicamente vinculante para os Estados ou se possui mera força de recomendação.

Regiane Mara Gonçalves de Melo (20/20)

O Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça elenca como fontes reconhecidas de direito internacional: 1) as convenções firmadas entre pessoas jurídicas de direito das gentes, sob diversas terminologias – tratados, acordos, cartas, concordata,etc. ; 2) os costumes internacionais; 3) os princípios gerais de direito e de direito internacional reconhecidos pelas nações civilizadas; 4) de modo auxiliar, as decisões jurídicas tomadas pela nações e a doutrina jurídica. Deve-se acrescentar, contudo, a esta lista, devido à importância assumida nas últimas décadas, os atos unilaterais e as decisões adotadas pelas organizações internacionais como fonte de direito. As resoluções, recomendações e declarações emitidos por essas pessoas jurídicas de direito internacional manifestam-se crescentemente como fonte de costume internacional ao comportarem os elementos formal (repetição de certo ato e de certa orientação no tratamento de assuntos particulares) e psicológico (crença na obrigatoriedade de seus preceitos) da caracterização de costume.

Isto posto, pode-se concluir que, no ato da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, tal instituto não implicou obrigatoriedade o acatamento de suas recomendações. Implicava, entretanto, apenas um comprometimento moral com seus princípios e normas, não vinculando as partes e, desta maneira, a inobservância não representaria ilícito internacional (apesar de ter recebido apoio unânime).

A aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem representou, em verdade, a primeira tentativa concertada de positivação dos direitos fundamentais do Homem, gerando, em seguida, grande impacto na prática do direito, tanto internacional quanto nacional, concretizando-se gradualmente em costume internacional. A sua alegação pelos Estados no âmbito internacional e pelos tribunais nacionais confirma o seu caráter de fonte legítima de direito internacional e nacional. Ademais, vale lembrar, ao ser incorporada às Constituições de diversos países e ser objeto de duas convenções internacionais concluídas em Genebra (Convenção sobre os Direitos Políticos e Civis e sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), ganhou sobremaneira força vinculante.

Dessa maneira, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao concretizar-se na prática do direito, consolidando-se como costume jurídico internacional, possui, hoje, capacidade vinculatória, uma vez que costumes são fontes de direito internacional legítimas, superando, assim, sua força inicial de recomendação.

3. Imagine que um Estado-membro no Brasil, invocando o poder de se auto-organizar, típico de entidades componentes de uma Federação, resolvi adotar, para si, o sistema parlamentarista de governo. Analise se essa é uma decisão juridicamente válida.

Erika Almeida Watanabe (19/20)

A forma federativa de Estado – cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988 (CF/88) – é caracterizada, principalmente, pela existência de um só poder soberano na federação, não sendo os estados-membros soberanos, mas, antes, autônomos. Com efeito, não cabe aos estados federados o direito de unificação (Darcy Azambuja), ou seja, de não aceitarem as leis federais e aquele de secessão (direitos presentes nas confederações). Tem-se, ainda, que aos estados-membros e municípios – pessoas de direito público interno – cabe a elaboração de suas constituições e leis orgânicas, respectivamente, devendo observar a competência que lhes é dada pela Constituição Federal e, por conseguinte, o respeito às leis hierarquicamente superiores, sob pena de inconstitucionalidade.

Escolhido por plebiscito como o sistema de governo brasileiro, o presidencialismo está consagrado na lei fundamental do País, o que deve ser respeitado pelos estados-membros, uma vez que estes dispõem de autonomia e não soberania para elaborarem suas leis. O poder de auto-organização, portanto, submete-se aos limites estabelecidos em normas e princípios constitucionais. Destarte, a competência estadual – que é residual – não abrange o direito de modificar o sistema de governo estabelecido na CF/88, incorrendo em inconstitucionalidade.

Ademais, adotando tal sistema, o estado-membro estaria modificando o princípio da separação de poderes tal como consagrado na Carta Magna, pois, no Parlamentarismo, há maior interdependência entre os poderes legislativo e executivo.

4. José foi enviado, na qualidade de representante do Mercosul, à Translândia para negociar um acordo de cooperação comercial. O governo

do mencionado país agendou encontro oficial, mesmo sabendo que a situação política interna, bastante instável, não recomendava a visita. Ao chegar à Translândia, José foi agredido por um grupo extremista de oposição ao governo local. Considerando que a Translândia não é membro do Mercosul e que José estava em missão oficial ao território do referido país, indaga-se: tem o Mercosul legitimidade para reclamar judicialmente da Translândia reparação por dano causado à organização internacional?

Nilo Dytz Filho (20/20)

Na hipótese, conjugam-se duas tendências gerais do direito internacional público: a crescente importância das organizações internacionais no cenário mundial – com o conseqüente reforço de sua proteção – e a ampliação do âmbito da responsabilidade internacional dos Estados.

Por primeiro, analisemos a legitimidade do Mercosul do ângulo da configuração ou não da responsabilidade da Translândia quanto ao evento ocorrido. Como se sabe, para que se constitua a responsabilidade internacional do Estado são necessários três requisitos, que são a ocorrência do dano, a imputabilidade e a existência de um fato ilícito. No caso em exame, parecem presentes os três elementos. O dano resulta da agressão ao representante do Mercosul; a agressão representa o fato ilícito, reprovável o comportamento em face do caráter da missão e do comportamento do agredido; já a imputabilidade do Estado da Translândia pode ser deduzida de seu comportamento culposo, uma vez que, mesmo sabendo da instabilidade política interna e de suas possíveis conseqüências, agendou encontro oficial, expondo o representante da organização internacional.

Por outro ângulo, a legitimidade do Mercosul afirma-se, já que, pelo Protocolo de Ouro Preto, ele é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica e institucionalização, possibilitando-lhe fazer-se representar em foros internacionais ou mesmo em demandas judiciais, na qualidade mesma de Mercosul.

Conclui-se, pois, que no caso o Mercosul é parte legítima para acionar judicialmente o Estado da Translândia, pelo dano que sofreu seu representante oficial neste país, podendo optar por um tribunal de Translândia – praticando limitação voluntária de soberania – ou por jurisdição internacional (Tribunal internacional ou juízo arbitral).

5. Imagine que um partido político, com diminuta representação na Câmara dos Deputados, argua, perante o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, a invalidez de um tratado celebrado pelo Brasil, já ratificado e em vigor. À vista das características básicas da ação direta de inconstitucionalidade e da natureza normativa do tratado internacional, responda, justificando, se o Supremo Tribunal Federal tem competência para conhecer da ação.

Nilo Dytz Filho (20/20)

Tratado internacional, celebrado pelo Brasil, aprovado por seu Congresso Nacional, promulgado mediante decreto presidencial, publicado no Diário Oficial da União e ratificado pelo chefe de Estado, passa a integrar o ordenamento jurídico interno brasileiro, na condição de lei ordinária federal.

Surge daí o primeiro elemento para solução da questão: o tratado, nas condições acima expostas, habilita-se, como ato normativo de direito interno, a ser alvo de controle de constitucionalidade.

Tal controle, no direito brasileiro, pode realizar-se pela via direta (concentrada, com efeitos "erga omnes") ou pela via indireta (difusa, com eficácia "interpartes"). A primeira modalidade fica a cargo do Supremo Tribunal Federal, que, com a criação do Superior Tribunal de Justiça pela Constituinte de 1988, teve realçada sua face de Corte Constitucional, mediante as ações diretas de inconstitucionalidade e (a algo controversa) de constitucionalidade.

Assentes esses dois aspectos – a possibilidade do controle de (in)constitucionalidade dos tratados e a competência do STF para o exercício de tal controle (CF, Art.102) –, resta questionar o aspecto da legitimidade para propositura da ação direta de inconstitucionalidade. A Constituição de 1988 (Art.103) restringiu a algumas pessoas, digamos, políticas e jurídicas a legitimidade para a propositura, enquanto ao controle difuso da constitucionalidade pode recorrer qualquer pessoa em demanda judicial. Nesse rol restrito, encontra-se o partido político com representação no Congresso Nacional, independentemente da dimensão de sua bancada.

Em suma, o partido político é autor legítimo, escolheu o meio jurídico adequado e endereçou-o ao órgão competente.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 3; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*, Saraiva, São Paulo, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, McGraw-Hill, Lisboa, São Paulo, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*, FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*, 2.ª ed., trad. da 4.ª ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alii*. Makron, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

1. No Brasil, um aspecto importante do debate macroeconômico atual diz respeito ao custo, em termos de emprego, da política antiinflacionária do Real. Examine os fundamentos analíticos desse debate, explicando as relações existentes entre a inflação e o desemprego e relacionando-as com a eficácia das políticas monetárias para conter a inflação.

Claudio Garon (20/20)

Um dos principais itens do debate macroeconômico brasileiro atual é a relação entre o combate à inflação e às taxas de desemprego. Com efeito, críticos do Plano Real costumam afirmar que uma taxa de inflação pequena seria aceitável caso promovesse o desenvolvimento econômico e possibilitasse a geração de emprego. Do ponto de vista da macroeconomia, a troca no curto prazo entre inflação e desemprego foi cristalizada na Curva de Philips, hoje aceita por grande parte dos economistas.

Segundo a Curva de Philips, o combate à inflação causa um aumento do desemprego no curto prazo. De acordo com a teoria, a redução da quantidade de moeda em circulação, por meio de uma política monetária contracionista, levaria a uma redução da taxa de inflação. A resistência dos preços a essa nova realidade econômica, no entanto, levaria a uma contração da demanda. A redução da procura, por sua vez, produziria um excesso de oferta e, conseqüentemente, uma baixa na produção e um aumento do desemprego no curto prazo. Ainda segundo a teoria, no longo prazo a economia encontraria um novo ponto de equilíbrio e voltaria a contratar.

A aplicação dessa teoria ao caso brasileiro, no entanto, segue um processo um pouco mais tortuoso, graças às características de nossa inflação. De fato, no lugar de provocar uma retração econômica logo de sua entrada em vigor, o Plano Real causou um aumento da atividade econômica. O fim do imposto inflacionário lançou no mercado milhares de novos consumidores, que expandiram a demanda e levaram ao crescimento da atividade econômica. Num segundo momento, contudo, as políticas monetárias que permitiram a contenção da inflação, notadamente os juros altos, provocaram uma retração da demanda e um desestímulo à atividade econômica. A redução relativa da atividade econômica e o desemprego mostram os limites da política monetária no combate à inflação. Apenas outras medidas macroeconômicas, principalmente a redução do déficit público, poderão permitir a redução da taxa de juros sem provocar uma volta da inflação.

Em suma, há uma relação de curto prazo entre combate à inflação e ao desemprego. No longo prazo, no entanto, a economia tende a encontrar um novo ponto de equilíbrio, e o desemprego, a cair.

2. "O déficit comercial brasileiro precisa ser reduzido; porém, impor restrições ao comércio, tais como quotas e tarifas, é uma forma ineficaz de tratar o problema. Melhor seria subsidiar as exportações brasileiras porque isso aumentaria a competitividade de nossos produtos e, portanto, atenuaria o desequilíbrio comercial." Discuta essa assertiva à luz dos elementos da teoria econômica.

João Marcos Senise Paes Leme (20/20)

É, de fato, fundamental que se estimulem as exportações brasileiras (que hoje respondem por apenas 7% do PIB), não só em função do impacto negativo que o atual déficit comercial tem sobre as transações correntes e o balanço de pagamentos, mas também em função do potencial multiplicador de empregos que têm as vendas ao exterior. As importações, por sua vez, também não devem ser obstadas, pois viabilizam a modernização do setor produtivo (tanto com insumos modernos e bens de capital, como pela concorrência), além de ajudarem a reduzir as pressões inflacionárias.

Assim, para reverter o atual déficit comercial, cumpre alavancar as

exportações. Faz-se hoje, contudo, uma distinção – ainda que imprecisa – entre "subsídios" e "incentivos". Os subsídios são, freqüentemente, objeto de questionamento junto à OMC, por serem vistos como uma forma de ***dumping*** *que prejudica a liberalização do comércio mundial. O próprio Brasil tem questionado os subsídios oferecidos pelos países europeus ao seu setor agrícola, por exemplo.*

Com o objetivo de ***incentivar*** *as exportações, o governo brasileiro (que estabeleceu como meta elevar as exportações a US$ 100 bilhões até 2002) tem tomado inúmeras iniciativas, a saber: investimentos em infra-estrutura, pelo programa "Brasil em Ação", visando à redução do "Custo Brasil"; negociações, bilaterais ou multilaterais (OMC), visando à eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, visando à abertura de novos mercados; criação de órgãos ou programas (Camex, Apex, Proex, etc.) de incentivo e informação para o setor exportador; desvalorização paulatina do câmbio acima da inflação (cerca de 0,6% reais ao mês); e desoneração tributária (Lei Kandir, por exemplo).*

3. Recentemente, a indústria têxtil brasileira tem pressionado o governo para restringir a importação de artigos de vestuário. Descreva alguns argumentos que o setor poderia utilizar para justificar essas demandas protecionistas e explique de que forma o governo justificaria uma eventual recusa em ceder a essas pressões.

Pedro Augusto Guedes Amaral (20/20)

Com a liberalização da economia brasileira a partir do Governo Collor, muitos setores da indústria nacional vêm mostrando dificuldades para competir com os bens importados, dentre eles, o setor têxtil. A liberalização corrente propiciou o aumento da concorrência interna, desencadeou o processo de modernização da economia nacional, contribuiu para a redução do nível de preços e para um maior volume do fluxo de capitais para o País. Ainda que feita de forma abrupta no Governo Collor, às vezes prejudicando setores ainda nascentes, ela tem-se mostrado benéfica como um todo, ampliando o poder aquisitivo da população, estimulando o consumo.

Ao pressionar pela restrição à importação de artigos de vestuário, o setor têxtil poderia argüir que o País saiu recentemente de uma economia "fechada" e que,

portanto, leva algum tempo até alguns setores se adaptarem à nova situação; que os custos relativamente elevados da produção têxtil nacional, que teriam acarretado a perda de competitividade, não são fruto da ineficiência do setor, mas derivariam de problemas estruturais que afetariam mais à indústria têxtil; e, por fim, entre outros argumentos, que haveria concorrência desleal no mercado internacional, como subsídios à exportação em certos países ou a utilização de trabalho forçado (como seria o caso da China).

O Governo poderia contra-argumentar afirmando que – se for o caso – já houve período suficiente de tempo para a modernização do setor; que os problemas estruturais afetam a todos indistintamente, logo, não se justificaria o pedido; que a imposição de restrições acarretaria elevação nos preços dos produtos, levando, talvez, à volta da inflação; que a concorrência é benéfica pois estimularia a modernização, tornando o País mais competitivo; e, por fim, que tal medida acarretaria retaliações por parte de nações prejudicadas, que entrariam na OMC contra o Brasil.

Daí, conclui-se que para o Governo negar o pedido há dois tipos de fator: aqueles que refutariam a "inocência" do setor quanto à ineficiência e aqueles que derivam dos benefícios mesmos da liberalização.

4. O crescimento econômico pode ser descrito como um deslocamento, para a direita, da curva de possibilidades de produção. Suponha que a decisão sobre o que produzir – a escolha de um ponto sobre essa curva – seja realizada por uma agência central do governo. Argumenta-se que, nesse caso, um dos fatores que obstrui o crescimento econômico se relaciona com a difusão das inovações tecnológicas. Explique por que, nesse tipo de sistema, essa difusão é dificultada e de que forma, nas economias de mercado, as inovações tecnológicas são mais facilmente disseminadas.

Rodrigo de Oliveira Godinho (20/20)

A questão proposta pode ser analisada a partir de elementos da Teoria do Crescimento Endógeno, em especial os contidos nas contribuições seminais de Romer (1986), Romer (1990) e Barro e Sala-I-Martin (1995).

Supõe-se, para efeitos de simplificação, a existência de um setor dinâmico, que

gera ou adapta inovações tecnológicas, e de um setor que absorve parte do conhecimento gerado no setor dinâmico da economia.

Em uma economia de mercado, o ponto sobre a curva de possibilidades de produção, em que a economia opera é determinado pelo setor de preços relativos. A estrutura de mercado presente no setor dinâmico é usualmente imperfeita, uma vez que, devido aos baixos custos de replicação da tecnologia, a igualação do preço ao custo marginal não remunera os investimentos efetuados em pesquisa e desenvolvimento.

Desta forma, em uma economia de mercado tende a ser estabelecido um alto preço do bem do setor dinâmico, o que leva a uma alocação de recursos favorável a esse setor, a uma grande geração e difusão da tecnologia pelo restante da economia.

Quando, por sua vez, as decisões de produção são efetuadas pelo Governo, a alocação dos fatores de produção não é guiada pelo setor de preços relativos. O setor dinâmico pode apresentar, então, uma produção mais baixa, menores escalas de produção e, conseqüentemente, uma menor geração e difusão de tecnologia pelo restante da economia.

Por outro lado, na economia de mercado tende a ocorrer uma expansão enviesada das possibilidades de produção, na medida em que o setor dinâmico tende a aumentar sua participação no conjunto da produção. Nesse contexto, o setor atrasado tem um forte estímulo a absorver tecnologias diante do risco de perda de importância relativa. Quando o governo determina a produção, esse estímulo se torna menor.

5. De acordo com alguns economistas, tanto a expansão econômica dos anos 50 como a desaceleração dos anos 60 podem ser entendidas pela natureza endógena da determinação do ciclo econômico. Descreva os setores que determinaram essa natureza endógena e a forma como eles interagiram na determinação da dinâmica desses períodos.

Lincoln Bernardes Júnior (20/20)

Segundo alguns economistas que sustentam a tese dos ciclos econômicos, a economia seguiria um processo em que sucessivos ciclos (fases) de expansão ou contração do produto se sucederiam uns aos outros ao longo do tempo, formando um processo cíclico de expansão–crescimento–contração–recessão. A natureza endógena da determinação desses ciclos deveria levar os analistas econômicos, portanto, a buscar as

suas causas no âmbito interno das economias.

Na América Latina, por exemplo, e mais especificamente no Brasil, observou-se ao longo dos anos 50 vertiginosa expansão do produto, decorrente em grande medida de investimentos no setor industrial, voltado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), e de maciços dispêndios públicos para a formação de capital fixo (indústria petroquímica, construção de estradas, construção de Brasília, etc.).

A vertiginosa expansão do produto agregado e o acelerado crescimento econômico observado nos anos 50 produziram, igualmente, os elementos que iriam perturbar o sistema econômico na década seguinte. Nos anos 60, sobretudo na primeira metade da década, as altas taxas inflacionárias, associadas ao crescente endividamento público, decorrentes do pagamento de juros, foram os grandes responsáveis pela desaceleração econômica constatada.

Assim, a expansão dos setores produtivos, capitaneados pela implantação da indústria automobilística e do parque industrial acessório/ complementar (autopeças, petroquímica, siderurgia, etc.), verificada nos anos 50, trouxe em seu bojo os elementos que iriam, na década seguinte, interagir no ambiente econômico, diminuindo a dinâmica da expansão do produto nos anos 60 (altas taxas de inflação e grande dívida pública).

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à Carreira de Diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.

GUIA DE ESTUDOS
PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

INSTITUTO RIO BRANCO

1996

O presente Guia de Estudos reúne informações úteis para os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores.

Constam do Guia:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
- os programas, a bibliografia sugerida e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências; e
- como anexos, a legislação recentemente aprovada que cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I).

A bibliografia sugerida e a orientação para estudo incluídas neste Guia não têm cunho limitativo.

Brasília, dezembro de 1995.

ÍNDICE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que estarão abertas, de 02 de janeiro a 16 de fevereiro de 1996, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos art. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, concurso que, segundo a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, obedecerá às instruções constantes do presente edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação, aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, que ficará retida.

1.1.2. Seguem os endereços onde deverão ser feitas as inscrições:

a) **na sede do IRBr em Brasília**:
- Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, Brasília - DF, CEP 70170-900, tels: (061)211-6184/6183/6646, fax: (061) 322-8355;

b) **nos Centros Regionais nas seguintes capitais**:
- Belém: Ministério das Relações Exteriores, Av. Governador Malcher, 49; tels: (091)242-5932; 242-1043; fax: (091) 223-5506;
- Belo Horizonte: Departamento de História - UFMG; Av. Antônio Carlos, 6627; Cidade Universitária; Pampulha; tel: (031)499-5045; fax: (031) 499-5060;
- Campo Grande: Centro de Ciências Humanas e Sociais - UFMS; Rua 9 de Julho, 1536; Vila Ipiranga; tels: (067) 787-2160 e 787-3311; fax: (067) 787-2160;
- Curitiba: Rua 15 de Novembro, 1457; tel: (041) 232-3170; fax: (041) 232-5233;
- Florianópolis: Departamento de Aqüicultura - UFSC; tel: (048) 228-8293; fax: (048) 234-4069; 228-8293 e 222-2095; Celular: (048) 972-2745;
- Fortaleza: Coordenadoria de Assuntos Internacionais - UFC; Av. da Universidade, 2853; Benfica; tels: (085) 281-5383; 283-3115 e 281-7630; fax: (085) 281-5383 e 283-3115;
- Manaus: Faculdade de Educação - UFAM; Rua General Otávio Jordão Ramos, 3000; Campus Universitário; Coroado; tel: (092) 644-2244; fax: (092) 644-2462; Celular: (092) 982-2662;
- Porto Alegre: COPERSO - UFRS; Av. Paulo Gama, 110; Anexo 1 da Reitoria; tel: (051) 228-1633 ramais 3114 e 3633; fax: (051) 224-3432 e 227-2295;
- Recife: Rua do Hospício, 371; Bloco "C" - 2º andar; tel: (081) 222-4524 ramal 24; fax: (081) 222-0082;
- Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196; tel: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571;
- Salvador: Pró-Reitoria de Extensão - UFBA; Av. Araújo Pinho, 32; Canela; tels: (071) 336-9106; 237-7044; fax: (071) 336-9299, e
- São Paulo: FUNAG; Memorial da América Latina; Av. Mario de Andrade s/nº; Barra Funda; tel: (011) 823-9668; fax: (011) 823-9685;

c) **no Exterior**:
- nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou Repartições Consulares Brasileiras.

1.2. **Taxa de inscrição:** a taxa de inscrição é de R$ 30,00 e deverá ser depositada na conta 55578018-X, da Agência Itamaraty (15032), do Banco do Brasil S.A. (Banco 1), em Brasília, em favor da Fundação Alexandre de Gusmão, com a qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese, será restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme o Art. 12, § 3, V, da Constituição;

b) contar com mais de 21 (vinte e um) anos na data do teste de pré-seleção e menos de 35 na data da última prova, nos termos do Art. 39, parágrafo único, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, podendo inscrever-se, portanto, os nascidos entre 4 de julho de 1961 e 28 de março de 1975);

c) estar em dia com o serviço militar;

d) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

e) ter bons antecedentes; e

f) haver concluído, antes da inscrição, curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.4. **Candidatos casados**: o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 3.3., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, dentre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1. acima.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer a todas as condições exigidas;

b) o original e fotocópia da carteira de identidade; e

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário).

1.7. Depois de inscrito, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, em que se contêm a legislação, o programa e informações relativos ao Concurso.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr dará deferimento aos pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União até uma semana antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais:**

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;

d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista, (ii) agir com incorreção ou descortesia, (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada, e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso; e

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS PROVAS DA PRIMEIRA FASE

2.1. **Local:** as provas da Primeira Fase serão realizadas simultaneamente na sede do IRBr, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1. acima.

2.2. **Horário:** as provas terão início às 09:00h, hora de Brasília, e terão a duração de 5 (cinco) horas.

2.3. **Provas:** serão realizadas três provas nesta fase, a saber:

a) Teste de pré-seleção, no dia 29 de março de 1996;

b) Português, no dia 30 de março de 1996; e

c) Inglês, no dia 31 de março de 1996.

2.4. **Teste de pré-seleção:**

O Teste de pré-seleção (TPS) visa a identificar o grupo de candidatos, cujos interesses e conhecimentos médios mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e ocidental e da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha, com 100 (cem) questões e 5 (cinco) opções de resposta a cada uma. Apenas uma resposta será a correta a perguntas claramente formuladas.

Da aprovação nesta prova dependerá a correção das provas de Português e Inglês.

Os critérios de avaliação do TPS privilegiarão o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

Os parâmetros básicos que o IRBr aplicará são:

- a nota de referência é 40 sobre 100; e

- o número de provas de Português e Inglês a serem corrigidas é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso.

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$F = 1{,}25D + 0{,}5$$
$$N = 150F$$

onde N é o número de provas de Português e Inglês a serem efetivamente corrigidas, e D corresponde ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150° candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150° candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1 se D for igual a 0,4, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150° candidato for igual a 40. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS terão suas provas de Português e Inglês corrigidas.

Sendo a nota do 150° superior ou inferior a 40, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150° for 50, F valerá 1,125, e serão corrigidas N = 169 provas daquelas duas matérias. Se a nota do 150° for 30, F valerá 0,875, e somente serão avaliadas de Português e Inglês de N = 131 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o N-ésimo terão suas provas seguintes corrigidas.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

Depois da prova de Inglês, o IRBr divulgará o gabarito do TPS e, antes de anunciar os resultados da Primeira Fase do Concurso, informará o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150° classificado no TPS, e, por conseguinte, o número de provas (N) de Português e Inglês de fato corrigidas.

2.5. **Português:**

A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

2.6. **Inglês:**

A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

2.7. **Resultados:** os resultados da Primeira Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 14:00h do dia 06 de maio de 1996, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18:00h desse mesmo dia.

2.8. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Primeira Fase do Concurso os candidatos que, aprovados no Teste de pré-seleção, obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado da prova subseqüente.

2.9. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas e revisão de notas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando solicitados pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e sempre nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão requeridos em formulário próprio, fornecidos pelo IRBr;

c) só cabem recursos aos resultados das provas de Português e Inglês;

estando excluído, por sua natureza, o Teste de pré-seleção;

d) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

e) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18:00h do dia 08 de maio, em Brasília, e até as 18:00h, hora de Brasília, do dia 10 de maio, nos Centros Regionais;

f) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

g) o julgamento do recurso terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva; e

h) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Primeira Fase serão anunciados até as 18:00h do dia 15 de maio de 1996 na sede do IRBr, em Brasília, e imediatamente mandados para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Segunda e Terceira Fases do Concurso.

3. DAS PROVAS DA SEGUNDA FASE

3.1. **Objetivo:** a Segunda Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais, exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

3.2. **Local:** a Segunda Fase realizar-se-á em Brasília, nos endereços a serem indicados pela Direção do IRBr no ato da matrícula;

a) os candidatos, que tiverem feito as provas da Primeira Fase nos Centros Regionais, receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir da data do início da Segunda Fase até quando se justificar sua presença na Capital Federal em função do Concurso.

3.3. Matrícula: a concessão da matrícula na Segunda Fase do Concurso estará condicionada à apresentação dos seguintes material e documentos à Secretaria do IRBr:

a) três retratos 3x4;

b) original e uma fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) diploma ou certificado de conclusão, antes da data de inscrição na Primeira Fase do Concurso, de curso superior de graduação plena, reconhecido e (v), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima;

A falta de qualquer desses documentos acarretará a eliminação do candidato.

3.4. **Data:** a Segunda Fase terá início no dia 27 de maio de 1996, em horário e calendário a serem comunicados no ato da inscrição.

3.5. **Junta de avaliação:** Conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos um a Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "aprovado" ou "reprovado". Estes resultados serão publicados no Diário Oficial União, e o IRBr informará a cada candidato reprovado, em particular, o fundamento da sua reprovação. Os candidatos reprovados não serão admitidos às provas da Terceira Fase.

3.6. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 05 de junho de 1996.

3.7. **Recursos:** O candidato reprovado terá direito à recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros:(i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado à Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a junta emitirá um laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o submeterá, com seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Durante o processo de reavaliação, o candidato reprovado fará, condicionalmente, às provas da Terceira Fase, mas o candidato cuja reprovação na Segunda Fase for confirmada será excluído do Exame de Admissão. Se o desejar, o candidato reprovado poderá designar, por sua

conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua desconformidade com a avaliação inicial.

4. DAS PROVAS DA TERCEIRA FASE

4.1. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, entre os dias 06 de junho e 05 de julho, assim distribuídas:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, dos dias 06 a 08 de junho de 1996, em grupos alternados;

b) História, em 14 de junho;

c) Geografia, em 21 de junho;

d) Noções de Direito, em 28 de junho; e

e) Noções de Economia, em 05 de julho.

4.2. **Das provas orais**: as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais;

a) Questões Internacionais Contemporâneas:

i - a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e a posição do Brasil;

ii - na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e organizar sua exposição, bem como a forma como o fará, do ponto de vista tanto da articulação, como da apresentação pessoal;

iii - a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

iv - o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar sua exposição sobre um deles; e

v - a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da bibliografia sugerida.

b) **Inglês**:

i - o objetivo da prova é o de verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato na língua inglesa;

ii - a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

iii - o candidato sorteará três textos e terá 15 (quinze) minutos para preparar um deles, podendo recorrer a dicionário bilíngüe, posto à disposição pelo IRBr; e

iv - a argüição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

c) Aprovação: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima 50 (cinqüenta) em cada uma;

d) Resultados: os resultados das provas orais serão divulgados pela Secretaria do IRBr no dia 10 de junho de 1996;

e) Recursos:

i - o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

ii - os requerimentos deverão ser apresentados até as 13:00h do dia 11 de junho de 1996, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr; e

iii - o resultado dos recursos será anunciado até as 18:00h do dia 13 de junho de 1996 e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

f) O candidato reprovado nas provas orais será eliminado do Concurso.

4.3. Das provas escritas: as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas:

a) terão a duração de cinco horas cada uma;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada;

c) nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil;

d) na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais quando expressamente autorizada, circunstância em que serão fornecidos pela Direção do IRBr;

e) a nota mínima exigida em cada uma das provas escritas é 40 (quarenta).

f) a reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso; e

g) o calendário do anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13:00h)	Apresentação de recursos (até 18:00h)	Resultado final (até 18:00h)
História	17/6/96	18/6/96	20/6/96
Geografia	24/6/96	25/6/96	27/6/96
N. Direito	1º/7/96	02/7/96	04/7/96
N. Economia	08/7/96	09/7/96	12/7/96

4.4. **Resultado final do Concurso:**

a) será considerado aprovado no Concurso o candidato que obtiver, além das notas mínimas exigidas em cada prova da Terceira Fase, média global igual ou superior a 60 (sessenta);

b) o resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, até as 14:00h do dia 15 de julho de 1996, e imediatamente mandado para publicação no Diário Oficial da União, para efeitos de nomeação no Serviço Exterior;

c) a ordem de classificação no Concurso determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata e matrícula automática no PROFA-I;

d) o Diretor do IRBr informará a data da nomeação e da posse no Serviço Exterior, bem como do início do PROFA-I; e

e) uma vez nomeados, os aprovados no Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, na data determinada pelo Diretor do IRBR, iniciando imediatamente as atividades introdutórias do PROFA-I; e

f) o início do efetivo exercício com a obrigatoriedade das atividades do PROFA-I dar-se-á 30 (trinta) dias após a posse.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Segunda e Terceira Fases do Concurso.

5.2. **Identificação e Divulgação dos Resultados:**

As provas escritas serão corrigidas sem a identificação do candidato, a qual será feita publicamente na sede do IRBr, em Brasília.

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de pré-seleção serão dadas em formulário de leitura ótica, e as provas de Português e Inglês terão talões destacáveis.

Na Terceira Fase, os talões serão imediatamente destacados após cada prova escrita.

Em ambos os casos, os talões permanecerão em invólucro fechado até o momento da identificação pública e divulgação dos resultados.

5.3. **Aceitação das Normas do Edital:** O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

André Mattoso Maia Amado

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia sugerida

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática da língua portuguesa, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.

________. Lições de português pela análise sintática, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
CAMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. Vozes, Petrópolis, 1977.
CARRAHER, David W. Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas. Pioneira, São Paulo, 1983.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Moderna gramática do português contemporâneo. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes. Ed. Globo, Rio de Janeiro.
———. Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos. Editora Globo, Rio de Janeiro.
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.
KURY, Adriano da Gama. 1000 perguntas: português. Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
——— Ortografia, pontuação e crase. MEC, Rio de Janeiro, 1988.
LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da língua portuguesa. Martins Fontes, São Paulo, 1982.
SAVIOLI, Francisco e Fiorin, José Luiz. Manual do Candidato - Português. FUNAG, Brasília, 1995.

A partir de 1996, as provas escritas de português terão formato novo, de modo que os modelos de anos anteriores não são reproduzidos neste Guia. Um exemplo de como poderá ser a prova é dado a seguir:

Exemplo de prova de Português

Leia os textos que se seguem.

O campus cai no samba

O samba entrou para a universidade e formou seu bloco entre a comissão dos acadêmicos e a ala da comunidade: sob o comando do sociólogo **Sérgio Murilo**, a Golfinhos da Guanabara - a primeira escola de samba mirim da Zona Sul - fincou estandarte no campus da Praia Vermelha da UFRJ e está iniciando um projeto de educação ambiental, cênica e cultural.

- Passei pela Flor do Amanhã e pelo Projeto Devenir tentando implantar esse trabalho. Que agora parece que vai levantar vôo. O samba é um valor muito forte entre as pessoas do Rio e é o elo perfeito para a universidade se desenvolver em conjunto - opina Murilo, que atraiu o professor **Joel Rufino dos Santos** para ser o presidente de honra da escola.

Tocando o enredo "Oba! É carnaval! ", para o desfile do ano que vem, as mais de mil crianças da escola terão esta semana sua primeira participação no dia-a-dia da universidade: serão estrelas de um vídeo que alunos da Escola de Comunicação farão para o Festival do Minuto.

O Globo, julho de 1995.

Educação em vista de um pensamento livre

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará, assim, uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar (...) em relação a seus próximos e à comunidade.

Estas reflexões essenciais, comunicadas à jovem geração graças aos contatos vivos com os professores, de forma alguma se encontram escritas nos manuais. É assim que se expressa e se forma de início toda a cultura. Quando aconselho com ardor "as Humanidades", quero recomendar essa cultura viva, e, não, um saber fossilizado, sobretudo em história e filosofia.

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassinam o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem. Ora, a sobrecarga do espírito pelo sistema de notas entrava e necessariamente transforma a pesquisa em superficialidade. O ensino deveria ser assim: quem o receba o recolha como um dom inestimável, nunca como uma obrigação penosa.

Albert Einstein. Como vejo o mundo.

Aristarco

O Dr. Aristarco Argola de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. (...)

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei - o aristocrata excelso dos silabários; a pausa hierática de andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público. (...)

Em suma, um personagem que, ao primeiro exame, produzia-nos a impressão de um enfermo, desta enfermidade atroz e estranha: a obsessão da própria estátua. (...)

Enveredando pelo tema querido do elogio próprio e do *Ateneu*, ninguém mais pôde falar...

Aristarco, sentado, de pé, cruzando terríveis passadas, imobilizando-se a repentes inesperados, gesticulando como um tribuno de *meetings*, clamando como para um auditório de dez mil pessoas, majestoso sempre, alçando os padrões admiráveis, como um leiloeiro, e as opulentas faturas, desenrolou, com a memória de uma última conferência, a narrativa dos seus serviços à causa santa da instrução. Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras?

Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade!

Raul Pompéia. O Ateneu.

Professor

Comecei com o pé esquerdo meu primeiro dia de professor. Sempre temi o ridículo. E a tal ponto, que esse temor, forma paroxística de minha timidez, costuma atuar em minha vida como uma bússola negativa, a orientar para o avesso meus atos. Faz-me viver de pé atrás com o mundo, torna-me

arredio e suspicaz, quando poderia confiar, ou, em virtude de viva reação, leva-me a ousar e avançar, em circunstâncias que aconselhariam retraimento. Enfim, põe-me fora do centro de gravidade.

E foi precisamente o ridículo (ele me acompanha como um demônio arrimadiço) que me estragou a aula inaugural.

A hesitação que experimentei ao entrar na sala e o ar canhestro que devia ter já haviam despertado, entre as alunas, desses sorrisos sorrateiros que a gente percebe por um sentido oculto, sem precisar de olhar os circunstantes. Mas a vexatória situação culminou foi no momento em que abri, atarantadamente, o livro de chamada e fiquei a estropiar nomes e a gaguejar, provocando hilaridade geral. (...) Passou a impressão desagradável do episódio ocorrido na primeira aula. Nos dias que se seguiram, ou por temerem a *surveillante* ou por terem dado outro rumo às suas maquinações, as diabretes do Colégio já não me hostilizaram. (...)

Por outro lado, parece que não vou mal no curso. Pelo menos, a diretoria se mostra satisfeita. Nas primeiras aulas, com o fito de conquistar o inimigo, tentei causar sensação, recorrendo a frases de efeito. Que me seja perdoado este pecado contra a dignidade intelectual. Foi o recurso extremo de um homem em apuros. Cometi também erros de técnica, preparei-me como se fosse lecionar na *Ecole Normale Supérieure* de Paris, e não num curso secundário de província. Em vez de me cingir ao que dizem os compêndios, como em geral fazem os professores, aprofundei o assunto, varejei livrarias, vasculhei bibliotecas. Tratei, como coisa familiar, problemas literários de cuja existência as alunas nem sequer suspeitavam.

Embora dessem mostras de interesse, vislumbrando em minhas dissertações um mundo que desconheciam, percebi, com alguns dias, que o nível intelectual do auditório não alcançava o das preleções.

Adaptei-me, agora, à turma, conheço a linguagem que convém ao professor, acostumei-me a repetir palavras e a repisar noções, para dar tempo a que sejam assimiladas.

Cyro dos Anjos. Abdias.

Elabore um resumo dos dois textos literários, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

A Educação e o pensamento livre

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa, e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso.

Embora não se imponha preferência do estilo da redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento do pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo quanto na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

INGLÊS

A prova escrita de inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

Bibliografia sugerida

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

   Time Magazine;
   Newsweek;
   The Economist.

   Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English, Longman, London.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, Oxford University Press, Oxford.
The Concise Oxford Dictionary, Oxford University Press, Oxford.
Webster's Collegiate Dictionary.
The Random House College Dictionary, Random House, New York.
Language Activator, Longman, London.
Roget's Thesaurus, Longman, London.

2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*. Record, Rio de Janeiro.
TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*. Record, Rio de Janeiro.

Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês, Melhoramentos, São Paulo.

2.3. Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall [Plus the useful accompanying exercise books].

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.

SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.

THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.

Comprehensive Grammar of the English Language, Longman, London.

3. Larger reference works:

Oxford English Dictionary, Oxford University Press, Oxford.

Webster's Third International Dictionary.

The Random House Dictionary of the English Language, Random House Inc, New York.

Temas de redação de concursos anteriores

1990

"Men in great place are thrice servants: servants of the Sovereign or State, servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to lose liberty: or to seek power over others and to lose power over a man's self".

1991

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework

of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative 'outdated' - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others".

Henry Kissinger, *White House Years*.

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, highlighting its role in diplomacy.

1993

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

Exemplo de prova no Concurso de 1995

Maria Clara de Abreu Rada Jurgens - 83,00

1 - Composition: Comment on the following quotation:

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

(Sir Winston Churchill)

At a first glance at Winston Churchill's statement, quoted above, one may be led to believe that the former British Prime Minister was simply rephasing the saying: "Dirty laundry is to be washed at home, never in public", yet there are more implications to his remark than merely jest. He here expresses his understanding of three major concepts of political life: the role of the diplomat, external affairs versus internal affairs, and the Sovereignty of the State.

At the external level of affairs in political life, these three concepts are often intertwined. It is the diplomat's role to be aware of what may be said, when abroad,and what must be omitted with regard to his or her country. Not rarely does a country's foreign policy reflect an internal problem it may be undergoing, but the diplomat must convey the impression that these ploblems are no hindrance to the furthering of the negotiations with another country. He may often feel he walks on a razor's edge while attempting to push forward his country's interests, and that, if he slips, he will be responsible for its loss of face. Chruchill sees the diplomat as the politician who must know the right time and place to say things.

External and internal affairs are to be understood as two different government spheres of action. When abroad it is at the level of external governmental policies that negotiations are to be undertaken, regardless of whether or not internal conflicts or problems exist. In foreign affairs, it is the State as a whole that is being represented, and not various interests of divergent segments of its society. Churchill notes that, even if there are reasons to criticize his governement, it is only appropriate to do so at the level of internal affairs.

It is also an issue of State Sovereignty not to bring up a nation's internal problems to the level of foreign affairs. A country's government alone is responsible for its political decisions, and can be judged solely by its people. By bringing these problems to another country, it is allowing an alien to the process to interfere in the natural course of events. There can be no hierarchy between nations. Each must be responsible for its own business.

Mr. Churchill was thus not simply suggesting that he was behaving as a polite guest to a foreign host, when choosing not to criticize his own government abroad. On the contrary, he was defending the principles of valuable political concepts.

2. Translate into English:

Deus, Fé e Política

Roberto Campos

A religiosidade brasileira é peculiar e define bem a natureza do país. Funciona a fogo brando. Somos o país do sujeito convencido de que é católico, sem a menor ponta de dúvida, mas só vai à Missa do Galo, mesmo assim levado pela mulher; não tem noção severa de pecado; escolhe dos Mandamentos o que quer ou não cumprir (sempre excluindo o sexto e o nono, evidentemente...); decide em que vai acreditar (sempre mais ou menos), e não sente grande compulsão de coerência interior.

Mas que é religioso, é. E de uma religião sem trágicos traumas, nem a obsessão da morte. Nunca com a paixão espanhola, a praticalidade anglo-saxã ou a profundidade germânica. Que nossa religiosidade é menos envolvente que em outras culturas ocidentais, provam-nos alguns fatos. Nos países anglo-saxões, por exemplo, a ação de graças antes das refeições, quer na família, quer em público, é hábito entre nós quase inexistente. Não temos grupos religiosos holísticos, como os puritanos, os quakers, os mormons e os amish, nos quais a religião molda totalitariamente o comportamento social e político. Há, entre nós, uma grande carência de vocações missionárias. O Brasil é importador e não exportador de missionários. Por último, há uma séria escassez de santos canonizáveis, o que não deixa de ser embaraçoso no Brasil de hoje, a maior nação católica do mundo.

Em nossa religião camarada, Deus é quase um membro da família. Um pai tolerante, muito ocupado com outras coisas, mas a quem se recorre num aperto. O poeta alemão, o francófilo Heine, apreendeu bem este sentimento, mais latino que germânico: "Deus me perdoará, é seu ofício". Os santos são uma espécie de "conhecidos", a quem dá para pedir um dinheiro emprestado, e esquecer discretamente de pagar. E o espírito de barganha nunca está longe: tome promessa para tudo; para ganhar no bicho, e, se duvidar, até para conhecer biblicamente a mulher do próximo. Herdamos dos avós portugueses uma religiosidade familiar, doce e superficial, que o carinhoso culto do Menino Jesus ilustra bem.

God, Faith and Politics

Brazilian belief is peculiar and well defines the country's nature. It functions mildly. We are the country of the man who is convinced he is a

Catholic - without a shadow of doubt - yet goes just to Midnight Mass, still only because his wife takes him along; who has no severe notion of sin; who chooses from the Commandments those he wishes to obey or not (evidently always leaving out the sixth and the ninth); who decides what he will believe in (always more or less); and who feels no strong need for internal coherence.

Yet he is religions. A kind of religion without tragic troumas or an obsession with death. Never with the Spanish passion, the Anglo-Saxon sense of practicality, or the German depthness. That our belief is less involving than those of other western cultures, there are a few facts that prove it. In Anglo-Saxon countries, for example, the act of thanks giving before meals, within the family circle or in public, is an almost non-existing habit among us. We have no holistic religious groups like the Puritans, the Quakers, the Mormons and the Amish whose religion molds, in a totalitarian way, both social and political behavior. There is among us a great deficit of missionary vocations. Brazil is an importer, not an exporter, of missionaries. Lastly, there is a serious scarcity of candidates for cannonization as saints, which is embarassing in today's Brazil, the largest Catholic country in the world.

In our friendly religion, God is almost one of the family. A tolerant father, too busy with other things, yet to whom one turns when in need. The German poet, Heine, captured this more latin than germanic feeling well: " God shall forgive me, it is His business ". Saints are like "good acquaintances" from whom one may borrow money, and discreetly forget to pay back, and the bargaining spirit is never far away: all sorts of promises are made in exchange for blessings: be them for winning in the lottery and even, no doubt, for getting to know the wife of your neighbor in the biblical way.

We inherited from our portuguese grandfather a family-like belief, sweet and superficial, well illustrated by the tender cult to the infant Jesus.

Orientação para estudo

- Composition:

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks): Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidats scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): There are three main considerations here:

1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

2) the relevance of ideas to the subject of the composition;

3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks): Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

- Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

Prova oral

Na prova oral de Inglês, já na Terceira Fase do Concurso, o candidato deverá ler texto sorteado e responder às questões formuladas pelos examinadores. Disporá de cerca de 15 (quinze) minutos para preparar sua prova, podendo recorrer a um dicionário unilíngüe posto à sua disposição pelo Instituto Rio Branco.

A argüição constará de leitura em voz alta do texto sorteado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, definição da significação de termos, e respostas a questões suscitadas pelo texto.

Orientação para o exame oral

At the oral examination, candidats are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e a posição do Brasil.

Na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e organizar sua exposição, bem como a forma como o fará, do ponto de vista tanto da articulação, como da apresentação pessoal.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas.

O candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente, ampliar o tema inicialmente tratado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os temas listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é recomendável a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente e deve ser complementado pelo estudo de obras e artigos de especialistas em relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências do Ministro de Estado das Relações Exteriores, bem como a Carta das Nações Unidas, a "Agenda para a Paz" e a "Agenda para o Desenvolvimento".

- O cenário mundial pós-Guerra Fria: novas fontes do poder internacional, nova agenda global, nova configuração político-estratégica e econômico-comercial.
- A inserção do Brasil no cenário pós-Guerra Fria.
- O processo de formulação da política externa na era da globalização.

- A redefinição do papel do Estado-nação nas relações internacionais pós-Guerra Fria.
- A reforma da ONU. A questão do Conselho de Segurança.
- Os novos temas globais: meio ambiente, direitos humanos, população, combate ao crime organizado, migrações.
- O tema do desenvolvimento no mundo pós-Guerra Fria.
- A "Agenda para a Paz" e a "Agenda para o desenvolvimento" das Nações Unidas.
- A política externa brasileira e o meio ambiente.
- A política externa brasileira e os direitos humanos.
- A política externa brasileira e a evolução do quadro econômico internacional.
- Desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis.
- A política externa e as questões estratégicas.
- A política externa brasileira e o entorno regional. Aspectos econômicos: o MERCOSUL e a questão da integração.
- As relações com a Argentina.
- As relações com os EUA.
- As relações com os países em desenvolvimento. O caso da África.
- As migrações e suas repercussões nas relações internacionais.
- Diplomacia pública. A cidadania e a política externa.
- Relação entre dívida externa, comércio internacional e investimentos estrangeiros.
- Eficácia e legalidade das sanções internacionais como instrumento de política externa.
- O fundamentalismo islâmico: tendências e perspectivas.

Bibliografia sugerida

a) Livros (*):

ARON, Raymond. Guerra e Paz entre as Nações. Editora da UNB, Brasília, 1983.

FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). Temas de Política Externa Brasileira. FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.

FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). Temas de Política Externa Brasileira II (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. Cia das Letras, São Paulo, 1995.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. Simon & Schuster. London-New York, 94.

MAGNOLI, Demétrio. Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas, FUNAG, Brasília, 1995.

MORGENTHAU, Hans J. Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace, Alfred Knopf, New York.

SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995) FUNAG, Brasília, 1995.

WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. The United Nations and Changing World Politics. Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigos

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in* Política Externa, vol. 3, no. 3, 1994-1995.

FONSECA Jr., Gelson. "Aspectos da teoria das relações internacionais", *in* Política Externa, vol. 3, no. 3, 1994-195.

Além da bibliografia acima sugerida, recomendam-se as publicações do IPRI/ FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais).

É aconselhável que o candidato leia regularmente periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique*, *Carta Internacional* (USP/ FINEP/ FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

(*) As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço: Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores - Anexo 2 - Térreo - 70170-900 Brasília, DF

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não tem tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de cinco dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL.

Programa

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.

5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.

7. **O Brasil Republicano - Política e Administração:**

a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. **O Brasil Republicano - Economia:**

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. **O Brasil Republicano** - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. **O Brasil Republicano - Política Externa:**

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. **Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:**

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa

1. **Estruturas e idéias econômicas**

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. **Revoluções**

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. **As Relações internacionais**

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e desagregação do bloco soviético.

4. **Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação**

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão

A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

Bibliografia sugerida

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flávio e Dohlnikoff, Miriam. Manual do Candidato - História do Brasil, FUNAG, Brasília, 1995.

CARONE, Edgar. A Republica Velha, DIFEL, São Paulo.

————. A Segunda República, DIFEL, São Paulo.

————. A Terceira República (1930-1937), DIFEL, São Paulo

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil, Ática, São Paulo, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro, Globo, Porto Alegre, 1979.

FAUSTO, Boris. História do Brasil, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959 (1ª ed.).

HOLANDA, Sérgio Buarque de, e FAUSTO, Boris (organiz.). História Geral da Civilização Brasileira, DIFEL, São Paulo.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1945 (1ª ed.).

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

————. Brasil: de Castelo a Tancredo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

B) História Mundial Contemporânea:

ARENDT, Hanna. Origens do Totalitarismo, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.

BARRACLOUGH, G. Introdução à História Contemporânea, 4a. ed, Zahar, Rio de Janei- ro, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzio. Desenvolvimento e Dependência na América Latina, Zahar, Rio de Janeiro, 1970 (1a. edição).

GRENVILLE, J. A. S, A History of the World in the Twentieth Century, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.

HALL, J. A. Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West, Penguin, London, 1992.

HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina, Paz e Terra, São Paulo, 1975.

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções, Paz e Terra, São Paulo,1975.

————. A Era do Capital, Paz e Terra, São Paulo, 1977.

————. A Era dos Impérios, Paz e Terra, São Paulo, 1988.

————. A Era dos Extremos, Cia. das Letras, SP, 1995.

JOUVENEL, Bertrand de. As Origens do Estado Moderno, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

MAYER, Arno. A Força da Tradição, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.

OLIVER, Roland. A Experiência Africana, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.

VAISSE, Maurice, Les Relations Internationales depuis 1945, A. Collin, Paris, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel, Historical Capitalism, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima, e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 a nossos dias, Brasiliense, São Paulo, 1987.

BERG, Eugène. La Politique Internationale depuis 1955, Economica, Paris.

JOLL, James. Europe since 1870, Penguin Books, London, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. A Desintegração do Monolito, UNESP, São Paulo, 1991.

ROBERTS, J. M. History of the World, New edition, Penguin, London, 1990.

PANIKKAR, K.M. A Dominação Ocidental na Ásia, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12), Cambridge University Press, Cambridge.

THOMSON, D. Pequena História do Mundo Contemporâneo, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

VIZENTINI, Paulo. Da Guerra Fria à Crise (1945-1992), Editora Universidade, Porto Alegre, 1992.

——————. A Grande Crise. Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de prova no Concurso de 1995
Mariana Gonçalves Madeira - 85,00

1. Após as guerras napoleônicas, as grandes potências européias dispunham-se ao entendimento e não mais aceitavam que as relações internacionais ficassem à mercê de uma concentração singular de poder. Analise o Concerto Europeu entre 1815 e 1890, não deixando de ponderar seus efeitos sobre a conduta das diplomacias, as relações entre grandes e pequenas potências, o movimento das nacionalidades, a gestão de interesses oriundos da industrialização e a expansão ocidental. Sua reflexão levará a princípios, regras e valores que passaram a informar o sistema internacional do século XIX.

O sistema internacional que emerge com o fim das guerras napoleônicas é chamado balanço de poder, e tem o objetivo de impedir a emergência de uma única potência que viesse desestabilizar o jogo de forças no continente europeu. Outro consenso que emerge é a necessidade de restabelecer a ordem nos vários países que estiveram sob influência de Napoleão. As fronteiras voltam ao que foram em 1792. Talleyrand, o representante francês no Congresso de Viena (1815), consegue uma paz menos dura para seu país. Não obstante, a França se verá bastante reduzida territorialmente.

Os esforços dos diplomatas se concentraram no sentido de não possibilitar o reaparecimento do expansionismo francês e das forças liberais resultantes do período napoleônico nos países europeus. Este é o objetivo da Santa Aliança, proposta pelo Czar Alexandre I, cuja política expansionista era camuflada pelo sentido da Cruzada Católica. Além da Rússia, Prússia e Áustria (destacando-se o conservadorismo de Metternich) fazem parte dessa aliança. A Inglaterra não adere, pois apóia os nacionalismos nascentes, preferirá integrar a Quádrupla Aliança (países da Santa Aliança e a Inglaterra). Para com o continente, sua diplomacia se caracterizará por distanciamento relativo, dito "splendid isolationism". Para conter a França, surgirão também estados tampões a seu redor, como os Países Baixos.

A restauração, entretanto, não poderá ser completa. Por toda parte, sobrevivem os germens do liberalismo. As primeiras revoluções liberais acontecem em 1820. A Revolução do Porto, em Portugal, e de Cádiz, na Espanha. Acontece, também, no reino das duas Sicílias, em Nápoles e na Prússia. A Santa Aliança realiza os congressos de Troppau e Laybach e intervém na Itália e deixa que a França interfira na Península Ibérica.

Com efeito, a Santa Aliança não logra seus objetivos por muito tempo. Logo, o sistema de congressos, reuniões periódicas para controlar movimentos liberais, se revela ineficaz. Mesmo porque a Inglaterra, grande potência naval, está envolta em suas conquistas de ultramar. Não lhe interessa a manutenção de grandes estados. Apóia de início tacitamente, e depois com grande ênfase, os nacionalismos na América Latina.

As revoluções de 1830 são outro ímpeto revolucionário fatal para as forças conservadoras. A Bélgica se declara independente da Holanda. Na França, põe-se fim à dinastia Bourbon, e Luís Felipe de Orleans se instala no poder. Nova onda de movimentos acontece no ano de 1848, varrendo a restauração de vários países europeus - Itália, Prússia, França. Nos dois primeiros países, ela toma sentido nacionalista. Os liberais da Alemanha exigem uma constituição e desejam a união; enquanto que na França, o movimento é vitorioso - surge a Comuna de Paris, inspirada no socialismo

utópico de Fourier. Louis Blanc inicia governo socialista, instala oficinas de trabalho para chegar ao pleno emprego. Mas, mesmo na França, onde a resistência liberal é mais forte, as forças reacionárias tratam de conter o liberalismo.

A partir de inícios dos anos 60, Alemanha e Itália iniciam seu processo de unificação. Já tinham sido feitas tentativas em 1848, sem sucesso. A Itália participa da Guerra da Criméia (causada pelo desejo da Rússia de possuir livre trânsito nos estreitos de Bósforo e Dardanelos) e tenta ainda com Napoleão III aliança contra a Áustria, que domina Venécia e Lombardia. A Alemanha trata de anexar ducados dinamarqueses, cujos príncipes germânicos demonstram, desde a morte de Cristiano IX da Dinamarca, o desejo de integrar a confederação germânica. Para isso, a Prússia alia-se à Áustria, mas logo desmancha a aliança. Na Batalha de Sadova (1866), o germânico Moltke derrota os austríacos, obrigados a assinar a paz de Praga, o que favorece igualmente a Itália, que quer unificar os estados do norte. Para a Itália, faltam os estados do sul e, finalmente, Roma, que nesse momento final é apoiada por Napoleão III. Mas a guerra franco-prussiana (1870-71) é o desenlace final. As unificações: Alemanha e Itália têm processos de unificações paralelos e entrelaçados. Para conseguirem atingir a unidade, contaram com a força da alta burguesia, timoneira do processo de industrializações. A Alemanha tem três parques industriais - Saxe, Silésia e Renânia. A Itália favorece a industrialização do norte.

Mas de todos os países que passaram a ser atingidos pela revolução industrial inglesa do século XVIII, a Alemanha possui a primazia no continente e continuará avançando com mais força após a unificação. De 1871 a 1890, a política bismarckiana de alianças manterá o continente sem guerras. Bismarck lançará a iniciativa da liga dos três imperadores (Prússia, Áustria e Rússia) unindo dessa forma dois rivais. Ele incentivará também o imperialismo dos europeus, especialmente dos franceses, no intuito de apaziguá-los quanto às pretensões na Alsácia-Lorena, região perdida para a Alemanha pelo Tratado de Frankfurt.

Na expansão ocidental, a Inglaterra sairá na frente. Conquista o Egito após Disraeli comprar do Paxá Ismail as ações da Cia. do Canal de Suez e aproveita-se de uma agitação anti-ocidental para afastar a França daquele país. Dez anos após a revolta dos cipaios (1857), conquista a Índia. Na África, deseja ligar o Egito ao Sul (Cabo da Boa Esperança). Suas conquistas se chocarão com a expansão francesa em Fachoda (Sudão),

por volta da década de 80. A França é o segundo império. O colonialismo francês é incentivado com o ministério de Jules Ferry (1881-1885). A Alemanha organiza o Congresso de Berlim (1885) para tentar normalizar o processo de conquista. É uma tentativa de Bismarck de revelar o prestígio de seu país. A pretexto da questão do Congo Belga, os países decidem como deve se dar o processo de conquista na África. O processo também ocorre na Ásia e Extremo-oriente. As perdas chinesas na guerra com o Japão deixam a China vulnerável às pretensões da Europa.

Por fim, vale dizer que a partir de 1890 a industrialização e a modernização política aumentam as rivalidades imperialistas entre países europeus. A partir de então, a Inglaterra sairá do "splendid isolationism". O sistema de alianças bismarckianas se mostrará incapaz de se manter. A aliança austro-russa, desde 1815, já havia sido posta em cheque na guerra da Criméia. A união de interesses entre esses dois países é artificial e passageira. A Rússia se expande (...) na influência pelos Balcãs. A Alemanha passará a ser mais nacionalista e revanchista. Em 1890, os revisionistas do tratado de 1815 estarão fortalecidos para mudar o jogo de forças na Europa.

2. Nos anos 1890, o termo *imperialismo* passou a ter uso corrente na linguagem política e jornalística. Homens de Estado até mesmo orgulhavam-se do adjetivo. Quando os marxistas, de Lênin aos teóricos da dependência, desenvolveram suas teorias do imperialismo, o termo adquiriu conotação pejorativa. Analistas não marxistas acabaram, todavia, por negar os argumentos que serviam ao marxismo revolucionário. Ao examinar o pensamento de uns e de outros, examino o fundamento e a coerência de seus discursos.

O imperialismo denota uma política dos países europeus que, desde a segunda metade do século XIX, tentam dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico de seus países. O imperialismo seria, portanto, decorrência da lógica do processo de industrialização. Por isto, a Inglaterra é o maior e primeiro país em termos de conquistas coloniais. O aumento da produção industrial não segue o crescimento da demanda interna dos países. Assim, eles são levados a procurar mercados consumidores para fazer frente ao crescimento da oferta.

Lênin considera o imperialismo como último estágio do capitalismo, ou seja, o capitalismo comercial passava a ser industrial e monopolista.

A concentração de produção em grandes conglomerados impunha a obtenção infinita de mais e mais mercados para possibilitar a continuação do crescimento industrial. No momento em que a oferta não encontrasse mais demanda, então deveria se dar a derrocada do capitalismo que atingiria seu máximo e seria destruído. A única solução seria um sistema ancorado em bases opostas - o Socialismo. A concepção leninista revisa o sentido positivo do imperialismo empregado pelos homens de Estado do século XIX, pois demonstra que o imperialismo é prejudicial para as sociedades cujos governos o adotam porque a produção desconsidera o mercado interno. Este pode mesmo se encontrar muito restrito porque os baixos salários colaboram para a competitividade do preço dos produtos. Em segundo lugar, o imperialismo prejudica o desenvolvimento dos mercados consumidores, impotentes para desenvolverem sua produção industrial.

A tese é retomada pelos teóricos da dependência em meados dos anos 60, radicados na Escola da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU). Entre seus expoentes, encontram-se Raul Prebish, Teotonio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Compreendendo a fraqueza da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, e seus efeitos prejudiciais para os países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas, os dependentistas quiseram ir de encontro às defesas do processo de trocas comerciais do neo-imperialismo. Ou seja, o comércio exterior estaria prejudicando os países pobres dada a imutabilidade das pautas de exportação. A solução seria a substituição de importações com base no desenvolvimento dos mercados internos e na montagem de parques industriais. Os dependentistas não tinham a visão simplista de Lênin e não advogaram o estabelecimento de regimes socialistas. Mostraram apenas como o processo iniciado com o imperialismo do século XIX desembocou em perdas substantivas para os países não-imperialistas. Tinham clara influência marxista, mas, em termos políticos, não defendiam soluções marxistas.

Os críticos do marxismo, realistas políticos, defendem que a concepção de imperialismo não se assenta apenas em bases econômicas. O processo de expansão colonial na África e Ásia no século XIX atendeu a outros imperativos, além da busca de mercados consumidores. Havia a preocupação de encontrar espaços para as migrações européias, dado o crescimento populacional ocorrido ao longo do século XIX. Ademais, o imperialismo é especialmente um fenômeno de luta de imagens, de prestígio, entre os países europeus. Delgado de Carvalho demonstra que a França

recebia menos do que investia em seu império. Os gastos eram enormes. Portanto, o imperialismo seria também uma moeda de poder nas relações internacionais, não apenas decorrente de razões capitalistas. Bismarck apoiava o imperialismo dos outros países, mas teve que ceder à onda de conquistas que acontecia na Europa do final do Século.

Os teóricos realistas (da "realpolitik") acreditam que os países devem perseguir objetivos pragmáticos e que, portanto, inevitavelmente os interesses se chocam. O imperialismo é demonstração de força e não haveria motivo para, dada a anarquia das relações internacionais, não fazer uso dela. Contra esses teóricos, os globalistas (da corrente globalista das relações internacionais) denunciam o atual neo-imperialismo, ancorado não mais em trocas externas, mas no poder de dominação pela tecnologia, o conhecimento científico. Esta é uma corrente mais atualizada da concepção de imperialismo; desta vez, muito mais sutil, mas igualmente perverso, porque aumenta cada vez mais a distância entre países possuidores e não possuidores de tecnologia.

3. Historiadores ponderam os efeitos da Guerra do Paraguai sobre o Império em termos de crise. Ao julgar essa tese, avalie as conseqüências do conflito sobre o governo de Gabinete, o orçamento, a instituição militar e o prestigio da monarquia.

A maior e última guerra do Império pode ser considerada sob dois ângulos - a consolidação da hegemonia brasileira no Prata e os efeitos de crise sobre o sistema político-econômico interno. Os historiadores privilegiam o segundo aspecto porque a Guerra do Paraguai trouxe novo ímpeto às forças modernizadoras que acabaram derrubando o regime monárquico.

A primeira crise decorrente do conflito aconteceu no Gabinete e foi um dos fatores que levaram ao fim do período da Conciliação (1853-1868). No último gabinete, de Zacarias, o Imperador se alia aos conservadores porque estes queriam mandar Luis Alves de Lima e Silva para combater na guerra. Caxias era conservador e tinha apoio daqueles políticos. Cria-se, então, a contradição com o gabinete liberal que sai do poder em favor dos conservadores. A partir de então, as reformas progressistas serão barradas. O programa da Liga Progressista, formada por liberais que desejavam modernizar o sistema político (reforma eleitoral, maior controle do poder monárquico), não será realizado.

Os efeitos negativos nas contas do Império será outro motivo para enfraquecer a monarquia. Até antes da entrada de Caxias na guerra, Argentina e Uruguai lucravam com a manutenção da guerra porque os portenhos de Montevidéu e Buenos Aires (entre eles, Urquiza, que, de aliado de F. Solano López, passa à neutralidade, percebendo os lucros do comércio que desejava realizar) proviam o Império com materiais e alimentos. O Império contraía dívidas crescentes. Argentina e Uruguai tinham menos interesse em finalizar a guerra. Nos últimos dois anos, abandonam as forças brasileiras que passam a combater sozinhas. Ademais, as dívidas que o Império teve que fazer junto à praça de Londres para custear a guerra também pesou no desequilíbrio financeiro após a guerra.

O papel dos militares representou outro golpe de força no Império. O Exército passa a tomar consciência de seu papel reformador e de seu pequeno peso político no regime monárquico, situação esta que será um dos fatores fundamentais para a queda do Império. A contradição entre o Império e os regimes republicanos de seus aliados dotará os militares de novas forças para exigir reformas. Ademais, os contingentes contaram com a participação dos voluntários da Pátria, formados especialmente de negros alforriados. A presença desses negros irá colaborar para que o Exército seja a favor do fim da escravidão.

Dessa forma, a guerra do Paraguai representa um fenômeno contraditório e, talvez, ambíguo. Isto acontece porque, a despeito dos resultados desagregadores resultantes da guerra, o Império vence. Consegue derrotar as pretensões de López do grande Paraguai, formado por Paraguai, Uruguai e as províncias Argentinas de Corrientes e Entre Rios, além de pedaço do território brasileiro. O Prata se encontra apaziguado. Tropas brasileiras permaneceram no Paraguai até 1876, mesmo após a paz de 1872 com o Paraguai, por temor de rivalidades com a Argentina. Mas os governos do Prata serão títeres do Império, o que determina a contradição entre a vitória e sua hegemonia na região (com bases em tratados vantajosos não só com o Paraguai, mas também com Mitre e Flores) e, por outro lado, a instabilidade interna que passará a nortear as últimas duas décadas do Império.

Os efeitos mais imediatos serão a pressão do abolicionismo (que será feito gradualmente, a partir da Lei do Ventre Livre de 1871, depois a Lei Saraiva Cotegipe de 1885 e, finalmente, a Lei Áurea de 1888), o surgimento da questão militar (os militares lutarão por mais direitos e influência política; em 1875, eles estarão proibidos de se expressarem publicamente), o problema financeiro (mais tarde agravado pelas crises do café, especialmente a partir da República). Vale também destacar que a conjuntura interna que emerge durante e a partir da Guerra do Paraguai é de radicalização de tendências. Não haverá mais possibilidade de conciliação entre liberais e conservadores. A demanda por reformas política (como o fim do voto censitário) será amenizada com a Lei Eleitoral de 1881, que acaba com a eleição de dois turnos e aumenta o número de votantes. Mas as reformas serão poucas porque os Conservadores tentarão detê-las. Surgirá, já em 1870, o Manifesto Republicano e o Partido Republicano. Rui Barbosa tentará renovar o Partido Liberal, mas suas idéias serão considerados muito avançadas. Há um racha no Partido. Rui Barbosa se declara "Republicano do dia seguinte". Cada vez mais, estará evidente a contradição entre o prestígio internacional de D. Pedro II, com base em sua diplomacia presidencial, e na vitória na Guerra do Paraguai, e a incapacidade de harmonizar as forças políticas internas, o que acaba gradativamente minando o prestígio.

Portanto, para o Império, as conseqüências serão negativas, aguçarão o liberalismo progressivamente republicano e colocarão o Monarca e as forças conservadoras em situação de impasse. As relações internacionais - conflito no Prata - reaproximaram o Império da Inglaterra, com quem havia rompido relações por causa da questão Christie. A Inglaterra percebeu a força da hegemonia brasileira no Prata e tentou minimizar esses resultados, oferecendo auxílio financeiro.

A guerra do Paraguai marca o início do declínio do Império. A monarquia e os gabinetes conservadores não saberão como lidar com os efeitos perturbadores do conflito e acabarão impotentes frente às forças republicanas.

4. É sabido que a maçonaria ocupou papel de relevância no nascimento do Império brasileiro. Ao longo do século XIX ela esteve presente em diferentes percepções políticas de líderes e revoltosos. No nascimento da República, teve a maçonaria papel diferente ou similar ao que desempenhou no Império? Diferente ou similar daquele desempenhado pelo positivismo?

No surgimento da República, a maçonaria gerou a questão religiosa. O Brasil do Império instituiu a religião oficial católica, mas na sociedade brasileira foi-se consolidando um sentido de liberalismo nos costumes, especialmente nas crenças religiosas. Como bem demonstraram

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em seus respectivos Casa Grande & Senzala e Raízes do Brasil, o catolicismo no Brasil não se apresentou com toda rigidez típica do contexto europeu. A permissividade que caracterizou as práticas morais acabou possibilitando que na própria igreja católica houvesse padres maçons. A maçonaria teve, ao longo do Império, várias facetas. Em alguns casos, apoiou movimentos rebeldes que se opunham à centralização política e eram a favor do liberalismo. Entretanto, mesmo no governo, alguns deputados eram maçons ou simpatizantes, como o Visconde do Rio Branco.

Na conjuntura do surgimento da República, a maçonaria, embora permitida tacitamente, acabou representando força contrária ao Império porque separou a igreja do Estado, retirando a sustentação do poder monárquico. Nesse sentido, teve papel semelhante ao positivismo que também propõe o Estado laico (concepção que esteve presente na Carta de 1891).

A bula papal que impedia a ligação da igreja com a maçonaria não foi aplicada com rigor no Brasil. Alguns incidentes aconteceram quando ordens religiosas denunciaram a ligação de padres com a Maçonaria. Isto aconteceu em Olinda e Pará. No Rio de Janeiro, o Visconde do Rio Branco participou de uma festa em sua homenagem realizada por maçons, o que indispôs a maçonaria com o Império. A conseqüência é o fim do padroado quando do fim do Império.

Portanto, a maçonaria representava força modernizadora do sistema político que, como o Positivismo, acabou se chocando com a resistência conservadora monárquica.

5. É lícito interpretar a Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubitschek como impulso para modernizar a Política Externa Brasileira? Trate o assunto nas suas relações tanto com a tradição varguista de acoplar a política exterior ao desenvolvimento nacional quanto com o ocidentalismo e o contexto da Guerra Fria. Examine, ainda, o impacto da OPA sobre o Pan-Americanismo e a prática do multilateralismo.

A OPA é lançada em pleno contexto de Guerra Fria e de exacerbamento do espírito anti-norte-americanista da América Latina. No final da 2ª Guerra Mundial, a América Latina estava sob a égide dos EUA. Foram assinados o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947) pelo qual se fundamentava a defesa conjunta do continente - qualquer ataque a um país americano seria considerado ataque ao continente. Em 1948, foi criada a OEA (Organização dos Estados Americanos). Os EUA dominavam a OEA e usavam este concerto político para manter a América Latina sob a égide do ocidentalismo como um "backyard". O alinhamento político, entretanto, não era seguido por cooperação econômica. Os EUA se preocupavam em fazer face à expansão russa na Ásia.

A diplomacia brasileira evoluíra a partir do "alinhamento automático" de Dutra que não logrou atrair capitais estrangeiros para o país. Dutra será o governo das "ilusões", conforme exprimiu Gerson Moura. O segundo governo Vargas será conflituoso. A Missão Abbink (1948) e a conseqüente criação da Comissão Mista Brasil-EUA (1950-51) não surtirão os efeitos esperados. Vargas não atendera às exigências norte-americanas. Os investimentos no Brasil serão mínimos porque o nacionalismo desenvolvimentista de Vargas restringe a participação de multinacionais e privilegia a estatização da indústria (como, por exemplo, no caso da Petrobrás em 1953). As concepções do desenvolvimento nacional estarão divididas entre os nacionalistas e os liberais associados. Estes últimos sairão vitoriosos com a eleição de JK.

JK abre a economia para os capitais externos, fazendo grande uso da instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), mas almeja o aumento dos investimentos. As relações de possível cooperação com a Europa esbarravam com a criação da Comunidade Econômica Européia pelo Tratado de Roma de 1957. JK temia o fechamento do mercado europeu para produtos brasileiros em decorrência das tarifas preferenciais dadas aos países africanos. É então que JK tenta atrair os capitais norte-americanos.

Percebendo a dificuldade da manutenção do alinhamento político da América Latina com os EUA, JK tenta transformar o alinhamento político em cooperação econômica. Seu poder de barganha encontrava-se algo deteriorado, pois o Brasil não havia mandado tropas à Guerra da Coréia (como o governo dos EUA esperava). JK soube aproveitar a conjuntura regional de insatisfação popular, expressa no exacerbamento das reivindicações trabalhistas, dos movimentos contestatórios rurais e urbanos por toda a América Latina.

A visita do Vice-Presidente Nixon dos EUA foi o estopim do lançamento da OPA em 1958. Nixon havia sido muito mal recebido na América Latina. Neste contexto, JK escreve uma carta ao Presidente Eisenhower expondo a situação de aumento de pobreza e de radicalização política.

referindo-se a "ideologias exóticas" (eufemismo para ideologia comunista) que estariam ameaçando a estabilidade política da América Latina. A OPA não é bem acolhida, mas revela uma tentativa ambiciosa de renovar os canais diplomáticos, não mais pela via do bilateralismo, mas fazendo uso de concertações multilaterais com o continente. A diplomacia de JK, baseada no capitalismo associado, representa também a regionalização das relações exteriores do Brasil (A Política Externa independente irá "mundializar").

A OPA demonstra também a continuidade da política externa que, desde 1930, com Vargas, se caracteriza pela busca do desenvolvimento nacional. A OPA não terá, entretanto, muitos efeitos. A revolução comunista em Cuba (1959) despertará o governo dos EUA para a necessidade de renovar os laços com o continente. O Presidente Kennedy lançará a Aliança para o Progresso, que incluirá alguns princípios da OPA, como a cooperação econômico-financeira, mas também não se concretizará na prática por investimentos importantes. Para o pan-americanismo, os resultados serão positivos. JK não havia discutido com os governos latino-americanos o lançamento da OPA, mas os frutos uniram os países. A ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) são citados pela historiografia como conseqüências da OPA (1958).

A OPA representará a tentativa de modernizar a política externa, iniciando um processo de estreitamento de relações entre os países da América Latina e, nesse sentido, fortalecendo o pan-americanismo e o multilateralismo – forças que irão ameaçar a rigidez do bipolarismo, especialmente a partir de meados dos anos 60. Com o interregno do governo de Castelo Branco, a diplomacia brasileira não se norteará pelo alinhamento com os EUA, tentará encontrar novas vias de desenvolvimento com países do Terceiro Mundo e privilegiará o multilateralismo, sem se desvincular do ocidentalismo hegemonizado pelos EUA.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, das quais 3 (três) referentes ao Brasil.

Programa

1. **Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.**
   - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
   - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
   - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
   - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
   - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2. **A Formação Territorial do Brasil.**
   - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro relevo, clima, vegetação e hidrografia).
   - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
   - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
   - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
   - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
   - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
   - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3. **O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.**
   - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
   - 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos do solo sustentáveis.

Bibliografia sugerida

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.

ARAÚJO, Regina Célia. Manual do Candidato - Geografia. FUNAG, Brasília, 1995.

BECKER, Bertha. Amazônia. Ed. Ática, São Paulo, 1990.

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. Ed. Ática. São Paulo, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. Ed. Contexto, São Paulo, 1988.

__________. Geografia Política e Geopolítica. Ed. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. Geografia. Pequena História Crítica. Ed. Hucitec, São Paulo, 1982.

__________. Meio Ambiente e Ciências Humanas. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado. Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

__________. A Urbanização Brasileira. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton et alli. Fim de Século e Globalização. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. et alli. Globalização e Espaço Latino-Americano. Ed. Huci- tec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. et alli. Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina. Ed. Contexto, São Paulo, 1989.

__________. O Desafio Ecológico. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

BARRIOS, Sônia et alli. A Construção do Espaço. Ed. Nobel, São Paulo, 1985.

BURSZTYN, Marcel (org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Ed. Difel. São Paulo, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Rede Urbana. Ed. Ática. São Paulo, 1989.

DAMIANI, Amélia. População e Geografia. Ed. Contexto. São Paulo, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Blocos Internacionais de Poder. Ed. Contexto. São Paulo, 1991.

LAVINAS, Lena et alli. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. Para Entender o Mercosul. Ed. Moderna, São Paulo, 1994.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. Ed. Caetés, São Paulo, 1987.

MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias Geográficas. Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. Ed. Contexto, São Paulo, 1989.
ROSS, Jurandir S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. Ed. Contexto, São Paulo, 1990.
SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. Ed. Hucitec, SP, 1979.
SANTOS, Milton (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.
SCARLATO, Francisco C. e PONTIN, Joel A. Do Nicho ao Lixo. Ed. Atual, São Paulo, 1992.
WETTSTEIN, German. Subdesenvolvimento e Geografia. Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

Exemplo de prova no Concurso de 1995
Carlos da Fonseca - 81,00

1. O mundo experimenta na atualidade a maior aceleração do tempo histórico de que se tem notícia, onde novas tecnologias fragmentam e individualizam o trabalho em torno de redes de informação, e onde ocorre a mundialização das trocas e dos fluxos de informação nas áreas comercial, financeira, acadêmica e tecnológica. Levando-se em conta o modelo de organização espacial brasileiro, quais as regiões que apresentam condições mais favoraveis de desenvolvimento, diante da nova realidade internacional?

O mundo experimenta atualmente uma nova e acelerada etapa de seu desenvolvimento econômico-industrial, marcada por uma aceleração sem precedentes do acesso à informação através de uma rede intrincada de fornecimento de dados que se vem espalhando pelo mundo. Tal etapa, comumente chamada de 3ª revolução industrial, se caracteriza pelo desenvolvimento de tecnologias novas, de altíssimo valor agregado, que cumprem o papel de multiplicador da produtividade das indústrias e de acelerador - dinamizador da produção de serviços.

Uma síntese ampla do processo evolutivo da industrialização mundial revelaria uma gradual aceleração no desenvolvimento de tecnologia e meios de produção. Paralelamente, apontaria para uma relação estreita entre tal aceleração e um processo de concentração/monopolização dos meios de

produção e de capital. Grosso modo, é lícito dizer que a aceleração no processo de desenvolvimento econômico-industrial é proporcional ao grau de interação (e monopolização) das economias mundiais.

O que vemos hoje é uma etapa nova, que marca uma aceleração exponencial no processo de desenvolvimento, e é coerentemente caracterizada por uma globalização da economia mundial. O tempo histórico foi acelerado, de fato, pois as distâncias a serem percorridas pela informação se encurtaram sobremaneira. O trabalho fragmentou-se, na medida em que, à tradicional divisão de trabalho, se sobrepôs uma gama intrincada de relações de troca de informação que já não respeitam a lógica nacional ou regional. O acesso direto a redes de comunicação como a Internet, a construção de uma complexa rede internacional de informações (G.I.I.) dá acesso a todos aqueles que já se encontram preparados para usufruí-la, a uma porta de acesso imediato ao mundo. A terceira revolução industrial não somente acelera o tempo histórico como também contribui para uma "reconstrução" do espaço, na medida em que cria 'novos fluxos' econômicos e aproxima regiões distantes.

O Brasil vem criando condições para usufruir plenamente dessa nova etapa no desenvolvimento mundial. É preciso, no entanto, considerar de maneira histórica, o processo evolutivo do desenvolvimento econômico brasileiro, pois dele decorre o aproveitamento regional desses novos meios oferecidos pela tecnologia da 3ª revolução industrial.

Assim, é necessário considerar que nosso desenvolvimento econômico se deu sempre de forma concentrada em algumas regiões do país. A hegemonia econômica do café na região Sudeste criou condições para uma acumulação de capital que promoveu um desenvolvimento industrial precoce. Tal processo criou condições prévias para uma ação governamental que privilegiou (nos anos 50, 60 e 70) tal região na elaboração de projetos de infra-estrutura - construção de estradas, hidrelétricas, indústrias de base. A região Sudeste veio, assim, ao longo dos anos, acumulando benefícios que a tornaram atraente ao capital externo. Durante os anos 70 e 80, conjugaram-se assim a ação do estado autoritário (que, através do 1° e 2° PND, privilegiaram processo de desenvolvimento marcado por forte concentração - geográfica e de capital) e de capital internacional, que privilegiou a região Sudeste, "core area" nacional, por ali encontrar condições favoráveis para seus investimentos.

O resultado de tal processo, em termos de organização de espaço nacional, é visível: uma "core area" concentrando a maior parte da riqueza

nacional (produzindo mais de 70% do PIB nacional) e articulando o país através de suas redes de estradas e ferrovias. Paralelamente, encontramos uma "periferia deprimida", na expressão feliz da professora Bertha Becker, situada basicamente na região Nordeste, e uma área de "fronteira de recursos", ao Norte e Centro Oeste.

Diante de tal situação, é fácil prever que as regiões que apresentam hoje condições mais favoráveis para o pleno aproveitamento dos benefícios da 3ª revolução industrial - o que acarretaria maior grau de desenvolvimento - são as que compõem a "core area" brasileira: as regiões Sudeste e (secundariamente) Sul. Tal fato se dá, basicamente, em função de essas áreas concentrarem:

- o maior número de universidades, que as colocam em contato direto com as mais recentes pesquisas tecnológicas mundiais

- o maior número de indústrias

- o maior número de consumidores com poder aquisitivo suficiente para ter acesso a computadores, etc.

- as empresas com maior capacidade para desenvolverem redes de informações e acessá-las às redes mundiais (G.I.I)

- o maior volume de capital

- infra-estrutura compatível com as necessidades inerentes a tal processo de desenvolvimento - acesso à Internet, a satélites, a redes de comunicações por fibra ótica, etc.

2 Resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para um redirecionamento dos fluxos migratórios, em que os movimentos intra-regionais prevalecem sobre os inter-regionais. Um aspecto importante dessa dinâmica populacional é a predominância dos deslocamentos de curta e média distância em direção às grandes cidades, especialmente às capitais dos Estados e a algumas cidades de porte médio. A que se pode atribuir essa nova tendência dos movimentos migratórios no Brasil, e qual sua relação com o desenvolvimento econômico e social recente do país?

O redirecionamento dos fluxos migratórios no Brasil pode ser relacionado a uma série de fatores que dizem respeito ao processo atual de desenvolvimento de nossa economia.

O primeiro fator a explicar diretamente o recuo dos fluxos inter-regionais é provavelmente o "fechamento" de nossas fronteiras agrícola e de recursos. De fato, tais "novas fronteiras" representaram nos anos 60, 70 e 80 (menos nos 80) um estímulo novo aos fluxos inter-regionais, que se somaram aos fatores de repulsão de certas regiões periféricas deprimidas. Projetos de reforma agrária e de assentamento de agricultores nas novas áreas de exploração agrícola (caracterizando nossa corrida para o Oeste), como o projeto de reforma agrária associado à construção da rodovia Belém-Brasília, durante o governo Geisel, fracassaram por faltarem os incentivos mínimos para a permanência do agricultor no campo (política de preços mínimos, investimentos em infra-estrutura para transporte e estocagem das colheitas, etc). O que se verificou de fato, sobretudo no caso do Centro-Oeste, foi uma gradual concentração das propriedades agrícolas, através de um processo inevitável de "fagocitose", e também em função da capitalização da agricultura. As novas fronteiras brasileiras acabaram por se tornar, não fronteiras de recursos, mas fronteiras para o escoamento do excedente de capitais do Sudeste. O processo decorrente de concentração de terras (via "agrobusiness" ou especulação) acabou por fechar as novas fronteiras e rechaçar os fluxos migratórios que para lá se dirigiam.

Um segundo fator a ser considerado diz respeito às conseqüências regressivas que a grande recessão dos 80 teve sobre as diferentes regiões do país, indiscriminadamente. O mito das grandes cidades do Sudeste como acesso ao bem-estar e à riqueza foi evoluindo pela consciência da realidade caótica de suas favelas, de sua miséria. Tal realidade contribuiu duplamente para o redirecionamento dos fluxos migratórios verificado pelo censo de 91, pois:

a) fez recuar os fluxos inter-regionais, sobretudo os provenientes das regiões periféricas deprimidas, como o Nordeste. Pode-se dizer que, de certa forma, os efeitos de repulsão dessas regiões (seca, fome...) foram anulados pelos efeitos de repulsão dos grandes centros urbanos do Sudeste;

b) acelerou os fluxos intra-regionais, na medida em que a insuficiência ou ineficiência das infra-estruturas urbanas nas grandes cidades faz com que muitos prefiram morar nos arredores destas, a elas se dirigindo diariamente, em fluxos constantes, para trabalhar;

c) a saturação demográfica das grandes cidades - a "superpopulação", pois o crescimento demográfico não é acompanhado por desenvolvimento econômico compatível - acaba expulsando os mais desfavorecidos: a valorização dos terrenos urbanos atinge atualmente todos os setores sociais; possuir hoje uma casa numa favela é quase um luxo. Muitas pessoas são assim levadas a procurarem moradia nos subúrbios

distantes das grandes capitais, onde o preço dos terrenos é mais baixo (e o aluguel é, logo, mais acessível). No Rio de Janeiro, por exemplo, é comum encontrar ex-moradores de favelas centrais como a Rocinha ou o Vidigal tendo que se mudar para subúrbios longínquos ou para outros municípios conurbados à capital (Duque de Caxias, Nova Iguaçu...).

d) os fatores de repulsa que afetam simultaneamente as diferentes regiões do país faz com que os fluxos migratórios inter-regionais Nordeste-Sudeste sejam substituídos por fluxos intra-regionais no Nordeste. Diante da tragédia da seca, o 'retirante' prefere hoje dirigir-se do sertão ou do agreste à Zona da Mata (litoral) de sua região pois, como foi dito anteriormente, o mito do "sul maravilha" perdeu grande parte de seu poder de atração.

3. Em *O Espaço Urbano*, o autor Roberto Lobato Corrêa explica o processo de estruturação das cidades brasileiras tomando por base a ação dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Quais são esses agentes e o que caracteriza sua ação sobre o espaço urbano?

Em seu livro O Espaço Urbano, o autor Roberto Lobato Corrêa aponta para cinco grandes agentes que processam em conjunto ou de forma cumulativa a estruturação das cidades no Brasil. São eles: os proprietários fundiários, os industriais, os agentes e promotores imobiliários, o estado e as populações marginalizadas.

Segundo o autor, cada um desses "atores" age segundo seus interesses imediatos ou em resposta a uma situação já existente.

Os três primeiros têm interesses semelhantes mas podem se chocar - ao industrial por exemplo, interessa que o valor do terreno onde construirá sua indústria não seja elevado, a fim de não pesar no custo de produção final. As indústrias agem, via de regra, em função de uma lógica de produção que leva em conta o problema acima referido. O industrial cria espaço urbano na medida em que constrói junto com sua fábrica uma vila operária ou um centro comercial para suprir as necessidades de seus funcionários. Ele cria e estrutura o espaço urbano na medida em que orienta a localização de sua indústria em função do valor de terras e da existência de uma rede de transportes que possa usar para o escoamento de sua produção. Ele cria e estrutura o espaço urbano através da simples aplicação da lógica de que rege a indústria atrai a indústria na proporção da infra-estrutura existente. Neste sentido é lícito dizer que o agente industrial

depende tanto da ação do Estado (fomentador do desenvolvimento através de seus investimentos em infra-estrutura) quanto da ação especulativa dos agentes e produtores imobiliários.

O segundo agente, o proprietário fundiário, tem como interesse básico integrar sua propriedade às facilidades da urbanização na medida em que tal fato leva, por si só, a uma grande valorização de suas terras. Neste sentido, podemos dizer que seus interesses também são os de maximizar seus investimentos e se chocam com os de industriais que defendem uma desvalorização dos terrenos como condição básica para maximização de suas produções.

Os produtores imobiliários agem na estruturação do espaço urbano na medida em que valorizam, através de seus empreendimentos, tal ou tal área da cidade. Eles são prioritariamente atraídos por empreendimentos imobiliários que se dirijam às camadas sócio-econômicas "solváveis" da população. Constróem, assim, condomínios de acesso exclusivo às camadas mais favorecidas, enquanto que, paralelamente, buscam o apoio do Estado para a detenção de subsídios e investimentos que tornem as camadas populares da sociedades "solváveis" através de planos de financiamento como o BNH e outros. Seus interesses entram em conflito com o de industriais na medida em que visam a valorização dos terrenos com os quais especulam.

A ação do Estado na estruturação das cidades brasileiras é fundamental. Vários são os instrumentos de que dispõe o Estado para agir direta ou indiretamente sobre a formação e estruturação desse espaço. O Estado pode agir indiretamente através de :

- investimentos em infra-estrutura (que valorizarão determinadas áreas em detrimento de outras);

- "calibragem" do nível de impostos urbanos que cobra, como IPTU (o que torna uma área mais cara do que a outra e contribui, assim, para estimular uma segregação urbana);

- investimentos de infra-estrutura em transportes (sobretudo coletivos), o que permitirá, por um lado, uma dinamização de certas áreas e, por outro, o deslocamento mais rápido de populações que poderão habitar em áreas periféricas - mais baratas; e

- limitação do crescimento demográfico das cidades através de medidas de desestímulo à imigração (cidades do interior de São Paulo praticam normalmente tais políticas).

O Estado pode agir diretamente sobre a estruturação do espaço, através de:

- criação de novos espaços a serem urbanizados por intermédio de aterragem, drenagens, etc (como exemplo temos o Rio de Janeiro, cujo bairro do Flamengo foi parcialmente criado sobre aterros) e;

- criação de bairros operários, de conjuntos habitacionais e de estruturas comerciais adjacentes favorecendo o desenvolvimento de novos bairros.

O último agente a ser referido é o composto por populações marginalizadas, que contribuem para a estruturação do espaço urbano na medida em que constróem favelas que se espalham pelas cidades brasileiras. Segundo o autor, tal ação pode ser caracterizada como "de resistência", pois corresponde freqüentemente a uma resposta à falta de respostas oferecido pela sociedade e pelo Estado aos problemas de nosso desenvolvimento desequilibrado e criador de miséria.

4. Especialistas prevêem que, mantidos os atuais níveis de degradação dos solos em regiões áridas, semi-áridas e subúmidas do Globo Terrestre, a Humanidade perderá, até o final deste século, um terço de suas terras agricultáveis. Essa perspectiva se revela especialmente preocupante, uma vez que, apenas para manter o atual padrão de nutrição da população mundial, será necessário produzir, nos próximos vinte e cinco anos, uma quantidade três vezes maior de alimentos. Quais as nações mais atingidas por essa crise, e que fatores contribuem para agravá-la?

A situação da agricultura no mundo atual é complexa e ambígua, na medida em que se caracteriza por problemas de superprodução nos países mais desenvolvidos e por problemas de subprodução e destruição em certos países mais pobres, países estes que se encontram, por outro lado (sobretudo os africanos), vitimados pela desertificação de parte considerável de seus territórios.

Segundo dados da F.A.O., válidos para os anos 80, a produção mundial de alimentos, medida em termos de calorias/dia, atinge médias superiores às necessárias para uma equilibrada alimentação da população mundial - a produção de calorias nos países desenvolvidos chega a 2.960 por dia e por habitante; a produção média nos países em desenvolvimento oscila em torno de 2.500 calorias/dia (o consumo mínimo de calorias/dia segundo a F.A.O. seria de 2.300, o que equivaleria a uma alimentação equilibrada).

No entanto, tais dados correspondem a um "instantâneo" de uma situação extremamente dinâmica e cambiante. Atualmente, o que se verifica é, por um lado, a redução relativa das superproduções européias (através das reformas na P.A.C. - política agrícola comum da União Européia) e norte-americanas e sobretudo uma drástica diminuição da produção de vários países menos desenvolvidos. Os países mais atingidos por tal crise são os do continente africano, vítimas de um processo de desertificação (a chamada "sahelização") de parte substancial de seus territórios. Países como Mali, Burkina Faso e Niger se encontram em plena fronteira do "Sahel" e vêm sendo as principais vítimas da desertificação na África. Seu incipiente desenvolvimento no setor agrícola está sendo diretamente comprometido por tal fenômeno (alguns desses países não produzem mais do que 1.500 calorias/dia por habitante).

Paralelamente verifica-se também desertificação em certas áreas agrícolas da Ásia, sendo o maior exemplo desse fato o processo de desertificação (e assoreamento) em torno do Mar de Aral, na ex-União Soviética. Verifica-se, ainda, um recente e ainda não irreversível processo de desertificação, via laterização dos solos, de regiões úmidas e subúmidas da África e América Latina, vítimas de desmatamento (tal processo atinge pontualmente certas regiões do litoral de mata Atlântica e da Amazônia brasileira).

A continuar no atual ritmo, a desertificação, sobretudo no que diz respeito à África, poderá comprometer definitivamente suas áreas agricultáveis, tornando tais países dependentes de uma "terceira" revolução agrícola que multiplique a produtividade nos países mais desenvolvidos (o que se verifica agora é, como dissemos, uma tendência à baixa de produtividade na Europa e Estados Unidos, como resposta à superprodução).

É necessário, assim, conter o processo de desertificação por intermédio do desenvolvimento de métodos de irrigação acessíveis aos países mais pobres e pela contenção do desmatamento indiscriminado em países como o próprio Brasil, países da América Central (Costa Rica, México, ...), etc.

5. Existe uma controvérsia entre correntes teóricas que acreditam na possibilidade de ocorrência de alterações climáticas pela ação humana, incluindo-se aí o problema da destruição da camada de ozônio, e correntes

teóricas que negam a veracidade científica de tais argumentos. Analise essa questão nos seus aspectos físicos, sócio-econômicos e políticos.

Em março de 95, reuniu-se em Berlim a Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas, dentro do programa previsto pela Agenda 21, documento principal da Rio 92. Nela discutiu-se o problema da destruição da camada de ozônio e seus efeitos sobre o clima da terra. Problema maior ali colocado por vários países decorre da controvérsia existente sobre os efeitos da ação do homem no que diz respeito às variações climáticas que efetivamente verificamos hoje em certos países. Argüi-se que a variação de uns poucos graus na temperatura média da terra corresponderia a um possível derretimento das calotas polares, o que implicaria uma substancial elevação do nível dos mares e oceanos.

O pomo de discórdia parece ser, nesse sentido, o peso real das emissões de gases na destruição da camada de ozônio. Muitos defendem que há uma proporção direta, que deve ser associada à produção das indústrias, à multiplicação do número de automóveis, etc. Para tais teóricos, um controle rigoroso de tais emissões é imprescindível - o que, em última análise implica uma redução do ritmo de desenvolvimento industrial (poluidor) de certos países.

Outros teóricos defendem que o volume de tais emissões, embora elevado, não compromete a atmosfera, pois as próprias correntes de ar existentes tenderiam a dispersá-las, levando-as posteriormente à absorção indireta através de florestas e do plancton marinho.

Por trás dessa questão técnica, coloca-se outra, de cunho político e econômico, e que diz respeito ao desenvolvimento industrial de países considerados poluidores... Os matizes de tal discussão, que inclui a questão fundamental do direito ao desenvolvimento, foram explicitados durante os debates da conferência de Berlim; dividiram-se os países participantes, em função de seus interesses individuais, em grupos de apoio e de repúdio às teses alarmistas (e de certa forma "malthusianas") apresentadas.

- Países como os E.U.A e o Japão, grandes potências econômicas (e, logo, poluidoras) defenderam o adiamento de medidas mais rígidas de controle às emissões de gases.

- O Brasil, assim como a maioria dos países em desenvolvimento (do G 77), se recusou a reduzir suas emissões, pois isso implicaria comprometer seu processo de desenvolvimento industrial. O Brasil se alinha, assim, entre os países não-alarmistas.

- Os países que mais defenderam um controle das emissões de gases foram aqueles que já atingiram um grau de desenvolvimento econômico-social elevado, como a Alemanha e os países escandinavos.

O que se vê, através da evolução de tais debates, é que certos temas ecológicos continuam, como em 1972, durante a Conferência de Estocolmo (grandemente marcada então pelo efeito do relatório "malthusiano" do Clube de Roma), orientados pela polêmica do desenvolvimento. É necessário pesar de forma isenta os argumentos legítimos de defesa do meio ambiente e os, não menos legítimos, da defesa do direito ao desenvolvimento.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois enfocar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato da fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição - sendo requerido o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais. Como o tema está estreitamente ligado à proteção internacional dos direitos humanos, o último tópico do programa marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis a quem se prepara para exercer funções diplomáticas.

Durante a prova, os textos legais serão consultados somente quando a Banca Examinadora assim o determinar, e nesse caso serão fornecidos pelo IRBr.

Programa

1. Característica das normas jurídicas. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica - no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público.
4. O Estado. Características. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A Confederação e a Federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
5. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
6. Características do Estado brasileiro. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
7. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.

8. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.
9. Competências da União e das unidades federadas.
10. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
12. Fontes do Direito Internacional Público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
13. O tratado internacional. Conceituação, classificação. Processo de elaboração e competências dos Poderes Executivo e Legislativo. Entrada em vigor. Vigência e extinção.
14. Organizações internacionais. Teoria geral.
15. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional. O Artigo 5, parágrafo 2, da Constituição.

Bibliografia sugerida

a) Documentos

Constituição Federal do Brasil.
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

b) Livros

ALVES, J. A. Lindgren. Os Direitos Humanos como Tema Global, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
AMARAL Jr., Alberto. Manual do Candidato - Noções de Direito, FUNAG, Brasília, 1995.
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado, Malheiros, São Paulo, 1995.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado, Saraiva, São Paulo, 19ª ed., 1995.
FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, Saraiva, São Pau- lo, 22ª ed., 1995.
MELLO, Celso Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, Renovar, Rio de Janeiro, 10ª ed., 1995.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar, Saraiva, São Pau- lo, 5ª ed., 1995.
________. Direito dos Tratados, Forense, Rio de Janeiro, 1984.
SILVA, José Affonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, São Paulo, 1995.
TRINDADE, Antônio A. Cançado. Princípios do Direito Internacional Contemporâneo, Editora da UNB, Brasília, 1981.
________. Direito das Organizações Internacionais, Escopo Editora, Brasília, 1990.

A bibliografia acima é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras que mais lhe convierem. Os candidatos que desejarem preparar-se com maior profundidade poderão, ainda, recorrer à leitura de outros doutrinadores.

Exemplo de prova no Concurso de 1995
Paulo Henrique Gonçalves Portela - 88,00

1. A lei federal prevalece sobre a lei estadual, independentemente da matéria sobre a qual verse?

Quanto ao âmbito territorial de validade (ou quanto ao território), as normas jurídicas dividem-se em normas de direito internacional e normas de direito interno. Estas só têm validade no território do Estado, isto é, dentro de suas fronteiras, enquanto aquelas não têm sua validade restrita às fronteiras dos Estados.

As normas internas dividem-se em normas municipais, estaduais e federais. As primeiras têm validade apenas no âmbito do município em que foram elaboradas, as segundas, no território do Estado-membro em que foram feitas, e as terceiras, em todo o território nacional, ou apenas em partes deste mesmo território, de acordo com o que estiver nelas disposto.

Aqui cabe fazer primeiramente uma distinção entre norma e lei. A lei é uma das fontes formais do direito, isto é, um dos modos pelos quais a norma jurídica se expressa. Por isso, passamos a falar agora não de norma federal, estadual e municipal, mas de lei federal, estadual e municipal.

É necessário, também, esclarecer o problema da competência da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 define, a princípio, dois tipos de competência: competência exclusiva ou privativa, e competência concorrente.

A competência exclusiva ou privativa significa que somente um dos entes que fazem parte do Estado brasileiro (ou a União, ou os Estados-membros, ou o Distrito Federal, ou os Municípios) poderá legislar ou deliberar sobre determinada matéria. O ente competente e a matéria sobre a qual ele pode exercer sua competência são definidos por lei. Neste tipo de competência, a lei federal não prevalece sobre a lei estadual, visto que há matérias da exclusiva alçada dos Estados-membros, sendo, assim, vedada qualquer interferência da União. A lei estadual só se sujeita mesmo à Constituição Federal, e a esta seus dispositivos devem estar adequados.

No âmbito da competência concorrente, mais de um dos entes formadores do Estado brasileiro pode legislar sobre uma mesma matéria, definida em lei. Deste tipo de competência decorrem a competência complementar e a competência supletiva. A primeira diz respeito ao fato de que, onde há competência concorrente, cabe à União apenas estabelecer normas gerais, devendo os Estados-membros estabelecerem normas específicas. Aqui, a lei federal prevalece sobre a lei estadual, visto que esta não pode contrariar dispositivos daquela.

Quando a União não legislar sobre matéria de competência concorrente com os Estados-membros, estes podem legislar sozinhos sobre a matéria respectiva. Exerce-se, assim, a chamada competência supletiva. Aqui também a lei federal prevalecerá sobre a lei estadual: entrando em vigor lei federal sobre determinada matéria, onde já exista lei estadual a respeito, revogam-se todos os dispositivos desta que contrariem a lei federal.

2. Direitos fundamentais não explícitos na Constituição podem ser reconhecidos e aplicados pelos tribunais?

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu bojo, uma série de direitos e garantias fundamentais. Entretanto, essa lista não é exaustiva, isto é, não exclui outros direitos e garantias não explícitos em seu texto.

A própria Constituição Federal dispõe que os direitos e garantias fundamentais nela explícitos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, nem aqueles determinados pelos tratados, acordos e atos internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Assim, se a partir de um princípio adotado pela Constituição Federal, ou do regime por ela aplicado, deduzir-se, concluir-se pela existência de um direito não mencionado no seu bojo, não será o fato de não estar escrito no texto da Constituição Federal que impedirá sua aplicação pelos tribunais.

Os direitos fundamentais explícitos nos tratados, acordos e atos internacionais podem ser aplicados pelos tribunais, ainda que não estejam expressos no texto constitucional. A condição, todavia, é que o Brasil seja parte destes tratados, acordos e atos internacionais, isto é, que o Brasil (por meio do seu Chefe do Poder Executivo, a quem pertence a competência para tal), os tenha primeiramente assinado - ou a um deles aderido - e ratificado. A ratificação, que no Brasil é de competência do Poder Executivo, sujeita, porém, à aprovação do Congresso Nacional, é o ato pelo qual o Chefe do Executivo aprova o tratado e comunica aos outros Estados que são partes do mesmo que este agora é obrigatório para o Brasil. O tratado entra em vigor após a troca ou depósito dos instrumentos de ratificação, sua promulgação e, finalmente, sua publicação. A partir daí, os direitos fundamentais explícitos nesses atos internacionais, mesmo quando não expressos na Constituição, podem ser reconhecidos e aplicados pelos tribunais.

3. As normas de direito natural são obrigatórias para o legislador?

Na elaboração de uma norma de direito, o legislador deve sempre tomar algo como base: como fundamento da obra legislativa. Esta base pode ser um fato social (um fator econômico, político, religioso, moral, cultural) ou mesmo outra norma, que pode ser de direito positivo ou de direito natural.

O direito natural pode ser, portanto, o fundamento da norma elaborada pelo legislador. O direito natural é fruto da razão do homem, e compreende leis universais e imutáveis, inerentes à natureza humana. O legislador pode utilizar uma norma de direito natural para elaborar uma norma de direito positivo, e, aliás, muitas normas de direito natural encontram-se positivadas.

Entretanto, o legislador não está obrigado a adotar as normas de direito natural. Não há norma jurídica que obrigue o legislador a tal. O direito natural não é o direito estatal, e o Estado não pode obrigar ninguém a obedecê-lo, a não ser que se trate de uma norma que faça parte do ordenamento jurídico estatal, as quais o Estado deve proteger e garantir a eficácia.

Na elaboração da norma de direito, o legislador pode usar como base as fontes materiais do direito, isto é, os fatos sociais que condicionam e influenciam na formação das fontes formais, das normas de direito, dentre as quais aquela cuja elaboração é da competência do legislador estatal: a lei.

Assim, os sistemas econômicos e políticos vigentes, as ideologias predominantes, os interesses sociais, os padrões culturais, etc. podem acabar sendo o fundamento da elaboração das normas pelo legislador. É inegável que muitas vezes alguns desses sistemas, padrões e interesses podem afrontar as normas de direito natural. Por exemplo, no caso de uma ideologia que prega serem certos grupos sociais inimigos da nação e que se reflita em uma norma que determine que "aqueles considerados inimigos da nação estão sujeitos à pena capital", há uma afronta ao direito natural pelo qual deve ser garantido o direito à vida.

Às vezes, o fundamento da norma adotada pelo legislador é outra norma de direito positivo. Por exemplo, a lei complementar deve ser elaborada com base no preceito constitucional que pretende regulamentar, não podendo, ainda, contrariá-lo.

Esta questão diz também respeito ao problema do fundamento do direito, isto é, à razão de sua obrigatoriedade. Se o fundamento do direito é, segundo Platão, a vontade dos mais fortes, o legislador voltar-se-ia então para a elaboração de normas que refletissem essa vontade, e seria possível que, como tal vontade poderia não coincidir com o direito natural, também a norma assim elaborada não tivesse fundamento no direito natural. Se o fundamento do direito é a exigência de ordem, segurança e paz, tais metas poderiam ser obtidas em desacordo com o direito, como no exemplo dado anteriormente, em que a condição para o estabelecimento da ordem seria a eliminação de um grupo considerado "inimigo da nação". Se considerarmos ainda que o fundamento do direito é a justiça, devemos lembrar que o conceito de justiça varia de acordo com a época: o que é justo no presente pode não ter sido no passado e poderá não sê-lo no futuro; ou o que é considerado justo em certa região ou por uma ideologia pode não o ser em outro contexto. As normas que restringiam a liberdade religiosa nos antigos países comunistas eram consideradas justas de acordo com a ideologia vigente, enquanto tais restrições não se adequavam a outras idéias do que era justo. Desse modo, a idéia de justiça vigente em uma certa sociedade e em certa época pode inadequar-se parcial ou totalmente ao direito natural, e o legislador pode assim empregar como fundamento algo que o afronte.

4. Há distinção entre nacionalidade e cidadania?

A nacionalidade é o vínculo jurídico que une uma pessoa a um Estado. Por meio desse vínculo, a pessoa fica sujeita à soberania do Estado de que é nacional. Ao mesmo tempo, esse Estado deve-lhe proteção e a garantia de seus direitos fundamentais.

É o Direito Interno de cada Estado que define quem é ou não é nacional, determinando os critérios de aquisição e perda da nacionalidade.

O ordenamento jurídico brasileiro concede a nacionalidade brasileira àqueles nascidos no Brasil, ainda que filhos de pai ou mãe estrangeira, desde que estes não estejam a serviço de seu país; àqueles nascidos no exterior, filhos de pai ou mãe brasileira, que estejam ou não a serviço do Brasil. No caso de o pai ou a mãe brasileira não estar a serviço do Brasil, seu filho, para obter a nacionalidade brasileira, deve vir residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Adquire-se também a nacionalidade brasileira por meio de naturalização, observados os dispositivos constitucionais e o Estatuto do Estrangeiro. Perde-se a nacionalidade brasileira por aquisição voluntária de outra nacionalidade (observadas as exceções previstas na Constituição) ou por sentença judicial que a cancele.

Já a cidadania é o direito à participação política. É o direito de votar e ser votado. É o direito assim de participar da vida política do Estado.

Um dos pressupostos básicos para a obtenção e exercício da cidadania é, porém, a nacionalidade. Só pode possuir a cidadania, em regra, o nacional. O estrangeiro fica, normalmente, alijado da vida política. Ao mesmo tempo, todavia, nem todo nacional possui e pode exercer a cidadania, visto não reunir determinadas condições previstas em lei.

Entre os requisitos para a obtenção e exercício da cidadania encontra-se a idade mínima. Para adquirir o direito de voto, é necessário ter pelo menos dezesseis anos de idade. Para o exercício de certos cargos, é necessário também observar-se uma idade mínima, que varia de dezoito anos para vereador, a trinta e cinco anos para Presidente da República. É preciso também, para o exercício do voto e, logo, da cidadania, o alistamento eleitoral. O analfabeto pode votar, mas não pode ser votado, é inelegível. O estrangeiro, finalmente, é inelegível e inalistável (não pode votar, portanto).

A única exceção à regra é que os nacionais de Portugal podem, observadas certas condições, votar e ser votados, embora esteja vedado a

eles o acesso a cargos privativos de brasileiro nato.

5. Contrapor Confederação de Estados a Estado Federal

Há vários diferenças entre uma Confederação de Estados e um Estado Federal.

Primeiramente, a Confederação de Estados é uma associação de Estados soberanos. A Confederação é uma pessoa jurídica de direito público internacional, criada para alcançar certos fins comuns de seus membros, e sua personalidade jurídica existe para que possa realizar os atos que lhe permitam atingir esses fins. Mas os Estados que a compõem preservam sua soberania e sua personalidade jurídica de direito público internacional.

Já no Estado Federal, só a este pertence a soberania. Seus Estados-membros gozam apenas de autonomia, isto é, da capacidade de auto-organização e de autogoverno, mas dentro dos limites impostos pela soberania do Estado Federal, de que fazem parte, e que não admite, dentro de suas fronteiras, a existência de outro poder superior ou mesmo igual.

Assim, no Estado Federal, somente este tem personalidade jurídica de direito público internacional, enquanto seus Estados-membros possuem apenas personalidade jurídica de direito público interno.

A Confederação constitui-se por meio de tratado, acordo ou ato internacional, assinado pelos Estados soberanos que dela fazem parte. Já o Estado Federal constitui-se por meio de uma Constituição, que define sua estrutura, sua organização jurídica fundamental, isto é, sua forma de estado e governo, o modo de aquisição e exercício do poder, os seus órgãos, os limites de sua competência e do próprio poder. Vale salientar que os Estados que fazem parte da Confederação de Estados preservam sua própria Constituição, e que os Estados-membros podem ter sua própria Constituição, mas subordinada às normas estabelecidas na Constituição do Estado Federal.

Os nacionais dos Estados que fazem parte da Confederação de Estados preservam sua própria nacionalidade. No Estado Federal, não há esse vínculo jurídico, que é a nacionalidade, entre a pessoa e um Estado-membro, mas somente entre ela e o Estado Federal.

Na Confederação há direito de secessão, isto é, um Estado que faça parte de uma dessas entidades pode abandoná-la. Não há direito de secessão no Estado Federal.

No Estado Federal, assuntos como a política externa e a defesa nacional não são de competência dos Estados-membros. Na Confederação, esta pode, dependendo daquilo que seus membros determinarem, assumir tais encargos, ou mantê-los na alçada dos Estados soberanos que dela fazem parte.

Os membros da Confederação de Estados poderão adotar formas, sistemas e regimes de governo diferentes entre si, ao passo que o mesmo não diz respeito aos Estados-membros. Um Estado-membro não poderá adotar um regime ditatorial quando o Estado Federal adota um regime democrático, assim como, no caso do Brasil, não poderá haver "reis" a governar os Estados (embora se o Brasil adotasse a forma de governo monárquica, isso não significasse necessariamente que cada Estado-membro passasse a ser governado por um rei).

Vale observar que tais características podem ser relativizadas, à medida em que os Estados que fazem parte de uma Confederação ou Estado Federal resolvam, no ato de sua Constituição, limitar ou aumentar os direitos e poderes que lhes cabem, embora às vezes tais diferenças façam com que a Confederação de Estados ou o Estado Federal fujam um pouco à sua natureza.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de cinco dissertações, de curta extensão.

Programa

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais; os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas

guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia sugerida

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia, e é coberta em manuais como o Manual de Economia organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr. e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo (publicado inicialmente em 1959).
PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs). Manual de Economia. Saraiva São Paulo:, 1992.
PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).
SAMUELSON. P. A; NORDHAUS, W. D. Economia, trad. da 12ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.
TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in* Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
VERSIANI, Flávio Rabelo. Manual do Candidato - Noções de Economia, FUNAG, Brasília, 1995.
WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. Economia, 2ª ed., trad. da 4ª ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alli*. São Paulo: Makron, 1994.

Exemplo de prova no Concurso de 1995

Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel - 94,00

Escolha, para desenvolver, cinco das questões abaixo:

1. Discute-se hoje no Brasil a fixação do limite máximo de 12% ao ano para a taxa de juros. Discorra sobre as possíveis repercussões dessa medida sobre a condução da política monetária.

2. O pensamento keynesiano ampliou o papel econômico atribuído ao Estado nas economias capitalistas modernas. Discorra sobre os motivos dessa ampliação, e sobre as áreas onde a presença do Estado se torna necessária, de acordo com aquela visão.

O pensamento econômico clássico, protagonizado por economistas como Adam Smith e David Ricardo, defendia a idéia de que, no sistema capitalista, uma "mão invisível" traria equilíbrio e eficiência aos mercados e que a perseguição de objetivos egoístas por parte dos agentes econômicos resultava em benefícios para a sociedade como um todo. Dentro desta ótica, caberia ao Estado apenas um papel residual na condução da economia, provendo bens públicos puros, mantendo um sistema legal que regulamente e dê segurança ao sistema de contratos comerciais e cuidando da segurança em relação ao exterior.

Este pensamento econômico clássico (também identificado com o pensamento liberal), fundamentado no "laissez-faire" e na não intervenção foi duramente criticado por Keynes que, no seu "Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda", defendia a intervenção estatal como a única forma de se impedir a recorrência das crises do capitalismo.

Enquanto, para os clássicos, a economia tenderia naturalmente para o pleno emprego e para um equilíbrio, Keynes argumentava que a economia podia encontrar um ponto de equilíbrio abaixo do pleno emprego, devido a uma influência no nível de demanda agregada na economia, o que acarretava desemprego e instabilidade.

Um dos argumentos de Keynes era que, sendo a decisão de investir – o investimento é um componente importante da demanda agregada – baseada fundamentalmente nas expectativas de retorno do capital por parte dos investidores e, dado o fato de essas expectativas conterem um elevado grau de subjetividade e incerteza, nada garantiria que a demanda agregada

efetiva fosse igual àquela de pleno emprego.

Caberia ao Estado, então, intervir na economia para adequar a demanda efetiva à demanda agregada de pleno emprego. Keynes argumentava que a ampliação dos gastos do governo (mesmo mediante déficits) teria o efeito de estimular a demanda agregada e evitar o desemprego e as depressões econômicas. De maneira análoga, o governo deveria desaquecer a economia quando esta estivesse acima dos níveis de pleno emprego, pois, neste estágio (pleno emprego), um aumento da demanda agregada causa apenas inflação.

A publicação das teorias de Keynes coincidiu e em larga medida explicava a grande crise de 1929, na qual breves níveis de demanda agregada eram responsáveis por uma grave recessão.

Durante o New Deal e principalmente após a 2ª Grande Guerra, o pensamento keynesiano lançou força e passou a influenciar diversas economias capitalistas. Esta nova doutrina atestava que, para evitar crises indesejáveis (recessivas ou inflacionárias), o Estado deveria utilizar políticas tanto monetárias quanto fiscais para ajustar a demanda agregada. Assim, através do controle da base monetária e da taxa de juros, o governo poderia estimular, ou não, o investimento, aumentando a demanda agregada com juros baixos e contendo-a com juros altos.

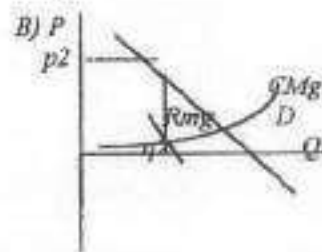
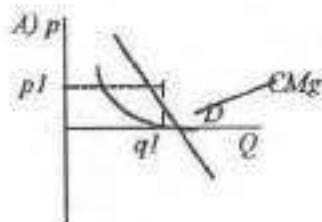
Para os keynesianos, contudo, o instrumento mais poderoso para se alterar a demanda agregada é a política fiscal, quer através dos seus gastos, que deveriam ser principalmente em obras de infra-estrutura como estradas e portos, quer através da tributação, o governo pode expandir ou contrair a demanda agregada. Um aumento nos gastos governamentais ou uma redução nos impostos estimulariam a demanda agregada, enquanto políticas fiscais restritivas (cortes nos gastos e altos impostos) teriam efeito contrário.

Principalmente para os defensores keynesianos do intervencionismo econômico, o Estado deverá, então, monitorar a economia intervindo por meio de políticas fiscais e/ou monetárias, sempre que a demanda agregada ameaçar se distanciar da demanda agregada de pleno emprego, para assegurar um crescimento contínuo e mais estável da economia.

3. Afirma-se freqüentemente que a existência de monopólios resulta em alocação ineficiente dos recursos econômicos; explique a fundamentação dessa afirmativa.

A afirmativa de que a existência de monopólios resulta em alocação ineficiente de recursos econômicos está relacionada, principalmente, ao fato de o monopólio poder afetar o preço no seu mercado individual.

Enquanto na concorrência perfeita, a pulverização das unidades produtoras faz com que elas tenham que tomar o preço como dado, isto é, nenhuma empresa isolada tem poder para alterar o preço, a empresa monopolista pode deslocar-se à vontade ao longo de toda a crise de demanda até atingir o ponto onde seu lucro será maximizado.

Na concorrência perfeita, a interação entre os vários produtores tomadores de preço faz com que a curva de oferta da indústria reflita a área de custos marginais que inclui os custos de todos os fatores de produção e uma remuneração "justa" do capital. Então, para maximizar seu lucro na concorrência perfeita, o produtor irá produzir a quantidade na qual a demanda (D) é igual ao custo marginal (Cmg) (gráfico A). O produtor monopolista, por outro lado, não enfrenta a concorrência e tem grande poder de mercado. Sua curva de demanda individual é igual à área de demanda da indústria como um todo. Sem temer a concorrência nem a entrada de novos produtores no mercado - restrita por definição no monopólio - a maximização do lucro no monopólio se dá quando o custo marginal se iguala à da receita marginal (Rmg) (gráfico B).

A análise dos dois gráficos demonstra que na concorrência perfeita a quantidade produzida e o preço refletem a compatibilização dos desejos tanto de produtores quanto de consumidores, que leva à produção de maior quantidade a um menor preço. O gráfico B, por outro lado, permite demonstrar que o equilíbrio no monopólio reflete a maximização de lucro da empresa monopolista e prova a alocação ineficiente de recursos uma vez que, dada a técnica existente (refletida pela área de custo marginal), seria possível produzir mais por um preço menor e, ainda assim, obter um lucro "normal" (em relação ao lucro monopolista exagerado).

Com o monopólio, então, verifica-se uma perda de eficiência econômica para a sociedade como um todo em benefício de uma única empresa, o que leva diversos governos a adotarem medidas para impedir a formação de monopólios. Se, por qualquer motivo, a existência de um monopólio for inevitável, a melhor solução para se evitar a alocação ineficiente de recursos econômicos seria um controle de preços por parte do governo, forçando o monopólio a, também, considerar seus preços como dados e forçando-o a produzir uma quantidade condizente com uma alocação eficiente de recursos.

4. Um dos argumentos a favor do chamado sistema de bandas cambiais, no qual se permite uma flutuação das taxas de câmbio dentro de certos limites, é que assim se obteriam as vantagens do sistema de taxas cambiais flexíveis, sem incorrer nas desvantagens desse último sistema. Explique quais são essas vantagens e desvantagens.

5. As atuais taxas de juros elevadas, no Brasil, estão relacionadas com o propósito do governo de reduzir o nível de consumo, considerado excessivo. (a) Explique em que sentido o consumo pode ser "excessivo". (b) Discorra sobre formas alternativas de redução do consumo, por meio de instrumentos de política fiscal.

6. Um dos fatos mais marcantes hoje observados no cenário internacional é o abandono do planejamento econômico nos antigos países socialistas. Explique como se pode esperar substituir o planejamento por outras formas de organização da atividade econômica, e como essas novas formas podem resolver os problemas fundamentais da economia.

7. Que benefícios são esperados do processo de liberalização de importações ora em curso no Brasil?

A liberalização de importações ora em curso no Brasil reflete, entre outras coisas, a necessidade de o País buscar uma melhor inserção na economia mundial.

A nova realidade econômica internacional, bem como a globalização da produção em escala planetária e o primado da tecnologia como principal modo dinâmico do desenvolvimento econômico tornaram imprescindíveis a liberalização de importações.

No que concerne a eficiência produtiva, a liberalização tem dois propósitos: em primeiro lugar, estimular as empresas nacionais a buscarem competitividade internacional, pois, para concorrer com empresas internacionais e produtos importados, as empresas nacionais terão que investir em redução de custos e aumento de qualidade, o que, em última instância, favorece o consumidor nacional. Por outro lado, a liberalização também visa a facilitar o acesso de empresas nacionais, que desejam aumentar sua produtividade, a tecnologias e equipamentos mais modernos e eficientes vindos do exterior.

Outro aspecto da liberalização é a atração de investimentos diretos no país. A globalização da produção internacional determina que insumos produzidos em países diferentes serão reunidos em um terceiro país para a montagem final. A existência, no Brasil, de altas taxas de importação impedia que o país fizesse parte deste circuito altamente dinâmico e rentável.

Um terceiro objetivo da liberalização de importações está relacionado ao plano de estabilização econômica. A entrada de produtos importados no país a preços mais baixos do que os similares nacionais tem ajudado a conter as pressões inflacionárias, especialmente nas épocas de aquecimento do consumo. Além disso, a importação aumentou a concorrência e permitiu a redução de preços em setores altamente oligopolizados da economia - como a indústria automobilística.

Por fim, cabe destacar que a flexibilização das importações permite ao País sustentar sua posição liberalista em foros como a OMC e exigir a abertura de mercados de outros países em relação a produtos de exportação brasileiros.

8. Explique por que a quantidade de uma mercadoria ofertada no mercado costuma ser mais flexível a variações de preço no longo prazo do que no curto prazo.

9. Discuta a seguinte afirmativa: "A idéia de um mercado perfeitamente competitivo é inteiramente irrealista e artificial, sendo assim de pouca utilidade como instrumento conceitual."

Uma das grandes desvantagens das Ciências Humanas ou Sociais em relação às Ciências Exatas está na grande dificuldade de as primeiras realizarem experiências sob condições controladas para dar sustentação empírica a suas teorias.

Enquanto fenômenos físicos e químicos podem ser estudados em laboratórios, fenômenos sociais têm que ser inferidos na observação da própria sociedade que, via de regra, apresenta ao cientista/pesquisador uma realidade caótica e confusa na qual é quase impossível isolar uma relação de causa e efeito. Se somarmos a isto o fato de que a própria observação do fenômeno social muitas vezes tem o poder de alterá-lo, pode-se ter uma noção das dificuldades enfrentadas pelos cientistas sociais.

A economia, apesar do alto grau de sofisticação matemática de diversos de seus modelos, é uma ciência fundamentalmente social, sujeita, então, a estas enormes dificuldades para a verificação empírica de teorias.

Para tentar superar estes problemas, o economista, então, lança mão de modelos teóricos (alguns dos quais com alto grau de abstração) na tentativa de analisar aspectos isolados da complexa realidade social. Neste sentido, a idéia de um mercado perfeitamente competitivo, apesar de não corresponder à realidade atual de uma economia oligopolizada com pesada influência governamental; - continuando, porém, adequada para descrever as indústrias específicas de alguns produtos agrícolas - revela-se um poderoso instrumento de análise.

É a partir do estudo de modelos simples (como o de concorrência perfeita) que se podem inferir alguns dos pressupostos básicos da Economia, como, por exemplo, a lei da oferta e da procura. Munidos destes pressupostos básicos, obtidos através de análise de modelos abstratos (que refletem, muitas vezes, casos extremos), os economistas podem, então, partir para a análise de casos mais complexos porquanto mais próximos da realidade social. É o caso, por exemplo, do estudo da formação de preços nos mercados oligopolizados.

Até mesmo nas Ciências Exatas, as experiências controladas realizadas em laboratório apresentam um componente importante de artificialidade e irrealismo sem os quais não se poderão isolar relações de causa e efeito nem observar fenômenos específicos. Assim, é a própria

simplicidade e artificialidade da idéia do mercado perfeitamente competitivo que o torna um instrumento conceitual indispensável para a análise de teorias econômicas.

Vale apenas notar que a idéia de um mercado perfeitamente competitivo não é o único elemento abstrato presente na teoria econômica. A análise econômica freqüentemente requer cláusulas restritivas como a condição "ceteris paribus" ou a hipótese da maximização do lucro por parte dos agentes econômicos.

10. Explique, em linhas gerais, o conceito de concorrência monopolística.

O conceito de concorrência monopolística, assim como o do oligopólio, representa uma posição intermediária entre os casos extremos da concorrência perfeita e do monopólio.

Na concorrência monopolística, um número razoavelmente grande de produtores fabrica produtos diferenciados, o que lhes confere limitado poder de mercado. A diferenciação do produto atende aos gastos específicos de determinados grupos de consumidores que, dado um pequeno aumento no preço, não se importam de pagar um pouco mais pelo produto de sua preferência. Um aumento exagerado no preço, contudo, quase que certamente levará o consumidor a optar por um substituto de outra marca. O produtor na concorrência monopolística se defronta, assim, com uma curva de demanda bastante elástica, mas não horizontal.

Uma outra característica da concorrência monopolística é a relativa facilidade com que outras empresas podem entrar no mercado (basta desenvolver um produto diferenciado que atenda aos gastos de um grupo de consumidores), o que não se verifica nem no oligopólio nem no monopólio.

Quanto à questão da alocação eficiente de recursos, a concorrência monopolística não apresenta grandes problemas, uma vez que se argumenta que o preço levemente mais caro que a sociedade paga para a obtenção dos produtos reflete o benefício de uma escolha mais ampla e do atendimento a gastos mais específicos dos consumidores.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais incluirá prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a bibliografia sugerida para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I, ver anexos 1, 2 e 3) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira diplomática não descure o Francês.

Além de ampla bibliografia hoje disponível em todas as livrarias e bilbiotecas para o estudo de Francês, a FUNAG acrescentará à série *Manual do Candidato* um número especial dedicado a este idioma.

LEGISLAÇÃO

DECRETO DE 14 DE SETEMBRO DE 1995
(cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I, após a aprovação no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata)

PORTARIA DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995
(regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995
(estrutura o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)

DECRETO DE 14 DE SETEMBRO DE 1995
(que *cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I, após a aprovação no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata*)

Altera dispositivos do artigo 10 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, § 1º, e 38, parágrafo único, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986;

DECRETA

Art. 1º O art. 10 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10..............................

§ 2º - Na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 51, serão observados os seguintes procedimentos para avaliação das aptidões e da capacidade do servidor para o exercício do cargo de carreira funcional do Serviço Exterior:

a - durante o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), o funcionário será avaliado pelo Instituto Rio Branco e pelas chefias imediatas semestralmente nas atividades de formação e desempenho funcional, sendo advertido em caso de insuficiência;

b - no correr do último semestre do PROFA-I, os relatórios relativos aos períodos de avaliação serão submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, que os encaminhará ao Ministro de Estado das Relações Exteriores com seu parecer;

c - o parecer mencionado na alínea anterior considerará obrigatoriamente as advertências recebidas e as insuficiências da avaliação média, se houver;

d - desse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao servidor pelo prazo de 5 (cinco) dias;

e - apreciando os pareceres e as defesas, o Ministro de Estado das

Relações Exteriores aprovará o resultado do PROFA-I e submetê-lo-á ao Presidente da República para homologação por Decreto.

§ 3º - O PROFA-I será regulado por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 4º - O funcionário do Serviço Exterior que não for aprovado no estágio probatório será exonerado, ou, se gozar de estabilidade no Serviço Público Federal, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que vago este."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
SEBASTIÃO DO REGO BARROS NETTO

PORTARIA DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995

(regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 7.501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I):

Regulamento do Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I)

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O PROFA-I tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O PROFA-I compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, serão utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento em postos no exterior e nas unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O PROFA-I começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, à luz das necessidades da carreira diplomática;

b) o terceiro, de 91 dias, será dedicado ao treinamento em missão transitória no exterior; e

c) o quarto, de oito meses, incluirá treinamento no IRBr, para as técnicas de gestão do Ministério, e em estágios sucessivos nas demais unidades da SERE.

Parágrafo único - A estrutura do PROFA-I, incluindo a seleção dos postos no exterior para a missão transitória e das unidades da SERE para efeitos de estágio, e o período de férias serão definidos pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, por proposta do Diretor do IRBr, em edital a ser publicado no Diário Oficial da União.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art. 6º A avaliação das atividades do PROFA-I ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas e do Diretor do IRBr.

Art. 7º O funcionário nomeado será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo único - Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de "insatisfatório", o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr;

d) só será admitida uma notificação; e

e) na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas — composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata — para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

LUIZ FELIPE LAMPREIA

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995
(estrutura o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase; PROFA-I)

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista a Portaria Ministerial, de 1° de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995, que aprovou o regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), resolve baixar as seguintes normas e diretrizes para o referido Programa:

Capítulo I
Das finalidades

Art. 1° O PROFA-I, de que trata o art. 10, § 2°, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto n° 93.325, de 1° de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, tem por finalidade dar início à formação dos diplomatas, aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, convocado com base nos artigos 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n° 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2° O PROFA-I será coordenado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e terá os seguintes objetivos:

I - estimular o interesse pela profissão;
II - harmonizar os conhecimentos adquiridos no curso universitário com as necessidades da formação diplomática;
III - transmitir e praticar os ensinamentos próprios à função diplomática;
IV - desenvolver a capacidade crítica para a melhor compreensão da gestação das decisões e atitudes da política externa brasileira; e
V - iniciar nas normas de conduta e nas técnicas de gestão do Itamaraty.

Capítulo II
Da duração e da estrutura

Art. 3° A duração do PROFA-I será de dois anos, coincidindo com o estágio probatório no Serviço Público e constituindo pré-requisito obrigatório para a confirmação no Serviço Exterior.

Art. 4° O Primeiro Ano assim estará estruturado:

I - as matérias estarão subdivididas em conceituais, profissionalizantes e idiomas;

II - cada matéria terá carga semanal de duas horas, num total de 40 por semestre e 80 por ano;

III - as aulas serão referências metodológicas para leituras monitoradas em debates;

IV - poderá ser organizada 1 (uma) hora adicional de seminários, palestras, "work-shops", para cada 3 (três) horas de matérias conceituais, 6 (seis) horas de matérias profissionalizantes e 8 (oito) horas dos idiomas;

V - o programa de cada matéria poderá desenvolver-se em módulos sucessivos;

VI - as matérias conceituais deverão incluir Economia, Direito, Diplomacia, Relações Internacionais e Leituras Brasileiras;

VII - as matérias profissionalizantes incluirão Linguagem Diplomática e Instrumentos Diplomáticos;

VIII - serão idiomas obrigatórios o Inglês, o Francês e o Espanhol.

§ 1° - somente as notas em Inglês serão consideradas para a aprovação no PROFA-I; e

§ 2° - a proficiência, atestada em nível adequado pelos professores do IRBr, em Francês e Espanhol será pré-requisito obrigatório para a primeira remoção para o exterior do diplomata;

IX - o programa, a bibliografia, o calendário de aulas, provas e, se possível, seminários, e os critérios e a periodicidade da avaliação de cada matéria deverão ser fornecidos pela Direção do IRBr ao começo do semestre;

X - os responsáveis pelas matérias conceituais e profissionalizantes serão escolhidos dentre os professores universitários, com pelo menos título de Mestre e, preferentemente, de Doutor, e os funcionários da carreira diplomática com notório saber e reconhecida experiência;

XI - será indicado um orientador profissional, dentre os ocupantes da Classe de Conselheiro ou Primeiro-Secretário, para cada grupo de 3 ou 4 diplomatas inscritos no PROFA-I; e

XII - será indicado um diplomata de ligação com cada responsável pelo ensino de idiomas obrigatórios, com vistas a fornecer o material e a orientação necessários para reforçar o uso dos idiomas precipuamente como instrumento de trabalho.

Art 5° O Segundo Ano terá a seguinte estrutura:

I - missão transitória no exterior de 91 dias, e,

II - a seguir, estágios na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) ao longo de 8 (oito) meses.

Art 6° A missão transitória no exterior será cumprida em postos da América do Sul e México e deverá permitir o treinamento do diplomata nos principais setores da Embaixada ou Repartição Consular.

Art 7° Os estágios na SERE compreenderão:

I - duas horas diárias no IRBr para sessões práticas em técnicas de gestão do Itamaraty e encontros com Chefes de Departamento e Divisão;

II - aulas de idiomas, se forem necessárias como reforço; e

III - estágios nas unidades do Ministério, segundo critério que permita o rodízio do treinamento profissional entre atividades-meio e atividades-fim.

Parágrafo único: os estágios na SERE não poderão ultrapassar 1 (um) mês por unidade e não se deverão interromper, em hipótese alguma, antes de completados os oito meses.

Art. 8° Entre o Primeiro e Segundo Anos, a Direção do IRBr organizará viagem de estudo pelo Brasil ou estágios de trabalho em outros órgãos da Administração Pública.

Capítulo III
Da avaliação

Art. 9° A avaliação de cada diplomata caberá aos responsáveis pelas matérias, às Chefias imediatas e ao Diretor do IRBr.

Art. 10 O diplomata será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade, merecendo especial atenção o desempenho nas matérias e profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 11 A avaliação semestral será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e, por conceitos, de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do semestre será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada semestre pelo Diretor do IRBr e/ou Chefias imediatas dos estágios, se for o caso;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação insatisfatória, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr;

d) a primeira notificação será objeto de assentamento no maço pessoal do funcionário nomeado; e

e) na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário-Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas, composta pelo Diretor do IRBr e dois outros membros, dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira, para examiná-la.

Art. 12 Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

Art 13 Caberá, adicionalmente, ao Diretor do IRBr:

I - submeter à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores a programação de cada PROFA-I;

II - submeter à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores o regulamento interno do PROFA-I, antes de seu início em agosto de 1996;

III - autorizar as férias dos diplomatas, em função das atividades do PROFA-I;

IV - indicar e fazer publicar no Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores os responsáveis pelas matérias, seus assistentes, os orientadores profissionais e funcionários de ligação com os responsáveis pelos idiomas;

V - definir o montante a ser pago por aula, correção de provas, exercícios e monografias, palestra, seminário, orientação profissional e ligação com os responsáveis pelos idiomas, e fazê-lo publicar no Boletim de Serviço;

VI - aprovar as normas e diretrizes do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata e fazê-las publicar no Diário Oficial da União; e

VII - resolver os casos omissos no âmbito de sua competência.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco

1995

GUIA DE ESTUDOS

O presente Guia de Estudo reúne indicações que visam a ajudar os candidatos ao Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1995 em sua preparação para o concurso.

Constam do Guia o edital, programas, relações de temas dados em exames anteriores e exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso recente, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A orientação para estudo e as bibliografias aqui incluídas não têm cunho limitativo, nem imperativo, apenas indicativo, a não ser as quinze obras da literatura brasileira, que se presume tenham sido lidas pelo candidato. Constituem um elemento a mais no esforço do Instituto Rio Branco para assistir os candidatos.

Brasília, dezembro de 1994.

ÍNDICE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL(*)

O Diretor do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas na sede do Instituto, em Brasília, entre esta data e 3 de março de 1995, as inscrições no Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco (IRBr), previsto no Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, o qual obedecerá às instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial desta data.

2. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente ou por via postal, exclusivamente junto à Coordenação Geral do Exame em Brasília, após eventuais contatos com os Centros Regionais ou na Coordenação Geral.

3. A aprovação no CPCD completa o processo de habilitação previsto pelo Art. 10 da lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Art. 38 da lei 7.501, de 27 de junho de 1986, para fins de ingresso na Classe inicial da Carreira de Diplomata.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial do dia 16, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Exame de Admissão.

5. É fixado em 35 (trinta e cinco) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Exame de Admissão.

1. DA COORDENAÇÃO:

1.1 Coordenação geral: Embaixador Oswaldo Biato; sede do IRBr; térreo do Anexo II, Anexo II, Ministério das Relações Exteriores, CEP: 70170-900 - Brasília - DF. tel. (061) 226-5691; fax (061) 322-8355.

(*) Republicado por ter saído incompleto e com incorreções.

1.2 Centros regionais:

a) Belém: Coordenador, Engenheiro Dauberson Monteiro da Silva, Primeira Comissão Demarcadora de Limites, MRE, Av. Governador Malcher, 349, tels. (091) 222-7709 e 223-5552; fax (091) 223-5506;

b) Belo Horizonte: Coordenador, Professor Luiz Duarte Haele Arnaut, Dep. de História, UFMG, Av. Antônio Carlos, 6627, Cidade Universitária, Pampulha, tel. (031) 448-5045; fax (031) 448-5060;

c) Campo Grande: Coordenador, Dr. Oleg Tsukanov, UFMS, Rua 9 de julho, 1536, Vila Ipiranga, tel. (067) 787-2880; fax: (067) 787-1081.

d) Curitiba: Coordenador, Professor Rogério Roedel Moro, Rua 15 de Novembro, 1.457, tel. (041) 264-8586; fax (041) 362-2117;

e) Florianópolis: Coordenador, Professor Antônio Pedro Schlindwein, Departamento de Aqüicultura, UFSC; tel. (048) 231-9358; fax (048) 234-4069;

f) Fortaleza: Coordenadora, Professora Maria da Conceição Moreira Leite, Departamento de Letras Estrangeiras, UFC, Av. da Universidade, 2683, tel. (085) 281-7036; fax (085) 243-4746;

g) Manaus: Coordenador, Professor João Florêncio de Menezes, Faculdade de Educação, UFAM, Rua General Otávio Jordão Ramos, nº 3000, Campus Universitário Coroado, tel. (092) 237-6060, ramal 2058; telefone e fax: (092) 237-8775;

h) Porto Alegre: Coordenadora, Professora Tânia Salgado, COPERSO, UFRS, Av. Paulo Gama, 110, anexo I da Reitoria, tel. (051) 228-1633 ramais 3114 e 3633; fax: (051) 227-2295;

i) Recife: Coordenador, Professor Sylvio Loreto, Faculdade de Direito, UFP, Praça Adolfo Cirne s/n, Boa Vista, tel (081) 222-0082; fax (081) 222-0082;

j) Rio de Janeiro: Coordenadora, Senhora Rachel Biasotto Mano; Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, tel. (021) 516-1744; fax (021) 263-9571;

l) Salvador: Coordenador, Professor João Gonçalves da Silva, Pró-Reitoria de Extensão, UFBa, Av. Araújo Pinho, 32, Canela, tels. (071) 336-9106, 237-7044; fax (071) 336-9299; e

m) São Paulo: Coordenadora, Professora Maria Tereza Braga, Coord. de Com. Social, USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374 (antigo edifício da Reitoria), sala 224, Cidade Universitária, tel. (011) 818-4397, ramal 2397; fax (011) 818-4309;

1.3 Taxa de Inscrição: A taxa de inscrição, destinada a cobrir parte dos custos do Exame de Admissão, é de R$ 20,00 (vinte reais), e deverá ser depositada na conta 55578018-X da Agência Itamaraty (15032) do Banco do Brasil SA (Banco 1), em Brasília, em favor da Fundação Alexandre de Gusmão, com

a qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.4 Requisitos: Os candidatos devem satisfazer as condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato (conforme o Art. 12, § 3,V, da Constituição);

b) contar mais de 20 anos na data do teste de pré-seleção e menos de 32 na data da última prova do Exame de Admissão, conforme o Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986 (poderão inscrever-se os nascidos entre 10 de julho de 1963 e 12 de abril de 1975);

c) estar em dia com o serviço militar;

d) estar em dia com as suas obrigações de eleitor;

e) ter bons antecedentes; e

f) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.5 Candidatos casados: Se for casado, o candidato deverá apresentar com os outros documentos exigidos, na forma do item 3.1, certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente, e só será matriculado no CPCD caso aprovado no Exame de Admissão, se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência se aplica também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.6 Local das provas da primeira fase: Ao solicitar sua inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, escolhendo entre: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo.

1.7 Documentação: Ao solicitar sua inscrição, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio, no qual declare que satisfaz todas as condições exigidas;

b) fotocópia autenticada da cédula de identidade; e

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário).

1.8 Depois de inscrito, o candidato receberá um exemplar do Guia de Estudo contendo o programa e as características das provas do Exame de Admissão.

1.9 Respeitadas as exigências do presente Edital, o ato de deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição será publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de abril de 1995.

1.10 Normas gerais: Sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade. O não comparecimento na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista implicará a eliminação do candidato. Não

haverá segunda chamada para qualquer prova. As provas escritas serão feitas com caneta esferográfica de tinta preta. Só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova. Será eliminado o candidato que: i) agir com incorreção ou descortesia; ii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; iii) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido. Será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Exame de Admissão. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS PROVAS DA PRIMEIRA FASE

2.1 Local: As provas da Primeira Fase serão realizadas simultaneamente na sede do IRBr, em Brasília, e nas cidades mencionadas no item 1.6, acima.

2.2 Horário: As provas terão início às 9:00, hora de Brasília, e terão a duração de 5 (cinco) horas.

2.3 Teste de pré-seleção: De caráter eliminatório, será realizado na quinta-feira, dia 13 de abril de 1995, com a duração de três horas. Destinado a comprovar as condições mínimas de habilitação no emprego do vernáculo, constará de texto com 30 (trinta) erros de sintaxe, lexicologia, ortografia e pontuação, dos quais pelo menos 25 (vinte e cinco) deverão ser identificados, corrigidos e explicados pelo candidato. O gabarito de correção será divulgado antes do início da prova de português. Uma vez avaliado, o teste receberá a qualificação "Apto" ou "Inapto". Os candidatos reprovados serão excluídos do Exame e suas provas não serão corrigidas.

2.4 Prova escrita de Português: Será realizada na sexta-feira, dia 14 de abril de 1995.

2.5 Prova escrita de Inglês: Será realizada no sábado, dia 15 de abril de 1995.

2.6 Prova escrita de Francês: Será realizada no domingo, dia 16 de abril de 1995.

2.7 Características das provas: A prova escrita de Português constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos) e de resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos). A prova avaliará a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), bem como a estruturação, a relevância e a adequação das idéias ao tema. Integra o programa de Português lista de quinze dentre as mais importantes obras da literatura brasileira, que os candidatos

deverão ter lido. O texto a resumir ou o tema da redação serão extraídos de uma dessas obras.

2.8 A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos) e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

2.9 A prova escrita de Francês constará de tradução e versão de pequenos trechos, interpretação de textos e correção de parágrafos contendo erros léxicos e sintáticos. A prova avaliará a familiaridade com a língua e seu conhecimento, especialmente com respeito ao uso passivo.

2.10 Aprovação na primeira fase: Os resultados da Primeira Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, no dia 25 de maio de 1995, às 14 horas. Serão considerados aprovados na Primeira Fase do Exame de Admissão, e admitidos à Segunda Fase, os candidatos que, aprovados no teste de pré-seleção, obtenham as notas mínimas 60 (sessenta) na prova escrita de Português, 50 (cinqüenta) na prova escrita de Inglês, 30 (trinta) na prova escrita de Francês, e o mínimo de 150 pontos (nota média 50) no conjunto das três provas. O candidato que entregar a prova em branco estará eliminado da prova subseqüente.

3. DOS EXAMES DA SEGUNDA FASE

3.1 Documentos para a matrícula: Ao se apresentar em Brasília, para os exames da Segunda Fase, o candidato aprovado fornecerá à Secretaria do Instituto Rio Branco três retratos 3 x 4, bem como original e uma cópia dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento; ii)prova de quitação com o Serviço Militar; iii)título de eleitor atualizado; iv) diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação de nível superior, reconhecido; e v) se casado, certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge, conforme o item 1.5. A falta de qualquer desses documentos acarretará a eliminação do candidato.

3.2 Objetivo: A Segunda Fase do Exame de Admissão tem por objetivo verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de Diplomata, tendo em vista o Art. 7 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação do candidato as prescritas pela Portaria 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

3.3 Local: Em Brasília, nos endereços indicados pelo IRBr. Os candidatos que tiverem feito as provas da Primeira Fase nos Centros Regionais receberão do Instituto Rio Branco uma ajuda de custo em dinheiro, destinada a contribuir para as suas despesas de transporte até Brasília e permanência na Capital Federal.

3.4 Calendário: A Segunda Fase será realizada entre 12 e 17 de junho de 1995.

3.5 Junta de avaliação: Conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo Chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "aprovado" ou "reprovado". Estes resultados serão publicados no "Diário Oficial" e o IRBr informará a cada candidato reprovado, em particular, o fundamento da sua reprovação. Os candidatos reprovados não serão admitidos às provas da Terceira Fase.

3.6 Recursos: o candidato reprovado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto: ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá um laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o submeterá, com seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Durante o processo de reavaliação, o candidato reprovado fará, condicionalmente, as provas da Terceira Fase, mas o candidato cuja reprovação na Segunda Fase for confirmada será excluído do Exame de Admissão. Se o desejar, o candidato reprovado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentem sua desconformidade com a avaliação inicial.

4. DAS PROVAS DA TERCEIRA FASE

4.1 Calendário: As provas da Terceira Fase serão realizadas em Brasília, entre 21 de junho e 11 de julho de 1995; as provas escritas terão a duração de cinco horas, a partir das 9:00.

4.2 Provas orais: As provas orais de Questões Internacionais Contemporâneas e de Inglês serão realizadas no período entre 21 e 24 de junho de 1995. Nos dois casos, a nota mínima de aprovação será 50 (cinqüenta).

4.3 Características das provas orais: A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes (incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil), sua capacidade de analisar o tema e de organizar sua

apresentação. Além desses aspectos, o candidato será julgado pela forma da sua apresentação. O candidato sorteará três temas, escolhendo um deles, após o que terá quinze minutos para preparar sua exposição. Esta deverá constar de uma apresentação, de cerca de dez minutos, seguida de respostas a perguntas feitas pelos examinadores. A abordagem do tema pelo ponto de vista dos interesses brasileiros será avaliada positivamente. O candidato deverá estar preparado para responder a indagações que visem a ampliar os pontos tratados na sua exposição e a perguntas de caráter analítico.

4.4 Na prova oral de Inglês, o candidato deverá ler texto sorteado e responder às questões formuladas pelos examinadores; disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer a um dicionário unilíngüe posto à sua disposição pelo Instituto Rio Branco. A argüição constará de leitura em voz alta do trecho sorteado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, significação de termos; e respostas a questões suscitadas pelo texto.

4.5 Nas provas orais da Terceira Fase o candidato deverá apresentar-se com traje de passeio completo.

4.6 Aprovação nas provas orais: Será aprovado nas provas orais da Terceira Fase o candidato que obtiver as notas mínimas exigidas. O candidato reprovado será eliminado do Exame de Admissão.

4.7 Provas escritas: As provas escritas da Terceira Fase serão realizadas no período de 29 de junho a 11 de julho de 1995, de acordo com o seguinte calendário:

a) História, quinta-feira, 29 de junho;
b) Geografia, sábado, 1 de julho;
c) Noções de Direito, terça-feira, 4 de julho;
d) Noções de Economia, sexta-feira, 7 de julho;
e) Noções de Ciência Política, terça-feira, 11 de julho.

4.8 Características das provas escritas: As provas escritas da Terceira Fase serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma. Nas provas de História e de Geografia, três das questões tratarão do Brasil.

4.9 Na prova de Noções de Direito somente será admitida consulta a textos legais quando explicitamente autorizada; neste caso, os textos a serem consultados serão fornecidos pelo IRBr.

4.10 Aprovação nas provas escritas: A nota mínima de aprovação será 50 (cinqüenta) na prova de História; e 30 (trinta) nas provas escritas de Geografia, Noções de Direito, Noções de Economia e Noções de Ciência Política. Será aprovado nas provas escritas da Terceira Fase o candidato que obtiver nessas provas a nota mínima de aprovação.

4.11 Resultados finais: Será aprovado no Exame de Admissão o candidato que, aprovado na Terceira Fase, obtiver pelo menos 600 pontos (nota média 60) no conjunto das provas escritas e orais da Primeira e da Terceira Fases. Julgados os recursos, os resultados finais do Exame de Admissão serão divulgados até o dia 17 de julho de 1995.

5. DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL

5.1 Notas: Exceção feita do teste de pré-seleção, a todas as provas serão atribuídas notas, numa escala descendente de 100 (cem) a 0 (zero).

5.2 Identificação e divulgação dos resultados: As provas escritas serão corrigidas sem a identificação do candidato, a qual será feita publicamente na sede do IRBr, em Brasília. Na Primeira Fase, os talões de identificação serão destacados ao fim da prova de Português; e na Terceira Fase, imediatamente após cada prova escrita. Nos dois casos, os talões permanecerão em invólucro fechado até o momento da identificação pública e divulgação dos resultados.

5.3 Recursos: Os candidatos terão direito à vista das suas provas na sede do IRBr, em Brasília, observadas as seguintes condições: i) só serão aceitos requerimentos de recurso fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado; e ii) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo de quarenta e oito horas, na Primeira Fase, e de vinte e quatro horas, na Terceira Fase, contados a partir do momento da divulgação do resultado contestado. O julgamento do recurso terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva. Dada a sua natureza, não haverá revisão da qualificação do candidato no teste de pré-seleção. A vista das provas e os pedidos de revisão só poderão ser solicitados pessoalmente pelo candidato, não sendo aceita procuração para este fim. No caso das provas orais, o candidato que apresentar recurso poderá ouvir e transcrever a gravação respectiva, mas não copiá-la.

5.4 Aceitação das normas do edital: O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

6. CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

6.1. Os candidatos aprovados no presente Exame de Admissão serão matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do

Instituto Rio Branco, a ter início em agosto de 1995, com duração de quatro semestres. Todos os alunos do CPCD têm direito a bolsa de estudo e a alojamento, em Brasília. Aprovados nos exames finais do Segundo Ano do Curso, serão nomeados para a Classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), por ordem de classificação, e completarão seu treinamento com missão transitória no exterior de nove meses, em postos da categoria "A" cuja lotação for superior a oito diplomatas.

a) SÉRGIO F. GUARISCHI BATH

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

De caráter eliminatório, será realizado na quinta-feira, dia 13 de abril de 1995, com a duração de três horas. Destinado a comprovar as condições mínimas de habilitação no emprego do vernácuulo, constará de texto com 30 (trinta) erros de sintaxe, lexicologia, ortografia e pontuação, dos quais pelo menos 25 (vinte e cinco) deverão ser identificados, corrigidos e explicados pelo candidato. O gabarito de correção será divulgado antes do início da prova de português. Uma vez avaliado, o teste receberá a qualificação "Apto" ou "Inapto". Os candidatos reprovados serão excluídos do exame e suas provas não serão corrigidas.

O formato do teste, tal como previsto no Edital, difere radicalmente do adotado nos últimos anos, motivo por que não se reproduzem exemplos recentes.

PORTUGUÊS

A prova de português constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos) e de resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos). A prova avaliará a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), bem como a estruturação, a relevância e a adequação das idéias ao tema. Integra o programa de Português lista de quinze dentre as mais importantes obras da literatura brasileira, que os candidatos deverão ter lido. O texto a resumir ou o tema da redação serão extraídos de uma dessas obras.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Para seu preparo, aconselha-se ao candidato o estudo metódico de boas gramáticas e obras de linguagem, bem como a consulta constante a bons dicionários. Relaciona-se abaixo pequena bibliografia, válida tanto a edição indicada quanto outra mais recente

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa.* São Paulo. Saraiva.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de Questões Vernáculas.* LCTE. São Paulo. 1994.

AULETE, Caldas. *Dicionário da Língua Portuguesa.* 5 ed. Rio de Janeiro

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela Análise Sintática.* Grifo. Rio de Janeiro. 1976.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.* Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas.* Pioneira. São Paulo.1983.

CUNHA, Celso e CINTRA, L.F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1985.

FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. *Como Ler, Entender e Redigir um Texto.* Vozes. Petrópolis. 1988.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna.* FGV. Rio de Janeiro. 1980.

GUIMARÃES, Elisa. *A Articulação do Texto*. Editora Ática. São Paulo. 1990.

KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: português*. Editora Rio. Rio de Janeiro. 1983.

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, pontuação, crase*. MEC. Rio de Janeiro, 1988.

KURY, Adriano da Gama. *Para Falar e Escrever Melhor o Português*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, 11a ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 31 ed. José Olympio. Rio de Janeiro. 1992.

SERAFINI, Maria Teresa. *Como Escrever Textos*. Globo. Rio de Janeiro. 1974.

O texto a resumir ou o tema da redação será extraído de uma das seguintes obras:

ALENCAR, José de. *Iracema*.
ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*.
ALMEIDA, José Américo de . *A Bagaceira*.
AMADO, Jorge. *Os Velhos Marinheiros*.
ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*.
ARANHA, Graça. *Canaã*.
ASSIS Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*.
FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*.
LOBATO, Monteiro. *Urupês*.
POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*;
RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*.
REGO, José Lins do. *Fogo Morto*;
ROSA, Guimarães. *Grande Sertão Veredas*;
VERÍSSIMO, Érico. *Olhai os Lírios do Campo*.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES:

1990

Desenvolva o tema:

"A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios problemas."

1991

Comente o texto a seguir:

"Escritor por acidente - eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais (...);

(...) ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. O rumo para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo que vemos ao rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealizaçção mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo - quando a própria matéria parece espiritualizar-se no radium, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisadamente, pelos laboratórios dos alquimistas ...(...)

"Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebata-nos também o sonho, mas, ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra."

Euclides da Cunha (1866-1909). Discurso de receppção na Academia Brasileira de Letras, *in* **Obras Completas**, Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editoras, 1966, v.I, páginas 206 e 207 (revista a acentuação pelo IRBr, à luz da reforma ortográfica de 1971.

1992

DIPLOMACIA E PROCESSO TECNOLÓGICO

A ubiqüidade do telefone, as viagens supersônicas, os satélites de comunicação, a transmissão sem fio de imagens, etc. têm facilitado enormemente o contato entre povos e governos. Além disso, são cada vez mais comuns as reuniões de ministros do exterior, e presidentes e chefes de governo vêm desenvolvendo a prática de se encontrarem periodicamente.

Na sua opinião, as alterações provocadas pelo progresso tecnológico indicam que a diplomacia tradicional, aquela das embaixadas e embaixadores **sur place**, está fadada ao desaparecimento?

1993

Disserte sobre o texto abaixo.

"Os historiadores raramente fazem justiça à tensão psicológica exercida sobre o político. O que eles têm à disposição são documentos escritos para uma variedade de empregos - segundo as regras atuais de publicidade, cada vez mais destinadas à elaboração de relatórios - e nem sempre relevantes quanto ao momento da decisão. O que nenhum documento revela é o impacto acumulado de acidentes, circunstanciais impalpáveis, temores e hesitação".

HENRY KISSINGER. *White House Years*. Little, Brown and Company. Boston. 1979

1994

Redija uma dissertação sobre o seguinte excerto do Sermão XIV do Rosário, pregado à irmandade de pretos de um engenho baiano, em 1633, pelo Padre Antônio Vieira:

"Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: porque padeceis em modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo... Eles (os Senhores) mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é?"

Apud BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992, p. 144.

EXEMPLO DE REDAÇÃO:

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

"O desenvolvimento econômico e social pleno é a principal meta de países em desenvolvimento como o Brasil. O alcance desse objetivo, no entanto, dependerá da capacidade dos condutores da política de desenvolvimento do

século e de adaptar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil à nova realidade político-econômica que se apresenta.

A primeira questão que aflora em qualquer trabalho de análise sobre o subdesenvolvimento é a necessidade de se estabelecer uma nova ordem econômica mundial. Ocorre que discursos nacionalistas inflamados nos foros internacionais mais importantes, como o GATT e a ONU, já provaram ser inócuos. Dessa forma, só resta a países em desenvolvimento como o Brasil privilegiar soluções alternativas, como o processo de integração econômica com outros Estados ou a vinculação de temas diversos, como as questões da dívida externa e da ecologia, em evidência atualmente.

No caso específico do Brasil, o principal desafio é implementar sua integração econômica com os demais países da América Latina, sobretudo com a Argentina, sem permitir que tal iniciativa fracasse, como ocorreu no caso da formação da ALALC e da ALADI. Para tanto, é preciso que as condições básicas de integração levem em consideração as particularidades da economia em cada país sem, no entanto, deixar de lado o pragmatismo que deve nortear todo o processo. É importante ressaltar, a propósito, que todo o relacionamento do Brasil com os demais países do Terceiro Mundo deve revestir-se de caráter pragmático, sob pena de serem perpetuados os traços de tutela que já caracterizaram a política externa brasileira em relação aos países subdesenvolvidos.

No campo político internacional destaca-se presentemente o processo de liberalização dos países da Europa Oriental. Segundo grande parte dos observadores e estudiosos da história deste início de década, tal processo afetará profundamente a economia dos países latino-americanos, inclusive a do Brasil. De fato, percebe-se o grande interesse demonstrado pelas potências econômicas ocidentais em investir no leste europeu, inclusive com o objetivo de fortalecer o processo de redemocratização dos países da região. Ocorre, porém, que o capital a ser investido pelos países ocidentais ricos terá a destinação que se apresentar mais interessante e lucrativa. Evidentemente, um país como o Brasil, rico em recursos minerais e com abundante mão-de-obra, está em condições de disputar investimentos com quaisquer outros. No entanto, cabe aos condutores da política de desenvolvimento do país estabelecer condições favoráveis a investimentos e atrair capitais, ainda que para tanto tenham que enfrentar o desafio de alterar o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil. Aliás, é importante salientar que justamente esse dasafio foi enfrentado por países asiáticos, como a Coréia do Sul e Formosa, com grande êxito.

Está claro, pois, que o Brasil deve acompanhar de perto as transformações político-econômicas pelas quais o mundo está passando e modificar a forma através da qual se relaciona com países ricos e pobres, como meio de alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Transformações típicas deste final

de século, como a criação dos blocos econômicos supranacionais, a partir da integração econômica de Estados nacionais, e a liberalização dos países comunistas do leste europeu, devem ser corretamente interpretadas, sob pena de inviabilizarem a grande meta nacional: o desenvolvimento."

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

No exame de Português, que consta de uma redação e um resumo, afere-se o conhecimento que o candidato possui do idioma e a capacidade de utilizá-lo para exprimir, com objetividade, clareza, precisão e concisão, as idéias e conceitos sugeridos pelos temas propostos nas questões da prova.

Embora não se imponha preferência de estilo, o candidato deverá estar consciente de que presta um exame de seleção profissional de nível universitário. Deverá, portanto, escrever a redação não como composição de nível colegial, mas como um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, seus conhecimentos sobre o tema, sua capacidade de análise e de crítica, assim como opiniões pessoais - desde que fundamentadas em raciocínio lógico, coerente, sensato e equilibrado. Deverá o candidato empregar com segurança e exatidão seus conhecimentos do idioma.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais; nele devem ser indicados o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Na seleção e hierarquização das idéias revelam-se as qualidades de avaliação, crítica e discernimento do candidato. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

O julgamento da redação e do resumo

É necessário que o candidato revele um nível mínimo de conhecimento da língua para que sua prova possa ser julgada satisfatória e permita avaliação condizente com o requisito exigido. São consideradas, por conseguinte, abaixo do nível mínimo de aceitação provas que contenham erros graves de:

a) ortografia;
b) acentuação gráfica;
c) emprego do acento grave;
d) regência;
e) concordância;
f) estruturação da frase.

As provas que apresentam boa forma gramatical passam, então, a ser julgadas quanto à propriedade de rigor no uso de recursos léxicos e semânticos, quanto ao conteúdo analítico e crítico do pensamento e ao uso adequado de conceitos, juízos e opiniões.

Tanto a redação quanto o resumo devem apresentar-se estruturados rigorosamente. Assim:

1. Estrutura formal (paragráfica) do texto:

Tanto ao redigir quanto ao resumir, deve o candidato organizar seu texto em coerência com o desenvolvimento da argumentação ou da exposição; para isso, a estrutura em parágrafos é fundamental. Cada parágrafo, por sua vez, deve constituir-se de frases íntegras, dotadas de sentido lógico. É o conjunto de parágrafos bem estruturados que dá unidade ao texto, uma vez que os parágrafos funcionam como conectores entre as idéias explanadas e o tema.

2. Estrutura morfossintática do texto:

Deve o candidato atentar para os recursos morfossintáticos de que irá utilizar-se para operar no nível da estruturação sintática da frase. São fundamentais, entre outras, as correlações de coordenação e de subordinação entre as idéias, para o que se faz necessário o uso das palavras instrumentais (conjunções, pronomes relativos e preposições). A ordem das palavras na frase obedece a regras sintáticas, as quais caracterizam o idioma escrito em nível culto. Convém lembrar, quando se trata de construção de frase, que a ordem dos fatores pode alterar o produto.

3. Estrutura léxico-semântica do texto:

Por meio da adequada seleção vocabular, que se faz em concordância com o tema proposto, o candidato traça, praticamente, o plano de texto a ser desenvolvido. Esta escolha deve considerar os valores que as unidades lingüísticas adquirem no contexto.

4. Organização do conteúdo do texto:

Uma redação de escasso conteúdo analítico e crítico, ainda que exiba razoável correção gramatical, dificilmente obterá um bom julgamento. Na redação, o candidato demonstrará seu grau de cultura e de informação, sua capacidade de raciocínio e de exposição, e, finalmente, se for o caso, sua habilidade no tratamento de temas controversos e delicados.

Aconselha-se especial prudência e parcimônia no recurso às citações, aos testemunhos e às opiniões de terceiros, salvo se for capaz de expressá-las corretamente e se a fonte tiver autoridade incontestável no assunto. Também especial cuidado deve-se ter nas citações em idioma estrangeiro, sobretudo se não se conhecer bem esse idioma, caso em que será melhor abster-se. É desaconselhável, no nível em que deve ser elaborado o ensaio, o apoio em lugares-comuns, frases feitas, sentenças, brocardos, provérbios, ou mesmo em teses ou autores de escasso ou discutível valor, apesar de amplamente divulgados.

Se o tema permite, é preferível que o candidato o explore do ângulo de sua formação acadêmica, com a máxima profundidade de que for capaz, sem temor de não ser compreendido pela banca examinadora.

AVALIAÇÃO DA PROVA:

A avaliação da redação levará em conta:

a) a adequação ao tema proposto e ao gênero discursivo indicado;
b) a estruturação do texto de forma lógica, coerente e clara;
c) o emprego adequado de recursos lingüísticos coesivos de natureza léxico-semântica e gramatical;
d) o tratamento criativo do texto, seja na seleção das informações e argumentos, seja na escolha do vocabulário e fraseologia;
e) a obediência às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita culta e formal da língua e do gênero discursivo em questão.

Serão atribuídos 60 pontos à redação, assim distribuídos:

- organização e desenvolvimento: 30 pontos;
- propriedade vocabular: 15 pontos;
- correção lingüística: 15 pontos.

A avaliação do resumo levará em conta:

a) selecionar, hierarquizar e comparar as informações do texto ou textos propostos;
b) reconhecer a estrutura e organização dos textos originais, neles distinguindo os níveis factual, interpretativo e opinativo;
c) avaliar o posicionamento dos autores em face do conteúdo textual, identificando pontos de convergência e de divergência;
d) identificar a polifonia e intertextualidade nos textos propostos, distinguindo as vozes dos autores e de suas fontes;
e) empregar com eficiência e correção os recursos gramaticais e lexicais que garantam a fidelidade aos textos originais, bem como a coesão, coerência e concisão do resumo;
f) obedecer às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita, culta e formal da língua e do gênero em questão;
g) conferir ao resumo a extensão equivalente a um quarto dos textos originais.

Serão atribuídos ao resumo 40 pontos, assim distribuídos:

técnica de resumo: 25 pontos;
correção e propriedade de expressão: 15 pontos.

INGLÊS

A prova escrita de inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor 60 pontos) e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

Time Magazine;
Newsweek;
The Economist.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É*, *Veja*, *Visão* and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

2.1 English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemprary English. London. Longman.
The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford. Oxford University Press.
The Concise Oxford Dictionary. Oxford. Oxford University Press.
Webster's Collegiate Dictionary.
The Random House College Dictionary. New York. Random House.
Language Activator. London. Longman.
Roget's Thesaurus. London. Longman.

2.2 Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Portugês*. Rio de Janeiro. Record.
TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro. Record.
Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo. Melhoramentos.

2.3 Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs. Prentice Hall.[Plus the useful accompanying exercise books].

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*. São Paulo. Cultrix.

SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford. Oxford University Press.

THOMPSON, A. J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*. Oxford. Oxford University Press.

Comprehensive Grammar of the English Language. London. Longman.

3. Larger reference works:

Oxford English Dictionary. Oxford. Oxford University Press.

Webster's Third International Dictionary

The Random House Dictionary of the English Language. New York. Random House Inc.

TEMAS DADOS EM VESTIBULARES ANTERIORES:

1989

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press - in domestic affairs and international relations".

1990

Write a composition on the following subject:

"Men in great place are thrice servants: servants of the Sovereign or State: servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to lose liberty: or to seek power over others and to loose power over a man's self."

1991

Write a composition on the following subject:

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative 'outdated' - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others".

Henry Kissinger, *White House Years*.

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, higlighting its role in diplomacy.

1993

Write an essay on the following passage:

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

Write a composition on the following quotation from E. M. Foster:

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

EXEMPLO DE REDAÇÃO:

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem as correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

"Francis Bacon, in asserting that "men in great place" are servants of the State and of fame and business, expresses an idea reminiscent of the well-known fact that men who hold high-ranking positions in their governments are subject to strong pressures. As he suggests, these men, who seek power over other men, lose their liberty and even power over themselves, becoming bound to the unwritten rules which allow them to stay in their position.

In fact, the nearer one is to the actual source of power, the stronger one's

allegiance to that source of power must be. A President, or a Sovereign, for instance, may tolerate unapproval of his policies by a small civil servant. But very few Heads of government will let one of their important ministers criticize them. People who actually hold power expect utmost loyalty form their nearest subordinates, as these will exert a share of that power. Consequently, although important men may have some power over other men, they are servants - like butlers, who, in spite of giving orders to the maids, are still servants.

Men who possess power are also servants of fame, as Francis Bacon duly stresses. People who become famous, such as these men, do not live normal and carefree lives. They are controlled by public opinion, which will seek to discover every weakness they may posses or every error they may commit, as people often refuse to accept that those who govern them are men who, sometimes, have the same faults as they have.

But the main source of pressure results from businessmen. Today, as in the day of Francis Bacon, they often resort to the exertion of pressure on governments to obtain favourable conditions for their businesses. When money is concerned, people become very aggressive, since its loss affects them in a very direct manner. Pressures increase to tremendous levels, and, very frequently, "men in great place" have to base their decisions on the will of the businessmen.

Power, therefore, does not imply freedom. In fact, one may even state that the latter is inversely proportional to the former. Yet men are often in search of power, as they believe that they will reach a position in which they will hold enough power to be able to resist any pressure. Facts, however, prove that belief to be an illusion.

The words of Francis Bacon are extremely accurate. It could even be surprising to realize how little the world has changed over the centuries. In fact, the ideas of the author could also be correct if one analysed Ancient Greece or Saxon England. Important men, even if they succeed in reaching the highest position in their State, will invariably remain servants, manacled and fettered by their desire to keep power in their hands.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

a) Composition

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks)

Here the examiners asses the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks)

There are three main considerations here:

1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

2) the relevance of ideas to the subject of the composition;

3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks)

Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

b) Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

PROVA ORAL:

Na prova oral de Inglês, o candidato deverá ler texto sorteado e responder às questões formuladas pelos examinadores; disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer a um dicionário unilingüe posto à sua disposição pelo Instituto Rio Branco. A argüição constará de leitura em voz alta do trecho sorteado, no todo ou em parte, seguido de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, significação de termos; e respostas e questões suscitadas pelo texto.

ORIENTAÇÃO PARA O EXAME ORAL:

The Interview consists of a reading and an oral summary followed by a session of questions and answers. The candidate is presented a text which he (or she) has half an hour to prepare prior to the interview. An English dictionary is available for consultation. The candidate is required to read a passage from the text and then present an oral summary. The examiners then ask questions about the text and the topics involved. These may range from details to generalities. Candidates are assessed on fluency, diction, pronunciation, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text, discuss the topics and communicate.

FRANCÊS

A prova de francês constará de tradução e versão de pequenos trechos, interpretação de textos e correção de parágrafos com erros léxicos e sintáticos. A prova avaliará a familiaridade com a língua e seu conhecimento, em especial com respeito a seu uso passivo.

O formato desta prova no próximo Exame de Admissão será diferente dos adotados até agora, motivo por que não se reproduzem a seguir os temas de exames recentes nem exemplos de redações feitas por candidatos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AUDUBERT, Albert. *Do Português para o Francês.* Difusão Européia do Livro.
AZEVEDO, Domingos de. *Grande Dicionário Português-Francês.* Livraria Bertrand - Lisboa
AZEVEDO, Domingos de. *Grande Dicionário Francês-Português.* Livraria Bertrand. Lisboa.
DUBOIS, J., & JOUANNON, G. *Grammaire et exercices de français.* Larousse. Classes de la 6ème à la 3ème.
ROBERT, Paul. *Petit Robert - Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française.* Société du Nouveau Littré. (Petit Robert)
RONAI, Paulo. *Guia prático de tradução francesa.* Educom. Rio de Janeiro.
RONAI, Paulo. *Dicionário Francês-Português. Português-Francês.* Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

L'épreuve de français est composée de quatre parties: traduction vers le français (thème); traduction vers le portugais (version); compréhension de texte; et correction d'un texte contenant des erreurs de syntaxe et de vocabulaire.

1) Traduction vers le portugais (30 points)

Cette épreuve comportera un ou plusieurs textes, de registres variés. D'une manière générale, les erreurs de portugais ne seront pas pénalisés, sauf si elles nuisent à la compréhension. Le candidat devra faire preuve de précision sémantique.

2) Traduction vers le français (20 points)

Cette épreuve pourra elle aussi comporter plusieurs textes de registres variés. Le degré de précision sémantique exigé pour la traduction vers le français sera moindre que celui de la première épreuve. Toutefois, le candidat devra utiliser des structures de langue, une orthographe et un vocabulaire corrects. Il faudra en particulier prendre garde aux homophones et aux lusitanismes.

3) Compréhension de texte (30 points)

Il s'agit ici de répondre, en portugais, à une série de questions sur un texte relativement long. Ces questions pourront porter sur le sens du texte ou sur des points de grammaire qui influent sur le sens.

4) Correction d'erreurs (20 points)

Il s'agira de trouver et de corriger des erreurs glissées dans un texte diplomatique. Ces erreurs pourront être d'ordre grammatical ou lexical.

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes (incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil), sua capacidade de analisar o tema e de organizar sua apresentação. Além desses aspectos, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação. O candidato sorteará três temas, escolhendo um deles, após o que terá quinze minutos para preparar sua exposição. Esta deverá constar de uma apresentação de cerca de dez minutos, seguida de respostas a perguntas feitas pelos examinadores. A abordagem do tema pelo ponto de vista dos interesses brasileiros será avaliada positivamente. O candidato deverá estar preparado para responder a indagações que visem a ampliar os pontos tratados na sua exposição e a perguntas de caráter analítico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ARON, Raymond. Guerra e Paz entre as Nações. Editora da UnB. Brasília. 1983.

FONSECA JR., Gelson e CARNEIRO LEÃO, Valdemar (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira.* FUNAG/Ed. Ática. Brasília. 1989.

FONSECA JR., Gelson e NABUCO de CASTRO, Sérgio (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II.* FUNAG/ Paz e Terra. Brasília. 1994 (2 volumes)

LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades.* Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1982.

JAGUARIBE, Hélio. *Novo Cenário Internacional.* Guanabara. Rio de Janeiro. 1986.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais.* Editora da UnB. Brasília. 1982.

MUÑOZ, H., e TULCHIN, J. *América Latina e a Política Mundial.* Convívio. São Paulo. 1986.

REYNOLDS, P. A. *An Introduction to International Relations.* London. Longman. 1980. 2. edition.

Resenha de Política Exterior do Brasil. Trata-se de uma publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados acordos, discursos, comunicados conjuntos e outros textos oficiais. A *Resenha* pode ser encontrada nas principais bibliotecas públicas e universitárias.

Recomenda-se, igualmente, a leitura de periódicos especializados em Relações Internacionais, como *Le Monde Diplomatique, Foreign Affairs, Política Externa e Contexto Internacional.*

Os candidatos devem ainda ter um conhecimento razoável da história contemporânea das Relações Internacionais (ver a bibliografia para a prova de História).

EXEMPLOS DE TEMAS PARA O EXAME ORAL:

A política externa brasileira e a evolução recente do quadro econômico internacional.

A política externa do Brasil no âmbito regional.

A situação dos Estados Unidos da América no cenário internacional contemporâneo.

Aspectos da multipolaridade do cenário internacional.

As perspectivas de paz internacional no mundo "pós-Guerra Fria".

A "nova ordem internacional" e a visão do Brasil.

Proteção a brasileiros no exterior. Tema de política externa?

Abertura econômica e fechamento político na China: equação possível?

Direitos humanos e desenvolvimento.

Direitos humanos e soberania nacional.

As transformações recentes do cenário internacional tornam aconselhável modificar-se a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

A política externa brasileira em relação à questão do meio ambiente.

Os novos temas no debate multilateral (meio ambiente, direitos humanos, combate ao narcotráfico) e o papel secundário do tema do desenvolvimento.

O novo quadro das relações intra-européias.

A eficácia de sanções econômicas internacionais como instrumento de pressão política.

O Fundamentalismo Islâmico. Tendências recentes e perspectivas.

Relação entre dívida externa, comércio internacional e investimentos estrangeiros.

O conceito de soberania nacional: evoluções recentes.

A questão das migrações: as reações possíveis dos países desenvolvidos.

Relações CEE e Leste Europeu. Perspectivas e conseqüências para o Brasil.

ORIENTAÇÃO PARA A PROVA:

A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

a. o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes (40 pontos), aí entendidos:

a.1. antecedentes do tema;

a.2. situação atual do tema;

a.3. posição brasileira (o candidato deverá ser capaz de indicar, com razoável precisão, os aspectos gerais e públicos da posição brasileira);

b. capacidade de análise e compreensão do tema (30 pontos); além de conhecer o tema, o candidato deverá ter condições de "raciocinar" sobre o tema, apresentando, diante de hipóteses formuladas pela Banca, argumentos plausíveis;

c. capacidade de organização da apresentação (30 pontos); além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação (coerência interna, lógica dos argumentos, relevância dos aspectos apresentados, etc.).

Perante a banca, é especialmente recomendado que o candidato procure compor sua apresentação com coerência, lógica e sobretudo com referência aos aspectos relevantes do tema. O enfoque brasileiro do tema deve ser buscado e será avaliado positivamente.

Quanto às perguntas da banca, podem ser de variado escopo. Assim, o candidato deve estar preparado tanto para indagações que visam a ampliar as informações dadas durante a exposição, quanto para perguntas de cunho mais analítico.

Para a prova, é necessário que o candidato tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que adquirirá com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante leitura atenta de livros, jornais e revistas que dediquem atenção especial a tais assuntos. O conhecimento jornalístico do tema é, porém, insuficiente e deve ser suprido com:

i) - a leitura de um texto, de nível superior, de história diplomática contemporânea;

ii) - a leitura de, pelo menos, um manual sobre teoria de relações internacionais;

iii) - a leitura de livros sobre política externa brasileira contemporânea;

iv) - a leitura de textos oficiais de política externa (ex.: discursos do Ministro de Estado nas Nações Unidas, conferências do Ministro de Estado na Escola Superior de Guerra, etc.).

Quanto à realização da prova:

i) - o candidato sorteará três temas;

ii) - o candidato escolherá um dos temas sorteados para apresentação perante a banca; terá, então, quinze minutos para preparar a sua exposição;

iii) - fará, em seguida, a sua exposição que, em princípio, constará de uma apresentação de cerca de dez minutos, seguida de uma sessão de perguntas, conduzida pelos membros da banca.

HISTÓRIA

A prova de História constará de cinco pequenas dissertações, três das quais tratarão do Brasil.

a) História do Brasil

1.A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócioeconômicas.

3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.

5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.

7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

b) História Mundial Contemporânea:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.

3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades do século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.

5. A política européia do Congresso de Berlim, de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.

8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo. A dissolução do Império Otomano.

9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.

11. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos Gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.

12. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o Isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.

13. As relações interamericanas, desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

14. Evolução da economia mundial: países capitalistas, países socialistas, Terceiro Mundo. A Guerra Fria e a coexistência pacífica; a evolução da estratégia.

15. As questões regionais. O fim dos impérios coloniais. A África depois da descolonização. O continente asiático: aspectos de conjunto. Os problemas da unidade européia. A América Latina: aspectos de conjunto.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

HISTÓRIA DO BRASIL:

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Graal. Rio de Janeiro. 1981.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Companhia Editora Nacional

CARONE, Edgar. *A República Velha*. DIFEL. São Paulo.

CARONE, Edgar. *A Segunda República*. DIFEL. São Paulo.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1930-1937)*. DIFEL. São Paulo.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Ed. Ática. São Paulo. 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1979.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre. Globo, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de e FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. DIFEL. São Paulo.
IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 1993.
PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense. São Paulo.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio a Castelo*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1990.
STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.

HISTÓRIA MUNDIAL:

CHESNEAUX, Jean. *Asia Oriental en los siglos XIX-XX*. Labor. Barcelona. 1969.
CONNELL-SMITH, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. Fondo de Cultura Económica. México.
CROUZET *et alii*, Maurice. *História Geral das Civilizações*. (vol. 16 e 17). DIFEL. São Paulo.
DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. Dalloz. Paris. 1970.
DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Paz e Terra. São Paulo.
HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital*. Paz e Terra. São Paulo
HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*. Paz e Terra. São Paulo.
HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Império*. Paz e Terra. São Paulo.
JOLL, James. *Europe Since 1870*. Penguin Books. London. 1990.
KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Editora Campus. Rio de Janeiro.
KEYLOR, William. *The Twentieth Century - An International History*. Oxford University Press. 2. edition. Oxford.
KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. (vol. II). Publ. Europa-América. Viseu.
MATHIEX, Jean & VINCENT, Gérard. *Aujourd'hui (depuis 1945)*. Masson. Paris. 1985.
NIVEAU, Maurice. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. DIFEL. São Paulo.

PANIKKAR, K. M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.
RENOUVIN, Pierre (org.). *Histoire des Relations Internationales*. (vol. 5-8). PUF. Paris.
VAISSE, Maurice. *Les Relations Internationales Depuis 1945*. Armand Colin. Paris.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES:

(Obs.: até 1991, havia duas provas: História do Brasil e História Mundial. Ambas eram compostas de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações.)

1989

História do Brasil

- A política de valorização do café nos primeiros anos da República.
- O fim do Estado Novo - fatores externos e internos.
- Sociedade civil e sociedade política no processo de transição - o ano de 1984.

História Mundial

- A unificação da Itália.
- A ordem internacional resultante da Paz de Versalhes (1919).
- A expansão territorial dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX.

1990

História do Brasil

- A Missão Saraiva e a intervenção contra Aguirre.
- Messianismo, conflito social e campanhas militares no levante do contestado.
- A crise da sucessão presidencial em 1955: questões internacionais e alinhamentos políticos

História Mundial

- O sistema eleitoral inglês no século XIX.
- A "crise das democracias" na Europa entre as duas Guerras Mundiais: o conceito e seus componentes.
- O quadro econômico e político que precedeu, desde os anos sessenta, a queda do Governo Allende no Chile

1991

História do Brasil

- A abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas.
- A crise de 1929 e suas conseqüências.
- A obra de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores.

1992

- Brasil: o Parlamentarismo no Império. Características e evolução.
- Brasil: a Revolução de 1930. Continuidades e rupturas históricas.
- Brasil: as Relações Teuto-Brasileiras no Período entre as Duas Grandes Guerras.
- A diplomacia bismarckiana (1871-1890).
- A "Revolução Cultural"(1966-1971) na China

1993

a) História do Brasil

Escolher três dentre as seis questões seguintes:

1) Brasil: a expansão da economia cafeeira
2) Brasil: o desenvolvimento industrial da República Velha (1889-1930)
3) Brasil: as influências totalitárias no regime de Vargas e a Constituição de 1937
4) Brasil: a imigração de massa e a vida urbana
5) Brasil: a política de segurança nacional (1964-1979)
6) Brasil: a abolição da escravatura e a nova sociedade

b) História Mundial

Escolher duas dentre as quatro questões seguintes:

1) Locke e Montesquieu: o pensamento político liberal
2) A construção do Estado nacional argentino no século XIX
3) A diplomacia japonesa entre 1952 e 1972
4) O peso do Terceiro Mundo nas relações internacionais (1955-1975)

1994

a) História do Brasil

Responda a três dentre as cinco questões seguintes:

1) Brasil: o quadro político do período regencial (1831-1840).
2) Brasil: a política exterior do Segundo Reinado (1840-1889).
3) Brasil: os fundamentos ideológicos da Ação Integralista Brasileira.
4) Brasil: a participação na Liga das Nações.

5) Brasil: o nacional-desenvolvimento e a política exterior do Brasil, do primeiro governo de Vargas aos governos militares (1964).

b) História Mundial

Responda a duas dentre as quatro questões seguintes:

1) Identifique os fatores favoráveis à descolonização durante a primeira fase desse movimento, entre 1945 e 1955.
2) As Relações franco-alemãs à época da Conferência de Locarno (1925).
3) O papel do Estado na fase de modernização do Japão, ao final do século .
4) A evolução política do Chile no século XIX.

Extensão recomendada: cerca de 35 linhas

EXEMPLO DE PROVA QUE MERECEU APROVAÇÃO (1994):

A.1). Quadro Político do Período Regencial

A abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 resultou; a) da incapacidade do monarca de promover um consenso entre as elites políticas; b) da situação de crise econômica e financeira que comprometia a establilidade do regime. Havia uma insatisfação generalizada quanto aos efeitos da Guerra da Cisplatina (1825-1828, que resultou na independência do Uruguai) , na qual o Império dispendeu recursos que lhe eram escassos sem ter conseguido ter seus interesses respeitados, e quanto às condições humilhantes em que se negociou o reconhecimento oficial da independência, acarretando dívidas e o comprometimento do desenvolvimento nacional autônomo, com o Tratado de Comércio de 1826 com a Inglaterra. Além disso, as preocupações de D. Pedro I com relação à sucessão do Trono português - do qual era o herdeiro legítimo - indispuseram a Assembléia (dissolvida em 1823 e reinstalada em 1826) com o Imperador. Sua impopularidade cresceu com a revelação, a partir da volta de Santo Amaro (que tinha viajado para Europa para negociar a sucessão portuguesa e um possível plano de estabelecimento de monarquias constitucionais na América hispânica), de que se tramava uma reunificação das coroas portuguesa e brasileira por meio das atividades de uma sociedade secreta, a "Colunas do Templo". Diante das acusações de que privilegiava os portugueses no Brasil, D. Pedro I decide dissolver o Ministério e formar um outro, composto somente de brasileiros natos. Este ministério, no entanto, foi dissolvido por D. Pedro I, que formou um outro, o "Ministério dos estrangeiros" - com o qual procura fortalecer sua posição. O assassínio do jornalista Líbero Badaró e a influência

do jornal *Aurora Fluminense* de Evaristo de Veiga aguçaram a insatisfação popular, que se exacerba na "Noite das Garrafadas".

Tendo ido a Minas Gerais tentando angariar apoio e diminuir o fortalecimento da oposição liberal liderada por Bernardo de Vasconcelos, D. Pedro seria recebido na sua volta ao Rio de Janeiro por uma manifestação de apoio organizado pelos portugueses. Setores liberais não aceitaram esta demonstração de apoio ao Imperador e desencadeou-se, então, a violência na corte. Sem apoio militar, D. Pedro viu-se obrigado a abdicar.

O período regencial foi caracterizado por uma instabilidade política decorrente tanto da persistente crise econômico-financeira quanto das pretensões à maior autonomia para as províncias. Os grupos políticos podem ser assim distinguidos: 1) os "chimangos" ou governistas, que propugnavam reformas moderadas; 2) os "caramurus" ou restauradores, que pretendiam o retorno de D. Pedro I; e 3) os exaltados, defensores de reformas mais radicais, que se subdividiam em "jacobinos", profundamente anti-lusitanos, e republicanos.

A instabilidade política manifestou-se pela disputa entre estas facções e pela eclosão de diversos movimentos armados que desafiavam a autoridade da Regência. Em 1832 eclode na Corte uma revolta dos liberais. Dentre os movimentos nas províncias pode-se mencionar: a Cabanada, em PE e AL (c. 1835-38); a Farroupilha, no RS e em SC (1835-1845); a Balaiada no MA e no PI; a Cabanagem, no Grão Pará; e a Sabinada, na Bahia. À exceção da Cabanagem, todos estes movimentos propugnavam uma solução separatista. A Farroupilha, cujos líderes principais foram Bento Gonçalves e Davi Canabarro, foi o mais duradouro e chegou-se a constituir uma República Rio Grandense e uma República Catarinense (ou Juliana).

Pode-se periodizar o perído regencial da seguinte forma: Regência Trina Provisória (1831), Regência Trina Permanente (1831-35), Regência Una do Padre Feijó (1835-37), e Regência Una de Araújo Lima (1837-40), que foi nomeado por Feijó quando este resignou, tendo sido eleito posteriormente. A Regência não podia exercer o Poder Moderador, não podendo, portanto, dissolver a Assembléia; além isso, dissolveu-se o Conselho de Estado.

O ato adicional de 1834 previa a constituição de Assembléias Legislativas nas Províncias, como parte de um programa que as contemplava com maior autonomia em relação à Corte. Este ganho em autonomia política foi, em parte, neutralizado por lei de 1840.

A constante instabilidade política do período e a rivalidade entre moderados e liberais ("chimangos" versus "exaltados") contribuíram para um movimento a favor de reforma na Constituição, no sentido de antecipar a maioridade do Imperador D. Pedro II, aclamado ainda em 1831, quando tinha pouco

mais de cinco anos de idade. Será, de fato, no Segundo Reinado que o processo de formação do "Estado Brasileiro" se consolidará.

A.2) A Política Exterior do Segundo Reinado

Com o Segundo Reinado consolida-se o Estado nacional: supera-se a fase de instabilidade política da Regência, com o controle dos movimentos contestatórios nas províncias, e o café passa a despontar como principal artigo na pauta de exportações brasileiras. Argumenta-se que a Tarifa Alves Branco, de 1844, simbolizava um "projeto de desenvolvimento" autônomo para o Brasil, na medida em que defendia tarifas protecionistas para as importações, o que viabilizaria a industrialização. Este "projeto", contudo, não teve condições políticas de ser implantado, em razão da preponderância dos interesses do setor agroexportador, que era, de fato, o setor dinâmico da economia brasileira, o setor por meio do qual o Brasil se inseria na economia mundial como exportador de produtos primários e importador de bens industrializados, segundo a divisão internacional do trabalho da fase liberal do capitalismo.

Além da Tarifa Alves Branco, a condução da política externa no Segundo Reinado permite que se identifique um "projeto de inserção internacional para o Brasil. Pretendia-se consolidar uma hegemonia periférica na América do Sul e administrar as possíveis contendas internacionais por meio de negociações que favorecessem, ou que pelo menos não prejudicassem, os interesses do setor agroexportador. Assim, as principais vertentes da diplomacia brasileira no período foram: a política de intervenção e posterior retraimento no Prata; as relações bilaterais com a Inglaterra, principal potência mundial da época; e as relações com os EUA, que se tornaram, ao longo do período, nossos principais importadores de café.

A política brasileira no Prata conheceu as seguintes inflexões no período: opção por soluções negociadas (c. 1840-1849); opção por intervenção militar direta (c. 1851-1876); e estabilização (c. 1876-1889). As pretensões do caudilho Rosas de reconstituir o Vice-Reinado do Prata determinaram a opção pela intervenção armada. Seu apoio a Oribe no Uruguai e o comprometimento dos interesses de nacionais brasileiros na Banda Oriental acarretaram o estabelecimento de um protetorado brasileiro sobre o Uruguai e a sua queda na batalha de Monte Caseros (1852).

As pretensões do ditador paraguaio Solano López - que sucedera o seu pai e que se decidiu a romper o isolamento de seu país - de estabelecer um "equilíbrio de forças" na região por meio da formação de um grande Estado entre o Império Brasileiro e as provincias Unidas do Prata (Argentina), que incluiria além do Paraguai e do Uruguai, as provincias argentinas de Corrientes

e Entre Rios e as províncias de MT e do RS, tais pretensões determinaram a eclosão da Guerra contra a Tríplice Aliança. O tratado pelo qual se formou a aliança militar entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai era contrário a qualquer remanejamento de territórios após o fim do conflito. Esta cláusula será fonte de um contencioso entre o Brasil e a Argentina, que pretendia uma parte do Paraguai. O Império, contrariando o estabelecido no Tratado, contrai uma paz em separado, o que contribui para o acirramento da rivalidade entre as duas potências que disputavam a hegemonia regional.

No que diz respeito às relações do Brasil com a Inglaterra, deve-se reconhecer que elas giravam em torno de três questões: o comércio, o tráfico negreiro e os investimentos. A não renovação em 1843/44 do Tratado de Comércio de 1826 e a não obediência à determinação de abolir o tráfico negreiro (1831) foram pontos de fortes atritos entre os dois países. Mesmo após a extinção do tráfico em 1850 pela Lei Eusébio de Queirós, as pressões inglesas para maior abertura comercial serviram de pano de fundo para o breve rompimento de relações diplomáticas decorrente da famosa Questão Christie (1861-67).

Quanto às relações bilaterais do Brasil com os EUA, deve-se mencionar as pretensões norte-americanas sobre a Amazônia, expressas por meio de uma intensa campanha pela liberdade de navegação nos rios internacionais e por meio de um projeto de colonização elaborado por um militar norte-americano e publicado em livro de grande repercussão na década de 1850. Somente após o desanuviamento dos riscos de intervenção, o Brasil abriu o Amazonas à navegação internacional, inclusive para não comprometer seu envolvimento no Prata, cuja motivação era, entre outras, garantir o acesso à província de MT pela garantia de livre navegação e abertura do Rio Paraguai.

Deve-se mencionar, ainda, a "diplomacia de prestígio pessoal", empreendida por D. Pedro II em suas viagens à Europa e à América do Norte.

Por fim, certas desmistificações são importantes para avaliar a política externa do II Reinado:

- deve-se rejeitar a hipótese de que a situação de dependência do Brasil em relação ao Centro do capitalismo seria uma "condição inevitável e necessária"; não sendo a Europa nossa principal cliente, havia, de fato, condições para um desenvolvimento nacional autônomo;
- da mesma forma, deve-se rejeitar uma interpretação da intervenção brasileira contra o Paraguai como um reflexo de imposições inglesas; na verdade, a condução da guerra correspondeu a avaliações internas do Brasil;
- o suposto "expansionismo" brasileiro é outro mito; no Império pretendeu-se consolidar as fronteiras herdadas da fase colonial.
- uma "rivalidade insuperável" com a Argentina constitui outro mito, na medida em que ela existia, de fato; no tocante à hegemonia geopolítica regional,

deve-se considerar, no entanto, a complementaridade econômica entre os dois países, que abria vias concretas para a cooperação.

A.5) Brasil: o nacional-desenvolvimento e a política exterior do Brasil, do primeiro governo de Vargas aos governos militares (1964)

Durante o período em tela a política exterior brasileira apresenta uma característica básica de continuidade: será elaborada em função da idéia de desenvolvimento nacional . Neste sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento constitui o vetor em torno do qual se formula a política externa brasileira. Além deste aspecto fundamental, devem-se mencionar três princípios observados pela diplomacia brasileira ao longo do período: 1) pacifismo, ou seja, a defesa da solução pacífica das controvérsias internacionais e da não intervenção em assunto interno de um Estado; 2) juridicismo, que vem a ser o respeito aos tratados assinados (a observação da norma jurídica *pacta sunt servanda)*; e 3) pragmatismo, que se associa ao vetor primordial do desenvolvimento.

Na primeira fase de Vargas (1930-37-45), verifica-se a percepção da possibilidade real de aproveitamento das disputas entre as grandes potências pela hegemonia mundial. O professor Gerson Moura elaborou o conceito de "equidistância pragmática" para explicar a referida percepção. O soerguimento da economia alemã sob o regime nacional-socialista permitiu-lhe disputar a supremacia econômica e comercial com os EUA. Vargas conduzirá uma política oscilante que se manifesta, por um lado, na formalização de um Acordo Comercial com os EUA, em 1935, e, por outro, no desenvolvimento do comércio compensado com a Alemanha. É de se notar que os dividendos mais significativos desta política somente serão visíveis após o definitivo alinhamento do Brasil com os aliados em 1942: o financiamento da primeira siderurgia nacional, a (CSN), e do reaparelhamento militar.

No Governo Dutra desfrutou-se a ilusão de que à participação brasileira na II Guerra Mundial corresponderia uma "parceria privilegiada" com a potência hegemônica mundial. Acreditava-se que, por seu apoio no esforço de guerra contra o nazifascismo, o Brasil seria um credor dos EUA. Tal percepção, contudo, revelou-se fugaz diante dos empecilhos criados para inibir os financiamentos dos programas de desenvolvimento, concebidos pela Missão Abbink-Bulhões. Deve-se mencionar, ainda, a assinatura do TIAR em 1947, por meio do qual o Brasil formava com os países do hemisfério um bloco submetido à hegemonia política e militar dos EUA, num momento em que as rivalidades entre esta superpotência e a URSS acirravam com o surgimento da Guerra Fria.

A volta de Vargas ao poder em 1951 efetuava-se com excelentes expectativas para o desenvolvimento, particularmente em razão da formação da

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que decorria, em grande parte, da avaliação efetiva do ponto IV do discurso de posse do Presidente Truman, que previa a cooperação técnica e financeira para os países subdesenvolvidos. Deve-se ter em conta que Vargas era plenamente consciente da necessidade de capitais estrangeiros para o financiamento do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, não há fundamento para identificar numa suposta "virada nacionalista" de Vargas - expressa, por exemplo, pela criação da Petrobrás em 1953 e pela nomeação de Goulart - a explicação do fracasso da CMBEU. Na verdade, o referido fracasso relaciona-se a assuntos internos norte-americanos (com a eleição de Eisenhower dar-se-á maior ênfase à contenção da expansão do comunismo) e à competição entre o Eximbank e o BIRD.

Com JK, vive-se o apogeu do desenvolvimento liberal-associado. Crescimento econômico, democracia e inflação controlável convivem para criar um clima de euforia nacional. No plano externo, porém, persiste a necessidade de investimentos, que será condicionada, na ótica norte-americana, à estabilização e abertura da economia e à disponibilidade de capitais privados. Esta intransigência dos banqueiros internacionais leva JK a romper com o FMI. Ao mesmo tempo, JK lança um portentoso projeto de cooperação para o desenvolvimento, visando a dar continuidade à industrialização brasileira. A OPA irá, assim, reinvidicar um tratamento diferenciado para os países subdesenvolvidos do continente americano. A pouca importância estratégica da América Latina para os EUA, significou uma certa marginalidade. A vitória da Revolução Cubana em 1953 e o posterior alinhamento da ilha ao bloco soviético redimensionam o valor estratégico da América Latina. Assim, Kennedy lança a "Aliança para o Progresso" em 1960, que retoma os princípios da OPA. Ainda neste período, e, em parte, como reflexo da OPA, nasce a ALALC.

A PEI será lançada por Jânio Quadros e continuada por Goulart. Revela uma percepção universalista da política externa brasileira e, assim como a "eqüidistância pragmática", tentará aproveitar as brechas e os "nichos de oportunidade" no sistema internacional. Neste sentido, dá-se o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, a aproximação com a China e até a condecoração de Che Guevara. O silêncio de JK em relação ao processo de descolonização lusitana é rompido na medida em que se condena o imperialismo como anacrônico. Vale mencionar, a esse respeito, o discurso de Araújo Castro onde preconiza a valorização dos "três Dês": desarmamento, descolonização lusinata e democracia. Digna de atenção é a atitude brasileira em relação às colônias portuguesas na África; nos anos 1950 um acordo de cooperação foi estabelecido com a antiga metrópole, que terá como conseqüência a reticência brasileira em relação à defesa dos movimentos de independência (a guerra de independência em Angola inicia-se em 1960).

Após o golpe de 1964, dá-se uma "correção de rumos": rejeita-se a PEI e adota-se uma política de "alinhamento automático" com o EUA, expressa simbolicamente na famosa frase de Juracy Magalhães: "o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil". A ênfase agora está concentrada nas "fronteiras ideológicas": todo esforço será conferido à luta contra o inimigo interno, a subversão comunista. Passava-se de Política Externa Independente para uma política que prioriza a interdependência. Manifestação emblemática desta postura será a participação brasileira na intervenção na República Dominicana, em 1965, capitaneada pelos EUA.

B.1) Identifique os fatores favoráveis à descolonização durante a primeira fase desse movimento, entre 1945 e 1955.

A onda de democratização que se seguiu à queda do nazi-fascismo em 1945 contribui, de fato, para o fortalecimento dos movimentos pró-emancipatórios que atuavam nas colônias dos impérios europeus. A própria participação de contingentes coloniais nas fileiras do exércitos aliados encerrava uma contradição: lutava-se pela liberação da metrópole, enquanto mantinha-se o domínio imperalista sobre as colônias. Neste sentido, portanto, a participação de forças arregimentadas nas colônias, na luta contra o inimigo nazi-fascista, foi força importante no amadurecimento do ideal de independência.

Outro aspecto significativo diz respeito à configuração das relações internacionais no pós-guerra: superava-se definitivamente a noção de "concerto europeu", com a emergência de dois blocos de poder antagônicos que passam a dominar a cena internacional liderados, respectivamente, pelos EUA e pela URSS. A bipolaridade hegemônica tem sua contrapartida na decadência das potências imperiais européias: Inglaterra, França e Holanda. Incapazes de se sustentarem de forma autônoma, necessitam não só da ajuda econômica e financeira dos EUA para reorganizarem suas estruturas produtivas (ajuda esta que obterão com o Plano Marshall), como também dependem da proteção militar norte-americana diante dos riscos de expansão do imperialismo soviético, exacerbados diante do prestígio dos partidos comunistas (particularmente na França e na Itália) e da superioridade militar soviética em forças convencionais.

Assim o fim da II Guerra Mundial assinala o fim da hegemonia européia sobre o mundo.

Percebendo a incapacidade real de prosseguir com a dominação imperial, a Inglaterra passa a adotar uma política de concessão pacífica de independência política. O exemplo mais eloqüente desta política foi o caso da independência do antigo "Império das Índias". A artificialidade das fronteiras estabelecidas contribuirá para futuros conflitos no subcontinente indiano. Ao contrário do

que pretendia Gandhi, não se verifica a preservação da unidade política: além do Ceilão, Siri-Lanka, surgem a Índia e o Paquistão, este último sem continuidade territorial. A divisão da rica província do Punjab entre Índia e Paquistão será, no futuro, fonte de rivalidades entre estes dois países. Outro fator complicador foi a existência de duas religiões dominantes na região (o hinduísmo e o islamismo), cujos adeptos não se limitavam a uma fronteira respectiva. O conflito religioso, portanto, caracteriza o posterior desenvolvimento político da região.

A França e a Holanda, numa "folie de grandeur", pretenderam preservar suas colônias à força. Assim, eclodem conflitos sangrentos na Indonésia (ex-colônia holandesa) e na Indochina Francesa. Entre 1945 e 1954 a França promove uma guerra brutal, que não impede a perda do território.

Verifica-se, portanto, que a primeira fase do movimento de descolonização atinge a Ásia. Será após conferência de Bandung (Indonésia, 1955) - cujos líderes mais importantes foram Nehru (sucessor de Gandhi) e o egípcio Gamal Nasser - que o movimento de descolonização adquire maior representatividade e força. Em Bandung nasce o "Movimento dos Não-alinhados" que defende uma "terceira via" para o desenvolimento dos povos, rejeitando a lógica de rivalidade entre as duas superpotências que dominava a guerra Fria e defendendo incondicionalmente a descolonização. Entre os outros líderes que participaram de Bandung menciona-se o governante da Indonésia, General Sukarno, e o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia e dissidente do bloco soviético.

B.2) As relações franco-alemãs à época da Conferência de Locarno (1925)

Apesar da retomada de uma política isolacionista por parte dos EUA e da conseqüente saída dos EUA da SDN, a iniciativa de Wilson da criação de uma entidade internacional encarregada de preservar a paz entre os povos terá efeitos práticos, ainda que efêmeros. A segunda metade dos anos 1920 será marcada, na Europa, por uma certa euforia que se relacionava com a recuperação econômica e a aparente solução dos conflitos pendentes desde o fim da I Guerra Mundial.

As relações entre França e Alemanha até a assinatura do Tratado de Locarno (1925) serão tensas. Na Conferência de Paris (1919/1920) definiram-se as perdas territoriais da Alemanha. No que diz respeito à sua fronteira ocidental, a Alemanha restituiu à França, a Alsácia-Lorena (que havia sido anexada quando da guerra franco-prussiana de 1870/71) e à Bélgica, algumas localidades de fronteira. Não eram, porém, as questões territoriais que contribuiam para um relacionamento conflituoso; na verdade, as principais divergências diziam respeito às questões das reparações de guerra. Neste aspecto,

apesar de aliados durante a guerra, a França e a Inglaterra divergiam. A esta última não interessava a aniquilação financeira da Alemanha, uma vez que esta era, até 1914, um dos principais parceiros comerciais da Inglaterra. A França, por sua vez, exigia um alto preço pela devastação de seu território, especialmente no nordeste. Os EUA, transformados em credores das potências européias e grandes investidores na Alemanha, recusavam-se a vincular as reparações alemãs às dívidas francesas.

Além das perdas territoriais, como decorrência da Paz de Versalhes, a Alemanha viu-se obrigada a desmilitarizar a Renânia e aceitar a exploração econômica da rica província mineral do Sarre pela França. Ademais, teve de aceitar limitações impostas ao seu rearmamento.

Ainda antes do Tratado de Locarno, em razão da polêmica quanto ao pagamento das reparações de guerra, a França ocupou temporariamente a Renânia.

A Conferência de Locarno (Suiça, 1925) vem estabilizar as relações entre a França e a República de Weimar. A Alemanha reconhece oficialmente suas fronteiras ocidentais. A assinatura do Tratado contribui para a criação de uma atmosfera de otimismo na Europa, quando acreditava-se que, finalmente, a ação da SDN significava a superação de todas as guerras: a guerra de 1914-1918 seria "a última das guerras". Os representantes da França e da Alemanha foram Briand e Stressmann; além das duas potências participaram da conferência a Inglaterra, a Bélgica e a Itália.

Os "alegres anos 20" caminhavam, enfim, para a consolidação de uma aparência de estabilidade. A surgimento dos regimes totalitários, a crise de 1929 e a incapacidade das democracias liberais-burguesas para a solução da questão social e para um convívio harmônico entre si serão fatores que contribuirão para o acirramento das rivalidades inter-imperialistas durante os anos 1930.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

1. Objetivos

Mediante o estudo do programa de História o candidato deve ser capaz de:

1. Indicar as sobrevivências coloniais no Brasil-Reino e no Brasil-Império, especialmente no tocante ao escravismo, fazendo paralelamente a caracterização da forma particular pela qual se processou a emancipação política da América Portuguesa e a formação do Estado nacional monárquico;

2. Apontar as modernizações ocorridas na economia, na sociedade e na cultura do Brasil-Império, em meados do século XIX, indicando complemen-

tamente os fatores que levaram à desintegração da Monarquia, após a Guerra da Tríplice Aliança;

3. Caracterizar a República Velha, oligárquica em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, indicando complementarmente os fatores que conduziram à sua crise, após a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, durante a crise de 1929;

4. Situar a Revolução da Aliança Liberal, em 1930, no processo de transição da Primeira para a Segunda República, estabelecendo as conexões com a conjuntura internacional;

5. Explicar os fatores políticos, econômicos e sociais que levaram a Segunda República a uma instabilidade institucional, paralelamente à controvérsia sobre os diversos caminhos para a superação do subdesenvolvimento;

6. Situar o Movimento de Março de 1964 no processo histórico da República brasileira, indicando novas propostas de modelos políticos e econômicos; analisar o retorno ao regime liberal;

7. Definir a evolução da política exterior do Brasil nos séculos XIX e XX, a respeito da América do Sul e do sistema pan-americano, e em relação às potências mundiais e organismos internacionais;

8. Analisar as constituições brasileiras, tendo como objetivo não só o estudo das forças políticas que lhes deram origem, em determinado momento histórico, mas também as organizações sociais e econômicas propostas nos textos legais.

9. Estabelecer a correlação entre o processo histórico do Brasil e do restante das Américas e o processo histórico mundial, particularmente aquilo que diz respeito ao chamado Mundo Ocidental, que tem por eixo o Atlântico e o Mediterrâneo;

10. Compreender o processo de formação desse Mundo Ocidental Atlântico-Mediterrâneo, por meio de suas revoluções político-econômicas, das quais resultou o sistema capitalista;

11. Estabelecer os fatores que levaram o sistema capitalista às crises do século XIX e XX, das quais resultaram sua reformulação ou sua substituição;

12. Compreender o processo de formação do chamado Terceiro Mundo, avaliando a posição de crescente importância que vem assumindo desde o período entreguerras;

13. Identificar as reformulações que o sistema internacional de poder tem sofrido desde a era napoleônica até a "guerra fria", indicando paralelamente a forma pela qual as alterações nesse sistema se têm refletido no Brasil;

14. Indicar as peculiaridades que o processo histórico da América Latina, o Brasil inclusive, apresenta em face do processo histórico da América

Anglo-Saxônica, indicando complementarmente de que forma essas peculiaridades atuam na evolução de um sistema interamericano.

O candidato deve ser capaz de localizar os fatos históricos da respectiva conjuntura e situar esta no processo histórico. Portanto, não se exigirá do candidato exaustivo conhecimento de nomes e datas. Na indicação dos níveis de processo histórico deverá o candidato articular condicionantes de tempo e espaço aos determinantes político-administrativo-jurídicos, econômico-financeiros e tecnológicos, e ideológico-culturais, sem perder de vista os grupos e classes sociais.

Em tudo que tange à política externa, deve ele ser capaz de indicar o elenco de fatores que levaram às decisões governamentais, além de situar as individualidades em relação a esses fatores. A prova destinar-se-á, em suma, a medir a capacidade de análise e compreensão dos fenômenos históricos e não simplesmente a memória do candidato. O fato de se conferir caráter menos relevante à menção de nomes e datas, entretanto, não significa que sejam aceitáveis meras generalidades que confundam os processos históricos, ao invés de situá-los de maneira concreta.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de cinco pequenas dissertações, das quais três tratarão do Brasil.

PROGRAMA

1. Conceito de Espaço Geográfico

2. O Espaço Mundial
   - 2.1. Formação e transformações
     - a) nos países centrais
     - b) nos países semi-periféricos e periféricos
     - c) nos países "socialistas"
   - 2.2. Industrialização, Urbanização e Marginalização
     - a) nos países capitalistas centrais
     - b) nos países semi-periféricos e periféricos
     - c) nos países "socialistas"
   - 2.3. Agricultura e a questão agrária
     - a) nos países capitalistas centrais
     - b) nos países semi-periféricos e periféricos
     - c) nos países "socialistas"
   - 2.4. Novas tendências
     - a) globalização e fragmentação
     - b) blocos internacionais de poder
     - c) integrações e mercados
     - d) reconsiderando o Estado

3. O Espaço Brasileiro
   - 3.1. Formação e transformações
   - 3.2. Agricultura e questão agrária
   - 3.3. Industrialização, urbanização e marginalização
   - 3.4. Migração Interna e Expansão das Fronteiras
   - 3.5. Terceirização da Economia
   - 3.6. As questões regionais

4. Os desafios do desenvolvimento
   - 4.1. Desenvolvimento e pobreza
   - 4.2. Desenvolvimento e meio-ambiente
   - 4.3. A questão energética
   - 4.4. A questão demográfica

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras.* Ed. UnB/Orston. Brasília. 1988.

BECKER, Berta K. *Amazônia.* Editora Ática. São Paulo. 1990.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.* Ed. T. A. Queiroz. São Paulo. 2. ed., 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. *Da Ecologia à Autonomia.* Brasiliense. São Paulo.

CASTRO, Antonio Barros de. *Ensaios sobre a Economia Brasileira* (Vol. 7). Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1980 - 3. ed.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano.* Ática. São Paulo. 1989.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Blocos Internacionais do Poder.* Contexto. São Paulo. 1990.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina.* Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1. ed. 1975.

LACOSTE, Yves. *A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Papirus, 1988, 2. ed.

MARANHÃO, Sílvio (org.). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.* Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura.* Ática. São Paulo. 1986.

RODRIGUES, Arlete Moyses. *Moradia nas Cidades Brasileiras.* Contexto. São Paulo. 1990.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana.* Hucitec. São Paulo. 1990. 2. ed.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado.* Hucitec. São Paulo. 1991.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil.* Alfa Ômega. São Paulo. 6. ed., 1985.

VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica.* Ática. São Paulo. 1987.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES:

(Obs.: até 1991, havia duas provas: Geografia do Brasil e Geografia Geral, ambas compostas de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações).

1989

Geografia do Brasil

- A herança colonial na atual estrutura agrária brasileira.
- De que maneiras as regiões de fronteira agrícola se articulam às regiões industrializadas?
- Quais as formas que, basicamente, distinguem a degradação ambiental provocada por empresas agrícolas daquela provocada por pequenos agricultures no espaço rural?

Geografia Geral

- Quais os problemas que decorrem da desconexão entre as áreas produtoras e consumidoras de petróleo?
- Quais as relações mais importantes entre Espaço e Poder?
- A Cultura como elemento explicativo da questão demográfica mundial.

1990

Geografia do Brasil

- Explique os motivos que tornaram a soja uma cultura geradora de desemprego no campo.
- Qual o papel estratégico de Brasília no processo de espacialização industrial?
- Por que a degradação ambiental continua, se o Brasil possui uma das legislações preservacionistas mais completas?

Geografia Geral

- Aponte algumas evidências que confirmem a seguinte afirmativa: as cidades e o meio rural nos países periféricos não mantêm entre si as mesmas relações que a cidade e o campo nos países centrais.
- A tendência da indústria moderna é a sua crescente liberalização das condições naturais, o que pressupõe a sua dispersão no território. Como se explica, então, a persistência da concentração industrial mesmo em países como os Estados Unidos da América?

- O desenvolvimento tecnológico e científico tem permitido à sociedade o domínio da natureza, o que no entanto tem levado à destruição da mesma. Apresente algumas explicações para este fato.

1991

Geografia do Brasil

- Brasília foi idealizada como uma cidade moderna, social e espacialmente igualitária. Esta visão da cidade foi mantida no seu desenvolvimento?

- Quais as implicações da hidrelétrica de Itaipu no relacionamento do Brasil com o Paraguai?

- A legislação que determina a manutenção de florestas em propriedades agrícolas, nas áreas de colonização recente, é eficaz para a preservação dos eco-sistemas originais?

Geografia Geral

- Por que razão as cidades se tornaram, historicamente, o *locus* privilegiado da industrialização?

- Por que motivo nos países em desenvolvimento o crescimento econômico é acompanhado muitas vezes de crescentes desigualdades nas áreas econômica e social?

- De que modo o setor da agricultura da exportação desarticula a produção alimentar para consumo interno, nos países em desenvolvimento? Exemplifique.

1992

- Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para uma mudança do eixo das migrações internas do Brasil, já que o Norte e o Centro-Oeste, superando o Sudeste, foram as regiões que mais cresceram no período 1980-1991. Pergunta-se: que fatores poderiam ser apontados como responsáveis por essa mudança?

- Entre os principais problemas ecológicos causados pela moderna agricultura, aponta-se a destruição dos solos como um dos mais graves. Quais as principais conseqüências negativas do manejo inadequado dos solos para a agricultura brasileira?

- Brasília, uma cidade planejada e com economia de base não-industrial, sofre hoje um dos mais intensos processos de periferização no Brasil. Como explicar esse fenômeno?

- O novo estágio do capitalismo mundial integrado tem induzido os Estados-Nações a se configurarem geopoliticamente em blocos econômicos, quebrando a bipolaridade anteriormente formada, de um lado, pelos EUA e, de

outro, pela ex-URSS. Como se dão esses processos e quais os principais blocos mundiais hoje?

- O espaço geográfico é produzido, produto e produtor de relações sociais: econômicas, políticas e cultural-ideológicas. Desenvolva e exemplifique esta questão

1993

a) Geografia do Brasil

1) o povoamento da Amazônia, a partir da colonização, se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial. Analise cada um desses "surtos", dando destaque ao último quando, a partir dos anos 70, o Estado brasileiro toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico.

2) Nos fins da década de 1950 a industrialização era vista como a saída para combater o atraso do Nordeste. A atividade industrial teria a tarefa de funcionar como novo foco de dinamismo e garantir maior autonomia ao crescimento regional. No entanto, o crescimento industrial do Nordeste, nas últimas décadas, é marcado por duas características essenciais: dependência e complementariedade. Analise o caráter dependente e complementar da industrialização.

3) A ação dos diferentes agentes sociais no espaço urbano leva a um constante processo de reorganização espacial das cidades. Esse processo se dá com a incorporação de novas áreas, a diversificação do uso do solo, e a deterioração de certas áreas e a renovação de outras. A partir do texto, analise a estrutura sócio-espacial das metrópoles brasileiras.

B) Geografia Geral

1) A partir da década de 50, quando se acelera o processo de industrialização da agricultura e de formação do complexo agroindustrial, ocorrem profundas mudanças na estrutura e na comercialização da produção agrícola. Essas mudanças permitiram a incorporação de uma nova "arma" à diplomacia internacional: o "food-power". Analise as estratégias adotadas por países capitalistas centrais no comércio internacional de produtos agrícolas, na década de 70.

2) A "alta tecnologia" refere-se a algo mais do que uma nova técnica de produção. É uma nova forma de produção - baseada na informação - e, portanto, de organização social, o que reforça a crescente tendência de internacionalização e interdependência do espaço de produção da economia capitalista. Analise as formas de participação encontradas, nesta nova "geometria do espaço econômico mundial", para os países periféricos.

1994

Responder às seguintes questões:

- Espelhos do desordenado desenvolvimento brasileiro das últimas décadas, as grandes cidades são hoje focos de uma série de problemas que atingem as diferentes camadas sociais das populações urbanas, indistintamente. Desde o fim das administrações militares, o governo federal não tem uma política específica para o tratamento da questão. Quais as principais conseqüências dessa postura, para um país que terá, já no início do próximo milênio, mais de 90% de sua população vivendo em cidades?

- A comparação entre os censos populacionais realizados em 1980 e 1991 demonstra que, nesse período, o número de pessoas que deixaram as áreas rurais da região sul em direção a outras regiões do país foi três vezes maior que o de brasileiros que abandonaram o sertão nordestino. Como explicar esse fenômeno?

- Na década de 40, o Brasil foi subdividido em cinco grandes regiões, tomando-se por base critérios de similitudes e diferenças quanto aos aspectos físico-territoriais (relevo, clima, vegetação, etc.). Hoje, a geografia tende a considerar as regiões também como fruto das diferentes práticas do poder no espaço, aliadas às práticas sociais coletivas. A região corresponderia, assim, a uma forma de agregação das comunidades no interior do Estado-nação, tomando-se por critério diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade da população com seus territórios. Até que ponto esse conceito poderia servir de base para uma redefinição do quadro regional brasileiro?

- Assistimos, atualmente, a um reagrupamento de países no plano mundial, com o objetivo de buscar soluções conjuntas diante do desafio da nova realidade econômica internacional. Essa estratégia ficou conhecida como fenômeno da regionalização, que atinge hoje grande parte das nações do globo terrestre. A regionalização ocorre, muitas vezes, tendo em vista critérios de "contigüidade", ou seja, de proximidade física entre os países. Outras vezes, pesam motivos de cunho "regionalista", ou seja, questões de identidade cultural e étnica, entre outros. Quais os principais blocos econômicos internacionais da atualidade e que critérios pesaram prioritariamente na sua constituição?

- A explosão demográfica é freqüentemente apontada como uma das grandes ameaças ao equilíbrio de forças e à paz mundial neste final de século. Que conseqüências pode trazer o crescimento populacional acelerado para os países subdesenvolvidos, no momento em que a Humanidade já começa a viver uma nova revolução no setor produtivo, baseada no conhecimento, na baixa ocupação de mão-de-obra qualificada e em avanços científico-tecnológicos que se processam em um ritmo exponencial?

EXEMPLO DE PROVA QUE MERECEU APROVAÇÃO (1994):

(1)

O fim de políticas efetivas para o tratamento dos principais problemas gerados pela rápida urbanização coincidiu com um período de desaceleração do crescimento econômico, que havia caracterizado a economia brasileira desde o final dos anos 60. Desta forma, problemas como marginalização, inchaço urbano, favelização, violência urbana, subemprego e deterioração da qualidade de vida nas zonas urbanas tenderam a agravar-se durante os anos 80 nas principais concentrações urbanas do país. Note-se que à tradicional deturpação causada pelo processo de industrialização, que foi incompleto e não absorvia os fluxos migratórios oriundos da modernização do campo, somou-se um período de baixo crescimento em que o êxodo rural muitas vezes se dava pelo fator estagnação.

A falta de políticas em âmbito federal para conter a urbanização desenfreada e prover os núcleos urbanos de infraestrutura para receber os migrantes está ligada a fatores estruturais do desenvolvimento capitalista no Brasil, que privilegia os investimentos destinados às camadas de mais alta renda e sanciona a segregação espacial, mas também a fatores conjunturais, como a crise fiscal do Estado e a diminuição dos investimentos públicos. A continuar essa ausência de políticas que promovam uma ocupação mais racional dos centros urbanos, a tendência é um agravamento dos principais problemas acima mencionados, o que pode levar inclusive à desagregação e ao caos social urbano nas grandes metrópoles, onde a marginalização de grandes contingentes populacionais já elevou os indicadores de violência a índices intoleráveis.

Além de todas as conseqüências no que diz respeito à piora da qualidade de vida, o inchaço urbano e a marginalização de grande parte da população certamente significam uma baixa qualidade de serviços de saúde, um agravamento da decadência do sistema educacional e dificuldade, portanto, de formar mão-de-obra qualificada, que é o principal fator dinâmico da produção capitalista em nossos dias.

Finalmente, a deterioração da qualidade de vida nas cidades pode fazer com que essas concentrações urbanas, *loci* de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, percam a sua função histórica de oferecer vantagens locacionais ao capital, constituindo-se em grande foco de problemas e conflitos e retardando a retomada de altas taxas de crescimento, hoje baseado cada vez mais na qualidade de mão-de-obra e na eficiência de informação, fatores que dependem de políticas específicas do governo federal, no que concerne à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do capital.

(2)

A constatação de que o êxodo rural na década de oitenta foi maior para a região sul do que para o sertão nordestino pode ser analisada por dois prismas.

De um lado, trata-se de aduzir as razões para as migrações dos habitantes do sul para outras regiões. Esses fluxos relacionam-se, por sua vez, a dois processos: a acelerada modernização da agricultura do Centro-Sul a partir da década de 70 e a predominância de minifúndios em muitas áreas da região sul. A modernização da agricultura significa a incorporação das pequenas propriedades por grandes propriedades voltadas para cultivo de exportação, como a soja, e o aumento do número de trabalhadores temporários no campo, o que certamente contribuiu para que eles buscassem melhores condições de trabalho na agricultura e se vissem atraídos pelas regiões de fronteiras agrícolas, ainda que ao lá chegar tenham encontrado muitas vezes essa fronteira já "fechada". Então, a aceleração da capitalização do campo e o "agrobusiness" são um dos principais fatores para o êxodo rural no Sul. Quanto à minifundiarização, faz parte da própria cultura de certos habitantes da região, como das colônias alemãs, em que se observa o direito de primogenitura. A tradição do cultivo sob a forma de policultura em pequenas e médias propriedades familiares leva, muitas vezes, à excessiva divisão dessas propriedades, o que acaba por tornar inviável a produção, e contribui para o êxodo rural.

Note-se que esse fluxo migratório do Sul para outras regiões do País dirigiu-se também para as cidades, mas principalmente para as regiões Norte e Centro-Oeste, onde havia uma política do governo federal de ocupação da região. É muito comum hoje em dia encontrar comunidades de origem sulina em Rondônia, Goiás e Mato Grosso.

De outro lado, trata-se de rever a visão do Sertão nordestino como principal área repulsora do país. Essa região possui, de fato, problemas seculares devido ao seu clima semi-árido e às secas periódicas. Foi predominantemente ocupada através de prática da pecuária extensiva, o que lhe valeu população rarefeita. Mas, contemporaneamente, tem-se demonstrado que a região pode ser aproveitável, do que são sintomáticos os projetos agrícolas para produção de sucos naturais e produção de vinhos. O maior problema da região é a falta de água, pois apesar de se encontrar sobre imensos lençóis freáticos, a sua exploração seria muito cara. Assim, o êxodo do sertão não cresceu tanto como no Sul, devido a certos projetos e ao fato de atividades tradicionais como a pecuária e a agricultura de subsistência sempre absorverem parte da população em épocas de crise. Na verdade, o principal foco de problemas do Nordeste não é tanto a seca, mas a concentração fundiária do litoral, principalmente da zona açucareira.

(3)

O fato de se considerar a divisão regional do Brasil dando ênfase aos aspectos político, econômico e cultural, em vez de privilegiarem-se aspectos físicos, leva, certamente, a modificações no quadro regional brasileiro, caso se queira redefini-lo com base nesses aspectos antes sociais do que naturais.

Em verdade, hoje em dia já se costuma mencionar três grandes regiões constituintes do espaço geográfico brasileiro: Centro-Sul, Norte e Nordeste.

Com efeito, já não se fala Sul e Sudeste, mas Centro-Sul, uma grande região que além do Sul e do Sudeste abrigaria partes do Centro-Oeste, como o Sul do Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e o Sul de Goiás. Essa grande região se distinguiria das outras e justificaria a reunião dessas áreas sob um nome, pelo fato de ser o pólo irradiador do desenvolvimento capitalista do Brasil e de reunir os setores mais dinâmicos e tecnicamente avançados, tanto em termos de agricultura, como de transportes e serviços. Tendo como eixo São Paulo, essa região articula as áreas agrícolas e industriais do sul e também aquelas regiões como o Norte do Paraná, o Sul de Goiás, o Mato Grosso do Sul e o Triângulo Mineiro, cujo desenvolvimento se deu pela irradiação do dinamismo paulista e pela necessidade de incorporar novas terras.

Já a região Norte continua justificando uma categoria regional, dominada que é pelos problemas amazônicos. Se o capital do Centro-Sul já chegou a essa região desde os anos 60 e implicou profundas transformações nas estruturas econômica e social local, inclusive fechando a fronteira agrícola, isso não significa que a região esteja totalmente integrada ao Centro-Sul. Ela serve antes de válvula de escape para os problemas gerados pela expansão do capital do Centro-Sul e como fornecedora de produtos primários e extrativos minerais. A chegada do progresso ao Norte nem sempre significa melhoria real da qualidade de vida, pois gerou inchaço urbano, periferização e marginalização. Unifica a região Norte o fato de a Amazônia representar grandes possibilidades de exploração de recursos minerais e da biodiversidade, e de o seu desenvolvimento exigir cuidados específicos quanto às atividades tradicionais locais e às populações locais, inclusive os indígenas.

Quanto ao Nordeste, sua especificidade enquanto região marginalizada pelo deslocamento do pólo dinâmico da economia brasileira para o Centro-Sul continua válida. Lembre-se que certas regiões do Sudeste, como o Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, possuem muitas similaridades com a região. A SUDENE inclusive também incluía o Norte de Minas como área a ser assistida. Em quase todo o Nordeste estão ainda presentes características como precariedade do saneamento básico, desnutrição, altas taxas de natalidade, etc.

Uma redefinição do quadro regional brasileiro poderia tirar proveito, portanto, da ênfase a fatores políticos, econômicos e culturais, mas note-se que

a divisão em regiões guarda sempre uma certa arbitrariedade e que a difusão das relações sociais capitalistas uniformiza certas práticas e certas relações de poder. Por certo, a ênfase dada aos fatores humanos ou sociais é relevante, e necessária, tanto mais quanto o desenvolvimento capitalista implica expansão permanente e incorporação de novas áreas. Além disso, o próprio desenvolvimento tecnológico e a capacidade de transformar a natureza têm levado a uma relativização de condições como solo e vegetação, que muitas vezes não mais determinam a utilização de certo espaço geográfico, e por isso não mais devem ser fatores determinantes na busca de um quadro de divisão regional.

(4)

Os principais blocos econômicos já formados ou em formação são a União Européia e o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), pelo número de pessoas que congregam e pelo poder e influência que possuem na economia internacional. Outros blocos econômicos, secundários em termos da geopolítica mundial ou ainda não definidos enquanto blocos, são o Mercosul, os países da ASEAN, a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico e o Pacto Andino. Mas as principais áreas que devem ser observadas na análise da regionalização são fundamentalmente a Europa, a América e o conjunto formado pelo Extremo Oriente e o Sudeste asiático.

Quanto aos critérios de sua constituição, cabe notar que a União Européia significa um aprofundamento do processo de integração que já se delineava desde o final dos anos 50. A motivação inicial veio da juxtaposição de interesses econômicos e políticos. De um lado, desejava-se reerguer e reestruturar a Europa arrasada pela guerra (o Plano Marshall, que destinou recursos para a região, tratava a Europa como um todo, distribuindo fundos em negociações de caráter multilateral) e, de outro, um bloco europeu serviria de anteparo à ameaça comunista.

Lembre-se que inicialmente o MCE era tão somente a Europa dos seis, congregando as principais economias da região, à exceção da Inglaterra. Não havia, portanto, o atual critério de transformar a Europa numa fortaleza e inclusive integrar e promover o desenvolvimento de países como Grécia, Portugal e Espanha.

Mais recentemente, foi a tendência ao acirramento da competição mundial que ensejou o Tratado de Maastrich e uma união em níveis políticos, econômicos e culturais. Teme-se muito a ameaça que representa para a União Européia o grande mosaico de nacionalidades que é a Europa, e as tradicionais rivalidades históricas dos países do continente. Mas apesar de toda essa diversidade, a integração continua, e os critérios que mais têm pesado são a necessidade de construir um bloco sólido, que apoie o desenvolvimento econômico

e social de todos os seus membros, até porque a grande proximidade dos países e a facilidade dos transportes e comunicações no continente tornam virtualmente impossível conter as migrações. A solução parece ser uma cooperação que promova a melhoria dos países em conjunto.

Quanto ao Nafta, os critérios já são muito diferentes, pois não há outro bloco em que o desenvolvimento de dois parceiros seja tão distante quanto o do México e o dos Estados unidos. Esse bloco aparece, no plano internacional, como reação e tendência de regionalização e, no plano regional, como reflexo de interesses distintos da parte do Canadá, dos Estados Unidos e do México.

Dadas as diferentes motivações dos parceiros, é pelo prisma de interesses distintos, porém convergentes, que se devem analisar os critérios de sua constituição. Não há aí certamente grandes afinidades culturais e étnicas no que concerne à participação do México, mas a contigüidade entra como fator decisivo. De fato, se o bloco econômico veio acelerar densas relações comerciais que já ocorriam de fato, ele também serve, e principalmente, para tentar conter os fluxos migratórios do México para os EUA, através de um maior desenvolvimento daquele país. Note-se que o México teve que adequar-se a certos padrões de legislação trabalhista e ambiental e que, portanto, os critérios são mais com vistas a evitar problemas futuros do que concernentes às condições a priori dos três países. A possível entrada de países como o Chile sinaliza que o bloco também é um instrumento de reação ao aumento da regionalização e que no futuro pode distanciar-se dos objetivos potenciais que incentivaram o seu surgimento.

Quanto a um bloco asiático, a sua constituição em termos formais é de difícil consecução. Isso porque há um passado tradicional de ingerência japonesa nos outros países da região e porque, apesar do crescente aumento do fluxo de comércio intra-regional, o principal mercado para a maioria dos países da região são os Estados Unidos. Os critérios para a formação de um futuro bloco, quer no âmbito de uma expansão da ASEAN, quer no âmbito do APEC, são principalmente o dinamismo econômico dos países e do seu potencial tecnológico e em termos de mão-de-obra qualificada.

Finalmente, quanto ao Mercosul, os principais critérios para a sua formação foram a necessidade de seus membros de uma inserção internacional competitiva, ensejando a cooperação de países contíguos e que, apesar das históricas rivalidades, possuem muitas afinidades pelo passado de colonização ibérica, de receptores de imigração européia e dos países subdesenvolvidos exportadores de produtos primários (ainda que o Brasil se distancie dos outros pelo vigor de suas exportações de manufaturados e de seu parque industrial. O caráter democrático dos países membros também foi fator essencial na constituição do bloco.

(5)

Apesar da diminuição das taxas de natalidade nos países subdesenvolvidos nos últimos 20 anos, em virtude principalmente de políticas deliberadas de controle de natalidade, elas ainda se encontram em níveis altos e preocupantes em relação às dos países desenvolvidos. Isso porque são conseqüência de fatores culturais ou da própria pobreza que predomina nesses países. Sabe-se que, mesmo nas áreas ricas, só o desenvolvimento econômico e a repartição de seus frutos, gerando melhoria na qualidade de vida, ocasionaram uma diminuição das taxas de natalidade. Estas, portanto, são mais conseqüência do que causa do subdesenvolvimento.

Quanto às conseqüências da continuidade do crescimento populacional elevado, ainda que decrescente, elas dizem respeito sobretudo à dificuldade dos países subdesenvolvidos, de oferecer serviços básicos ao enorme contingente populacional que nasce a cada ano. Isso significa que o sistema educacional dificilmente conseguirá atingir toda a população e formar mão-de-obra qualificada capaz de atender aos requisitos da nova organização da produção, baseada sobretudo no capital humano, que significa altos padrões educacionais. Em termos práticos, isso significa um aumento da clivagem Norte-Sul. De fato, fatores como abundância de recursos naturais e mão-de-obra desqualificada já não constituem vantagens comparativas importantes num padrão de crescimento dominado cada vez mais por altas tecnologias e produção flexível. E note-se que qualquer vantagem que essa abundância de mão-de-obra barata represente está sendo anulada pela acusação dos países desenvolvidos de que isso seria uma forma desleal de concorrência, o "dumping social". Eles tentam assim justificar o erguimento de barreiras protecionistas e a "exportação do desemprego" para os países subdesenvolvidos.

Em sentido geral, portanto, as conseqüências do alto crescimento populacional nos países subdesenvolvidos implicam um obstáculo ainda maior no caminho do desenvolvimento, uma vez que o seu principal motor, o capital humano e as tecnologias de ponta, especialmente nas áreas da comunicação e da informação, será dificilmente difundido para grandes camadas da população em países com níveis precários de renda.

Note-se contudo, que o desenvolvimento dos transportes e comunicações neste século e a conseqüente globalização da economia mundial significam que os excedentes populacionais do Sul tendem a se deslocar para o Norte, na ausência de impedimentos. Se os países subdesenvolvidos não lograrem ajustar suas economias ao crescimento populacional e prover alimentos, ocupação e qualidade mínima de vida para a maior parte de sua população, esta tende a aumentar suas reinvidicações, provocar transformações da ordem e caos social, ou tentar migrar para as regiões mais ricas. Estas já vêm erguendo

barreiras aos imigrantes estrangeiros e sendo foco de movimentos xenófobos e racistas. Os países subdesenvolvidos devem, portanto, continuar lutando contra a explosão demográfica, mas mostrar aos países desenvolvidos que a cooperação é o melhor caminho para evitar problemas futuros e garantir o aumento da produção e do comércio em escala global.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

O Instituto Rio Branco pretende avaliar, tanto no plano brasileiro quanto no mundial, o conhecimento do candidato sobre aspectos gerais da organização do espaço e os processos que comandam essa organização. Enfatiza-se o impacto da ação do homem sobre o meio natural e a problemática do desenvolvimento.

Exigem-se do candidato alguns atributos de formação e reflexão, tais como:

1. sensibilidade para entender a originalidade do país no conjunto das Américas e da Bacia do Atlântico, demonstração significativa de conhecimento sobre os principais atributos do espaço físico e ecológico brasileiro, noções claras de relações entre homens e meio natural e social, em diferentes regiões brasileiras, identificação de situações e problemas peculiares a cada uma das regiões brasileiras em termos de espaço físico e de fatos econômicos e sociais;

2. preparo intelectual mínimo para entender relações de espaço e tempo, a fim de captar as grandes linhas da evolução econômica e social, em nível regional;

3. versatilidade no enfoque dos problemas demográficos, econômicos e sociais que caracterizam diferentes regiões brasileiras;

4. consciência da necessidade de critérios polivalentes e integrados para a solução dos problemas que incidem sobre áreas críticas do país: Nordeste seco, Amazônia, territórios distantes, regiões de grandes concentrações humanas e industriais.

Na parte de Geografia Geral, exigem-se dos candidatos os atributos de formação e reflexão mencionados acima.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de cinco pequenas dissertações. Somente será admitida consulta a textos legais quando explicitamente autorizada; neste caso, os textos a serem consultados serão fornecidos pelo IRBr.

PROGRAMA:

1. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.
2. A elaboração do Direito. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação.
3. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
4. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
5. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.
6. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
7. Direito subjetivo: conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.
8. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
9. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
10. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
11. Regime republicano, forma federativa de Estado; sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.

13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.

14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.

15. Tratados internacionais: relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.

16. Organizações Internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.

17. Direitos e Garantias individuais nos planos interno e internacional. Garantias constitucionais e mecanismos internacionais de proteção.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ACCIOLY, Hildebrando. *Manual do Direito Internacional Público.* 11. ed. Saraiva. São Paulo.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado.* Globo. Porto Alegre.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo.* Ed. UnB. Brasília. 1981.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional.* Saraiva. São Paulo. 1987.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da. *Elementos da Teoria Geral do Direito: Introdução à Ciência do Direito.* Vega. Belo Horizonte. 1972.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público.* Freitas Bastos. Rio de Janeiro.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito.* Saraiva. São Paulo.

REZEK, Francisco. *Curso de Introdução ao Direito Internacional Público.* Saraiva. São Paulo. 1991.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES:

(Obs.: até 1991, o exame era composto de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações)

1989

- Divisões do Direito: público e privado; interno e internacional.
- Conceito, fontes e evoluções do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
- Direito subjetivo, conceito, teorias; classificação.

1990

- A separação de poderes à luz da Constituição Brasileira de 1988.
- Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
- A norma jurídica: estrutura, validade, classificação; métodos de interpretação.

1991

- Fontes do Direito: Classificação.
- Garantias Constitucionais.
- Hierarquia das Leis.

1992

(obs.: foram apresentadas sete pequenas dissertações, das quais os candidatos escolheram cinco)

- Garantias constitucionais dos direitos individuais.
- Mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos.
- Características do sistema parlamentarista de governo.
- Imunidades jurisdicionais do Estado.
- Classificação dos atos das organizações internacionais.
- O processo legislativo no âmbito federal.
- Condições jurídicas do estrangeiro no Brasil.

1993

Escolha cinco das sete pequenas dissertações seguintes:

1) Direito Internacional e Direito Interno: Relações
2) Costume, Legislação, Jurisprudência e Doutrina como Fontes do Direito
3) Garantias dos Direitos Individuais no Plano Internacional
4) O Controle da Constitucionalidade das Leis
5) Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais
6) Os Princípios Gerais do Direito
7) Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na Elaboração dos Tratados Internacionais

1994

- Escolha para desenvolver cinco das seguintes questões:

1. O costume como fonte de Direito.
2. Os vícios dos atos jurídicos.
3. Importância e função da hierarquia das leis.

4. O que vem a ser Constituição.
5. A nacionalidade da pessoa física na vigente Constituição brasileira.
6. Presidencialismo e parlamentarismo.
7. Regime constitucional brasileiro vigente dos tratados internacionais

EXEMPLO DE PROVA QUE MERECEU APROVAÇÃO (1994):

(1) O costume como fonte de Direito

O conceito de fonte de Direito desdobra-se em dois apectos: formal e material. Diz-se fonte material o fato social que suscita a regulamentação na norma jurídica, ou seja, o fenômeno social objeto de incidência da norma jurídica. A fonte formal, por sua vez, corresponde aos meios naturais pelos quais as regulamentações se manifestam, isto é, a expressão concreta da norma jurídica.

As fontes formais podem ser primárias ou secundárias, em função do papel que desempenham no ordenamento jurídico estatal. Há dois grandes sistemas jurídicos, um de influência romano-germânica, em que prevalece o direito positivo, outro de influência anglo-saxã, em que se sobressaem os costumes e a jurisprudência como fontes primárias.

Do ponto de vista da Ciência do Direito, as fontes formais correspondem à lei (*lato sensu*), costume, jurisprudência e doutrina. A lei corresponde ao ato emanado do legislativo, que define uma hipótese geral e abstrata (preceito regulamentado), provido de sansão. A jurisprudência se refere às decisões dos juízes e tribunais, na aplicação do direito ao caso concreto. A doutrina revela a posição dos cientistas do direito com respeito ao ordenamento jurídico e aos conceitos que condicionaram a ciência jurídica.

O costume corresponde a uma prática social reiterada, seguida como se direito fosse. Compõem o costume, portanto, a universalidade da prática, a conduta social do agente em consonância com ela e a percepção de que esta prática atua como se direito fosse. No Brasil, a lei é fonte primária de Direito, enquanto o costume corresponde a fonte secundária. Disto decorre que o recurso ao costume se dá em caso de necessidade de integração do Direito. Se, por um lado, os técnicos de interpretação visam a determinar a extensão e o conteúdo das normas jurídicas, em existindo lacunas na lei, procede-se à integração do direito para a solução do caso concreto. A lei de introdução ao Código Civil Brasileiro elenca o costume, a jurisprudência, a doutrina, a eqüidade e os princípios gerais do Direito, como fontes integradoras, a que pode se somar a analogia.

Por fim, deve-se mencionar que, em virtude da relação com o direito positivo, o costume pode ser *secundum legem* (de acordo com a lei), *contra*

legem (contra a lei) e *praeter legem* (além da lei). O costume funcionaria como fonte secundária de direito somente quando não contrariasse a lei, pois, no direito brasileiro, o costume não derroga a lei.

(2) Os vícios dos atos jurídicos

Os fatos sociais relevantes do ponto de vista da ciência jurídica são objetos de regulamentação. Em decorrência da incidência da norma jurídica, estes fatos passam a ter caráter jurídico: fatos jurídicos. Os fatos jurídicos (*lato sensu*) correspondem ao gênero, cujas espécies são fato jurídico (*stricto sensu*) e ato jurídico (*lato sensu*). No primeiro, não há manifestação de vontade do(s) sujeito(s) de direito; no segundo ela ocorre. Quando, além da manifestação da vontade dos sujeitos de direito (Ato jurídico, *stricto sensu*), há a possibilidade da determinação dos efeitos por parte da vontade manifestada, tem-se o negócio jurídico (e.g. - contrato de locação)

A vontade, portanto, é fundamental para que um ato jurídico (*lato sensu*) se torne perfeito e acabado. Para que a manifestação da vontade seja livre e inequívoca, ela tem de estar isenta de vícios. Estes, no sistema brasileiro, são elencados pelo CCB. São eles: erro, dolo, coação, similação e fraude contra credores.

O erro corresponde à ignorância ou percepção equivocada por parte do sujeito de direito, já que influencia fundamentalmente na formação de sua vontade. Estes podem incidir sobre o fato que mostra o ato (erro de fato) ou sobre a situação jurídica em que o sujeito se encontra ou que produzir (erro de direito). O erro de direito, por ser parte integrante na formação da vontade, que consubstancia o ato jurídico, exclui a presunção de conhecimento da lei, que corresponde à regra geral. O dolo implica a indução maliciosa ao erro por parte de um agente, a fim de afetar a vontade de outro agente. A coação corresponde ao uso da violência, de forma direta ou indireta, para influir na formação de vontade do sujeito de direito. Quanto à simulação, ela consiste no uso de subterfúgios por parte dos agentes, a fim de ludibriar terceiros. O ato que se realiza tem como objeto produzir efeitos diversos daqueles que, formalmente, as partes demonstram se proporem. A fraude contra credores resulta da dilapidação do patrimônio, por parte do devedor, a fim de causar prejuízos ao credor. Simulação e fraude contra credores têm em vista atingir terceiros.

Os vícios de vontade produzem efeitos distintos em virtude das determinações legais. Podem eles gerar a nulidade ou anulabilidade do ato, determinados por sentença judicial. A anulabilidade é decidida por sentença não-retroativa (*ex nunc*), que determina ser o ato jurídico nulo e impassível de produzir efeitos do momento de formação da sentença em diante. Esta sentença

tem caráter constitutivo. O ato nulo é determinado por sentença retroativa (*ex tunc*), que declara o ato jurídico nulo desde sua formação, portanto, impassível de produzir efeitos desde sua formação. Esta sentença, por fim, tem caráter declaratório.

(3) A importância e função da hierarquia das leis

O Estado de Direito, fundamental para o controle do poder político e para a garantia dos direitos individuais, baseia-se no princípio da legalidade. Este tem dois aspectos. O primeiro, relativo à cidadania, reza que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer nada a não ser em virtude de lei. No que se refere ao Estado, prevalece o contrário, pois o poder público só pode fazer o que expressamente for permitido e prescrito em lei. No direito privado, a regra é a autonomia de vontade; no direito público, é vinculação à lei.

Segundo Hans Kelsen, a hierarquia das leis permite organizar de forma lógica o ordenamento jurídico. A norma inferior retira seu fundamento e validade da norma superior. Como conseqüência lógica, norma inferior que contrarie a superior é nula; norma superior que disponha de modo diferente da inferior, ou de norma com mesma hierarquia, acerca da mesma matéria, as derroga, no todo ou na parte em que haja contradição (revogação e ab-rogação). Se a norma que derrogou a anterior deixar de existir, a anterior não voltará a vigorar.

Com vistas a garantir a segurança jurídica para a sociedade, a hierarquia das normas indica que quanto mais relevante a norma do ponto de vista social, mais estrito o processo de formação e de alteração, que diferem quanto à iniciativa, as matérias e o quorum necessário.

Embora Kelsen tenha sugerido que o Direito Internacional ocupasse o topo da pirâmide que representa a hierarquia das normas, no âmbito do Direito Interno, prevalece a Constituição. Esta contitui a lei fundamental não somente em virtude da sensibilidade da matéria que regula, mas também por seu processo de formação (poder constituinte) e alteração (emendas constitucionais), dotada de rigidez. As regras de emendas à constituição são definidas pela Carta Magna, incluem iniciativas especiais, quóruns qualificados e restrições quanto à matéria (respeito à cláusula pétrea). As leis complementares são aquelas determinadas pela constituição, a fim de explicitar suas disposições e torná-las auto-aplicáveis. Por exemplo, a Constituição determina que só lei complementar pode criar ou alterar tributos. As leis ordinárias compõem o processo legislativo comum, dispondo sobre matéria da competência da União, em nível federal. Sua realização depende da participação do Poder Legislativo. Os decretos legislativos se restringem a situações de matéria de competência estrita do poder legislativo. O Executivo pode obter do Legislativo a permissão excepcional

de legislar em matéria estritamente determinada, nos termos em que o Legislativo delega poderes ao Executivo, o que constitui a lei delegada. O Executivo dispõe ainda de um instrumento excepcional de produção legislativa. É a medida provisória, que se limita às matérias de relevante interesse nacional. Sua vigência também é condicionada a um prazo de 30 dias, após o que caduca, mesmo sem ter sido transformada em lei pelo legislativo. As resoluções correspondem aos instrumentos de que o Executivo dispõe para explicitar o conteúdo da lei e permitir a atividade normal da administração pública.

Por fim, deve-se ressaltar que o fato de a constituição definir as espécies legislativas e os processos de elaboração de normas jurídicas confirma sua posição como norma fundamental, hierarquicamente superior às demais.

(4) O que vem a ser Constituição

Um primeiro conceito de Constituição pode ser expresso no seu caráter de conjunto de regras que definem a Constituição do Estado e suas relações com a sociedade, em particular no que concerne à definição dos direitos e garantias individuais e coletivas.

Do ponto de vista sociológico, como salienta o jurista alemão Rudolf von Ihering, a constituição corresponde a um produto da evolução histórica e social da sociedade. Será deste modo, um reflexo dos fatores reais de poder.

Para os marxistas, ela constitui um elemento de superestrutura jurídico-política que serve como instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe dominada. Se é verdade que não se deve desconsiderar o fator poder, não é menos verdade que a Constituição permite aquilo que Claude Leffort e Marilena Chaui denominaram inversão democrática, ou seja, transformação do meio social em que ela se insere. Por um prisma ainda político, a constituição expressa o pacto político fundamental de convivência democrática entre as diversas forças políticas. Neste sentido, ela cria a sociedade política.

Para a Ciência do Direito, em particular para o positivismo judicial de Hans Kelsen, a Constituição tem o caráter de lei fundamental. Em primeiro lugar, por ser hierarquicamente superior a todas as outras, de onde elas retiram validade e fundamento. Em segundo lugar, por ser ela a que dispõe de maior rigidez, maior dificuldade, exigências e formalidades para o processo de alteração. Somente um poder reformador (como veremos adiante), ou emendas constitucionais, podem alterá-la. Em terceiro lugar, a constituição é lei fundamental por incluir a matéria pertinente à organização do Estado e da sociedade. Segundo uma visão liberal, ela deve se restringir à organização do Estado, à divisão de poderes, à distribuição de competências e atribuições e proteção dos direitos e garantias individuais, como a constituição norte-americana de 1787.

As Constituições de Weimar e Mexicana (1917) incluíram entre as atribuições do Estado a intervenção no domínio econômico e social, a fim de assegurar a efetivação não somente dos direitos civis e políticos, mas também os econômicos, sociais e culturais. Definem-se, portanto, capítulos relativos à ordem econômica e social. (e.g. Constituição brasileira de 1988)

A peculiaridade do seu processo de formação confirma a superioridade constitucional. É o poder constituinte, representando a soberania popular, que vai definir os poderes constituídos. Ele é soberano, por não se subordinar a nenhum outro poder; originário, por definir as instituições a vigorarem, e incondicionado, por não ter de fazê-lo segundo regras pré-determinadas. O contrário se pode dizer do poder reformador, que, com fundamento na Constituição e no poder constituinte, a ele se subordina: tem sua capacidade de alterar instituições limitada (cláusula pétrea) e é condicionado às determinações e regras pré-estabelecidas.

(6) Presidencialismo e parlamentarismo

A primeira distinção a fazer é entre forma de Estado e forma de Governo. Aquela diz respeito à adoção da forma republicana ou monárquica de organização do Estado. A forma de governo sugere tipos diferenciados de relação entre os poderes Executivo e Legislativo.

No presidencialismo, cuja referência histórica é a República dos Estados Unidos da América do Norte, o chefe de Estado é também o chefe de Governo. É o voto direto do eleitor que determina seu representante titular do poder Executivo, que o exercerá num período correspondente a um mandato fixado na Constituição. A manifestação de soberania popular se dá, deste modo, diretamente. O chefe de Estado e Governo possui responsabilidade política somente perante o eleitor, salvo em casos de crimes de responsabilidade.

O presidente tem a prerrogativa de formar o ministério e conduzir seu governo. Os Ministros de Estado são seus auxiliares diretos, podendo ser livremente nomeados e demitidos. O Legislativo, também formado pelo voto da cidadania, não participa diretamente da formação do Governo. Sua relação com o Executivo pauta-se exclusivamente pelo princípio constitucional de divisão e harmonia entre os poderes, segundo o qual, além do sistema de "freios e contrapesos", há divisão de atribuições e de competência. É importante ressaltar que o presidente dispõe do poder de veto, que, apreciado pelo Legislativo, pode ser derrubado.

No parlamentarismo, há a distinção entre Chefe de Estado e de Governo. O Chefe de Estado pode ser o presidente ou o monarca, aquele eleito ou não pelo voto direto. Um exemplo histórico de Monarquia Parlamentar é o Reino

Unido; de República Parlamentar, a Alemanha. O chefe de Governo é indicado pelo Chefe de Estado e tem a aprovação de seu nome decidida pelo Parlamento, mediante a aprovação de seu programa de governo. O Primeiro-Ministro, após isto, estará apto a formar o governo, que não dispõe de mandato fixo. Sua permanência ou não depende da confiança do Parlamento.

O Chefe de Governo, portanto, é diretamente responsável perante o Parlamento e, indiretamente, ante a opinião pública. O Executivo e o Legislativo partilham responsabilidades na escolha e na continuidade do governo. Em caso de perda de confiança do Parlamento com relação ao governo, será votada uma moção de desconfiança, que pode determinar a mudança do Primeiro-Ministro, e provocar a recomposição do governo. Resta ao Chefe de Estado recorrer à decisão popular, via convocação de novas eleições parlamentares, dissolvendo o anterior. O novo Parlamento escolheria um novo Primeiro-Ministro, que formaria um novo gabinete.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

A prova visa a apurar no candidato o domínio razoável dos temas jurídicos arrolados no programa, e, em especial, sua aptidão para exprimir-se com clareza, segurança e método. As respostas deverão circunscrever-se, rigorosamente, ao âmbito delimitado pelas questões. Na própria dissertação recomenda-se o uso de poder de síntese, além de constante cuidado para evitar digressões de todo tipo, exceto quando indispensável à equilibrada composição do texto.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de cinco pequenas dissertações.

PROGRAMA:

1. Noções básicas

1.1. Os bens econômicos e a riqueza.

1.2. Consumo, produção, poupança e investimento.

1.3. O sistema econômico.

1.4. A curva de oferta e de demanda: formação de preço e elasticidade. Estrutura de mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio.

1.5. A renda nacional e o produto interno: seus fatores.

1.6. A moeda, o crédito e o sistema bancário. O Banco Central. A ação econômica do Governo e seus instrumentos. O sistema tributário.

1.7. Desenvolvimento econômico. Conceitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BLAUG, Mark. *The Methodology of Economics, or how Economists Explain.*, Cambridge Surveys of Economic Literature, Cambridge University Press, 1980.

HEILBRONER, Robert L. *A Formação da SociedadeEconômica.* Zahar. Rio de Janeiro. 1974.

HIRSCHMAN, Albert O. *A Economia como Ciência Moral e Política.* Brasiliense. São Paulo. 1986.

NAPOLEONI, Cláudio. *Curso de Economia Política.* Graal. Rio de janeiro. 1979.

NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento Econômico do Século XX.* Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.

SAMUELSON, Paul. *Introdução à Análise Econômica*, Agir. Rio de Janeiro.

WONNACOTT, Paul e WONNACOTT, R. *Economia.* McGraw-Hill. São Paulo. 1982.

TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES:

1989

- Demonstre, utilizando o conceito de curva de produção, quando uma inovação tecnológica representa um deslocamento ao longo da curva e quando representa um deslocamento da curva.

- Explique, de forma sucinta, utilizando conceitos macroeconômicos, as condições que ocorrem em uma economia de mercado, entre políticas que visem o crescimento, baseado em uma eficiente alocação de recursos, através do mecanismo de preços, e políticas que promovam uma distribuição mais equitativa da renda gerada.

- Justifique, utilizando os conceitos de elasticidade-preço e elasticidade-renda, as razões pelas quais os países produtores de produtos básicos não conseguem manter suas rendas de exportação com a diminuição do preço internacional dos seus produtos.

1990 e 1991

(não houve prova de Noções de Economia)

1992

I - Escolha para desenvolver duas das seguintes questões:

1. Nas atuais negociações para um novo Acordo Internacional do Café, os países produtores defendem uma redução da oferta mundial, com o objetivo de elevar o preço do produto, esperando com isso aumentar a receita de suas exportações.

Pergunta-se: sob que condições, do lado da procura, o aumento de preço de uma mercadoria pode causar um aumento da receita do vendedor?

Em sua resposta explique cuidadosamente os conceitos envolvidos.

2. Discorra sobre os instrumentos de que dispõem as autoridades monetárias para regular a oferta de moeda na economia.

3. O Congresso discute atualmente uma reforma fiscal proposta pelo Executivo, tendente a aumentar a receita de impostos do governo federal. As autoridades econômicas têm afirmado que a aprovação das suas medidas será importante para a política antiinflacionária, pelo seu efeito sobre o déficit orçamentário.

Qual a relação que se pode estabelecer entre uma redução ou eliminação do déficit orçamentário e a redução da inflação?

4. Em várias declarações públicas sobre a evolução dos preços, as autoridades econômicas mencionam os setores oligopolizados da economia como responsáveis por um comportamento que confere grande rigidez aos níveis de inflação.

Pergunta-se: em que medida, e por quais razões, oligopólios implicam preços de mercado elevados. Além do oligopólio, quais as duas outras principais estruturas de mercado estudadas pela Teoria Econômica e como se comportariam os preços nesses casos?

II- Escolha para desenvolver duas das seguintes questões:

1. Discorra sucintamente sobre a evolução do endividamento externo brasileiro, a partir do primeiro choque do petróleo.

2. Algumas análises do que costuma ser referido como "milagre brasileiro" - os anos de excepcional crescimento do produto, de 1968 a 1973 - enfatizam as condições favoráveis do período no que se refere especialmente às relações econômicas com o exterior.

Explique em que consistiram essas condições favoráveis.

3. Explique em que consistiu e qual a importância do Plano de Metas na história da industrialização brasileira.

4. A história da política econômica brasileira, após fevereiro de 1986, é a história de repetidos choques, todos eles fracassados, visando a eliminar a inflação.

Explique sucintamente qual o diagnóstico que fundamentava esse tipo de abordagem e quais as razões principais de seu malogro.

III - Questão obrigatória:

Em discurso proferido em 10 de maio de 1991, o Senhor Presidente da República declarou que : "Nos dias atuais, a abertura ao comércio internacional é uma opção de vontade política e econômica, mas é, sobretudo, um imperativo de racionalidade... Não resta lugar para dúvidas: os países que optarem pelo isolacionismo condenam-se irremediavelmente ao atraso e ao subdesenvolvimento. O modelo de desenvolvimento autárquico está esgotado..."

Nessa, como em outras manifestações públicas de autoridades do primeiro escalão, o tema da abertura comercial para o exterior, ou seja, de nossa maior inserção no comércio mundial, surge como uma clara prioridade de Governo.

Explique os fundamentos que justificam essa prioridade, comentando a exaustão do Processo de Substituição de Importações e a necessidade do processo de abertura.

1993

1º Bloco

Responda a uma das duas questões abaixo:

1.a) Que relação se pode estabelecer entre a essencialidade de um bem, para os consumidores, e a elasticidade-preço da curva de demanda por esse bem?

Em sua resposta, explique cuidadosamente os conceitos envolvidos e dê exemplos.

1.b) Descreva as principais características das três estruturas de mercado estudadas pela Teoria Econômica.

2º Bloco

Responda a quatro das seis questões abaixo:

2.a) No momento está sendo discutido no Congresso nacional um novo Projeto de Lei Salarial que concede reajustes mensais aos trabalhadores. Seus defensores argumentam que, em contexto de inflação elevada, é indispensável que haja um mecanismo de indexação formal que reduza as perdas salariais. Seus críticos sustentam que, uma vez aprovado, seu efeito será o de elevar a inflação. Discuta a vinculação entre salário e taxa de inflação.

2.b) Segundo declarações de autoridades econômicas, a queda das taxas de juros praticadas pelo mercado exige, para que seja sustentável, o equilíbrio das contas públicas. Explique qual o raciocínio econômico que fundamenta essa posição.

2.c) Analise a reação do Governo Brasileiro ao primeiro choque do petróleo e seus efeitos sobre o comportamento da economia brasileira nos anos 80.

2.d) "O processo brasileiro de industrialização foi muito influenciado, nos quinze anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra, por medidas do Governo, relacionadas ao comércio externo e à fixação da taxa de câmbio."

Faça uma explanação sobre essa afirmativa.

2.e) "O aumento da dívida pública interna brasileira, nos anos oitenta, decorreu, em parte, do endividamento externo do País."

Diga se concorda com essa afirmativa e justifique sua posição.

2.f) No documento que encaminhou ao Congresso Nacional o Programa de Ação Imediata, afirma-se que a queda da inflação dependerá de expectativas favoráveis dos agentes econômicos. Em que sentido a inflação pode ser influenciada por expectativas? E como pode o Governo induzir expectativas favoráveis?

1994

I - Escolha duas das seguintes questões para responder:

1. Explique, em linhas gerais, como se avalia o Produto Interno Bruto nas contas nacionais, tanto pela ótica da despesa como pela ótica do valor adicionado.

2. Discorra sobre a seguinte afirmativa, explicando por que você concorda, ou não, com ela:

> "A interferência do Estado no livre jogo das forças de mercado não se justifica do ponto de vista da eficiência econômica, mas apenas do ponto de vista de eqüidade distributiva".

3. Defina os conceitos de elasticidade-preço e elasticidade-renda, e descreva seu papel na evolução dos termos de troca internacionais.

II - Escolha três das seguintes questões para responder:

1. O plano de estabilização posto em prática pelo atual governo parte do pressuposto de que a inflação brasileira tem importante componente inercial. Explique o argumento da inércia inflacionária, e suas conseqüências quanto à política de combate à inflação.

2. Discorra sobre a seguinte afirmativa, explicando por que você concorda, ou não, com ela:

> "O endividamento externo brasileiro teria sido um problema de pouca magnitude, nos anos oitenta, não fosse a ocorrência inesperada de vários fatores negativos, ao redor do início dessa década".

3. Os comentaristas econômicos têm enfatizado a importância de um "ajuste fiscal" (ou seja, de uma reforma do sistema fiscal tentente a ampliar as receitas da União) para o sucesso duradouro do atual plano econômico de estabilização. Explique a relação entre um tal ajuste e a política antiinflacionária.

4. Considerando esgotado o processo de crescimento com base na substituição de importações, o Brasil adotou uma política de promoção de exportações baseada em amplo sistema de incentivos fiscais. Indique o que se esperava dessa política e os principais obstáculos por ela encontrados.

5. Descreva a maneira pela qual a industrialização brasileira do segundo após-guerra afetou a distribuição de renda no país.

6. Quando a economia brasileira enfrentou a primeira crise do petróleo, o País só ajustou parcialmente sua estrutura de consumo e produção à nova situação. Explique os motivos dessa opção, as circunstâncias em que foi feita e as posteriores conseqüências dela.

EXEMPLO DE PROVA QUE MERECEU APROVAÇÃO NO EXAME DE 1994.

I.1) Explique, em linhas gerais, como se avalia o Produto Interno Bruto nas contas nacionais, tanto pela ótica da despesa como pela ótica do valor adicionado

O Produto Interno Bruto (PIB) pode ser definido, de forma simplificada, como o valor de todos os bens e serviços produzidos no país durante um intervalo de tempo determinado, geralmente um ano.

Note-se que o valor do PIB não pode ser calculado somando-se o preço de todos esses bens e serviços produzidos, pois como muitos deles entram na produção de outros, estaríamos incorrendo em dupla contagem. Assim, pela ótica do valor agregado, só somamos para efeito de cálculo do PIB o preço daqueles bens e serviços destinados ao consumo final. De outra forma, poderemos somar o valor agregado pelas várias indústrias. Quanto à indústria automobilística, por exemplo, serão descontados o preço do aço e do vidro, entre outros insumos, e assim chega-se ao valor que essa indústria realmente agregou ao produto. Fazendo isso para todos os setores, chegaremos também ao valor agregado conjunto da economia durante o ano, que é o PIB.

A ótica da despesa parte do pressuposto de que tudo o que é produzido destina-se a satisfazer certos gastos. Desta forma, o PIB pode ser definido como a soma dos principais dispêndios agregados da economia:

PIB = C + I + G + X - M , onde

C é o consumo de bens e serviços finais;

I é a soma dos gastos com novas máquinas, equipamentos e instalações, mais a variação líquida de estoques

G são os gastos do governo

X são as exportações e

M são as importações.

Note-se que, quando calculamos o PIB, utilizamos o investimento bruto, sem descontar a depreciação sofrida pelos bens de capital do PIB, a que se chega pela ótica da despesa pelo seu uso.

O valor é aquele a preços de mercado, e para se chegar ao PIB a custos de fatores, que é igual à Renda Nacional, devemos subtrair os impostos líquidos que vão para o governo.

I.3) Defina os conceitos de elasticidade-preço e elasticidade-renda, e descreva seu papel na evolução dos termos de troca internacionais

Tanto a elasticidade-preço como a elasticidade-renda são, em sentido

amplo, medidas da sensibilidade da demanda ou da oferta em relação a variações no preço de bens de serviços ou a variações na renda. Lembre-se que são razões entre variações relativas e medem respectivamente, a variação relativa ou percentual da demanda ou da oferta em relação a uma variação no preço, ou a variação relativa ou percentual da demanda ou da oferta em relação a uma variação da renda.

Quando a elasticidade é maior do que a unidade, dizemos que a oferta e a demanda são elásticas, embora a demanda varie na direção contrária aos preços, e a oferta, na mesma direção, o que significa que variam mais do que proporcionalmente a uma variação nos preços ou na renda (é o caso da demanda pela maioria dos produtos supérfluos e por alguns bens de alimentação não essenciais); quando a elasticidade é unitária, as quantidades demandadas variam na mesma proporção que os preços ou a renda; quando a elasticidade é menor do que a unidade, dizemos que a demanda ou a oferta são inelásticas, podendo ser relativamente ou totalmente inelásticas (é o caso da oferta de produtos agrícolas e da demanda por bens essenciais, principalmente quando não possuem substitutos).

A elasticidade-preço e a elasticidade-renda podem explicar, em linhas gerais, a deterioração dos termos de troca dos países exportadores de produtos primários e matérias-primas em relação àqueles exportadores de produtos manufaturados. Sabe-se que a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados é próxima ou maior que a unidade, o que significa que, à medida que os países se desenvolvem, passam a comprar mais produtos manufaturados do que produtos primários, como proporção da renda. Por outro lado, e o que é particularmente relevante para o Brasil, a elasticidade-preço da demanda por produtos agrícolas é relativamente baixa, o que é agravado pelo fato de a sua oferta ser relativamente inelástica. Isso faz com que uma baixa dos preços internacionais dos produtos agrícolas ocasionada por um aumento da oferta não signifique um grande aumento da demanda, o que pode levar até a uma diminuição das receitas de exportação. Do lado da oferta, essa baixa de preços não leva a uma diminuição imediata da produção, enquanto uma alta de preços pode levar a grandes ofertas futuras e baixas ainda maiores nos preços. Esse fato foi responsável, no Brasil, pela manutenção de taxas sobrevalorizadas de câmbio durante longos períodos, para evitar uma queda nos preços internacionais do café, já que o país era o grande produtor mundial. Por outro lado, a percepção de que o mercado internacional não absorveria um grande aumento das exportações foi responsável em grande medida, pela escolha de controlar importações ao invés de desvalorizar o câmbio, como no governo Dutra.

Em suma, a parte da evolução nos termos de troca do comércio mundial que pode ser explicada do ponto de vista das elasticidades, indica uma tendência

favorável aos países exportadores de bens manufaturados, e desfavorável aos países exportadores de produtos primários, o que é um argumento recorrente na defesa da industrialização.

II.1) O plano de estabilização posto em prática pelo atual governo parte do pressuposto de que a inflação brasileira tem importante componente inercial. Explique o argumento da inércia inflacionária, e suas conseqüências quanto à política de combate à inflação

O diagnóstico da inflação como um fenômeno inercial é relativamente recente na história econômica, tendo surgido com força no início dos anos 80 e tendo como principal objeto de análise os países em desenvolvimento sujeitos a processos inflacionários crônicos, como Brasil, Bolívia, Peru, Israel, entre outros. Apesar de muitos expoentes dessa corrente de análise do fenômeno inflacionário serem conhecidos como neoestruturalistas, o seu diagnóstico não se concentrava nos elementos outrora abordados pelos cepalinos nos anos 50 e 60, mas antes nas expectativas e em certas características institucionais, como a indexação generalizada. O diagnóstico era de que problemas como dívida externa, desequilíbrio no balanço de pagamentos e déficit público estavam relativamente sob controle e de que o principal componente da inflação, na ausência de choques internos ou externos que a acelerassem, era a própria expectativa de que ela se repetiria no futuro no mesmo patamar, se tudo o mais continuasse relativamente estável. A forma que os agentes tinham de se proteger contra perdas reais de renda num contexto de conflito distributivo era buscar reajustes de seus rendimentos - salários, juros, lucros e aluguéis - que garantissem, no mínimo, a manutenção de seu nível de renda real. Não havia motivo para esperar uma queda da inflação, porque os preços eram rígidos para baixo, quer pelas circunstâncias determinadas pelo financiamento da produção e do consumo, já embutindo juros futuros, quer por mecanismos institucionais de indexação, como a correção monetária de preços, salários e câmbio, ou quer pela própria existência de uma cultura inflacionária.

A proposta de economistas como Pérsio Arida, André Lara Rezende e Francisco Lopes era a de um "choque heterodoxo" para debelar a inflação. Um dos principais componentes desse choque seria o congelamento de preços e salários, "quebrando" a inércia inflacionária ao agir diretamente sobre as expectativas. Além disso, dever-se-ia acabar com mecanismos de indexação, como a correção monetária. Não se deu grande ênfase no início, como na experiência do Plano Cruzado, a medidas ortodoxas restritivas, de controle monetário e fiscal, ao contrário do plano atual, o que é apontado por muitos economistas como uma das causas do malogro daquele primeiro plano.

Desde o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, todos os outros planos de combate à inflação no Brasil incorporaram o diagnóstico da inflação inercial.

O fracasso dos sucessivos planos indica que, de um lado, a inflação não é só um fenômeno inercial, como se havia diagnosticado, e, de outro, que a própria quebra do componente inercial da inflacão requer o fenômeno surpresa para que as expectativas sejam realmente revertidas, fenômeno que se enfraquecia a cada novo plano. Note-se que um importante fator para a reversão das expectativas é a confiança no plano e no governo, a qual também se enfraqueceu desde o cruzado, e que se está agora tentando resgatar através do compromisso do governo no atual plano em ajustar as suas contas, bem como através de mecanismos como a âncora cambial e a âncora monetária. Percebe-se assim que a inércia ainda é vista como um importante componente da inflação, reforçando e justificando aspectos do plano como a troca de moeda, mas que o combate a ela não é suficiente e deve ser acompanhado de um conjunto muito mais amplo de medidas.

II.3) Os comentaristas econômicos têm enfatizado a importância de um "ajuste fiscal" (ou seja, de uma reforma do sistema fiscal tendente a ampliar as receitas da União) para o sucesso duradouro do atual plano econômico de estabilização. Explique a relação entre um tal ajuste e a política antiinflacionária

O principal argumento para a importância dada ao ajuste fiscal no combate à inflação é de que o principal causador do fenômeno inflacionário é o próprio governo, ao gastar mais do que arrecada, gerando sucessivos déficits fiscais, e tendo de emitir moeda ou títulos para se financiar. De fato, ainda que a expansão da base monetária não seja o único fator causador da inflação, ela, em última instância, sanciona os aumentos de preços, ao aumentar a quantidade de moeda na economia.

Mesmo que o governo use títulos para financiar o seu déficit, "esterilizando" emissões monetárias, isso não deixa de contribuir para a inflação, pois eleva as taxas de juros no mercado interno. Essa elevação dos juros causa dois principais efeitos perversos: aumenta os preços, pois os produtores incorporam em seus preços os custos financeiros e de oportunidade; e, na atual conjuntura de liberalização dos mercados financeiros mundiais, atrai capitais estrangeiros especulativos, o que aumenta a base monetária e faz necessárias novas esterilizações para diminuir a liquidez.

Até aqui se mencionou como os desequilíbrios das contas do governo contribuem negativamente para manter e acelerar a inflação, principalmente pela ocorrência de sucessivos déficits e dos gastos excessivos. Há que mencionar o fato de nos últimos anos os gastos governamentais terem sido progressivamente diminuídos, o que se evidencia na extinção de vários órgãos da administração pública, nos baixos salários, de modo geral, do funcionalismo e no baixíssimo nível dos investimentos públicos em relação às cifras históricas.

Quanto ao lado da receita, deve-se ressaltar que a carga tributária no Brasil é relativamente baixa, se comparada aos países desenvolvidos, e que o problema está na má distribuição da base para os impostos e no alto nível de sonegação. Os recentes esforços da Receita Federal demonstram que, mesmo com a atual estrutura fiscal, é possível aumentar a arrecadação. Mas um ajuste fiscal duradouro requer uma ampla reforma tributária, racionalizando e diminuindo o número de tributos e corrigindo distorções introduzidas pela constituição de 1988, que transferiu receita da União para Estados e Municípios sem transferir encargos proporcionais.

Em suma, o ajuste fiscal é importante na medida em que assegura que o governo não precisará aumentar a oferta monetária como meio para se financiar, o que gera maior liquidez e inflação. Esse ajuste é imprescindível para a política anti-inflacionária, porque no Brasil não se consegue financiar a dívida interna do governo a juros baixos e a longo prazo, e portanto, os déficits traduzem-se em emissões de pepel-moeda ou em venda de títulos geralmente de curto prazo e a altas taxas de juros, elevando ainda mais a dívida interna. Esse ajuste fiscal, para ser mais duradouro e estável, demanda reformas mais amplas da estutura fiscal do que as realizadas até o momento.

II.6) Quando a economia brasileira enfrentou à primeira crise do petróleo, o País só ajustou parcialmente sua estrutura de consumo e produção à nova situação. Explique os motivos dessa opção, as circunstâncias em que foi feita e as posteriores conseqüências dela

O primeiro choque do petróleo coincidiu na economia brasileira com o final do período do "milagre", quando o PIB cresceu a taxas médias altíssimas, de mais de 11% a.a. Esse crescimento foi acompanhado de taxas muito elevadas de investimento, de mais de 25% a.a. no final do período. Para uma economia que vinha de um período tão dinâmico, um ajuste ao 1º choque do petróleo em termos de contração da demanda significaria uma recessão brutal. Esse ajuste recessivo, além de não ser desejado pelos setores dinâmicos da economia, também significaria um ônus político muito grande para os governos militares, que baseavam sua "legitimidade" numa política desenvolvimentista e de aumento da renda per capita, ainda que com substancial concentração da renda. Além desses motivos no sentido de evitar uma recessão a todo custo, lembra-se que o final do "milagre" também coincidiu com o esgotamento da capacidade ociosa da economia e que mesmo antes do 1º choque, já se previa a realização de um II PND, que dotasse a economia de maior capacidade na produção de bens de capital e de bens intermediários, endogeneizando a demanda da indústria e completando o processo de substituição de importações. Outro motivo para a opção de só ajustar parcialmente foi a suposição de que a contração da produção

e da liquidez mundial seria temporária, o que não justificaria um grande ajuste estrutural.

Nos primeiros anos do ajuste, de 1974 a 1976, o país enfrentou condições adversas no mercado internacional, com contração da demanda por seus produtos e aumento dos juros. Não obstante, o Brasil levou em frente o projeto do II PND, ainda que com alguns ajustes. As reservas internacionais, que haviam crescido muito durante o milagre, desceram, e a dívida externa cresceu, constituindo-se esse período no início do aprofundamento posterior da questão do endividamento externo.

De 1977 a 1979 as condições da economia internacional são novamente favoráveis, com queda das taxas de juros e aumento da liquidez. O país continuou incentivando a via do crescimento pelo endividamento externo, agravada agora pelo fato de se estimular a contratação de empréstimos por empresas estatais e de se iniciar o processo de "tranferência da dívida externa para a interna", com uma elevação dos juros internos para incentivar a captação de recursos externos.

Durante todo o período de ajuste parcial ao 1º choque do petróleo ocorreram desequilíbrios no balanço de pagamentos e aumento da dívida externa, que triplicou. Por outro lado, foram feitos grandes investimentos em estradas, hidrelétricas, siderurgia, petroquímica, ou seja, incentivou-se a internalização das indústrias de bens de produção. A crítica que se pode fazer é que os projetos foram superdimensionados e que projetos como o da construção de indústrias nucleares não foram bem avaliados, além de ter havido desperdícios.

Quanto às conseqüências dessa industrialização em "marcha forçada" devem-se ressaltar o grande aprofundamento da questão do endividamento externo, o que aumentou a vulnerabilidade do país em relação a choques externos, com o 2º choque e a elevação das taxas de juros a partir de 1979 iriam demonstrar. Outra conseqüência foi o início do processo de endividamento das empresas estatais, contribuindo para a sua má situação nos anos 80. Cite-se também o início do agravamento da dívida interna. Não obstante essas conseqüências perversas, o ajuste parcial ao 1º choque, baseado no II PND e no crescimento com endividamento, logrou dotar a economia de um parque industrial diversificado e internalizar a produção de bens de capital e de bens intermediários. Esse aprofundamento da industrialização foi o que permitiu, para muitos economistas, a geração de crescentes superávits comerciais na década de 80, bem como a crescente participação de bens manufaturados (ainda que em geral de baixo valor agregado) na pauta de exportações brasileiras.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO:

O objetivo da prova de Noções de Economia é aferir o domínio do

candidato com relação aos conceitos básicos da matéria, que constituem pré-requisito fundamental para o curso de Economia do CPCD, cuja ênfase se concentra nos aspectos macroeconômicos de Economia Institucional mais relevantes para a profissão de Diplomata.

O programa da matéria tem como propósito definir, com maior precisão, o caráter propedêutico da temática da prova, reservando-se a primeira parte aos conceitos introdutórios da Teoria Econômica. Na segunda parte, dá-se ao aluno a oportunidade de aplicar a períodos selecionados da História Econômica do Brasil o instrumental analítico básico que adquiriu na preparação da primeira parte.

As questões deverão versar, de preferência, sobre tema da atualidade econômica que dê ao candidato ocasião de revelar sua aptidão no manejo dos conceitos fundamentais da Teoria Econômica exigidos pelo programa e sobre interpretação de fatos da História Econômica do Brasil, na modalidade descrita no parágrafo anterior.

O programa não tem em vista impor nenhuma orientação em termos de escola econômica e, ao indicar uma bibliografia mínima, ao lado da lista de leituras complementares, busca apenas fixar parâmetros de referência mais precisos para o julgamento das provas.

Conquanto não se tenha incluído formalmente no programa uma introdução à História do Pensamento Econômico, é essencial ao candidato sem formação econômica anterior dedicar algum tempo ao estudo das diferentes correntes, para o que a bibliografia faz também algumas indicações. Com efeito, sem este equipamento introdutório, será difícil ao candidato ter uma visão correta do instrumental analítico que lhe exige a primeira parte do programa.

De outro lado, a preparação do programa de Noções de Economia só poderá beneficiar-se se for concebida dentro de um enfoque interdisciplinar com outras matérias do exame de admissão ao CPCD, notadamente História.

Como observação final, assinale-se que a abrangência do programa não significa uma expectativa de conhecimento profundo de todos os aspectos introdutórios da matéria. A bibliografia mínima reforça tal orientação, como se verifica abaixo. Conquanto não se exija domínio de técnicas sofisticadas de formalização econômica, só poderá representar vantagem para o candidato alguma familiaridade com o tratamento quantitativo elementar da matéria.

A fim de manter-se informado sobre os temas da atualidade, recomenda-se ao candidato a leitura de revistas correntes que tratem de assuntos econômicos como, por exemplo, a *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getulio Vargas, e a *Revista de Economia Política*, da Editora Brasiliense, bem como periódicos estrangeiros de caráter informativo geral, do tipo de *The Economist, Euromoney, Business Week, L'Expansion* e congêneres.

NOÇÕES DE CIÊNCIA POLÍTICA

A prova de Noções de Ciência Política constará de cinco pequenas dissertações.

PROGRAMA

1. Definições e terminologia:

Política e ciência política. A análise política. O indivíduo e a sociedade organizada politicamente. Formas de Estado e governo. A política e a ética.

2. História do Pensamento Político: a evolução das idéias políticas, da Antigüidade Clássica até o presente.

Platão. Aristóteles. Maquiavel. Hobbes. Locke. Rousseau. Montesquieu. J.S. Mill. Hegel. Marx. O pensamento contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*
DAHL, Robert. *Análise Política Moderna*
DAHRENDORFF, Rahlf. *Sociedade e Liberdade*
DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*
KING, Preston. *O Estudos Políticos*
L. J. MACFARLANE, L.J. *Teoria Política Moderna*
SARTORI, Giovanni. *A Política*
VOEGELIN, Eric. *A Nova Ciência da Política*

Todas essas obras podem ser encontradas, em tradução, na Coleção Pensamento Político, da Editora Universidade de Brasília.

Ao candidato desejoso de familiarizar-se com a carreira diplomática, e de conhecer o contexto em que trabalha o diplomata, sugere-se a leitura de algumas obras elementares, de introdução à matéria, tal como a de HAROLD G. NICOLSON, *Diplomacy*, London, Oxford University Press.

O presente Guia de Estudo reúne uma série de indicações que visam a ajudar os candidatos ao Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1993 em sua preparação para o concurso.

Constam do Guia o Edital, programas, relações de temas dados em Exames anteriores e exemplos de provas da primeira fase que mereceram aprovação em concurso recente.

A orientação para estudo e as bibliografias aqui incluídas não têm cunho limitativo. Constituem um elemento a mais no esforço do Instituto Rio Branco para assistir os candidatos.

O Edital

Publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 1992, com retificações publicadas no dia 29.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 15 de fevereiro a 12 de março de 1993, as inscrições no Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco (IRBr), previsto pelo Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, o qual obedecerá às instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial s/n de 1. de outubro de 1992.

2. A aprovação no CPCD completa o processo de habilitação previsto pelo Art. 10 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Art. 38 da Lei no. 7501, para fins de ingresso na Classe Inicial da Carreira de Diplomata.

3. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria no. 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial do dia 16, que estabelece condições inabilitantes aplicáveis aos candidatos inscritos neste Exame de Admissão.

4. É fixado em 20 (vinte) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Exame de Admissão.

INSTRUÇÕES

5. O Exame de Admissão de 1993, que dá acesso ao Primeiro Ano do CPCD a iniciar-se no ano letivo de 1994, compreenderá um teste de pré-seleção, sete provas escritas e três orais, além de avaliação de sanidade e capacidade física e psíquica. A verificação dos documentos apresentados é parte integrante do Exame de Admissão.

1. DA INSCRIÇÃO

6. Os pedidos de inscrição serão aceitos a partir de 15 de fevereiro e até 12 de março de 1993, nos dias úteis e em horário de expediente, nos Centros de Inscrição adiante relacionados, excetuados os de Manaus, Salvador e Florianópolis. No caso de haver mudança de endereço de algum Centro, o novo endereço poderá ser obtido na sede do IRBr, em Brasília.

a) Brasília: sede do IRBr, térreo do Anexo II, Ministério das Relações Exteriores, tel. (061) 211-6184;

b) Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, IRBr, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano 196, tel. (021) 516-1744;

c) Belém: Coordenador, Cel. Ivonilo Dias Rocha, Primeira Comissão Demarcadora de Limites (MRE), Av. Governador Malcher 349, tels. (091) 222-7709 e 223-5552;

d) Manaus: Coordenador, Prof. José Dantas Cyrino Jr., Faculdade de Educação, UFAM, Estrada do Contorno, tel. (092) 237-6060, ramal 2058;

e) Fortaleza: Coordenadora, Profa. Maria da Conceição Moreira Leite, Departamento de Letras Estrangeiras, UFC, Av. da Universidade 2683, tel.(085) 281-7036;

f) Recife: Coordenador, Prof. Sylvio Loreto, Faculdade de Direito, UFP, Praça Adolfo Cirne s/n., Boa Vista, tel. (081) 222-0082;

g) Salvador, Coordenadora, Profa. Therezinha M. da Conceição Nunes Correia, Coord. de Extensão, UFB, Av. Araújo Pinho 32, Canela, tels. (071) 366-9294, 245-2811 ramal 133;

h) Belo Horizonte: Coordenador, Prof. Cyro Flávio de Castro Bandeira de Melo, Dept. de História, UFMG, Av. Antônio Carlos 6627, Cidade Universitária, Pampulha, tel. (031) 448-1541;

i) São Paulo: Coordenadora, Profa. Maria Tereza Braga, Coord. de Comunicação Social, USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa J, 374 (antigo edifício da Reitoria), s/ 224, Cidade Universitária, tel. (011) 813-3222, ramal 2397;

j) Curitiba: Coordenador, Prof. Marcos Luiz de Paula Souza, Fundação da UFPR, Rua 15 de novembro 1457, tel (041) 264-8586;

l) Florianópolis: Coordenador, Prof. Antônio Pedro Schindwein, ESAI, Reitoria da UFSC, térreo, tel. (0482) 31-9266 e 31-9320;

m) Porto Alegre: Coordenador, Prof. Bernardo Buchweitz, COPERSO, UFRS, Av. Paulo Gama 110, Anexo I da Reitoria, tel. (051) 2281633 ramais 3114 e 3633;

n) no exterior, as Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil.

7. Os candidatos devem satisfazer as seguintes condições:

i) ser brasileiro nato, conforme o Art. 12, par. 3, V, da Constituição Federal;

ii) ter mais de 20 anos de idade e menos de 32, conforme o Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986 (como a primeira prova será realizada em 23 de abril de 1993, poderão inscrever-se os nascidos entre 24 de abril de 1961 e 22 de abril de 1973);

iii) estar em dia com o serviço militar;

iv) ter título de eleitor, atualizado;

v) ter bons antecedentes;

vi) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior reconhecido, ou, na falta deste, certificado que comprove já haver terminado a terceira série (ou sexto semestre ou sessenta por cento da carga horária ou dos créditos) de curso de graduação de nível superior reconhecido. Desse certificado devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do curso, o total dos créditos exigidos ou o número de semestres necessários para a conclusão do curso e outros elementos que permitam a avaliação, pelo IRBr, do cumprimento desta exigência. Cabe ao candidato demonstrar que seus estudos satisfazem este requisito, particularmente quando realizados no exterior.

8. No momento do pedido de inscrição o candidato apresentará:

a) requerimento de inscrição preenchido em formulário fornecido pelos Centros de Inscrição, no qual declare que satisfaz todas as condições prescritas no par. 7, acima;

b) cédula de identidade, com duas fotocópias;

9. No ato de inscrição será cobrada taxa, destinada a cobrir parte do custo do respectivo processamento, cujo valor será fixado pelo Diretor do IRBr. Essa taxa será previamente recolhida pelo candidato ao sistema bancário, mediante DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), que o candidato apresentará juntamente com os demais documentos indicados no parágrafo 8, acima. Em nenhuma hipótese será essa taxa restituída ao candidato. No DARF, deverá constar, no campo 14, a indicação: "Taxa cobrada de candidato inscrito no Exame de Admissão de 1993 do Instituto Rio Branco, MRE". O código correspondente é 2663.

10. Ao se inscrever, o candidato receberá um exemplar de Guia de Estudo, que contém o programa e as características das provas. Informações sobre os programas e provas poderão ser também obtidas, a qualquer momento, na sede do IRBr, em Brasília, pessoalmente ou por via postal.

11. Respeitadas as exigências do presente Edital, o deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição será publicado no Diário Oficial até o dia 13 de abril de 1993. Entre 14 e 16 de abril os candidatos deverão retirar, no local onde se inscreveram, o Cartão de Inscrição, cuja apresentação lhes será exigida para fazer as provas, juntamente com a da cédula de identidade. Os candidatos inscritos no exterior deverão retirar pessoalmente seu Cartão de Inscrição no Centro que houverem indicado para prestar as provas da Primeira Fase, mediante comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

12. O requerimento de inscrição implica o conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou incorreta, ou que não satisfizer as condições exigidas pelo presente Edital, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial. Cancelada a inscrição, ficarão anulados todos os atos dela decorrentes.

13. Imediatamente após a divulgação dos resultados do Exame de Admissão, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do IRBr, em Brasília, os seguintes documentos, acompanhados de fotocópia:

a) original da certidão de nascimento;

b) prova de quitação com o serviço militar;

c) título de eleitor;

d) informação sobre os dados pessoais e declaração de antecedentes, em formulários fornecidos pelo IRBr;

e) três retratos 3 x 4; e

f) prova de que satisfaz a exigência do parágrafo 7, "vi", acima.

14. Se for casado, o candidato deverá apresentar também certidão de casamento, bem como o formulário de dados pessoais do cônjuge, acompanhado de seu retrato 3 x 4 e cédula de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, o candidato será inscrito condicionalmente, e só será matriculado no CPCD, uma vez aprovado no Exame de Admissão, se obtiver a autorização de que tratam os arts. 48 a 50 do Decreto 93.325, de primeiro de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência se aplica também ao candidato cuja separação judicial não tenha sido julgada.

2. DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES.

15. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

16. As provas escritas serão corrigidas sem identificação do candidato. Sua identificação, e a divulgação dos resultados, serão feitas publicamente na sede do IRBr, em Brasília. O candidato terá direito à vista das suas provas, na sede do IRBr, não podendo exercê-lo por procuração; poderá requerer a respectiva revisão, observando-se o seguinte:

a) só serão aceitos os requerimentos fundamentados, que indiquem precisamente os pontos em que o candidato se sinta prejudicado;

b) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo de dois dias úteis, na Primeira Fase; de prazo a ser fixado oportunamente, na Terceira Fase. Julgado o recurso, a nota é definitiva.

2.1. PRIMEIRA FASE:

17. As provas da Primeira Fase serão realizadas simultaneamente na sede do IRBr e em todos os Centros Regionais de Inscrição, no Brasil, excetuados os de Manaus, Salvador e Florianópolis, das 9:00 às 14 horas (hora de Brasília), nos locais a serem indicados. Escritas e eliminatórias, as provas obedecerão ao seguinte calendário:

Sexta-feira, 23 de abril de 1993 - Português (inclusive o Teste de Pré-Seleção, que será devolvido aos aplicadores ao término da prova de Português);

Sábado, 24 de abril de 1993 - Inglês;

Domingo, 25 de abril de 1993 - Francês.

18. Para ser aprovado na Primeira Fase o candidato deverá obter: i) aprovação no Teste de Pré-Seleção; ii) pelo menos 60 (sessenta) em Português; iii) pelo menos 50 (cinquenta) em Inglês; iv) pelo menos 30 (trinta) em Francês; v) pelo menos 150 pontos no conjunto das três provas, isto é, obter no mínimo nota média 50. Será eliminado o candidato que faltar a qualquer uma dessas três provas, ou que a entregar em branco; nesta hipótese, o candidato não terá direito a ter corrigidas as outras provas.

19. Destinado a comprovar condições mínimas de habilitação no emprego do vernáculo, o Teste de Pré-Seleção não terá nota. Constará de dez questões objetivas, e será exigido o número mínimo de 6 acertos (sessenta por cento). O gabarito de correção será divulgado imediatamente após o encerramento da última prova da Primeira Fase. Não haverá recurso e o IRBr só fornecerá esclarecimentos sobre o Teste quando solicitados dentro do período de setenta e duas horas após a divulgação. Não serão corrigidas as provas dos candidatos reprovados no Teste de Pré-Seleção.

20. A correção das provas da Primeira Fase será feita na sede do IRBr. Os resultados serão divulgados no dia 7 de junho de 1993. As provas e demais atividades da Segunda e da Terceira Fases serão realizadas, em Brasília, no período entre 28 de junho e 31 de julho de 1993, em calendário a ser divulgado juntamente com os resultados da Primeira Fase.

2.2. SEGUNDA FASE:

21. Serão admitidos à Segunda Fase do Exame de Admissão, em Brasília, os candidatos aprovados na Primeira Fase. Os candidatos inscritos nos Centros Regionais serão chamados a Brasília pelo IRBr, que lhes custeará transporte (ida e volta) a partir da cidade onde tiverem efetuado as primeiras provas, bem como alojamento e alimentação até o fim do processo de avaliação. O alojamento e a alimentação serão pagos diretamente pelo IRBr ou custeados mediante o pagamento ao candidato de diárias arbitrados pelo Diretor do Instituto. Será eliminado o candidato

que não se apresentar em Brasília ou que não realizar qualquer dos exames ou atividades constantes do processo de avaliação.

22. A Segunda Fase tem por objetivo verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão diplomática, tendo em vista o Art. 7 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições inabilitantes do candidato as prescritas pela Portaria n. 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

23. Para esse fim será realizada uma avaliação da higidez e habilitação física e psíquica do candidato, conduzida por Junta de Avaliação presidida pelo Chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerado-o aprovado ou reprovado. Os resultados serão publicados no Diário Oficial e o IRBr informará em particular cada candidato reprovado sobre a fundamentação do respectivo laudo. Os candidatos reprovados não poderão fazer as provas da Terceira Fase.

24. O candidato reprovado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata o parágrafo anterior. Para esse fim o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso composta de quatro membros: i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto: ii) um dos médicos, membro da Junta de Avaliação; iii) dois outros médicos, que não tenham participado da Junta de Avaliação. Com base na reavaliação, a Junta de Recurso emitirá um laudo definitivo, que será submetido pelo Diretor do IRBr ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, para decisão final.

25. Durante o processo de reavaliação o candidato reprovado poderá fazer, condicionalmente, as provas da Terceira Fase, sendo eliminado aquele cuja reprovação for confirmada por laudo definitivo. Se o quiser, o candidato em processo de reavaliação poderá por sua conta designar um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentem sua desconformidade com o laudo da Junta de Avaliação.

2.3. TERCEIRA FASE:

26. Só serão admitidos à Terceira Fase os candidatos aprovados na Segunda, bem como, condicionalmente e apenas durante o processo de reavaliacão, os candidatos reprovados na Segunda Fase que tenham recorrido, até a emissão do laudo definitivo pela Junta de Recurso.

27. A Terceira Fase compreende duas provas orais eliminatórias (Inglês, Questões Internacionais Contemporâneas), uma oral classificatória (Francês), uma escrita eliminatória (História) e três escritas classificatórias (Geografia, Noções de Direito, Noções de Economia). Todas as provas escritas terão a duração de quatro horas e meia. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias da Terceira Fase será 50 (cinqüenta).

3. APROVAÇÃO:

28. Será considerado aprovado no Exame de Admissão o candidato que, tendo sido aprovado nas provas eliminatórias da Primeira e da Terceira Fases, bem como na avaliação da Segunda Fase, obtenha média igual ou superior a 60 no conjunto de todas as provas da Primeira e da Terceira Fases e apresente a documentação exigida.

29. Após a conclusão do período do Exame de Admissão, aos candidatos reprovados só será permitida vista das provas na sede do Instituto Rio Branco em Brasília.

4. OUTRAS INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES:

30. Sempre que solicitado o candidato deverá exibir sua cédula de identidade e cartão de inscrição. O não comparecimento a qualquer prova ou atividade prevista, na hora aprazada, implica a eliminação do candidato. As provas escritas serão feitas com caneta tinteiro ou esferográfica de tinta preta, e não haverá segunda chamada. Só quando autorizado poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova. Nas provas orais da Terceira Fase o candidato deverá apresentar-se com traje de passeio completo.

31. Por decisão do Diretor do IRBr, ou seu representante, será eliminado o candidato que: i) agir com incorreção ou descortesia; ii) tentar comunicar-se durante as provas, por qualquer meio, com pessoa não autorizada; e iii) utilizar livro, impresso ou notas que não forem expressamente permitidos. Será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação. Na Primeira Fase, os talões de identificação serão destacados ao fim da prova de Francês; na Terceira, imediatamente após cada prova; nos dois casos, os talões permanecerão em invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

32. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver, sucessivamente:

a) a nota mais alta na prova de Português;

b) a nota mais alta na prova de Questões Internacionais Contemporâneas;

c) mais idade.

33. O presente Exame de Admissão é válido apenas para o CPCD a ter início no ano letivo de 1994, de acordo com a classificação final e dentro do limite de vagas. Os candidatos aprovados deverão apresentar-se em Brasília na data que for estabelecida para o início das aulas, em fevereiro ou março de 1994. O CPCD é gratuito e dá direito a bolsa de estudo, exigindo tempo integral e frequência obrigatória. Os domiciliados nos Estados e seus dependentes legais terão custeada sua passagem, por via aérea ou rodoviária, da Capital estadual até Brasília.

34. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Exame de Admissão. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas, pessoalmente ou por via postal, na sede do IRBr, em Brasília.

Características das provas

I-A prova escrita de Português constará de:

A-redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos); e

B-resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

A prova avaliará a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), bem como a estruturação, a relevância e a adequação das idéias ao tema.

Juntamente com esta prova será aplicado o Teste de Pré-seleção.

II-As provas de Inglês e Francês constarão de duas partes:

A-redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e

B-versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III- A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

A-o conhecimento sobre temas internacionais correntes:

A.1. antecedentes;

A.2. situação atual;

A.3. posição brasileira.

B-capacidade de analisar o tema.

C-capacidade de organisar a apresentação.

Além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação. Será necessário, portanto, que tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que poderá adquirir com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de jornais, revistas e livros. Constituem leituras complementares: i) textos de história diplomática contemporânea; ii) obras sobre a teoria das relações internacionais; iii) obras sobre a política externa brasileira contemporânea; iv) documentos oficiais da diplomacia brasileira.

Quanto à realização da prova:

A-o candidato sorteará três temas;

B-escolherá um deles e terá, então, quinze minutos para se preparar;

C-fará, em seguida, uma exposição, a qual constará de apresentação de cerca de dez minutos, seguida de respostas a perguntas feitas pelos membros da Banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor sua apresentação com coerência e relevância. A abordagem do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil será avaliada positivamente.

As perguntas da Banca podem ter escopo variado. Assim, o candidato deve estar preparado para indagações que visem a ampliar pontos tratados na sua exposição e para perguntas de cunho analítico.

IV-Nas provas orais de Inglês e Francês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer ao auxílio de um dicionário unilingüe que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

A argüição poderá constar de:

- leitura em voz alta, parcial ou total, do texto sorteado;
- resumo oral desse texto;
- análise de parágrafos ou frases do texto;
- respostas a questões suscitadas pelo texto.

V-As provas escritas da Terceira Fase terão a duração de 4 horas e meia e serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VI-Na prova de Noções de Direito, só será admitida a consulta a textos legais que serão fornecidos pelo IRBr, se o examinador considerar tal consulta necessária.

I - Temas dados em exames anteriores

1988

Comente o texto abaixo:

"Desde a infância fui alimentado com as letras; e, como convenciam-me de que, por seu intermédio, podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo que é útil à vida, eu tinha desejo extremo de aprendê-las. Mas, tão logo terminei todo este curso de estudos, ao fim do qual se é recebido, habitualmente, entre os doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois encontrei-me embaraçado em tantas dúvidas e erros que me parecia não ter obtido outro resultado, ao tentar instruir-me, a não ser descobrir mais e mais a minha ignorância (...) .

"Foi por isso que, tão logo a idade permitiu que eu me libertasse da sujeição de meus preceptores, abandonei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo não mais procurar outra ciência que não aquela que poderia achar em mim mesmo, ou no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha juventude a viajar (...). E continuava a ter um desejo extremo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas ações e para caminhar com segurança nesta vida. É verdade que, enquanto não fazia outra coisa a não ser observar os costumes dos outros homens, nada achava neles de seguro e notava quase tanta diversidade quanto encontrara nas opiniões dos filósofos (...).

"Mas, depois de empregar alguns anos no estudo do livro do mundo e na tentativa de adquirir alguma experiência, tomei um dia a resolução de estudar em mim mesmo e de empregar todas as forças de meu espírito a fim de escolher os caminhos que deveria seguir. Nisto tive mais sucesso, ao que parece, do que jamais obtive ao afastar-me de meu país e de meus livros"

René Descartes - Discurso do Método, 1637.

1989

"Em todas as nações devemos ver e procurar antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar, olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência (...) . Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras 'que doura tudo que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos' (...), ao qual opunha eu 'o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor'. Esse patriotismo (...), feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às

impressões do exterior, suas antenas em contacto com as correntes elétricas do mundo."

Gilberto Amado, discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco.

1990

Desenvolva o tema:

"A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios e problemas."

1991

Comente o texto abaixo:

"Escritor por acidente - eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais (...);

"(...) ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. O rumo para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo que vemos ao rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo - quando a própria matéria parece espiritualizar-se no **radium**, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisamente, pelos laboratórios dos alquimistas... (...)

"Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebata-nos também o sonho, mas, ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste múndo que nos invade e deslumbra."

Euclides da Cunha (1866-1909). Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, in Obras Completas, Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Editora, 1966, v. I, páginas 206 e 207 (revista a acentuação pelo IRBr, à luz da reforma ortográfica de 1971).

1992

DIPLOMACIA E PROCESSO TECNOLÓGICO

A ubiqüidade do telefone, as viagens supersônicas, os satélites de comunicação, a transmissão sem fio de imagens, etc. têm facilitado enormemente o contato entre povos e governos. Além disso, são cada vez mais comuns as reuniões de ministros do exterior, e presidentes e chefes de governo vêm desenvolvendo a prática de se encontrarem periodicamente.

Na sua opinião, as alterações provocadas pelo progresso tecnológico indicam que a diplomacia tradicional, aquela das embaixadas e embaixadores sur place, está fadada ao desaparecimento?

II - Exemplo de redação

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

"O desenvolvimento econômico e social pleno é a principal meta de países em desenvolvimento como o Brasil. O alcance desse objetivo, no entanto, dependerá da capacidade dos condutores da política de desenvolvimento do país de compreender as transformações por que passa o mundo neste final de século e de adaptar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil à nova realidade político-econômica que se apresenta.

"A primeira questão que aflora em qualquer trabalho de análise sobre o subdesenvolvimento é a necessidade de se estabelecer uma nova ordem econômica mundial. Ocorre que discursos nacionalistas inflamados nos foros internacionais mais importantes, como o GATT e a ONU, já provaram ser inócuos. Dessa forma, só resta a países em desenvolvimento como o Brasil privilegiar soluções alternativas como o processo de integração econômica com outros Estados ou a vinculação de temas diversos como as questões da dívida externa e da ecologia, em evidência atualmente.

"No caso específico do Brasil, o principal desafio é implementar sua integração econômica com os demais países da América Latina, sobretudo com a Argentina, sem permitir que tal iniciativa fracasse, como ocorreu no caso da formação da ALALC e da ALADI. Para tanto, é preciso que as condições básicas de integração levem em consideração as particularidades da economia em cada país sem, no entanto, deixar de lado o pragmatismo que deve nortear todo o processo. É importante ressaltar, a propósito, que todo o relacionamento do Brasil com os demais países do Terceiro Mundo deve revestir-se de caráter pragmático, sob pena de serem perpetuados os traços de tutela que já caracterizaram a política externa brasileira em relação aos países subdesenvolvidos.

"No campo político internacional destaca-se presentemente o processo de liberalização dos países da Europa Oriental. Segundo grande parte dos observadores e estudiosos da história deste início de década, tal processo afetará profundamente a economia dos países latino--americanos, inclusive a do Brasil. De fato, percebe-se o grande interesse demonstrado pelas potências econômicas ocidentais em investir no

leste europeu, inclusive com o objetivo de fortalecer o processo de redemocratização dos países da região. Ocorre, porém, que o capital a ser investido pelos países ocidentais ricos terá a destinação que se apresentar mais interessante e lucrativa. Evidentemente, um país como o Brasil, rico em recursos minerais e com abundante mão-de-obra, está em condições de disputar investimentos com quaisquer outros. No entanto, cabe aos condutores da política de desenvolvimento do país estabelecer condições favoráveis a investimentos e atrair capitais, ainda que para tanto tenham que enfrentar o desafio de alterar o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil. Aliás, é importante salientar que justamente esse desafio foi enfrentado por países asiáticos, como a Coréia do Sul e Formosa, com grande êxito.

"Está claro, pois, que o Brasil deve acompanhar de perto as transformações político-econômicas pelas quais o mundo está passando e modificar a forma através da qual se relaciona com países ricos e pobres, como meio de alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Transformações típicas deste final de século, como a criação dos blocos econômicos supranacionais, a partir da integração econômica de Estados nacionais, e a liberalização dos países comunistas do leste europeu, devem ser corretamente interpretadas, sob pena de inviabilizarem a grande meta nacional: o desenvolvimento."

III - Orientação para estudo

No exame de Português, que consta de uma redação e de um resumo, afere-se o conhecimento que o candidato possui do idioma e a capacidade de utilizá-lo para exprimir com objetividade, clareza, precisão e concisão as idéias e conceitos sugeridos pelos temas propostos nas questões da prova.

Embora não se imponha preferência de estilo, o candidato deverá estar consciente de que presta um exame de seleção profissional de nível universitário. Deverá, portanto, escrever a redação não como uma composição de nível colegial, mas como um pequeno ensaio no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado à ocasião, seus conhecimentos sobre o tema versado, sua capacidade de análise e crítica, assim como opiniões pessoais, desde que fundamentadas em raciocínio lógico, coerente, sensato e equilibrado. Deverá o candidato empregar com segurança seus conhecimentos do idioma, lembrando-se de que é importante exprimir-se com exatidão.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais; nele devem ser indicados o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Na

seleção e hierarquização das idéias revelam--se as qualidades de avaliação, crítica e discernimento do candidato. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

O julgamento da redação e do resumo

É necessário que o candidato revele um nível mínimo de conhecimento da língua para que sua prova possa ser julgada satisfatória e permita avaliação condizente com o requisito exigido. São consideradas, por conseguinte, abaixo do nível mínimo de aceitação provas que contenham erros graves de:

a) ortografia;
b) acentuação gráfica;
c) emprego do acento grave;
d) regência;
e) concordância;
f) estruturação da frase.

As provas que apresentam boa forma gramatical passam, então, a ser julgadas quanto à propriedade de rigor no uso de recursos léxicos e semânticos, quanto ao conteúdo analítico e crítico do pensamento e ao uso adequado de conceitos, juízos e opiniões.

Tanto a redação quanto o resumo devem apresentar--se estruturados rigorosamente, para o que seguem algumas sugestões:

1. Estrutura formal (paragráfica) do texto:

Tanto ao redigir quanto ao resumir, deve o candidato organizar seu texto em conveniência com o desenvolvimento da argumentação ou da exposição; para isso, a estrutura em parágrafos é fundamental. Cada parágrafo, por sua vez, deve constituir-se de frases íntegras, dotadas de sentido lógico. É o conjunto de parágrafos bem estruturados que dá unidade ao texto, uma vez que os parágrafos funcionam como conectores entre as idéias explanadas e o tema.

2. Estrutura morfossintática do texto:

Deve o candidato atentar para os recursos morfossintáticos de que irá utilizar-se para operar no nível da estruturação sintática da frase. São fundamentais, entre outras, as correlações de coordenação e de subordinação entre as idéias, para o que se faz necessário o uso das palavras instrumentais (conjunções, pronomes relativos e preposições). A ordem das palavras na frase obedece a regras sintáticas, as quais caracterizam o idioma escrito em nível culto. Convém lembrar, quando se trata de construção de frase, que a ordem dos fatores pode alterar o produto.

3. Estrutura léxico-semântica do texto:

Por meio da adequada seleção vocabular, que se faz em concordância com o tema proposto, o candidato traça, praticamente, o plano de texto a ser desenvolvido. Esta escolha deve considerar os valores que as unidades lingüísticas adquirem no contexto.

4. Organização do conteúdo do texto.

Uma redação de escasso conteúdo analítico e crítico, ainda que exiba razoável correção gramatical, dificilmente obterá um bom julgamento. Na redação, o candidato demonstrará seu grau de cultura e de informação, sua capacidade de raciocínio e de exposição, e, finalmente, se for o caso, sua habilidade no tratamento de temas controversos e delicados.

Aconselha-se especial prudência e parcimônia no recurso às citações, aos testemunhos e às opiniões de terceiros, salvo se for capaz de expressá-las corretamente e se a fonte tiver autoridade incontestável no assunto. Também especial cuidado deve-se ter nas citações em idioma estrangeiro, sobretudo se não se conhecer bem esse idioma, caso em que será melhor abster-se. É desaconselhável, evidentemente, no nível em que deve ser elaborado o ensaio, o apoio em lugares-comuns, frases feitas, sentenças, brocardos, provérbios, ou mesmo em teses ou autores de escasso ou discutível valor, apesar de amplamente divulgados.

Se o tema permite, é preferível que o candidato o explore do ângulo de sua formação acadêmica, com a máxima profundidade de que for capaz, sem temor de não ser compreendido pela banca examinadora.

IV - Avaliação da prova

A avaliação da redação levará em conta:

a) a adequação ao tema proposto e ao gênero discursivo indicado;

b) a estruturação do texto de forma lógica, coerente e clara;

c) o emprego adequado de recursos lingüísticos coesivos de natureza léxico-semântica e gramatical;

d) o tratamento criativo do texto seja na seleção das informações e argumentos, seja na escolha do vocabulário e fraseologia;

e) a obediência às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita culta e formal da língua e do gênero discursivo em questão.

Serão atribuídos 60 pontos à redação, assim distribuídos:

organização e desenvolvimento: 30 pontos;

propriedade vocabular: 15 pontos;

correção lingüística: 15 pontos.

A avaliação do resumo levará em conta:

a) selecionar, hierarquizar e comparar as informações do texto ou textos propostos;

b) reconhecer a estrutura e organização dos textos originais, neles distinguindo os níveis factual, interpretativo e opinativo;

c) avaliar o posicionamento dos autores em face do conteúdo textual, identificando pontos de convergência e de divergência;

d) identificar a polifonia e intertextualidade nos textos propostos distinguindo as vozes dos autores e de suas fontes;

e) empregar com eficiência e correção os recursos gramaticais e lexicais que garantam a fidelidade aos textos originais, bem como a coesão, coerência e concisão do resumo;

f) obedecer às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita, culta e formal da língua e do gênero em questão;

g) conferir ao resumo a extensão equivalente a um quarto dos textos originais.

Serão atribuídos ao resumo 40 pontos, assim distribuídos:

técnica de resumo: 25 pontos;

correção e propriedade de expressão: 15 pontos.

V - Bibliografia

Para seu preparo, aconselha-se ao candidato o estudo metódico de boas gramáticas e obras de linguagem, bem como a consulta constante a bons dicionários. A título meramente sugestivo, relaciona-se pequena bibliografia, válida tanto a edição indicada quanto outra mais recente:

BECHARA, Evanildo, Lições de Português pela Análise Sintática, 10a. ed., Rio de Janeiro, Grifo, 1976.

CARRAHER, David W., Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas, São Paulo, Pioneira, 1983.

CUNHA, Celso e CINTRA, L.F. Lindley, Nova Gramática do Português Contemporâneo, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FAULSTICH, Enilde L. de Jesus, Como Ler, Entender e Redigir um Texto, Petrópolis, Vozes, 1988.

GARCIA, Othon M., Comunicação em Prosa Moderna, 8a. ed., Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1980.

LAPA, Manuel Rodrigues, Estilística da Língua Portuguesa, 11a ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.

POSSENTI, Sirio, Discurso, Estilo e Subjetividade, São Paulo, Martins Fontes, 1988.

SERAFINI, Maria Teresa, Como Escrever Textos, Rio de Janeiro, Globo, 1974.

VANOYE, Francis, Usos de Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita, São Paulo, Martins Fontes, 1981.

Inglês

I - Temas dados em vestibulares anteriores

1988

Discuss the following assertion:

"No man is an island, entire on itself; every man is a piece of the Continent, a part of the Main".

1989

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press - in domestic affairs and international relations".

1990

Write a composition on the following subject:

"Men in great place are thrice servants: servants of the Sovereign or State; servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to lose liberty; or to seek power over others and to loose power over a man's self."

1991

Write a composition on the following subject:

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative 'outdated' - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others".

Henry Kissinger, White House Years.

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, highlighting its role in diplomacy.

II - Exemplo de redação

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem as correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

Francis Bacon, in asserting that "men in great place" are servants of the State and of fame and business, expresses an idea reminiscent of the well-known fact that men who hold high-ranking positions in their governments are subject to strong pressures. As he suggests, these men, who seek power over other men, lose their liberty and even power over themselves, becoming bound to the unwritten rules which allow them to stay in their position.

In fact, the nearer one is to the actual source of power, the stronger one's allegiance to that source of power must be. A President, or a Sovereign, for instance, may tolerate unapproval of his policies by a small civil servant. But very few Heads of Government will let one of their important ministers criticize them. People who actually hold power expect utmost loyalty form their nearest subordinates, as these will exert a share of that power. Consequently, although important men may have some power over other men, thay are servants - like butlers, who, in spite of giving orders to the maids, are still servants.

Men who possess power are also servants of fame, as Francis Bacon duly stresses. People who become famous, such as these men, do not live normal and carefree lives. They are controlled by public opinion, which will seek to discover every weakness they may possess or every error they may commit, as people often refuse to accept that those who govern them are men who, sometimes, have the same faults as they have.

But the main source of pressure results from businessmen. Today, as in the day of Francis Bacon, they often resort to the exertion of pressure on governments to obtain favourable conditions for their businesses. When money is concerned, people become very aggressive, since its loss affects them in a very direct manner. Pressures increase to tremendous levels, and, very frequently, "men in great place" have to base their decisions on the will of the businessmen.

Power, therefore, does not imply freedom. In fact, one may even state that the latter is inversely proportional to the former. Yet men are often in search of power, as they believe that they will reach a position in which they will hold enough power to be able to resist any pressure. Facts, however, prove that belief to be an illusion.

The words of Francis Bacon are extremely accurate. It could even be surprising to realize how little the world has changed over the centuries. In fact, the ideas of the author could also be correct if one analysed Ancient Greece or Saxon England. Important men, even if they succeed in reaching the highest position in their State, will invariably remain servants, manacled and fettered by their desire to keep power in their hands.

III - Orientação para estudo

The examiners are looking for an advanced knowledge of English and the ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks)

Here the examiners assess the correctness of the candidate's English. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip or spelling mistake. Candidates who score zero in this section through weak basic English will normally score zero for the whole composition.

Plan and development of ideas (15 marks)

There are three main considerations here:

1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

2) the relevance of ideas to the theme of the composition;

3) paragraphing and punctuation.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand originality of ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed where they find genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart for the examination are heavily penalized.

Quality of language (15 marks)

The marks in this section are awarded on a positive basis for good items of idiomatic English, sophisticated linguistic constructuions and evidence of a wide range of vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

IV - Bibliografia

1. For vocabulary and information, three weekly magazines are easily available in most large Brazilian towns:

Time Magazine

Newsweek

The Economist

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as Isto É, Veja, Visão, Exame, prospective candidates may find it useful to compare texts on similar subjects.

2. Basic reference books (relatively inexpensive):

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English, Longman, Londres.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, Oxford, Oxford University Press.

The Concise Oxford Dictionary, idem.

Webster's Collegiate Dictionary

2.2. Grammars:

SWAN, Michael, A Practical English Usage, Oxford University Press.

THOMPSON, A. J. and MARTINET, A. V., A Practical English Grammar, Oxford, Oxford University Press, 1980.

A Comprehensive Grammar of the English Language, London, Longman, 1985.

2.3. Other reference books:

SANTOS, Agenor Soares dos, Guia Prático da Tradução Inglesa, 3a. edição, São Paulo, Cultrix.

Roget's Thesaurus of English Words and Phrases, Penguin Books.

DIXSON, Robert, Handbook of American Idioms, Livro Técnico.

3. Large reference books (expensive but available in many university libraries):

HOUAISS, Antonio, Dicionário Inglês-Português, Record.

TAYLOR, James L., Portuguese-English Dictionary, Record.

Novo Michaelis: Inglês-Português, Português--Inglês, Melhoramentos.

Webster's Third International Dictionary.

Francês

I - Temas dados em exames anteriores

1988

Discutez l'affirmation suivante:

"Pendant que, multipliant les victimes, la famine et les armes continuent de frapper, la science ouvre de nouveaux horizons, fait surgir las miracles technologiques, mais, trop sûr de lui ou désamparé, l'ésprit humain ne sait à quelles fins utiliser les prodigieux outils qui lui sont ainsi offerts. Partout, craintes et espoirs."

Claude Julien, in "Le Monde Diplomatique" n. 408 - Mars 1988, Réalisme et Ethique en Diplomatie.

1989

Selon J. Fourastié ("Economie et société", 1972), dans notre "comportement quotidien" nous avons tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Etes-vous d'accord avec cette opinion? Considérez-vous, d'autre part, qu'une telle attitude constituerait un handicap dans l'approche de la vie?

1990

L'historienne Régine Pernoud affirme dans un de ses ouvrages ("Pour en finir avec le Moyen-Age") que pour l'adolescent "rien ne serait plus fécond qu'une rencontre avec ce qui l'a précédé dans le temps et qui lui est aussi proche, aussi nécessaire que ce qui l'entoure dans l'espace... L'étude de l'Histoire apporte à la jeunesse l'expérience qui lui manque."

En analysant la formation littéraire et historique que vous avez reçue et en la confrontant à la nécessité de comprendre l'actualité, vous direz quelle peut être selon vous la place de présent et du passé dans votre formation intellectuelle.

1991

Commentez l'affirmation suivante:

"Toute vie est ponctuée de morts ou de départs, et chacune ou chacun cause de grandes souffrances qu'il vaut mieux endurer que de ne pas avoir connu la présence de ces personnes quand elles existaient. Mais chaque fois notre univers se reconstitue de soi-même, et nous savons du rest que lui non plus ne durera pas toujours."

Marquerite Yourcenar, <u>Les yeux ouverts. Entretiens avec Matthieu Galey</u>. Paris, Editions du Centurion, 1980.

1992.

Commentez l'affirmation suivante:

"La passion de la vérité va de pair avec la passion de la liberté. Ce n'est pas pour rien qu'on a toujours regardé la liberté de penser comme la plus précieuse, celle dont dépendent toutes les autres."

(Georges Bernanos, <u>La liberté pour quoi faire ?</u>, 7ème édition, Gallimard, 1953, p. 143)

II - Exemplo de redação

Oferecemos como exemplo texto (no original, sem as correções) que obteve nota alta no exame de admissão de 1990.

Les mots de Régine Pernoud soulignent avec précision l'importance du passé pour la jeunesse. En effet, n'ayant pas vécu la plupart des événements qui ont contribué à modeler le présent, les jeunes pourraient commettre les mêmes erreurs que les générations qui les ont précédés. Cependant, ce n'est pas seulement la jeunesse qui court ce risque - il s'étend à tous les gens qui n'ont pas de formation historique, car l'Histoire, comme l'affirme Régine Pernoud, fournit de l'expérience à qui n'en a pas.

D'où mon intérêt pour ce sujet, et la longue formation historique que j'ai reçue. Dès mes premières années d'école jusqu'aujourd'hui, je n'ai pas cessé d'étudier l'Histoire et, après tout ce temps, j'ai pu constater que mes études, diversifiées et profondes, m'ont beaucoup aidé à évoluer intellectuellement.

L'Histoire, seule, n'est pourtant pas complète. Une bonne formation littéraire est nécessaire, car les oeuvres du passé permettent de connaître l'esprit, les moeurs et la façon de penser de leur époque. Ainsi, si un livre d'Histoire peut raconter ce qui s'est passé à Paris en 1830, un roman de ces jours-là serait capable de transmettre ce que le peuple parisien sentait pendant les émeutes.

L'étude de l'Histoire et de la Littérature n'est pas dépourvue de sens pratique. Elle est très importante pour analyser l'actualité. En effet, comment pourrait-on comprendre, sans connaître ces deux sujets, ce qui arrive en Pologne, en Hongrie, en Roumanie et dans quelques Républiques Soviétiques? Les révoltes en Arménie, par exemple, ont de profondes racines, et ne s'expliquent pas simplement par la domination soviétique.

Le passé, sans sucun doute, a une place importante dans ma formation intellectuelle, car il explique le présent. L'Histoire, en plus, ne se limite pas à la connaissance des événements. Il existe aussi l'Histoire des idées, qui montre l'évolution de la pensée humaine, rendant encore plus facile l'analyse de l'actualité.

Si le passé est important pour moi, c'est à cause du présent. En effet, rester dans le passé n'aucun sens concret, car la réalité change constamment. En plus, ce n'est pas tout événement ou toute idée d'aujourd'hui qui peut s'expliquer par l'histoire. Il y a toujours des faits nouveaux ou des philosophes qui se séparent entièrement du passé, créant des structures imprévues.

Le présent et le passé, en somme, ont une position complementaire dans ma formation intellectuelle. C'est une position <u>complementaire</u>, car le passé, tout seul, ne servant pas à expliquer le présent, devient une simple curiosité. Toutefois, comme je vis dans le présent, je dois réconnaître à l'actualité une place importante. De toute façon, on ne doit pas commettre l'erreur de se renfermer dans le passé en oubliant le présent; il faut pourtant vivre le présent en jetant un coup d'oeil sur le passé.

III - Orientação para estudo

L'épreuve de français se compose d'une rédaction et d'un thème.

1. La rédaction

Cette épreuve n'a d'autre but que de vérifier l'aptitude du candidat à s'exprimer en français, d'où la nécessité pour lui de faire un exposé clair et précis dans une langue bien maîtrisée.

<u>Composition du devoir</u>

Exposition des idées (notée sur 15)

Le devoir doit montrer la capacité du candidat de discuter un sujet proposé de façon claire et précise en français.

Pour cela, il faut que le sujet soit bien introduit et développé de façon logique, et que la conclusion s'y rapporte. Il est évident que la qualité de l'argumentation et le niveau des connaissances sont importants et contribueront à améliorer la note, mais c'est surtout la capacité de développer en un français correct un sujet imposé que l'on veut juger.

Il est donc très important de bien respecter le sujet et d'éviter les digressions. Les devoirs complètement hors sujet risquent d'être annulés, si l'on a des raisons de croire qu'il s'agit d'une composition préparée à l'avance.

Langue (notée sur 30)

Il est impératif que la langue soit correcte.

Les erreurs dans l'emploi des modes et des temps et dans le choix des prépositions sont à éviter soigneusement.

Une langue correcte sous-entend une orthographe correcte et il est particulièrement recommandé de se méfier de tous les homophones du portugais qui difffèrent par la graphie.

Enfin, il faut prendre garde aux intérférences qui conduisent à des lusitanismes affectant le lexique ou la syntaxe.

En français, on <u>espère</u> avoir de la chance à son examen mais on <u>attend</u> l'autobus et on <u>répond</u> au téléphone sans toujours <u>comprendre</u> ce que l'on <u>entend</u>.

Il faut remarquer qu'un "0" (zéro) en langue entraînera presque toujours un "0" pour tout le devoir.

Style (noté sur 15)

Au niveau de ce concours, la correction doit aller de soi et on attend plus qu'une langue correcte un style, c'est-à-dire une expression nuancée susceptible de jouer avec les ressources de la phrase complexe et d'utiliser le mot juste.

A cet égard, les articles du "Monde" et du "Monde Diplomatique" peuvent fournir d'excellents modèles.

La note de style sera donc proportionnelle à la qualité de l'expression. Un candidat présentant un français correct mais limité ne pourra pas s'attendre ici à une bonne note.

<u>La préparation à l'épreuve</u>

Elle est sans mystère. Il faut apprendre la langue et une langue ne s'apprend pas du jour au lendemain.

Il faut apprendre à écrire et, pour cela, en quelque langue que ce soit, il faut écrire souvent.

2. Le thème

Cette épreuve, comme la rédaction, a pour but de vérifier l'aptitude du candidat à s'exprimer en français en utilisant les structures et les mots demandés.

Toutefois, devant une difficulté concernant la traduction précise d'une expression, le candidat pourra faire appel à un synonyme ou à une paraphrase, du moment qu'il respecte la propriété des termes, la concision et surtout la conformité du sens.

La langue doit être correcte et les conseils donnés pour la rédaction sont aussi valables pour le thème.

IV - Bibliografia

Pendant toute la durée de leurs études, les élèves auront entre les mains une grammaire et un dictionnaire de la langue française.

<u>Grammaires</u>

DUBOIS, J., & JOUANNON, G., <u>Grammaire et exercices de français</u>, Larousse. Classes de la 6eme à la 3eme.

<u>Id</u>., <u>Corrigé des exercices.</u>

<u>Ouvrages de références</u>

GREVISSE, Maurice, <u>Le bon usage. Grammaire française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui.</u>, Gembloux, Editions J. Duculot.

<u>Dictionnaires et vocabulaires</u>

ROBERT, Paul, <u>Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française</u>, Société du Nouveau Littré. (Petit Robert)

RONAI, Paulo, <u>Guia prático de tradução francesa. Relação alfabética dos falsos amigos, homônimos, parônimos e demais armadilhas do vocabulário francês com 500 miniexercícios de aplicação</u>, Rio de Janeiro, Educom.

<u>Manuel de textes</u>

ADUDUBERT, Albert, <u>Do Português para o Francês</u>, 2a. ed., Difusão Européia do Livro.

Ce livre propose la traduction annotée de textes littéraires, choisis parmi des auteurs brésiliens modernes. Des notes, nombreuses, correspondent toujours aux fautes les plus souvent commises par les étudiants brésiliens: elles leur permettent donc de s'exercer à la traduction. Il convient néanmoins de compléter cette étude par la traduction de textes généraux (articles sur des sujets généraux, passages de livres de sociologie, sciences politique, économie politique, relations internationales, etc.).

Questões Internacionais Contemporâneas

I - Orientação para estudo

1. A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

a. o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes (40 pontos), aí entendidos:

a.1. antecedentes do tema;

a.2. situação atual do tema;

a.3. posição brasileira (o candidato deverá ser capaz de indicar, com razoável precisão, os aspectos gerais e públicos da posição brasileira);

b. capacidade de análise e compreensão do tema (30 pontos); além de conhecer o tema, o candidato deverá ter condições de "raciocinar" sobre o tema, apresentando, diante de hipóteses formuladas pela Banca, argumentos plausíveis;

c. capacidade de organização da apresentação (30 pontos); além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação (coerência interna, lógica dos argumentos, relevância dos aspectos apresentados, etc.).

2. Para a prova, será, portanto, necessário que o candidato tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que adquirirá com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante leitura atenta de livros, jornais e revistas que dediquem atenção normal a tais assuntos. O conhecimento jornalístico do tema é, porém, insuficiente e deve ser suprido com:

(i) - a leitura de um texto, de nível superior, de história diplomática contemporânea;

(ii) - a leitura de, pelo menos, um manual sobre teoria de relações internacionais;

(iii) - a leitura de livros sobre política externa brasileira contemporânea;

(iv) - a leitura de textos oficiais de política externa (ex.: discursos do Ministro de Estado nas Nações Unidas, conferências do Ministro de Estado na Escola Superior de Guerra, etc.).

3. Quanto à realização da prova:

(i) - o candidato sorteará três temas;

(ii) - o candidato escolherá un dos temas sorteados para apresentação perante a banca; terá, então, quinze minutos para preparar a sua exposição;

(iii) - fará, em seguida, a sua exposição que, em princípio, constará de uma apresentação de cerca de dez minutos e de uma sessão de perguntas, conduzida pelos membros da banca.

4. Perante a banca, é especialmente recomendado que candidato procure compor a sua apresentação com coerência, lógica e sobretudo com referência aos aspectos relevantes do tema. O enfoque brasileiro do tema deve ser buscado e será avaliado positivamente.

5. Quanto às perguntas da banca, podem ser de variado escopo. Assim, o candidato deve estar preparado tanto para indagações que visam a ampliar as informações dadas durante a exposição quanto para perguntas de cunho mais analítico.

II - Bibliografia

ARON, R., DEUTSCH K. e outros, Curso de Introdução às Relações Internacionais, 2a. ed., Brasília, UnB, 1983.

LAFER, C., Paradoxos e Possibilidades, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

________, O Brasil e a Crise Mundial, São Paulo, Perspectiva, 1984.

JAGUARIBE, H., Novo Cenário Internacional, Rio, Guanabara, 1986.

MERLE, M., Sociologia das Relações Internacionais, Brasília, UnB, 1982.

MUÑOZ, H., e TULCHIN, J., A América Latina e a Política Mundial, São Paulo, Convívio, 1986.

FONSECA JR., Gelson e CARNEIRO LEÃO, Valdemar (orgs.), Temas de Política Externa Brasileira, Brasília, FUNAG/Ed. Ática, 1989.

Discursos recentes do Ministro de Estado das Relações Exteriores na Escola Superior de Guerra e nas Nações Unidas.

Resenha de Política Exterior do Brasil, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, resumindo acordos, discursos, comunicados conjuntos e outros textos oficiais. A Resenha pode ser encontrada nas principais bibliotecas públicas e universitárias.

Os candidatos devem ainda ter um conhecimento razoável da história contemporânea das Relações Internacionais (ver a bibliografia para a prova de História).

História

I - Programa

a) História do Brasil (três das cinco pequenas dissertações)

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.

5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.

7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - a estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e Cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

b) <u>História Mundial Contemporânea</u> (duas das cinco pequenas dissertações)

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.

3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades do século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.

5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso cintífico e tecnológico.

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.

8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo. A dissolução do Império Otomano.

9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.

11. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos Gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.

12. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o Isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.

13. As relações interamericanas, desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

14. Evolução da economia mundial: países capitalistas, países socialistas, Terceiro Mundo. A Guerra Fria e a coexistência pacífica; a evolução da estratégia.

15. As questões regionais. O fim dos impérios coloniais. A África depois da descolonização. O continente asiático: aspectos de conjunto. Os problemas da unidade européia. A América Latina: aspectos de conjunto.

II - Pequenas dissertações dadas em exames anteriores

(Obs.: até 1991, havia duas provas: História do Brasil e História Mundial. Ambas eram compostas de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações.)

1990

<u>História do Brasil</u>

- A Missão Saraiva e a intervenção contra Aguirre.
- Messianismo, conflito social e campanhas militares no levante do contestado.
- A crise da sucessão presidencial em 1955: questões internacionais e alinhamentos políticos.

<u>História Mundial</u>

- O sistema eleitoral inglês no século XIX.
- A "crise das democracias" na Europa entre as duas Guerras Mundiais: o conceito e seus componentes.
- O quadro econômico e político que precedeu, desde os anos sessenta, a queda do Governo Allende no Chile.

1991

<u>História do Brasil</u>

- A abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas.
- A crise de 1929 e suas conseqüências.
- A obra de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores.

<u>História Mundial</u>

- A unificação da Itália.
- A ordem internacional resultante da Paz de Versalhes (1919).
- A expansão territorial dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX.

1992

- Brasil: o Parlamentarismo no Império. Características e evolução.
- Brasil: a Revolução de 1930. Continuidades e rupturas históricas.
- Brasil: as Relações Teuto-Brasileiras no Período entre as Duas Grandes Guerras.
- A diplomacia bismarckiana (1871-1890).
- A "Revolução Cultural" (1966-1971) na China.

III - Orientação para Estudo

<u>1. Objetivos</u>

Mediante o estudo do programa de História o candidato deve ser capaz de:

1. indicar as sobrevivências coloniais no Brasil-Reino e no Brasil-Império, especialmente no tocante ao escravismo, fazendo paralelamente a caracterização da forma particular pela qual se processou a emancipação política da América Portuguesa e a formação do Estado nacional monárquico;

2. Apontar as modernizações ocorridas na economia, na sociedade e na cultura do Brasil-Império, em meados do século XIX, indicando complementarmente os fatores que levaram à desintegração da Monarquia, após a Guerra da Tríplice Aliança;

3. Caracterizar a República Velha, oligárquica em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, indicando complementarmente os fatores que conduziram à sua crise, após a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, durante a crise de 1929;

4. Situar a Revolução da Aliança Liberal, em 1930, no processo de transição da Primeira para a Segunda República, estabelecendo as conexões com a conjuntura internacional;

5. explicar os fatores políticos, econômicos e sociais que levaram a Segunda República a uma instabilidade institucional, paralelamente à controvérsia sobre os diversos caminhos para a superação do subdesenvolvimento;

6. situar o Movimento de Março de 1964 no processo histórico da República brasileira, indicando novas propostas de modelos políticos e econômicos; analisar o retorno ao regime liberal;

7. definir a evolução da política exterior do Brasil nos séculos XIX e XX, a respeito da América do Sul e do sistema pan-americano, e em relação às potências mundiais e organismos internacionais;

8. analisar as constituições brasileiras, tendo como objetivo não só o estudo das forças políticas que lhes deram origem, em determinado momento histórico, mas também as organizações sociais e econômicas propostas nos textos legais.

9. estabelecer a correlação entre o processo histórico do Brasil e do restante das Américas e o processo histórico mundial, particularmente aquilo que diz respeito ao chamado Mundo Ocidental, que tem por eixo o Atlântico e o Mediterrâneo;

10. compreender o processo de formação desse Mundo Ocidental Atlântico-Mediterrâneo, por meio de suas revoluções político-econômicas, das quais resultou o sistema capitalista;

11. estabelecar os fatores que levaram o sistema capitalista às crises do século XIX e XX, das quais resultaram sua reformulação ou sua substituição;

12. compreender o processo de formação do chamado Terceiro Mundo, avaliando a posição de crescente importância que vem assumindo desde o período entreguerras;

13. identificar as reformulações que o sistema internacional de poder tem sofrido desde a era napoleônica até a "guerra fria", indicando paralelamente a forma pela qual as alterações nesse sistema se têm refletido no Brasil;

14. indicar as peculiaridades que o processo histórico da América Latina, o Brasil inclusive, apresenta em face do processo histórico da América Anglo-Saxônica, indicando complementarmente de que forma essas peculiaridades atuam na evolução de um sistema interamericano.

1988

<u>História do Brasil</u>:

- O reconhecimento da Independência e a oposição da Inglaterra.
- O positivismo no nascimento da República.
- O desenvolvimento e o papel da política pan-americanista no governo Kubitschek.

<u>História Mundial</u>

- A dissolução do Império Otomano.
- O processo de integração latino-americana, de 1960 a nossos dias.
- Características da Nova Ordem Internacional engendrada logo após a Segunda Guerra Mundial

1989

<u>História do Brasil</u>

- A política de valorização do café nos primeiros anos da República.
- O fim do Estado Novo - fatores externos e internos.
- Sociedade civil e sociedade política no processo de transição - o ano de 1984.

<u>História Mundial</u>

- As relações entre os Estados do Prata entre 1851 e 1864.
- A Revolução Mexicana de 1911.
- Angola (1961-1980).

2. Método

O candidato deve ser capaz de localizar os fatos históricos da respectiva conjuntura e situar esta no processo histórico. Portanto, não se exigirá do candidato exaustivo conhecimento de nomes e datas. Na indicação dos níveis de processo histórico deverá o candidato articular condicionantes de tempo e espaço aos determinantes político-administrativo-jurídicos, econômico-financeiros e tecnológicos, e ideológico-culturais, sem perder de vista os grupos e classes sociais. Em tudo que tange à política externa, deve ele ser capaz de indicar o elenco de fatores que levaram às decisões governamentais, além de situar as individualidades em relação a esses fatores. A prova destinar-se-á, em suma, a medir a capacidade de análise e compreensão dos fenômenos históricos e não simplesmente a memória do candidato. O fato de se conferir caráter menos relevante à menção de nomes e datas, entretanto, não significa que sejam aceitáveis meras generalidades que confundam os processos históricos, ao invés de situá-los de maneira concreta.

IV - Bibliografia

História do Brasil

<u>a) Bibliografia básica</u>

a.1. Obras de integração conceitual

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de, <u>Pequena História da formação brasileira</u>, Rio, Graal, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de e FAUSTO, Boris, <u>História Geral da Civilização Brasileira</u> (volume relativo a Império e República), São Paulo/Rio, Difel.

CARONE, Edgar, Obras sobre a República: A República Velha. A Segunda República. A Terceira República (1930-1937), São Paulo, DIFEL.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, <u>História da Política Exterior do Brasil</u>, São Paulo, Ática, 1992.

a.2. Obras de caráter factual

VIANNA, Hélio, <u>História do Brasil</u>, vol. II (Monarquia República), São Paulo, Melhoramentos.

CARVALHO, Delgado de, <u>História Diplomática do Brasil</u>, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.

<u>b) Bibliografia específica</u>

COSTA, Emília Viotti da, <u>Da Monarquia à República: momentos decisivos</u>, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.

PRADO JR, Caio, <u>História Econômica do Brasil</u>, São Paulo, Brasiliense.

SKIDMORE, Thomas, <u>Brasil: de Getulio a Castelo</u>, Rio, Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred, <u>Os Militares: da Abertura à Nova República</u>, Rio, Paz e Terra, 1986.

<u>c) Bibliografia Complementar</u>

FAORO, Raymundo, <u>Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro</u>, Porto Alegre, Globo, 1979.

FURTADO, Celso, <u>Formação Econômica do Brasil</u>, CEN, São Paulo.

CPDOC, <u>A Revolução de 30: seminário internacional</u>, Ed. UnB, 1983.

História Mundial

<u>a) Bibliografia básica</u>

NERÉ, Jacques, <u>História Contemporânea</u>, São Paulo, Difel, 1981.

MOTA, Carlos Guilerme, <u>História moderna e Contemporânea</u>, São Paulo, Moderna, 1985.

MATHIEX, Jean & VINCENT, Gérard, <u>Aujourd'hui (depuis 1945)</u>, Paris, Masson, 1985, 2v.

<u>b) Bibliografia Específica</u>

NIVEAU, M., <u>História dos fatos econômicos contemporâneos</u>, São Paulo, Difel.

KI-ZERBO, Joseph, <u>História da África Negra</u>, v. II, Viseu, Publ. Europa-América, s.d.

PANIKKAR, K. M., A Dominação Ocidental na Ásia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HALPHERIN DONGHI, Tulio, História da América Latina, Rio, Paz e Terra.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, A Europa de 1815 aos nossos dias.

CHESNEAUX, Jean, Ásia Oriental en los siglos XIX-XX, Barcelona Labor, 1969.

CONNELL-SMITH, Gordon, Los Estados Unidos y la América Latina, México, Fondo de Cultura Económica.

c) Bibliografia Complementar

CROUZET et al., Maurice, História Geral das Civilizações, v. 16 e 17, São Paulo, Difel.

RENOUVIN, Pierre (org.), Histoire des Relations Internationales, Paris, PUF, v. 5-8.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours, Paris, Dalloz, 1970.

Geografia

I - Programa

1. Conceito de Espaço Geográfico

2. O Espaço Mundial

2.1. Formação e transformações

a) nos países centrais

b) nos países semi-periféricos e periféricos

c) nos países "socialistas"

2.2. Industrialização, Urbanização e Marginalização

a) nos países capitalistas centrais

b) nos países semi-periféricos e periféricos

c) nos países "socialistas"

2.3. Agricultura e a questão agrária

a) nos países capitalistas centrais

b) nos países semi-periféricos e periféricos

c) nos países "socialistas"

2.4. Novas tendências

a) globalização e fragmentação

b) blocos internacionais de poder

c) integrações e mercados

d) reconsiderando o Estado

3. O Espaço Brasileiro

3.1. Formação e transformações

3.2. Agricultura e questão agrária

3.3. Industrialização, urbanização e marginalização

3.4. Migração Interna e Expansão das Fronteiras

3.5. Terciarização da Economia

3.6. As questões regionais

4. Os desafios do desenvolvimento

4.1. Desenvolvimento e pobreza

4.2. Desenvolvimento e meio-ambiente

4.3. A questão energética

4.4. A questão demográfica

II - Pequenas dissertações dadas em exames anteriores

(Obs.: até 1991, havia duas provas: Geografia do Brasil e Geografia Geral, ambas compostas de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações).

1988

Geografia do Brasil

- Qual o papel das cidades no modelo de industrialização brasileiro nos últimos 20 anos?
- Estabeleça uma correlação entre política agrícola e migrações internas no Brasil.
- Como caracterizaria a questão do meio ambiente do Brasil, face à expansão da fronteira agrícola?

Geografia Geral

- A partir de 1993, conforme o "Tratado de Roma", a livre circulação de bens e pessoas entrará em vigor no interior da Comunidade Econômica Européia. Quais as implicações previsíveis que decorrerão desta mudança, do ponto de vista da organização da produção agrícola?
- Presenciamos nos países em que os recursos naturais se esgotaram, a continuidade do processo de desenvolvimento, pautada na acumulação do saber científico e técnico. Quais as relações que estes países mantêm com os países que dispõem quase que basicamente de recursos naturais?
- Podemos afirmar que o Cone Sul constitui-se em uma verdadeira unidade original na América Latina? Quais são os eventuais pontos de convergência ou divergência entre os países que o compõem?

1989

Geografia do Brasil

- A herança colonial na atual estrutura agrária brasileira.
- De que maneiras as regiões de fronteira agrícola se articulam às regiões industrializadas?

- Quais as formas que, basicamente, distinguem a degradação ambiental provocada por empresas agrícolas daquela provocada por pequenos agricultores no espaço rural?

Geografia Geral

- Quais os problemas que decorrem da desconexão entre as áreas produtoras e consumidoras de petróleo?
- Quais as relações mais importantes entre Espaço e Pôder?
- A Cultura como elemento explicativo da questão demográfica mundial.

1990

Geografia do Brasil

- Explique os motivos que tornam a soja uma cultura geradora de desemprego no campo.
- Qual o papel estratégico de Brasília no processo de espacialização industrial?
- Por que a degradação ambiental continua, se o Brasil possui uma das legislações preservacionistas mais completas?

Geografia Geral

- Aponte algumas evidências que confirmem a seguinte afirmativa: as cidades e o meio rural nos países periféricos não mantêm entre si as mesmas relações que a cidade e o campo nos países centrais.
- A tendência da indústria moderna é a sua crescente liberalização das condições naturais, o que pressupõe a sua dispersão no território. Como se explica, então, a persistência da concentração industrial mesmo em países como os Estados Unidos da América?
- O desenvolvimento tecnológico e científico tem permitido à sociedade o domínio da natureza, o que no entanto tem levado à destruição da mesma. Apresente algumas explicações para este fato.

1991

Geografia do Brasil

- Brasília foi idealizada como uma cidade moderna, social e espacialmente igualitária. Essa visão da cidade foi mantida no seu desenvolvimento?
- Quais as implicações da hidrelétrica de Itaipu no relacionamento do Brasil com o Paraguai?
- A legislação que determina a manutenção de florestas em propriedades agrícolas, nas áreas de colonização recente, é eficaz para a preservação dos eco-sistemas originais?

Geografia Geral

- Por que razão as cidades se tornaram, historicamente, o locus privilegiado da industrialização?

- Por que motivo nos países em desenvolvimento o crescimento econômico é acompanhado muitas vezes de crescentes desigualdades nas áreas econômica e social?
- De que modo o setor da agricultura da exportação desarticula a produção alimentar para consumo interno, nos países em desenvolvimento? Exemplifique.

1992

- Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para uma mudança do eixo das migrações internas no Brasil, já que o Norte e o Centro-Oeste, superando o Sudeste, foram as regiões que mais cresceram no período 1980-1991. Pergunta-se: que fatores poderiam ser apontados como responsáveis por essa mudança?
- Entre os principais problemas ecológicos causados pela moderna agricultura, aponta-se a destruição dos solos como um dos mais graves. Quais as principais conseqüências negativas do manejo inadequado dos solos para a agricultura brasileira?
- Brasília, uma cidade planejada e com economia de base não-industrial, sofre hoje um dos mais intensos processos de periferização no Brasil. Como explicar esse fenômeno?
- O novo estágio do capitalismo mundial integrado tem induzido os Estados-Nações a se configurarem geopoliticamente em blocos econômicos, quebrando a bipolaridade anteriormente formada, de um lado, pelos EEUU e, de outro, pela ex-URSS. Como se dão esses processos e quais os principais blocos mundiais hoje?
- O espaço geográfico é produzido, produto e produtor de relações sociais: econômicas, políticas e cultural-ideológicas. Desenvolva e exemplifique essa questão.

III - Orientação para Estudo

O Instituto Rio Branco pretende avaliar, tanto no plano brasileiro quanto no mundial, o conhecimento do candidato sobre aspectos gerais da organização do espaço e os processos que comandam essa organização. Enfatiza-se o impacto da ação do homem sobre o meio natural e a problemática do desenvolvimento.

Exigem-se do candidato alguns atributos de formação e reflexão, tais como:

1. sensibilidade para entender a originalidade do país no conjunto das Américas e da Bacia do Atlântico, demonstração significativa de conhecimento sobre os principais atributos do espaço físico e ecológico brasileiro, noções claras de relações entre homens e meio natural e social, em diferentes regiões brasileiras, identificação de situações e problemas peculiares a cada uma das regiões brasileiras em termos de espaço físico e de fatos econômicos e sociais;

2. preparo intelectual mínimo para entender relações de espaço e tempo, a

fim de captar as grandes linhas da evolução econômica e social, em nível regional;

3. versatilidade no enfoque dos problemas demográficos, econômicos e sociais que caracterizam diferentes regiões brasileiras;

4. consciência da necessidade de critérios polivalentes e integrados para a solução dos problemas que incidem sobre áreas críticas do país: Nordeste seco, Amazônia, territórios distantes, regiões de grandes concentrações humanas e industriais.

Na parte de Geografia Geral, exigem-se dos candidatos os atributos de formação e reflexão mencionados acima.

IV - Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida, "O crescimento das periferias urbanas nos países do terceiro mundo: uma apresentação do tema", in A Construção do Espaço, São Paulo, Nobel, 1986.

AUBERTIN, Catherine (org.), Fronteiras, Brasília, Ed. UnB/Orston, 1988.

BECKER, Berta K., Amazônia, São Paulo, Ática, 1990.

CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Ed. T. A. Queiroz, 2a. ed., 1985.

CASTORIADIS, Cornelius, Da Ecologia à Autonomia, São Paulo, Ed. Brasiliense.

CASTRO, Antonio Barros de, Ensaios sobre a Economia Brasileira - Vol. 7, Rio de Janeiro, Forense Universitária Ed., 1980 - 3a. ed.

CORRÊA, Roberto Lobato, O Espaço Urbano, São Paulo, Ed. Ática, 1989.

__________, A Rede Urbana, São Paulo, Ática, 1989.

COSTA, Rogério Haesbaert da, Blocos Internacionais do Poder, São Paulo, Contexto, 1990.

COSTA, Wanderley Messias da, O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil, São Paulo, Contexto, 1988.

DAVIDOVITCH, Fanny, "Urbanização brasileira: Tendências, problemas e desafios", in Espaço e Debates, 4(13): 59-73, 1984.

GANCHO, Cândida Vilares et al., A Posse da Terra, São Paulo, Ática, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter P., A paixão da terra, Rio de Janeiro, Rocco/Socil, 1984.

GRAZIANO NETO, Francisco, Questão agrária e ecológica. Crítica da moderna Agricultura, São Paulo, Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos, A crise agrária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

KOWARICK, Lúcio, Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1a ed., 1975.

LACOSTE, Yves, A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra., Papirus, 1988, 2a ed.

MAGNOLI, Demétrio, O que é geopolítica ?, Col. Primeiros Passos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 2a. ed., 1988.

MARANHÃO, Sílvio (org.), A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, Modo Capitalista de Produção e Agricultura, São Paulo, Ática, 1986.

PAVIANI, Aldo (org.), Brasília, Ideologia e Realidade, Projeto São Paulo, Editores Associados, 1985.

__________, Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília, Brasília, UnB/CODEPLAN, 1987.

PIQUET, R. e RIBEIRO Ana Clara T., Brasil, Território da Desigualdade: Descaminhos da Modernização, Rio de Janeiro, Zahar ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, primeira parte, cap. 2; segunda parte, caps. 1 e 2.

RODRIGUES, Arlete Moyses, Moradia nas Cidades Brasileiras, São Paulo, Contexto, 1990.

SANTOS, Milton, Manual de Geografia Urbana, São Paulo, Ed. Hucitec, 1990, 2a. ed.

__________, Metamorfose do Espaço Habitado, São Paulo, Ed. Hucitec, 1991.

SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 6a. ed., 1985.

SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, São Paulo, Brasiliênse, 11a. ed., 1987.

SUNKEL, Oswaldo, Capitalismo: Centro e Periferia.

TOPALOV, Christian, Estruturas Agrárias Brasileiras, Rio de Janeiro, Franscisco Alves, 1a. ed., 1978.

VESENTINI, José William, A Capital da Geopolítica, São Paulo, Ática, 1987.

Noções de direito

(cinco pequenas dissertações)

I - Programa

1. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.

2. A elaboração do Direito. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação.

3. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.

4. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.

5. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.

6. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

7. Direito subjetivo: conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.

8. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.

9. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.

10. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.

11. Regime republicano, forma federativa de Estado; sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.

12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.

13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.

14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.

15. Tratados internacionais: relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.

16. Organizações Internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.

17. Direitos e Garantias individuais nos planos interno e internacional. Garantias constitucionais e mecanismos internacionais de proteção.

II - Pequenas dissertações dadas em exames anteriores

(Obs.: até 1991, o exame era composto de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações)

1988

- A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
- Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
- A ordem jurídica. Competência da União e dos estados.

1989

- Divisões do Direito: público e privado; interno e internacional.
- Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
- Direito subjetivo, conceito, teorias; classificação.

1990

- A separação de poderes à luz da Constituição Brasileira da 1988.
- Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
- A norma jurídica: estrutura, validade, classificação; métodos de interpretação.

1991

- Fontes do Direito: Classificação.
- Garantias Constitucionais.
- Hierarquia das Leis.

1992

(obs.: foram apresentadas sete pequenas dissertaçoes, das quais os candidatos escolheram cinco)

- Garantias constitucionais dos direitos individuais.
- Mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos.
- Características do sistema parlamentarista de governo.
- Imunidades jurisdicionais do Estado.
- Classificação dos atos das organizações internacionais.
- O processo legislativo no âmbito federal.
- Condições jurídicas do estrangeiro no Brasil.

III - Orientação para estudo

A prova visa a apurar no candidato a domínio razoável dos temas jurídicos arrolados no programa, e, em especial, sua aptidão para exprimir-se com clareza, segurança e método. As respostas deverão circunscrever-se, rigorosamente, ao âmbito delimitado pelas questões. Na própria dissertação recomenda-se o uso de poder de síntese, além de constante cuidado para evitar digressões de todo tipo, exceto quando indispensável à equilibrada composição do texto.

IV - Bibliografia

A - Bibliografia Básica

a) Introdução à Ciência do Direito

GUSMÃO, Paulo Dourado de, Introdução ao Estudo do Direito, 12a. ed., Forense, 1986.

LIMA, Hermes, Introdução à Ciência do Direito, 28a. ed., São Paulo, Freitas Bastos, 1986.

REALE, Miguel, Lições Preliminares de Direito, 7a. ed., São Paulo, Freitas Bastos, 1986.

b) Direito Constitucional

AZAMBUZA, Darcy, Teoria Geral do Estado, 26a. ed., Porto Alegre, ed. Globo, s.d.

BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra, Comentários à Constituição do Brasil (1988)., vols. I-II, São Paulo, Saraiva, 1989.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, Curso de Direito Constitucional, 16a. ed., São Paulo, Saraiva, 1987.

c) Direito Internacional Público

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto, Princípios do Direito Internacional Contemporâneo, Brasília, Ed. UnB, 1981.

MELLO, Celso D. de Albuquerque, Curso de Direito Internacional Público, 8a. ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos.

B - Bibliografia complementar:

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da, Elementos da Teoria Geral do Direito: Introdução à Ciência do Direito, Belo Horizonte, Vega, 1972.

BRANDÃO CAVALCANTI, Themistocles, Teoria do Estado, 3a. ed., Editora Revista dos Tribunais. 1977.

ACCIOLY, Hildebrando, Manual do Direito Internacional Público, 11a. ed., São Paulo, Saraiva, 1976.

Noções de Economia

(cinco pequenas dissertações)

I - Programa

1. Noções básicas
   - 1.1. Os bens econômicos e a riqueza.
   - 1.2. Consumo, produção, poupança e investimento.
   - 1.3. O sistema econômico.
   - 1.4. A curva de oferta e de demanda: formação de preço e elasticidade. Estrutura de mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio.
   - 1.5. A renda nacional e o produto interno: seus fatores.
   - 1.6. A moeda, o crédito e o sistema bancário. O Banco Central. A ação econômica do Governo e seus instrumentos. O sistema tributário.
   - 1.7. Desenvolvimento econômico. Conceitos fundamentais.

2. Economia brasileira
   - 2.1. O crescimento da economia brasileira no segundo após-guerra e seus problemas estruturais.
   - 2.2. O "Milagre" e o primeiro Choque do Petróleo.
   - 2.3. A década de 80: os problemas no setor externo e a crise fiscal. A dívida externa. O surto inflacionário.

II - Pequenas dissertações dadas em exames anteriores

(obs.: até 1991, a prova era composta de uma grande dissertação e de três pequenas dissertações)

1986

- conceitue criticamente inflação de demanda e inflação de custos.
- Em que consiste a curva de possibilidade de produção?
- Analise comparativamente as conseqüências da crise de 1929 e as da Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista das transformações estruturais da economia brasileira.

1987

- Discuta sucintamente, à luz da Teoria Econômica e, se possível, da História Econômica, a proposição abaixo:

  "A teoria do monopólio simples e discriminador ensina que, excetuando-se um caso limite, o preço do monopólio é mais alto e a produção do monopólio é menor do que a produção de concorrência..." (Joseph. A. Schumpeter, Capitalism, Socialism and Democracy, capítulo VIII [1942])
- Em que consiste a função consumo, na teoria Keynesiana?
- É legítimo sustentar que a inflação desempenhou no Brasil importante papel como fator de formação de capital?

  (Desenvolva a argumentação com base na Teoria Econômica, não deixando de fundamentá-la na História Econômica. Tendo em vista os limites da prova, a resposta poderá circunscrever-se com maior ênfase a um período selecionado, que seja relevantre para uma observação significativa).

1988

- Conceitue e estabeleça a diferença entre PNB e PIB, explicitando-lhes os respectivos componentes.
- Faça breve exposição crítica de três aspectos econômicos que lhe pareçam mais relevantes da tese da convergência entre os sistemas capitalista e socialista.
- Analise, com respaldo na teoria econômica, os fatores que favoreceram a expansão da cultura cafeeira no Brasil, no final do século passado.

1989

- Demonstre, utilizando o conceito de curva de produção, quando uma inovação tecnológica representa um deslocamento ao longo da curva e quando representa um deslocamento da curva.
- Explique, de forma sucinta, utilizando conceitos macroeconômicos, as contradições que ocorrem em uma economia de mercado, entre políticas que visem o crescimento, baseado em uma eficiente alocação de recursos, através do mecanismo de preços, e políticas que promovam uma distribuição mais equitativa da renda gerada.
- Justifique, utilizando os conceitos de elasticidade-preço e elasticidade renda, as razões pelas quais os países produtores de produtos básicos não conseguem manter suas rendas de exportação com a diminuição do preço internacional dos seus produtos.

1990 e 1991

(não houve prova de Noções de Economia)

1992

I - Escolha para desenvolver duas das seguintes questões:

1. Nas atuais negociações para um novo Acordo Internacional do Café, os países produtores defendem uma redução da oferta mundial, com o objetivo de elevar o preço do produto, esperando com isso aumentar a receita de suas exportações.

Pergunta-se: sob que condições, do lado da procura, o aumento de preço de uma mercadoria pode causar um aumento da receita do vendedor?

Em sua resposta explique cuidadosamente os conceitos envolvidos.

2. Discorra sobre os instrumentos de que dispõem as autoridades monetárias para regular a oferta de moeda na economia.

3. O Congresso discute atualmente uma reforma fiscal proposta pelo Executivo, tendente a aumentar a receita de impostos do Governo federal. As autoridades econômicas têm afirmado que a aprovação das suas medidas será importante para a política antiinflacionária, pelo seu efeito sobre o déficit orçamentário.

Qual a relação que se pode estabelecer entre uma redução ou eliminação do déficit orçamentário e a redução da inflação?

4. Em várias declarações públicas sobre a evolução dos preços, as autoridades econômicas mencionam os setores oligopolizados da economia como responsáveis por um comportamento que confere grande rigidez aos níveis de inflação.

Pergunta-se: em que medida, e por quais razões, oligopólios implicam preços de mercado elevados. Além do oligopólio, quais as duas outras principais estruturas de mercado estudadas pela Teoria Econômica e como se comportariam os preços nesses casos?

II - Escolha para desenvolver duas das seguintes questões:

1. Discorra sucintamente sobre a evolução do endividamento externo brasileiro, a partir do primeiro choque do petróleo.

2. Algumas análises do que costuma ser referido como "milagre brasileiro" - os anos de excepcional crescimento de produto, de 1968 a 1973 -, enfatizam as condições favoráveis do período no que se refere especialmente às relações econômicas com o exterior.

Explique em que consistiram essas condições favoráveis.

3. Explique em que consistiu e qual a importância do Plano de Metas na história da industrialização brasileira.

4. A história da política econômica brasileira após fevereiro de 1986 é a história de repetidos choques, todos eles fracassados, visando a eliminar a inflação.

Explique sucintamente qual o diagnóstico que fundamentava esse tipo de abordagem e quais as razões principais de seu malogro.

III - Questão obrigatória:

Em discurso proferido em 10 de maio de 1991, o Senhor Presidente da República declarou que: "Nos dias atuais, a abertura ao comércio internacional é uma opção de vontade política e econômica, mas é, sobretudo, um imperativo de racionalidade... Não resta lugar para dúvidas: os países que optarem pelo isolacionismo condenam-se irremediavelmente ao atraso e ao subdesenvolvimento. O modelo de desenvolvimento autárquico está esgotado..."

Nessa, como em outras manifestações públicas de autoridades do primeira escalão, o tema da abertura comercial para o exterior, ou seja, de nossa maior inserção no comércio mundial, surge como uma clara prioridade de Governo.

Explique os fundamentos que justificam essa prioridade comentando a exaustão do Processo de Substituição de Importações e a necessidade do processo de abertura.

III - Orientação para estudo

O objetivo da prova de Noções de Economia é aferir o domínio do candidato com relação aos conceitos básicos da matéria, que constituem pré-requisito fundamental para o curso de Economia do CPCD, cuja ênfase se concentra nos aspectos macroeconômicos de Economia Institucional mais relevantes para a profissão de Diplomata.

O programa da matéria tem como propósito definir, com maior precisão, o caráter propedêutico da temática da prova, reservando-se a primeira parte aos conceitos introdutórios da Teoria Econômica. Na segunda parte, dá-se ao aluno a oportunidade de aplicar a períodos selecionados da História Econômica do Brasil o instrumental analítico básico que adquiriu na preparação da primeira parte.

As questões deverão versar, de preferência, sobre tema da atualidade econômica que dê ao candidato ocasião de revelar sua aptidão no manejo dos conceitos fundamentais da Teoria Econômica exigidos pelo programa e sobre interpretação de fatos da História Econômica do Brasil, na modalidade descrita no parágrafo anterior.

O programa não tem em vista impor nenhuma orientação em termos de escola econômica e, ao indicar uma bibliografia mínima, ao lado da lista de leituras complementares, busca apenas fixar parâmetros de referência mais precisos para o julgamento das provas.

Conquanto não se tenha incluído formalmente no programa uma introdução à História do Pensamento Econômico, é essencial ao candidato sem formação econômica anterior dedicar algum tempo ao estudo das diferentes correntes, para o que a

bibliografia faz também algumas indicações. Com efeito, sem este equipamento introdutório, será difícil ao candidato ter uma visão correta do instrumental analítico que lhe exige a primeira parte do programa.

De outro lado, a preparação do programa de Noções de Economia só poderá beneficiar-se se for concebida dentro de um enfoque interdisciplinar com outras matérias do exame de admissão ao CPCD, notadamente História.

Como observação final, assinale-se que a abrangência do programa não significa uma expectativa de conhecimento profundo de todos os aspectos introdutórios da matéria. A bibliografia mínima reforça tal orientação, como se verifica abaixo. Conquanto não se exija domínio de técnicas sofisticadas de formalização econômica, só poderá representar vantagem para o candidato alguma familiaridade com o tratamento quantitativo elementar da matéria.

A fim de manter-se informado sobre os temas da atualidade, recomenda-se ao candidato a leitura de revistas correntes que tratem de assuntos econômicos como, por exemplo, a Conjuntura Econômica, da Fundação Getulio Vargas, e a Revista de Economia Política, da Editora Brasiliense, bem como periódicos estrangeiros de caráter informativo geral, do tipo de The Economist, Euromoney, Business Week, L'Expansion e congêneres.

IV - Bibliografia

1. Noções Básicas

NAPOLEONI, Cláudio, Curso de Economia Política, Rio de Janeiro, Graal, 1979, 2a. ed.

WONNACOTT, Paul e WONNACOTT, Ronal, Economia, New York, McGraw-Hill, 1979.

HEILBRONER, Robert L., A Formação da sociedade econômica, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

bibliografia complementar:

BLAUG, Mark, The Methodology of Economics, or how Economists Explain, Cambridge Surveys of Economic Literature, Cambridge University Press, 1980.

HIRSCHMAN, Albert O., A Economia como Ciência Moral e Política, São Paulo, Brasiliense, 1986.

NAPOLEONI, Cláudio, O Pensamento Econômico do Século XX, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

2. Economia brasileira

ABREU, Marcelo de Paiva (org.), A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana - 1889-1989, Rio de Janeiro, Campus, 1990.

AMARAL, Sérgio, "The Foreign Debt: form Liquidity to Growth Crisis", in Case Western Journal of International Law, vol. 19, n.1, winter 1987.

ARIDA, Persio (org.), Dívida externa, recessão e ajuste estrutural - o Brasil diante da crise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BACHA, Edmar, "The Brady Speech and the Debt Facility: an Evaluation of Policy Alternatives for Latin America", Texto para Discussão n. 224, Depto. de Economia, PUC/RJ, maio 1989.

BATISTA, Paulo Nogueira Jr., Da Crise Internacional à Moratória Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982.

FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

SERRA, J., "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra", in BELLUZZO, L. G., e COUTINHO, R. (orgs.), Desenvolvimento Capitalista no Brasil, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1982.

SUNKEL, O., O Marco Histórico do Processo Desenvolvimento-Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Forum, 1971.

TAVARES, Maria da Conceição, "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", in TAVARES, Maria da Conceição, Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaios sobre Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

GUIA DE ESTUDO

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso para Admissão – 1992
Curso de Preparação à
Carreira de Diplomata

GUIA DE ESTUDO

O presente Guia de Estudo reúne uma série de indicações que visam a ajudar os candidatos ao Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1992 em sua preparação para o concurso.

Constam do Guia o Edital, programas, relações de temas dados em Exames anteriores e exemplos de provas da primeira fase que mereceram aprovação em concurso recente.

A orientação para estudo e as bibliografias aqui incluídas não tem cunho ou limitativo. Constituem um elemento a mais no esforço do Instituto Rio Branco para assistir os candidatos.

S U M Á R I O

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
E D I T A L

O Diretor do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 17 de fevereiro e 18 de março de 1992, as inscrições no Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco (IRBr), previsto pelo Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, o qual obedecerá às instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial número 610, de 17 de outubro de 1991.

2. A aprovação no CPCD completa o processo de habilitação previsto pelo Art. 10 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Art. 38 da Lei n. 7501, para fins de ingresso na Classe Inicial da Carreira de Diplomata.

3. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria no. 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial do dia 16, que estabelece condições inabilitantes aplicáveis aos candidatos inscritos neste Exame de Admissão.

4. É fixado em 20 (vinte) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Exame de Admissão.

INSTRUÇÕES

5. O Exame de Admissão ao Primeiro Ano do CPCD do IRBr, a iniciar-se no ano letivo de 1993, compreenderá sete provas escritas e três orais, além de avaliação da sanidade e capacidade física e psíquica. A verificação dos documentos apresentados é parte integrante do Exame.

1.DA INSCRIÇÃO

6. Os pedidos de inscrição serão feitos entre 17 de fevereiro a 18 de março de 1992, nos dias úteis e em horário de expediente, nos Centros de Inscrição adiante relacionados. No caso de haver mudança de endereço de algum Centro, o novo endereço poderá ser obtido na sede do IRBr, em Brasília.

a) Brasília: sede do IRBr, térreo do Anexo II do Ministério das Relações Exteriores, Tel: (061) 211-6184;

b) Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio (IRBr), Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Tel: (021) 516-1744;

c) Belém: Coordenador, Cel. Ivonilo Dias Rocha, Sede da Primeira Comissão Demarcadora de Limites (MRE). Av. Governador Malcher, 349, Tels: (091) 222-7709 e 223-5552;

d) Manaus: Coordenador, Prof. José Dantas Cyrino Jr., Faculdade de Educação, UFAM, Estr. do Contorno, Tels: (092) 237-1259 e 237-7164;

e) Fortaleza: Coordenadora, Prof. Maria da Conceição Moreira Leite, Departamento de Letras Estrangeiras, UFC, Av. da Universidade, 2853, Tel: (085)281-3186;

f) Recife: Coordenador, Prof. Sylvio Loreto, Faculdade de Direito, UFP, Praça Adolfo Cirne, s/n., Boa Vista, Tel: (081)222-0082;

g) Salvador: Coordenadora, Profa. Terezinha M. da Conceição Nunes Correia, Coordenação de Extensão, UFB , Av. Araújo Pinho, 32, Canela, Tel: (071)237-1429;

h) Belo Horizonte: Coordenador, Prof. Cyro Flávio de Castro Bandeira de Melo, Depart. de História, UFMG, Av. Antônio Carlos, 6627, Cidade Universitária, Pampulha, Tel: (031)448-1541;

i) São Paulo: Coordenadora, Prof. Maria Tereza Braga, Coordenadoria de Comunicação Social, USP, Av. Prof. Luciano

Gualberto, travessa J, 374 (antigo edifício da Reitoria) s/ 224, Cidade Universitária, Tel: (011)813-3222, ramal 2397;

j) Curitiba: Coordenador, Prof. Marcos Eduardo Kluppel, Secretaria de Órgãos Colegiados, UFPR, prédio da Reitoria, segundo andar, Tel: (041)264-2522, ramal 133;

l) Florianópolis: Prof. Antônio Pedro Schindwein, Escrit. de Assuntos Internacionais, (ESAI), Reitoria da UFSC, térreo, Tel: (0482)31-9266 e 31-9320;

m) Porto Alegre: Coordenadora, Prof. Maria do Horto Soares Motta, COPERSO, UFRS, Av. Paulo Gama, 110, Tel: (0512)27-5715;

n) no exterior: nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares do Brasil.

7. Os candidatos devem satisfazer as seguintes condições:

a) ser brasileiro nato (conforme o Art. 12, par. 3, V da Constituição Federal);

b) contar mais de 20 anos e menos de 32 anos, conforme o Art. 39 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986 (poderão inscrever-se os nascidos entre 25 de abril de 1960 e 23 de abril de 1972);

c) estar em dia com o serviço militar;

d) ter título de eleitor, atualizado;

e) ter bons antecedentes;

f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove já haver terminado a terceira série (ou sexto semestre ou sessenta por cento da carga horária ou dos créditos) de curso de graduação plena de nível superior reconhecido. Desse certificado devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do curso, o total dos créditos exigidos ou o número de semestres necessários para a conclusão do curso e outros elementos necessários para a avaliação, pelo IRBr, do cumprimento desta exigência. Cabe ao candidato demonstrar que seus estudos satisfazem este requisito, particularmente quando realizados no exterior.

8. É intenção do IRBr passar a exigir, a partir do próximo Exame de Admissão, diploma de conclusão de curso superior (graduação plena).

9. Por ocasião do pedido de inscrição o candidato apresentará:

i) requerimento de inscrição, preenchido em formulário fornecido pelos Centros de Inscrição, no qual declare que satisfaz todas as condições prescritas no parágrafo 7, acima;

ii) cédula de identidade, com duas fotocópias.

10. No ato de recebimento do pedido de inscrição será cobrada taxa, no valor de cr$ 15.000,00. Essa taxa será previamente recolhida pelo candidato ao sistema bancário, mediante DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), que apresentará ao solicitar a inscrição, juntamente com os demais documentos indicados no parágrafo 9. No DARF, o campo 19 deverá conter a indicação "Outros.Serviços Administrativos"; o campo 20, o código 2662; o campo 31, a indicação: "Taxa cobrada de candidato inscrito no Exame de Admissão de 1992 do Instituto Rio Branco, MRE."

11. Ao se inscrever, o candidato receberá um exemplar de Guia de Estudo contendo o programa e as características de todas as provas do Exame de Admissão. Informações sobre o programa e as provas poderão também ser obtidas, a qualquer momento, na sede do IRBr, em Brasília, pessoalmente ou por via postal.

12. Respeitadas as exigências do presente Edital, o ato de deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição será publicado no Diário Oficial da União até o dia 10 de abril de 1992. Entre 13 e 15 de abril os candidatos deverão retirar, no local onde se inscreveram, o "Cartão de Inscrição", cuja apresentação lhes será exigida, juntamente com a da Carteira de Identidade, para fazer as provas do Exame de Admissão. Os candidatos inscritos no exterior deverão retirar seu Cartão de

Inscrição no Centro que houverem escolhido para prestar as provas da Primeira Fase, mediante comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

13. O requerimento de inscrição implica o reconhecimento e a aceitação pelo candidato de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer as condições exigidas pelo presente Edital, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, ficarão anulados todos os atos dela decorrentes.

14. Imediatamente após a divulgação dos resultados do Exame de Admissão, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do IRBr, em Brasília, os seguintes documentos, acompanhados de fotocópia:

a) original da certidão de nascimento;

b) prova de quitação com o serviço militar;

c) título de eleitor;

d) informação sobre os dados pessoais e declaração de antecedentes, em formulários fornecidos pelo IRBr;

e) três retratos 3 x 4; e

f) prova de que satisfaz a exigência do parágrafo 7, letra "f" (diploma ou certificado).

15. Se for casado, o candidato deverá apresentar também certidão de casamento, bem como o formulário dos dados pessoais do cônjuge, acompanhado de seu retrato 3 x 4 e carteira de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, o candidato será inscrito condicionalmente, e só será matriculado se obtiver a autorização de que trata o Art. 4 do Decreto 93.325, de primeiro de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência se aplica também ao candidato cuja separação judicial não tenha sido julgada.

2. DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES.

16. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

17. A identificação e a divulgação dos resultados de todas as provas serão feitas publicamente na sede do IRBr, em Brasília. O candidato terá direito à vista das suas provas, na sede do IRBr, não sendo aceita procuração para esse fim; poderá requerer a respectiva revisão, observando-se o seguinte:

a) só serão aceitos requerimentos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

b) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo de dois dias úteis, na primeira fase; de prazo a ser fixado oportunamente, na terceira fase; julgado o recurso, a nota é definitiva.

2.1. PRIMEIRA FASE:

18. As provas da Primeira Fase serão realizadas simultaneamente na sede do IRBr e em todos os Centros Regionais de Inscrição no Brasil, das 9:00 às 14 horas (hora de Brasília), nos locais a serem indicados aos candidatos. Escritas e eliminatórias, as provas obedecerão ao seguinte calendário:

Sexta-feira, 24 de abril de 1992 - Português (incluindo o Teste de Pré-Seleção);

Sábado, 25 de abril de 1992 - Inglês;

Domingo, 26 de abril de 1992 - Francês.

19. Para ser aprovado na Primeira Fase o candidato deverá obter: i) aprovação na Pré-seleção; ii) pelo menos 60 (sessenta) pontos em Português; iii) pelo menos 60 (sessenta) em Inglês e

iv) pelo menos 30 (trinta) pontos em Francês. Será eliminado o candidato que faltar a uma dessas três provas.

20. Destinado a comprovar as condições mínimas de habilitação no emprego do vernáculo, o Teste de Pré-Seleção não terá nota. Constará de 10 questões simples, e o número mínimo de acertos será 6 (sessenta por cento). O Gabarito de Correção será divulgado imediatamente após o encerramento da última prova da primeira fase. Uma vez corrigido, o Teste receberá qualificação "A", no caso dos candidatos aprovados, e "R", no caso dos reprovados. Não serão corrigidas as provas dos candidatos reprovados na Pré-Seleção.

21. A correção das provas da Primeira Fase será feita na sede do IRBr. Os resultados serão divulgados no dia 05 de junho de 1992. As provas e demais atividades da Segunda e da Terceira Fases serão realizadas, em Brasília, no período entre 25 de junho e 31 de julho de 1992, em calendário a ser divulgado juntamente com os resultados da Primeira Fase.

2.2.SEGUNDA FASE:

22. Serão admitidos à Segunda Fase do Exame de Admissão, en Brasília, os candidatos aprovados na Primeira Fase. Os candidatos inscritos nos Centros Regionais serão chamados a Brasília pelo IRBr, que lhes custeará transporte (ida e volta) a partir da cidade onde houverem efetuado as primeiras provas, bem como alojamento e alimentação até a conclusão do processo de avaliação. Será eliminado o candidato que não se apresentar en Brasília, ou que não realizar qualquer dos exames ou atividades constantes do processo de avaliação.

23. A segunda fase tem por objetivo verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão diplomática, tendo em vista o Art. 7 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições inabilitantes do candidato as prescritas pela Portaria n. 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

24. Para esse fim será realizada uma avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica do candidato, conduzida por Junta de Avaliação presidida pelo Chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "Aprovado" ou "Reprovado". Os resultados serão publicados no Diário Oficial, e o IRBr informará em particular cada candidato reprovado sobre a fundamentação do respectivo laudo. Os candidatos reprovados não poderão fazer as provas da Terceira Fase.

25. O candidato reprovado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata o parágrafo 24. Para esse fin o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso composta por 4 membros: i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; ii) um dos médicos, membro da Junta de Avaliação; iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação, a Junta lavrará um laudo definitivo, que será submetido pelo Diretor do IRBr, para decisão final, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

26. Durante o processo de reavaliação o candidato reprovado poderá fazer, condicionalmente, as provas da Terceira Fase, mas o candidato cuja reprovação for confirmada por laudo definitivo será excluído do Exame de Admissão. Se o quiser, o candidato reprovado poderá designar por sua conta um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentem sua desconformidade com o laudo da Junta de Avaliação.

2.3.TERCEIRA FASE:

27. Só serão admitidos à Terceira Fase os candidatos aprovados na Segunda, bem como, condicionalmente e apenas durante o processo de reavaliação, os candidatos reprovados que tenham recorrido.

28. A Terceira Fase compreende duas provas orais eliminatórias (Inglês, Questões Internacionais Contemporâneas), uma oral classificatória (Francês), uma escrita eliminatória (História) e três escritas classificatórias (Geografia, Noções de Direito, Noções de Economia). Todas as provas escritas terão duração de quatro horas e meia. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias da terceira Fase será 50 (cinqüenta).

3.APROVAÇÃO

29. Será considerado aprovado no Exame de Admissão o candidato que, tendo sido aprovado nas provas eliminatórias da Primeira e da Terceira Fases, bem como na avaliação da Segunda Fase, obtenha média igual ou superior a 60 no conjunto de todas as provas da Primeira e da Terceira Fases.

4.OUTRAS INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES:

30. Sempre que solicitado o candidato deverá exibir sua cédula de identidade e cartão de inscrição. O não comparecimento na hora aprazada a qualquer prova ou atividade prevista implica a eliminação do candidato. As provas escritas serão feitas con caneta esferográfica de tinta preta, e não haverá segunda chamada. Só quando autorizado poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova. Nas provas orais da Terceira Fase o candidato deverá apresentar-se com traje de passeio completo.

31. Por decisão do Diretor do IRBr, ou de seu representante, será eliminado o candidato que: i) agir com incorreção ou descortesia; ii) tentar comunicar-se durante as provas, por qualquer meio, com pessoa não autorizada; e iii) utilizar livro, impresso ou notas que não forem expressamente permitidos. Será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite identificação. Na Primeira Fase, os talões de identificação serão destacados ao fim da prova de Francês; na Terceira, imediatamente após cada prova; nos dois casos, os talões permanecerão em invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

32. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver, sucessivamente:

a) a nota mais alta na prova de Português;

b) a nota mais alta na prova de Questões Internacionais Contemporâneas;

33. O presente Exame de Admissão é válido apenas para o CPCD a ter início no ano letivo de 1993, de acordo com a classificação final e dentro do limite das vagas. Os candidatos aprovados deverão apresentar-se em Brasília na data que for estabelecida para o início das aulas, em fevereiro ou março de 1993. Os domiciliados nos Estados e seus dependentes legais terão custeada sua passagem, por via aérea ou rodoviária, da capital estadual até Brasília. O CPCD é gratuito e dá direito a bolsa de estudo, exigindo tempo integral e freqüência obrigatória.

34. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Exame de Admissão. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas, pessoalmente ou por via postal, na sede do Instituto Rio Branco.

Características das Provas

I - A prova escrita de Português constará de:

A - Teste de Pré-Seleção; conforme o Art. 20 do Edital.

B - A prova, propriamente dita:

i) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor : 60 pontos); e;

ii) resumo de um ou mais textos (valor 40 pontos).

A prova avaliará a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia; sintaxe, pontuação, estilo, léxico), bem como a estruturação,a relevância e a adequação das idéias ao tema.

II - As provas de Inglês e Francês constarão de duas partes:

a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e

b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III- A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

a) o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes:

a.1. antecedentes;

a.2. situação atual;

a.3. posição brasileira.

b) capacidade de analisar o tema.

c) capacidade de organizar a apresentação.

Além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação. Será necessário, portanto, que tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que poderá adquirir com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de jornais, revistas e livros. Constituem leituras complementares: i) textos de história diplomática contemporânea; ii) obras sobre a teoria das relações internacionais; iii) obras sobre a política externa brasileira contemporânea; iv) documentos oficiais da diplomacia brasileira.

Quanto à realização da prova:

(i) - o candidato sorteará três temas;

(ii) - escolherá um deles e terá, então, quinze minutos para se preparar;

(iii) - fará, em seguida, uma exposição, a qual constará de apresentação de cerca de dez minutos, seguida de respostas a perguntas feitas pelos membros da Banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor sua apresentação com coerência e relevância. A abordagem do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil será avaliada positivamente.

As perguntas da Banca podem ter escopo variado. Assim, o candidato deve estar preparado para indagações que visem a ampliar pontos tratados na sua exposição e para perguntas de cunho analítico.

IV - Nas provas orais de Inglês e Francês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer ao auxílio de um dicionário unilingüe que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

A argüição poderá constar de:

- leitura em voz alta, parcial ou total, do texto sorteado;

- resumo oral desse texto;

- análise de parágrafos ou frases do texto;

- respostas a questões gramaticais relacionadas com o texto;

- respostas a questões suscitadas pelo texto.

V - As provas escritas da 3a. Fase terão a duração de 4 horas e meia e serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VI - Na prova de Noções de Direito, só será admitida a consulta a textos legais que serão fornecidos pelo IRBr, se o examinador considerar tal consulta necessária.

PORTUGUÊS

I - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1988.

Comente o texto abaixo:

"Desde a infância fui alimentado com as letras; e, como convenciam-me de que, por seu intermédio, podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo que é útil à vida, eu tinha desejo extremo de aprendê-las. Mas, tão logo terminei todo este curso de estudos, ao fim do qual se é recebido, habitualmente, entre os doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois encontrei-me embaraçado em tantas dúvidas e erros que me parecia não ter obtido outro resultado, ao tentar instruir-me, a não ser descobrir mais e mais a minha ignorância. (....)

Foi por isso que, tão logo a idade permitiu que eu me libertasse da sujeição de meus preceptores, abandonei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo não mais procurar outra ciência que não aquela que poderia achar em mim mesmo, ou no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha juventude a viajar. (....) E continuava a ter um desejo extremo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas ações e para caminhar com segurança nesta vida. É verdade que, enquanto não fazia outra coisa a não ser observar os costumes dos outros homens, nada achava neles de seguro e notava quase tanta diversidade quanto encontrara nas opiniões dos filósofos. (....)

Mas, depois de empregar alguns anos no estudo do livro do mundo e na tentativa de adquirir alguma experiência, tomei um dia a resolução de estudar em mim mesmo e de empregar todas as forças de meu espírito a fim de escolher os caminhos que deveria seguir. Nisto tive mais sucesso, ao que parece, do que jamais obtive ao afastar-me de meu país e de meus livros".

René Descartes - <u>Discurso do Método</u>, 1637.

1989.

Ver II, à Página 15

1990.
Desenvolva o tema:

A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios e problemas."

1991.

Comente o texto abaixo:

"Escrito por acidente - eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; (....)

(...) ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. O rumo para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo que vemos ao rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o

que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo - quando a própria matéria parece espiritualizar-se no **radium**, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisamente, pelos laboratórios, renascidas, as quimeras transcendentais dos alquimistas...(....)

Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebata-nos também o sonho, mas, ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra."

EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909)
Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras
In: Obras Completas. Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1966.V. I, pgs. 206 e 207. (Revista a acentuação pelo Instituto Rio Branco, à luz da reforma ortográfica de 1971).

II - EXEMPLO DE REDAÇÃO

Oferecemos como exemplo o texto que obteve a nota mais alta no vestibular de 1989.

REDAÇÃO

a. Comente o texto abaixo:

"Em todas as nações devemos ver e procurar antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar, olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência.(...) Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras 'que doura tudo que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos' (...)., ao qual opunha eu 'o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor'. Esse patriotismo (...), feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às impressões do exterior, suas antenas em contacto com as correntes elétricas do mundo."

Gilberto Amado
Discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco.

b. **Redação** (<u>como no original, sem as correções</u>):

"Foi em Valmy, no ano de 1791, que pela primeira vez se guerreou sob o brado de "Viva à Pátria!". Momento histórico decisivo que marca a ascensão de dois conceitos, caros ao mundo contemporâneo: nação e patriotismo. Graças a este último, os indivíduos concebem a si como partes integrantes de um todo - a nação - e herdeiros de um passado comum. No entanto, pelas forças sociais que é passível de desencadear, o patriotismo, para que seja útil aos interesses do indivíduo, tem de conservar-se crítico; caso contrário, irá obliterar a apreciação clara dos fatos, e, nesse contexto, trairá fatalmente a causa comum.

Eis a razão pela qual Gilberto Amado aconselha-nos a abandonar o patriotismo xenófobo e sentimentalista. A nação tem, necessariamente, aspectos positivos e negativos, cabe, pois, a nós explorarmos os primeiros e defendermo-nos dos segundos.

Com efeito, o patriotismo cego, que o autor denomina "patriotismo de palavras", é terreno propício à proliferação de doutrinas totalitárias e pregações messiânicas já que, em tal contexto, o indivíduo tem obliterada sua visão crítica, diluindo-se no seio de entidades corporativistas, desfigurando-se sob a alcunha abstrata de "povo".

Por sua vez, o patriotismo puro que não se omite à apreciação rigorosa dos fatos, permite-nos "olhar a marcha dos eventos de olhos abertos".

Cabe ressaltar aqui, a importância de tais considerações no momento histórico em que Gilberto Amado proferiu seu discurso. Em verdade, 1955 constitui momento decisivo em que o país, a fim aprofundar o processo de industrialização, opta pela internacionalização de sua economia, o que possibilita a chegada das multinacionais com investimento maciço de capital estrangeiro.

Por conseguinte, o cenário político, à época, cindia-se entre os patriotas xenófobos de um lado, e, de outro, os patriotas lúcidos que compreendiam claramente que, buscar no exterior aquilo que nos falta é relativizar nosso patriotismo visando, em última instância, ao maior bem para a nação. Essa atitude sensível e inteligente consiste, pois, em desenvolver os recursos de que dispõe a nação e remediar suas carências com aquilo que outros têm a oferecer-nos.

Essa percepção utilitária dos dois conceitos em apreço permite neutralizar o que eles têm de negativo, afugentando a mentalidade provinciana e, por conseguinte retrógrada, que bloqueia o livre curso do progresso.

Eis o patriotismo que Gilberto Amado recomenda aos diplomatas já que estes indivíduos, enquanto "placa sensível do país exposta às impressões do exterior", são os mais indicados a importar do estrangeiro tudo o que melhor se ajuste aos interesses nacionais.

Afinal, numa época em que o mundo se torna cada vez mais interdependente, a nação que optar pelo isolamento, confinando-se aos estreitos limites de suas fronteiras, está fadada ao desastre econômico que logo se propagará aos demais setores: o social e o político.

Nota-se, portanto, que, passado mais de um quarto de século, o discurso do Sr. Gilberto Amado conserva-se inteiramente atual. O patriotismo contra o qual se opôs de forma tão veemente, vez por outra ressurge ainda. Por isso, faz-se necessário reviver sua retórica, enfatizando sempre a importância de um "patriotismo (...), feito de inquietação e de zelo".

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

No exame de Português, que consta de uma Redação e de um Resumo, afere-se o conhecimento que o candidato possui do idioma e a capacidade de utilizá-lo para exprimir com objetividade, clareza, precisão e concisão as idéias e conceitos sugeridos pelos temas propostos nas questões da prova.

Embora não se imponha preferência de estilo, o candidato deverá estar consciente de que presta um exame de seleção profissional de nível universitário. Deverá, portanto, escrever a Redação não como uma composição de nível colegial mas como um pequeno ensaio no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado à ocasião, seus conhecimentos sobre o tema versado, sua capacidade de análise e crítica, assim como opiniões pessoais, desde que fundamentadas em raciocínio lógico, coerente, sensato e equilibrado. Deverá o candidato empregar com segurança seus

conhecimentos do idioma, lembrando-se de que é importante exprimir-se com exatidão.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais; nele devem ser indicados o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva: o resumo de uma narrativa ou de poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Na seleção e hierarquização das idéias revelam-se as qualidades de avaliação, crítica e discernimento do candidato. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a 1/4 do texto ou textos originais.

O julgamento da Redação e do Resumo:

É necessário que o candidato revele um nível mínimo de conhecimento da língua para que sua prova possa ser julgada satisfatória e permita avaliação condizente com o requisito exigido. São consideradas, por conseguinte, abaixo do nível mínimo de aceitação provas que contenham erros graves de:

a. ortografia;
b. acentuação gráfica;
c. emprego do acento grave;
d. regência;
e. concordância;
f. estruturação da frase.

As provas que apresentam boa forma gramatical passam, então, a ser julgadas quanto à propriedade de rigor no uso de recursos léxicos e semânticos, quanto ao conteúdo analítico e crítico do pensamento e ao uso adequado de conceitos, juízos e opiniões.

Tanto a Redação como o Resumo devem apresentar-se estruturados rigorosamente, para o que sejam algumas sugestões:

1. Estrutura formal (paragráfica) do texto:

Tanto ao redigir quanto ao resumir, deve o candidato organizar seu texto em conveniência com o desenvolvimento da argumentação ou da exposição; para isso, a estrutura em parágrafos é fundamental. Cada parágrafo, por sua vez, deve constituir-se de frases íntegras, dotadas de sentido lógico. É o conjunto de parágrafos bem estruturados que dá unidade ao texto, uma vez que os parágrafos funcionam como conectores entre as idéias explanadas e o tema.

2. Estrutura morfossintática do texto:

Deve o candidato atentar para os recursos morfossintáticos de que irá utilizar-se para operar no nível da estruturação sintática da frase. São fundamentais, entre outras, as correlações de coordenação e de subordinação entre as idéias, para o que se faz necessário o uso das palavras instrumentais (conjunções, pronomes relativos e preposições). A ordem das palavras na frase obedece a regras sintáticas, as quais caracterizam o idioma escrito em nível culto. Convém lembrar, quando se trata de construção de frase, que a ordem dos fatores pode alterar o produto.

3. Estrutura léxico-semântica do texto:

Por meio da adequada seleção vocabular, que se faz em concordância com o tema proposto, o candidato traça, praticamente, o plano de texto a ser desenvolvido. Esta escolha deve considerar os valores que as unidades lingüísticas adquirem no contexto.

O uso de sinônimos merece especial atenção. É inaceitável que, apenas para não repetir palavras, faça-se uso indistinto, como se fossem sinônimos, de vocábulos tais como nação, país, governo, estado, pátria e povo, uma vez que exprimem conceitos distintos.

4. Organização do conteúdo do texto:

Uma redação de escasso conteúdo analítico e crítico, ainda que exiba razoável correção gramatical, dificilmente obterá um bom julgamento. Nela o candidato demonstrará seu grau de cultura e de informação, sua capacidade de raciocínio e de exposição, e, finalmente, se for o caso, sua habilidade no tratamento de temas controversos ou delicados.

Aconselha-se especial prudência e parcimônia no recurso às citações, aos testemunhos e às opiniões de terceiros, salvo se for capaz de expressá-las corretamente e se a fonte tiver autoridade incontestável no assunto. Também especial cuidado deve ter nas citações em idioma estrangeiro, sobretudo se não conhecer bem esse idioma, caso em que será melhor abster-se. É desaconselhável, evidentemente, no nível em que deve ser elaborado o ensaio, o apoio em lugares-comuns, frases feitas, sentenças, brocardos, provérbios, ou mesmo em teses ou autores de escasso ou discutível valor, apesar de amplamente divulgados.

Se o tema permite, é preferível que o candidato o explore do ângulo de sua formação acadêmica, com a máxima profundidade de que for capaz, sem temor de não ser compreendido pela banca examinadora.

IV. AVALIAÇÃO DA PROVA

A avaliação da redação levará em conta:

a. a adequação ao tema proposto e ao gênero discursivo indicado;

b. a estruturação do texto de forma lógica, coerente e clara;

c. o emprego adequado de recursos lingüísticos coesivos de natureza léxico- semântica e gramatical;

d. o tratamento criativo do texto seja na seleção das informações e argumentos, seja na escolha do vocabulário e fraseologia;

e. a obediência às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita culta e formal da língua e do gênero discursivo em questão.

Serão atribuídos 60 (sessenta) pontos à redação, assim distribuídos:

Organização e desenvolvimento: 30 (trinta) pontos;
Propriedade vocabular: 15 (quinze) pontos;
Correção lingüística: 15 (quinze) pontos.

A avaliação do resumo levará em conta:

a. selecionar, hierarquizar e comparar as informações do texto ou textos propostos;

b. reconhecer a estrutura e organização dos textos originais, neles distinguindo os níveis factual, interpretativo e opinativo;

c. avaliar o posicionamento dos autores em face do conteúdo textual, identificando pontos de convergência e de divergência;

d. identificar a polifonia e a intertextualidade nos textos propostos distinguindo as vozes dos autores e de suas fontes;

e. empregar com eficiência e correção os recursos gramaticais e lexicais que garantam a fidelidade aos textos originais, bem como a coesão, coerencia e concisão do resumo;

f. obedecer às normas gramaticais e estilísticas próprias da modalidade escrita, culta e formal da língua e do gênero em questão;

g. conferir ao resumo a extensão equivalente a 1/4 dos textos originais.

Serão atribuídos ao resumo 40 (quarenta) pontos, assim distribuídos:

Técnica de resumo: 25 (vinte e cinco) pontos.
Correção e propriedade de expressão: 15 (quinze pontos).

V. BIBLIOGRAFIA

Para seu preparo, aconselha-se ao candidato o estudo metódico de boas gramáticas e obras de linguagem, bem como a consulta constante a bons dicionários. A título meramente sugestivo, relaciona-se pequena bibliografia, válida tanto a edição indicada quanto outra mais recente:

BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 10ª ed., Rio de Janeiro, Grifo, 1976.
CARRAHER, David W. Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo, Pioneira, 1983.
CUNHA, Celso e CINTRA, L.F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
FAULSTICH, Enilde L. de. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis, Vozes, 1988.
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 8ª ed., Rio de Janeiro, FGV, 1980.
LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da língua portuguesa. 11ª ed. rev. p/autor, São Paulo, Martins Fontes, 1982.
POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. Rio de Janeiro, Globo, 1974.
VANOYE, Francis. Usos de linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita; trad. e adapt. de Clarisse Madureira Sabóia (et.al.). São Paulo, Martins Fontes, 1981.

INGLÊS

I - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1988.

Discuss the following assertion:

"No man is an island, entire on itself; every man is a piece of the Continent, a part of the main."

1989.

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press- in domestic affairs and international relations."

1990.

Write a composition on the following subject:

"Men in great place are thrice servants:
servants of the Sovereign or State; servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to loose liberty; or to seek power over others and to loose power over a man's self."

Francis Bacon

1991.

Write a compositon on the following subject:

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative "outdated" - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others."

Henry Kissinger: White House Years.

II - EXEMPLOS DE REDAÇÃO E DE VERSÃO

Oferecemos como exemplo textos que obtiveram notas altas no Vestibular de 1989.

1. COMPOSITION

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press
- in domestic affairs and international relations".

The actual role of the Press in modern society has proven to be a difficult and controversial subject. Theoretically, its main purpose should be to inform the public, to offer different points of view, and, in so doing, to be an active participant in the government's system of checks and balances. However, the power of the Press has grown so much over the years that, at present, it is very difficult to exert any sort of influence over it. In a way, this seemingly unlimited power has led the Press to a position above and practically out of the reach of government, rendering it almost untouchable.

On the other hand, although apparently beyond control, the Press has revealed weaknesses and shortcomings - inherent to its nature - which impose severe limitations on the scope of its actions. As the Press was originally conceived to serve a public function, society as a whole does have the means of determining how broad that function should be. In addition, the Press has shown itself to be susceptible to corruption. In other words, it has been used, on occasion, to serve group interests and to misinform the public. As a result, one is left with mixed feelings as to the reliabilility of the Press in fulfilling even its most basic role.

But regardless of the doubts and fears which may surface about the objectivity, honesty and intentions of the Press in the performance of its task, one is forced to acknowl**ege** (01) that it is often the only link between a people and those who govern it. Therefore, the public must rely on the technology of mass communications, channeled through the Press, for information on the actions of the government, in domestic affairs as well as internationally.

Actually, the Press has helped to shape the course of international relations. The "ecological battle" being waged among developing and industrialized countries is, in many ways, the result of **the Press action**.(02) The destruction of natural life is not a recent development, nor is the "Greenhouse Effect" a scientific certainty, but the wide coverage they **were given** (03) has **brought world tensions to inflamed levels** (04).

Likewise, the Watergate scandal during the second Nixon administration may be the clearest example of the key role payed by the Press in safeguarding the rights of **a** (05) people. By means of **insightful** (06) journalism, the corruption of the machinery of government was exposed to **the** (07) American society.

It must not be forgotten, however, that the concept of freedom of the Press, so essential to its very being, has been totally ignored in some countries. A fundamental characteristic of the more repressive political regimes is a controlled Press, designed to filter down to the people only information which its leaders might find appropriate. But, fortunately, such cases constitute the exception, not the rule. The Press should continue to play an ever-expanding role in both domestic and foreign affairs, for it is an instrument of protection and education, even if it does present certain risks.

Corrections

a) **Compositon**

(01) acknowledge, (02) the action of the Press,(03) have been given, (04) raised world tensions to dangerous levels, (05) no "a people" but just "people", (06) investigative, (07) no "the" here

2. TRANSLATION

a. Translate the following text into english:

"O que se pode esperar de um jornalista senão que seja um bom jornalista? O entendimento do que é sê-lo difere muito, contudo, de intérprete para intérprete e o iniciante no ofício se surpreenderá com as divergências existentes a respeito entre os próprios profissionais. É possível que um executivo de jornal veja um excelente jornalista em alguém em que um outro verá apenas um desastre. Como, entretanto, não se pode raciocinar sem alguns parâmetros, é possível enumerar algumas qualidades ou características e defeitos que o jornalista deve ter ou não ter, mais ou menos independentemente do ângulo pelo qual é visto. O iniciante, contudo, deve considerar que dada, a natureza paroquial da maioria das redações de jornal, rádio ou TV brasileiros, ser realmente um bom jornalista depende basicamente do conceito dos chefes. Numa palavra, para definir o que é um bom jornalista, não se pode evitar uma vasta área de objetividade que preside esse julgamento. Além disso, como a profissão é extremamente "fluida" e indefinida, alguém pode ser um bom jornalista numa coisa e não sê-lo em outra. Um bom médico é aquele que não mata sistematicamente seus pacientes, mas um bom jornalista não é necessariamente alguém que se limite a apenas saber escrever, embora seja esse um requisito fundamental.

Basicamente, o bom jornalista não pode ser ignorante de tudo, não deve ser arrogante (um dos pecados capitais da profissão), não pensar que é proprietário do jornal, não ser irresponsável (outro pecado freqüente), não julgar-se dono da verdade, não achar que sabe tudo, não julgar que o jornalismo está começando naquele momento, com ele, não se deixar enganar por aparências, guardar um sadio ceticismo, não pensar que por escrever em jornal ou aparecer no vídeo (condição que lhe é apenas emprestada) tem o direito de jamais ser julgado; nem deve ser leviano; deve ser criativo mas não mentiroso, ter certa audácia, ser bem informado etc. etc. etc."

b. Translation

What can one expect from a good journalist but to be a good journalist? The **comprehension** (01) of **what is to be** (02), however, **significantly differs** (03) from interpreter to interpreter and the beginner in the profession will be surprised at the existing divergencies about the subject among the professionals themselves. It is possible that an executive of a newspaper consider (04) someone an excellent journalist whom **other** (05) person considers a disaster. Nevertheless, since one cannot reason without some guidelines, it is possible to enumerate some qualities or characteristics and faults which a journalist should have or should not have, in a certain way, regardless of point of view. The beginner should, however, consider that, **given** (06) the **parishal** (07) nature of the **bureaus** (08) of Brazilian newspapers, radios and TVs, being a good journalist basically depends on the bosses' concept. In a word, in order to define what a good journalist is, one cannot avoid a vast area of subjectivity which presides over this **judgment** (09).

Moreover, since the profession is extremely "fluid" and **undefinite** (10), someone can be a good journalist in a certain area and not be so in another **one**. (11) A good doctor is **that** (12) one who does not **sistematically kill his patients**, (13) but a good journalist is not necessarily someone who simply knows how **to write**, (14) although this is a fundamental requirement.

Basically, a good journalist cannot ignore everything, should not be arrogant (one of the **capital** (15) sins of the profession), should not think he is the owner of the newspaper, should not be irresponsible (**other (16) frequent sin**), (17) should not think he knows everything, **should** (18) not think journalism is beginning at that moment, **by** (19) him, should not be fooled by appearances, should cultivate a healthy skepticism, should not think that, because he writes in a newspaper or appears on the video (**this condition (20) is merely attributed (21) to him**), **he has the right** (22) not to be **ever judged** (23); he should not be **irresponsible** (24) either; he should be creative but not a liar, show certain boldness, be well-informed, etc., etc., etc...

b) **Translation**

(01) understanding, (02) What this means,(03) significantly is unnecessary; varies is a better word for "difere", (04) considers (05) another,(06) due to, (07) parochial,(08) editorial offices, (09) assessment, (10) undefined, (11) "one" is not necessary, (12) the, (13) kill his patients systematically, (14) to write well, (15) deadly, (16) another, (17) missing here: should not think he is the only purveyor of the truth, (18) should, (19) with, (20) a position that, (21) granted, (22) he is entitled, (23) assessed, (24) frivolous.

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

The examiners are looking for an advanced knowledge of English and the ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks)

Here the examiners assess the correctness of the candidate's English. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip or spelling mistake. Candidates who score 0 in this section through weak basic English will normally score 0 for the whole compositon.

Plan and development of ideas (15 marks)

There are three main considerations here:

1. the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
2. the relevance of ideas to the theme of the compositon; and.
3. paragraphing and punctuation.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand originality of ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed where they find genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart for the examination are heavily penalized.

Quality of language (15 marks)

The marks in this section are awarded on a positive basis for good items of idiomatic English, sophisticated linguistic constructions and evidence of a wide range of vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score 0 in this section.

IV - BIBLIOGRAFIA

1. For vocabulary and information, two weekly magazines are easily available in most large Brazilian towns:
Time Magazine
Newsweek
Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as Isto É Senhor, Veja, Visão, prospective candidates may find it useful to compare texts on similar subjects.

2. Basic reference books (relatively inexpensive):
English dictionaries:
The Longman Dictionary of Contemporary English. Longman, Londres.Or The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford, Oxford University Press.Or Webster's Collegiate Dictionary, G&C.Merriam Co.
Grammars:
SWAN, Michael. A Practical English Usage. Oxford University Press.
THOMPSON, A.J. And MARTINET, A.V. A Practical English Grammar. Oxford University Press, Oxford, 1980.
A Comprehensive Grammar of the English Language.Longman, London, 1985.
Other reference books:
SANTOS, Agenor Soares dos. Guia Prático da Tradução Inglesa. 3ª edição, São Paulo, Ed. Cultrix.
Roget's Thesaurus of English Words and Phrases. Penguin Books (or any other pocket edition).
DIXSON, Robert. Handbook of American Idioms. Ao Livro Técnico S.A.3.Large reference books (expensive but available in many University libraries):
Portuguese-English, English-Portuguese Dictionaries:
HOUAISS, Antonio. Dicionário Inglês-Português. Ed. Record.
TAYLOR, James L. Portuguese-English Dictionary. Ed. Record.
Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês. Ed. Melhoramentos, 2 vols.
Webster's Third International Dictionary. G & M Merriam Co.

I - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1988.

Discutez l'affirmation suivante:
"pendant que, multipliant les victimes, la famine et les armes continuent de frapper, la science ouvre de nouveaux horizons, fait surgir les miracles technologiques, mais, trop sûr de lui ou désemparé, l'esprit humain ne sait à quelles fins utiliser les prodigieux outils qui lui sont ainsi offerts. Partout, craintes et espoirs."

Claude Julien
in "Le Monde Diplomatique"
nº 408 - Mars 1988
Réalisme et Ethique en diplomatie.

1989.

"Selon J. Fourastié ("Economie et société", 1972), dans notre "comportement quotidien" nous avons tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Etes-vous d'accord avec cette opinion? Considérez-vous, d'autre part, qu'une telle attitude constituerait un handicap dans l'approche de la vie?

1990:

L'historienne Régine Pernoud affirme dans un de ses ouvrages ("Pour en finir avec le Moyen-Âge") que pour l'adolescent "rien ne serait plus fécond qu'une rencontre avec ce qui l'a précédé dans le temps et qui lui est, aussi proche, aussi nécessaire que ce qui l'entoure dans l'espace... L'étude de l'Histoire apporte à la jeunesse l'expérience qui lui manque."
En analysant la formation littéraire et historique que vous avez reçue et en la confrontant à la nécessité de comprendre l'actualité, vous direz quelle peut être selon vous la place du présent et du passé dans votre formation intellectuelle.

1991.

Commentez l'affirmation suivante:
"Toute vie est ponctuée de morts ou de départs, et chacune ou chacun cause de grandes souffrances qu'il vaut mieux endurer que de ne pas avoir connu la présence de ces personnes quand elles existaient. Mais chaque fois notre univers se reconstitue de soi-même, et nous savons du reste que lui non plus ne durera pas toujours."

Margueritte Yourcenar, Les Yeux ouverts. Entretiens avec Matthieu Galey. Paris, Editions du Centurion, 1980.

II - EXEMPLOS DE REDAÇÃO E DE VERSÃO

Oferecemos como exemplos os textos que obtiveram as notas mais altas no vestibular de 1989.

1. REDACTION

Selon J. Fourastié ("Economie et société", 1972), dans notre "comportement quotidien" nous avons tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Etes-vous d'accord avec cette opinion?

Considérez vous, d'autre part, qu'une telle attitude constituerait un handicap dans l'approche de la vie?

La quasi-totalité des penseurs s'est déjà penchée sur le rapport qui existe entre "le réel" et "l'imaginaire". (01) J. Fourastié, par exemple, considère que l'homme a tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Cette affirmation, bien qu'elle puisse sembler correcte, exige que l'on se pose une question préalable sur la signification de tels concepts. Il faut aussi qu'on examine le rôle qu'ils jouent dans le "comportement quotidien" de l'homme.

Il y a évidemment une profonde divergence parmi les philosophes quant aux définitions du "réel" et de "l'imaginaire". Selon Platon, par exemple, la réalité ultime est l'idée et le monde sensible n' est qu'une apparence et **dérive son existence (02)** du monde réel, c'est-à-dire, du monde des idées. Pour Hegel, un idéaliste, raison et réel se confondent et précèdent, du moins métaphysiquement, le monde sensible. Contrairement à cette école de pensée, le matérialisme affirme que le réel n'est rien de plus que le monde matériel. L'opinion la plus sensée, pourtant, semble être celle de Kant, qui croit que l' homme ne peut pas connaître le réel tel qu'il est. On ne connaît que des phénomènes, des expressions partielles du réel, **ceci étant formé par le monde sensible et les réalites non sensibles, telles que Dieu et la morale. (03)**

Toutefois, ce débat sur le rapport existant entre "le réel" et "l'imaginaire" ne peut pas se limiter au niveau philosophique. Bien au contraire, il faut qu'on considère le problème au niveau pratique ou, comme l'a dit **Fourestié (04)**, dans le "comportement quotidien" des hommes. Ceux-ci, devant la complexité croissante du monde contemporain, se sentent **confus (05)** et, quelques fois, incapables de comprendre leur rôle et leur position dans l'univers matériel et mental qui les entoure. Ils se rendent compte aussi que la science, malgré son **développent (06)** étonnant dans les derniers siecles, **ne suffit pas (07)** pour répondre à toutes leurs questions, surtout celles d'ordre spirituel ou philosophique. Ainsi, les hommes finissent par se tourner vers ce qu'on **considéreraient** (08) comme le domaine de l'"imaginaire", à savoir, des explications "fantastiques" du monde, formulées, principalement, par des sectes religieuses méconnues et, même, exotiques.

Néanmoins, la tendance de l'homme à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel" peut être constatée aussi dans le domaine de la politique. Celle-ci semble s'appuyer sur des images qui peuvent n'entretenir aucune liaison avec le "réel". On crée des leaders et des projets politiques qui font appel plutôt à "l'imaginaire" qu'au "réel" et, dans certains cas, **il est même possible que l'un nie l'autre (09)**. Ce phénomène, bien qu'il soit plus frequent dans les societés moins développées, peut être présent dans n'importe quel groupe humain. La popularité qu'a obtenue le nazisme en Allemagne en constitue un exemple convaincant. La supériorité raciale - qui appartient évidemment au domaine de **"l'imaginaire"** (10) - fut **mise** (11) et acceptée comme le fondement de tout un programme politique qui se montra, après, capable de tuer des millions d'êtres humains au nom d'une vérité dont les fondements ne se trouvent que dans **"l'imaginaire"** (12).

Il est donc possible d'affirmer avec J. Fourastié que l'homme a tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Cette attitude, comme le démontre, par exemple, le cas de l'Allemagne, semble constituer un "handicap dans l'approche de la vie", dans la mesure où **elle peut mener à une certaine perte de conscience sur le sens même de la réalité. (13)**

Corrections

a) Rédaction

(01) gauche car "penché sur" est trop imagé quant au niveau de langue: préférer "intéressée au" ou "analysée le".(02) "dériver" est un verbe intransitif; préférer "engendrer".(03) ambigu; "ceci" se rapporte à quelle expression? - si à "le réel" préférer "celui-ci"; - si à "aux phénomènes", préférer "ceux-ci" (04) Fourastié (05) lusitanisme; préférer "perplexe".(06) orthographe correcte: développement. (07) expression gauche et peu précise; préférer "n'est pas suffisamment développée" (08) accord verbal incorrect; on est singulier donc, "on considérerait".(09) peu clair; qui nie quoi? (10) et (12) imaginaire ou arguments scientifiques fallacieux? (11) le verbe ne convient pas, préférer "établie". (13) très imprécis; que signifie "une certaine perte de conscience"? quel est "le sens même de la réalité"? Cette conclusion semble être du verbiage.

2. THEME

a. Traduisez en français le texte suivant:

" Muitas das críticas dirigidas às Nações Unidas derivam de uma básica incompreensão de sua natureza e de seus objetivos. As Nações Unidas não se constituiram e não se erigiram em Governo Mundial. Nem a Assembléia Geral poderá ser classificada como um órgão legislativo de âmbito mundial, com a possibilidade de decretar leis destinadas a uma ampla e universal observância. Não seria, assim, razoável criticar as Nações Unidas por não haverem realizado uma obra que delas não se esperava ou por não haverem exercido funções que não lhes haviam sido cometidas.

O poder é, talvez, a mais forte e mais persistente das paixões humanas. Se isso é verdade no plano individual, ainda é mais verdade no plano nacional e, conseqüentemente, no plano internacional. No mesmo momento histórico em que assumiram a obrigação jurídica de renunciar à força e ao poder para a consecução de seus objetivos políticos, as grandes potências, em outros artigos, procuraram preservar a situação especial que se haviam assegurado no plano político e no plano militar. A ONU é, sobretudo, um grande instrumento de diplomacia, parlamentar e multilateral. Se a Carta decepciona como solução jurídica ou mesmo como solução política, não há dúvida de que se revelou uma grande realização diplomática. Enquanto não se chegue a um ordenamento jurídico perfeito das relações entre nações livres e soberanas, cada Estado procurará, naturalmente, aferrar-se a seus direitos, interesses e objetivos especificamente nacionais. E cumpre notar que os limites da ética nacional são consideravelmente menos rígidos e restritos do que os limites da ética individual. A história tende a julgar com benevolência - e até com admiração - aqueles que engrandeceram e fortaleceram seus próprios países, mesmo à custa de legítimos interesses de outros."

Embaixador João Augusto de Araújo Castro
"As Nações Unidas e a Política de Poder"
(palestra proferido no Colégio Interamericano de Defesa, Washington, 14 de maio de 1960).

Parmi les critiques dirigées contre les Nations Unies, plusieurs dérivent d'une incompréhension fondamentale de leur nature et de leurs objectifs. Les Nations Unies ne se sont pas constituées **ni** (01) erigées en Gouvernement Mondial. L'Assemblée Générale non plus ne **pourrait** (02) être **classifiée** (03) comme un organisme législatif de portée mondiale, ayant la possibilité de décréter des lois destinées à être largement et universellement

respectées. En conséquence, il ne serait pas raisonable de critiquer les Nations Unies **sur le compte de ne pas** (04) avoir accompli une oeuvre que l'on n'attendait pas d'elles ou de ne pas avoir rempli des fonctions que l'on ne leur avait pas attribuées.

Le pouvoir est peut-être la plus forte et la plus persistante des passions humaines. **Si cette affirmation** (05) est vraie dans le domaine individuel, elle l'est à plus forte raison dans le domaine national et, par **conséquence** (06) dans le domaine international . **Dans** (07) le même moment historique ou elles ont accepté la contrainte juridique de renoncer **à l'emploi** (08) de la force et du pouvoir pour atteindre leurs objectifs, les grandes puissances, en d'autres articles, ont cherché à préserver la situation spéciale qu'elles s'étaient assurées dans le domaine politique et dans le domaine militaire. L' ONU est surtout un grand instrument de diplomatie, de diplomatie parlementaire et multilatérale. Si la Charte est decevante comme solution juridique ou même comme solution politique, il n'en reste pas moins vrai qu'elle s'est **démontrée** (09) une grande réalisation diplomatique. Tant que l'on n'**arrive** (10) pas à une organisation juridique parfaite des relations entre nations libres et indépendantes, chaque Etat cherchera, naturellement, à s'attacher à ses droits, à ses intérêts et à ses objectifs **spécifiques**. (11) Et il faut remarquer que les limites de l'éthique nationale sont considérablement moins rigides et moins **étroits** (12) que **ceux** (13) de l'éthique individuelle. L'histoire tende à porter un jugement **bénévolante** (14) - et même plein d'admiration - sur ceux qui ont agrandi et renforcé leurs pays, même au **prix** (15) des intérêts légitimes des autres.

Corrections

b) Thème

(01) Erreur dans la traduction de la négation. Traduction correcte: "et ne...pas".(02) Erreur de temps verbal; "poderá", futur, a été traduit par le candidat au conditionnel. Traduction correcte: "pourra". (03) Le terme correcte est "classée": classifiée" n'existe pas en français.(04) Expression incorrecte en français. La traduction la meuilleure et la plus proche du portugais est "pour ne pas avoir accompli" ou bien "parce qu'elles n'avaient pas accompli".(05) Le nom "affirmation" ne se trouve pas dans le texte original; il a été ajouté par le candidat. "Se isso é verdade" se traduit par "Si cela est vrai".(06) Locution erronée; locution exacte: "par conséquent".(07) Erreur de préposition; traduction correcte: "au même moment".(08) L' expression "à l'emploi" ne se trouve pas dans le texte portugais; "renunciar à força" se traduit par "renoncer à la force". (09) Erreur de vocabulaire donnant à la phrase une tournure maladroite; traduction correcte: "s'est révélée". (10) Erreur de temps verbal. Il faut utiliser le futur et no le présent de l'indicatif.Traduction:...tant que l'on n'arrivera pas..." (11) Le candidat a confondu adjectif et adverbe et n'a pas traduit un mot du texte (nacionais). Traduction correcte: "objectifs spécifiquement nationaux". (12) Erreur de genre. Il faut traduire par"étroites" puisque cet adjectif qualificatif s'accorde avec "limites", féminin pluriel. (13) Erreur d'accord. Il faut traduire par "celles" et non par "ceux", puisque ce mot désigne "les limites", féminin pluriel. (14) Ce mot n'existe pas en français. L'adjectif correct est "bienveillant". (15) Traduction précise: "aux dépens de".

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

L'épreuve de français se compose d'une rédaction et d'un thème.

LA REDACTION

Cette épreuve n'a d'autre but que de verifier l'aptitude du candidat à s'exprimer en français, d'où la nécessité pour lui de faire un exposé clair et précis dans une langue bien maitrisée.

Composition du devoir:

Exposition des idées (notée sur 15)

Le devoir doit montrer la capacité du candidat de discuter un sujet proposé de façon claire at précise en français.

Pour cela, il faut que le sujet soit bien introduit et développé de façon logique, et que la conclusion s'y rapporte. Il est évident que la qualité de l'argumentation et le niveau des connaissances sont importants et contribueront à améliorer la note, mais c'est surtout la capacité de développer en un français correct un sujet imposé que l'on veut juger.

Il est donc très important de bien respecter le sujet et d'éviter les digressions. Les devoirs complètement hors sujet risquent d'être annulés, si l'on a des raisons de croire qu'il s'agit d'une composition préparée à l'avance.

Langue (notée sur 30)

Il est impératif que la langue soit correcte.

Les erreurs dans l'emploi des modes et des temps et dans le choix des prépositions sont à éviter soigneusement.

Une langue correcte sous-entend une orthographe correcte et il est particulièrement recomandé de se méfier de tous les homophones du portugais qui diffèrent par la graphie.

Enfin, il faut prendre garde aux interférences qui conduisent à des lusitanismes affectant le lexique ou la syntaxe.

En français, on espère avoir de la chance à son examen mais on attend l'autobus et on répond au téléphone sans toujours comprendre ce que l'on entend.

Il faut remarquer qu'un "O" (zéro) en langue entraînera presque toujours un "O" pour tout le devoir.

Style (notée sur 15)

Au niveau de ce concours, la correction doit aller de soi et on attend plus qu'une langue correcte un style, c'est-à-dire une expression nuancée susceptible de jouer avec les ressources de la phrase complexe et d'utiliser le mot juste.

A cet égard, les articles du "Monde" et du "Monde Diplomatique" peuvent fournir d'excellents modèles.

La note de style sera donc proportionnelle à la qualité de l' expression. Un candidat présentant un français correct mais limité ne pourra pas s'attendre ici à une bonne note.

La préparation à l'épreuve.

Elle est sans mystère. Il faut apprendre la langue et une langue ne s'apprend pas du jour au lendemain.

Il faut apprendre à écrire et, pour cela, en quelque langue que ce soit, il faut écrire souvent.

LE THEME

Cette épreuve, comme la rédaction, a pour but de vérifier l'aptitude du candidat à s'exprimer en français en utilisant les structures et les mots demandés.

Toutefois, devant une difficulté concernant la traduction précise d'une expression, le candidat pourra faire appel à un synonyme ou à une paraphrase, du moment qu'il respecte la

propriété des termes, la concision et surtout la conformité du sens.

La langue doit être correcte et les conseils donnés pour la rédaction sont aussi valables pour le thème.

Il est souhaitable que le candidat dont le français est la langue classificatoire au concours d'entrée connaisse au moins le vocabulaire, les structures et la grammaire du Français Fondamental (Ier. et IIe. degrés).

IV - BIBLIOGRAFIA

Pendant toute la durée de leurs études, les élèves auront entre les mains une grammaire et un dictionnaire de la langue française.

Grammaires:

DUBOIS, J, & JOUANNON, G. Grammaire et exercices de français. Larousse. Classes de 1ª 6e. à la 3e.Id., Corrigé des exercices.

Ouvrages de références:

GREVISSE, Maurice. Le bon usage. Grammaire Française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui. Gembloux, Editions J. Duculot.

Dictionnaires et vocabulaires:

ROBERT, Paul. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Société du Nouveau Littré. (Petit ROBERT).

RONAI, Paulo. Guia prático de tradução francesa. Relação alfabética dos falsos amigos, homônimos, parônimos e demai armadilhas do vocabulário francês com 500 miniexercícios de aplicação. Rio de Janeiro, Educom.

Manuel de Textes:

AUDUBERT, Albert. Do Português para o Francês. 2ª ed. Difusão Européia do Livro.

Ce livre propose la traduction annotée de textes littéraires, choisis parmi des auteurs brésiliens modernes. Des notes, nombreuses, correspondent toujours aux fautes les plus souvent commises par les étudiants brésiliens: elles leur permettent donc de s'exercer à la traduction. Il convient néanmoins de compléter cette étude par la traduction de textes généraux (articles sur des sujets généraux, passages de livres de sociologie, sciences politiques, économie politique, relations internationales, etc.).

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

I - Orientação para estudo

A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

a) o conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes (40 pontos):

a.1. antecedentes;
a.2. situação atual;
a.3. posição brasileira.

b) capacidade de analisar o tema (30 pontos).

c) capacidade de organizar a apresentação (30 pontos).

Além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação. Será necessário, portanto, que tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que poderá adquirir com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de jornais, revistas e livros. Constituem leituras complementares: i) textos de história diplomática contemporânea; ii) obras sobre a teoria das relações internacionais; iii) obras sobre a política externa brasileira contemporânea; iv) documentos oficiais da diplomacia brasileira.

Quanto à realização da prova:

(i) - o candidato sorteará três temas;

(ii) - escolherá um deles e terá, então, quinze minutos para se preparar;

(iii) - fará, em seguida, uma exposição, a qual constará de apresentação de cerca de dez minutos, seguida de respostas a perguntas feitas pelos membros da Banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor sua apresentação com coerência e relevância. A abordagem do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil será avaliada positivamente. As perguntas da Banca podem ter escopo variado. Assim, o candidato deve estar preparado para indagações que visem a ampliar pontos tratados na sua exposição e para perguntas de cunho analítico.

II - BIBLIOGRAFIA

ARON, R., DEUTSCH, K e outros. Curso de Introdução às Relações Internacionais. Brasília, UnB, 2ª. ed., 1983.

LAFER, C. Paradoxos e Possibilidades. Rio, Edit. Nova Fronteira, 1982.

O Brasil e a Crise Mundial. S. Paulo, Perspectiva, 1984.

JAGUARIBE, H.. Novo Cenário Internacional. Rio, Ed. Guanabara, 1986.

MERLE, M. Sociologia das Relações Internacionais. Brasília, Ed. UnB, 1982 (1ª Edição brasileira).

MUNÕZ, H. E TULCHIN, J., A América Latina e a Política Mundial. S. Paulo, Convívio, 1986 (1ª edição brasileira).

FONSECA JR., Gelson e CARNEIRO LEÃO, Valdemar org.). Temas de Política Externa Brasileira. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/Editora Ática, 1989.

Discursos recentes do Ministro de Estado das Relações Exteriores na Escola Superior de Guerra e nas Nações Unidas (disponíveis para consulta nos Centros de Inscrições).

Resenha de Política Exterior do Brasil, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, resumindo acordos, discursos, comunicados conjuntos e outros textos oficiais. A Resenha é encontrável nas principais bibliotecas públicas e universitárias.

Os candidatos devem ainda ter um conhecimento razoável da história contemporânea das Relações Internacionais (ver a bibliografia para a prova de História Mundial).

HISTÓRIA

I - PROGRAMA

a) HISTÓRIA DO BRASIL
(três das cinco pequenas dissertações)

01. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

02. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824: A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

03. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.

04. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.

05. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

06. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.

07. O Brasil Republicano - Política e Administração:
a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
b) A Segunda República (a partir de 1930) - O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

08. O Brasil Republicano - Economia:
a) Primeira República (1889-1930) - A estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

09. O Brasil Republicano - Sociedade e Cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:
a) A Primeira República (1889-1930) - O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
b) A Segunda República (a partir de 1930) - A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.
b) O período 1964 - 1985. Os Governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

b) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA
(duas das cinco pequenas dissertações)

01. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Insustrial e a Revolução Francesa.

02. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.

03. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

04. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.

05. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

06. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progressso científico e tecnológico.

07. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.

08. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Facismo. A dissolução do Império Otomano.

09. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.

11. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.

12. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o Isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.

13. As relações interamericans, desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

14. Evolução da economia mundial: países capitalistas, países socialistas, Terceiro Mundo. A Guerra Fria e a coexistência pacífica: a evolução da estratégia.

15. As questões regionais. O fim dos impérios coloniais. A África depois da descolonização. O continente asiático: aspectos de conjunto. Os problemas da unidade européia. A América Latina: aspectos de conjunto.

II - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1. Expressão e limites das idéias liberais e do nacionalismo no processo de emancipação política do Brasil.
2. A campanha civilista de 1909
3. A grande corrente migratória ensejada pela expansão da produção da borracha, ao final do século XIX.
4. As leis graduais que precederam a abolição da escravatura.
5. A Constituição de 1824 e a Constituição de 1981: Um enfoque histórico-comparativo com base na observação de conjunturas específicas.
6. A guerra 1914/18 e suas repercussões na industrialização brasileira.
7. O discurso da Segurança Nacional como matriz ideológica dos governos militares a partir de 64.

8. A tarifa Alves Branco (1844): objetivos de sua implantação.

9. A crise do sistema escravista no processo de transformações sociais e econômicas do Império.

10. O reconhecimento da Independência e a oposição da Inglaterra.

11. O positivismo no nascimento da República.

12. O desenvolvimento e o papel da política Pan-americanista no governo Kubitschek.

13. Implicações políticas e sócio-econômicas da fixação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

14. A política de valorização do café nos primeiros anos da República.

15. O fim do Estado Novo - Fatores externos e internos.

16. Sociedade civil e sociedade política no processo de transição - o ano de 1984.

17. Na evolução política do império, o período que vai da Confederação do Equador à Revolta Praieira é marcado por duas tendências contraditórias: a centralização crescente do regime e os movimentos de contestação do poder Central. Sob essa perspectiva, analise ações políticas, decisões institucionais, rebeliões regionais, medidas militares e o papel dos grupos sociais envolvidos.

18. A Missão Saraiva e a intervenção contra Aguirre.

19. Messianismo, conflito social e campanhas militares no levante do Contestado.

20. A crise da sucessão presidencial em 1955: questões institucionais e alinhamentos políticos.

21. A carta de 1937 e o Estado Novo.

22. A abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas.

23. A Crise de 1929 e suas conseqüências.

24. A obra do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores.

25. A penetração ocidental na Ásia no século XIX.

26. A atuação do Presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson na Conferência de Paris de 1919.

27. O despotismo e a aristocracia feudal na Europa de 1789.

28. O período da NEP (Nova Política Econômica) no comunismo da União Soviética.

29. A formação dos Estados Platinos no século XIX: Paraguai, Uruguai, Argentina.

30. A atuação da Liga das Nações.

31. A evolução econômica dos Estados Unidos, do final da Guerra de Secessão a 1914.

32. A implantação da nova ordem interna no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

33. A Política das Grandes Potências para a África e a Ásia no século XIX.

34. A dissolução do Império Otomano.

35. O processo de integração latino-americana, de 1960 a nossos dias.

36. Características da Nova Ordem Internacional engendrada logo após a Segunda Guerra Mundial.

37. As Relações Internacionais nos anos trinta (1930-1939).

38. As relações entre os Estados do Prata entre 1851 e 1864.

39. A Revolução Mexicana de 1911.

40. Angola (1961-1980).

41. A política latino-americana dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.

42. O sistema eleitoral inglês no século XIX.

43. A "crise das democracias" na Europa entre as duas Guerras Mundiais: o conceito e seus componentes.

44. O quadro econômico e político que precedeu, desde os anos sessenta, a queda do Governo Allende no Chile.

45. A África negra depois da descolonização de (1960 a nossos dias).

46. A unificação da Itália.

47. A ordem internacional resultante da Paz de Versalhes (1919).

48. A expansão territorial dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX.

ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

1. OBJETIVOS

Mediante o estudo do programa de História o candidato deve ser capaz de:

1. indicar as sobrevivências coloniais no Brasil Reino e no Brasil Império, especialmente no tocante ao escravismo, fazendo paralelamente a caracterização da forma particular pela qual se processou a emancipação política da América Portuguesa e a formação do Estado nacional monárquico;

2. Apontar as modernizações ocorridas na economia, na sociedade e na cultura do Brasil Império, em meados do século XIX, indicando complementarmente os fatores que levaram à desintegração da Monarquia, após a Guerra da Tríplice Aliança;

3. Caracterizar a República Velha, oligarquia em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, indicando complementarmente os fatores que conduziram à sua crise, após a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, durante a crise de 1929;

4. Situar a Revolução da Aliança Liberal, em 1930, no processo de transição da Primeira para a Segunda República, estabelecendo as conexões com a conjuntura internacional;

5. explicar os fatores políticos, econômicos e sociais que levaram a Segunda República à uma instabilidade institucional, paralelamente à controvérsia sobre os diversos caminhos para a superação do subdesenvolvimento;

6. situar o Movimento de Março de 1964 no processo histórico da República brasileira, indicando novas propostas de novos modelos políticos e econômicos; analisar o retorno ao regime liberal;

7. definir a evolução da política exterior do Brasil nos séculos XIX e XX, a respeito da América do Sul e do sistema pan-americano, e em relação às potências mundiais e organismos internacionais;

8. analisar as constituições brasileiras, tendo como objetivo não só o estudo das forças políticas que lhes deram origem, em determinado momento histórico, mas também a organização social e econômica propostas nos textos legais.

9. estabelecer a correlação entre o processo histórico do Brasil e do restante das Américas e o processo histórico mundial, particularmente aquilo que diz respeito ao chamado Mundo Ocidental, que tem por lixo o Atlântico e o Mediterrâneo;

10. compreender o processo de formação desse Mundo Ocidental Atlântico-Mediterrâneo, por meio de suas revoluções político-econômicas, das quais resultou o sitema capitalista;

11. estabelecer os fatores que levaram o sistema capitalista às crises do século XIX e XX, das quais resultaram sua reformulação ou sua substituição;

12. compreender o processo de formação do chamado Terceiro Mundo;

13. identificar as reformulações que o sistema internacional de poder tem sofrido desde a era napoleônica até a "guerra fria", indicando paralelamente a forma pela qual as alterações nesse sistema se têm refletido no Brasil;

14. indicar as peculiaridades do processo histórico da América Latina, em comparação com o da da América Anglo-

Saxônica, indicando de que forma essas peculiaridades atuaram na evolução de um sistema interamericano.

MÉTODO

O candidato deve ser capaz de localizar os fatos históricos da respectiva conjuntura e situar esta no processo histórico. Portanto, não se exigirá do candidato exaustivo conhecimento de nomes e datas. Na indicação dos níveis do processo histórico deverá o candidato articular condicionante de tempo e espaço aos determinantes político-administrativo-jurídicos, econômico-financeiros e tecnológicos, e ideológico-culturais, sem perder de vista os grupos e classes sociais. Em tudo que tange à política externa, deve ele ser capaz de indicar o elenco de fatores que levaram às decisões governamentais, além de situar as individualidades em relação a esses fatores. A prova destinar-se-á, em suma, a medir a capacidade de análise e compreensão dos fenômenos históricos e não simplesmente a memória do candidato. O fato de se conferir caráter menos relevante à menção de nomes e datas, entretanto, não significa que sejam aceitáveis meras generalidades que confundam os processos históricos, ao invés de situá-los de maneira concreta.

IV - BIBLIOGRAFIA
(História do Brasil)

a) Bibliografia basica

a.1 - Obras de integração conceitual

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena história da formação brasileira. Rio, Graal, 1981.
HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira (volume relativos a Império e República). São Paulo/Rio, Difel.
CARONE, Edgar. Obras sobre a República: A República Velha. A Segunda República. A Terceira República (1930-1937). São Paulo, Difel.

a.2 - Obras de caráter factual

VIANNA, Hélio. História do Brasil, Vol. II (Monarquia República. São Paulo, Edições Melhoramentos.
DELGADO DE CARVALHO. História Diplomática do Brasil. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1959.

b) Bibliografia especifica

COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia A República: momentos decisivos. São Paulo. Ed. Ciências humanas, 1979.
PRADO JR. Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, várias edições.
SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio, Paz e Terra, 1975.
STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio, Paz e Terra, 1986.

c) Bibliografia complementar

FAORO, Raymundo. Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, E. Globo, 1979.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. 21ª Edição, São Paulo.
CPDOC. A revolução de 30: seminário internacional. Ed. Universidade de Brasília. 1983.

BIBLIOGRAFIA - (História Mundial)

a) Bibliografia Básica

NERÉ, Jacques. História Contemporânea. S. Paulo, Difel, 1981.
MOTA, Carlos Guilherme. História Moderna e Contemporânea. São Paulo, Ed. Moderna, 1985.
MATHIEX, Jean & VINCENT, Gérard. Aujourd'hui (depuis 1945). Paris, Masson, 1985, 2v.

b) Bibliografia Especifica

NIVEAU, M. História dos fatos econômicos contemporâneos. SãoPaulo, Difel.
KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra, V. II. Viseu, Publ. Europa-América, s.d.
PANIKKAR, K.M. A dominação ocidental na Ásia. Rio, Paz e Terra, 1977.
HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina. Rio, Paz e Terra.
DUROSELLE, Jean-Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias.
CHESNEAUX, Jean. Ásia Oriental en los siglos XIX-XX. Barcelona Labor, 1969.
CONNELL-SMITH, Gordon. Los Estados Unidos Y la América Latina. México, Fondo de Cultura Economica.

c) Bibliografia complementar

CROUZET et alii, Maurice. História Geral das Civilizações v. 16, 17. S. Paulo. Difel.
RENOUVIN, Pierre(org.) Histoire des Relations Internationales, Paris, PUF, v. 5-8.
DUROSELLE, Jean-Baptiste. Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours. Paris, Dalloz, 1970.

GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DO BRASIL E GEOGRAFIA GERAL:
(Cinco pequenas dissertações)

I - PROGRAMA

Conceitos Fundamentais:

1 - Conceito de Espaço Geográfico.
2 - As Transformações do Espaço.
a. Nos países centrais.
b. Nos países periféricos.
c. O caso especial dos países socialistas.

O Espaço Mundial
1. Industrialização e Urbanização:
a. Nos países capitalistas centrais;
b. Nos países capitalistas periféricos;
c. A planificação socialista e a sua crise.
2. A Questão Agrária e a Questão Agrícola:
a. Nos países capitalistas centrais;
b. Nos países capitalistas periféricos;
c. A Questão Agrária e o Socialismo.

O Espaço Brasileiro
1. A Formação do Espaço Geográfico Brasileiro;
2. A Questão Agrária no Brasil;
3. Urbanização e Industrialização;
4. Migração Interna;
5. Terciarização da Economia Brasileira;
6. As Questões Regionais;
7. Desenvolvimento Econômico e Marginalidade Social;

A Questão Ambiental.
A Questão Energética.
A Questão Demográfica.

II - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1. Quais os fatores que, em sua opinião, têm maior peso explicativo para o fato de ser o Brasil um país com grande extensão de terras agrícolas e importar alimentos: (a) fatores naturais; (b) fatores econômicos; (c) fatores sociais. Justifique sua resposta.

2. Apresente as principais características do cultivo da cana-de-açúcar na Região Nordeste.

3. Principais mudanças ocorridas na agricultura do norte do Paraná: da agricultura cafeeira aos cultivos anuais para exportação.

4. Pirâmide etária brasileira é larga na base e estreita no topo. Quais os motivos e quais as implicações para o desenvolvimento nacional?

5. A organização espacial em "arquipélago" corresponde a atual fase do crescimento econômico brasileiro? Justifique sua resposta.

6. De que maneira a agricultura da Região Sul contribui para a redução do déficit em produtos alimentares no Brasil? Você julga que continuará contribuindo no futuro?

7. Dentre as diferenças mais evidentes entre a Região Norte e a Região Sudeste destaca-se o clima.Quais outras diferenças geográficas poderiam ser explicitadas para as desigualdades observadas entre as duas regiões?

8. Estabeleça uma correlação entre divisão interna do trabalho e disparidades regionais no Brasil.

9. Qual o papel das cidades no modelo de industrialização brasileiro nos últimos 20 anos?

10. Estabeleça uma correlação entre política agrícola e migrações internas no Brasil.

11. Como caracterizaria a questão do meio ambiente no Brasil, face à expansão da fronteira agrícola?

13. Analise e explique como as formas e os vários estágios do desenvolvimento industrial brasileiro ocasionaram mudanças na estrutura da organização do espaço nacional.

14. A herança colonial na atual estrutura agrária brasileira.

15. De que maneiras as regiões de fronteira agrícola se articulam às regiões industrializadas?

16. Quais as formas que, basicamente, distinguem a degradação ambiental provocada por empresas agrícolas daquela provocada por pequenos agricultores no espaço rural?

17. Explique os motivos que tornam a soja uma cultura geradora de desemprego no campo.

18. Qual o papel estratégico de Brasília no processo de espacialização industrial?

19. Por que a degradação ambiental continua, se o Brasil possui uma das legislações preservacionistas mais completas?

20. Analise a destruição dos eco-sistemas pelas sociedades contemporâneas, tendo em vista a seguinte afirmação de Carlos Walter Gonçalves (in os (des)caminhos do meio ambiente): "O conceito de natureza não é natural, sendo, na verdade, criado e instituído pelos homens".

21. Por que razão as cidades se tornaram, historicamente, o locus privilegiado da industrialização?

22. Por que motivo nos países em desenvolvimento o crescimento econômico é acompanhado muitas vezes de crescentes desigualdades nas áreas econômica e social?

23. De que modo o setor da agricultura de exportação desarticula a produção alimentar para consumo interno, nos países em desenvolvimento? Exemplifique.

24. Porque a lógica da urbanização capitalista ocasiona o "Caos Espacial Urbano" e a necessidade de intervenção do Estado?

25. A crescente "terciarização" da população ativa dos países subdesenvolvidos é semelhante ao mesmo fenômeno que ocorre nos países desenvolvidos. Caso concorde ou discorde, explique suas razões.

26. Vantagens e desvantagens da indústria petrolífera no México e na Venezuela para o desenvolvimento regional.

27. Apresente as semelhanças entre o uso do solo agrícola nas pradarias norte-americanos e nos pampas argentinos e explique por que, no primeiro caso, temos um país desenvolvido e no segundo, não.

28. Discuta a expansão das empresas transnacionais e a reorganização do espaço em escala mundial, após a década de 50 até nossos dias.

29. O que se entende por "modernizações" (Santos, Milton, 1979, 25) e de que maneira reagem diferentemente a elas os vários espaços envolvidos?

30. A pobreza urbana nos países subdesenvolvidos pode ou não ser explicada como conseqüência de um acelerado crescimento das cidades? Justifique sua resposta.

31. Quais as influências positivas e negativas, ou ambas, que ocorreriam para o desenvolvimento econômico acelerado de uma país, caso sua população crescesse a um ritmo elevado e se distribuísse uniformemente pelo território?

32. Comente: Qual é a importância das cidades para a regulamentação do mercado de trabalho e que relações guarda, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com oprocesso de urbanização em geral.

33. A partir de 1993, conforme o "Tratado de Roma", a livre circulação de bens e pessoas entrará em vigor no interior da Comunidade Econômica Européia. Quais as implicações previsíveis

que decorrerão desta mudança, do ponto de vista da organização à produção agrícola?

34. Presenciamos nos países em que os recursos naturais se esgotaram, a continuidade do processo de desenvolvimento, pautada na acumulação do saber científico e técnico. Quais as relações que estes países mantêm com os países que dispõem quase que basicamente de recursos naturais?

35. Podemos afirmar que o Cone Sul constitui-se em uma verdadeira unidade original na América Latina? Quais são os eventuais pontos de convergência ou divergência entre os países que compõem?

36. Apresente argumentos contra e a favor da afirmação seguinte: "A adoção de tecnologia dos países industrializados pelos países semi-industrializados ou não industrializados é uma questão técnica". Exemplifique.

37. Quais os problemas que decorrem da conexão entre as áreas produtoras e consumidoras de petróleo?

38. Quais as relações mais importantes entre Espaço e Poder?

39. A Cultura como elemento explicativo da questão demográfica mundial.

40. O desenvolvimento industrial e a persistência das desigualdades regionais na América Latina.

41. Aponte algumas evidências que confirmem a seguinte afirmativa: as cidades e o meio rural nos países periféricos não mantêm entre si as mesmas relações que a cidade e o campo nos países centrais.

42. A tendência da indústria moderna é a sua crescente liberalização das condições naturais, o que pressupõe a sua dispersão no território. Como se explica, então, a persistência da concentração industrial mesmo em países como os Estados Unidos da América?

43. O desenvolvimento tecnológico e científico tem permitido à sociedade o domínio da natureza, o que no entanto, tem levado à destruição da mesma. Apresente algumas explicações para este fato.

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

O Instituto Rio Branco pretende avaliar, tanto no plano brasileiro quanto no mundial, o conhecimento do candidato sobre aspectos gerais da organização do espaço e os processos que comandam essa organização. Enfatiza-se o impacto da ação do homem sobre o meio natural e a problemática do desenvolvimento.

Exige-se do candidato alguns atributos de formação e reflexão, tais como:

1. Sensibilidade para entender a originalidade do país no conjunto das Américas e da Bacia do Atlântico, demonstração significativa de conhecimento sobre os principais atributos do espaço físico e ecológico brasileiro, noções claras de relações entre homens e meio natural e social, em diferentes regiões brasileiras, identificação de situações e problemas peculiares a cada uma das regiões brasileiras em termos de espaço físico e de fatos econômicos e sociais;

2. preparo intelectual mínimo para entender relações de espaço e tempo, a fim de captar as grandes linhas da evolução econômica e social, em nível regional;

3. entendimento dos grandes domínios naturais (morfoclimáticos e fitogeográficos) que compõem o mosaico de regiões físicas e ecológicas do país;

4. versatilidade no enfoque dos problemas demográficos, econômicos e sociais que caracterizam diferentes regiões brasileiras;

5. consciência da necessidade de critérios polivalentes e integrados para a solução dos problemas que incidem sobre áreas

críticas do país: Nordeste seco, Amazônia, territórios dist[illegible] regiões de grande concentrações humanas e industriais.

IV - BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida: "O crescimento das periferia[illegible] urbana nos países do terceiro mundo: uma apresentação [illegible] tema". In A Construção do espaço. São Paulo, Nobel, 19[illegible]

ADAS, Melhem. Geografia das Américas. São Paulo, Ed. Moderna, 1982.

AUBERTIN, Catherine (org.). Fronteiras. Brasília, Editora UnB/ ORSTON, 1988.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Ed. T.A. Queiroz 2ª, ed. 1985.

CARLOS. Ana Fani A., Espaço e indústria. Conto, Coleção "Repensando a Geografia". São Paulo, 1988.

CARVALHO DE, Marcos. Geografia: Ciência do Espaço. "O Espaço Brasileiro". Atual Editora, 1988.

CARVALHO DE, Marcos. Geografia: Ciência do Espaço. "O Espaço Mundial". Atual Editora, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. Da Ecologia à Autonomia. São Paulo, Ed.Brasiliense,

CASTRO, Antonio Barros de. Ensaios sobre a Economia Brasileira Vol. 7. Rio de Janeiro, Forense Universitária Ed., 1980 - 3ª edição.

COHN-BENDIT, Daniel. Da Ecologia à Autonomia. São Paulo, Ed. Brasiliense.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo, Contexto, 1988.

DAVIDOVICH, Fanny. Urbanização brasileira: Tendências, problemas e desafios. Espaço e Debates, 4(13): 59-73, 1984.

GONÇALVES, Carlos Walter P. A paixão da terra. Rio de Janeiro, Rocco/Socii, 1984.

GONÇALVES, Carlos Walter P. Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo, Editora Contexto, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecológica. Crítica da moderna agricultura. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1a. Ed., 1975.

LACOSTE, Yves. Os países subdesenvolvidos. 18ª edição, São Paulo, 1987.

LACOSTE, Yves. A GEOGRAFIA. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Papirus, 2. ed., 1988.

MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica? Coleção 1ºs Passos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2a. ed. 1988.

MARTINI, George. O significado demográfico da fronteira agrícola. Espaço e Debates, 4(13): 74-83, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1986.

OLIVEIRA DE, Francisco. Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Ed. Vozes, 6a. Ed., 1988.

OLIVEIRA DE, Francisco. Para uma Re(li)gião. Ed. Paz e Terra, 4a. ed., 1989.

OLIVEIRA DE, Francisco. Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 4 ed., 1984.

PAVIANI, Aldo (org.). Brasília, Ideologia e Realidade. Projeto São Paulo, Editores Associados, 1985.

PAVIANI, Aldo (org.). Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília. Brasília, Ed. UNB/CODEPLAN, 1987.

PEREIRA, Diamantino. Geografia: Ciência do Espaço. "O Espaço Brasileiro", 1988. Atual Editora.

PEREIRA, Diamantino. Geografia: Ciência do Espaço. "O espaço

Mundial". Atual Editora. 1987.
SANTOS, Douglas. Geografia: Ciência do Espaço. "O Espaço Brasileiro". Atual Editora, 1988.
SANTOS, Douglas. Geografia: Ciência do Espaço. "O Espaço Mundial". Atual Editora. 1987.
SANTOS, Jair et alli. Dinâmica da População. Teorias, métodos e técnicas de análise. São Paulo, R.A. Queiroz, 1980, capítulos 7, 8, 9, 12, 13, 14.
SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo. Ed. Hucitec, 4ª ed., 1991.
SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo, Ed. Hucitec, 2. ed, 1990.
SANTOS, Milton. A Urbanização Desigual. Petrópolis, Ed. Vozes, 2a. ed., 1982.
SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa Ômega, 6a. ed, 1985.
SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 11ª ed, 1987.
SCUKER, Oswaldo. Capitalismo: Centro e Periferia.
TOPALOV, Christian. Estruturas Agrárias Brasileiras. Ed. Francisco Alves. 1978 1Ed.
VESENTINI, José William. Sociedade e Espaço. "Geografia do Brasil", São Paulo, Ed. ÁTica 5 ed., 1987.
Apêndice: "O ensino da Geografia e as Mudanças Recentes no Espaço Geográfico Mundial".
VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo, Ed. Ática 2ª edição, 1987.

NOÇÕES DE DIREITO
(cinco pequenas dissertações)

I - PROGRAMA

01. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.
02. A elaboração do Direito. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação.
03. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
04. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
05. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.
06. Personalidade e capacidade. Pessoas Jurídicas de direito público e de direito privado.
07. Direito subjetivo: conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.
08. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
09. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
10. O Estado brasileiro. Personalidade Jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira: nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
11. Regime republicano, forma federativa de Estado; sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica: competência da União e dos Estados federados.
12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.
14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
15. Tratados internacionais: relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.
17. Direitos e Garantias individuais nos planos interno e internacional. Garantias constitucionais e mecanismos internacionais de proteção.

II - TEMAS DADOS EM VESTIBULARES ANTERIORES

1. A condição dos Estados no Direito Internacional; jurisdição e imunidades.
2. Norma jurídica: métodos de interpretação.
3. O Ordenamento Jurídico Nacional: competência da União e dos Estados Federados.
4. Relações entre o Direito Interno e o Direito internacional.
5. A proteção dos direitos do indivíduo no plano internacional.
6. O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis.
7. A responsabilidade internacional dos Estados e o conceito de denegação de justiça.
8. Delimitação de competência entre a Organização das Nações Unidas e os Estados-Membros.
9. Sistemas Presidencialista e Parlamentarista de Governo.

10. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.

11. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.

12. A ordem jurídica. Competência da União e dos estados.

13. As relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de elaboração de tratados internacionais: o enfoque da Constituição Brasileira de 1988.

14. Divisões do Direito: público e privado; interno e internacional.

15. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.

16. Direito subjetivo, conceito, teorias; classificação.

17. A Evolução do Federalismo nas Constituições Republicanas Brasileiras.

18. A separação de poderes à luz da Constituição Brasileira de 1988.

19. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

20. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação; métodos de interpretação.

21. Capacidade dos Estados de Celebrar Tratados: Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na Celebração de Tratados.

22. Fontes do Direito: Classificação.

23. Garantias Constitucionais.

24. Hierarquia das Leis.

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

A prova visa a avaliar no candidato o domínio razoável dos temas jurídicos arrolados no programa e, em especial, sua aptidão para exprimir-se com clareza, segurança e método. As respostas deverão circunscrever-se, rigorosamente, ao âmbito delimitado pelas questões. Recomenda-se o uso de poder de síntese, além de constante cuidado para evitar digressões de todo tipo, exceto quando indispensável à equilibrada composição do texto.

IV - BIBLIOGRAFIA

A - Bibliografia básica

a) Introdução à Ciência do Direito

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito. 12a. ed., Forense, 1986.
LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 28a. ed., São Paulo, Freitas Bastos, 1986.
REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 7a. ed., São Paulo, Saraiva, 1980.

b) Direito Constitucional:

AZAMBUZA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 26a. ed., Porto Alegre, Editora Globo, s.d.
BASTOS, Celso Ribeiro e Ives Gandra Martins. Comentário à Constituição do Brasil. (1988), vols. I -II, São Paulo Saraiva, 1989.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 16a. ed., São Paulo, Saraiva, 1987.

c) Direito Internacional Público:

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Princípios do Direito Internacional Contemporâneo. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 8a. ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1986.

B. Bibliografia Complementar:

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da. Elementos da Teoria Geral do Direito: Introdução à Ciência do Direito. Belo Horizonte, Vega, 1972.
BRANDÃO CAVALCANTI, Themistocles. Teoria do Estado. 3a. ed., Editora Revista dos Tribunais. 1977.
ACCIOLY, Hildebrando. Manual do Direito Internacional Público. 11a. ed., São Paulo, Saraiva, 1976.

NOÇÕES DE ECONOMIA
(cinco pequenas dissertações)

I - PROGRAMA

1. Noções Básicas.

1.1. Os bens econômicos e a riqueza.
1.2. Consumo, produção, poupança e investimento.
1.3. O sistema econômico.
1.4. A curva de oferta e de demanda: formação de preço e elasticidade. Estrutura de mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio.
1.5. A renda nacional e o produto interno: seus fatores.
1.6. A moeda, o crédito e o sistema bancário. O Banco Central: A ação econômica do Governo e seus instrumentos. O sistema tributário.
1.7. Desenvolvimento econômico, Conceitos fundamentais.

2. Economia Brasileira.

2.1. O crescimento da economia brasileira no segundo após-guerra e seus problemas estruturais.
2.2. O "Milagre" e o primeiro Choque do Petróleo.
2.3. A década de 80: os problemas no setor externo e a crise fiscal. A dívida externa. O surto inflacionário.

II - TEMAS DADOS EM EXAMES ANTERIORES

1. O endividamento externo brasileiro: análise e perspectivas.
2. Situe os dois choques do petróleo na teoria dos ciclos econômicos.
3. Conceitue e exemplifique valor adicionado na contabilidade nacional.
4. Exponha e inter-relacione criticamente as principais teorias explicativas da inflação e discuta a sua aplicabilidade à atual situação inflacionária brasileira.
5. Especifique e conceitue os métodos mais comumente usados para o cálculo do produto nacional (ou da renda nacional).
6. Em que consiste a elasticidade - preço da procura e quais são os fatores que a influenciam?
7. Em que medida as precondições para a industrialização brasileira foram estabelecidas na segunda metade do século XIX?
8. Analise, na situação presente, os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico, no Brasil, discutindo-lhes sucintamente as raízes históricas e a interpretação teórica, à luz das principais correntes do pensamento econômico contemporâneo.
9. Conceitue criticamente inflação de demanda e inflação de custos.
10. Em que consiste a curva de possiblidade de produção?
11. Analise comparativamente as conseqüências da crise de 1929 e as da Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista das transformações estruturais da economia brasileira.
12. É legítimo sustentar que a inflação desempenhou no Brasil importante papel como fator de formação de capital?
(Desenvolva a argumentação com base na Teoria Econômica, não deixando de fundamentá-la na História Econômica. Tendo em vista os limites da prova, a resposta poderá circunscrever-se com maior ênfase a um período selecionado, que seja relavante para uma observação significativa).
13. Analise, do ponto de vista macroeconômico, as principais conseqüências do crescimento da ação econômica do Estado, com ênfase na atualidade brasileira.

14. Conceitue e estabeleça a difereça entre PNB E PIB, explicitando-lhes os respectivos componentes.
15. Faça breve exposição crítica de três aspectos econômicos que lhe pareçam mais relevantes, da tese da convergência entre os sistemas capitalista e socialista.
16. Analise, com respaldo na teoria econômica, os fatores que favoreceram a expansão da cultura cafeeira no Brasil, no final do século passado.

III - ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO

O objetivo da prova de Noções de Economia é aferir o domínio do candidato com relação aos conceitos básicos da matéria, que constituem pré-requisito fundamental para o curso de Economia do CPCD, cuja ênfase se concentra nos aspectos macroeconômicos de Economia Institucional mais relevantes para a profissão de Diplomata.

O programa da matéria tem como propósito definir, com maior precisão, o caráter propedêutico da temática da prova, reservando-se a primeira parte aos conceitos introdutórios da Teoria Econômica. Na segunda parte, dá-se ao aluno a oportunidade de aplicar a períodos selecionados da História Econômica do Brasil o instrumental analítico básico que adquiriu na preparação da primeira parte.

As questões deverão versar, de preferência, sobre tema da atualidade econômica que dê ao candidato ocasião de revelar sua aptidão no manejo dos conceitos fundamentais da Teoria Econômica exigidos pelo programa e sobre interpretação de fatos da História Econômica do Brasil, na modalidade descrita no parágrafo anterior.

O programa não tem em vista impor nenhuma orientação em termos de escola econômica e, ao indicar um bibliografia mínima, ao lado da lista de leituras complementares, busca apenas fixar parâmetros de referência mais precisos para o julgamento das provas. Conquanto não se tenha incluído formalmente no programa uma introdução à História do Pensamento Econômico, é essencial ao candidato sem formação econômica anterior dedicar algum tempo ao estudo das diferentes correntes, para o que a bibliografia faz também algumas indicações. Com efeito, sem este equipamento introdutório, será difícil ao candidato ter uma visão correta do instrumental analítico que lhe exige a primeira parte do programa.

De outro lado, a preparação do programa de Noções de Economia só poderá beneficiar-se se for concebida dentro de um enfoque interdisciplinar com outras matérias do Exame Vestibular, notadamente História.

Como observação final, assinale-se que a abrangência do programa não significa uma expectativa de conhecimento profundo de todos os aspectos introdutórios da matéria. A bibliografia mínima reforça tal orientação, como se verifica abaixo. Conquanto não se exija domínio de técnicas sofisticadas de formalização econômica, só poderá representar vantagem para o candidato alguma familiaridade com tratamento quantitativo elementar da matéria.

A fim de manter-se informado sobre os temas da atualidade, recomenda-se ao candidato a leitura de revistas correntes que tratem de assuntos econômicos como, por exemplo, a <u>Conjuntura Econômica</u>, da Fundação Getúlio Vargas, e a <u>Revista de Economia Política</u>, da Editora Brasiliense, bem como periódicos estrangeiros de caráter informativo geral, do tipo de <u>The Economist, Euromoney, Business Week, L'Expansion</u> e congêneres.

IV - BIBLIOGRAFIA

a. Bibliografia Básica:

ABREU, Marcelo de Paiva, Org. A orden do progresso: cem anos de política econômica republicana -- 1889-1989. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

AMARAL, Sérgio. "The Foreign debt: from liquidity to Growth Crisis". Case Western Reserve journal of Internacional Law, volume 19, número 1 winter 1987.

ARIDA, Persio, org.. Divida Externa, recessão e ajuste estrutural --- o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

BACHA, Edmar. "The Brady Speech and the Debt Facility: An Evolution of Policy Alternatives For Latin America". Texto para discussão número 224, Departamento de Economia. Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. Maio, 1989.

BATISTA, Paulo Nogueira Jr., Da Crise Internacional à Moratória Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo Cia Editora Nacional, 1974.

HEILBRONER, Robert L., A Formação da sociedade econômica. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. 2a. edição.

SERRA, J., "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra", em BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, . orgs., DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL, vol. 1 São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

SUNKEL, O., O Marco Histórico do Processo Desenvolvimento -Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Forum, 1971.

TAVARES, Maria da Conceião. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", em TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro --- Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

TAVARES, Maria da Conceição,"Além da Estagnação", em TAVARES, Maria da Conceição, Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro --- Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

WONNACOTT, Paul e WONNACOTT, Ronald. Economia. New York, McGraw-Hill, Inc., 1979.

b. Bibliografia Complementar.

BLAUG, Mark. The Methodology of Economics, or how Economists Expain. Cambridg Surveys of Economic Literature, Cambridge University Press, 1980.

HIRSCHMAN, Albert O. A Economia como Ciência Moral e Política. São Paulo, Editora Brasiliense,1986.

NAPOLEONI, Claúdio. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.